

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

SÁBIOS DA ÚLTIMA ERA  
A História como estratégia no Japão dos clãs de guerra

NITERÓI

2023

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

**SÁBIOS DA ÚLTIMA ERA**  
**A HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA NO JAPÃO DOS CLÃS DE GUERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Rodrigues Vereza

Niterói, RJ  
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P667s Pires, Nikita Chrysan da Silva  
Sábios da Última Era : A História como estratégia no  
Japão dos clãs de guerra / Nikita Chrysan da Silva Pires. -  
2023.  
276 p.: il.

Orientador: Renata Rodrigues Vereza.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de História, Niterói, 2023.

1. História do Japão. 2. Gukansho. 3. Jien. 4. Produção  
intelectual. I. Vereza, Renata Rodrigues, orientadora. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.  
Título.

CDD - XXX

NIKITA CHRYSAN DA SILVA PIRES

**SÁBIOS DA ÚLTIMA ERA**  
**A HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA NO JAPÃO DOS CLÃS DE GUERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 01 de março de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Renata Rodrigues Vereza – UFF  
Orientadora

---

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Otávio Luiz Vieira Pinto – UFPR

---

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> André da Silva Bueno – UERJ

Niterói, RJ

2023

À minha família que nunca deixou de  
acreditar, em especial minha mãe,  
que sempre me permitiu sonhar.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de fomento que possibilitou o melhor andamento desta pesquisa;

À Universidade Federal Fluminense, instituição onde obtive duas graduações, uma pós e amigos que levo comigo para a vida cotidiana, na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos aqueles que ousarem sonhar mais alto;

Aos professores e colegas do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense pelos últimos sete anos de aprendizado, crescimento e resistência;

Aos Profs. Drs. Otávio Luiz Vieira Pinto e André da Silva Bueno, integrantes das minhas Bancas de Qualificação e Defesa, que não só fizeram a gentileza de aceitar ler meu trabalho, como também apresentaram sugestões valiosas de reflexões e bibliografias que enriqueceram o conteúdo desta dissertação. Foi um prazer conhecê-los oficialmente;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Rodrigues Vereza, minha querida orientadora, que diferente de outros me deu a oportunidade e confiança de explorar um campo de estudo que ambas conhecíamos muito pouco, mas do qual hoje sabemos um pouco mais. Nem sempre as recompensas e o valor do trabalho dos professores estão à vista, mas saiba que onde pessoas viram uma graduanda aventureira você viu uma pesquisadora, e isso fez a diferença na minha caminhada profissional. Muito obrigada por todo carinho e incentivo;

Aos colegas pesquisadores do campo dos Estudos Japoneses que lutam todos os dias por espaço nesta nossa tradição universitária eurocêntrica, em especial Kauê Otávio do Núcleo de Estudos Japoneses (NEJAP - UFSC) e Larissa Redditt do Grupo de História e Arqueologia do Japão (GHAJ LHER – UFRJ). Ao me permitirem integrar seus grupos de pesquisa e projetos de extensão, vocês me proporcionaram um espaço de diálogo que muito ajudou a crescer este trabalho, além das diversas sugestões bibliográficas em que hoje ele também se baseia;

À minha mãe, minha melhor amiga e eterna companheira de caminhada, que nunca duvidou do poder da educação e que sempre me incita a ir além. Obrigada por cada dia em que posso ver o sol nascer ao seu lado, pois saiba que sem a sua presença, nada disso seria possível.

“As dificuldades são como as montanhas.  
Elas só se aplainam quando avançamos sobre elas.”

Provérbio Japonês

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a narrativa histórica do *Gukanshō*, uma crônica japonesa escrita em 1219 pelo monge Jien, da escola budista de Tendai. O documento é uma importante fonte primária para entender o período de transição política entre a Corte de Heian e o *Shogunato* de Kamakura, quando disputas e intrigas entre diversas figuras de poder criavam uma dinâmica de instabilidade que não se resumiu à simples mudança de um tipo de governo por outro. Mas para além da criação de uma memória histórica, a narrativa de Jien busca apresentar um projeto político efetivo visando um futuro próximo, sendo ele mesmo personagem de um contexto de instabilidade que precedeu um novo levante armado entre forças adversárias. É neste sentido que a presente pesquisa buscou entender como o monge Jien, um intelectual do século XIII, se usou da interpretação do passado e processo histórico da Corte Imperial japonesa para criar um discurso cuja linha argumentativa se baseou em Princípios divinos que previram as modalidades de governo que regeram o Estado em toda sua história. Isso não apenas permite compreender como a história pode ser usada como estratégia de afirmação política, mas também revela pontos importantes do imaginário social corrente no período, bem como de que maneira os diversos poderes disputavam o domínio do Estado e a hegemonia sobre o território naquele período de transição.

**Palavras-chave:** História, Japão, Heian, Kamakura, *Gukanshō*, Jien.

## ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the historical narrative of the *Gukanshō*, a Japanese chronicle written in 1219 by the monk Jien, of the Buddhist school of Tendai. The document is an important primary source for understanding the period of political transition between the Heian Court and the Kamakura Shogunate, when disputes and intrigues between different figures of power created a dynamic of instability that was not limited to the simple change of government to the other. But beyond the creation of a historical memory, Jien's narrative seeks to present an effective political project aimed at the near future, being himself a character in a context of instability that preceded a new armed uprising between opposing forces. It is in this sense that the present research sought to understand how the monk Jien, a thirteenth-century intellectual, used the interpretation of the past and historical process of the Japanese Imperial Court to create a narrative whose argumentative line was based on divine Principles that predicted the types of government that ruled the state throughout its history. This not only allows us to understand how history can be used as a strategy of political affirmation, but also reveals important points of the period's current social thought, as well as how the different powers disputed the State's domain and the hegemony over the territory in that time of transition.

**Keywords:** History, Japan, Heian, Kamakura, *Gukanshō*, Jien.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
1. DA CORTE AO <i>BAKUFU</i> : A CONSTRUÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO JAPONÊS DO SÉCULO XIII .....	18
Heian-kyō: de nova capital ao fim do protagonismo cortesão .....	19
De Soldados a Governantes: o <i>Bakufu</i> de Kamakura .....	34
Entre <i>Kami</i> , Sábios e Homens: Jien e o <i>Gukanshō</i> .....	52
2. CRENÇA, HISTÓRIA E POLÍTICA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA DE PENSAMENTO DO <i>GUKANSHŌ</i> .....	60
Alguns Apontamentos sobre Historiografia .....	61
O <i>Gukanshō</i> e a “História dos Princípios” .....	70
Religião, Discurso Imperial e a Estrutura do <i>Gukanshō</i> .....	89
3. GOVERNOS PROFETIZADOS POR <i>KAMI</i> : A REGÊNCIA FUJIWARA NA RETÓRICA DOS PRINCÍPIOS .....	112
O <i>Gukanshō</i> e a Linhagem Regencial .....	113
Partes de uma mesma história: Regência, <i>Insei</i> e a proteção de Tendai .....	174
4. GUERRA, PODER E PROTEÇÃO: A ASCENSÃO GUERREIRA E O FUTURO PROJETADO NO <i>GUKANSHŌ</i> .....	199
Um novo símbolo de proteção: da ascensão Taira ao <i>Shōgun</i> Yoritsune .....	202
Por um projeto de futuro: os conselhos de Jien à Go-Toba .....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	263
REFERÊNCIAS .....	268
GLOSSÁRIO DE TERMOS JAPONESES .....	272

## LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1 Reprodução do Ciclo dos 4 *Kalpas* com a delimitação das 3 Leis, f. 103
- Fig. 2 Linhagem Regencial Fujiwara com comentários de destaque do *Gukanshō*, f. 150
- Fig. 3 Linha do Tempo da Era Militar, f. 234

## INTRODUÇÃO

Estudar a História do Japão a partir do Ocidente representa um desafio em diversas frentes, principalmente para pesquisadores em início de carreira. Pensando especificamente nas universidades brasileiras, o campo dos estudos japoneses ainda se encontra pouco desenvolvido e restrito a algumas áreas do saber, como as Letras e a Literatura. Na História e Ciências Humanas, os temas mais comuns dizem respeito à imigração japonesa e à formação cultural das comunidades de imigrantes e descendentes que se fixaram no Brasil. Neste cenário, pouco se avançou com pesquisas focadas em temporalidades anteriores à Modernidade e Contemporaneidade, o que representa uma lacuna acadêmica crítica para um país que abriga uma das maiores comunidades de descendentes japoneses vivendo fora do Japão.

Este é um dos motivos pelo qual essa dissertação busca apresentar à academia brasileira uma análise do *Gukanshō* (愚管抄), uma fonte histórica japonesa que, apesar de já ser conhecida por historiadores japoneses e ocidentais, além de contar com uma tradução completa em língua inglesa, é ainda pouco trabalhada por pesquisadores brasileiros que se dedicam ao estudo do Japão pré-moderno. A versão da fonte aqui utilizada é parte do livro de Delmer M. Brown e Ishida Ichirō, intitulada “*The Future and the Past: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219*” e publicada em 1979, contendo não apenas o documento na íntegra, como também capítulos onde os tradutores apresentam perspectivas de análise sobre a obra e seu contexto histórico.

Foi no início do ano de 2021, durante o levantamento de fontes para elaboração do projeto de pesquisa do curso de mestrado, que o *Gukanshō* acabou se destacando dentre outros documentos. Na intenção de analisar a dinâmica de poderes políticos que disputavam o governo do arquipélago japonês na transição entre o período da Corte de Heian (平安時代; 794-1185) e o *Bakufu*<sup>1</sup> de Kamakura (鎌倉幕府; 1185-1333), buscava-se entender como figuras divergentes foram capazes de permanecer no cenário político mesmo após trocas de hegemonias serem efetivadas. Por que o *shogunato*<sup>2</sup> que se inicia após a Guerra Genpei (源平合戦; 1180-1185) não destituiu o *Tennō* (天皇)<sup>3</sup> e a Corte Imperial? Como era possível que títulos e postos

---

<sup>1</sup> Termo historicamente usado para se referir ao tipo de governo chefiado por um líder ou clã guerreiro;

<sup>2</sup> Modalidade de governo liderado pelo *Shōgun*, líder militar do clã guerreiro legitimado pelo título concedido pelo soberano imperial;

<sup>3</sup> É o soberano imperial, sendo o termo traduzido para Imperador em português;

aristocráticos dividissem espaço com os guerreiros que ganharam influência e poder por meio da guerra, passando a controlar grande parte das províncias japonesas? O que garantia que tantas figuras de poder se mantivessem no cenário político de então?

Foi com esse tipo de questionamento em mente que se deu a primeira leitura exploratória do *Gukanshō*, uma crônica histórica de autoria atribuída ao monge Jien (1155-1225), datada de 1219. Nascido no aristocrático clã Fujiwara (藤原氏), Jien foi um importante membro da escola budista de Tendai e viveu as conturbadas décadas de ascensão dos clãs guerreiros Taira (平氏) e Minamoto (源氏), até a eventual fundação da cidade de Kamakura por Minamoto Yoritomo (源頼朝; 1147-1199). Sua narrativa reserva considerável espaço a estes tempos de guerra, não de forma a descrever eventos e batalhas, mas sim interpretar a dinâmica política que resulta da disputa entre diversos homens hierarquicamente distintos, bem como seus efeitos na manutenção do Estado japonês.

O *Gukanshō* então se tornou o objeto desta pesquisa. Ao reunir em um único discurso o papel de diversas figuras presentes no processo histórico japonês, Jien fornece uma visão sobre como poderes distintos se mantiveram no cenário político mesmo quando a hegemonia passava de um grupo para outro, demonstrando que o contexto da própria transição entre períodos históricos foi mais dinâmica e processual do que a simples vitória em uma guerra ou a destituição de um governo por outro. Vale ressaltar, no entanto, que as explicações que o monge fornece são fruto de sua própria visão de mundo e interpretação do passado, o que significa que o *Gukanshō* não define, por si só, o que foi a história japonesa até então, mas sim fornece uma narrativa do processo pela perspectiva pessoal de um de seus agentes históricos.

Com relação ao texto em si, o documento original não sobreviveu até a atualidade, mas existem diversas cópias e edições feitas no decorrer dos séculos conforme intelectuais diversos e estudiosos modernos trabalhavam com ela. Segundo Brown e Ishida, a cópia mais antiga do *Gukanshō* data do século XV, conhecida como o texto *Bunmei*, transcrita no mesmo período em que Ichijō Kaneyuki (1402-1481) escreveu um documento ao *shogunato* Ashikaga sugerindo a união de poderes entre militares e aristocratas, sendo essa uma das bases do discurso de Jien. Pelo menos mais vinte cópias do documento seriam feitas posteriormente, quando o interesse por ele cresceu entre os intelectuais do século XVIII-XIX, momento que precedeu o colapso do *shogunato* dos Tokugawa de Edo.<sup>4</sup>

Em 1846, Nobutomo Ban (1773-1846) escreveu o *Doku Gukanshō*, um comentário sobre o texto de Jien. Este autor foi um dos primeiros a tirar conclusões sobre a autoria e datação

---

<sup>4</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg xii;

do documento, atribuindo-o ao monge no ano de 1223, sendo que atualmente os historiadores acreditam que a data mais provável tenha sido 1219. Nobutomo também teria afirmado que o texto foi escrito na intenção de ter Go-Toba-in, o soberano imperial naquele período, como leitor final, elemento de concordância na academia.<sup>5</sup> No século seguinte, Hiroyuki Miura (1871-1931) publicaria cartas de Jien encontradas no claustro do templo de Shōren que comprovaram a autoria do *Gukanshō*, além de ampliar os debates sobre a datação e os objetivos do documento.<sup>6</sup>

Cartas e outros trabalhos de Jien também foram publicados junto de novas edições das cópias do *Gukanshō*, o que academicamente permitiu a expansão do que se dispunha da obra completa do monge. Seis edições da fonte foram publicadas entre 1900 e 1967, o que inclui a coleção dos trabalhos de Jien publicada em 1945 por Munehaya Taga, um comentário da obra por Etsuji Nakajima em 1969 e, já na década de 1970, a publicação de mais documentos atribuídos à Jien que inclui interpretações de sonhos que teve na época. Para a elaboração da tradução que foi utilizada como fonte desta dissertação, Brown e Ishida usaram a edição de Iwanami, por Jirō Maruyama de 1960.<sup>7</sup>

É então possível perceber que estudos relacionados ao *Gukanshō*, bem como à produção mais extensa de Jien, já são feitos no Japão há muito tempo. Esses trabalhos permitiram localizar a fonte no tempo-espaço, atribuí-la a um autor e compreender as diversas partes da formação de uma estrutura de pensamento contida em seu discurso. Neste sentido, diversas questões a respeito da fonte já foram desenvolvidas, motivo pelo qual esta pesquisa se pretende a analisá-la por uma perspectiva mais voltada à forma da narrativa, ou seja, preocupando-se mais com o “como” Jien desenvolveu seu discurso do que com o “porque” ele assim o fez. Parece claro que sua intenção tenha sido convencer seu leitor de um projeto político baseado na interpretação do passado, mas entender como sua linha argumentativa foi construída demanda uma análise mais ampla do texto e dos elementos contidos em sua retórica.

Uma das primeiras coisas que chama a atenção no texto é a constante presença, bem como os diferentes papéis, de diversas figuras de poder. Elas não aparecem, no entanto, de maneira equilibrada ou necessariamente igual, pois nota-se a preferência de Jien por alguns indivíduos, postos e títulos, demonstrando em si uma forma de hierarquia entre os personagens. Esse tipo de escolha retórica acaba apontando para o próprio projeto apresentado no final do texto, que culmina com o destaque para um indivíduo que deverá governar o Estado ao

---

<sup>5</sup> Ibidem;

<sup>6</sup> Ibidem, pg xiii;

<sup>7</sup> Ibidem, pg xii-xiii;

acumular funções e poderes aristocráticos e militares em um período onde forças visíveis e invisíveis estariam impulsionando a desintegração do próprio modo de vida como se conhecia.

Foi neste contexto que se chegou à questão que norteou o desenvolvimento do presente trabalho: De que forma o *Gukanshō* se usa da narrativa histórica para legitimar um projeto político que une poderes ascendentes e tradicionais na justificativa de manter o Estado japonês em seu suposto período de deterioração? Acrescenta-se que, apesar de iniciar sua narrativa ainda nos supostos primeiros reinados dos lendários governantes do arquipélago japonês, Jien escreve no século XIII com vistas a impactar seu presente e futuro próximo, o que delimita o recorte temporal desta pesquisa entre os anos de 1150 e 1221, pois se entende que este período representa o momento mais crítico no processo descrito na fonte, sendo a transição de um tipo de governo para outro em meio à insurreições, guerras e demais instabilidades políticas.

Na tentativa de responder ao problema proposto chegou-se à hipótese de que, sob a justificativa de garantir a manutenção da figura imperial e do Estado japonês de então, Jien cria uma narrativa que legitima os poderes de regentes e *Shōgun*, inserindo-os no mesmo processo histórico e discurso religioso que por séculos legitimou o próprio poder imperial. A proposta final do *Gukanshō*, nestas circunstâncias, não representava apenas a legitimação de uma forma de governo, mas a inserção das diversas figuras de poder existentes em um único discurso e processo histórico, na tentativa de legitimar a outra, enquanto que uma dimensão sobrenatural superior legitima todas.

Entendendo o tipo de análise que está sendo aqui proposta, buscou-se ler e selecionar trechos do *Gukanshō* tendo em mente o objetivo de compreender o documento como uma estratégia de convencimento e ação política, com vistas à efetivação de um projeto de futuro para além da mera criação de memória histórica. As passagens selecionadas da fonte integram a argumentação com diferentes focos em cada um dos capítulos aqui desenvolvidos, sendo um total de quatro além das considerações finais da dissertação. Considerando que esta pesquisa se dirige à academia brasileira e ao campo dos estudos japoneses do país, que conta com poucos trabalhos escritos em língua portuguesa, o primeiro capítulo se destina à contextualização do processo histórico japonês, com foco no desenvolvimento do governo regencial dos Fujiwara e do sistema *insei*<sup>8</sup>, no âmbito da aristocracia da Corte de Heian, bem como da ascensão guerreira e os distúrbios e insurreições que levaram à escalada de violência durante o século XII. Este capítulo também inclui maiores informações sobre a biografia do monge Jien, de maneira a

---

<sup>8</sup> Modelo de governo protagonizado por um ex-*Tennō* que abdica em nome de um herdeiro para melhor controlar a Corte e a sucessão imperial;

auxiliar no entendimento de sua relação com os governantes de então, além de suas prováveis intenções e motivações para a escrita da crônica.

O segundo capítulo apresenta um viés mais teórico, na tentativa de entender o próprio documento como fonte documental, sua inserção como um marco na evolução da escrita histórica japonesa e os tipos de trabalhos que a historiografia desenvolveu a partir dele no decorrer dos anos. Também se discute conceitos relevantes para a compreensão da fonte, muitos específicos da doutrina budista de Jien e de seu período histórico, além de uma estrutura de pensamento proposta pelo tradutor Ishida Ichirō para melhor esclarecer o texto e sua linha argumentativa. Já o terceiro capítulo se dirige à uma maior imersão no *Gukanshō* em si, com destaque aos momentos em que Jien explora a relação entre o poder imperial e o regencial, no surgimento e manutenção da posição dos Fujiwara dentro do governo e como ele se usa da interpretação com base em determinações divinas para justificar que os líderes deste clã existem com a missão de proteger o soberano durante as eras.

Seguindo a mesma premissa do terceiro capítulo, o quarto também busca inserir personagens que Jien considera essencial para a proteção do Estado japonês e de seu governante, mas desta vez focando no surgimento dos líderes guerreiros que chegam ao cenário político a partir de meados do século XII. Este é o ponto onde o discurso do que seria o tipo de governo ideal se mistura às convicções de Jien a respeito da superioridade dos Fujiwara, o que leva a um entendimento mais particular de quais deveriam ser as relações entre *Tennō*, regentes e guerreiros. Por fim, nas considerações finais se pretende destacar o projeto político de Jien e sua relação com os ditos Princípios divinos que moldaram o processo histórico japonês, bem como o entendimento que este trabalho alcançou sobre o que, de fato, seriam tais Princípios.

Deve ser feito um último esclarecimento a respeito da escrita de nomes e termos japoneses utilizados neste trabalho, pois a diferença linguística entre o japonês e os idiomas ocidentais requer adaptações que não necessariamente estão uniformizadas em uma única normatização. Primeiramente, em respeito à ordem de uso dos nomes próprios japoneses, buscou-se aqui colocar o sobrenome à frente do primeiro nome dos indivíduos, tanto no caso dos personagens históricos quanto dos autores citados da seleção bibliográfica. Portanto, nomes como o de Fujiwara Michinaga, onde Fujiwara é o sobrenome de seu clã, seria lido no Brasil como Michinaga Fujiwara, mas aqui será mantido na ordem original da língua japonesa.

Um segundo aspecto da escrita dos nomes japoneses, neste caso mais especificamente dos personagens históricos, é o uso de uma partícula extra entre o sobrenome e o nome do indivíduo. É comum em nomes históricos o uso de “no”, uma partícula que indica posse, como

em Minamoto no Yoritomo, que pode ser entendido como “Yoritomo dos Minamoto”, para se referir a qual clã o indivíduo pertence. Entretanto, não há um padrão com relação ao uso do “no” em trabalhos de língua ocidental, principalmente entre os estudos mais clássicos da área, anteriores à década de 1990, que tendem, em sua maioria, à ocultar a partícula entre nome e sobrenome. Para fins de uniformidade textual, neste trabalho optou-se por seguir a forma de escrita usada pelos tradutores Delmer Brown e Ishida Ichirō, que ocultam a partícula “no” em sua versão do *Gukanshō*, sem que isso implique em qualquer perda de significado no texto. Além disso, os tradutores buscaram marcar a importância que Jien dá aos clãs japoneses e seus integrantes, marcando os sobrenomes em maiúsculo, o que foi aqui mantido nas citações diretas selecionadas do documento.

Outra questão que aqui se coloca é com relação à tradução de termos japoneses para o português. Esse trabalho busca aproximar e, em determinado nível, facilitar o acesso de acadêmicos brasileiros ao campo dos estudos japoneses e suas fontes históricas pré-modernas, mas também se considera importante que nem todas as palavras sejam traduzidas, tanto para evitar perdas de sentido, quanto dificultar que termos ocidentais induzam interpretações incorretas ou visões orientalistas. Portanto algumas palavras, sobretudo títulos como *Tennō* (comumente traduzido para “Imperador”) e *Shōgun* foram mantidos no original, pois podem carregar significados marcantes que se perdem na tradução. Já “regente”, por exemplo, continua a ser aqui utilizado como uma tradução geral para os postos considerados regenciais, sendo que os termos japoneses para cada regência específica foram adicionados conforme necessidade presente no decorrer do texto.

Algumas traduções foram mantidas, no entanto, nas citações diretas de bibliografia em língua inglesa que já traziam vocábulos traduzidos do japonês. Além disso, alguns nomes específicos, como postos governamentais ou cerimônias oficiais e religiosas, já se encontram traduzidas para o inglês, das quais aqui se colocou versões em português. No entanto, por não ser uma tradução direta do japonês, as traduções podem não condizer completamente com os termos originais em sua original. Com isso em mente, toda citação direta feita no corpo do texto desta dissertação acompanha uma nota de rodapé com o trecho destacado em inglês. Aqui se entende que toda tradução implica em diferentes níveis de interpretação do autor, portanto as notas estão sendo usadas como forma de permitir que o leitor acesse a citação em seu formato original em caso de dúvidas ou questionamentos referentes à tradução de termos para o português.

Um último destaque no âmbito das traduções se refere às datas mencionadas no *Gukanshō*. No Japão há o costume de se marcar datas pelo uso de números ordinais ao se referir

aos dias e meses. Atualmente, datas como 19 de janeiro de 2023, por exemplo, podem ser transcritas como 19º dia do 1º mês de 2023 em japonês, sendo esta a forma como as datas são colocadas no decorrer da fonte. Entretanto, para evitar anacronismos e inconsistências com relação ao calendário japonês de 1219, a escrita das datas foram aqui mantidas de acordo com o que se encontra no documento, não necessariamente condizente com o atual calendário ocidental. Do mais, outras traduções e opções linguísticas que podem aparecer no decorrer do trabalho serão explicadas e justificadas em notas de rodapé, bem como em glossário, na tentativa de esclarecer e aproximar o leitor de uma dimensão mais ampla dos significados contidos em termos, conceitos e contextos comuns ao campo dos estudos japoneses.

## 1. DA CORTE AO *BAKUFU*: A CONSTRUÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO JAPONÊS DO SÉCULO XIII

Com o passar dos anos e dias eu penso apenas sobre os Princípios das coisas. E enquanto busco distração da insônia da velha idade, passo mais e mais tempo – enquanto me aproximo do fim da vida – observando assuntos mundanos. Consequentemente eu me tornei muito consciente dos Princípios que tem mudado desde os tempos antigos. (...)

Jien, *Gukanshō*<sup>1</sup>

São estas as primeiras linhas escritas por Jien na obra intitulada *Gukanshō*, uma crônica histórica japonesa que analisa o processo da sucessão imperial e das mudanças ocorridas no governo do arquipélago, desde sua mítica criação com o lendário Jinmu até os dias contemporâneos ao autor, nas primeiras décadas do século XIII. Jien (1155-1225) foi um monge budista nascido dentro da aristocracia da Corte japonesa de Heian e, portanto, testemunha dos anos de disputa política e militar que culminou com a fundação do *Bakufu* de Kamakura (鎌倉幕府) em 1185.

Nascido nobre aristocrata, monge da importante escola budista de Tendai, reconhecido poeta e influente figura na Corte, Jien presenciou acontecimentos que até hoje incitam o imaginário social sobre a ascensão da classe guerreira que passaria a governar o Japão naquele período, fato que muito bem explicaria sua aparente atração, como ele mesmo colocou, pelos assuntos mundanos de então. O *bakufu* de Kamakura (1185-1333), primeiro governo militar da história japonesa, é iniciado no século XII após intensa guerra entre famílias rivais e seus partidários, acontecimento que colocou a aristocracia de Heian em alerta e temerosa pelo próprio futuro.

Hoje já se sabe que a Guerra Genpei (源平合戦; 1180-1185) e a ascensão do clã Minamoto como governantes em Kamakura não se restringiu à simples disputa entre famílias guerreiras, envolvendo também membros da Corte e de clãs provinciais cujo interesse nas disputas políticas tornaram-se claros. O que estava em jogo era o poder de influência sobre a sucessão imperial e os assuntos de Estado, autoridade esta que, muito antes da mencionada guerra, já era disputada por clãs dentro da Corte, inclusive dentro do próprio clã imperial.

---

<sup>1</sup> “With the passing of the years and days I think only about the Principles of things. And while seeking diversion from the sleeplessness of old age, I spend more and more time – as I approach the end of life – observing world affairs. Consequently I have become keenly aware of Principles that have been changing since ancient times. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 19);

Os assuntos mundanos aos quais Jien se refere não são, portanto, resultado de eventos recentes, mas de um complexo processo histórico de disputa pelo poder e de formação ideológica de uma sociedade cortesã que acreditava na sacralidade do governante, mas que também via com pessimismo a chegada de seu próprio fim. Para aqueles que viveram para além do monge, Kamakura não foi nem um evento isolado, nem o ponto de chegada do processo, mas um momento que tanto marcou eventos decisivos da história japonesa quanto carregou consigo continuidades da própria Corte que o antecedeu.

Portanto, o caminho para se responder a questionamentos sobre os primeiros anos do *bakufu* e a disputa de poder no Japão não está na rivalidade entre duas capitais ou na guerra de clãs, mas na compreensão da conjuntura política, social e cultural da Corte de Heian. Considerada historicamente como o auge da cultura cortesã japonesa, Heian protagonizou importantes mudanças na forma de governo do reino e viu crescer os personagens que fariam do século XII um marco do processo histórico. Antes de se pensar no eventual governo dos guerreiros de Kamakura, é necessário então retroceder ao contexto que lhes dão origem, aos eventos de que fizeram parte e à disputa política que já se desenvolvia em uma Corte cuja fama de ápice cultural muitas vezes se sobressai dentro do imaginário cultivado a seu respeito.

### **Heian-kyō: de nova capital ao fim do protagonismo cortesão**

Após resistir a uma tentativa de golpe em 782, o então *Tennō*<sup>2</sup> Kammu (桓武天皇; 737-806; r. 781-806) decide mover a Corte Imperial para fora da capital Heijō-kyō (平城京; atual cidade de Nara), inicialmente para Nagaoka e depois para a cidade de Heian-kyō (平安京; atual cidade de Quioto), construída para ser a nova capital do reino. O local tornou-se lar permanente da Corte japonesa por séculos, mesmo após a fundação de Kamakura em 1185 e de Edo (江戸; atual Tóquio) em 1603, tendo sido inclusive sede do *Bakufu* dos Ashikaga (足利幕府) entre 1333 e 1580.

---

<sup>2</sup> O título de *Tennō* é traduzido no Ocidente como *Imperador*, entretanto é importante destacar que a tradução pode não dar conta do total significado do termo. Em japonês, *Tennō* é escrito com os caracteres 天皇, onde 天 (ten) significa *céu, paraíso*, ou mesmo *divino*, enquanto que 皇 (nō) é *governante* ou *imperador*. Portanto o termo literal se aproximaria de *Governante Divino*, ou *Imperador Divino*, que se relacionaria ao fato de que no Japão o soberano era considerado descendente direto das entidades míticas criadoras do arquipélago, sendo então parte de uma linhagem sanguínea divina que o legitima como governante;

A mudança de capital acabou marcando o início de um novo período histórico no Japão, reconhecido como período ou Era Heian (平安時代) e datado cronologicamente entre 794-1185. O período é sobretudo entendido como um momento de intenso desenvolvimento cultural e religioso, onde poesia, música e literatura teriam alcançado seu ápice junto à cultura cortesã, enquanto que no campo político o protagonismo foi por muito tempo atribuído à ascensão da família aristocrática dos Fujiwara (藤原氏) aos postos de regência. Mas é necessário lembrar que os séculos de história da Corte de Heian carregam diversas transformações políticas e econômicas que serão fundamentais para os períodos seguintes, onde a disputa de poder tornou-se muito mais evidente do que simples rivalidades aristocráticas por cargos de governo.

No Japão a Era Heian (794-1185) testemunhou produção sem precedentes na esfera cultural, resultando em famosos trabalhos literários como o *Genji Monogatari*, construções religiosas como o Byōdōin em Uji, assim como os impressionantes complexos monásticos de Enryakuji, Onjōji, Tōji, e Kōyasan. Mas tais conquistas ocorreram em um contexto de um cenário social-político que mudou consideravelmente do Estado centrado no imperador imaginado no período Nara. Em resumo, o imperador, que durante a mudança de Nara em 784 e por mais meio século manteve controle direto sobre a Corte Imperial, acabou compartilhando muito daquele poder, se não a maior parte dele, com altos nobres. Além disso, o fim do período Heian viu aristocratas militares e seus seguidores se tornarem influentes na capital, primeiro inaugurando uma diarquia entre a Corte Heian e o shogunato Kamakura (1185-1333) e depois um governo dominado por guerreiros na era Ashikaga (1336-1573).<sup>3</sup>

O período foi portanto marcado por vários personagens em diferentes momentos durante seus quase quatro séculos. Logo de início, o *Tennō* manteve controle sobre a Corte, o clã imperial e os assuntos de Estado, legitimado ainda pelo sistema de leis instituído na era anterior. O período da Corte de Nara (奈良時代; 710-794) havia sido um momento de institucionalização do Estado, fortemente influenciado pelo modelo chinês da dinastia T'ang, que centrava o governo na figura do governante imperial, utilizando-se de um sistema burocrático de códigos penal e administrativo que ficou conhecido na historiografia como *ritsuryō-sei* (律令制)<sup>4</sup>. Da China vieram também vários ritos religiosos, práticas culturais e artísticas, a escrita administrativa e histórica, além do culto budista que se manifestou

---

<sup>3</sup> “Japan’s Heian age (794-1185) witnessed unprecedented production in the cultural sphere, resulting in such famous literary works as the *Genji monogatari*, religious constructions such as the Byōdōin in Uji, as well as the impressive monastic complexes of Enryakuji, Onjōji, Tōji, and Kōyasan. But these accomplishments occurred in the context of a social-political environment that changed considerably from the emperor-centered state that was envisioned in the Nara period. In short, the emperor, who had during the move from Nara in 784 and the following half-century maintained direct control of the imperial court, came to share much of that power, if not most of it, with high-ranking nobles. Furthermore, the late Heian period saw military aristocrats and their followers become influential in the capital, ushering in first a diarchy between the Heian court and the Kamakura shogunate (1185-1333) and then a rule dominated by warriors in the Ashikaga age (1336-1573). (...)” (ADOLPHSON, 2017, pg 99);

<sup>4</sup> Ibidem, pg 100;

fortemente no período, cujo ápice seja talvez melhor representado pela construção do Templo Tōdai (東大寺) e da maior estátua em bronze do mundo dedicada ao Buda Vairocana, conhecido no Japão por *Daibutsu* (大仏).

O sistema de governo no início do período Heian foi uma cópia notável, de certa forma modificada, das instituições chinesas das dinastias Sui (581-618) e T'ang (618-907). Era esperado que o Imperador governasse com absoluta autoridade. Ele era servido por altos ministros e um conselho de estado, supervisionando uma elaborada burocracia centralizada organizada em ministérios (oito na versão Japonesa) e numerosos departamentos e setores. (...)<sup>5</sup>

O sistema de governo T'ang é referido por historiadores Japoneses como o sistema *ritsuryō* (estatutário): *ritsu* é o código penal, especificando punições para diversas ofensas, e *ryō* é o código administrativo que providencia regulações detalhadas e instruções para a operação do governo e sociedade.(...)<sup>6</sup>

No entanto, ainda que Nara tenha sido construída nos modelos da capital chinesa da Dinastia T'ang e que os japoneses tenham também se inspirado em seu sistema burocrático para unificar e centralizar o Estado, elementos típicos do processo japonês acabaram por adaptar as práticas de governo. Por exemplo, diferente de se basear em uma meritocracia para o acesso aos postos de governo, no Japão a relação pessoal e familiar vigorou e, com o passar do tempo, os postos passaram a ser praticamente hereditários dentro da aristocracia. Esse tipo de relação acabaria por incentivar a rivalidade entre facções de famílias aristocráticas que se aproximavam de filhos do clã imperial para impulsionar futuros herdeiros que poderiam trazer benefícios dentro da hierarquia da Corte.

Este é considerado, inclusive, um dos motivos para a mudança de capital perpetrada por Kammu-*tennō* em 784. Não se sabe de fato qual teria sido a principal motivação, mas considerando a disputa aristocrática que se manifestava durante o reinado de seu pai, bem como a tentativa de golpe que ele mesmo sofreu no início de seu governo, pode-se dizer que a rivalidade dentro da Corte figuraria como uma provável ameaça. Além disso, haveria também um aumento de poder e influência de escolas e monges budistas que ganharam força sobre a Corte de Nara, cujas ordens foram inicialmente impedidas de seguir a Corte e apenas algumas seriam depois permitidas em Heian.

---

<sup>5</sup> “The system of government at the beginning of the Heian period was a remarkable copy, somewhat modified, of the Chinese institutions of the Sui (581-618) and T'ang (618-907) dynasties. The emperor was expected to rule with absolute authority. He was served by high ministers and a council of state, overseeing an elaborate centralized bureaucracy arranged in ministries (eight in the Japanese version) and numerous bureaus and offices. (...)”. (SHIVELY; McCULLOUGH, 1999, pg 2);

<sup>6</sup> “The T'ang system of government is referred to by Japanese historians as the *ritsuryō* (statutory) system: *ritsu* is the penal code, specifying punishments for various offenses, and *ryō* is the administrative code that provides detailed regulations and instructions for the operation of government and society.(...)”. (Ibidem, pg 3);

Foi também no período Nara que se criaram as primeiras narrativas históricas japonesas a sobreviver até a atualidade, e que foram talvez até mais relevantes para a legitimação imperial do que o próprio sistema de leis do *ritsuryō*. No longo prazo, as leis que colocavam o *Tennō* como centro do Estado se enfraqueceram, resultando em um compartilhamento de poderes com os demais nobres e que teve seu auge em meados da era Heian. Entretanto, mesmo com poder diminuído, a figura do governante imperial permanece como essencial e a autoridade, sobretudo dos regentes que ascenderam em seguida, dependia de como se controlaria a ordem sucessória, ou seja, de quão próxima seria a relação do regente imperial com o *Tennō*.

Enquanto que na China acreditava-se que dinastias seriam trocadas de acordo com o julgamento divino de que os governantes seriam ou não virtuosos o suficiente para permanecer no poder, no Japão acreditava-se em uma linhagem imperial inquebrável, pois os *Tennō* descendiam das divindades que criaram o arquipélago. É do início do século VIII da era comum que data a narrativa japonesa mais antiga a chegar à atualidade, que daria conta tanto do mito de criação das ilhas japonesas, quanto ligaria a linhagem imperial às entidades responsáveis por tal ato.

A obra *Kojiki*, o mais antigo dos clássicos, foi compilado por Ō no Yasumaro [por ordem imperial em aproximadamente 712 EC] e busca legitimar o poder imperial japonês, narrando a história japonesa, desde suas origens até a época da imperatriz Suiko (fim do século VI). A primeira parte relata o surgimento do mundo e o estabelecimento, no país, dos antepassados imperiais; a segunda parte encontra-se centralizada nas lendas que contam a formação do país; a terceira e última parte inclui narrativas histórico-lendárias, referentes aos imperadores dos séculos IV, V e VI. *Kojiki*, através de relatos mitológicos, estabelece, desse modo, a criação do Japão, o nascimento dos deuses e das divindades, com destaque à deusa do Sol, Amaterasu ŌmiKami, da qual descenderiam os imperadores japoneses, reafirmando a divindade da família imperial.<sup>7</sup>

O *Kojiki* (古事記) portanto teria estabelecido as bases do imaginário japonês a respeito do trono imperial e da linhagem que o ocupava, definindo que o *Tennō* seria descendente da linhagem sanguínea divina de Amaterasu, a *Kami*<sup>8</sup> do Sol e protetora do Japão. O *Nihonshoki* (日本書紀; 720 EC), ou *Nihongi*, é uma segunda crônica que conta a origem da linhagem e de

---

<sup>7</sup> YOSHIDA, 1999, pg 60-61;

<sup>8</sup> *Kami* (神) é um termo japonês que pode ser traduzido como Deus, mas com sentido mais amplo do que versões ocidentais da palavra. *Kami* é uma entidade ligada ao Shinto, atualmente o Shintoísmo, que se origina de formas diversas e tem relação com elementos da natureza e culto aos antepassados. O Shinto é considerada uma crença japonesa anterior à chegada do budismo, mas que antes de ser vista como religião (nos padrões modernos do termo), estaria vinculada às práticas e valores cotidianos, bem como sua forma de interpretar o mundo. Neste trabalho usa-se o termo *Kami* entendido como entidade divina, de origens e quantidade diversa, sendo Amaterasu pertencente a uma das mais altas camadas dentro da hierarquia dos *Kami*;

seus primeiros governantes, mas que se prende mais a eventos históricos do que mitológicos, seguindo inclusive a tradição chinesa de uso documental e compilação histórica<sup>9</sup>.

A menção a estas primeiras narrativas, sobretudo o *Kojiki*, é importante pois elas serão definidoras do imaginário e da produção artística e intelectual japonesa, que retomam eventos mitológicos da origem imperial em diversas fontes históricas pelos séculos seguintes. Neste sentido, o discurso de uma linhagem sanguínea divina permitiu que o clã imperial se mantivesse como único detentor do título de *Tennō*, mesmo quando seu poder foi diminuído durante a ascensão de figuras que efetivamente obtiveram maior autoridade sobre o governo. A narrativa de criação divina, inclusive, será novamente invocada como legitimação da linhagem imperial como única governante do Japão durante a Restauração Meiji, já no século XIX, quando o último *bakufu* foi derrubado e a autoridade sobre o território retorna à figura do *Tennō*. É também na época da Restauração Meiji que o *shinto* passa a ser visto como religião oficial do Estado japonês (shintoísmo) junto ao discurso nacionalista de então.

Entretanto, conforme mencionado, no início de Heian o protagonismo do governo permanece majoritariamente com o *Tennō* enquanto a Corte se adapta à sua nova capital. A situação se manteria por mais algumas décadas até que mudanças, sobretudo econômicas, passariam a influenciar as relações de força na Corte. Um dos problemas apontados foi o crescimento excessivo do clã imperial e o nascimento de diversos herdeiros com pretensões ao governo. O custo de manter o padrão de vida dos filhos e filhas imperiais tornou-se um problema, o que levou ao rebaixamento de diversas gerações a um *status* menor de nobreza, removendo-os da linha sucessória imperial e lhes atribuindo novos nomes de clãs. Foi neste movimento que teria surgido, por exemplo, os clãs Minamoto e Taira, compostos por filhos imperiais cujas mães seriam consortes de menor hierarquia na Corte<sup>10</sup> e que, no fim do século XII, seriam os protagonistas do conflito que fundou o primeiro *bakufu*.

É possível dizer que ações de âmbito interno do clã imperial japonês são parte dos assuntos de Estado, uma vez que tinham grande influência nas mudanças da linha sucessória.

---

<sup>9</sup> O *Nihonshoki* é a primeira do que ficou conhecido como as Seis Histórias Nacionais, criada sob o modelo de compilação histórica chinesa e escrita, inclusive, em chinês clássico. Assim como o *Kojiki*, o *Nihonshoki* foi também escrito por determinação imperial para instruir as gerações seguintes a respeito da sucessão imperial e de seus primeiros governantes. Delmer M. Brown aponta que no prefácio do *Kojiki* haveria uma passagem citando a ordem imperial de Tenmu-*tennō*, de 681, atestando a necessidade de uma compilação oficial dos “registros imperiais” e dos “relatos de origem”, uma vez que relatos de diversas famílias estariam muitas vezes se contradizendo sobre o passado do reino, sendo portanto necessário um relato que contasse a “verdade” para as próximas gerações. (BROWN, 1979, pg 364) Pode-se dizer, portanto, que tanto o *Kojiki* quanto as Seis Histórias Nacionais seriam produções de legitimação do discurso oficial do passado do reino e de sua linhagem imperial;

<sup>10</sup> MCCOULLOUGH, 1999, pg 39;

Como dito, os herdeiros imperiais eram filhos e netos<sup>11</sup> sanguíneos de *Tennō* anteriores, mas a escolha dos sucessores<sup>12</sup> representava por si só uma acirrada disputa cuja estratégia girava em torno, sobretudo, das mulheres consortes do governante e de suas famílias. Seria comum que os chefes das famílias aristocráticas apresentassem suas filhas como possíveis consortes imperiais, na esperança de que elas pudessem gerar filhos homens para a linha sucessória. As consortes seguiriam também uma hierarquia que tanto se relacionava com o *status* de suas famílias, quanto com possíveis preferências do *Tennō*<sup>13</sup>.

Neste contexto é importante mencionar que era costume no Japão as crianças serem criadas pela família de suas mães, o que colocava muitas vezes o avô materno, ou um tio, por exemplo, como principal figura masculina durante a infância. Esse aspecto foi definidor, sobretudo, no caso dos filhos das consortes imperiais, pois desta forma os chefes das famílias aristocráticas teriam proximidade e afinidade com o possível herdeiro imperial, ampliando as chances da família na dinâmica de disputas da Corte caso tal criança assumisse o título de *Tennō*.

Esta foi, inclusive, a principal estratégia utilizada pelo famoso clã Fujiwara, com destaque para o ramo norte da família, durante o período Heian. Mesmo em períodos anteriores, os Fujiwara já figuravam como um dos mais poderosos clãs da aristocracia, tendo tido papel fundamental na relação com Kammu e sua mudança de capital. Entretanto é em 850 que a ascensão do clã no controle da Corte se estabelece mais diretamente, inaugurando uma posição de regência que lhes seria atribuída durante séculos.

A ascensão do Imperador Montoku em 850 foi um crítico ponto de virada na sorte da Casa Norte dos Fujiwara, colocando no trono o sobrinho materno de treze anos do líder da casa, Yoshifusa, que aos quarenta e seis anos era a figura mais poderosa da Corte. Na época de sua morte em 872, Yoshifusa tinha se tornado o primeiro regente do imperador a ser nomeado de fora do clã imperial, estabelecendo uma reivindicação

---

<sup>11</sup> Houve mulheres que, fosse na falta de um herdeiro homem ou por poder e influência junto à Corte, assumiram como governantes. Esses reinados datam de períodos anteriores à Heian, fazendo parte inclusive do processo de consolidação do Estado tanto em Nara quanto em períodos anteriores. Já a Corte de Heian parece ter dado preferência à ascensão masculina ao trono, encerrando as possibilidades de herdeiras mulheres, costume que se mantém até a atualidade;

<sup>12</sup> Era comum que, no momento em que um novo *Tennō* ascendesse, fosse escolhido um herdeiro imediato, que poderia ser seu filho, irmão, sobrinho, ou mesmo algum neto de governantes anteriores. Mas este sucessor também poderia ser “trocado” por outro membro do clã de acordo com a dinâmica de poder e influência daqueles ligados ao governo e aos demais membros do clã imperial. Em estudos ocidentais de língua inglesa usa-se o termo “*crown prince*”, mas aqui dá-se preferência para chamá-los apenas de “herdeiros ou sucessores” na tentativa de não carregar demasiado sentido ocidental ao processo japonês;

<sup>13</sup> Na sociedade japonesa daquele período era comum que homens, sobretudo da aristocracia, tivessem mais de uma esposa, apesar de nem todos optarem por tal. As mulheres não teriam mais de um marido ao mesmo tempo, e a primeira esposa teria geralmente uma posição social acima das subsequentes, bem como seus filhos teriam maiores pretensões hierárquicas dentro da família;

ao posto para a linha da Casa Norte Fujiwara que nunca, daí em diante, foi contestada com sucesso por qualquer outro clã ou família. (...)<sup>14</sup>

Fujiwara Yoshifusa (藤原良房) e seus descendentes não teriam se restringido à regência, mas trabalharam para expandir sua influência sobre outros postos dentro do governo, como os altos cargos ministeriais. Em 850, quatro dos dezenove ministros sênior eram Fujiwara, em 872 eram sete de dezoito, enquanto que um século depois, o número somava onze do total de dezenove. No advento da morte do famoso Fujiwara Michinaga (藤原道長; 966-1027) em 1028, o número de ministros Fujiwara era de vinte e dois para um total de vinte e cinco, sendo que os três demais eram ligados ao próprio Michinaga por laços matrimoniais<sup>15</sup>. Tal crescimento demonstra não um momento de “sorte”, mas de extensa estratégia de ascensão política, baseada primariamente em práticas matrimoniais, que se expandiu por gerações dentro de uma Corte dominada pelos interesses deste clã.

Yoshifusa demonstrou seu poder na Corte e sua disposição em usá-lo em prol dos próprios interesses e de sua família desde o primeiro ano do reinado de Montoku. O Imperador tinha tomado como consorte a filha de Yoshifusa, Meishi (829-900), enquanto ainda era herdeiro e, no mesmo mês da morte de Nimmyō [o *Tennō* anterior] e da ascensão de Montoku, Meishi deu um filho a seu marido, o futuro Imperador Seiwa (850-881, r. 858-876). Montoku já tinha um filho com uma mulher do clã Ki, o Príncipe Koretaka (844-897) de seis anos de idade, mas oito meses após o nascimento de Seiwa, Yoshifusa parece ter forçado seu sobrinho Montoku a ignorar as reivindicações de Koretaka e declarar o filho de Meishi como herdeiro, dando a Yoshifusa poderes ainda maiores no próximo reinado como avô do imperador.<sup>16</sup>

A ascensão de Seiwa-*tennō* (清和天皇) em 858 garantiu a posição de regente à Yoshifusa sob o título de *Sesshō* (摂政). Aqui torna-se importante destacar que, ainda que em língua ocidental o termo Regente seja indicado para definir os cargos que os líderes Fujiwara passam a assumir de maneira quase hereditária, no Japão haveria mais de um termo para tais posições, que se relacionam, principalmente, com a idade do ocupante do trono. Yoshifusa recebeu o título de *Sesshō* pois estaria ligado a um *Tennō* criança, o que lhe garantia atribuições

---

<sup>14</sup> “The accession of Emperor Montoku in 850 was a critical turning point in the fortunes of the Northern House of the Fujiwara, placing on the throne the thirteen-year-old maternal nephew of the house’s leader, Yoshifusa, at forty-six the most powerful figure at court. By the time of his death in 872, Yoshifusa had become the first regent to the emperor in Japanese history to be appointed from outside the imperial clan, establishing a claim to the post for the Fujiwara Northern-House line that was never thereafter successfully challenged by any other clan or family. (...)” (MCCOULLOUGH, 1999, pg 45);

<sup>15</sup> *Ibidem*;

<sup>16</sup> “Yoshifusa demonstrated his power at court and his willingness to use it in his own and his family’s interests during the very first year of Montoku’s reign. The emperor had taken Yoshifusa’s daughter Meishi (829-900) as a consort while he was still crown prince, and in the month of Nimmyō’s death and Montoku’s accession, Meishi had borne to her husband a son, the future emperor Seiwa (850-881, r. 858-876). Montoku already had a son by a woman of the Ki clan, the six-year-old Prince Koretaka (844-897), but eight months after the birth of Seiwa, Yoshifusa appears to have forced his nephew Montoku to pass over Koretaka’s claims and declare Meishi’s infant son crown prince, thus assuring Yoshifusa even greater power in the next reign as maternal grandfather of the emperor.” (*Ibidem*, pg 48-49;)

mais diretas sobre os assuntos de governo. Seiwa tinha apenas oito anos de idade ao ascender, o que limitava a execução de suas funções oficiais, responsabilidade passada assim ao seu avô.

Em contrapartida havia também o regente para o *Tennō* adulto, o *Kanpaku* (関白). Fujiwara Mototsune (藤原基経; 836-891), filho adotivo e sucessor de Yoshifusa, deu continuidade ao controle de seu pai sobre a sucessão imperial até que em 887 ascende Uda-*Tennō* (宇多天皇; 867-931, r. 887-897) já em idade adulta, limitando assim a autoridade do regente. Após uma disputa de forças na Corte, Mototsune recebe o título de *Kanpaku*<sup>17</sup>, o que o tornaria mais um conselheiro ou ministro do que propriamente um regente. McCullough aponta que inicialmente a distinção seria mais significativa, onde o *Sesshō* poderia agir *como* o *Tennō*, aprovando documentos oficiais, conduzindo cerimônias ou qualquer outro tipo de atividade oficial, enquanto que o *Kanpaku* seria restrito a agir *para* o *Tennō*, especificamente nas relações com o Conselho de Estado, mas sem o poder de substituí-lo oficialmente<sup>18</sup>.

Assemelhando-se ao *Kanpaku*, haveria um terceiro título regencial que, apesar de menor em *status*, foi preferência do reconhecido Fujiwara Michinaga, personagem essencial da regência e famoso tanto na historiografia quanto nas artes, com destaque à grandes obras da literatura clássica japonesa. O título era o de *nairan*, que funcionava mais como um “inspetor” do que regente, mas garantia maior efetividade de ação sobre os assuntos de governo.

Um terceiro título regencial, *nairan* (“inspetor privado”), (...) dava aos seus detentores poderes quase idênticos aos do *Kanpaku*. Entretanto, teria aparentemente um status menor, cuja diferença significativa seria de que o regente *nairan* regularmente tinha participação ativa nos negócios e reuniões do Conselho de Estado, diferente daqueles com os títulos de *Sesshō* e *Kanpaku*, que eram geralmente removidos do envolvimento direto dos assuntos do Conselho. (...) <sup>19</sup>

Fujiwara Michinaga teria preferido este terceiro título por grande parte de seu período regencial exatamente por poder tomar parte mais ativa sobre os assuntos do governo, evitando tornar-se um governante “figurativo” como fora o próprio *Tennō* em determinados momentos. Como *nairan* ele teria maior liberdade de ação sobre assuntos administrativos, comparecendo quase diariamente na Corte e presidindo as reuniões mais importantes do conselho, estando assim ciente de praticamente tudo o que acontecia no governo, o que explicaria o quanto de poder e influência política e econômica ele manteve durante seu período na Corte<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> ADOLPHSON, 2017, pg 100;

<sup>18</sup> MCCULLOUGH, 1999, pg 77;

<sup>19</sup> “A third regental title, *nairan* (“private inspection”), (...) gave its holders powers mostly identical with those of a *kampaku*. It appears to have been a lower official status, though, and to have differed significantly in that a *nairan* regent regularly took an active part in the business and meetings of the Council of State, unlike regents holding the titles of *Sesshō* and *kampaku*, who were generally removed from direct involvement in the Council’s affairs. (...)” (Ibidem);

<sup>20</sup> Ibidem, pg 77-78;

Essas diferenciações entre os títulos regenciais demonstram outro aspecto fundamental deste auge da Corte de Heian: o protagonismo do Conselho de Estado e das famílias aristocráticas. Mikael Adolphson aponta que, diferente do que se pensava na historiografia do pós-guerra, o protagonismo da chamada “era regencial” não se centrava apenas na figura do regente, mas sim do Conselho de Estado e de seus ministros. Sendo assim, o que estaria por trás da diminuição do poder exercido diretamente pelo *Tennō* seria o aumento de poder de altos nobres da Corte, impulsionados por mudanças políticas e econômicas ocorridas sobretudo nas províncias e relacionadas diretamente com o sistema de recolhimento de impostos das propriedades rurais.

Esta teoria é conhecida em língua inglesa como *Royal-Court State*, que entende que as transformações econômicas e sociais fizeram com que a figura imperial dividisse a centralidade do governo com altos nobres que cresciam em poder e influência tanto na Corte quanto nas províncias. Não à toa seria, portanto, a estratégia Fujiwara de conseguir mais postos de ministros para além dos títulos regenciais, pois o Conselho de Estado teria um protagonismo sobre os assuntos administrativos que rivalizava, ou até ultrapassava, as atribuições do próprio *Tennō*.

Muito do poder adquirido por membros do governo e da alta aristocracia se deu por mudanças econômicas tanto na capital quanto nas províncias, que repercutiram sobretudo pela mudança da política de taxação de terras. Desde muito cedo, o Estado japonês percebeu a necessidade de abertura de terras para o cultivo, sobretudo do arroz, sua principal cultura agrícola, onde políticas de incentivo apareceram mesmo ainda durante o sistema *ritsuryō*. Àqueles que promovessem abertura de novos campos poderia ser concedida, por exemplo, redução significativa das taxas que incidam sobre terras antigas, direito que o novo “proprietário” gozaria por todo seu tempo de vida enquanto a terra fosse cultivada. Além disso eram também incentivadas melhorias, como a instalação de estruturas de irrigação para os campos, que neste caso estenderia o direito sobre a terra para a família por três gerações<sup>21</sup>.

É, entretanto, importante ressaltar que esses tipos de direitos e incentivos poderiam ser revogados e revistos a qualquer momento por decretos emitidos pela Corte, o que de fato ocorreu por diversas vezes no decorrer dos séculos VIII-X. Além disso, as condições geográficas do território tornava a abertura de terras um empreendimento demasiadamente custoso, que acabava sendo muitas vezes levado à frente por membros da própria elite da Corte de Heian que, uma vez proprietária de terras cultiváveis com menor tributação, teria uma renda

---

<sup>21</sup> TARANCZEWSKI, 2017, pg 122;

maior e não mediada pelo governo. Esses aristocratas geralmente nomeavam administradores locais que cuidavam de suas propriedades provinciais enquanto permaneciam na capital, recebendo por meio destes o lucro da produção.

Houve também elites locais<sup>22</sup>, tanto antigas famílias já estabelecidas nas terras quanto administradores responsáveis pela manutenção de terras públicas e coleta dos impostos regionais, nomeados pelo governo central, que por terem melhores condições econômicas do que agricultores comuns, buscaram cultivar novas terras para expandir suas próprias posses e fugir das altas taxas. Mas mesmo esses seriam, de uma forma ou de outra, ligados aos nobres da Corte Imperial, o que assegurou a presença das elites centrais nas províncias durante o período Heian.

(...) a classe administrativa local, buscando expandir seu próprio controle e renda, entendeu ser mais vantajoso aliar-se com proprietários e patronos nobres do que tentar se desligar das elites da capital. Enquanto os poderes locais poderiam ganhar autoridade ao se aliar com governantes centrais mais poderosos, também os menos notáveis estavam dispostos a buscar o patronato das elites centrais, fortalecendo assim a presença do centro nas províncias. Esse patronato era essencial para a sobrevivência de poderes locais quando as leis do Estado estatutário forneciam menos proteção do que deveriam. Consequentemente, qualquer tentativa de desprezar as elites centrais antes da Guerra Genpei de 1180-1185 estava destinada a falhar (...).<sup>23</sup>

Um dos clãs que mais atraía o interesse de elites locais nesta relação de patronato e proteção seria o próprio clã Fujiwara, quer fosse simplesmente “emprestando” seu nome ou efetivamente adquirindo e patrocinando terras, bem como templos provinciais de escolas budistas e cultos de seu interesse, expandia sua influência para além da capital. Havia também,

---

<sup>22</sup> Nas províncias havia também poderosos clãs que, mesmo unificando-se sob o Estado de Yamato e ao regime imperial posterior, mantiveram descendentes em suas bases locais de influência e que, portanto, teriam terras próprias e condições de explorar novos locais não cultivados. Além disso, com o fim do sistema *ritsuryō*, vieram também mudanças na forma de se taxar as terras e seus habitantes. Antes taxavam-se as famílias de acordo com a quantidade de homens disponíveis para o trabalho da terra, onde a responsabilidade pelo pagamento dos impostos devidos eram feitas de forma mais direta. Entretanto, as difíceis condições de cultivo em diferentes épocas do ano e em diferentes tipos de terreno, além da maior ou menor habilidade e condição de trabalho de cada agricultor, geraram altos níveis de sonegação de impostos, o que impactava na renda da Corte Imperial. O sistema então muda e passa a taxar não mais o indivíduo, mas os lotes de terra em dimensão mais ampla, que passam também a ser de responsabilidade de um administrador local ligado ao governador provincial. Definia-se assim uma cota que cada local devia pagar ao Estado e seria de responsabilidade do administrador recolher e executar o pagamento, sendo-lhe permitido reter para si qualquer excedente, ou mesmo pagar pessoalmente por qualquer falta. Isso acabou enriquecendo administradores que recolhiam mais impostos que o necessário, fosse por uma boa temporada de colheita ou por cobrar os agricultores além do devido. Muitos administradores e governadores provinciais foram, inclusive, membros de menor *status* da Corte, nomeados para tal trabalho pelo próprio governo central;

<sup>23</sup> “(...) the local managerial class, aiming to increase their own control and income, found it more advantageous to align themselves with noble proprietors and patrons than to try and disengage themselves from the capital elites. Just as provincial powers might gain authority by aligning themselves with more powerful central rulers, so, too, were lesser local notables willing to seek patronage from central elites, thereby strengthening the presence of the center in the provinces. This patronage was, in short, essential for local powers to survive when the laws of the statutory state provided less protection than they were intended to do. Consequently, any attempt to disregard the central elites prior to the Genpei War of 1180-1185 was doomed to fail (...).” (ADOLPHSON, 2017, pg 103);

certamente, importante retorno econômico que podia tanto ser resultado direto do cultivo e produção quanto de presentes enviados por seus aliados, como jóias, cerâmica, tapeçarias, dentre outros artigos de luxo.

A estas propriedades provinciais que se expandem durante a era Heian dá-se o nome de *shōen* (莊園), que não necessariamente possui uma tradução em idioma ocidental, pois não significa literalmente *terra* ou *propriedade*. Os primeiros *shōen* datam ainda de Nara e foram criados diretamente pelo governo imperial para manterem os templos budistas, porém, por terem pouca autonomia do centro, decaíram e foram extensivamente abandonados com o passar do tempo. Já os *shōen* posteriores, sobretudo a partir do décimo século, são mantidos mais diretamente pelos proprietários, administradores e cultivadores que, apesar de serem oficializados pelas leis imperiais, tinham maiores autonomias.

Joan R. Piggot aponta que o *shōen* pode ser considerado um conjunto de múltiplas camadas de direitos (*shiki*) sobre a terra, onde cada camada teria suas responsabilidades e seus benefícios, formando uma estrutura hierárquica que podia reunir o alto nobre da Corte como um proprietário ou sumo-proprietário, nobres menores que atuavam como funcionários de ligação entre Corte e província e, junto deles, chefes, líderes e administradores locais que recolhiam as devidas taxas sobre o uso da terra<sup>24</sup>. Adolphson também lembra que muitas poderiam ser as formas e intenções para a criação de *shōen*, como recompensa para templos e nobres ou “doações” de terras para evitar as altas taxações do governo provincial, mas que no fundo faziam parte de um mesmo movimento de “privatização” da administração do uso da terra, cujo sucesso principal se devia exatamente às camadas de direitos que lhe envolviam<sup>25</sup>.

Durante o século XI, terras nas províncias ficaram divididas em duas categorias principais. A primeira consistia em *shōen* de diversos tipos, controlados em grande maioria por casas nobres e instituições que constituíam a elite central. A segunda categoria, chamada *kokugaryō* (“terra controlada pela administração provincial”) ou *kōryō* (“terra sob controle público”), eram terras ainda sob o controle do governo provincial.<sup>26</sup>

As ditas “terras públicas”, sob controle do governo provincial, seriam aquelas onde incide a maior parte das taxações, cujos impostos garantiam a manutenção do governo imperial. Só que a criação extensiva de *shōen* viria aumentar o poder econômico e político das casas

<sup>24</sup> PIGGOTT, 2018, pg 4;

<sup>25</sup> ADOLPHSON, 2017, pg 102;

<sup>26</sup> “During the eleventh century, lands in the provinces became divided into two main categories. The first consisted of *shōen* of several types, controlled to a large extent by the noble houses and institutions that constituted the central elite. The second category, called *kokugaryō* (“land controlled by the provincial administration”) or *kōryō* (“land under public control”), was land still under control of the provincial government.” (TARANCZEWSKI, 2017, pg 123);

nobres sem intermediação direta superior, o que auxiliou consideravelmente na diminuição da autoridade do soberano em relação aos nobres da Corte e parte do conselho de Estado. Não por acaso uma das principais reformas empregadas pelo poder imperial ao final do século XI foi exatamente restringir a criação de novos *shōen* provinciais.

O domínio Fujiwara sobre Heian entraria em declínio exatamente em razão daquilo que os havia alçado, a sucessão imperial. Em 1068 o então líder Fujiwara, Yorimichi (藤原頼通; 992-1074), ficou sem opção de descendentes homens para colocar no trono, uma vez que suas próprias filhas postas como consortes imperiais não tiveram herdeiros do sexo masculino. Ele então teria tido que aceitar a ascensão do Go-Sanjō-*tennō* (後三条天皇; 1034-1073; r. 1068-1072), que além de não ser filho de mãe Fujiwara, recebeu o título já em idade adulta<sup>27</sup>. Nutrindo intensa inimizade pelos Fujiwara e seus aliados, Go-Sanjō iniciou uma série de reformas visando a recuperação da autoridade do *Tennō* e do clã imperial frente à aristocracia, medidas que foram mantidas e expandidas por seus descendentes imediatos.

A questão dos *shōen* foi um dos primeiros problemas enfrentados dentro da necessidade de limitar o poder e influência de seus adversários, onde por meio de editos imperiais ele passou a restringir a criação de novas propriedades, além de buscar confiscar algumas das mais recentes. “Para melhorar as finanças da família imperial, ele converteu terras confiscadas em ‘campos de edito imperial’ (*chokushiden*), uma inovadora tentativa de estabelecer bases de terra para a família imperial fora do estado burocrático.(...)”<sup>28</sup> Mas foi na forma como Go-Sanjō lidou com a questão sucessória que determinou a continuidade de suas reformas e permitiu que o clã imperial recuperasse grande parte de sua antiga influência pelas próximas décadas.

(...) A maior preocupação de Go-Sanjō era a sucessão imperial, que havia estado sob controle Fujiwara por dois séculos. Em outras palavras, não importavam as políticas inovadoras de Go-Sanjō, todas poderiam ser revertidas após sua morte, e como se encontrava com saúde debilitada, ele lidou com o problema da sucessão nomeando o príncipe Sukehito (1053-1129; r. 1072-1086; *in* 1085-1129) como sucessor e preparou a própria resignação enquanto ainda estava no poder. Sukehito, conhecido pelo nome imperial de Shirakawa, ascendeu em 1072, provando ser um sucessor digno. Como uma revisão sobre suas políticas e iniciativas irá revelar, Shirakawa pode até ser considerado um dos maiores soberanos de todo o período Heian.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> ADOLPHSON, 2017, pg 105;

<sup>28</sup> “To further improve the financial foundation of the imperial family, he converted estates that had been confiscated into ‘imperial edict fields’ (*chokushiden*), an innovative attempt to establish an extensive land-base for the imperial family outside the confines of the bureaucratic state.(...)”. (Ibidem);

<sup>29</sup> “(...) Go-Sanjō’s biggest concern was with imperial succession, which had been firmly under Fujiwara control for two centuries. In other words, no matter Go-Sanjō’s innovative policies, they could all be reverted once he died, and since he was in poor health, he addressed the succession issue by naming Prince Sukehito (1053-1129; r. 1072-1086; *in* 1085-1129) crown prince and prepared for his own resignation while he was still in power. Sukehito, known under his imperial name as Shirakawa, ascended the throne in 1072, proving to be a worthy

Assim como Go-Sanjō, Shirakawa-*tennō* (白河天皇) se preocupou em limitar a criação de *shōen*, porém ele mesmo se utilizaria deste tipo de propriedade para fortalecer a posição do próprio clã, criando novos *shōen* em nome de consortes que tivessem sucesso em dar à luz a herdeiros homens, garantindo assim que os rendimentos destas terras permaneçam ligados à linhagem imperial. Suas estratégias também se relacionavam com criação e manutenção de cultos e templos budistas ligados ao clã imperial, enquanto que buscava influenciar a nomeação de abades em santuários que antes estavam ligados, sobretudo, ao clã Fujiwara. A íntima relação que esses templos mantiveram com a Corte e os desenvolvimentos políticos em questão serão melhor explorados no segundo capítulo deste trabalho.

Shirakawa também abdicou do título de *Tennō* em favor de seu filho para que pudesse permanecer governando o reino de maneira mais direta. A estratégia se assemelha, portanto, ao que os regentes Fujiwara fizeram anteriormente, ou seja, controlar o Estado por meio de influências na linha sucessória e junto aos demais grupos de poder. Esse novo momento ficou conhecido como o sistema *insei* (院政), que em língua inglesa passou a ser conhecido por “*cloister government*” (governo do claustro) ou por “*government by retired emperors*” (governo por imperadores aposentados). A opção pelo termo “claustro” se refere ao fato de que era comum, mesmo em tempos anteriores, que um *Tennō* abdicasse do título e ingressasse em uma ordem budista, passando a viver nos templos mas possuindo ainda influência na Corte Imperial<sup>30</sup>.

O sistema *Insei* inaugurou um novo momento no governo japonês, onde o soberano que abdicou passa a ser conhecido pelo título de *In*. Go-Sanjō e Shirakawa não apenas mantinham influência na Corte como um “*ex-Tennō*”, mas controlaram tanto assuntos estatais quanto o clã imperial e a linha sucessória, forçando abdições e nomeações de acordo com interesses imediatos ou mesmo projetos de longo prazo. O momento marca também o fortalecimento tanto de grupos já existentes quanto de novos aliados, o que não significa que outros tenham perdido todos os postos ou suas bases de influência. A posição de regente, por

---

successor. As a review of his policies and initiatives will reveal, Shirakawa might even be considered one of the greatest sovereigns of the entire Heian period.” (Ibidem);

<sup>30</sup> Opta-se aqui por manter a utilização dos termos *in* e *insei* no lugar de qualquer uma das traduções pela representatividade do termo original. O *in* deste momento específico não representa apenas o *Tennō* que viria a abdicar, mas o sistema de governo relacionado a ele. Poderia haver simultaneamente, por exemplo, mais de um “imperador aposentado”, o que não significava que todos seriam *in*. Shirakawa inclusive forçou a abdição de seu filho e posteriormente do neto, mantendo sua própria posição como líder da família e do governo por ter influência direta sobre o trono. Estes forçados a abdicar são reconhecido como “imperadores aposentados”, mas ainda se encontram sob a influência do *in*, que mais que um título de passagem, representa um sistema de governo próprio;

exemplo, continua existindo e permanece ligada ao *Tennō*, sendo ainda monopolizada por descendentes do ramo Norte da casa Fujiwara, mas o controle sobre a sucessão passa a ser do *in*. Já um exemplo daqueles que passam a crescer em influência são os clãs que, além de aristocratas são também ligados à guerra, que tanto ganham bases provinciais, como os Taira de Ise que receberam *shōen* de Shirakawa-*in*<sup>31</sup>, quanto aumentam sua presença na Corte Imperial.

Na década de 1960 o historiador Kuroda Toshio (1926-1993) desenvolveu a importante teoria do *Kenmon Taisei*, ou Portões do Poder (Gates of Power), que basicamente indicava que o Japão teria sido governado, desde meados para o fim da era Heian até o fim do século XV, por blocos de poder de certa forma conjunta: a Corte, que reunia tanto a família imperial quanto os altos nobres de maior influência, os templos e as grandes ordens religiosas e, finalmente, a aristocracia guerreira que ascende ao fim do século XI e por todo o XII<sup>32</sup>. Será falado melhor sobre a *Kenmon Taisei* no próximo capítulo, mas é importante destacar que, segundo tal interpretação, existiria mais do que uma linha de força atuando sobre o governo do reino durante o século XI. O sistema *Insei* foi capaz de recuperar para o líder do clã imperial parte da influência sobre a Corte e as províncias que antes se atribuía aos Fujiwara e seus partidários, mas para tal ação foi também necessária a formação novos grupos aliados. Templos budistas foram importantes por desenvolverem cultos diretamente relacionados à linhagem imperial, bem como a aristocracia guerreira cresceria agindo como braço armado do *in* para fazer valer a própria estratégia dentro da linha sucessória.

A presença de diversos grupos de poder ao final do século XI não deve ser subestimada, pois não são simples mudanças nos rumos de governo ou alterações no equilíbrio do poder, mas sim o crescimento de múltiplas alianças e rivalidades que acabariam por definir as viradas no processo histórico que, por meio da guerra civil, lançariam clãs em constantes disputas armadas pelo controle dos assuntos de Estado. O sistema de governo *insei* permitiu que o clã imperial se fortalecesse novamente ao fim de Heian, mas isto também significou o crescimento da aristocracia guerreira que se colocaria como rival no futuro, cujos interesses também seriam alcançados pela proximidade que estabeleceram com o posto imperial.

É por tais motivos que se afirma aqui a impossibilidade de definir o processo histórico japonês como períodos de “troca” de poderes, sejam imperiais, regenciais ou militares, mas sim como um movimento que carrega tanto rupturas quanto continuidades, onde a cada momento o protagonismo de determinados grupos se realça frente a outros.

---

<sup>31</sup> ADOLPHSON, 2017, pg 105;

<sup>32</sup> Ibidem, pg 107;

A diferença desta era, começando com Shirakawa, foi que a família imperial agora percebia que teria mais poder estando atrás do trono do que sentando nele. Shirakawa abdicou em 1086 em favor de seu filho Horikawa (1079-1107; r. 1086-1107) para controlar a sucessão imperial, como Go-Sanjō havia feito antes dele. Quando mais tarde ele fez Horikawa abdicar em favor de seu neto (Toba, 1103-1156, r. 1107-1123, imperador aposentado 1129-1156) e repetiu o procedimento alguns anos depois, Shirakawa teria de fato privatizado a própria família imperial. O pináculo da pirâmide não era mais o soberano – apesar de seu valor simbólico ser de suprema importância para legitimar as posições daqueles que lhe cercavam ou apoiavam – mas sim o chefe da família imperial. Este era o significado do governo por imperadores aposentados (*insei*), uma era que têm, em geral, sido compreendida entre 1086 e 1185. Foi caracterizada não apenas pelo ressurgimento da família imperial, mas de fato por um novo tipo de governo, um que pode ser melhor descrito como uma governança cooperativa entre numerosos blocos de poder.<sup>33</sup>

O fim do governo pelos *in* viria exatamente pela ascensão de outro destes blocos de poder, o que não significou seu completo desaparecimento. Em 1185 chega ao fim um dos conflitos mais representativos do período, a Guerra Genpei (1180-1185), protagonizada pelos clãs guerreiros Taira e Minamoto, com seus respectivos partidários. A data acabou marcando também o fim do período Heian, uma vez que o clã vencedor fundou uma nova capital, a cidade de Kamakura, que passou a dar nome a um novo período da história do Japão. Entretanto, nenhuma das demais figuras, Corte, *Tennō*, Regente ou *In*, desapareceram após a ascensão dos guerreiros. Novamente o que ocorre é uma mudança de foco no governo onde um novo grupo irá protagonizar o cenário político, mas mesmo este deverá ser legitimado por poderes anteriores, sobretudo, pela figura imperial.

Apesar de novo no poder, o guerreiro não é uma figura desconhecida na Corte, inclusive já eternizada na literatura de Heian, com destaque para as *Monogatari*. Na política, apesar de se ter cultivado um imaginário pacífico sobre a era Heian, esses homens já se mostravam presentes e atuantes tanto na capital quanto nas províncias, fosse contra inimigos externos ao império ou rivais dentro do regime. Os guerreiros, antes de serem governantes, foram soldados do reino, história essa a ser analisada em seguida.

---

<sup>33</sup> “What was different about this age, beginning with Shirakawa, was that the imperial family had now figured out that it could wield more power from behind the throne than while sitting on it. Shirakawa had resigned in 1086 in favor of his son Horikawa (1079-1107; r. 1086-1107), in order to control imperial succession, as Go-Sanjō had done before him. When he later had Horikawa resign in favor of his grandson (Toba, 1103-1156, r. 1107-1123, retired emperor 1129-1156) and then repeated the procedure some years later, Shirakawa had in effect privatized the imperial family itself. The actual pinnacle of the pyramid was no longer the sovereign – although his symbolic value was of supreme importance in legitimizing the positions of those surrounding or supporting him – but rather the chieftain of the imperial family. This is the meaning of rule by retired emperors (*insei*), an era that has in general been seen to last from 1086 to 1185. It was characterized not just by the resurgence of the imperial family, but in fact by a new type of rule, one that can be best described as cooperative rulership between numerous powerful blocks.” (Ibidem, pg 106-107);

## De Soldados a Governantes: o *Bakufu* de Kamakura

“*They were soldiers once*”<sup>34</sup>. Este é o título do capítulo de Karl Friday no livro editado por John Ferejohn e Frances Rosenbluth, *War and State Building in Medieval Japan*, onde são discutidas as primeiras políticas relacionadas à condução das forças militares no advento da formação do Estado Imperial. A inspiração no modelo da dinastia T’ang da China para a formação burocrática e administrativa do governo também se expandiu para a dimensão militar, impulsionada sobretudo por uma necessidade de defesa do território contra potenciais invasões externas e insurreições internas de grupos que ainda resistiam à pressão centralizadora da época.

Quando o Estado Imperial se institucionaliza sob o sistema *ritsuryō* em meados do século VII, percebe-se a necessidade de uma melhor estruturação das forças armadas do reino, que antes era ligada às atividades locais dos clãs. Neste momento teria crescido um temor sobre o avanço militar chinês dos T’ang no continente, onde a ameaça de uma invasão às ilhas japonesas pareceu servir de incentivo para uma união de forças que permitia o avanço de reformas e a futura criação de um exército imperial. Esta crescente união de forças militares entre os clãs sob comando dos Yamato<sup>35</sup> e partidários, também permitiu a coerção e imposição do sistema àqueles que ainda resistiam, de diversas maneiras, à centralização imperial.

As diferenças práticas na forma com que os exércitos se formavam não são tão aparentes, mas o que passa a estar claro com relação ao período anterior são os princípios e a estrutura formal que se impõe. Anteriormente os líderes de clã seriam responsáveis por recrutar, equipar, treinar e comandar suas tropas em batalha em nome do clã Yamato, o que diversificava os métodos de atuação dos exércitos e de seus vários comandantes. Mas no sistema militar do *ritsuryō* haveria oficiais nomeados pelo governo para supervisionar a formação e condução de tropas, assim como manter listas de recrutamento oficial que antes eram também responsabilidade de líderes locais<sup>36</sup>.

Sob o novo sistema, todos os homens livres entre 20 e 59 anos de idade, com exceção daqueles de posição nobre e indivíduos que “sofressem de doenças duradouras ou fossem de outra forma incapazes de desempenhar deveres militares,” eram aptos a servir como soldados, ou *heishi*. (...) Uma vez atribuídos e registrados como soldados, a maior parte dos homens retornavam para suas casas e campos. Governadores provinciais mantinham cópias das listas de regimentos, que eram usadas como listas mestras de onde eram selecionadas tropas para treinamento; para policiamento em

<sup>34</sup> “Eles já foram soldados” ou “Antes eles eram soldados”;

<sup>35</sup> Friday coloca que no início do século VII o Japão funcionaria mais como uma “confederação de chefes regionais, que dentre eles os Yamato seriam os primeiros entre iguais.” (FRIDAY, 2010, pg 22) Os Yamato teriam se fortalecido como clã principal junto a seus partidários, formando uma Corte e uma linhagem de governantes que se estabeleceram com o título imperial seguindo o modelo chinês. A linhagem de Yamato é a mesma que sustentou, por toda a história japonesa, o discurso de ser ininterrupta desde a criação do reino;

<sup>36</sup> FRIDAY, 2010, pg 23;

tempos de paz, guarda e serviços de guarnição de fronteiras; e para servir nos exércitos em tempos de guerra.<sup>37</sup>

Os exércitos seriam então formados, primordialmente, pelo recrutamento de camponeses, o que lhes conferia o uso da infantaria como principal tropa, uma vez que a cavalaria exigia custo demasiado grande para o próprio Estado. No arquipélago japonês, assim como na China em que se inspiravam, a cavalaria era formada por arqueiros montados, o que exigia habilidade tanto no manejo do arco quanto com o cavalo, habilidades desenvolvidas apenas entre famílias que mantivessem cavalos previamente. Friday menciona, inclusive, que a manutenção de cavalos pelas famílias apenas se popularizou para além das casas nobres após o século X, ou mesmo ainda mais tardiamente.

Mas este exército recrutado do campo serviria aos propósitos do século VII e início do VIII, onde teriam sido formados em vistas às duas ameaças mencionadas anteriormente: uma invasão chinesa e insurreições de líderes de clãs locais<sup>38</sup>. No entanto, a partir de meados do século VIII estas ameaças gradualmente desaparecem, pois enquanto os exércitos do reino de Silla expulsam os chineses T'ang da Península Coreana, no Japão os ataques violentos às políticas centralizadoras diminuem conforme “(...) antigos líderes provinciais passam a aceitar a estrutura do Estado imperial como a arena onde iriam competir por poder e influência.”<sup>39</sup> É apenas ao norte do arquipélago que se mantém a necessidade do uso de tropas fixas em incursões de anexação de territórios contra os resistentes povos indígenas da região, relegando às demais áreas o uso militar para funções de policiamento e segurança local.

Neste sentido compreende-se que o custo de manter o exército imperial não mais se justificava, além do fato de que as tropas de infantaria camponesa não seriam a melhor opção para as necessidades que se impunham com relação à segurança interna do território. Em seu lugar, pequenos grupos de elites armadas que podiam ser reunidas rapidamente para captura de bandidos passaram a ser mais utilizados, o que levou ao entendimento de que novas reformas na estratégia militar seriam necessárias, fato que levaria à extinção da grande maioria das tropas camponesas já no final do oitavo século.

(...) O padrão das reformas, iniciadas ainda nos anos de 730, indicavam que o governo teria concluído ser mais eficiente depender de elites treinadas e equipadas

---

<sup>37</sup> “Under the new system, all free male subjects between the ages of 20 and 59, other than rank-holding nobles and individuals who “suffered from long-term illness or were otherwise unfit for military duties,” were liable for induction as soldiers, or *heishi*. (...) Once assigned and registered as soldiers, most men returned to their homes and fields. Provincial governors maintained copies of regimental rosters, which they used as master lists from which to select troops for training; for peacetime police, guard and frontier garrison duties; and for service in wartime armies.” (Ibidem);

<sup>38</sup> Ibidem, pg 24;

<sup>39</sup> Ibidem, pg 25;

privadamente do que continuar recrutando e preparando a população geral. (...) Os regimentos provinciais foram primeiro suplantados por novos tipos de forças e então, em 792, eliminados completamente em todas fora algumas poucas províncias. Em seu lugar, a Corte criou uma série de novos postos e títulos militares que legitimaram o uso de recursos marciais pessoais em nome do Estado. Em essência, a Corte terceirizou os serviços militares e policiais, passando de militares recrutados e publicamente treinados, para uma força contratada formada por guerreiros profissionais.<sup>40</sup>

Tais mudanças na formação de forças militares são contemporâneas às mudanças políticas e sociais na Corte Imperial e nas províncias. A movimentação para a nova capital de Heian-kyō, as alterações no manejo das propriedades provinciais e as criações de *shōen*, bem como as políticas de rebaixamento de gerações de membros da família imperial ao *status* de nobres com novos nomes de clãs, se mesclavam na dinâmica de mudanças do nascente período Heian. Com a dita “terceirização” dos assuntos militares pelo governo central, elites provinciais e nobres menores se aventuraram em investir em atividades militares como forma de se aproximar daqueles de maior prestígio na Corte Imperial. “(...) Eram homens de quarto ou quinto níveis [na hierarquia] da Corte, que obtinham patronato da alta nobreza e reconhecimento do Estado a servir como guarda costas, policiais e soldados.”<sup>41</sup>

Diversos grupos guerreiros, ou mesmo clãs inteiros, se formaram desta maneira no decorrer do período da Corte de Heian, tanto nas províncias quanto na capital. Porém, dois nomes se destacaram neste processo, sendo eles os próprios protagonistas da Guerra Genpei ao final do período: os Minamoto e os Taira, podendo também serem conhecidos pelos nomes de Genji e Heike, respectivamente<sup>42</sup>. Ambos clãs são formados pelos descendentes rebaixados do clã imperial, permanecendo na Corte como nobres mas também se estabelecendo em terras provinciais onde formam fortes bases locais.

---

<sup>40</sup> “(...) The pattern of the reforms, which began as early as the 730s, indicates that the government had concluded that it was more efficient to rely on privately trained and equipped elites than to continue to attempt to draft and drill the general population. (...) The provincial regiments were first supplemented by new types of forces and then, in 792, eliminated entirely in all but a handful of provinces. In their place the court created a series of new military posts and titles that legitimized the use of personal martial resources on behalf of the state. In essence, the court outsourced military and police services, shifting from a conscripted, publicly trained military to a contract force composed of professional warriors.” (Ibidem, pg 25-26);

<sup>41</sup> “(...) These were men of the fourth or fifth court rank, who curried the patronage of the higher nobility and recognition by the state by serving as bodyguards, police, and soldiers.” (Ibidem, pg 32);

<sup>42</sup> Genji e Heike são os nomes utilizados na literatura japonesa dos Monogatari. O *Genji Monogatari*, de autoria de Murasaki Shikibu e escrito no início do século XI, conta a história de um filho imperial que tem seu *status* rebaixado ao receber o nome Minamoto, descrevendo sua vida, sobretudo amorosa, e relacionamento com diversos membros da Corte e da sociedade de então. A obra é considerada, inclusive, o romance literário mais antigo do mundo. Enquanto isso, o *Heike Monogatari* é considerado um dos contos militares mais importantes da literatura japonesa, contando a história da ascensão e queda dos Taira em sua longa disputa contra os Minamoto nas últimas décadas de Heian. Sua autoria é incerta e acredita-se que tenha sido produzido para ser cantado por bardos e monges entre o final do século XII e início do XIII, uma vez que a guerra de sua narrativa foi encerrada em 1185;

Como importantes casas guerreiras, tanto os Minamoto quanto os Taira crescem em influência e prestígio, aproximando-se inclusive da distinção que tiveram os Fujiwara do mesmo período. Friday aponta que os Minamoto mantiveram fortes ligações com a casa regencial dos Fujiwara enquanto estes estiveram à frente da Corte Imperial, enquanto que os Taira teriam tido maior aproximação com o subsequente governo *Insei*.<sup>43</sup> Entretanto é importante lembrar que as disputas entre clãs, fossem guerreiros ou aristocratas, não se resumiam em rivalidades de uma família contra a outra, mas sim de grupos partidários opostos onde membros de um mesmo clã poderiam ocupar posições distintas em diversos momentos. Tal situação é melhor vista, inclusive, nos distúrbios de Hōgen e Heiji, causados sobretudo por disputas na linhagem sucessória imperial e na rivalidade interna tanto dos clãs guerreiros quanto da aristocracia cortesã.

Conforme abordado anteriormente, a ascensão de Go-Sanjō e posteriormente de Shirakawa, seguidas de suas respectivas abdições após alguns anos, deu início ao que ficou conhecido como o sistema *insei*. Shirakawa teria forçado a abdicação de seu filho Horikawa e, posteriormente, de seu neto Toba (鳥羽天皇; 1103-1156) em nome de seu bisneto Sutoku (崇徳天皇; 1119-1164)<sup>44</sup>, enquanto mantinha controle sobre a Corte e os assuntos de Estado, portanto impedindo que estes sucessores tivessem tido a oportunidade de governar por si mesmos. Além disso, a seguida abdicação de vários *Tennō* poderia gerar um “acúmulo” desses indivíduos, o que criava em si uma hierarquia própria, onde o mais velho (sênior) acabaria retendo o título de *in e*, portanto, o controle da Corte e Estado. Mas a idade acabou não sendo requisito definitivo, uma vez que a disputa pelo governo movia interesses tanto daqueles pertencentes à linha sucessória quanto de seus aliados mais próximos, envolvidos em suas próprias disputas.

Este teria sido o contexto do Distúrbio de Hōgen de 1156, cujas origens datam talvez de duas décadas antes. Após a morte de Shirakawa, Toba tomou para si o título de *in e*, uma vez no controle da Corte e do reino, reverteu diversas medidas de seu antecessor que impactaram o balanço de poder, como por exemplo permitir o retorno de Fujiwara Tadazane (藤原忠実; 1078-1162), exilado por Shirakawa anos antes. Na ocasião, Tadazane havia perdido a posição de regente imperial para seu filho mais velho, Fujiwara Tadamichi (藤原忠通; 1097-1164), que permaneceria como regente mesmo durante o governo de Toba e com o retorno de

---

<sup>43</sup> FRIDAY, 2010, pg 33;

<sup>44</sup> Há suspeitas, inclusive, que Sutoku fosse na verdade filho do próprio Shirakawa com Taikemmon-in (Fujiwara no Shōshi), consorte de Toba-*tennō*. (RIZO, 1999, pg 688);

seu pai. Esta situação gerou maiores problemas quanto Tadzane decidiu fazer de seu filho mais novo, Fujiwara Yorinaga (藤原頼長; 1120-1156), líder do clã Fujiwara. O resultado disto foi que Tadamichi passou a ser um regente sem uma base de poder como líder do próprio clã, enquanto Yorinaga passa a ser chefe sem assumir o tradicional posto de regente imperial que lhe caberia, criando uma rivalidade entre os irmãos que estariam decididos a ocupar os postos que teoricamente lhes seriam de direito<sup>45</sup>.

Decisões de Toba-*in* também geraram desavenças dentro do clã imperial. Em 1139 a consorte de Toba, Bifuku-mon In, deu à luz um filho imperial que seria então nomeado para suceder Sutoku-*tennō*. A criança, Konoe (近衛天皇), ascenderia dois anos depois quando Toba forçou a abdicação de Sutoku, mas o jovem *Tennō* viria a falecer pouco mais de uma década depois, em 1155. Com a morte de Konoe, Sutoku tinha esperanças de que seu filho ascendesse, garantindo-lhe a futura posição de *in* por ser pai de um *Tennō*, entretanto Toba escolheria seu outro filho, o irmão de Sutoku, Go-Shirakawa (後白河天皇; 1127-1192). Para dificultar mais a situação, Toba viria falecer em 1156, deixando para trás seus dois filhos, Sutoku que buscava finalmente uma oportunidade de assumir o governo como *in* por ser o herdeiro mais velho ainda vivo, e Go-Shirakawa, um *Tennō* adulto que não desejava se submeter aos desígnios do irmão<sup>46</sup>.

A rivalidade entre os irmãos rapidamente evoluiu para disputa armada quando ambos buscaram apoio dos clãs guerreiros de mais influência junto à Corte, os Minamoto e os Taira, além de partidários aristocratas encabeçados pela própria disputa interna do clã Fujiwara. Havia também rivalidade entre os guerreiros, o que garantiria que ambos os lados em conflito reunissem figuras do clã imperial, do clã regencial e das elites militares.

As disputas fraternais entre Go-Shirakawa e Sutoku e entre Tadamichi e Yorinaga provavelmente teriam sido resolvidas, nos séculos anteriores, por manobras, manipulações políticas e uso judicial do exílio, mas a pronta disponibilidade de forças militares foi uma tentação grande demais para se resistir. Havia rumores de que Sutoku e Yorinaga, que eram militarmente apoiados pelo *tōryō* Minamoto Tameyoshi, e por Taira no Tadamasa (irmão mais novo de Tadamori), estavam prestes a “mobilizar tropas e tomar o Estado”. O filho de Taira no Tadamori, Kiyomori, e o filho de Tameyoshi, Yoshitomo, que estava em maus termos com seu pai, seguido pela maior parte dos *rōtō* Minamoto, aliaram-se com a facção imperial de Go-Shirakawa. Estando prestes a morrer, Toba deu ordens a seus chefes militares, Kiyomori e Yoshitomo, para mobilizar seus homens para defender seu palácio perto das junções dos rios Kamo e Katsura ao sul da cidade, assim como o Palácio Takamatsu de Go-Shirakawa.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> BROWN, 1979, pg 387;

<sup>46</sup> Ibidem;

<sup>47</sup> “The fraternal quarrels between Go-Shirakawa and Sutoku and between Tadamichi and Yorinaga would likely have been resolved in earlier centuries by maneuver, political manipulation and a judicious use of exile, but the ready availability now of military forces was a temptation too great for either to resist. It was rumored that Sutoku and Yorinaga, who were backed militarily by the Minamoto *tōryō* Tameyoshi, and by Taira no Tadamasa (younger brother of Tadamori), were about to “mobilize troops and overthrow the state”. Taira no Tadamori’s son, Kiyomori, and Tameyoshi’s son, Yoshitomo, who was on bad terms with his father, followed by most of the Minamoto *rōtō*,

O resultado da disputa viria após o ataque da facção imperial ao palácio Shirakawa de Sutoku, que após a morte de Toba, também teria convocado seus aliados para defenderem o local. Ao lado de Sutoku estaria Yorinaga, Minamoto Tameyoshi (源為義; 1096-1156) e outros guerreiros dos Minamoto de Yamato, guerreiros Taira guiados por Taira Tadamasa (平忠正; falecido em 1156) e monges armados do templo Kōfukuji. Mas os monges nunca alcançaram a capital e muitos dos guerreiros Minamoto foram capturados antes de chegarem ao palácio de Sutoku, deixando sua defesa expressivamente menor do que dispunham os partidários de Go-Shirakawa. O violento ataque ao palácio Shirakawa aconteceria na noite do décimo primeiro dia do sétimo mês de 1156 (primeiro ano de Hōgen), do qual relatos colocam aproximadamente 600 homens montados como força de ataque, que destruíram e incendiaram o palácio em apenas algumas horas de combate.<sup>48</sup>

Como vencedor, Go-Shirakawa obteve para si o comando da Corte e do Estado, junto de seus partidários mais próximos. Sutoku foi capturado após fugir do palácio e exilado da capital, enquanto Yorinaga morreu dias depois em decorrência de ser atingido por uma flecha durante a fuga. Minamoto Tameyoshi e Taira Tadamasa foram ambos executados, decisão que teria surpreendido a Corte, uma vez que em tempos anteriores o exílio teria sido a punição mais comum a ser aplicada. Entretanto, houveram também surpresas em relação às premiações daqueles que lutaram por Go-Shirakawa, em particular os líderes Taira e Minamoto, que não teriam sido recompensados por seus serviços de maneira suficientemente satisfatória.

Rizo Takeuchi aponta que a Corte ainda parecia entender os guerreiros como “servos úteis” que respondiam ao chamado do soberano conforme necessário, mas que em tempos de paz poderiam ser ignorados. Go-Shirakawa não teria, portanto, demonstrado gratidão maior do que governantes passados dispensaram aos guerreiros, recompensando Minamoto Yoshitomo (源義朝; 1123-1160) e Taira Kiyomori (平清盛; 1118-1181) com posições insignificantes em comparação com a força política e econômica que ambos já possuíam e que muito pouco afetaria a posição de cada um deles frente à Corte e, sobretudo, entre ambos. Portanto, apesar do Distúrbio de Hōgen (保元の乱; *hōgen-no-ran*) ter resolvido disputas na liderança dos clãs imperial e Fujiwara, não trouxe resposta a um problema fundamental que se formava, a questão da supremacia militar entre os dois chefes guerreiros de Go-Shirakawa e a posição destes frente

---

aligned themselves with the imperial faction of Go-Shirakawa. The dying Toba issued orders to his military chiefs, Kiyomori and Yoshitomo, to mobilize their retainers for the defense of his palace near the junction of the Kamo and Katsura rivers south of the city, and also Go-Shirakawa's Takamatsu palace.” (RIZO, 1999, pg 689-690);

<sup>48</sup> Ibidem, pg 690;

à Corte e seus nobres, uma vez que tais clãs não mais poderiam ser considerados simples instrumentos de guerra.<sup>49</sup>

Consequências mais significativas dos acontecimentos de Hōgen ocorreriam poucos anos depois, no que ficou conhecido como o Distúrbio ou Rebelião de Heiji (平治の乱; *heiji-no-ran*). Em 1158 Go-Shirakawa abdica em favor de seu filho, Nijō-*tennō* (二条天皇; 1143-1165) de então quinze anos de idade, visando se manter no governo na posição de *in*, assim como seus antecessores fizeram. No entanto, apesar de ainda jovem, Nijō tinha o apoio de poderosas figuras da Corte Imperial, como a ex-consorte do falecido Toba-*in*, de quem herdou vasta riqueza, Bifukumon-*in*, os importantes políticos Fujiwara Tsunemune (藤原経宗; 1119-1189) e Fujiwara Korekata (藤原惟方; 1125-1166), além de vários membros do clã Minamoto que mantinham postos na Corte e que buscavam fortalecer a posição do *Tennō* em relação à do *In*.

Essa nova disputa envolvendo a liderança do clã imperial foi intensificada pela rivalidade entre dois aristocratas Fujiwara que tinham relações próximas com Go-Shirakawa, Fujiwara no Michinori (藤原通憲; 1106-1160), mais conhecido por seu nome budista Shinzei, e Fujiwara no Nobuyori (藤原信頼; 1136-1160). Shinzei havia sido a principal figura de poder na Corte ao lado de Go-Shirakawa após o conflito de Hōgen, influenciando decisões tomadas pelo então *Tennō* enquanto favorecia seus próprios aliados, dentre estes o poderoso Taira Kiyomori. Já as ambições de Nobuyori o teria aproximado de Go-Shirakawa na tentativa de superar a influência política de Shinzei, o que também o levou a formar uma aliança com Minamoto Yoshitomo, líder guerreiro que se sentia lesado pela preferência que Shinzei teria dado ao clã Taira.

No início de 1160, Taira Kiyomori deixaria a capital Heian em uma peregrinação até Kumano, uma famosa região que abriga diversos templos visitados constantemente por membros da aristocracia, abrindo assim caminho para que Nobuyori e Yoshitomo organizassem um ataque contra a Corte e os partidários de Shinzei que ficou sem a proteção militar do líder Taira. No décimo segundo mês da era Heiji, as tropas de Nobuyori e Yoshitomo capturaram Go-Shirakawa-*in* em seu palácio Sanjō e o levaram para o Grande Palácio Imperial onde ficaria mantido junto de Nijō-*tennō* em prisão domiciliar, enquanto que o palácio do *in* foi completamente incendiado após grande derramamento de sangue. Shinzei fugiu para Nara mas foi posteriormente capturado e executado, tendo sua cabeça retornada à Heian e exposta como

---

<sup>49</sup> Ibidem, pg 691;

a de um criminoso comum, enquanto que Kiyomori, informado dos eventos na capital, retorna à cidade e se estabelece na própria residência, tendo trazido consigo suas próprias tropas somadas à reforços que havia convocado pelo caminho. Mas o líder Taira não se coloca imediatamente contra os rivais que tomaram controle da Corte, supostamente aceitando se submeter ao novo regime.

Porém, pouco depois, tanto Nijō-*tennō* quanto Go-Shirakawa-*in* conseguiram fugir do palácio imperial e do controle de Nobuyori e Yoshitomo. Nijō estaria insatisfeito com a forma que Nobuyori assumiu controle da Corte e, após ser aconselhado por Tsunemune e Koretaka, fugiu para a residência de Kiyomori e denunciou o novo governo como rebelde, legitimando os homens de Kiyomori a agir como exército imperial. No dia seguinte Kiyomori enviou seu filho, Taira Shigemori (平重盛; 1138-1179), para atacar o Grande Palácio Imperial e forçar as tropas dos Minamoto para fora, aguardando com o restante de seu exército em sua residência em Rokuhara, onde foi atacado pelos inimigos que saíram do palácio, vencendo os insurgentes dentro de apenas algumas horas de batalha. Tanto Nobuyori quanto Yoshitomo foram capturados em fuga e executados, assim como os filhos mais velhos de Yoshitomo. Kiyomori poupou a vida dos filhos mais jovens do líder Minamoto, banindo Minamoto Yoritomo (源頼朝; 1147-1199) de treze anos de idade para a província de Izu sob os cuidados de Hōjō Tokimasa (北条時政; 1138-1215), aliado dos Taira, enquanto Minamoto Yoshitsune (源義経; 1159-1189), ainda bebê, foi enviado para se tornar monge.

Os eventos de Heiji foram essenciais para estabelecer a ascensão dos Taira, sobretudo pela suposta eliminação do clã Minamoto após a execução de seu líder Yoshitomo. Entretanto, mais do que representar a vitória de um clã guerreiro sobre outro, tais acontecimentos demonstraram novas atitudes deste crescente poder militar frente à Corte Imperial e aos aristocratas que a governavam.

O Distúrbio de Heiji teve seu início nas rivalidades e invejas dentre os confidentes do Imperador Aposentado Go-Shirakawa e o Imperador Nijō, mas diferente do incidente de Hōgen, as ações foram determinadas não por comandos de imperadores ou oficiais da Corte, mas por chefes guerreiros agindo por ambições próprias. Os eventos revelaram aos guerreiros a fraqueza da Corte e as primeiras pistas das realidades políticas do poder militar dos guerreiros. No entanto, é provavelmente prematuro falar deste momento como o início do governo dos guerreiros, como alguns historiadores fizeram. É por volta deste tempo, quando a paisagem política e militar estava mudando e os guerreiros agiam mais por iniciativa própria, que o termo *bushi* passa a ser usado para se referir aos guerreiros. (...) <sup>50</sup>

<sup>50</sup> “The Heiji Disturbance had its beginnings in the rivalries and jealousies among confidants of Retired Emperor Go-Shirakawa and Emperor Nijō, but unlike the Hōgen incident, its action was determined not by commands issued by emperors or court officials, but by warrior chieftains acting on their own personal ambitions. The events revealed to the warriors the powerlessness of the court and the first hints of the political realities of the warriors’ military power. Nevertheless, it is probably premature to speak of this time as the beginning of warrior rule, as

Pelos próximos anos, Taira Kiyomori ganharia cada vez mais influência junto à Corte, sendo um dos primeiros indivíduos pertencentes a uma linhagem guerreira a alcançar elevados títulos de nobreza até então restritos a aristocratas. Ele também conseguiu elevar diversos aliados e parentes aos altos postos no governo, assim como se utilizou da política de casamentos para assegurar sua posição junto ao trono, tendo com sucesso posto uma filha como consorte imperial de Takakura-*tennō* (高倉天皇; 1161-1181; r. 1168-1180). A união gerou um herdeiro que, conforme a vontade de seu influente avô Kiyomori, ascendeu ainda criança, o jovem Antoku-*tennō* (安徳天皇; 1178-1185; r. 1180-1185).<sup>51</sup> Mas Antoku morreria cedo, uma vez que seu reinado foi marcado pelo retorno dos herdeiros e partidários Minamoto ao cenário político, cujo resultado foi o fim das ambições do próprio clã Taira.

As histórias dos conflitos de Hōgen e Heiji, assim como a ascensão e queda do clã Taira, são contadas também pela literatura e pelas artes no final do período Heian. O Hōgen Monogatari e o Heiji Monogatari contam ambos conflitos em uma estrutura muito específica, dividida em três partes que exploram os contextos de antes, durante e depois dos acontecimentos. Ao falar do “antes”, ambas as narrativas se focam em localizar o leitor na disputa entre os personagens, entendendo as causas dos conflitos como uma rivalidade em três níveis, sendo o nível imperial (*Tennō* reinantes e abdicados), o aristocrático (ministros Fujiwara e cortesãos) e dentre os guerreiros (Taira, Minamoto e suas dissidências internas). Já ao entrar nos desenvolvimentos das batalhas e suas estratégias, assim como nos resultados posteriores, os contos se focam nos derrotados de cada evento enquanto explora o fim de suas vidas e a forma como morrem.<sup>52</sup>

É importante ressaltar que as Monogatari de Hōgen e Heiji trazem mais do que um relato literário sobre eventos verídicos, pois também representam o crescente interesse pelos valores militares e pela figura do guerreiro, bem como as mudanças de sua percepção no passar dos anos. O guerreiro, forte e valoroso, é o grande herói destes contos e carrega desde os atributos mais selvagens que evidenciam sua superioridade física, até os mais sábios em tempos posteriores.

(...) quando *Hōgen* [Monogatari] passa de fato às preparações para o conflito militar e ao seu grande herói militar, Tametomo (d. 1177) o jovem filho de MINAMOTO Tameyoshi, elogios são apresentados em termos de emergentes valores militares de

---

some historians have. It is at about this time, when the military and political landscape was changing and warriors acted more on their own initiative, that the term *bushi* came into use in referring to warriors. (...)” (Ibidem, pg 694);

<sup>51</sup> Ibidem, pg 696;

<sup>52</sup> BROWN, 1979, pg 386 e 390;

força física, bravura, e lealdade. Nos é dito que Tametomo tinha sete pés de altura [aprox. 2,13m], tinha um arco que precisava de cinco homens para puxar a corda, era tão selvagem que foi enviado para Kyushu – aos treze anos de idade – para ser mantido longe de problemas, subjugou todas as nove províncias de Kyushu em três anos, e foi finalmente convencido a retornar à capital para apoiar o pai, que havia decidido se unir ao Imperador Aposentado Sutoku. (...) <sup>53</sup>

Enquanto isso, o *Heiji Monogatari* apresenta a imagem de um guerreiro igualmente valente e honroso, porém de proporções e comportamentos mais humanos do que seu predecessor. Assim como no *Hōgen*, é o jovem guerreiro filho do líder do clã que protagoniza os feitos heróicos da narrativa, demonstrando tanto maestria militar quanto lealdade para com os seus. Na descrição da batalha do Portão Taiken, o herói Minamoto Yoshihira, apoiado por apenas dezessete homens montados, força uma tropa de quinhentos Taira em retirada, tendo inclusive a chance de matar Taira Shigemori (filho de Taira Kiyomori) durante a fuga, mas escolhendo não fazê-lo para poder salvar um aliado ferido. <sup>54</sup>

O que está também relacionado a este crescente interesse por valores heróicos e feitos militares, é sua relação com a tradicional aristocracia. Sendo parte da rivalidade em três níveis que deram origem aos conflitos, tanto a figura do aristocrata quanto do guerreiro aparecem ligadas e necessárias à figura imperial. Foram os atritos entre os próprios aliados que, em determinado, nível causaram a derrota do grupo, independente dos feitos individuais de seus heróis. No *Hōgen*, Fujiwara Yorinaga, apesar de descrito como perfeito aristocrata, se opõe à determinadas estratégias do guerreiro Tametomo, sendo por ele advertido de que um aristocrata não deveria se intrometer em planos de guerra pois seria inapto para tal. Já no *Heiji*, Fujiwara Nobuyori foi colocado como um covarde oportunista, enquanto o aristocrata por excelência seria Shinzei, que apesar de estar do lado vencedor, morreu antes da resolução do conflito.

O *Heiji* reflete uma consciência mais profunda do emergente conflito entre a velha aristocracia e a nova elite militar. Parágrafos de abertura do *Hōgen* estão na forma das tradicionais crônicas imperiais, mas os do *Heiji* mudam imediatamente para a observação de que na China, assim como no Japão, um governante sempre precisou tanto da força militar (generais) quanto de conhecimento (aristocratas burocráticos). <sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> “(...) when *Hōgen* turns to actual preparations for military conflict and to its great military hero, MINAMOTO Tameyoshi’s young son Tametomo (d. 1177), praise is presented in terms of the emerging military values of physical strength, bravery, and loyalty. We are told that Tametomo was seven feet tall, had a bow that took five men to string, was so wild that he was sent off to Kyushu – at the age of thirteen – to keep him out of trouble, subjugated all nine provinces of Kyushu within three years, and was finally encouraged to return to the capital to support his father, who had decided to side with Retired Emperor Sutoku. (...)” (Ibidem, pg 388-389);

<sup>54</sup> Ibidem, 391;

<sup>55</sup> “The *Heiji* reflects a deeper awareness of the emerging conflict between the old aristocratic and the new military elite. Opening paragraphs of the *Hōgen* are in the form of a traditional Imperial chronicle, but those of the *Heiji* turn immediately to the observation that in China as well as in Japan a ruler has always needed both military strength (generals) and learning (aristocratic bureaucrats).” (Ibidem, pg 392);

Ao se comparar tais reflexões sobre a forma e o conteúdo destes contos militares com os acontecimentos do processo histórico, pode-se ver a aproximação da classe guerreira com a Corte Imperial. O herói valoroso não mais se baseia apenas na potência física, mas se torna mais humano e consciente de seus aliados e rivais, assim como dos desafios dos novos tempos. O soberano necessitaria da presença guerreira, assim como dos aristocratas, mas o que parece ser ressaltado é que neste momento essas duas presenças devem ser balanceadas, cada uma em suas determinadas funções, diferente do que seria anteriormente, quando os guerreiros eram convocados apenas quando necessários à defesa do território ou da Corte.

Mas Hōgen e Heiji seriam apenas uma mostra do que o poder militar dos clãs seria capaz de criar nas últimas décadas do período Heian, que seria definitivo para a forma com que o Estado japonês passaria a ser comandado. Se há algo que a ascensão de Taira Kiyomori provaria, é que um líder guerreiro passa a ter plena capacidade de se impor politicamente como faziam os aristocratas, onde a proximidade com a figura imperial seria um dos mecanismos principais de garantia da legitimidade. A escalada na hierarquia do poder não mais se restringiria à uma política matrimonial e às condições econômicas alavancadas pelas propriedades rurais, mas também pela força da guerra como ferramenta de afirmação política.

Houve tentativas, durante a crescente influência de Kiyomori após o conflito de Heiji, de derrubada deste clã das posições alcançadas. Em 1177, por exemplo, Go-Shirakawa-*in* se junta a partidários e alguns aliados militares na tentativa de se mover contra Kiyomori, apenas para ter seus planos descobertos e serem derrotados antes mesmo de agirem, deixando o líder Taira ainda mais estabilizado no poder. Já em 1179, após disputas sobre a herança de terras regenciais que Kiyomori havia confiscado em nome de sua filha, Go-Shirakawa-*in* intervém e confisca ele mesmo as terras, assim como as propriedades de Taira Shigemori, o herdeiro de Kiyomori que morreu no mês seguinte. O líder Taira então executa um golpe contra o *In*, movendo suas tropas para dentro da capital e colocando Go-Shirakawa-*in* em prisão domiciliar, além de substituir trinta e nove oficiais que o serviam por homens leais ao clã Taira. Três meses depois, em 1180, Kiyomori forçou a abdicação de Takakura-*tennō* para então prosseguir com a ascensão de seu neto, Antoku-*tennō*, se estabelecendo assim no controle do Estado.<sup>56</sup>

O uso militar não foi, portanto, apenas um caminho para se chegar ao poder, mas também para manter-se nele. As antigas estratégias de deposição e exílio não mais seriam suficientes, enquanto nas bases provinciais os clãs fomentaram o crescimento de tropas próprias em conjunto com aliados que ambicionavam cargos e recompensas. Os aristocratas e mesmo

---

<sup>56</sup> RIZO, 1999, pg 697;

os grandes templos budistas já entendiam e se adaptavam a esta nova dinâmica política, buscando também armar-se contra os potenciais inimigos que se estabeleciam no controle do reino.

A oposição militar aberta contra o governo Taira começou, entretanto, não nos templos mas dentro da própria Corte Imperial. Dentre os poucos chefes Minamoto a sobreviver ao Distúrbio de Heiji estava um distante parente do líder Yoshitomo, chamado Yorimasa (1104-1180), um velho guerreiro-cortesão também conectado por parte de mãe aos Fujiwara. (...) Os motivos específicos de Yoshimasa são desconhecidos, mas fosse por ressentimento de antigas injustiças e prepotência dos Taira, ou por simples ambições pessoais oportunistas, no quarto mês de 1180 ele persuadiu o filho de Go-Shirakawa, Mochihito (1151-1180), a clamar por guerreiros em todas as partes para um levante contra os Taira.<sup>57</sup>

Esta nova tentativa de levante é também descoberta antes que os apoiadores de Mochihito e Yorimasa estivessem a postos. Ambos conseguem fugir da capital e seguem em direção à Nara para buscar o suporte dos grandes templos, mas acabam sendo atacados por seus inimigos, resultando na morte de ambos. No entanto, o chamado às armas não teria sido em vão, sobretudo nas províncias, onde agitações locais indicavam os primeiros momentos de um conflito maior. Este pode ter sido um dos estopins para o que ficou conhecido como a Guerra Genpei (源平合戦; 1180-1185), que entraria para a história como a guerra civil em larga escala entre os clãs Taira e o renovado clã Minamoto.

Porém, Jeffrey P. Mass lembra que a história da guerra civil, assim como a ascensão de Taira Kiyomori e a reconstrução do clã Minamoto após Heiji devem ser relativizados. O próprio nome Genpei pode ser um anacronismo atribuído ao conflito retrospectivamente por algum escritor ou contador de histórias.<sup>58</sup> A palavra Genpei é formada pelos *kanji* 源平, onde 源 (*gen*) vem do nome 源氏 (*genji*), enquanto que o ideograma 平 (*pei* ou *hei*) estaria relacionado a 平家 (*heike*), que seriam os nomes alternativos dos clãs Minamoto e Taira, respectivamente. Portanto a construção do nome em si já seria uma forma de narrativa para a guerra, apontando para o embate entre ambos os clãs como inimigos de longa data, enquanto que factualmente o evento teria representado um fenômeno político, econômico e social muito mais complexo.

---

<sup>57</sup> “Open, military opposition to Taira rule began, however, not in the temples but within the imperial court itself. Among the few Minamoto chieftains to survive the Heiji Disturbance was a remote relative of the clan leader Yoshitomo named Yorimasa (1104-1180), an aged warrior-courtier connected also with the Fujiwara through his mother. (...) What Yorimasa’s specific motives may have been is not known, but whether they were resentment of past Taira injustice and highhandedness or simply opportunistic personal ambition, in the fourth month of 1180 he persuaded Go-Shirakawa’s son Mochihito (1151-1180) to issue a call to warriors everywhere for the chastisement of the Taira.” (Ibidem, pg 698);

<sup>58</sup> MASS, 1985, pg 17;

(...) A ideia de que o conflito foi uma luta de vida ou morte entre rivais centenários parece ser um produto de racionalização, narrativa, ou propaganda do pós-guerra. Na verdade, as supostas ligas guerreiras não eram mais que combinações por conveniência, cuja realidade antes de Genpei era obscura, infrequente e mutável. É por esta razão que nenhum estudioso foi capaz de traçar a dita ascensão dos Taira e Minamoto com precisão, ou comentar com confiança sobre suas composições. O que passou de forma coerente à história são pouco mais do que imagens díspares tensionadas, com casas guerreiras não relacionadas postas como sujeitas a um dos dois clãs.<sup>59</sup>

Um dos maiores problemas encontrados ao se explorar a Guerra Genpei é identificar com consistência as condições dos clãs antes de 1180. Jeffrey P. Mass entende que, ainda que Kiyomori tenha de fato ascendido na Corte Imperial, sua superioridade não seria tão esmagadora em relação a outros rivais, sendo ele mesmo dependente da estrutura administrativa do *in* para reafirmar a própria posição.<sup>60</sup> Não por acaso, mesmo após tentativas de golpes contra os Taira, Kiyomori não extinguiu a posição do *In*, mesmo após colocar o próprio neto como *Tennō*, mas sim buscou colocar partidários entre os oficiais do governante aposentado. Este fato sozinho já pode indicar que o líder Taira não teria condições de eliminar este rival, fosse por depender dele ou por não ter poderes suficientes para tal.

Por outro lado, o contexto dos Minamoto antes do conflito é também um assunto delicado. Após a derrota e execução de grande parte do clã na sequência dos eventos de Heiji, pouco se sabe sobre a vida, sobretudo política, dos sobreviventes durante os vinte anos que se seguiram. De fato é possível se falar sobre Yorimasa e sua aliança com Mochihito, assim como é conhecido o fato de que Minamoto Yoritomo, o filho do falecido líder Yoshitomo, foi exilado aos cuidados de Hōjō Tokimasa e, em Izu, casou-se com a filha deste, Hōjō Masako (北条政子; 1157-1225). Takeuchi Rizo coloca que, uma vez que o chamado às armas de Mochihito chegou à Yoritomo ele teria, com apoio de seu sogro, levantado uma tropa local e atacado o oficial Taira responsável por Izu. Depois disso, outros teriam se unido à causa, sendo aceitos por Yoritomo independentemente de filiações anteriores, criando assim em pouco tempo um exército capaz de ameaçar a hegemonia dos Taira.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> “(...) The idea that the conflict was a life-and-death struggle between centuries-old rivals appears to be a product of postwar rationalizing, storytelling, or propaganda. In fact, the supposed warrior leagues were no more than combinations of convenience whose reality before Genpei was shadowy, infrequent, and shifting. It is for this reason that no scholar has been able to trace the so-called rise of the Taira and Minamoto very precisely, or comment with any confidence on their composition. What has passed for coherent history is little more than disparate images pulled taut, with unrelated warrior houses portrayed as subject to one or the other of two clans.” (Ibidem);

<sup>60</sup> Ibidem, pg 18;

<sup>61</sup> RIZO, 1999, pg 702;

O que se seguiria nos anos seguintes seria um conflito armado generalizado que ganhou a fama de ser, conforme mencionado, a grande luta final entre os Taira e os Minamoto. Mas o que as fontes permitem identificar são, na verdade, movimentos de insatisfação entre grupos pequenos em diversas províncias, que tinham muito mais relação com disputas sobre os direitos de exploração de terras do que com uma rivalidade entre poderosos clãs. De fato, como detentores de altos postos nos anos anteriores à 1180, haveria oficiais Taira no comando de postos provinciais ligados ao governo da capital, no entanto, a insatisfação crescente atenderia à ambição de senhores locais, independentemente de quem detivesse o cargo provincial.

Um grande problema (...) é que sabemos muito pouco sobre os opositores dos Taira, seja sobre suas lideranças ou membros adeptos. O problema é agravado pela dificuldade em distinguir entre as forças dos exércitos Taira e aqueles que assumiram o rótulo Taira de forma a ampliar seu prestígio local. Hoje sabemos que a maior parte das lutas que ocorreram não envolveram grandes exércitos, mas foram travadas localmente entre parentes e vizinhos, ou dirigidas contra ausentes proprietários civis e seus agentes. Isso nos ajuda a entender a guerra como um acúmulo de pequenos conflitos, mas também torna mais ilusória qualquer existência de uma organização Taira.(...)<sup>62</sup>

É portanto importante olhar para além da narrativa épica da rivalidade entre os clãs, não que esta não existisse, mas as mudanças econômicas e sociais nas províncias ligadas ao controle sobre o uso de terras oferece uma explicação mais plausível para uma guerra civil em larga escala, uma vez que as condições para tal fenômeno já estariam em desenvolvimento nas décadas anteriores. Não teria havido uma causa única ou vingativa para um levante armado, mas sim um acúmulo de interesses e ambições que se juntam a um contexto de mudanças políticas de um momento onde os Taira perdiam, por diversas razões, sua força dentro do governo.

Vale também lembrar que muito da narrativa da guerra esteve por anos ligada a fontes literárias posteriores, destas destacam-se o *Heike Monogatari* e o *Azuma Kagami*. Como o próprio termo *heike* lembra, esta obra conta a história da ascensão e queda do clã Taira, focando tal movimentação, inclusive, em Taira Kiyomori. O *Heike Monogatari* apresenta o líder Taira como talvez a mais importante figura política após sua vitória de 1156 (o Distúrbio de Heiji), sendo versado nas práticas cerimoniais, além de grande líder militar. Mas ele também é colocado como cruel e arrogante, despido de valores nobres e heróicos, atributos estes que

---

<sup>62</sup> “A major problem (...) is that we know very little of the Taira opposition, either its leadership or its rank-and-file membership. The problem is compounded by the difficulty of distinguishing between main-force Taira armies and persons who assumed the Taira label in order to enhance their prestige locally. We now know that most of the fighting that took place did not involve large armies but was played out locally among relatives and neighbors, or was otherwise directed against absentee civil landlords or their agents. This helps us see the war as an accumulation of small conflicts, but it also makes more elusive any corporate Taira existence.(...)” (MASS, 1985, pg 18-19);

recairão sobre seu filho, Taira Shigemori, que assim como os jovens guerreiros dos contos militares de Hōgen e Heiji, será o herói da narrativa.

Só que o Heike não é centrado em apenas um conflito ou alguns personagens, mas se constrói em torno da ascensão e queda de importantes figuras do período, sendo Taira Kiyomori, Kiso Yoshinaka e Minamoto Yoshitsune.<sup>63</sup> Já ao “herói” do Heike, a narrativa reserva uma descrição mais humana e mais sábia, pois Shigemori seria um guerreiro hábil mas também calmo, com fortes ideais religiosos e leal ao trono imperial. Ele mesmo teria visto, nas ambições de seu pai, o fim do próprio destino de Kiyomori, uma vez que este estaria decidido a se mover contra Go-Shirakawa-*in*. Neste sentido, tanto a morte dos herdeiros de Kiyomori quanto a destruição do clã Taira teria sido uma retribuição pelas más ações de seu líder.<sup>64</sup>

Enquanto isso, o *Azuma Kagami* é uma crônica histórica, portanto com narrativa diferente das Monogatari, sobre o *Bakufu* de Kamakura, o sistema político-administrativo que nasce após a Guerra Genpei. Organizada em cinquenta e uma sessões, a crônica é um relato cronológico de eventos políticos, econômicos e religiosos envolvendo o *bakufu* e seus líderes, desde seu início em 1180 até por volta de 1266. Acredita-se que o documento em sua forma final data do início do século XIV, mas suas versões iniciais já poderiam circular desde 1270.<sup>65</sup> O texto é, portanto, muito posterior ao evento que se busca analisar e, mesmo que ofereça descrições sobre a vitória de Yoritomo sobre os Taira, poucos seriam os documentos do período em questão com relação ao levante supostamente protagonizado pelos Minamoto.

Jeffrey P. Mass menciona melhores formas de explicar os acontecimentos da guerra no âmbito de suas causas e motivações. Segundo ele, é impossível entender o conflito pela perspectiva dos vencidos em razão da escassez de fontes, cujo motivo também deve ser questionado.

Outra explicação é possível – e está de acordo com dados que sobreviveram. Nesta ótica, a ausência de informações sobre os Taira está em sua maioria nos olhos do observador, resultado de expectativas equivocadas. Os Taira podem ser vistos como parte de uma estrutura mais ampla da Corte antes de 1180, e estando cada vez mais afastado desta (assim como dos níveis de governança) logo após esta data. Em outras palavras, a hegemonia Taira foi tão breve que declarar indefinição é exagerar sua importância. Sendo este o caso, a “falta” dos Taira deve nos preocupar menos do que o tradicional governo de Quioto: o que emergiu da Guerra Genpei foi uma política dupla que envolvia Kamakura e Quioto. Desta maneira, fontes que são amplamente mudas em relação aos Taira podem nos ajudar a ajustar o foco das investigações para o que seria importante nos anos de 1180 – o então sistema central de governo.<sup>66</sup>

<sup>63</sup> BROWN, 1979, pg 393;

<sup>64</sup> Ibidem, pg 394;

<sup>65</sup> McCULLOUGH, 1968, pg 102-103;

<sup>66</sup> “Another explanation is possible - and does accord with the data that survive. In this view, the absence of information on the Taira is mostly in the eye of the beholder, a result of misplaced expectations. The Taira can be seen as part of the larger court structure before 1180, and as increasingly estranged from it (as well as from the levers of governance) soon after that date. In other words, the Taira hegemony was so brief that to decry its

Esta perspectiva ajuda a compreender o motivo de oficiais Taira terem sido atacados em seus postos provinciais, uma vez que era comum que grupos e clãs que se encontrassem em altas posições na Corte oferecessem postos diversos a seus aliados. Os Taira portanto estavam inseridos na dinâmica política e se utilizavam das mesmas práticas correntes, então quando as mudanças sociais e econômicas que vinham se acumulando e os interesses de líderes locais se fizeram fortes o suficiente, seus oficiais estariam ocupando cargos na “linha de frente”.

Isto não significa que partidários Taira não tivessem erguido suas armas em defesa dos próprios interesses, independentemente de estarem lutando pelo clã de Kiyomori ou contra ele. É dito que Yoritomo aceitava aliados sem se preocupar com filiações anteriores, o que permite supor que guerreiros antes pertencentes ao lado dos Taira tenham se tornado inimigos destes quando sua hegemonia começou a se esvaír. Mas o chamado às armas de um herdeiro imperial apoiado por um Minamoto, apesar de relativizado, também não pode ser ignorado. O levante de Mochihito e Yorimasa pode ter sido, de fato, um dos estopins para com conflitos que se seguiram, ao lado de eventos menores que foram minando a autoridade dos Taira enquanto estes perdiam prestígio, principalmente, na capital e com templos budistas ligados à Heian.<sup>67</sup>

Neste sentido, assim como apontado por Jeffrey P. Mass, é necessário analisar o governo que se formou após a Guerra Genpei. O conflito em si é dito ter durado por volta de cinco anos e foi encerrado apenas em 1185 após a batalha naval de Dan no Ura (壇ノ浦の戦い), onde o exército Minamoto venceu as últimas tropas Taira. No local também estavam Antoku-*tennō* e sua avó Taira Tokiko (平時子; 1126-1185), viúva de Kiyomori, que tomou o menino nos braços e se lançou ao mar, encerrando a vida de ambos. Na ocasião, os Taira também teriam tentado se livrar das três *regalias* japonesas, símbolos do poder imperial que

---

elusiveness is to exaggerate its importance. This being the case, it is less the “missing” Taira that should concern us than the traditional government of Kyoto: what emerged from the Gempei War was a dual polity embracing Kamakura and Kyoto. In this way, sources that are largely mute regarding the Taira can help refocus our inquiry on what was important in the 1180’s – the ongoing central system of rule.” (MASS, 1985, pg 19);

<sup>67</sup> Pouco depois das mortes de Mochihito e Yorimasa, Kiyomori decide mover a Corte, com Go-Shirakawa-*in*, seu filho Takakura (que havia abdicado) e Antoku-*tennō*, para Fukuhara onde se pretendia fundar uma nova capital. O local escolhido era uma das bases do clã Taira e de aliados próximos, sendo que onde tanto Kiyomori quanto seus filhos mantinham residência por lá, o que pode demonstrar uma tentativa de fortalecimento do clã ao se aproximar fisicamente de aliados. A mudança deixa uma Heian insatisfeita, tanto por conta de cortesãos deixados para trás quanto pela cidade que perde diversas construções pela necessidade de “desmontar” edifícios para que o material fosse usado na construção da nova capital. Além disso, os templos e monges budistas do entorno de Heian, de quem Mochihito teria inclusive planejado obter ajuda, agora denunciavam a tirania dos Taira, sobretudo aqueles de Enryakuji, o templo guardião de Heian. Porém, meses depois da mudança, o projeto é abandonado e a Corte e seus oficiais retornam para Heian, por motivos não muito bem compreendidos, mas que podem se relacionar tanto com o pouco espaço e más condições geográficas locais, quanto com o aumento de levantes ligados aos Minamoto. (RIZO, 1999, pg 699-700);

estavam na posse de Antoku desde que seu séquito saiu de Heian durante a guerra, na esperança de negá-las aos Minamoto que os haviam vencido. As *regalia* são, segundo a tradição japonesa, presentes dados pelas entidades *Kami* aos soberanos imperiais e que foram passadas de geração em geração, de um *Tennō* ao outro. Elas são uma jóia, um espelho e uma espada, das quais espelho e joia teriam sido recuperados, enquanto que a espada supostamente desapareceu no mar.<sup>68</sup>

Com a derrota Taira, os Minamoto se fixam como o clã guerreiro mais influente no final do século XII, apoiados pelo poderoso clã Hōjō e por demais aliados tanto nas províncias quanto na capital. Minamoto Yoritomo, líder do clã, se estabelece na cidade de Kamakura, fazendo nascer o que ficou historicamente conhecido como o *Bakufu* de Kamakura. O uso do termo *bakufu* será melhor explorado em capítulos seguintes, mas o que se destaca no momento é que este estabeleceu, junto da Corte de Heian, uma nova forma de poder compartilhado, que governaria o território japonês pelos séculos seguintes. À Kamakura caberia, primariamente, o controle sobre a emergente classe guerreira japonesa, intermediando as relações e interesses desta com a Corte Imperial que se mantém em Heian. Kamakura também retém prerrogativas sobre o sistema de administração de terras e controle de coleta de impostos nas províncias subordinadas a si, podendo nomear oficiais para importantes cargos dentro do sistema de administração de terras cultiváveis.

A Corte Imperial e sua capital também teriam importância estratégica para Kamakura, uma vez que o próprio *bakufu* dependia desta para a legitimação do título de *Shōgun*. Usado por séculos para designar os comandantes que atuavam nas batalhas de interesse do governo imperial, sobretudo para aplacar revoltas provinciais e para anexação de territórios nas fronteiras do império, o título de *Shōgun*, ou *sei-tai-Shōgun* (征夷大將軍) passará a ser compreendido como posse dos governantes de Kamakura a partir de 1192, sendo Minamoto Yoritomo o primeiro a recebê-lo. Este fato dá início ao que ficou conhecido por *shogunato*, ou seja, o governo dos *Shōgun*. Houve três *shogunatos* na história japonesa, o de Kamakura (鎌倉幕府; 1185-1333), o Muromachi dos Ashikaga (室町幕府; 1292-1568) e o dos Tokugawa de Edo (江戸幕府; 1603-1867).

---

<sup>68</sup> As três *regalias* existem atualmente e ainda são utilizadas nas cerimônias de posse dos imperadores japoneses. Não se sabe o real destino da espada perdida na derrota dos Taira, uma vez que alguns discursos posteriores afirmam que ela foi reencontrada, enquanto que outros dizem que aquela levada por Antoku era uma réplica e que a verdadeira nunca tinha deixado o palácio em Heian. Independentemente do que possa ser, o fato é que os três objetos ainda são tradicionais símbolos japoneses, hoje guardados e protegidos em seus respectivos templos, fora da vista do cidadão comum;

Os *shogunatos* são reconhecidos como épocas em que o governo do Japão estava nas mãos dos clãs guerreiros, mas a Corte nunca deixou de existir e a figura do *Tennō* era essencial para a própria legitimação do sistema. De fato, houve tempos em que os *Shōgun* tiveram soberania sobre a grande maioria dos assuntos de Estado e dominaram praticamente todo o território, sobretudo talvez durante a Era Tokugawa, mas no advento da fundação de Kamakura no fim do século XII, os guerreiros eram ainda muito co-dependentes da capital imperial. O próprio Yoritomo, apesar de ter se estabelecido em Kamakura já em 1185, apenas recebeu o título de *Shōgun* em 1192, após a morte de Go-Shirakawa-*in*, cuja influência sobre a Corte ainda seria forte o suficiente para frear, em algum nível, as ambições do líder Minamoto.

A Guerra Genpei teria sido, portanto, não uma dita “revolução” guerreira, mas o resultado de um processo de adaptações e mudanças muito anteriores ao evento em si, assim como seu fim não seria o épico fim de uma rivalidade entre clãs, mas a manutenção de um governo centrado na Corte Imperial e em seus mais recentes aliados de Kamakura. Mas, pode-se dizer também que, Yoritomo de fato tomou para si prerrogativas que caracterizariam o início de um novo sistema de governo compartilhado pelas duas capitais, tornando-se intermediador entre Corte e guerreiros, principalmente. Sua nova posição também trazia a necessidade de manter aliados confiáveis na capital de Heian, papel que foi exercido tanto por parentes postos em posições estratégicas, quanto por partidários em clãs aristocráticos.

O passar dos anos e as dinâmicas da Corte e do *bakufu* acabariam por movimentar novamente alianças e rivalidades, nutridas por interesses de diversos personagens e seus poderosos clãs. Em 1183, ainda durante a guerra, partidários dos Minamoto já faziam pressão pela abdicação do jovem Antoku-*tennō*, o que causou sua fuga da capital com as três *regalia*. Nesta ocasião, Go-Shirakawa-*in* fez ascender, por meio de decreto, seu outro neto Go-Toba (後鳥羽天皇; 1180-1239; r. 1183-1198), que em 1198 abdicou para passar ele mesmo a governar como *in*. Assim como seu avô, Go-Toba teria tido Kamakura como aliada enquanto seus interesses colocavam inimigos em comum nos seus caminhos, mas como *in*, cresceriam também suas próprias ambições, alimentadas pelas de seus partidários, de aumentar sua autonomia dentro do governo.

Como esperado, a movimentação entre aliados e rivais é constante dentro do processo político, onde interesses e ambições definem as estratégias utilizadas em nome da hegemonia sobre o Estado. Este cenário levaria à Guerra Jōkyū (承久の乱; *jōkyū-no-ran*) de 1221, onde as forças reunidas por Go-Toba atacaram o *bakufu* que era então regido pelo clã Hōjō (北条氏), que depois da morte de Yoritomo se estabeleceram com um sistema de regência semelhante

àquele de Heian, governando Kamakura por trás de jovens portadores do título de *Shōgun*. Entretanto as forças de Kamakura eram superiores, bem como podem ter sido avisadas do ataque a tempo de se organizarem, resultando na derrota do *in* e no fortalecimento do próprio *shogunato*. A partir de então a Corte perde alguns privilégios, bem como terá sua situação econômica mais limitada pela força de Kamakura, mas ainda não deixando de existir e de manter a centralidade imperial como um dos principais legitimadores do sistema.

Kamakura ganha influência na Capital Imperial, mas o constante crescimento de forças provinciais novamente colocariam em prova o poder centralizado pouco mais de um século depois. Somado a isto, a figura imperial novamente tentaria reaver poderes para si, onde eventualmente e com auxílio de novos protagonistas do cenário militar, teria sucesso em derrubar Kamakura, apenas para que esses mesmos militares iniciaram um novo *bakufu* para si. Desta maneira, os clãs guerreiros não mais poderiam ser ignorados ou menosprezados nos séculos seguintes, em um contexto já muito diferente daquele período clássico onde o poder das armas fora um dia governado pelos interesses e ambições da Corte de Heian.

### **Entre *Kami*, Sábios e Homens: Jien e o *Gukanshō***

Há que se dizer que o processo histórico japonês, muito específico em sua realidade própria, carrega peculiaridades dignas de nota. É possível perceber que desde o início da formação de seu Estado, o Japão é governado por um núcleo central que buscou unificar líderes regionais sob uma figura imperial e, mesmo quando as províncias voltam a ganhar protagonismo devido a mudanças políticas e econômicas, a Corte é ainda essencial como veículo legitimador daqueles que detém a hegemonia política sobre o território.

O início do período Kamakura, no final do século XII, representa um momento de mudanças causadas por múltiplas razões, mas também mostra a tentativa de manutenção de poderes e figuras tradicionais no centro do poder. A emergente classe guerreira não toma, nem na capital imperial e nem nas províncias, completamente para si o controle sobre o Estado, mas o compartilha dentro do sistema que ainda preserva a centralidade da Corte que, de fato, perde algumas prerrogativas de governança, mas permanece relevante e atuante como legitimadora de novos poderes.

A manutenção de uma dinastia imperial é, talvez, o ponto mais curioso do processo histórico japonês. Enquanto que na China, principal referência civilizacional do Leste Asiático,

as dinastias mudavam em ciclos de ascensão e queda de acordo com a capacidade de seus governantes em reter partidários e vencer, ou não, seus inimigos, no Japão há a consciência da necessidade de se manter uma única dinastia no trono. O discurso de uma ascendência divina é a principal ferramenta para essa manutenção, mas o que parece realmente permitir sua permanência é a possibilidade de adaptação interpretativa de acordo com as necessidades históricas de cada momento, visto que não foram poucas as mudanças e trocas de hegemonia sobre o governo no decorrer dos séculos.

A proximidade com a linhagem imperial é um dos fatores que garantiriam a possibilidade de se governar, mas definitivamente não o único. Aproximavam-se aqueles que tinham relevância e influência na Corte, seja por privilégios de nascença ou por ascensão à títulos e postos por serviços prestados, mas seja como for, as estratégias políticas foram diversas e fundamentais. A política do matrimônio foi certamente uma das mais clássicas, mas a imposição da força não tardou em atuar conforme o poder militar saía do controle do Estado central para o de clãs particulares. Minamoto Yoritomo teve certeza de manter seus aliados sob controle com relação às conexões que tinham na capital imperial, inclusive voltando-se contra seu irmão, Minamoto Yoshitsune (1159-1189), um dos generais mais importantes de seu clã e aquele que conseguiu a vitória na batalha naval contra os Taira, quando este aparentava se aproximar demasiadamente de membros da Corte de Heian.

Também houve quem optou por métodos menos comuns e mais intelectuais, que de forma curiosa invocou as próprias bases do discurso de legitimidade imperial. No início deste capítulo citou-se a passagem de um texto escrito por um monge budista, de nome Jien, que não apenas viveu nos tempos de mudanças que levaram à criação do primeiro *bakufu*, mas os presenciou de perto, devido ao próprio nascimento como aristocrata.

Jien foi um membro da família Kujō (九条家), um dos ramos do tradicional clã Fujiwara, tendo seu pai e três irmãos mais velhos assumido o posto de Regente Imperial, além de três irmãs terem se tornado consortes imperiais. Ele mesmo, tendo sido enviado para tornar-se monge aos dez anos de idade, viria a se tornar, por mais de uma vez, abade da importante escola budista de Tendai (天台宗).<sup>69</sup> O início de sua vida adulta foi dedicada quase exclusivamente à contemplação religiosa, até que maiores envolvimento de sua família na política da Corte com o *bakufu* o aproxima dos “assuntos mundanos”. Quando Minamoto Yoritomo ordenou a perseguição à Yoshitsune, Jien e seu irmão Kujō Kanezane (九条兼実;

---

<sup>69</sup> BROWN, 1979, pg 403-404;

1149-1207) ficaram do lado de Kamakura, o que garantiu à Kanezane o posto de regente, mesmo que com pouco poder efetivo enquanto Go-Shirakawa-*in* ainda vivia.

Então, no 3º mês de 1192, Go-Shirakawa morreu sem deixar um Imperador Aposentado para sucedê-lo(...). Isso deixou a combinação Kanezane-Yoritomo virtualmente incontestada. Dentre poucos meses, Yoritomo recebeu o título de *Shōgun*, e à Jien foram concedidas as duas maiores posições que um monge Budista poderia ter: Abade de Tendai (*zasu*) e Monge Guardião do Imperador (*gojisō*). A casa KUJŌ entrava agora em sua “era dourada”. Kanezane não mais reclamava de não ser regente de verdade, e Jien não mais falava do desejo de se isolar em um templo distante para adorar Buda. Como Jien posteriormente escreveu, o Imperador era apoiado naqueles anos tanto pelo conhecimento da casa KUJŌ quanto pelo poder militar do clã MINAMOTO.<sup>70</sup>

A ascensão dos Kujō foi breve e em 1196 tanto Jien quanto Kanezane perdem seus postos para rivais. Não se sabe ao certo todas as razões, mas aparentemente Yoritomo desejaria obter maiores poderes na Corte ao colocar uma filha como principal consorte de Go-Toba-*tennō*, posição ocupada pela filha do regente Kanezane, para que pudesse atuar como avô de um futuro herdeiro do trono, fato que também não se concretizou.<sup>71</sup> Jien e Kanezane teriam uma breve re-aproximação com Yoritomo em 1198, quando o *Shōgun* buscou seus conselhos ao saber que Go-Toba havia abdicado na intenção de assumir o governo como *in*, mas seus postos anteriores não foram restabelecidos na ocasião, seguindo-se no ano seguinte, inclusive, a morte do líder de Kamakura.

Go-Toba parece ter visto a morte de Yoritomo, seguida das tensões sucessórias dentro do *bakufu*, como uma chance de melhor se estabelecer como *in*, no que foi apoiado tanto por clãs quanto por templos próximos de Heian. Jien aproveitou o momento para se aproximar do novo governante, recebendo permissão e convites para exercer cerimônias budistas na Corte, além de uma posição no departamento de poesia de Go-Toba. Além disso, em 1202 o filho de Kanezane, Kujō Yoshitsune (九条良経; 1169-1206), assume o posto de regente imperial, aumentando novamente as esperanças da família na Corte. Infelizmente para eles, Yoshitsune viria a falecer prematuramente em 1206, antes que seu filho Kujō Michiie (九条道家; 1193-1252) tivesse idade suficiente para herdar o cargo de seu pai.

---

<sup>70</sup> “Then, in the 3rd month of 1192, Go-Shirakawa died, leaving no Retired Emperor to succeed him (...). This left the Kanezane-Yoritomo combination virtually unchallenged. Within a few months, Yoritomo was granted the title of Shogun, and Jien was given the two highest positions a Buddhist priest could hold: Tendai Abbot (*zasu*) and Guardian Priest of the Emperor (*gojisō*). The KUJŌ house now entered its “golden age”. Kanezane no longer complained of not being a true Regent, and Jien no longer spoke of a desire to isolate himself in some distant temple for the worship of Buddha. As Jien later wrote, the Emperor was supported in those years by both the learning of the KUJŌ house and the military might of the MINAMOTO clan.” (Ibidem, pg 408);

<sup>71</sup> Ibidem, pg 410;

Uma nova oportunidade para os Kujō, talvez a mais importante aos olhos de Jien, viria duplamente em 1218 e 1219, onde no primeiro há o nascimento de um filho imperial de mãe Kujō que imediatamente é posto como próximo herdeiro. A criança era sobrinha materna de Michiie, o que provavelmente o colocaria na posição de regente uma vez que o menino ascendesse como *Tennō*. Já o segundo evento, inclusive o mais importante dos dois, foi a adoção de Kujō Yoritsune (九条頼経; 1218-1256), filho de Michiie, pelo *Bakufu* de Kamakura para assumir o título de *Shōgun* após o assassinato de Minamoto Sanetomo (源実朝; 1192-1219) que não deixara herdeiros.<sup>72</sup> Tais acontecimentos teriam sido parte dos motivos para que Jien, ao final de sua vida, se lançasse a escrever uma das crônicas japonesas mais complexas de seu período, o *Gukanshō* (愚管抄).

O *Gukanshō* foi escrito por volta do ano de 1219 e conta os eventos históricos japoneses a partir da linhagem sucessória imperial, desde o mítico Jinmu (神武天皇) até os governantes do início do século XIII. Os tradutores Delmer Brown e Ishida Ichirō consideram a obra como a primeira história interpretativa do Japão, pois não apenas conta eventos em ordem cronológica, mas os insere dentro de uma estrutura interpretativa de causa e efeito dos acontecimentos, o que por si só já o difere das histórias de sucessão escritas até então. O texto também tem forte conteúdo religioso, uma vez que sua interpretação histórica se baseia na sacralidade da linhagem imperial e em desígnios divinos que guiaram governos e governantes por todo o processo histórico, visando a manutenção do Estado sobretudo em seus momentos mais conturbados.

Contudo, a obra não apenas busca a construção de memória histórica ao se remeter à origem do poder imperial e daqueles ligados à ele, mas carrega dentro da narrativa um projeto político de ação efetiva. À Jien teriam sido revelados em sonho os eventos de 1218 e 1219, desde o nascimento do próximo herdeiro até o assassinato de Sanetomo e a adoção de Yoritsune como próximo *Shōgun*, o que ele teria tomado como um sinal de que o futuro do Estado estaria nas mãos das duas crianças Kujō. Mas tal futuro poderia estar ameaçado, uma vez que não era desconhecida a inimizade de Go-Toba-*in* para com Kamakura, onde uma guerra entre ambos poderia ser, na visão de Jien, desastrosa para todo o reino.

Dois aspectos devem ser aqui ressaltados: o contexto político do período e as oportunidades de ascensão na dinâmica de governo dos assuntos de Estado. Quanto ao contexto é importante lembrar que tanto *bakufu* quanto *In* estariam disputando posições de hegemonia

---

<sup>72</sup> Ibidem, pg 417;

sobre o reino, sendo Go-Toba uma influente e poderosa figura da Corte, enquanto os Hōjō, então regentes de Kamakura, teriam a seu lado as prerrogativas sobre o poder militar. Mas a morte de Sanetomo evidencia conflitos internos referentes, o que criaria a oportunidade para que o *in* reunisse partidários para auxiliá-lo na derrubada dos Hōjō. Acredita-se aqui que o clima de instabilidade e de guerra iminente já poderia estar sendo sentido em 1219, pois Jien parece escrever o *Gukanshō* exatamente na tentativa de evitar um ataque à Kamakura.

Isto leva, portanto, ao segundo aspecto mencionado, a oportunidade de ascensão na dinâmica do governo. Se Go-Toba conseguisse derrubar o *bakufu* ele poderia se estabelecer como *in* aos moldes do que fora Go-Shirakawa e seus antecessores, ou seja, manter controle sobre Corte e clã imperial, além de derrubar um poderoso rival detentor de grandes forças militares. Já Kamakura e os Hōjō precisavam não apenas manter sua própria base aliada, mas também recuperar influência em Heian como na época da ascensão de Yoritomo. Teria sido por esta razão que, no advento da morte do último *Shōgun* Minamoto, Hōjō Masako, viúva de Yoritomo e mãe de Sanetomo, teria solicitado que o *In* escolhesse um filho imperial para suceder o controle de Kamakura, aproximando assim ambas as capitais. Go-Toba recusa o envio de um filho do clã imperial e sugere uma criança da casa regencial, o pequeno Kujō Yoritsune.

Com relação aos Kujō, Delmer Brown coloca que Go-Toba provavelmente não dava particular importância à nomeação de Yoritsune como *Shōgun*, pois enquanto um filho imperial em Kamakura poderia dividir o reino e pôr em risco a linha sucessória na Corte, uma vez que direitos de herança ao trono poderiam chegar a ser reclamados, o filho de um regente não traria grandes perigos, além de que os Kujō já mantinham relações matrimoniais com os Minamoto.<sup>73</sup> Mas para os outros a oportunidade de ascensão seria clara, pois não apenas um herdeiro Kujō ascenderia como *Tennō*, como outro se tornaria *Shōgun*, fundamentando a posição da família em ambas as capitais. O monge Jien vai além e também prevê que Yoritsune não apenas seria *Shōgun*, mas por ser primo do futuro *Tennō*, poderia também ocupar o cargo de regente, unificando Corte e *bakufu* sob sua própria pessoa e controlando o Estado ao lado do soberano imperial.

Jien (115-1225) escreveu o *Gukanshō* na tentativa de convencer seus leitores de que divindades japonesas teriam criado um plano divino onde KIJŌ Yoritsune (1218-1256), um jovem menino da própria casa aristocrática KIJŌ de Jien, cresceria para administrar os assuntos de Estado em nome do Imperador. Segundo a delineação do curso único da história japonesa no *Gukanshō*, Yoritsune, de dois anos de idade, estava destinado a se tornar não apenas Regente, mas também *Shōgun* do governo militar localizado no leste do Japão. Ainda que Jien, como a maior parte dos intelectuais de sua época, acreditasse que o universo se movia para a extinção, ele

---

<sup>73</sup> Ibidem;

estava certo de que se Yoritsune fosse permitido cumprir seu papel pré-ordenado, o Japão iria desfrutar de outro período de melhoras temporárias.<sup>74</sup>

O principal leitor que Jien buscava convencer, neste sentido, seria o próprio Go-Toba-*in*. O audacioso projeto do monge não visava apenas que descendentes Kujō governassem, mas que um deles acumulasse tanto o título regencial quanto militar, conseguindo para si, teoricamente, a hegemonia sobre as diversas instâncias do governo. Mas se Go-Toba seguisse se preparando para uma guerra contra Kamakura enquanto Yoritsune era ainda criança, seu futuro como governante estaria ameaçado. A obra portanto seria a tentativa de convencer o *in*, além de qualquer outro que pudesse se opor, de que aquele era um plano divino e mover-se contra ele poria em risco o Estado japonês como um todo.

A relação entre planos e princípios divinos e a manutenção do Estado japonês se ligam à noção budista de *mappō*. O conceito será explorado futuramente, mas cabe dizer que naquele período existia a ideia de que o mundo se moveria rumo à própria extinção, tanto dos seres quanto do próprio governo. Na Corte de Heian tal ideia foi, inclusive, relacionada à própria ascensão guerreira e às diversas guerras civis que se seguiram, pois estes seriam presságios do fim da aristocracia e do Japão como se conhecia. Há, portanto, um pessimismo quase generalizado no fim do século XII, onde cultos seriam feitos em templos erguidos em nome de entidades específicas a serem veneradas durante a era do *mappō*.

Jien deixa claro no *Gukanshō* que não se poderia evitar o fim e lembra a crença do período de que o Japão teria, em toda sua existência, apenas cem reinados antes de se extinguir, estando eles já no 84º governante. Ele também identifica a ascensão dos guerreiros, manifestados em última instância no *shogunato* de Kamakura, como um dos indícios do *mappō*. Mas diferente de outros aristocratas que previam o fim, o monge entendia que o poder guerreiro era necessário àqueles tempos, sendo manifestações do próprio plano divino para a manutenção do trono naqueles últimos momentos. Portanto, mesmo que não houvesse forma de evitar o fim dos tempos, melhorias poderiam ser feitas para que o período fosse vivido da melhor maneira possível.

---

<sup>74</sup> “Jien (1155-1225) wrote the *Gukanshō* in an attempt to convince his readers that Japanese deities had created a divine plan by which KUJŌ Yoritsune (1218-1256), a young boy of Jien’s own aristocratic KUJŌ house, was to grow up and administer state affairs in behalf of the Emperor. According to the *Gukanshō* delineation of Japan’s single course of history, this two-year-old Yoritsune was destined to become not only Regent but Shogun of the military government located in eastern Japan. Although Jien, like most intellectuals of his day, assumed that the universe was moving toward extinction, he was certain that if Yoritsune were permitted to play his preordained role, Japan would enjoy another period of temporary improvement.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 1);

Os guerreiros não seriam os inimigos do Estado, mas a garantia divina de manutenção até sua iminente extinção. Seria essencial que o *bakufu* fosse mantido e que se unisse à Corte por meio de um regente-*Shōgun*, pois Jien aponta que o soberano precisa tanto da regência quanto dos guerreiros, bem como das habilidades que convém a cada um deles. À Yoritsune caberia, então, este duplo papel que uniria o conhecimento da Corte ao poder militar, fato ao qual nem mesmo o *in* poderia se opor, uma vez que este destino estaria sendo manifestado pelos Princípios acordados entre divindades.

Pode-se entender que os Princípios divinos que Jien lista durante seu texto sejam manifestações de planos e vontades, ou mesmo decisões tomadas pelas entidades guardiãs no advento de desafios que os governantes teriam em cada etapa da história japonesa. No *Gukanshō* o monge demonstra que o processo histórico sempre fora movido por Princípios, desde a época onde todos os homens podiam compreendê-los, até seu momento atual onde poucos sequer os reconheciam. Jien diz que naqueles tempos em que viviam, apenas os sábios conseguiam ver e compreender os Princípios que moviam os acontecimentos, sendo esta a razão pela qual ele escreve sua obra de forma a demonstrar como a ação divina vinha guiando o Japão mesmo sem que os homens percebessem. Neste sentido ele também convoca Go-Toba a entender os Princípios, dizendo que o *in* seria um sábio capaz, assim como ele mesmo, de compreendê-los, sabendo perfeitamente que nada escaparia de tais desígnios.

O *Gukanshō* é, portanto, uma interpretação teológica do processo histórico japonês que visa definir, segundo princípios divinos, a melhor forma de se governar o reino naquele que seria o fim de sua existência. Diferente das crônicas históricas produzidas até então, ele carrega um projeto político como resposta aos problemas de seu tempo e aos interesses de seu autor, se usando da narrativa histórica para legitimar poderes tanto tradicionais quanto ascendentes nas três figuras que se destacaram durante o período Heian: o soberano, o regente e o guerreiro. Ao mesmo tempo, o discurso da ascendência divina da linhagem imperial colocada tanto no *Kojiki* quanto no *Nihongi*, as duas crônicas mais antigas que chegaram aos dias atuais, é também empregado ao *Gukanshō*, pois é em nome da manutenção desta linhagem ancestral que se legitimaram regentes e guerreiros.

A pergunta que resta é: Como Jien organizou seus argumentos em uma narrativa convincente o suficiente para evitar uma nova guerra? Considerando que seu principal leitor seria Go-Toba-*in*, não bastaria apenas convencê-lo de que os guerreiros não eram inimigos, mas também demonstrar que a figura do regente como governante era necessária e legítima. Este ponto é essencial pois o sistema de governo pelos *In* foi a resposta dos líderes do clã imperial ao domínio dos regentes sobre a Corte, ligados aos Fujiwara, de quem os Kujō são também

parte. Portanto, o *Gukanshō* não apenas busca legitimar os guerreiros frente à uma aristocracia temente por seu próprio fim, mas também legitimar os regentes imperiais frente ao *In* que buscava manter uma hegemonia sobre o Estado.

Como resposta acredita-se que Jien colocou tanto os regentes quanto os guerreiros, portanto tanto Fujiwara quanto Kamakura, dentro do mesmo discurso de ancestralidade da qual o próprio clã imperial é parte. Os três estariam ligados pelos princípios divinos das entidades protetoras do Japão, que em nome da manutenção do Estado durante seus cem reinados, seriam necessários, em maior ou menor grau, de acordo com o desenvolvimento do processo histórico em curso. Um não poderia se manter sem a presença dos demais, do contrário a desintegração do mundo seria acelerada. Portanto, haveria chegado o momento não apenas de entender a missão de cada uma daquelas figuras destinadas a governar, mas também uni-las sob uma única pessoa, Kujō Yoritsune, aquele que seria regente e *Shōgun*.

Como os próprios tradutores da fonte vão dizer, o *Gukanshō* é um dos textos clássicos japoneses mais difíceis de se compreender, uma vez que seu teor teológico e sua chave interpretativa baseada nos ditos Princípios necessitam análises mais profundas e especializadas. Neste sentido, serão analisados na sequência alguns conceitos chave que acredita-se serem importantes para a compreensão do texto, sobretudo para o público ocidental, ao qual este trabalho se destina. Não se pretende esgotar todas as interpretações ou explicações sobre os temas explorados e as ideias a serem apresentadas, mas busca-se considerar que ao se elucidar alguns contextos, será possível entender como a escrita histórica do monge poderia ser uma estratégia tão significativa para a época quanto os exércitos que em breve se enfrentariam em mais uma guerra.

## 2. CRENÇA, HISTÓRIA E POLÍTICA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA DE PENSAMENTO DO GUKANSHŌ

Parecerá condescendente eu escrever em Japonês [e não em chinês], mas eu o faço para tornar possível ao leitor compreender as mudanças nas condições do mundo. (...)

Jien, *Gukanshō*<sup>1</sup>

Foi desta maneira que Jien se preocupou em destacar que sua intenção era, em grande parte, demonstrar de forma clara as mudanças que se manifestavam no mundo. Para tal, ele fornece cronologia atualizada da sucessão imperial, escreve em japonês e se usa de termos comuns do vocabulário de seus contemporâneos. No entanto, apesar desses esforços, Brownlee<sup>2</sup> diz que a obra acabou se tornando uma das leituras mais difíceis dentre os clássicos japoneses. Entre os motivos desta complexidade está a aparente ausência de uma estrutura lógica clara, além de conter discussões repetitivas em diversos momentos. Desta forma, torna-se necessário que cada leitor crie uma estrutura própria para conter as ideias de Jien de forma a compreendê-las dentro de múltiplas interpretações possíveis.<sup>3</sup> Além disso, o texto contém vários elementos religiosos e filosóficos, que exploram ideias e dogmas budistas presentes nas escolas religiosas da época.

É neste sentido que este capítulo pretende analisar alguns elementos do *Gukanshō* de forma a facilitar seu entendimento, não para esgotar todas as explicações possíveis, mas sim esclarecer alguns pontos e conceitos relativos ao contexto no qual a fonte está inserida e dos quais se utiliza. É importante ressaltar que a crônica foi escrita com o objetivo de convencimento de seus contemporâneos e, portanto, Jien não se preocupa em explicar determinados assuntos que seriam comuns ao imaginário e pensamento dos demais aristocratas e intelectuais de seu tempo. Desta forma, a estrutura de pensamento aqui utilizada será a sugerida por Ishida Ichirō, tradutor e estudioso do *Gukanshō*, que busca explicar, sobretudo aos leitores não japoneses, os principais pontos formadores das ideias de Jien.

Nesta perspectiva, o presente capítulo se dividirá em alguns momentos: primeiro serão levantadas reflexões sobre a historiografia japonesa e sobre os estudos japoneses por

---

<sup>1</sup> “It will appear condescending for me to write in Japanese [rather than in Chinese], but I do so in order to make it possible for the reader to comprehend the changing conditions of the world. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 199);

<sup>2</sup> BROWNLEE, 1991;

<sup>3</sup> Ibidem, pg 98;

pesquisadores ocidentais, na tentativa de entender o *Gukanshō* tanto como parte de uma evolução historiográfica, quanto como documento analisado por intelectuais diversos no decorrer do tempo; depois, será feita a inserção da fonte na tradição da escrita de contos e crônicas históricas em um contexto de desenvolvimento do pensamento político no Japão pré-Meiji, explorando e definindo os Princípios divinos, principais responsáveis pela excepcionalidade da crônica de Jien; por fim, serão discutidos aspectos sobre as práticas religiosas do período para melhor entender a forma como a narrativa transita entre crenças e tradições supostamente distintas, o que ajudará a esclarecer a própria estrutura de formação do pensamento contido no *Gukanshō*. O objetivo do capítulo é aprofundar os elementos considerados mais importantes dentro da problemática deste trabalho, não esgotando todos os conceitos apresentados na fonte, mas explorando aqueles que mais se relacionam ao uso da narrativa histórica como estratégia política no início do século XIII no Japão.

### **Alguns Apontamentos sobre Historiografia**

Antes de pensar o *Gukanshō* como uma narrativa histórica em comparação às demais fontes primárias de seu tempo, é necessário verificar como este documento se insere na evolução da historiografia japonesa e de como foi apropriado e estudado no decorrer dos séculos. Se comparar com outros escritos contemporâneos e anteriores a si, exercício que será feito no tópico seguinte, a crônica escrita por Jien em 1219 apresenta uma nova forma de manifestação intelectual e de escrita histórica. O fato de que o autor olha e analisa eventos do passado, buscando respostas aos problemas de seu presente, indica um importante nível de consciência histórica que o difere de fontes literárias de ficção, ou das compilações históricas feitas até então.

Beasley e Pulleyblank<sup>4</sup> lembram que, assim como a própria cultura japonesa, a tradição historiográfica, ou escrita histórica em suas primeiras manifestações, seguiu um padrão centrado no modelo chinês de registro histórico. As primeiras crônicas japonesas de que se tem notícia, escritas por ordem imperial e de caráter oficial, se inspiram nas compilações históricas das dinastias chinesas e foram, inclusive, escritas em chinês clássico. Com o passar do tempo e de acordo com as mudanças políticas no centro do poder, a escrita histórica japonesa tanto se afastou quanto, posteriormente, voltou a se aproximar dos modelos chineses, relação que ficou

---

<sup>4</sup> BEASLEY; PULLEYBLANK, 1961;

marcada pela escolha do idioma utilizado, o que permite a conveniente divisão entre os trabalhos escritos em chinês e os escritos em japonês.<sup>5</sup>

No entanto, as diferenças entre os modelos de governo da China e Japão, onde o primeiro apresenta momentos de ascensão e queda de dinastias reinantes, enquanto o segundo se prende ao discurso de uma única linhagem imperial, também resultam em distintos rumos historiográficos. Enquanto a história chinesa continua sendo escrita por ordem do Estado como narrativa oficial, no Japão a Corte Imperial não dá continuidade às crônicas oficiais para além do século IX, o que eventualmente resulta na continuidade da escrita histórica a partir de iniciativas individuais, como foi o caso do próprio *Gukanshō*. Trabalhos posteriores como o *Azuma Kagami* podem também ser considerados oficiais, este por ter sido produzido pelo *Bakufu* de Kamakura na intenção de narrar a ascensão do governo dos *Shōgun* Minamoto, mas o modelo de compilação oficial por ordem da Corte Imperial foi descontinuado como projeto de narrativa política no período pré-moderno. As obras de iniciativas individuais, no entanto, deram certa continuidade cronológica à escrita histórica, mas também se destacam pela exaltação de personagens e projetos políticos que seriam do interesse de seus autores.

Os excepcionais trabalhos históricos do período, no entanto, foram o *Gukanshō* (Miscelânea de Visões Ignorantes) de Fujiwara Jien, e o *Jinnō Shōtōki* (Registro da Verdadeira Descendência dos Divinos Imperadores) de Kitabatake Chikafusa. É significativo que ambos foram escritos em momentos de crise nas relações Corte-*bakufu*. (...) Nestas circunstâncias, não surpreende que ambos os livros mostrem um marcado interesse nos problemas relativos à localização da autoridade política. Suas tentativas de estabelecer, através da discussão de eventos passados, o relacionamento adequado entre um Imperador e seus ministros (por exemplo, os Fujiwara), ou entre Imperador e *Shōgun*, deu origem a um tratamento totalmente novo da história política. (...)<sup>6</sup>

O período ao qual a passagem se refere é aquele comumente referido como medievo japonês. Com a criação do *Bakufu* de Kamakura em 1185, os guerreiros aumentam suas participações na política, passando a dividir com a Corte Imperial, em diversos níveis, o governo do arquipélago. No decorrer dos séculos seguintes e devido a condições diversas em momentos específicos, o poder político no Japão perderá parte de sua centralidade com o aumento de influência e poder local de proprietários provinciais, o que levará a um longo período de guerra civil que apenas se encerrará com o advento do século XVII. Isso levou

---

<sup>5</sup> Ibidem, pg 10;

<sup>6</sup> “The outstanding historical works of this period, however, were Fujiwara Jien’s *Gukanshō* (Miscellany of Ignorant Views), and Kitabatake Chikafusa’s *Jinnō Shōtōki* (Records of the True Descent of the Divine Emperors). It is significant that both were written at moments of crisis in Court-Bakufu relations. (...) In these circumstances, it is not surprising that both books showed a marked interest in problems concerning the location of political authority. Their attempts to establish, through a discussion of past events, the proper relationship between an Emperor and his ministers (for example, the Fujiwara), or between Emperor and *Shōgun*, gave rise to an entirely new treatment of political history. (...)” (ROBINSON; BEASLEY, 1961, pg 239);

historiadores do século XX a equiparar o processo histórico japonês ao europeu, verificando similaridades entre o intervalo do fim do século XII ao fim do XVI, com a Idade Média da Europa Ocidental.

Mas a preocupação com uma dita Idade Média Japonesa não foi imediata, nem mesmo uma prioridade para os intelectuais japoneses envolvidos com a escrita da história em tempos de expansão das metodologias científicas ocidentais no Leste Asiático. A chegada do pensamento científico ocidental no Japão, apesar de significativo, não subjugou imediatamente a tradição intelectual japonesa, mas se somou a um já conturbado contexto de mudanças políticas e sociais que criou no século XIX um cenário de disputa ideológica presente em diversos aspectos da vida social. O ano de 1868 e a Restauração Meiji que ali se desenvolvia acabou representando um marco para as reformas que buscavam a modernização do Japão, mas as mudanças estruturais que se identificaram no decorrer do tempo podem ser consideradas tanto rupturas quanto continuidades de eventos políticos já em andamento em um passado recente na sociedade japonesa.

Em meio a tantas mudanças, a escrita da história não passou incólume. A modernização das instituições sociais e a introdução do pensamento ocidental causaram choque e grandes mudanças na historiografia e no modo de se pensar a história durante a Era Meiji. Schneider e Tanaka classificam o período, *grosso modo*, como um tempo de conflito, quando intelectuais se dividiram em grupos influenciados por dois paradigmas filosóficos distintos: a tradição historiográfica chinesa e a nova historiografia europeia (...).<sup>7</sup>

Rômulo Ehalt<sup>8</sup> aponta que o historiador japonês Nagahara Keiji dividiu os historiadores da Era Meiji em quatro grupos distintos, com seus respectivos nomes de destaque que protagonizaram a disputa intelectual e metodológica a respeito de como a história nacional deveria ser escrita naquele movimento de modernização. Essa questão não impactaria apenas a forma como o Japão seria visto e reconhecido como país frente às potências ocidentais e aos próprios vizinhos do Leste Asiático, mas também como o sistema educacional japonês viria a reproduzir uma história oficial para as próximas gerações.

É interessante perceber que, dos quatro grupos identificados por Nagahara, apenas um dialogava diretamente com uma escrita histórica mais voltada aos métodos ocidentais. Fukuzawa Yukichi, considerado o maior representante da linha de uma história civilizatória japonesa nos padrões ocidentais, estudava artes e línguas ocidentais e viajou para a Europa e Estados Unidos antes mesmo do fim do *shogunato* Tokugawa. Publicou dois livros, um em 1866, antes da Restauração Meiji, e outro em 1875, onde no primeiro faz um trabalho de análise

---

<sup>7</sup> EHALT, 2013, pg 120;

<sup>8</sup> Ibidem;

sobre o Ocidente, enquanto que no segundo trabalha com descrições da teoria civilizatória. Ele teria tido influência de intelectuais ocidentais como François Guizot, Alexis de Tocqueville, Herbert Spencer e Henry Buckle.<sup>9</sup> O fato de seus estudos terem se iniciado antes de 1868 demonstra que a aproximação dos estudiosos japoneses com o Ocidente não foi uma especificidade da Era Meiji, mas sim parte de um processo mais amplo de mudanças que se originaram ainda durante os últimos anos do governo Tokugawa.

O fato de Nagahara Keiji ter identificado apenas um grupo de historiadores como próximos de uma linha de pesquisa mais ocidental também demonstra a dinâmica de disputa intelectual pela qual passava o campo historiográfico japonês. Havia o grupo de historiadores que buscavam uma continuidade da influência do pensamento confucionista da Era Edo dos Tokugawa (1603-1868), que entendia o mundo por meio de uma visão hierarquizada da sociedade, visão reproduzida, inclusive, no sistema educacional Meiji. O segundo grupo seria formado por intelectuais inspirados pela escola de filologia Han chinesa, que buscavam revisar a história de maneira a negar superstições e origens míticas na intenção de ultrapassar os limites da ordem social estabelecida. Já o terceiro grupo defendia uma aproximação da história pautada em supostos preceitos shintoístas, buscando uma visão mais tradicional e religiosa do processo histórico, enquanto atacava instituições e templos budistas.<sup>10</sup>

Todas essas quatro perspectivas historiográficas fizeram parte do desenvolvimento do campo da história no Japão que se modernizava visando, além da própria legitimação, a inserção e reconhecimento internacional entre os séculos XIX e XX. O interesse imediato era a escrita de uma história oficial, pautada em acontecimentos da história recente, sobretudo para marcar a ascensão de um governo frente ao anterior, mas que também buscou nos antigos clássicos a base de um discurso de retorno às origens. Já o período entre os finais dos séculos XII e XVI acabou ficando em segundo plano, consideravelmente ignorado até o século XX e recuperado, em grande parte, no pós-1945, tanto por historiadores japoneses quanto ocidentais.

Isso não significa, no entanto, que as ditas fontes medievais não tenham sido estudadas em outros períodos históricos, tanto entre os intelectuais da Era Meiji quanto estudiosos anteriores e posteriores. Não se pretende fazer aqui uma revisão completa sobre a história da historiografia japonesa, mas sim focar em momentos em que fontes como o *Gukanshō* foram estudadas em meio a interesses diversos, contextos múltiplos e visões específicas. Inclusive, em tempos onde a política e o Estado se encontravam em crise, análises que sugerem a união

---

<sup>9</sup> Ibidem, pg 121;

<sup>10</sup> Ibidem, pg 120-121;

de dois poderes significativos em nome da resolução de problemas, podem ter se inspirado no trabalho de Jien.

Delmer Brown e Ishida Ichirō identificam três tipos de interesses que o *Gukanshō* teria instigado entre estudiosos no decorrer do tempo, sendo os interesses político, textual e intelectual, o que teria levado às diversas análises do documento focadas tanto em questões específicas quanto amplas e contextuais, sendo que os trabalhos poderiam ser movidos por mais de um destes interesses.

(...) Apesar da história japonesa posterior a 1219 não ter seguido o rumo que Jien disse que seguiria, e apesar de nenhum governo japonês ter afirmado que o *Gukanshō* explicava ou justificava a existência de tal governo, o livro foi objeto de investigação por séculos, especialmente desde a 2ª Guerra Mundial. Esses estudos emergiram, principalmente, a partir de três tipos de interesses: (1) um interesse político de pessoas que, em tempos de fraqueza do governo militar (*bakufu*), viram mérito na defesa de Jien de um governo onde líderes aristocratas iriam cooperar com líderes militares; (2) um interesse textual daqueles que, sob a influência dos Estudos Nacionais (*kokugaku*) e dos padrões e métodos de pesquisa histórica ocidentais, viram o *Gukanshō* como uma valiosa fonte histórica; e (3) um interesse intelectual de pesquisadores atuais que têm apreciado o livro de Jien como uma interpretação única da história japonesa. (...) <sup>11</sup>

Um exemplo do primeiro tipo de interesse despertado pelo *Gukanshō* é o trabalho de Ichijō Kaneyuki (1402-1481), que no século XV escreveu um documento para o então *Shōgun* Ashikaga onde defendia um governo no qual um importante clã aristocrata iria cooperar com o clã militar que controlava o Estado.<sup>12</sup> Este tratado, de conteúdo similar ao *Gukanshō*, também foi elaborado em um momento de crise no qual a autoridade política do período estava sendo contestada, pois o *Bakufu* dos Ashikaga, o segundo governo formado por clãs guerreiros na história do Japão, já sofria contestações por parte de adversários diretos e de poderes ascendentes.

Séculos depois, em 1846, Nobutomo Ban (1773-1846) escreveu um comentário sobre o *Gukanshō*, duas décadas antes da Restauração Meiji, que acabou sendo um dos primeiros trabalhos de análise textual do documento. Nobutomo parece ter percebido a relevância que a narrativa de Jien poderia ter no próprio contexto do século XIX, pois a forma como a figura do *Tennō* é privilegiada por sua ascendência divina na interpretação do monge, tinha potencial para

---

<sup>11</sup> “(...) Although Japanese history after 1219 did not follow the course that Jien claimed it should, and although no Japanese government has even stated that the *Gukanshō* either explained or justified that government’s existence, the book has been the subject of investigation for centuries, especially since World War II. These studies have emerged mainly from three types of interest: (1) a political interest of persons who, at times of military government (*bakufu*) weakness, saw merit in Jien’s advocacy of a government in which aristocratic leaders would co-operate with military leaders; (2) a textual interest by those who, under the influence of National Learning (*kokugaku*) and Western standards and methods of historical research, saw the *Gukanshō* as a valuable historical source; and (3) an intellectual interest by recent scholars who have appreciated Jien’s book as a unique interpretation of Japanese history. (...)” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg xi);

<sup>12</sup> *Ibidem*, pg xii;

favorecer os interesses daqueles que defendiam um retorno do poder político à aristocracia da Corte e o fim do *Bakufu* dos Tokugawa.<sup>13</sup>

A partir de Nobutomo os estudiosos do *Gukanshō*, muitos já citados na introdução deste trabalho, passam a se prender mais aos aspectos técnicos da fonte, na tentativa de compreender sua estrutura, datação, autoria, acréscimos posteriores ao conteúdo original, entre outros. Este interesse em delimitar o documento como fonte histórica se relaciona também com a expansão das metodologias ocidentais dentro da academia japonesa, o que permitiu que pesquisadores, a partir sobretudo de meados do século XX, focassem em aspectos específicos da obra para expandir diferentes perspectivas em sua estrutura de pensamento.

Enquanto estes historiadores textuais se dedicavam principalmente ao trabalho de identificar, coletar e editar textos e documentos - e trabalhar em questões de autoria, datação, e como vários capítulos (fascículos) foram incluídos no *Gukanshō* original - eles também se perguntavam por que Jien tinha escrito esta história e a quem ele a destinava. Mas foi Tsunetsugu Muraoka, eminente historiador japonês do pensamento do *shinto*, quem fez o primeiro avanço significativo na análise da visão histórica de Jien. Ele notou que a visão de Jien estava fortemente baseada em doutrinas *kalpicas* e apontou que seus Princípios não eram meras normas, mas imperativos históricos. Muraoka também viu que a crença de Jien na deterioração *kalpica* estava misturada com a crença no poder da lei Budista de “destruir o mal e criar a bem”. Vários historiadores do pós 2ª Guerra Mundial também avançaram em diferentes áreas do pensamento de Jien (...). Em geral, no entanto, intelectuais modernos têm dedicado suas pesquisas primariamente a problemas específicos ao invés do padrão e caráter geral da interpretação histórica de Jien.<sup>14</sup>

É notável que os trabalhos inspirados, ou diretamente ligados ao *Gukanshō*, seguem as tendências historiográficas de cada época. De início, o interesse de se aproximar da narrativa se relacionava com as possibilidades de explicações e definições de bases para interesses políticos em momentos específicos da história japonesa, enquanto que posteriormente, com o avanço da metodologia histórica que convergia práticas tradicionais com técnicas ocidentais, a dimensão mais técnica da fonte, vista como documento histórico, passa a ser explorada.

Há também que se falar sobre a própria historiografia ocidental que passa a estudar o Japão e, eventualmente, o próprio *Gukanshō*. Assim como a historiografia japonesa, que em seu período moderno tinha maior interesse pela história recente do país e pelos antigos discursos

---

<sup>13</sup> Ibidem;

<sup>14</sup> “While these textual historians were engaged principally in the work of identifying, collating, and editing texts and documents - and in working on questions of authorship, dating, and how many chapters (fascicles) were included in the *Gukanshō* original - they were also asking why Jien had written this history and to whom he was addressing it. But it was Tsunetsugu Muraoka, Japan’s eminent historian of Shinto thought, who made the first significant advances in the analysis of Jien’s view of history. He noticed that Jien’s interpretation was firmly rooted in kalpic doctrines and pointed out that his Principles were not merely norms but historical imperatives. Muraoka also saw that Jien’s belief in kalpic deterioration was mixed with belief in the power of Buddhist law “to destroy evil and create good”. A number of post-World War II historians had made further advances in different areas of Jien’s thought (...). In general, however, modern scholars have devoted their research primarily to specific problems rather than to the overall pattern and character of Jien’s historical interpretation.” (Ibidem, pg xiii);

de origens míticas e folclóricas, no Ocidente os pesquisadores acompanharam tal perspectiva e, por muito tempo, negligenciaram os primeiros *shogunatos* e a ascensão das elites guerreiras no arquipélago. Segundo John W. Hall, os trabalhos de língua inglesa, principal idioma em que se escreve sobre os estudos japoneses no Ocidente, falharam em acompanhar as pesquisas dos próprios historiadores japoneses sobre o período, criando uma lacuna significativa na área.<sup>15</sup> Este cenário só começa a mudar a partir da segunda metade do século XX, inclusive pela organização de conferências e seminários visando incentivar a pesquisa sobre o tema nas universidades britânicas e estadunidenses, bem como a publicação de livros e artigos resultantes de tais encontros.

A história dos estudos ocidentais sobre o Japão tem, por si só, uma trajetória significativa. Os primeiros ocidentais a escrever sobre o arquipélago, bem como o Leste Asiático no geral, foram majoritariamente europeus enviados para viver nesses locais e aprender sobre suas línguas e práticas culturais, com destaque para os missionários jesuítas no século XVI, mas também seguidos por diplomatas, jornalistas, missionários protestantes e, eventualmente, professores universitários.<sup>16</sup> Esse movimento gerou diversos estudos e livros que acabaram moldando as primeiras visões acadêmicas que o Ocidente teve a respeito do Japão, não escritos por japoneses, mas por ocidentais que levavam sua própria visão sobre a experiência de viver no arquipélago. Não se surpreende, portanto, que os primeiros trabalhos em língua ocidental tenham considerável carga de perspectivas orientalistas, que mais apontam para a visão de seus autores do que auxiliam na geração do conhecimento sobre a cultura e história japonesa em si.

Beasley e Pulleyblank também apontam para uma mudança na natureza da escrita ocidental sobre as sociedades do Leste Asiático, pois enquanto os primeiros jesuítas a visitar a China escreveram em tom de exaltação a respeito das instituições e da cultura local, a passagem entre os séculos XIX e XX, no contexto de expansão do Imperialismo ocidental, gerou escritos que diminuíram a importância das sociedades asiáticas, colocando-as como primitivas e atrasadas. Os autores chamam este momento de “fase imperialista” dos estudos ocidentais<sup>17</sup>, algo que só começa a mudar no decorrer das décadas, quando os países do Leste Asiático não mais podem ser menosprezados dentro do cenário internacional.

Mais para o final do século houve dois acontecimentos que marcaram uma nova abordagem. Primeiro foi a descoberta - talvez re-descoberta - das artes chinesas e japonesas pela Europa, o que deu um impulso e respeitabilidade para seu estudo histórico. Segundo, foi a rápida ascensão do Japão a uma posição de importância e

---

<sup>15</sup> HALL, 1988, pg xiii;

<sup>16</sup> BEASLEY; PULLEYBLANK, 1961, pg 20;

<sup>17</sup> Ibidem, pg 21-22;

prestígio internacional. Os cinquenta anos seguintes viram a criação e destruição de um vasto império japonês, enquanto que na China, a revolução foi seguida de guerra civil e novamente por revolução, criando no fim um poderoso regime aparentemente capaz de ameaçar os interesses ocidentais, como foi o Japão. O Leste Asiático de repente era importante - e longe de estático. Como consequência, ele se tornou cada vez mais motivo de preocupação nos países ocidentais e, por extensão natural, nas universidades ocidentais. Desde 1930, ainda mais desde 1945, houve rápido crescimento do número de professores universitários na Europa e nos Estados Unidos se especializando em temáticas de China e Japão, incluindo a história.<sup>18</sup>

Então a necessidade política e econômica do Ocidente em entender as sociedades do Leste Asiático impulsionou os investimentos em estudos voltados à região, além da criação de institutos específicos para o campo dentro de universidades ocidentais. Essa noção é importante para que se possa analisar os trabalhos do Ocidente sobre o Japão de maneira crítica, pois existia um interesse na alteridade manifestada por necessidades de disputas econômicas entre as grandes economias ocidentais e seus potenciais adversários. Este momento também resultou em trabalhos cuja metodologia pode ser hoje questionada, mas foi importante para que se investisse na formação dos principais centros acadêmicos de referência em estudos asiáticos que existem hoje fora do Leste Asiático.

A criação dos institutos voltados aos estudos asiáticos no Ocidente também possibilitou que trabalhos fossem feitos sem a necessidade dos pesquisadores viverem nos países que estudam, diferente dos primeiros ocidentais que escreveram sobre a Ásia. Beasley e Pulleyblank destacam que, desde então, esses intelectuais tiveram mais consciência do trabalho de seus predecessores e buscaram maior objetividade acadêmica em seus estudos, mas ao mesmo tempo, detectaram também uma perda da experiência humana em muitas pesquisas.<sup>19</sup>

Outra questão que se evidencia é a diferença linguística entre o país natal dos pesquisadores e os documentos e fontes originárias do Leste Asiático, o que gera considerável demanda também no campo da tradução de obras diversas, tanto para o público em geral, quanto no meio universitário. De fato, aqui se considera essencial que pesquisadores de qualquer origem busquem aprofundar suas pesquisas levando em consideração a aprendizagem do idioma nativo de seus objetos de estudo, não apenas para compreender melhor suas fontes primárias, mas também acompanhar a própria produção acadêmica dos países. Mas as traduções

---

<sup>18</sup> “Towards the end of the century there were two developments which heralded a new approach. First was Europe’s discovery - re-discovery, perhaps - of Chinese and Japanese art, which gave an impetus and respectability to historical study of it. Second was the rapid emergence of Japan to a position of international importance and prestige. The next fifty years saw the creation and destruction of a vast Japanese empire, while in China revolution was followed by civil war and again by revolution, bringing in the end a powerful regime apparently as capable of threatening Western interests as Japan had been. The Far East was suddenly important - and far from static. As a consequence, it became increasingly a matter of concern in Western countries and, by natural extension, in Western universities. Since 1930, still more since 1945, there has been a rapid increase in number of university teachers in Europe and the United States specializing in Chinese and Japanese subjects, including history.” (Ibidem, pg 22);

<sup>19</sup> Ibidem;

também ajudam a popularizar a temática e democratizar o acesso de pesquisadores iniciantes aos documentos antes só disponíveis aos especialistas com anos de experiência.

No caso das fontes históricas japonesas, sobretudo para o período pré-moderno, as traduções encontram-se majoritariamente em língua inglesa. Ainda assim, trabalhos de tradução e análise de documentos na íntegra, como é o caso do *Gukanshō* de Delmer Brown e Ishida Ichirō, utilizado nesta dissertação, são poucos e, em muitos casos, antigos. Um exemplo é a tradução de W. G. Aston do *Nihongi*, ou *Nihon Shoki* (Crônicas do Japão), publicada em Londres no ano de 1896 e que hoje já se encontra em domínio público com cópias digitais disponíveis online. Esta crônica, uma das mais antigas a sobreviver até a atualidade, também teve seus dois primeiros tomos traduzidos para o português por Lica Hashimoto, em uma edição bilíngue publicada em 2019 com distribuição gratuita pelo projeto Literatura Livre do Sesc com o Instituto Mojo. Outra obra com tradução em português é o *Kojiki*, ou Registros de Tempos Antigos, elaborada por Luís Fábio Mietto como trabalho de dissertação de seu mestrado no ano de 1996.

No entanto, o número de traduções de documentos do japonês para o português ainda é baixo, sendo que a maioria das obras traduzidas estão no campo da literatura. Mesmo nas universidades ocidentais, a iniciativa de estudo e tradução de documentos e fontes históricas parte de pesquisadores individuais ou grupos de pesquisa dentro dos institutos, sem necessariamente um amplo investimento nesse tipo de atividade, o que acaba restringindo a quantidade e amplitude dos materiais trabalhados e das traduções disponibilizadas para pesquisadores em diversos níveis de formação.

No caso do *Gukanshō*, três traduções parciais já tinham sido feitas em língua inglesa antes da publicação do trabalho de Brown e Ishida em 1979. Em 1936, J. Rhader publicou sua tradução do capítulo de conclusões de Jien<sup>20</sup>, enquanto que em 1971, William R. Wilson traduziu as passagens referentes à Rebelião de Hōgen para incluir em seu trabalho sobre o evento em publicação pela Sophia University, além de, por fim, a dissertação de Charles H. Hambricks apresentada na Universidade de Chicago em 1971, contendo tradução de diversos trechos.<sup>21</sup> A existência dessas traduções parciais demonstra que, por décadas, o *Gukanshō* já estava em evidência no meio acadêmico ocidental, assim como já era objeto de amplo estudo de intelectuais japoneses por séculos. A tradução completa feita por Brown e Ishida cria oportunidades para que este documento, tão importante para a história e historiografia japonesa,

---

<sup>20</sup> Corresponde ao capítulo 5 do livro de Brown e Ishida (1979);

<sup>21</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg xiii-xiv;

seja ainda mais trabalhado no Ocidente e para além dos trabalhos em língua inglesa. Não existe hoje uma tradução da obra de Jien para o português, mas isso não significa que a academia brasileira e os pesquisadores do campo dos estudos japoneses devam permanecer alheios às contribuições de Jien para o processo histórico japonês, além de seu lugar na evolução do meio intelectual e da escrita histórica do arquipélago.

Como historiografia, o *Gukanshō* representou um momento onde o passado começava a ser analisado como forma de responder aos problemas do presente, fornecendo não só explicações para o processo histórico, mas também legitimação para projetos políticos que se buscavam implementar. Já como fonte, a narrativa ainda desperta o interesse de pesquisadores, japoneses ou não, para as possibilidades do uso da história como ferramenta de estratégia política, podendo ser adaptada aos diversos cenários e interesses das partes que a utilizam. A forma como Jien interpretou e escreveu a história do Japão não se manteve no decorrer do tempo, nem se fundamentou como método historiográfico, mas ainda assim foi um marco na evolução da historiografia no Japão, tão dinâmica e múltipla quanto o próprio movimento do tempo e das diversas influências em múltiplos contextos de aproximação e afastamento entre diferentes culturas e técnicas de pesquisa científica.

## **O *Gukanshō* e a “História dos Princípios”**

Delmer Brown e Ishida Ichirō consideram o *Gukanshō* como a primeira história interpretativa do Japão, um marco na evolução da escrita histórica anterior à Restauração Meiji do século XIX. Outros estilos de narrativas históricas já haviam surgido antes de 1219, sendo as mais antigas a sobreviver datadas do século VIII, quando a escrita seguia o modelo chinês de compilação histórica.

A história ocupa um importante papel nas sociedades do Leste Asiático, mais especificamente no que hoje conhecemos por China, Coreia e Japão. A China, por exemplo, possui uma antiga tradição de escrita histórica que se desenvolveu com a missão de preservar e transmitir ideias e práticas culturais no decorrer do tempo.<sup>22</sup> Esse tipo de escrita funcionaria como um “manual” da própria sociedade, delimitando a cultura, estrutura social, valores morais e práticas intelectuais e políticas, definindo assim o povo e as bases civilizacionais que o sustentava.

---

<sup>22</sup> BUENO, 2022, pg 5;

(...) a historiografia chinesa foi responsável por preservar o passado como o cimento cultural de sua civilização, transferindo para a transmissão das narrativas históricas o papel cumprido, em outros lugares do mundo, pelas religiões. (...) <sup>23</sup>

A história teria então uma função social e cultural nestas sociedades, concebida com o objetivo de preservar o passado e na busca de uma verdade que seria documentada para as próximas gerações. O uso documental é, inclusive, parte essencial desta escrita histórica na China e, por extensão, no Japão, uma vez que eventos históricos só poderiam ser contados se houvesse algum registro sobre eles, o que dificultaria a investigação de períodos mais remotos. <sup>24</sup> Essa noção permitiu, inclusive, que a crítica histórica se desenvolvesse na historiografia chinesa, séculos antes do método historiográfico europeu se espalhar pelas universidades do mundo.

Assim como na China, o Japão também se usou da narrativa histórica para criar as bases de sua sociedade e de seu Estado centralizado. O modelo imperial Japonês sob o comando do clã Yamato buscou inspiração nas dinastias chinesas Sui-T'ang, tanto para a construção de sua primeira capital fixa no século VIII EC, a cidade de Heijō-Kyō (平城京), atual Nara, quanto para o desenvolvimentos dos códigos jurídicos e penais do *ritsuryō* e das suas primeiras compilações históricas oficiais. No entanto, o discurso histórico japonês também se utiliza de mitos de criação para a legitimação da linhagem imperial, criando uma narrativa que conta sobre supostos governantes que precedem os registros arqueológicos conhecidos até então.

Nós ouvimos que o *Teiki* [crônicas ou registros imperiais] e o *Honji* [palavras de origem] em poder das famílias aristocratas já estão distantes da verdade, tendo sido nestes introduzidos muitos erros. Se ainda em nosso tempo não consertarmos estes erros, com o decorrer dos anos a sua verdadeira essência corromper-se-á por completo. Estas são as linhas mestras da organização do país e as diretrizes do poder Imperial. Portanto, compilar-se-á o *Teiki* e revisar-se-á o *Kyūji* [sinônimo de *Honji*], eliminando-se os erros e estabelecendo a verdade, a fim de perpetuá-la às gerações vindouras. <sup>25</sup>

Esta é uma passagem contida no prefácio do *Kojiki* que cita sua ordem de compilação expedida por Tenmu-*tennō* em 681 EC. Nela é possível notar a intenção de se criar um registro único e, teoricamente, verdadeiro sobre o que seria o Japão e o poder imperial, uma vez que registros diversos contariam origens supostamente falsas. O *Kojiki*, é a narrativa histórica japonesa mais antiga a sobreviver até a atualidade, mas a ordem de compilação deixa aparente que outros escritos já existiriam, como os mencionados *teiki* (帝紀) e *honji* ou *kyūji* (旧辞), que

<sup>23</sup> Ibidem, pg 11;

<sup>24</sup> Ibidem, pg 6;

<sup>25</sup> “Ordem de compilação do *Kojiki*”. IN: MIETTO, 1996, pg 85;

seriam registros genealógicos do clã imperial e das famílias aristocratas que formavam o Estado japonês.

Não é estranho que no século VIII os japoneses mantivessem registros escritos, mas o interessante está em observar que a dinâmica política estaria demandando que fosse criado um registro definitivo para superar os demais. Além disso, percebe-se certa preocupação com a investigação documental de forma a tanto corrigir erros, ou mesmo passagens que podem não estar de acordo com os objetivos do governo de então, quanto estabelecer uma dita verdade a ser transmitida às gerações futuras. A narrativa histórica seria usada, portanto, como ferramenta de preservação da memória, da ordem social e da legitimação política.

Entretanto, o uso da história como ferramenta de preservação e legitimação não se restringiu ao Leste Asiático, estando presente em locais e tempos diversos pelo mundo. Na Europa durante a Idade Média, por exemplo, escritos históricos eram produzidos dentro dos mosteiros, nas Cortes e, posteriormente, nos arquivos das cidades. Objetivos e focos narrativos se ajustavam às condições dos autores e ao que deles era exigido no momento da escrita, mas como Bernard Guenée demonstra no verbete *História* do Dicionário Temático do Ocidente Medieval,<sup>26</sup> vários seriam os elementos com que os historiadores medievais deveriam se preocupar. Disponibilidade de fonte documental, credibilidade e autoridade atribuída ao texto são algumas das questões que cercavam a escrita histórica medieval, que também se baseava na busca de contar uma verdade do passado.

A diferença essencial entre a historiografia medieval e a do Leste Asiático está no fato de que na Europa a história era cristã, ligada a líderes religiosos e reis cristãos e que, portanto, buscava contar uma verdade cristã. Odir Fontoura lembra, inclusive, que o compromisso que os historiadores medievais tinham com a verdade não exclui os elementos fantásticos do imaginário social da época, desde que estivessem de acordo com o fantástico cristão, ou seja, o milagre divino.<sup>27</sup> Pode-se dizer que tal perspectiva, de certa forma, não se distancia da obra de Jien, uma vez que o monge também se usa de elementos que apenas podem ser explicados no plano divino da crença budista japonesa de sua época. O que muda entre o *Gukanshō* e os escritos cristãos é o pensamento religioso nos quais se inserem, mas os usos políticos que fazem da escrita histórica em si, são próximos e comuns aos contextos de disputa política.

A crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado

---

<sup>26</sup> GUENÉE, 2006;

<sup>27</sup> FONTOURA, 2014;

ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contra-exemplos) para a sociedade política. (...) <sup>28</sup>

A crônica foi, segundo Guenée<sup>29</sup>, o gênero histórico medieval, onde historiadores se destacavam de simples cronistas pela sua necessidade de datar as narrativas. O passado se escrevia na relação entre cronologia e acontecimento, o que exigia análise lógica dos eventos retratados.

Tratando de um passado recente, onde caminhava sem guia, o historiador devia resignar-se em ser original. Contudo, para os tempos mais remotos, punha toda sua atenção em recuperar as ideias, frases e palavras de suas fontes, para abrigar-se sob sua autoridade. (...) <sup>30</sup>

No *Gukanshō*, Jien também se preocupa em apontar as dificuldades de se escrever a respeito de tempos remotos, sobretudo pela falta de fontes escritas, o que o teria levado a escrever pouco sobre eventos antigos em comparação com a extensa descrição que ele faz sobre eventos de seu próprio tempo de vida.

Pessoas que fizeram registros de eventos no passado antigo eram geralmente homens sábios que, após ouvir apenas uma coisa, sabiam tudo. E eles escreveram muito pouco. Se eu fosse escrever sobre aqueles tempos após ler o que essas pessoas escreveram, o que eu escrevi pareceria pura suposição. E como as pessoas de hoje não teriam confiança em tais suposições, eu considero difícil escrever em detalhes sobre aqueles tempos. Eu portanto toco muito brevemente no que parece ter sido a situação no passado antigo. <sup>31</sup>

Este trecho contém tanto a justificativa de Jien para escrever mais sobre um passado mais próximo de si do que sobre eventos remotos, quanto a consciência da importância que a consulta aos registros escritos teriam para sua narrativa. Isso teria consequências na recepção de seu trabalho pelos prováveis leitores, uma vez que poria em dúvida se a verdade realmente estaria sendo contada, ou seriam apenas suposições do monge. Tal situação poderia arriscar que sua argumentação final sobre os rumos do governo no futuro próximo fosse, da mesma forma, desacreditada. Pode-se também destacar a ideia de que o monge se coloca como menos capaz de entender as condições do passado do que os homens que nele teriam vivido, questão que tem relação com a ideia da deterioração das habilidades humanas durante a Era Final, assunto a ser explorado mais adiante.

---

<sup>28</sup> GUIMARÃES, 2012, pg 70;

<sup>29</sup> GUENÉE, 2006, pg 533;

<sup>30</sup> Ibidem;

<sup>31</sup> “People who made a record of events in the ancient past were generally understanding men who, after hearing only one thing, knew all. And they wrote very little. If I were to write about those times after reading what these people have written, what I wrote would seem like pure guesswork. And because people of today would have no confidence in such guesswork, I find it difficult to write in detail about those times. I therefore touch very briefly on what seems to have been the situation in the ancient past.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 209);

Ao se preocupar com o impacto que suas suposições sobre tempos antigos poderiam ter em possíveis leitores, Jien demonstra como a autoridade poderia pesar sobre a escrita histórica japonesa. É possível dizer que os escritos oficiais até então tanto forneciam quanto demandavam autoridade, como as compilações históricas conhecidas como Seis Histórias Nacionais, escritas sob ordem imperial como registros oficiais do passado e, portanto, inquestionáveis. Ao mesmo tempo, obras como o *Kojiki* forneciam autoridade, por exemplo, àqueles legitimados pela narrativa como únicos detentores do título de *Tennō*. Mas ainda que pudesse ter as ideias questionadas, Jien não parece buscar autoridade de escrita para além de si mesmo, fosse ligando o texto à patronos ou figuras de destaque na sociedade, como podiam fazer os cronistas europeus, ou se validar por ordens imperiais como eram as crônicas históricas oficiais no Japão.

O monge foi, de fato, uma pessoa importante. Após passar o início da vida adulta dedicado às práticas budistas, ocupou distintas posições tanto dentro da Corte Imperial como nos templos de Tendai, produzindo escritos que vão desde poemas até preces e reflexões sobre sonhos e profecias. Teria sido a sua rotina de contemplação e observação do mundo que forneceu o entendimento sobre as mudanças nas condições do presente em que vivia, principalmente em decorrência dos distúrbios que permearam sua juventude e idade adulta, o que o coloca conscientemente como uma testemunha do processo histórico. No entanto, Jien está também ciente daqueles que acabariam por discordar de suas ideias, o que em determinado momento ele classifica como uma aparente oposição banal porém nociva, enquanto que em outro atribui-lhes ingenuidade e ignorância.

Por eu ter estado pensando que gostaria de escrever sobre Princípios que levaram o mundo a mudar e deteriorar de maneira unilinear, eu me tornei profundamente convencido de que minhas interpretações são bem razoáveis. Mas pessoas não concordam comigo, simplesmente entretendo ideias e sentimentos que estão em conflito com Princípios e fazendo exatamente aquilo que torna o mundo mais confuso e menos pacífico. Então eu comecei a escrever, na esperança de que isso trará paz à uma mente que vem refletindo sobre questões deste tipo.<sup>32</sup>

A passagem não deixa clara a identidade das pessoas que discordavam das ideias de Jien, mas é possível imaginar que estes tenham sido seus adversários políticos, ou mesmo pessoas que ele estivesse tentando instruir ou convencer. Ao longo da narrativa ele se preocupa em destacar seu bom relacionamento, enquanto escreve em terceira pessoa, com importantes

---

<sup>32</sup> “Because I have been thinking that I would like to write about Principles that have caused the world to change and deteriorate in a unilinear way, I have become thoroughly convinced that my interpretations are quite reasonable. But people do not agree with me, simply entertaining ideas and feelings that are in conflict with Principles and doing precisely that which makes the world more confused and less peaceful. So I have begun to write, hoping that this will bring peace to a mind that has been mulling over matters of this kind.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 20);

figuras do período, ressaltando conselhos que teria dado a governantes enquanto também os advertia de más companhias e indivíduos que buscavam apenas interesses próprios.

Outro indício da confiança na própria habilidade de compreender os eventos e escrever sobre eles, bem como o desejo de registrar suas interpretações para que sejam passadas adiante, aparece no último capítulo do *Gukanshō*. Enquanto busca justificar sua escolha por escrever, segundo ele, de forma simples e comum ao se utilizar do japonês, Jien menciona diversos escritos e estudos oficiais da Corte de Heian, bem como numerosos textos budistas, assim como seus autores e patronos. Mas tais textos seriam aparentemente difíceis de serem compreendidos por leitores comuns, o que o leva a redigir suas interpretações sobre eventos históricos, que também aparecem nestas fontes, de maneira mais acessível aos demais.

Ao refletir sobre isto [os demais escritos disponíveis e sua dificuldade de compreensão], suponho de que por ter escrito desta maneira engraçada [comum, simples], estudantes de aparência sábia - sentindo que o que foi aqui escrito é fácil de entender - irão citar assiduamente das fontes e, sorrindo para si mesmos, irão parecer sábios. Mas isso será uma farsa. De fato, é porque eles não entenderam absolutamente nada que eu, tendo chegado a entender o homem por mim mesmo, comecei a trabalhar neste livro, pensando que poderia deixar algo de mínimo valor para a posteridade como resultado de eu ter identificado e entendido os Princípios das coisas.<sup>33</sup>

Novamente o monge estabelece sua autoridade sobre o assunto acima dos demais, se colocando como um sábio entendedor dos Princípios enquanto que outros, mesmo ao ler suas interpretações, podem continuar a não entender do assunto devido a uma aparente arrogância que ele mesmo não enxergaria em si. Além disso, ao observar estas últimas duas passagens, Jien parece sugerir que o fato dele ter escrito o *Gukanshō* já é em si uma prova da veracidade e credibilidade de suas interpretações, uma vez que ele não apenas pensou sobre tudo aquilo, mas também registrou para as gerações seguintes.

É neste sentido que a escrita histórica de Jien, enquanto representa uma nova etapa no campo intelectual japonês, também mantém características de obras anteriores e tradições historiográficas. O *Gukanshō* é uma narrativa que busca interpretar e demonstrar uma verdade que guiaria o processo histórico, enquanto se preocupa tanto com o uso de documentos e relatos anteriores, quanto com a autoridade de escrita do próprio autor e, principalmente, busca fomentar e legitimar ações e governos de seu presente. Sua concepção de história se destaca pela compreensão desta como uma ferramenta de preservação do passado, uma vez que reafirma

---

<sup>33</sup> “In reflecting about this, I suppose that because I have written in this funny way, wise-looking students - feeling that what has been written here is easy to understand - will quote assiduously from the sources and, smiling to themselves, will look wise. But that will be a farce. Indeed, it is because they do not know anything at all that, having come to understand man for myself, I have set to work on this book, thinking that I might leave something of slight value for posterity as a result of my having identified and understood the Principles of things.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 201-202);

mitos de criação e poderes estabelecidos, bem como a usa como veículo legitimador de projetos futuros. Além disso, a narrativa também estabelece características típicas da sociedade japonesa, definindo e comparando práticas que não se repetem fora do arquipélago, sobretudo quando ele expõe comparações entre o Estado e a sucessão imperial japonesa com as mudanças dinásticas chinesas.

As noções de Jien sobre as mudanças históricas e a autoridade sobre sua interpretação e escrita também se relacionam à evolução do pensamento político japonês, reflexão também atribuída às obras históricas. John S. Brownlee aponta que não existiram filósofos políticos no Japão antes do período Tokugawa (1603-1868), o que não significa que não haveria problemas a serem analisados nesta área. Pelo contrário, foram os historiadores de então que se ocuparam de entender e explicar as questões relativas ao poder político japonês, ligado sobretudo ao destino da Casa Imperial. As narrativas criadas no passar dos séculos são de tipos e estilos diversos, onde de acordo com as circunstâncias de cada período, apresentavam diferentes visões sobre as discussões de legitimidade e autoridade do poder político.<sup>34</sup>

Delmer Brown, ao falar sobre as narrativas históricas anteriores ou contemporâneas ao *Gukanshō*, se utiliza do termo “expressões históricas”, uma vez que estas vão desde compilações oficiais até produções individuais não regidas por métodos ou formas pré-estabelecidas. A narrativa histórica japonesa mais antiga de que se têm notícia, conforme mencionado, é o *Kojiki* (古事記; Relatos de Tempos Antigos) de 712 EC, tendo sido seguido alguns anos depois pelo *Nihon Shoki* (日本書紀; Crônicas do Japão) de 720 e.C., sendo esta a primeira das Seis Histórias Nacionais.

O *Kojiki* e o *Nihon Shoki*, ou *Nihongi*, são compilações históricas que contam o início da linhagem imperial japonesa, sendo que o *Kojiki* segue uma narrativa mais mítica que se inicia com a própria gênese do arquipélago e as entidades que o criaram. Nele é posto que o primeiro governante do Japão, *Jinmu-tennō*<sup>35</sup>, seria descendente direto dos *Kami* criadores e teria iniciado a divina linhagem imperial, reconhecida como inquebrável por toda a história japonesa. O *Nihon Shoki* também inicia contando sobre o passado mítico, mas segue o burocrático modelo de compilação histórica chinesa, sendo inclusive escrito em chinês clássico, narrando a sucessão do trono e os eventos de destaque no governo dos *Tennō*. Brown coloca que o *Nihon Shoki* relata os acontecimentos do século VII com incríveis detalhes, mas aponta que os eventos

---

<sup>34</sup> BROWNLEE, 1991, pg 4;

<sup>35</sup> Jinmu é considerado o primeiro imperador na tradicional lista de sucessão imperial existente, e em vigor, até hoje, porém não há registros arqueológicos de seu tempo nem sequer de sua existência, assim como os 14 governantes seguintes que são narrados no *Kojiki*. Ojin-*tennō*, o 15º na lista de sucessão, é o primeiro cujo local de sepultamento é registrado;

posteriores a este período são mais confiáveis. A obra foi seguida por mais cinco compilações, sendo a última datada de 901, reunindo assim o conjunto que é conhecido como as Seis Histórias Nacionais (六国史 - *rikkokushi*).

Tanto o *Kojiki* quanto as Seis Histórias Nacionais foram desenvolvidas a partir de ordens imperiais com o propósito de criar a história oficial do Japão e de sua dinastia. O poder imperial era o que estava sendo legitimado por essas narrativas, uma vez que o século VIII, período em que as duas primeiras compilações são escritas, representava o final de um movimento de centralização imperial, onde o clã Yamato se destaca dentre os demais e inicia uma dinastia após lutas e alianças diversas. Além da narrativa de legitimação, há também neste século a construção da primeira capital imperial em Heijō-kyō, atual região de Nara que, assim como as compilações históricas, foi inspirada no modelo chinês dos Sui-T'ang.

No entanto duas questões políticas importantes vão figurar durante a Era Heian (794-1185), ambas envolvendo a ascensão de poderes que de certa forma desafiam a autoridade do trono imperial. A primeira é o desenvolvimento da Regência Fujiwara (摂関政治; *sekkanseiji*), onde o *Tennō* passa a ter que dividir o governo com regentes imperiais e o conselho dos ministros de Estado, enquanto que a segunda é a ascensão de clãs guerreiros a cargos importantes dentro da Corte, o que levará à duas décadas de disputas entre os dois maiores clãs até a Guerra Genpei de 1180-1185, cujo resultado é a fundação do *Bakufu* de Kamakura.

Na era de desenvolvimento,<sup>36</sup> a Regência Fujiwara apresentou um problema de acomodação intelectual: como poderia o Japão ter um Imperador e um Regente? Historiadores abordaram esse problema em um novo gênero chamado *rekishi monogatari* (contos históricos), (...) que eram quase exclusivamente dedicados a descrever o esplendor dos Fujiwara.

A posterior era de desafio imposta pela ascensão dos guerreiros evocou uma variedade mais ampla de respostas na escrita histórica. Primeiro foi o desenvolvimento de um novo gênero do *gunki monogatari* (contos militares), que eram politicamente irrefletidas e admiradoras devotas a narrar a história guerreira. Como os contos históricos anteriores que glorificavam a aristocracia, esses contos eram produzidos em grande quantidade e encorajaram a inquestionável aceitação da presença e glória dos guerreiros.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Brownlee divide o período imperial japonês pré-Tokugawa em dois grandes momentos, onde o primeiro conteria as eras de estabelecimento e manutenção do Estado imperial, referentes às Cortes de Nara e Heian antes da ascensão dos regentes imperiais, seguido do segundo com as eras de desenvolvimento e de desafio, representados pelos regentes e pelos guerreiros que acabaram desafiando o poder imperial;

<sup>37</sup> “In the era of development, the Fujiwara Regency presented a problem of intellectual accommodation: how could Japan have both an Emperor and a Regent? Historians addressed this problem in a new genre called *rekishi monogatari* (historical tales), (...) which were devoted almost exclusively to describing the splendors of the Fujiwara. The later age of challenge posed by the rise of the warriors evoked a wider variety of responses in historical writing. First was the development of a new genre of *gunki monogatari* (war tales), which were politically unreflective and admiring works devoted to narrating warrior history. Like the earlier historical tales which glorified the aristocracy, these stories were produced in great numbers and encouraged unquestioning acceptance of the presence and the glory of the warriors.” (BROWNLIE, 1991, pg 4);

Assim, é perceptível que a escrita histórica estava se desenvolvendo de acordo com as necessidades de cada período de mudanças no processo histórico, mas há um ponto em comum a todos: a manutenção da figura do soberano imperial. Desde que o Estado se centralizou sob e a linhagem imperial foi instituída, os escritos refletem a importância não apenas de se unir à narrativa dos *Tennō*, mas também de protegê-lo mesmo quando o protagonismo do momento pertenceu a outros. Certamente as compilações históricas, feitas por determinação imperial, tem os *Tennō* como centro da narrativa, mas a instituição de uma linhagem divina teve tamanho êxito que se tornou também veículo de legitimação para figuras posteriores.

Os Contos Históricos (歴史物語; *rekishi monogatari*), escritos após o período áureo dos regentes Fujiwara e no momento em que os *in* tinham maior controle sob a Corte, buscam exaltar os feitos aristocráticos no contexto onde a própria aristocracia perdia espaço no governo frente ao protagonismo recém conquistado pelo líder do clã imperial. Dois exemplos deste gênero são o *Eiga Monogatari* (栄花物語) e o *Ōkagami* (大鏡) que, se valendo também da genealogia das linhagens, liga os regentes ao próprio governo imperial. Brown demonstra que no *Ōkagami* há a preocupação de mostrar que desde que Fujiwara Tadahira (藤原忠平; 880-949) assumiu como regente de seu neto em 930, os assuntos de Estado passaram a sempre ser regidos por um regente Fujiwara que era ou avô ou tio do *Tennō* pela via materna, unindo por laços sanguíneos as duas posições.<sup>38</sup> A linha regencial era então diretamente ligada à linhagem imperial, o que legitimava aqueles aristocratas que governaram junto do soberano, ou em seu nome.

Já os Contos Militares (軍記物語 - *gunki monogatari*) precisaram se utilizar de outros meios para justificar a presença guerreira, mas ainda assim acabaram ligando-a ao governante imperial. Os dois primeiros contos, *Hōgen Monogatari* (保元物語) e *Heiji Monogatari* (平治物語), se preocupam em narrar os eventos de ambos conflitos homônimos enquanto constroem o que seria a imagem do guerreiro ideal, ainda que fantasiosa em diferentes níveis. Os guerreiros desses contos eram valorosos e corajosos, com excepcionais qualidades físicas e impecável honra heróica, que foram chamados às armas pela eclosão de disputas pela sucessão imperial. O militar, portanto, luta e morre como partidário de regentes e herdeiros imperiais e, ainda que o foco principal seja o guerreiro, sua conexão com a posição imperial é um importante elemento dentro da narrativa.

---

<sup>38</sup> BROWN, 1979, pg 383;

Já o terceiro e mais famoso conto militar é o *Heike Monogatari* (平家物語), que narra a ascensão e queda do clã Taira e suas décadas de disputa contra os Minamoto pelo protagonismo guerreiro. O que se deve destacar do *Heike* neste momento é que seu herói, Taira Shigemori (1138-1179), é posto como o guerreiro ideal não apenas por suas capacidades em batalha, mas também pelo seu caráter, conhecimento aristocrático e lealdade à figura imperial. Em mais de um momento da narrativa, Shigemori lembra que deve-se manter a lealdade ao soberano e que os Taira ascenderam exatamente pelos anos de serviço prestados enquanto lutavam contra os inimigos da Corte.<sup>39</sup> Esse guerreiro não é, portanto, apenas um militar buscando ascender pelo uso das armas, mas sim um servo imperial capaz de suprir as necessidades militares do soberano do Japão.

O *Heike* é, inclusive, a obra que mais se aproxima das ideias do *Gukanshō*, sendo ambos contemporâneos do início do século XIII. Mas, enquanto o primeiro se ocupa de um passado recente e da valorização da imagem guerreira, o segundo analisa a amplitude do processo histórico visando ações em um presente imediato e futuro próximo.

Finalmente, os grandes trabalhos japoneses de discussão política na escrita histórica são três trabalhos de “argumentação histórica” (*shiron*): *Gukanshō* (Miscelânea de Visões Ignorantes, 1219)<sup>40</sup> pelo grande monge Jien (1155-1225); *Jinnō Shōtōki* (Registros da Sucessão Legítima dos Soberanos Divinos, 1339) por Kitabatake Chikafusa (1283-1354); e *Tokushi Yoron* (Uma Leitura da História, 1712) por Arai Hakuseki (1657-1725). Cada um foi produzido em resposta a condições drasticamente diferentes, mas todos abordaram a questão central das relações entre a instituição imperial e o *bakufu*. Os trabalhos foram influenciados pelo Budismo, Shinto e Confucionismo respectivamente, mas isso não explica suas originalidades. O que é importante neles é que os três mostram, em sequência, progressivo desenvolvimento em complexidade, sofisticação e credibilidade.<sup>41</sup>

Jien, assim como os demais autores das compilações e dos contos citados, também escreve em nome da manutenção imperial. Sua forma de narrar o processo histórico, retornando aos primeiros governantes lendários, reafirma a ascendência divina dos *Tennō* e fortalece os mitos criados nas primeiras narrativas históricas. Mas, conforme apontado por Brownlee, ele não limita a narrativa à memória histórica dos eventos, mas os analisa segundo uma chave

<sup>39</sup> Ibidem, pg 394-395;

<sup>40</sup> Estudiosos também traduzem o título como “Visões de um Tolo”, “Anotações de um Tolo” ou mesmo “Algumas Visões Modestas”;

<sup>41</sup> “Finally, the greatest works of Japanese political discussion contained in historical writing are three works of “historical argument” (*shiron*): *Gukanshō* (Miscellany of Ignorant Views, 1219) by the high priest Jien (1155-1225); *Jinnō Shōtōki* (Record of the Legitimate Succession of the Divine Sovereigns, 1339) by Kitabatake Chikafusa (1283-1354); and *Tokushi Yoron* (A Reading of History, 1712) by Arai Hakuseki (1657-1725). Each was produced in response to drastically different conditions, but all addressed the central question of relations between the imperial institution and the Bakufu. The works were influenced by Buddhism, Shinto, and Confucianism respectively, but that does not explain their originality. The important thing about them is that the three in sequence show progressive development in complexity, sophistication, and credibility.” (BROWNLEE, 1991, pg 5);

interpretativa fortemente influenciada pela doutrina budista da qual fazia parte. Neste sentido, a originalidade do trabalho de Jien está naquilo que ele vai entender como os Princípios norteadores do processo histórico.

A forma como a narrativa de Jien é escrita rendeu ao *Gukanshō*, por algum tempo, o nome de “História dos Princípios” dentro da historiografia japonesa. Porém não é contada uma história sobre princípios, mas sim o uso de supostos princípios divinos que determinariam o rumo da história e do governo japonês. Pode-se dizer que os Princípios de Jien são as principais causas da dificuldade contemporânea de se entender o *Gukanshō*, uma vez que exige compreensão sobre elementos específicos do imaginário japonês do século XIII, além de noções de importantes elementos da doutrina budista de então.

Brownlee também aponta que para entender o pensamento político por trás de obras deste tipo, é necessário primeiro descrever as circunstâncias de sua composição, a identidade e afiliação do autor, forma de apresentação e as intenções.<sup>42</sup> Como a contextualização histórica do período e da vida de Jien, suas prováveis intenções e seu projeto de futuro já foram explicadas no capítulo anterior, assim como a forma com que a fonte se insere na tradição historiográfica, é possível voltar a análise aos aspectos mais práticos e técnicos da narrativa, a ver especificamente, o uso dos ditos Princípios. Três elementos parecem ser essenciais para entender a história narrada pelos Princípios: a periodização histórica baseada nas três eras; a noção do *mappō* e a forma que esta tomou no imaginário japonês a partir de meados de Heian; e a própria palavra *Princípio*, cujo termo original é *dōri* (道理; lógica, razão), bem como a forma como Jien a usa.

Pode-se considerar que esses elementos tanto são conceitos para se entender a construção dos Princípios de Jien, quanto são entendidos também a partir dos Princípios em si, pois apesar de não serem uma “invenção” do autor, a forma como são interpretados na escrita é o que dita a lógica da narrativa. Há, portanto, uma relação de interdependência entre os termos, conceitos e ideias usadas, cujo resultado final se manifesta na estrutura de pensamento que dá forma ao *Gukanshō*, assunto a ser explorado no tópico seguinte.

Primeiramente deve-se analisar a periodização histórica apresentada na fonte. Como monge, Jien acreditava na divisão do tempo entre a Era dos Deuses e a Era dos Homens, que no Japão representava a era do governo dos *Tennō*. Sua doutrina budista entendia que a história do mundo se divide em três grandes eras a partir da morte de Buda: a primeira é a da Lei Pura ou Lei Verdadeira (*shōbō*), que compreende os primeiros mil anos após a morte de Buda; a

---

<sup>42</sup> Ibidem, pg 6;

segunda é a Imitação da Lei (*zōhō*), condizente aos mil anos que seguem o fim da primeira lei; e a Última Lei ou Lei Final (*mappō*), que dura por dez mil anos após o término da segunda lei.<sup>43</sup>

Esta é a primeira divisão temporal presente no *Gukanshō*, o que explica as menções à Era Final ou à Lei Final durante a narrativa. Jien acredita, assim como os demais intelectuais de seu tempo, que Jinmu-*tennō*, o primeiro soberano da linhagem imperial, teria vivido por volta do 290º ano após a morte de Buda, o que colocaria o início da era do *mappō* por volta do ano 1052. Na teoria, o *mappō* seria um período de constante desintegração da Lei Budista, onde a humanidade não teria mais condições de alcançar a iluminação por si mesma, uma vez que a própria compreensão da doutrina estaria comprometida. Apesar da noção budista do *mappō* estar mais ligada à deterioração da própria doutrina como prática, no *Gukanshō* a dita Era Final parece ter ganho uma dimensão mais drástica, estendendo a deterioração para as pessoas e o próprio Estado.

As ideias ligadas ao *mappō* acabam por gerar um crescente pessimismo na sociedade, que se apressa a cultuar entidades específicas para tal período. Na Corte de Heian se desenvolve a noção de que a Lei Final significa o fim do governo e da própria aristocracia, principalmente por ser iniciada após o período regencial dos Fujiwara, considerado a “era de ouro” da cultura cortesã. A ascensão dos guerreiros e a frequência de guerras civis seriam outra prova deste fim iminente, onde a desordem e a violência estariam ditando os rumos da deterioração no Japão.

O pessimismo se agrava com o acréscimo de outra “previsão” do que seria o fim dos tempos. A escola de Tendai, da qual Jien fazia parte, tinha fortes convicções de que o Budismo deveria servir e proteger o Estado, assim como a linhagem imperial. Mas um novo pensamento vindo da China trouxe a crença de que a divindade Hachiman Bodhisattva teria feito votos de proteger “Cem Imperadores”, o que Brownlee explica que pode significar “Todos os Imperadores”. No Japão e principalmente na Corte Imperial que já encarava o pessimismo do *mappō*, os cem imperadores foram entendidos pelo sentido literal do termo, significando que o reino sobreviveria apenas até o reinado do centésimo *Tennō*<sup>44</sup>.

Jien compartilhava dessas ideias, inclusive iniciou sua narrativa apresentando este limite determinado. Essa situação, junto das mudanças e das crises que ele testemunhava, acabam instigando sua mente na busca de respostas que começaram a surgir na forma do que ele entenderá como sendo os Princípios.

Com o passar dos anos e dias eu penso apenas sobre o Princípio das coisas. E enquanto busco distração da insônia da velha idade, eu passo mais e mais tempo – enquanto me aproximo do fim da vida – observando assuntos mundanos. Conseqüentemente eu me

<sup>43</sup> Ibidem, pg 96;

<sup>44</sup> Ibidem, pg 97;

tornei bem consciente dos Princípios que vem mudando desde os tempos antigos. Eu não sei como era na era dos *Kami*, mas eu ouvi que depois do início da era do homem e ascensão do Imperador Jimmu, o Japão terá apenas cem reinados. Agora que estamos no 84º não restam muitos mais. (...) <sup>45</sup>

Existe então a apreensão por um fim próximo que leva Jien a refletir sobre os acontecimentos históricos a partir das mudanças que ele tem observado no mundo. É importante destacar que a doutrina do *mappō* em si não representaria o fim do mundo de maneira literal, mas o fim de um ciclo de existência. Pode-se dizer que haveria um retorno às outras eras após o fim do período da deterioração, mas essa informação, de certa forma otimista, aparece pouco na narrativa do *Gukanshō* cujo foco está no declínio da Lei Budista durante a Era Final. O *Jinnō Shōtōki* de Kitabatake Chikafusa escrito no século seguinte, por exemplo, não mais se preocupa com um fim iminente e nem compartilhava da ideia do limite dos cem governantes, mostrando que esse pensamento teve maior destaque entre os séculos XII e XIII.

Mas ao invés do *Gukanshō* se restringir aos pessimismos do fim de uma existência, há nele a tentativa de entender e instruir as ações das pessoas para que possa haver melhorias durante tal momento. Em seu último capítulo, onde faz um levantamento final dos eventos mais significativos, Jien coloca a pergunta “*o que poderia ser feito?*”, para então fazer suas observações sobre as ações mais viáveis em decorrência do Princípio que estaria se manifestando naquela situação. Segundo ele seria possível alcançar algumas melhorias durante a deterioração, apesar de não especificar quais seriam essas melhorias, como nas séries de questões que ele próprio levanta e responde ao fim da escrita:

Meu coração e mente serão confortados ao levantar e responder algumas questões aqui no fim deste livro:

*Pergunta:* Então agora temos a situação que o homem não tem poder de alterar. Isso quer dizer que o Estado não tem absolutamente qualquer possibilidade de melhorar?

*Resposta:* Será fácil fazer algumas melhorias.

*Pergunta:* O Estado já foi arruinado e agora estamos destinados a não ter homens de habilidade. E vestígios do estilo antigo desapareceram. Como você pode dizer que será fácil fazer melhorias?

*Resposta:* Eu disse: “Algumas melhorias.” Será certamente fácil fazer algumas melhorias.

(...) <sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> “With the passing of the years and days I think only about the Principles of things. And while seeking diversion of the sleeplessness of old age, I spend more and more time – as I approach the end of life – observing world affairs. Consequently I have become keenly aware of Principles that have been changing since ancient times. I do not know how it was in the age of Kami, but I hear that after the beginning of the age of man and the enthronement of Emperor Jimmu, Japan is to have only one hundred reigns. Now that we are in the 84th reign not many are left (...)”. (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 19);

<sup>46</sup> “My heart and mind will be comforted by raising and answering some questions here at the close of this book: *Question:* So now we have a situation that man has no power to alter. Does this mean that the state has absolutely no possibility of improvement?

*Answer:* It will be easy to make some improvement.

*Question:* The state has already been ruined, and we are now destined to have no men of ability. And vestiges of the old style have disappeared. How can you say that it is easy to make improvement?

Na sequência ele questiona como tais melhorias poderiam ser feitas, mas a vaga resposta apenas diz que, ainda que não existam muitos homens de habilidade, Go-Toba-*in* e seu regente deveriam ser aptos a tais ações de melhoria baseando-se na compreensão dos Princípios. No fim ele diz que “(...) melhorias podem ser feitas se seleções adequadas forem feitas.”<sup>47</sup> Ou seja, as respostas para as melhorias possíveis dependem do governante e de sua capacidade de ver e entender os Princípios da era e agir de acordo com tais demandas.

O que leva, finalmente, à análise do que seriam efetivamente os Princípios. A periodização das três eras se une também a esta questão, pois a partir do momento que os Princípios são ligados ao processo histórico, uma nova periodização paralela é criada dentro da divisão original das leis. Jien identifica sete grandes Princípios que representavam as principais condições de cada momento, criando assim sete períodos de constante deterioração dentro da história japonesa. Os momentos de crise mais intensa seriam, nesta divisão, contemporâneos ao período da era do *mappō* na periodização budista.

Mas para falar dos Princípios de Jien é importante pensar primeiro no termo em si utilizado. A palavra original utilizada é *dōri* (道理), formada pelos caracteres chineses *tao* (道, em japonês *dō*), que significa “caminho” e *li* (理, em japonês *ri*), que significa “razão” ou “princípio”, onde em conjunto geralmente são traduzidos como “razão”.<sup>48</sup>

Basicamente o termo *dōri* tem dois significados. Um é metafísico, cujo contexto se refere à razão, princípio, ou lei que constitui toda a realidade. O outro é ético, sinalizando a maneira verdadeira ou adequada na qual uma pessoa deve agir. *Dōri* pode se referir, portanto, àquilo que *é* ou ao que *deve ser*. Ambos usos aparecem no *Gukanshō*, mas a chave para o entendimento de Jien sobre o *dōri* é um terceiro uso único ao *Gukanshō*, sendo a sua aplicação à interpretação da história.<sup>49</sup>

Jien usa o *dōri*, traduzido aqui como Princípio, na dimensão histórica, entendendo-o como a própria essência das mudanças nas eras. “(...) *Dōri* é visto mais claramente, ele afirma, nos movimentos e mudanças do decorrer do curso da história japonesa.”<sup>50</sup> Os Princípios são então o “fio-condutor” dos eventos, que segundo Hambrick, davam continuidade, direção, propósito e significado ao processo.

---

*Answer:* I said: “Some improvement.” It will certainly be easy to make some improvement. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 239);

<sup>47</sup> “(...) improvement can be made if proper selections are made.” (Ibidem);

<sup>48</sup> HAMBRICK, 1978, pg 43;

<sup>49</sup> “Basically the term *dōri* has two meanings. One is metaphysical, in which context it refers to the reason, principle, or law that constitutes all reality. The other is ethical, signifying the true or proper way a person should act. *Dōri* can refer, then, to what *is* as well as to what *ought to be*. Both uses appear in the *Gukanshō*, but the key to Jien’s understanding of *dōri* is a third usage unique to the *Gukanshō*, namely, its application to the interpretation of history.” (HAMBRICK, 1978, pg 43-44);

<sup>50</sup> Ibidem, pg 44;

O termo *dōri* era também utilizado em outras situações e por outras pessoas, fazendo parte, como lembra Brownlee, do próprio vocabulário do período. Em documentos do *Bakufu* de Kamakura, por exemplo, *dōri* era utilizado com conotações jurídicas, tanto em guias processuais quanto como conceito normativo da lei e na política. Mas ele também destaca que, apesar de seus contemporâneos conhecerem o termo, a forma com a qual Jien o utiliza não era necessariamente compreensível à primeira vista.<sup>51</sup> Tal fato não passou despercebido ao monge, que coloca a complexidade do assunto como um dos motivos pelo qual optou por escrever em japonês, o que seria “menos sofisticado” ou mais “comum” para a época.

Como este livro foi escrito em japonês, soará comum. Mas pode haver significados profundos em palavras japonesas. Escrevendo o que tenho a dizer desta forma incomum e querendo que o leitor identifique e entenda os Princípios e as verdadeiras intenções [dos seres invisíveis], eu escrevi apenas sobre o curso unilinear da história, propositalmente explicando Princípios sem o uso de palavras incomuns e mostrando como os Princípios dos assuntos mundanos foram criados por cada período sucessivo e como esses Princípios têm protegido o Estado e o homem.<sup>52</sup>

Jien então escreve na intenção de permitir que seus contemporâneos conheçam os Princípios que coordenam o rumo da história, ainda que esteja ciente de que nem todos irão concordar com suas interpretações. A questão de que ideias e práticas individuais de outras pessoas possam estar em conflito com os Princípios se relaciona também com a própria existência de diferentes tipos de Princípios. Se considerar que o Princípio é a essência da mudança histórica, então não é estranho dizer que eles mesmos mudam com o passar do tempo e de acordo com as condições de cada momento. Neste sentido, Jien entende que existem dois grandes tipos de Princípios agindo em sentidos opostos dentro da história japonesa, os destrutivos, que incentivam o constante caminho da deterioração da era final e os construtivos, que permitem que pessoas ou líderes sábios tomem ações em nome de melhorias temporárias.<sup>53</sup>

Há também uma hierarquia entre Princípios, onde os de menor força não poderão alterar os de maior. Os Princípios destrutivos, inclusive, não podem ser superados completamente pelos construtivos, pois estão inseridos na era da deterioração do *mappō* que não pode ser revertida antes de alcançar o fim, tornando-os mais fortes. É por esse motivo que nas perguntas ao fim *Gukanshō*, Jien diz que podem ser feitas “algumas melhorias”, ou seja, ainda que a deterioração do Estado não possa ser contida, é possível tornar seu fim menos

<sup>51</sup> BROWNLEE, 1991, pg 98;

<sup>52</sup> “Since this book has been written in Japanese, it will sound common. But meaning may be deeply embedded in Japanese words. Writing what I have to say in this unusual way, and wanting the reader to identify and understand Principles and the true intent [of invisible beings], I have written only about the unilinear course of history, purposely explaining Principles without the use of unfamiliar words and showing how the Principles of world affairs have been created for each successive period and how those Principles have protected the state and man. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 202);

<sup>53</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 4;

impactante se os líderes do governo agirem de acordo com os Princípios construtivos, que oferecem “vitórias” parciais sobre os destrutivos.

A hierarquia entre os Princípios também permitiu explicar e justificar eventos históricos que de outra forma seriam questionáveis sob a ótica da própria lei japonesa. Brownlee destaca o episódio, narrado por Jien, do assassinato de Shushun-*tennō* (崇峻天皇; 553-592) como um desses eventos explicados pelos Princípios. Em 592 Shushun é assassinado por Soga Umako (蘇我馬子; 551-626), o que leva à ascensão de Suiko-*tennō* (推古天皇; 554-628) e a nomeação de Shōtoku Taishi (聖徳太子; 574-622) ao cargo de regente. Shōtoku é considerado um dos maiores responsáveis pela introdução do budismo no Estado japonês segundo o *Nihonshoki*, mas existem dúvidas sobre se este personagem sequer existiu, sendo mais provável que ele tenha sido uma das diversas invenções históricas criadas pelos compiladores do documento no século VIII. No *Gukanshō*, no entanto, Shōtoku não apenas é colocado como uma pessoa real, mas também como alguém de grande virtude com importantes contribuições ao Estado e à sociedade de então.

De qualquer maneira, ainda que Shōtoku fosse visto como um governante virtuoso, ele não teria punido Soga pelo assassinato do *Tennō*, o que leva Jien a refletir sobre o Princípio que estaria agindo sobre tais acontecimentos. Durante o período em que Shōtoku teria sido regente de Suiko, o budismo ganhou força e se estabeleceu no Japão e na Corte, relacionando-se inclusive à proteção da própria linhagem imperial, o que significou para Jien a manifestação de um Princípio necessário à manutenção do Estado.

Ao refletir sobre tais acontecimentos, eu vejo ser esse o ponto essencial: A Lei Imperial (*ōbō*) passa a ser protegida pela Lei Budista. Aqueles eventos ocorreram para que se manifestasse o Princípio de que, depois da introdução da Lei Budista no Japão, a Lei Imperial não mais poderia ser preservada sem a Lei Budista. E um segundo Princípio se manifestou: o de que alguns Princípios são importantes e outros são menos importantes e que um Princípio importante deve ser adotado e um menos importante rejeitado. Quem revelaria estes Princípios para aquele dia? Claramente era o príncipe Shōtoku, uma encarnação de Avalokitesvara. Tais coisas aconteceram porque ele estava desempenhando sua função divina.<sup>54</sup>

Portanto, Shōtoku não puniu Soga pelo assassinato de um *Tennō* porque Shushun precisava ser retirado para que o destino entre as leis Imperiais e Budistas pudesse se

---

<sup>54</sup> “In reflecting about these developments, I find the essential point to be this: Imperial Law (*ōbō*) was henceforth to be protected by Buddhist Law. Those events occurred in order to manifest the Principle that, after the introduction of Buddhist Law to Japan, Imperial Law could no longer be preserved without the help of Buddhist Law. And a second Principle was manifested: that some Principles are important and others less important and that an important Principle shall be embraced and a less important one be rejected. Who was to reveal these Principles for that day? Clearly it was Prince Shōtoku, an incarnation of Avalokitesvara. Such things happened because he was performing his divine role.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 26-27);

desenvolver. Jien estabelece assim uma hierarquia onde os Princípios superam uns aos outros, o que não necessariamente apagaría o menos importante, uma vez que o assassinato de um *Tennō* continua sendo um crime. O que acontece é que, em nome de um destino ou propósito maior, algumas ações questionáveis sob a ótica da lei e da moral acabam sendo justificadas.

Isso não é uma simples questão de criação de um elaborado argumento pelo resultado favorável ao autor – que era, afinal, um alto monge Budista e portanto bem disposto ao estabelecimento do budismo no Japão. Ao afirmar que existem vários tipos de Princípios, e que alguns Princípios são mais importantes que outros, Jien revela as forças causais da história. Conforme o tempo passa e as circunstâncias mudam, novos Princípios entram em vigor e substituem o Princípio existente até então. O que causa o surgimento de um novo Princípio não está claro, mas o fato de que um novo Princípio passa a existir pode ser lido nos eventos da história. Notamos um importante caso de um novo Princípio em que o governo imperial deve ceder sua função militar para o *Bakufu* de Kamakura. Isso é simbolizado pela perda da espada sagrada na batalha da baía de Dannoura [1185].<sup>55</sup>

Tal seria a lógica por trás da narrativa do processo histórico com base em Princípios. Jien identificou sete períodos que se formaram pela ação de Princípios consecutivos cuja função era adequar os acontecimentos às exigências e condições de cada momento. Essa periodização secundária está inserida na divisão das três eras das Leis Budista, mas os sete períodos são específicos da história japonesa. Por exemplo, ao falar sobre o primeiro Princípio, Jien coloca que:

O início [da história japonesa] quando o invisível era fundido ao visível e quando Princípios [visíveis] eram penetrados por Princípios [invisíveis]. Não era essa a situação desde o início do reinado do Imperador Jinmu até o 13º reinado [de Seimu]?<sup>56</sup>

Esse primeiro período se passaria durante a primeira era budista, onde se acreditava que as pessoas teriam a habilidade de entender os ensinamentos e práticas budistas, bem como alcançar a própria iluminação. No caso do Princípio de Jien, essas habilidades humanas estavam relacionadas ao fato de que o mundo visível e invisível estavam conectados, e os Princípios de ambos se mesclavam perante as pessoas. Nesta mesma lógica pode-se citar o quarto período histórico como:

---

<sup>55</sup> “This is not simply a matter of making an elaborate argument for a result favored by the author – who was after all a Buddhist high priest and therefore well disposed toward the establishment of Buddhism in Japan. By asserting that there are many kinds of Principle, and that some Principles are more important than others, Jien uncovers the causative forces of history. As time passes and circumstances change, new Principles come into effect and supersede the existing Principle. What causes a new Principle to arise is not clear, but the fact that a new Principle has come into existence can be read in the events of history. We have noted a major case of a new Principle that the imperial government must yield its military function to the Kamakura Bakufu. This was symbolized by the loss of the sacred sword in the battle of Dannoura Bay.” (BROWNLEE, 1991, pg 100);

<sup>56</sup> “The beginning [of Japanese history] when the invisible was fused with the visible and when [visible] Principles were penetrated by [invisible] Principles. Was not this the situation from the beginning of the reign of Emperor Jimmu down through the 13th reign [of Seimu]?” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 206);

O período do Princípio pelo qual todas as pessoas primeiro pensavam que aquilo que estavam fazendo era de acordo com um Princípio [criado por seres invisíveis], mas quando um sábio surgia e dizia que tais coisas não deviam ser feitas, elas mudavam de ideia e diziam: “Ele está certo!”.

Este é um Princípio do qual as pessoas na Era Final (*yo no sue*) devem estar bem conscientes.

Não era essa a situação desde FUJIWARA Yorimichi até a administração de Toba como Imperador Aposentado [que terminou em 1156]?<sup>57</sup>

Neste, o próprio Jien já menciona a chegada da Última Era, que é aquela onde as pessoas entendem os ensinamentos budistas, mas não são mais capazes de praticá-los nem de alcançar a iluminação por si mesmas. Cronologicamente este quarto período condiz com os anos finais da regência Fujiwara, após inclusive o governo de Michinaga, considerado o auge daquele sistema. Brown e Ishida acreditam que o sábio mencionado na passagem seria uma referência a Go-Sanjō,<sup>58</sup> primeiro *Tennō* a planejar a própria abdicação na intenção de controlar a sucessão para seu filho, marcando assim o fim do período regencial e o início do sistema *insei*. Portanto a mudança de período teria ocorrido pois as condições do momento não mais condizem com a forma como o reino estava sendo governado, uma vez que as pessoas apenas pensam estar agindo de acordo com os Princípios, mas precisavam que um sábio lhes mostrasse o caminho.

A transição entre os sete períodos históricos de Jien são, portanto, relativas às mudanças que ele identificou como mais relevantes em cada momento, manifestadas na criação de Princípios gerais que substituiriam os anteriores. É importante lembrar que, ainda que houvesse um grande Princípio criado para definir um período específico, Princípios menores ditaram eventos diversos no decorrer dos anos para guiar as ações dos governantes. Isso se vê no caso dos acontecimentos ligados à Shōtoku, citado anteriormente, que ocorrem na passagem entre o segundo e terceiro período histórico de Jien. O Princípio do segundo período mostraria que as pessoas não mais conseguiam identificar bem o bem e nem o mal como mal, portanto nem sempre agiriam de maneira satisfatória. Já o Princípio do terceiro período colocava que as pessoas agiam com certeza de que suas ações eram corretas, apenas para perceber seu erro e se arrepender posteriormente.

Ambos momentos demonstram condições onde as pessoas não conseguiam identificar boas ou más ações, sendo que no terceiro as ações sempre seriam inicialmente erradas, com

---

<sup>57</sup> “The period of the Principle by which all people first thought that what they were doing was in accord with a Principle [created by invisible beings], but when a wise man emerged and said that such things should not be done, they changed their minds and said: “He is right!” This is a Principle that people in the Final Age (*yo no sue*) should be keenly aware of. Was not this the situation from FUJIWARA Yorimichi down through Toba’s administration as Retired Emperor [which ended in 1156]?” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 207);

<sup>58</sup> *Ibidem*, nota 21;

exceção talvez daqueles como Shōtoku. Mas enquanto estes dois grandes Princípios transitavam entre si, princípios menores agiam, como o citado Princípio de que a Lei Imperial seria protegida pela Lei Budista, ou o Princípio de que, em caso de não haver um filho imperial para herdar o trono, outro parente da linhagem imperial poderia assumir, o que abriria chance para a ascensão de netos e sobrinhos de *Tennō* anteriores. Jien destaca que neste momento também se criou o Princípio de que mulheres poderiam assumir, sendo esse o caso de Suiko-*tennō*, segunda filha de Kinmei-*tennō* (欽明天皇; 509-571) e também viúva de Bidatsu-*tennō* (敏達天皇; 538-585), que ascendeu após a morte de seu irmão Yōmei-*tennō* (用明天皇; 540-587). Já pensando na regência Fujiwara, que também começa no terceiro período, há o Princípio de que apenas integrantes do clã imperial poderiam ascender como soberanos, o que demonstra que os poderosos Fujiwara podiam ser ministros e regentes, mas nunca *Tennō*.

É então compreensível que o *Gukanshō* seja considerado um dos clássicos japoneses de leitura mais difícil na atualidade. A narrativa se preocupa em descrever eventos e ligá-los à Princípios criados como forma de explicação, demonstrando uma sequência de causas e efeitos constantes no processo histórico. Nem sempre esse movimento é claro, além de haver diversas passagens onde personagens e cronologias se sobrepõem, exigindo que o leitor tenha algum tipo de conhecimento prévio sobre o que está sendo narrado.

O mais importante a se entender, pode-se dizer, é que os Princípios de Jien são as manifestações das mudanças que permeiam o processo histórico japonês. O termo não era novo no vocabulário da sociedade, mas a forma com que foi utilizado foi uma novidade. Neste sentido, o mais notável é que a chave explicativa dos Princípios permitiu criar um padrão aplicável ao processo como um todo, desde o início da linhagem imperial até as disputas do século XIII, permitindo que a narrativa se torna-se um discurso legitimador de ações que ele considerava necessárias em seu presente. Pois afinal, se os grandes eventos da história imperial japonesa se explicam pelos Princípios divinos, por que haveria de ser diferente com o que Jien colocava como essencial para um futuro que se aproximava?

Os Princípios existiam para proteger a linhagem imperial, assim como a doutrina budista na qual eles se baseiam. Essa relação está intimamente ligada às noções da Lei Budista e da Lei Imperial, conceitos a serem explorados a seguir. Ambos têm presença essencial no *Gukanshō*, uma vez que a narrativa como um todo se fundamenta na proteção da figura do *Tennō*, que era a própria manifestação do Estado. Além disso, após compreendidas essas relações, será possível explorar melhor a estrutura na qual a narrativa se construiu e, mais

importante, como o projeto político final se manifesta e se sustenta como viável aos eventos em curso no ano de 1219.

## Religião, Discurso Imperial e a Estrutura do *Gukanshō*

Uma vez compreendido o funcionamento dos Princípios em sua dimensão histórica, é possível passar aos conceitos de *ōbō* (王法) e *buppō* (佛法 ou 仏法), elementos essenciais na narrativa do *Gukanshō*. *Ōbō* pode ser traduzido como a Lei Imperial, sendo relacionada à linhagem sucessória dos *Tennō*, enquanto que *buppō* representa a Lei Budista, suas práticas e doutrinas, sendo que ambos se explicam e interagem em importante relação de interdependência no texto.

*Ōbō* e *buppō* são conceitos que se originam da doutrina budista no contexto japonês, uma vez que essa religião em si não se desenvolveu da mesma forma em todos os locais onde foi adotada. Sonoda Kōyū explica que o Budismo sai da Índia para o Leste Asiático pela ação dos impérios em expansão, mas enquanto os ensinamentos de Śākyamuni,<sup>59</sup> o Buda histórico, pregavam a iluminação pelo desprendimento e rejeição do não-permanente, o contato com práticas e crenças em diversos locais alterou, em alguns níveis, tal percepção. No norte da China, por exemplo, o Budismo passou a ser cultuado especialmente “(...) pelo poder mágico de fornecer benefícios materiais e, junto do Taoísmo e Confucionismo, como suporte ideológico para a autoridade imperial.”<sup>60</sup>

No caso do Japão não foi muito diferente, uma vez que a doutrina chega ao arquipélago pela Península Coreana após passar pela China. Nos reinos coreanos, o Budismo foi adotado por grupos que buscavam se destacar sobre os demais para fundar seus governos dinásticos, primeiro em Koguryō no norte e fronteira com a China, depois em Paekche e, finalmente, Silla ao sul da península. No *Nihonshoki* consta que em 552 EC um enviado de Sōngmyōng, soberano do reino de Paekche, teria presenteado Kinmei-*tennō*, então governante do Estado de Yamato, com estátuas e escritos budistas, marcando assim o primeiro contato dos japoneses com a nova religião. A data mais aceita para esta ocasião é a de 538, encontrada no *Gangō-ji*

<sup>59</sup> Sidarta Gautama foi um sábio nascido na segunda metade do século VI e.C. que, depois de abdicar a sua posição de herdeiro, se dedicou à busca da erradicação do sofrimento e miséria humana. Pregava que o caminho para a iluminação viria pela meditação e o desprendimento da materialidade, sendo portanto considerado o fundador do Budismo como o primeiro “Iluminado” ou “Desperto”. É chamado também de Buda, Buddha, Śākyamuni ou Shakyamuni, dentre outros;

<sup>60</sup> SONODA, 1993, pg 360;

*engi*, um registro histórico do primeiro grande templo construído no Estado de Yamato, o Asuka-dera (飛鳥寺).<sup>61</sup>

Mas assim como ocorreu nos reinos coreanos, no Japão também houve resistência inicial à adoção do Budismo. O Estado de Yamato nasceu como uma reunião de clãs sob o comando dos Yamato, que após intensa movimentação de alianças e da criação de imaginário e memória oficial, se centralizaram como o clã imperial japonês. Na tradição religiosa de então, os líderes locais, chefes de famílias e de clãs inteiros, eram responsáveis por executar cerimônias em honra a entidades para manutenção da comunidade e principalmente pela prosperidade da colheita. O governante de Yamato, como líder máximo, era o principal responsável por tais ritos, agindo como um sacerdote de amplo alcance sobre a terra. Todavia, a chegada do Budismo poderia prejudicar essa prática e ameaçar a sobrevivência da sociedade caso as entidades locais se ressentissem com o abandono de seus fiéis.

Junto desta questão espiritual estava também o cenário de disputas políticas da época. Os clãs de então podiam tanto ter origem no próprio arquipélago, quanto no continente, tendo emigrado para as ilhas e se estabelecido localmente, ganhando poder e prestígio dentre os demais. Um exemplo era o clã Soga, que cresceu inclusive pelo uso de ferramentas e técnicas trazidas da China e da Península Coreana, destacando-os frente a outros que sobreviviam com práticas agrícolas mais tradicionais. É dito que os Soga foram um dos principais incentivadores da adoção do Budismo pela Corte de Yamato, crescendo em prestígio após a derrota de grupos rivais. Os líderes Soga teriam patrocinado a construção de templos e dado suporte ao culto budista enquanto se aproximavam do governo pelo nascimento de herdeiros de mães Soga.

Mas o Budismo não se instituiu plenamente em seu formato original, nem em relação à sua forma criada na Índia e nem completamente igual às versões chinesas e coreanas. No Japão, por mais que tenha se estabelecido na Corte e se expandido para a sociedade como um todo, o Budismo teve de se adaptar às práticas locais de culto aos ancestrais e aos *Kami*, as ditas entidades nativas do arquipélago. O historiador Mikaël Bauer, inclusive, atenta para o fato de que o próprio uso do termo *religião* neste momento deve ser questionado, uma vez que a multiplicidade de tradições cria uma paisagem religiosa mais ampla e dinâmica.

A paisagem pré-moderna japonesa era um todo inerentemente diverso e dinâmico, consistindo em diversas tradições que influenciavam umas às outras continuamente. É correto ver a introdução oficial do Budismo em 538 como um divisor de águas no início da história religiosa japonesa, mas não se deve perder de vista a pluralidade de influências continentais que encontraram diversas formas de religiosidades já presentes nas ilhas japonesas. Um dos principais problemas que atravessam os estudos que lidam com a religiosidade e história do período Nara-Heian é a categorização e aplicação de conceitos modernos ao contexto pré-moderno. (...) Devemos ter cuidado

---

<sup>61</sup> Ibidem, pg 371;

para não aplicar conceituações modernas (pós-Meiji) de tradições e escolas independentes aos monges, patronos e praticantes pré-modernos que engajaram em uma diversidade de ensinamentos. (...) <sup>62</sup>

Esta compreensão é importante pois evita a ideia, sobretudo por parte do público ocidental, de que o Budismo entra no Japão para substituir uma religião nativa, quando na verdade esta foi mais uma prática religiosa que se juntou a outras manifestações já presentes. O Budismo de fato ganha força e se institucionaliza, principalmente por ter uma doutrina formal estruturada com escrituras, além do patronato de grupos influentes, mas ele não substitui completamente as práticas nativas estabelecidas anteriormente.

Observar a religiosidade no Japão pré-Meiji como uma manifestação dinâmica permite também entender fontes históricas como o *Gukanshō*, que se inspira no Budismo, é escrito por um monge budista, mas que usa mitos, divindades e discursos que teriam origem diversa dentro da mesma narrativa. Jien não dispõe elementos religiosos de forma separada, mas sim como parte de um todo comum, onde Amaterasu e Bodhisattva interagem como parte de uma mesma realidade sem o estranhamento de supostamente pertencerem a diferentes crenças.

Durante os eventos da Restauração Meiji no século XIX, se fortalece o discurso de que o Shintoísmo, ou o *Shinto*, seria a religião original do Japão. Em 1868 o poder político japonês volta a ser exercido diretamente pelo *Tennō* e seu conselho de ministros, dando fim ao *shogunato* Tokugawa (1603-1868), último governo militar do Japão. Tendo estado sujeito ao compartilhamento de poder com os *Shōgun* desde a fundação do *Bakufu* de Kamakura no fim do século XII, o *Tennō* e a Corte da Era Meiji precisavam desenvolver e recuperar discursos e imaginários de legitimação imperial, recorrendo inclusive ao *Gukanshō* e a demais clássicos que apresentavam a ancestralidade divina do clã imperial. Houve também uma movimentação de rejeição ao que fosse considerado estrangeiro, inclusive o Budismo, que já estava a séculos estabelecido como prática religiosa na sociedade. Cria-se então a ideia do Shintoísmo como culto originário e religião oficial do Estado japonês, com seus templos específicos e culto aos *Kami* e aos antepassados.

---

<sup>62</sup> “The Japanese premodern landscape was an inherently diverse, dynamic whole consisting of several traditions that influenced one another continuously. The official introduction of Buddhism in 538 is correctly seen as a watershed moment in Japan’s early religious history, but one should not lose sight of the plurality of continental influences that encountered several forms of religiosity already present on the Japanese islands. One of the main problems running throughout scholarship dealing with Nara-Heian period religiosity and history is one of categorization and the application of modern concepts to a premodern context. (...) we have to be careful not to apply modern (post-Meiji) conceptualizations of independent traditions and schools to the premodern monks, patrons, or practitioners who engaged with a plurality of teachings. (...)” (BAUER, 2017, pg 234-235);

Independentemente do que os discursos do século XIX tenham a dizer, o historiador Kuroda Toshio, após buscar nas diversas fontes históricas os usos do termo *shinto*, expôs que a noção de Shintoísmo como religião independente é de fato datada do discurso Meiji. Em seu artigo sobre o “*Shinto na História da Religião no Japão*”, Kuroda levanta três pontos essenciais:

1) Geralmente se afirma que uma auto-consciência indígena está incorporada na palavra *shinto*. Eu argumentaria que o significado original da palavra é diferente de como ela é entendida atualmente. 2) As cerimônias do Templo de Ise, assim como as da Corte Imperial e do antigo governo provincial, são ditas como sendo formas “puras de *shinto*”. Eu gostaria de mostrar que elas na verdade se tornaram um componente de um sistema único de Budismo que emergiu no Japão e eram percebidas como uma extensão do Budismo. 3) É dito que o *shinto* teve papel secular na sociedade e existia em uma esfera completamente diferente do Budismo. Eu manteria que esta mesma secularidade era permeada por conceitos Budistas e era em si religiosa por natureza. (...)<sup>63</sup>

A partir desses argumentos pode-se entender que o *shinto*, como termo que se refere às práticas religiosas anteriores ao Budismo, não foi utilizado da mesma forma nos períodos pré e pós-Meiji, além de que as práticas e cerimônias, oficiais ou comunitárias, eram tanto parte do Budismo japonês quanto uma extensão dele. Com o passar do tempo, a dinâmica religiosa teria se solidificado em uma união de múltiplos elementos que dariam forma à religiosidade das Cortes de Nara e Heian, tornando-se parte do próprio discurso de legitimação do Estado. Por esta razão, compreende-se neste trabalho que o uso do termo *shinto* deve ser relativizado em contexto de temporalidades anteriores ao século XIX, de forma a não arriscar anacronismos entre a prática religiosa do Estado Meiji e a dinâmica plural de manifestações da religiosidade presente nas ilhas japonesas em épocas mais antigas.

A pluralidade de manifestações de religiosidade no Budismo japonês também não impossibilitou que doutrinas de diferentes escolas budistas chegassem ou se desenvolvessem no Japão, muitas vezes se adaptando às condições locais e aos interesses estatais, sobretudo no período Heian.

Em termos de escolas específicas, o Budismo de Heian foi dominado pelas duas tradições de Tendai e Shingon, mas estes não se difundiram no Japão da mesma forma que foram introduzidas da China. De uma perspectiva geral, Tendai, Shingon e as escolas de Nara, assim como as práticas yin-yang (*onmyōdō* 陰陽道), cultos aos *Kami* e em geral todos os tipos de elementos religiosos, foram unificados em torno de um esoterismo para formar uma estrutura maior que pode ser chamada de *kenmitsu Bukkyō* 顯密仏教 (Budismo exotérico-esotérico), uma estrutura dentro da qual se desenvolveram. Essa era a estrutura do Budismo de Heian. Características

---

<sup>63</sup> “1) It is generally held that an indigenous self-consciousness is embodied in the word Shinto. I would argue that the original meaning of the word differs from how it is understood today. 2) The ceremonies of Ise Shrine, as well as those of the imperial court and the early provincial government, are said to have been forms of “pure Shinto”. I would like to show that they actually became one component of a unique system of Buddhism which emerged in Japan and were perceived as an extension of Buddhism. 3) It is said that Shinto played a secular role in society and existed in a completely different sphere from Buddhism. I would maintain that this very secularity was permeated with Buddhist concepts and was itself religious in nature.(...) (KURODA, 1981, pg 3)”

profundamente enraizadas da religião japonesa como rezas e rituais apotropaicos (*kaji-kitō* 加持祈), o *nenbutsu*, identificações de *Kami* locais com entidades budistas (*shinbutsu shūgō* 神仏習合), tabus (*mono-imi* 物忌み) e adivinhação (*uranai* 占い), continuaram a se desenvolver durante esse período e também se espalhar entre as pessoas comuns.<sup>64</sup>

Este seria o cenário básico da religiosidade japonesa na passagem entre o século XII e XIII, momento em que viveu o monge Jien. O período Kamakura trouxe também novas escolas budistas para o Japão, mas muito da pluralidade religiosa se manteve. Na Corte essa nascente religião se adaptou às necessidades do discurso imperial, fundamentando a base espiritual na qual os líderes de Yamato já se mantinham, ou seja, no papel de líderes cerimoniais responsáveis pela prosperidade do reino. Com o *Kojiki* e o *Nihonshoki*, o *Tennō* passa a ser descendente direto dos *Kami*, ao passo que a doutrina budista entra para a narrativa como mantenedora desta tradição.

Pela capacidade de se adequar às condições locais e por ter sido incentivado por importantes figuras, o Budismo passa então a estar conectado ao Estado como peça central na construção da autoridade. Ao longo do tempo, grandes figuras de poder construíram, ou tiveram atribuídos a si, importantes templos como prova de legitimidade, como o Tōdai-ji (東大寺) e o *daibutsu* (大仏) de Nara do século VII, o Hōjō-ji (法成寺) de Fujiwara Michinaga no século XI e o Hosshō-ji (法勝寺) de Shirakawa-in de 1075.<sup>65</sup> Esse tipo de relação unia o governo secular ao mundo espiritual, fundamentando o poder herdado e conceituando o que viria a ser a relação entre *ōbō* e *buppō*.

Em termos de significado da palavra em si, *ōbō* se refere a autoridade e ordem mundana, enquanto *buppō* indica a profunda filosofia do Budismo e as atividades da comunidade Budista. Como *ōbō* e *buppō* foram ditos estar em uma relação de mútuo auxílio e dependência, o *ōbō* aqui denota, não o poder mundano como efetivamente é em seu interesse próprio, mas uma noção do poder como este deve ser, conceituado em termos budistas. No todo, está claro que representa uma concepção ou afirmação originada do lado do Budismo.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> “In terms of specific schools, Heian Buddhism was dominated by the two traditions of Tendai and Shingon, but these did not spread in Japan in the same form in which they had been introduced from China. From an overall perspective, Tendai, Shingon, and the Nara schools, as well as yin-yang practices (*onmyōdō* 陰陽道), cults of the *Kami*, and in general all sorts of religious elements, were unified around esotericism to form a greater framework that may be called *kenmitsu Bukkyō* 顯密仏教 (exoteric-esoteric Buddhism), a framework within which they developed. This was the actual structure of Heian Buddhism. Deeply rooted features of Japanese religion such as apotropaic prayers and rituals (*kaji-kitō* 加持祈), the *nenbutsu*, identification of local *Kami* with Buddhist deities (*shinbutsu shūgō* 神仏習合), taboos (*mono-imi* 物忌み), and divination (*uranai* 占い) all continued to develop during this period and also spread among the common people.” (KURODA, 1996, pg 274);

<sup>65</sup> BAUER, 2017, pg 235;

<sup>66</sup> “In terms of the meaning of the word itself, the *ōbō* refers to worldly authority and the order, while the *buppō* indicates the profound philosophy of Buddhism and the activities of the Buddhist community. Because the *ōbō* and the *buppō* were said to be in a relationship of mutual aid and dependence, the *ōbō* here denotes, not worldly power as it actually is in all its naked self-interest, but rather a notion of power as it should be, conceptualized in

Mas é possível perceber, ao unir a dinâmica religiosa à esfera de desenvolvimento político e do exercício factual do poder, que a relação entre *ōbō* e *buppō* estava além da conceituação de termos ou da garantia de legitimidade do governo. Kuroda lembra que, apesar de discursos que defendiam a separação do Budismo da dinâmica política japonesa, suas doutrinas se desenvolveram desde o início em conjunto com o mundo secular e seus centros de poder. Portanto o *buppō* não dependeria do governo apenas para ter o culto permitido ou pelo patronato de grandes figuras, enquanto que o *ōbō* dependia do Budismo para além da legitimidade e conceituação.

Esta relação é mais explícita ao se analisar os grandes complexos de templos budistas como os de Nara e do Monte Hiei. Kuroda relaciona a presença destes complexos centrais de templos tanto à disputa entre doutrinas dentro do *kenmitsu* (顯密) mencionado anteriormente, quanto ao desenvolvimento do sistema de aquisição e controle de terras próprias, funcionando como uma força política e social dentro do sistema e do Estado. Estes templos cresceriam em poder e influência, tanto na figura de seus líderes quanto pela presença de monges guerreiros e de importantes funcionários do templo, capazes de rivalizar com o poder secular e a aristocracia. Os complexos teriam conquistado tanto autoridade quanto autonomia, permanecendo como um núcleo de poder próprio com capacidade de se opor aos governantes que se alternavam na Corte, inclusive durante o governo regencial e o sistema *Insei*, além de posteriormente, o *bakufu*.<sup>67</sup>

É possível então perceber que o equilíbrio de poder no Japão dependia de diversas forças políticas em constante relação, não havendo necessariamente uma divisão fixa entre o secular e o espiritual. Tanto o poder imperial quanto o lugar do Budismo se definiam pela legitimidade mítica-espiritual e por sua efetiva autoridade e influência, capacidade econômica e poderio militar. Essa noção permitiu que Kuroda Toshio desenvolvesse a teoria do *Kenmon Taisei* (権門体制) mencionada no capítulo anterior, onde demonstra que existiriam núcleos de poder interdependentes que juntos governaram o território japonês, cada um com suas respectivas atribuições: a Corte, os templos e os militares. “(...) Enquanto ocasionalmente em disputa, esses blocos dividiam responsabilidades de governo em três esferas – assuntos de Corte,

---

Buddhist terms. On the whole, it is clear that it represents a conception or assertion originating from the side of Buddhism.” (KURODA, 1996, pg 276);

<sup>67</sup> Ibidem;

religiosos e militares – mas também colaboravam de maneira interdependente sob os auspícios do Estado Imperial.”<sup>68</sup>

Mikael Adolphson, entretanto, aponta a existência de críticas à teoria *kenmon* de Kuroda, onde a de maior relevância para essa discussão, seja talvez, a necessidade de relativizar a autonomia que cada bloco de poder teria. Taira Masayuki teria notado que, diferente da Corte, que agia como pináculo do poder dos aristocratas e do *Shōgun*, que seria o centro do poder dos militares, o bloco dos religiosos não possuiriam semelhante núcleo central.<sup>69</sup> Os templos, mesmo os grandes complexos, eram menos unificados e muitos não eram tão independentes ao ponto de não precisar do patrocínio de cortesãos ou de clãs militares.

Mas ainda que esta seja uma lacuna importante, não significa que os templos estivessem, em sua totalidade, submetidos ao poder de terceiros. Em 1100, por exemplo, Shirakawa-*in* nomeou o monge Hanshun (範俊) como abade assistente do Kōfuku-ji (興福寺), templo ligado ao clã Fujiwara, na ideia de conseguir intervir nos assuntos internos do templo. Os monges de Kōfuku-ji ficaram insatisfeitos e, depois de novas interferências por parte de partidários do *In*, conflitos entre as facções causaram desordem pelos três anos seguintes. No fim, Shirakawa-*in* não foi capaz de impor um nome de escolha como abade principal no lugar de filhos do clã Fujiwara, mas suas ações demonstram importantes dinâmicas de disputas e interesses entre os poderes no reino.<sup>70</sup>

Desta forma é possível entender como os núcleos de poder no Japão na passagem entre o período da Corte Heian e o *Bakufu* de Kamakura compartilhavam, até certo nível, atribuições dentro do Estado. É também visível que, por não ser completamente independente da Corte e dos clãs, os templos e seus monges viviam em relação de interdependência com essas partes, mas com níveis de autonomia e autoridade que lhes tornavam uma força política atuante como parte do próprio sistema.

(...) Estes vários grupos influentes como um todo formavam o poder de governo do país, uma característica particular do Japão medieval a partir do período *insei*. Portanto, o *ōbō* de fato se referia ao sistema de poder representado pelo soberano (o imperador) e também pelos diversos grupos de influência secular e sua governança unificada, enquanto que o *buppō* denota nada menos do que dos maiores complexos de templos como uma força social e política, assim como suas atividades. Em suma, a mútua dependência *ōbō-buppō* significava não apenas que o Budismo servia ao poder político, mas também implicava em uma adesão peculiar de governo e religião na qual o Budismo, enquanto constituía uma forma distinta de força social e política,

<sup>68</sup> “(...) While occasionally in competition, these blocks shared the responsibilities of governance in three spheres – court, religious and military matters – but also operated collaboratively in an interdependent manner under the auspices of the imperial state.” (ADOLPHSON, 2017, pg 107);

<sup>69</sup> Ibidem, pg 108;

<sup>70</sup> Ibidem, pg 107;

entrava no princípio estrutural do Estado como um todo. Tal era a base da mútua dependência *ōbō-buppō* nos eventos de fato.<sup>71</sup>

Para além da dinâmica central do governo, a relação *ōbō-buppō* também alcançou o vocabulário cotidiano da sociedade. Documentações e petições de comunidades camponesas, assim como preces entoadas em templos, demonstram a utilização dos termos em momentos e usos diversos, mas sempre mantendo a ideia de união e complementaridade. Segundo Kuroda, o termo acabou sendo usado na maioria das vezes como mero jargão, enquanto que o *Gukanshō* seria o primeiro trabalho a, de fato, se utilizar da relação entre estes conceitos de maneira concreta.<sup>72</sup>

Para Jien a relação estava, sobretudo, na importância do *buppō* para a proteção do *ōbō*, que se manifestava no dever do Budismo em defender a figura imperial e sua linha sucessória. Essa ideia é aplicada junto à dimensão histórica dos Princípios analisados anteriormente neste capítulo, transformando a relação *ōbō-buppō* em um Princípio em si e manifestado, por exemplo, quando Shushun-*tennō* foi assassinado para que o Budismo se instituisse no Japão. Somado a isso, ao continuar narrando os eventos do processo histórico, Jien fala de como novas adições de doutrinas budistas continuam reforçando a manutenção do próprio Estado.

Durante o reinado de Kammu e a era Enryaku (782-806), dois Grandes Preceptores cruzaram o mar até a China. Grande Preceptor Dengyō (767-822) trouxe de volta únicos e incomparáveis ensinamentos Tendai, cuja exposição foi a principal razão para que Shaka Nyorai (quem revelou os ensinamentos) apareceu neste mundo. E o Grande Preceptor Kōbō (774-835) introduziu os ensinamentos Shingon que incorporou em uma seita todos as verdades Budistas e mundanas que foram intimamente compreendidas por todos os Budas do passado, presente e futuro. (...) Foi certamente pelo que esses Grandes Preceptores fizeram que o Estado passou a ser governado com firmeza e as pessoas prosperaram. Mais tarde, os Grandes Preceptores Jikaku (794-864) e Chisō (814-889) também cruzaram o mar até a China. Ao introduzir no Japão tais ritos como a Cerimônia da Luz Flamejante [tradução literal da versão inglesa] e a Cerimônia da Estrela Reverenciada [tradução literal da versão inglesa], eles protegeram os Imperadores e trouxeram paz ao país.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> “(...) These various influential parties as a whole formed the ruling power of the country, a particular characteristic of Japan’s medieval times from the Insei period on. Therefore, the *ōbō* actually referred to the system of power represented by the nation’s sovereign (the emperor) as well as the various secular parties of influence and to their unified governance, while the *buppō* denoted nothing less than the major temple-shrine complexes as a social and political force, as well as their activities. In short, *ōbō-buppō* mutual dependence meant not only that Buddhism served political power but also implied a peculiar adhesion of government and religion in which Buddhism, while constituting a distinctive form of social and political force, entered into the structural principle of the state order as a whole. Such was the basis in actual events of the theory of *ōbō-buppō* mutual dependence.” (KURODA, 1996, pg 276)

<sup>72</sup> Ibidem, 279;

<sup>73</sup> “During the Kwammu reign and the Enryaku era (782-806), two Grand Preceptors crossed the sea to China. Grand Preceptor Dengyō (767-822) brought back the incomparable and unique Tendai teachings, the exposition of which was the main reason why Shaka Nyorai (who revealed the teachings) appeared in this world. And Grand Preceptor Kōbō (774-835) introduced Shingon teachings which incorporated in one sect all the Buddhist and worldly truths that had been inwardly understood by all the Buddhas of the past, present and future. (...) It was certainly because of what these Grand Preceptors did that the state came to be ruled firmly and the people prospered. Later on, Grand Preceptors Jikaku (794-864) and Chisō (814-889) also crossed the sea to China. By introducing

Neste trecho, Jien se refere ao momento em que os monges Dengyō, ou Saichō (最澄) e Kōbō, ou Kūkai (空海) estabeleceram, respectivamente, as escolas de Tendai (天台宗) e Shingon (真言宗) no Japão no início do período Heian. Kammu-*tennō*, na tentativa de diminuir o prestígio e influência dos poderosos templos de Nara, teria buscado na escola de Tendai a oportunidade de unificar as ideias budistas no Japão, de acordo com seus interesses para o governo que se estabelecia na nova capital de Heian-kyō. Saichō viajou à China, inclusive, junto da comitiva oficial enviada pelo *Tennō*, com o objetivo de adquirir instrução, ordenação e escritos suficientes para que a escola fosse oficialmente estabelecida no arquipélago. Kūkai teria estado na mesma comitiva, mas com o objetivo de ser instruído no Mikkyō, uma doutrina com práticas curativas que chamaria a atenção de Kammu quando este se encontrava enfermo, fazendo com que ordenasse que Saichō incorporasse o Mikkyō à prática Tendai. Os monges disputariam entre si, um pela aquisição do Mikkyō para Tendai e o outro na tentativa de manter o Mikkyō como doutrina independente. O resultado desta e de outras questões, no longo prazo, foi a criação das duas escolas japonesas de Tendai e Shingon.<sup>74</sup>

Ao unir o relato de Jien com os eventos que levam à criação destas escolas budistas japonesas é possível esclarecer melhor a relação entre *ōbō* e *buppō*. Vale lembrar, o Budismo aqui entendido como *buppō* não é referente a apenas uma escola ou à noção original de Budismo em si, mas ao Budismo que se forma no Japão a partir da relação com as diversas manifestações religiosas pré-existentes. Nessa dinâmica, o culto aos *Kami* e aos ancestrais acaba ganhando destaque pelo papel na legitimação do discurso imperial, que com o Budismo, formam a narrativa de ascendência e proteção divina, onde o primeiro estabelece a relação sanguínea dos governantes com as entidades criadoras do Japão, enquanto que o segundo, ao ser introduzido no arquipélago, mantém segura essa descendência legítima fornecendo sabedoria e proteção espiritual.

Está então formada a base na qual os argumentos do *Gukanshō* se sustentam, a proteção do trono e da linhagem imperial. A tradição budista de Jien, membro da escola de Tendai, forneceu fundamentação para esse discurso na relação entre *ōbō* e *buppō*, que na narrativa dos Princípios aparece como uma necessidade à manutenção do Estado de acordo com as constantes mudanças no processo histórico. Neste sentido, Jien une múltiplas ideias da

---

to Japan such rites as the Burning Light Mass and the Revered Star Mass, they protected Emperors and brought peace to the country.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 34-35);

<sup>74</sup> WEINSTEIN, 1999;

paisagem religiosa de então, adiciona sua interpretação sobre os eventos históricos e cria, no fim, o plano de ação que, segundo ele, seria a resposta necessária aos eventos de seu presente.

Relacionada a estas questões está a análise de Ishida Ichirō de que a interpretação histórica de Jien “está estruturada na interação entre preocupações e compromissos que são tanto políticos quanto religiosos”.<sup>75</sup> Como irmão do regente imperial e abade de Tendai, ele teria visto profundas conexões entre mudanças políticas e poderes divinos, fato que o leva posteriormente a escrever o *Gukanshō*.<sup>76</sup> É por essa razão que sua estrutura de pensamento estaria pautada simultaneamente em elementos religiosos e políticos, unidos pelo que Ishida coloca como sendo a necessidade de adaptação à realidade de um tempo, local e capacidade humana.

Essa necessidade de adaptação às condições do tempo, local e habilidades humanas é o que parece ser o ponto essencial pela ótica da estratégia narrativa. Entende-se aqui que o *Gukanshō* funciona como um projeto que se usa da narrativa histórica como estratégia de convencimento, que no fim responderia tanto aos problemas de seu presente quanto às pretensões políticas do clã de seu autor. Para tal, Jien desenvolve uma complexa rede de Princípios que mudariam conforme as necessidades políticas de cada era, chegando ao momento final onde apenas alguém com a capacidade de exercer simultaneamente as posições de *Shōgun* e regente imperial poderia evitar a deterioração acelerada do Estado japonês.

(...) E assim como certos ensinamentos Budistas são apropriados para a Lei Final – concedendo as bênçãos de Buda aos depravados seres sencientes vivendo na era da Lei Final – Jien entende que se uma pessoa de “habilidade” assumir a administração dos assuntos, o Estado será pacífico. Mas se tal pessoa não assumir o controle, o Japão será destruído antes do advento do 100º reinado. Esta é a tese central do *Gukanshō*.<sup>77</sup>

Esta pessoa de habilidade seria Kujō Yoritsune, a criança adotada para ser *Shōgun*. Ishida explica que essa certeza de que Yoritsune seria o único capaz de assumir o Estado nas condições da Lei Final, vem da convicção da superioridade do clã dos regentes Fujiwara e de que os Kujō seriam a parcela do clã a herdar a missão de servir o *Tennō*. Esse ponto é, inclusive, uma das contradições na linha de pensamento de Jien, uma vez que ao apontar os Princípios de cada uma das três eras da Lei, o terceiro diria respeito à necessidade de haver um regente que fosse também *Shōgun*, uma vez que o Estado necessitava da força militar para se manter. Porém,

---

<sup>75</sup> ISHIDA, 1979, pg 420;

<sup>76</sup> Ibidem;

<sup>77</sup> “(...) And just as certain Buddhist teachings are appropriate for the age of the Final Law – bestowing the blessings of Buddha on depraved sentient beings living in the age of the Final Law – Jien thinks that if a person of “ability” should take over the administration of affairs, the state will be peaceful. But if such a person does not assume control, Japan will be destroyed before the advent of the 100th reign. This is the *Gukanshō*’s central thesis.” (ISHIDA, 1979, pg 437);

essa pessoa não poderia ser escolhida de dentro do próprio clã militar, mas sim ser um integrante do clã regencial que passaria também a ser parte do clã militar.

Aparece assim uma diferença relevante que evidencia a noção da superioridade do clã Fujiwara. Jien teria definido três tipos de governos para as três grandes eras da história, onde durante a era da Lei Verdadeira, haveria o governo pessoal da linhagem imperial descendente da *Kami* do sol, que além de ancestral, era também a protetora do clã imperial. Já na segunda era, a da Imitação da Lei, o *Tennō* não mais seria capaz de governar sozinho, necessitando de um regente para auxiliar com os assuntos de Estado. A *Kami* do sol então buscaria fazer um acordo com o *Kami* do templo de Kasuga, para que os descendentes Fujiwara, seus protegidos, auxiliassem o governo. Por fim, na era da Lei Final, o Estado precisava incorporar o poderio militar dos guerreiros, o que levou a um novo acordo entre a *Kami* do sol, o *Kami* dos Fujiwara e Hachiman Bodhisattva, este último sendo um *Kami* protetor tanto dos Minamoto quanto do clã imperial, na intenção de criar um governo onde haveria um regente-*Shōgun*.<sup>78</sup>

Jien pensava nessas três formas de governo como realizações dos “Princípios invisíveis” para essas três eras. Aplicando resolutamente a lógica da acomodação das realidades de um particular tempo, espaço e habilidade humana, ele veio a acreditar que o estabelecimento de um governo no qual o Imperador teria o suporte de um homem que seria tanto um Regente-Chanceler e um *Shōgun* estava de acordo com “o Princípio dos últimos reinados”.<sup>79</sup>

Mas se o Princípio da Era Final dizia que era necessário um regente-*Shōgun* e, considerando que esta era já estava em andamento desde aproximadamente o ano de 1052, por que nenhum dos três primeiros *Shōgun* Minamoto assumiu também o cargo de regente? Quando o governo típico da segunda era substituiu o da primeira, ou seja, quando os regentes passaram a assumir responsabilidades que anteriormente condiziam apenas ao *Tennō*, os regentes foram escolhidos de dentro do clã Fujiwara, não de outros núcleos do clã imperial. Mas quando o governo da terceira era substituiu o da segunda, o regente-*Shōgun* não seria escolhido do clã Minamoto, mas sim do próprio clã Fujiwara responsável pelo governo da segunda era. Ao que parece, o Princípio da Era Final teria se manifestado apenas em 1219 quando Yoritsune, nascido dentro do clã Fujiwara, foi adotado pelos Minamoto como novo *Shōgun*. O que o governo precisaria, portanto, não seria da linhagem guerreira dos Minamoto, mas de seu poderio militar a ser comandado por um descendente da linhagem regencial Fujiwara.

---

<sup>78</sup> Ibidem;

<sup>79</sup> “(...) Jien thought of these three forms of government as actualizations of “unseen Principles” for those three ages. Resolutely applying the logic of an accommodation to the realities of a particular time, place and human ability, he came to believe that the establishment of a government in which the Emperor would be supported by a man who would be both a Regent-Chancellor and a Shogun was in accord with “the Principle of the final reigns”.” (Ibidem);

É dessa forma, portanto, que aparece a supremacia da casa regencial dentro do pensamento de Jien. Ishida Ichirō indica que a estrutura de pensamento presente no *Gukanshō* é composta por cinco elementos que ajudam a compreender as conclusões alcançadas pelo monge a respeito do novo tipo de governo, sendo:

1. O pensamento escatológico budista;
2. Crença de que os *Kami* protegem seus descendentes;
3. Consciência do presente como parte da Era Final;
4. Consciência da supremacia da casa dos Fujiwara;
5. Fazer acomodações de acordo com a realidade de um particular tempo, espaço e habilidade humana.

Nesta estrutura apresentada em forma de imagem,<sup>80</sup> Ishida coloca que os dois primeiros seriam parte de uma superestrutura religiosa, enquanto que os dois seguintes seriam a subestrutura histórica e política. Tanto os itens da superestrutura quanto da subestrutura seriam contraditórios entre si, tendo inclusive origens distintas, mas o quinto elemento aparece como a força que os liga e faz o sistema de pensamento funcionar como um todo. Ao adotar essa estratégia, Jien consegue interpretar eventos confusos e contraditórios na forma de um processo histórico linear guiado pelos Princípios, uma vez que as mudanças históricas geram necessidades distintas, onde em um contexto de deterioração generalizada, as ações tomadas precisam levar em consideração as condições existentes e o nível de habilidade disponível.

Entender cada um desses elementos é importante para compreender o próprio sentido da narrativa do *Gukanshō*, uma vez que ele não se constrói baseado em uma ou outra doutrina ou imaginário, mas sim na junção de diversos elementos religiosos, políticos e históricos. O pensamento escatológico budista, por exemplo, fornece as bases para a percepção temporal e espacial de Jien, que vai se refletir na maneira como ele compreende os efeitos do tempo no período daquela que seria a última era, assim como seus efeitos no Japão como localidade geográfica específica.

O pensamento escatológico budista inclui três elementos importantes: a doutrina da rotação dos quatro kalpas (*shikō junkan setsu*); a doutrina das três eras e cinco períodos (*sanji gokengo setsu*); e a doutrina da visão de mundo do Monte Sumera

---

<sup>80</sup> Ishida apresenta a estrutura na forma de um esquema que coloca os elementos de 1 a 4 em núcleos separados, onde 1 e 2 ficam na parte superior, representando a superestrutura religiosa, e 3 e 4 na parte inferior, como a subestrutura política/histórica. Normalmente os itens 1 e 3, assim como 2 e 4, podem interagir entre si, apesar de terem origens diferentes, o que na imagem aparece como uma pequena ligação entre os núcleos. Já o elemento 5 aparece ligando os elementos, tanto demonstrando eventual relação entre 1-2 e 3-4, quanto unindo as interações entre si, relacionando as duas partes da estrutura (1/2 – 3/4). Este seria o significado da adequação a um determinado tempo, espaço e habilidade humana, onde elementos interagem para moldar as ações possíveis de acordo com necessidades e condições de seu presente. (Para a imagem, ver: ISHIDA, 1979, pg 422);

(*shumi seikai setsu*). Os dois últimos estavam entrelaçados um com o outro no pensamento de Jien e incorporados ao primeiro.<sup>81</sup>

Parte deste pensamento já foi aqui mencionado durante a análise das três eras a partir da morte de Buda, sendo elas as eras da Lei Verdadeira, Imitação da Lei e da Lei Final, que representam a deterioração da Lei Budista no decorrer do tempo. Junto dessa ideia está a noção dos Cinco Períodos, que vão delimitar especificamente os movimentos de deterioração das habilidades humanas (*kengo*), sendo eles: esclarecimento (*gedatsu*), meditação (*zenjō*), escuta (*tamon*), construção de templos e pagodes (*zōtō*) e conflito (*tōjō*). Cada um desses períodos teria a duração de 500 anos após a morte de Buda, onde no início as pessoas ainda teriam capacidade de esclarecimento para alcançar a iluminação a partir dos ensinamentos de Buda, mas com o decorrer dos séculos essas habilidades iriam se deteriorar. A partir daí a humanidade não mais poderia alcançar a iluminação, apenas meditar, depois apenas escutar os ensinamentos e então construir templos e pagodes, enquanto que no fim restaria o conflito e a desordem. Quando os cinco períodos e as três leis são sobrepostas, é possível verificar que a Lei Final e o período do conflito começam juntos, ou seja, dois mil anos após a morte de Buda e, portanto, em um momento crucial da deterioração.<sup>82</sup>

Esse raciocínio induz à interpretação de que o tempo é linear e caminha para um fim iminente, mas o fato é que a deterioração é parte de um ciclo de declínio e ascensão. No *Gukanshō*, Jien demonstra preocupações em relação à deterioração e ao fim do Estado japonês após os supostos cem reinados, mas ele não se preocupa em analisar as possibilidades que haveriam após o período da deterioração em si. Entretanto, se pensar as eras das Leis e os cinco períodos dentro da visão do ciclo dos *kalpa*, é possível expandir a noção da temporalidade de Jien dentro do pensamento budista.

Ishida Ichirō afirma que Jien teve contato e foi influenciado pelo *Abhidharma-kosa*, um escrito budista que descreve o ciclo de rotação dos quatro *kalpas*, por onde o tempo em si se moveria eternamente e que explica o ciclo de criação e destruição. Nesta noção, existem três tipos de *kalpa*, sendo o grande, o médio e o pequeno *kalpa*. Um grande *kalpa* contém quatro médios, enquanto cada médio contém vinte pequenos *kalpa*.

(...) No início de um pequeno *kalpa*, uma pessoa tem a expectativa de vida de 80.000 anos, que decai um ano a cada século até chegar a 10 anos. Neste intervalo, a metade de deterioração do pequeno *kalpa*, as habilidades e fortunas do homem e de seu mundo

<sup>81</sup> “BUDDHIST ESCHATOLOGICAL THOUGHT includes three important elements: the doctrine of the rotation of the four kalpas (*shikō junkan setsu*); the doctrine of the three ages and five periods (*sanji gokengo setsu*); and the doctrine of the Mt. Sumera world view (*shumi seikai setsu*). The last two were intertwined with each other in Jien’s thought and built into the first.” (ISHIDA, 1979, pg 422);

<sup>82</sup> Ibidem, pg 423-424;

deterioram gradualmente. Após o término desta primeira metade, a expectativa de vida do homem aumenta um ano a cada século até alcançar novamente os 80.000 anos. Neste intervalo – a metade ascendente do pequeno *kalpa* – as habilidades e fortunas do homem e de seu mundo melhoram. (...) <sup>83</sup>

Existiriam portanto vinte pequenos *kalpa* com essa duração de tempo dentro de um *kalpa* médio, sendo que cada médio possui uma denominação específica: *kalpa* de criação (*jō*), onde o mundo e seus seres conscientes surgem; o *kalpa* de existência (*jū*), quando permanecem existindo; o *kalpa* da destruição (*e*), onde o mundo e os seres são destruídos; e o *kalpa* do vazio (*kū*), quando nada existe. <sup>84</sup> Esses quatro *kalpa* médios formam o eterno ciclo de criação e destruição, enquanto que Shakyamuni (Buda) teria vivido durante a metade de deterioração do nono pequeno *kalpa* dentro do médio *kalpa* da existência, quando a expectativa de vida dos homens era de 100 anos.

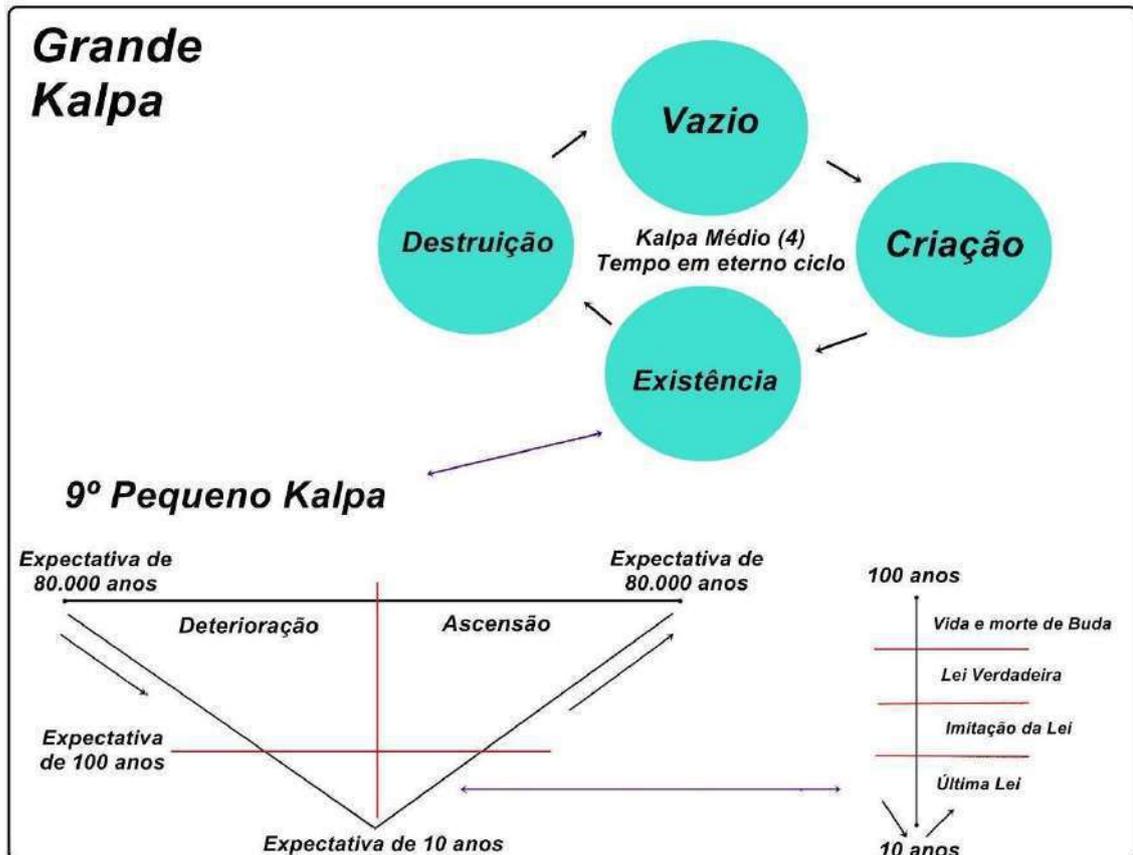
Ao unir a noção do ciclo dos quatro *kalpa* à delimitação das três Leis pensadas a partir da morte de Buda, é possível visualizar a base temporal onde o *Gukanshō* está baseado, bem como entender como a deterioração temida por Jien não poderia ser completamente evitada. Da mesma maneira, percebe-se que a deterioração não afeta apenas o Estado e seus indivíduos, mas também a forma com que os ensinamentos budistas são passados e entendidos, como as habilidades humanas decaem e as tragédias naturais se manifestam, como as guerras se tornam mais frequentes pela ação do quinto período de conflito e são causadas tanto pela ignorância humana quanto pelas ações de espíritos vingativos que apenas podem ser eliminados com a adoção de ritos budistas específicos para a era da Lei Final. Portanto, a deterioração de Jien não está apenas no fim de uma modalidade de governo ou na passagem de hegemonias de grupos rivais, mas do próprio ciclo de existência em si.

Em sua explicação sobre os ciclos dos *kalpa*, Ishida Ichirō apresenta um esquema que permite a melhor visualização do fenômeno. A imagem abaixo é uma reprodução inspirada no esquema original de Ishida, feita com intenção de auxiliar na compreensão do movimento de deterioração e ascensão das condições políticas e históricas, bem como das habilidades humanas, no qual se baseiam os Princípios do *Gukanshō*.

---

<sup>83</sup> “(...) At the beginning of a small kalpa, a person has a life expectancy of 80.000 years that decreases one year every century until it drops to 10 years. In this span of time, the deteriorating half of a small kalpa, the abilities and fortunes of man and his world gradually deteriorate. After this first half ends, man’s life expectancy increases one year every century until it again reaches 80.000 years. During this span of time – the improving half of a small kalpa – the abilities and fortunes of man and his world improve. (...)” (Ibidem);

<sup>84</sup> Esses nomes foram aqui colocados como uma tradução particular da versão inglesa contida no trabalho de Ishida, onde os quatro *kalpa* são nomeados como: *becoming, existing, destruction e emptiness*. (Ibidem);



Reprodução do Ciclo dos 4 Kalpas com a delimitação das 3 Leis<sup>85</sup>

Os efeitos da deterioração pioram, inclusive, se for adicionada a noção de mundo a partir da visão do Monte Sumera, que fornece tanto a posição geográfica quanto espiritual do Japão dentro do pensamento budista de Jien. No *Abhidharma-kosa* estaria escrito que no centro do mundo existe uma gigantesca e majestosa montanha chamada Monte Sumera, que é cercada por diversas cadeias de montanhas e oceanos. No oceano de água salgada, o mais externo deles, haveriam quatro grandes continentes, onde o continente sul seria aquele onde a história da humanidade estaria se desenvolvendo. No centro deste continente está a Índia, com a China ao leste, enquanto que as ilhas japonesas estariam localizadas no extremo leste deste mundo.

Dos quatro continentes, o sul é aquele descrito como o menos afortunado; e as regiões mais distantes do centro do continente sul são os lugares menos afortunados neste infeliz continente. Por isso o pequeno país do Japão, a terra periférica, veio a ser considerado o mais desafortunado de todos os lugares, onde as pessoas seriam as menos habilidosas. (...)<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Essa reprodução foi inspirada e baseada no esquema fornecido por Ishida Ichirō em seu capítulo sobre a formação do pensamento do *Gukanshō*. O esquema original encontra-se sob o título de *Figure 3*, disponível em ISHIDA, 1979, pg 424;

<sup>86</sup> “(...) Of the four continents, the southern one is described as the least fortunate; and the regions farthest from the southern continent’s center are felt to be the least fortunate places on this unfortunate continent. Therefore the small country of Japan, the peripheral land, came to be thought of as the most unfortunate place of all, one whose people had the least ability. (...)” (Ibidem, pg 426);

Conforme analisado por Ishida, a visão de construção do mundo a partir do Monte Sumera e o declínio das três Leis foram mesclados e adicionados por Jien à teoria da rotação dos quatro *kalpa*, criando a percepção de um avançado estado de deterioração na história japonesa. Sua interpretação dos elementos do pensamento escatológico budista fizeram com que o *Gukanshō* adquirisse uma alta carga de pessimismo em relação aos eventos em desenvolvimento no âmbito da política japonesa, relacionados à ação humana, em decorrência da suposta pouca habilidade das pessoas daquele tempo, mas também ao inevitável declínio de todas as coisas durante o período de deterioração do pequeno *kalpa* e das três Leis.

Ainda assim, conforme o próprio Jien afirma em suas conclusões, algumas melhorias poderiam ser feitas para que o Japão terminasse o período de deterioração com os cem reinados. Tais melhorias apenas poderiam ser alcançadas, segundo ele, se pessoas de habilidade tomassem sábias decisões à frente do governo e cumprissem com os Princípios e acordos estipulados pelas entidades protetoras. É desta forma que se adiciona ao *Gukanshō* os elementos característicos da história e cultura japonesa, a começar pelo culto aos *Kami* e seus atributos protetores.

A tradução padrão para *Kami* é “divindade”, uma palavra que sugere o conceito Ocidental de divindade transcendental como o Deus Judaico-Cristão. Mas o abismo entre divindade e humanidade encontrado nas religiões judaicas não existe no *Shinto*. Mesmo que os *Kami* do *Shinto* recebam crédito por criar várias partes do universo, *Kami* não são oniscientes nem onipotentes e, diferente dos antigos deuses gregos, eles não são necessariamente imortais.<sup>87</sup>

O culto aos *Kami* tem relação com comunidades locais que se estabeleceram no arquipélago, bem como de suas necessidades de compreensão do mundo físico e de fenômenos naturais e sobrenaturais. Os *Kami* tanto poderiam representar as forças da natureza quanto residir nelas e no mundo físico, desde montanhas, rios e árvores, até objetos criados pelo homem, como barcos, templos, santuários e estátuas.<sup>88</sup> Os *Kami* mais famosos acabam sendo aqueles a quem se atribui os grandes astros celestes ou a própria criação de parcelas do mundo físico, como Amaterasu, a *Kami* do sol e protetora do clã imperial japonês, ou o casal de *Kami* Izanagi e Izanami, ditos como criadores das ilhas japonesas e de quem também nasceram outros *Kami*. Esses mais conhecidos, cujo culto acabou se espalhando e popularizando, devem a fama

---

<sup>87</sup> “The standard translation of *Kami* is “deity,” a word suggesting the Western concept of a transcendental divinity such as in the Judaeo-Christian God. But the gulf between divinity and humanity found in the Judaic religions does not exist in *Shinto*. Even though the *Shinto* *Kami* are given credit for creating various parts of the universe, *Kami* are neither omniscient nor omnipotent, and unlike the ancient Greek gods, they are not necessarily immortal.” (MATSUMAE, 1993, pg 317);

<sup>88</sup> *Ibidem*, pg 318;

também às narrativas históricas como o *Kojiki* e o *Nihonshoki* que os estabelece como entidades superiores na história japonesa.

Apesar de alguns espíritos serem honrados e temidos pelos antigos japoneses e serem chamados de *Kami*, muitos recebem outros nomes com sutis diferenças de significado. Existiam os *tama* (almas), *mono* (demônios), *tsuchi* e *mi* (espíritos animistas), e *chi* e *itsu* (espíritos que possuem poderes mágicos). *Kami* eram escolhidos desta multidão de espíritos, elevados de posição, mais santificados e depois antropomorfizados. Os *Kami* das montanhas, por exemplo, podiam controlar espíritos, animais e plantas em uma região montanhosa específica, e um *Kami* do oceano poderia controlar a vida marinha. Em um estágio posterior de desenvolvimento tais *Kami* acabaram ganhando nomes e foram selecionados como entidades tutelares de importantes clãs. O clã Ochi da Província Iyo de Shikoku (atual Prefeitura de Ehime) adotou um *Kami* da montanha como sua divindade tutelar (*ujigami*), e um *Kami* do oceano foi posto como *ujigami* do clã Azumi baseado na província costeira de Chikuzen (Prefeitura de Fukuoka).<sup>89</sup>

O culto aos *Kami* se relaciona, e eventualmente também se confunde, tanto com a tradição japonesa de culto aos ancestrais, quanto com entidades budistas no decorrer do tempo. Uma das características do budismo no Japão é, inclusive, a percepção de que os *Kami* poderiam ser manifestações de divindades budistas que assumiam diferentes formas devido à especificidade espiritual do Japão. Nisto está a ideia de que essas entidades do budismo desceram a templos e santuários onde passam a ser cultuados como *Kami*, muitos tornando-se também guardiões protetores de clãs e da comunidade a eles ligada. O Grande Hachiman Bodhisattva, por exemplo, se tornou a entidade guardiã do clã guerreiro dos Minamoto.

É neste sentido que surge o segundo elemento que Ishida aponta como presente na estrutura do pensamento de Jien, a noção de que os *Kami* protegem seus descendentes. Isto faz parte da superestrutura religiosa, que ao ser posto junto do pensamento escatológico budista, define que mesmo durante os momentos de constante deterioração, os *Kami* estariam à frente da proteção dos descendentes dos clãs ao qual estão ligados. Tal proteção se faria visível, sobretudo, nos momentos em que diferentes clãs se relacionassem, fosse amistosamente ou em períodos de guerra, mas cujo resultado seria a construção de relações permanentes entre clãs. Esses eventos representam acordos entre os *Kami* de cada clã, onde pela finalidade de proteger e manter seus descendentes dentro das condições específicas de cada momento, promoveriam

---

<sup>89</sup> “Although some spirits were honored and feared by the ancient Japanese and called *Kami*, many were given other names with subtle differences in meaning. There were *tama* (souls), *mono* (demons), *tsuchi* and *mi* (animistic spirits), and *chi* and *itsu* (spirits that possessed magical powers). *Kami* were chosen from that crowd of spirits, elevated in rank, further sanctified, and later anthropomorphized. The *Kami* of the mountains, for instance, were thought to control the spirits, animals, and plants in a specific mountain region, and the *Kami* of the ocean to control ocean life. In a later stage of development, such *Kami* were often given names and selected as tutelary deities by important clans. The Ochi clan of Shikoku’s Iyo Province (present-day Ehime Prefecture) adopted a mountain *Kami* as its tutelary deity (*ujigami*), and an ocean *Kami* was taken as the *ujigami* of the Azumi clan based in the seacoast province of Chikuzen (Fukuoka Prefecture).” (Ibidem, pg 318-319);

o casamento entre herdeiros, acordos de aliança, ascensão de filhas de clãs como consortes imperiais, dentre outros.

No *Gukanshō* os acordos entre *Kami* guardiões de clãs são mencionados, por exemplo, quando os regentes Fujiwara passam a governar, o que seria o acordo entre a *Kami do sol* que protege o clã imperial e o *Kami* do santuário de Kasuga que protege os Fujiwara. Já na vitória do clã Minamoto após a guerra Genpei, o *Kami* protetor dos guerreiros, Hachiman Bodhisattva, entra em acordo com essas duas entidades para efetivamente unir os guerreiros ao governo, que culmina na adoção de Yoritsune em 1219.

A crença *Shinto* de que o *Kami* ancestral protegia seus descendentes era, portanto, como o pensamento escatológico Budista, onde ambos colocam fora da história, a causa básica para um evento, não dentro. Mas o que sustentava a crença *Shinto* era uma consciência temporal única de eterno retorno, não a consciência do progresso ou deterioração. E ainda assim, ao pensar no que era apropriado para particulares tempos, espaços e habilidades humanas (...) – pensamento que se tornou tradicional dentro da seita Tendai – Jien unia a crença ancestral do *Kami* que protegia seus descendentes (...) ao originalmente não relacionado pensamento escatológico do Budismo (...).<sup>90</sup>

Junto a isso, Ishida Ichirō acrescenta dois elementos histórico-políticos na estrutura criada para analisar o pensamento do *Gukanshō*, fazendo parte do que ele considerou uma subestrutura ligada aos preceitos religiosos anteriores. A ideia de que estes elementos são tanto históricos quanto políticos se relaciona com a noção histórica de que o Japão estaria vivendo sua última era durante os séculos XII-XIII, fato teoricamente comprovado pela ascensão guerreira e pelos constantes distúrbios e revoltas, bem como pela disputa política entre os clãs hegemônicos do período, que no caso de Jien se manifesta principalmente por sua crença na superioridade do clã de regentes Fujiwara, particularmente por parte dos Kujō.

O aumento do uso da violência como estratégia de domínio político a partir, sobretudo, do Distúrbio de Hōgen de 1156, influenciou o crescente pessimismo entre os aristocratas da Corte e os trabalhos de intelectuais como o próprio Jien. O reinado de Go-Sanjō (1034-1073) é destacado no *Gukanshō* como o momento onde as mudanças começam a levar na direção do início da Era Final, sendo este um momento decisivo para a Corte Imperial onde fica marcado o fim do período de domínio dos regentes Fujiwara.

Go-Sanjō, o primeiro *Tennō* a abdicar do trono e governar pelo sistema *Insei*, representa um novo momento no governo do Japão, ainda centrado na Corte Imperial, mas onde

---

<sup>90</sup> “(...) Shinto belief that ancestral Kami protect their descendants was therefore like the eschatological thought of Buddhism, in that both place the basic cause of an event outside history, not inside. But what supported Shinto belief was a unique time-consciousness of eternal return, not a consciousness of progress or deterioration. And yet, by thinking of what was appropriate for particular times, places, and human abilities (...) – thought that had become traditional in the Tendai Sect – Jien linked belief in ancestral Kami who protect their descendants (...) to the originally unrelated eschatological thought of Buddhism (...).” (ISHIDA, 1979, pg 427-428);

o equilíbrio de poder entre os clãs passa por novas dinâmicas. O clã imperial ganha maior destaque inicialmente, mas disputas internas acabam levando aos distúrbios de Hōgen e Heiji após a morte de Toba-*in*. Paralelamente a isso, os clãs guerreiros ganham força na capital, aproximando-se do governo e servindo de “mão-armada” na definição das disputas sucessórias. Isso representa o que Jien chama no *Gukanshō* de início da era militar japonesa, que encontra seu auge quando os guerreiros passam a ocupar posições de governo na Corte, chegando eventualmente ao *shogunato* após a definição da Guerra Genpei.

A velocidade com a qual os eventos ocorrem também influencia na percepção do avanço da deterioração. Enquanto o governo dos *Tennō* e regentes se prolongaram por séculos, considerando desde a centralização imperial da Corte de Nara a partir do século VIII, o intervalo entre o início do período *insei* e o *Bakufu* de Kamakura é visivelmente mais curto. Entre a ascensão de Go-Sanjō em 1068 e a fundação de Kamakura em 1185, o Japão viu surgir o sistema *insei* com grandes nomes como Shirakawa e Toba, rapidamente seguidos de pelo menos três grandes distúrbios eternizados pela literatura, sendo Hōgen (1156), Heiji (1159-1160) e a Guerra Genpei (1180-1185). Em pouco mais de um século a hegemonia política se alterou entre indivíduos, grupos e clãs, sem que um eliminasse completamente o outro, pois os títulos e posições se mantiveram, fosse *Tennō*, Regente ou *In* e, eventualmente, o *Shōgun*. O que marca essa dinâmica de poder é o aumento da violência, o que instiga o pessimismo entre os aristocratas e intelectuais da Corte. Mesmo depois da fundação de Kamakura, o clima de guerra iminente parece não se dissipar, uma vez que o próprio *Gukanshō* aparece como uma tentativa de impedir um novo conflito entre Go-Toba-*in* e o *bakufu*.

Essa rápida sucessão de conflitos aparece, portanto, como prova histórica de que a Era Final havia começado e que um iminente fim estaria próximo. Uma vez que a deterioração não podia ser parada, o que preocupava Jien seria como viver durante tal período, ou seja, como impedir que o Estado se desintegrasse antes do efetivo fim.

As doutrinas escatológicas Budistas junto da convicção de que o presente é a Era Final transformou o conceito de “cem reinados” – que originalmente refletia a crença na permanência da Casa Imperial – em uma doutrina escatológica japonesa onde o Japão seria destruído depois de cem reinados. Jien realmente acreditava nesta visão transformada dos “cem reinados”. Em preces escritas por ele, assim como no *Gukanshō*, ele calculou o número de reinados restantes, lamentou que a destruição estava próxima, e avisou que se as pessoas agissem contrárias aos Princípios, o Japão poderia ser destruído antes do advento do 100º reinado.<sup>91</sup>

<sup>91</sup> “Buddhist eschatological doctrines together with the conviction that the present is the Final Age transformed the concept of “one hundred reigns” – which originally reflected belief in the permanence of the Imperial House – into a Japanese eschatological doctrine that Japan would be destroyed after one hundred reigns. Jien really believed in this transformed conception of “one hundred reigns.” In prayers written by him, as well as in the *Gukanshō*, he calculated the number of reigns left, lamented that the destruction was near at hand, and warned that if people acted contrary to Principle, Japan might be destroyed before the advent of the 100th reign.” (Ibidem, pg 433-434);

É desta forma que o elemento histórico da subestrutura se relaciona à questão religiosa budista da superestrutura, apontada por Ishida, como parte da estrutura mental do *Gukanshō*. O pensamento budista e a divisão das três Leis fornecem a base espiritual para a Era Final, mas a noção de que esta simboliza o advento de apenas cem reinados é especificamente japonesa. Sendo assim, dois elementos que não estariam necessariamente relacionados, tomam forma dentro da ideia das acomodações necessárias às condições temporais, espaciais e humanas. O advento da Era Final é uma realidade dentro do budismo, mas no Japão a deterioração do Estado estaria tão avançada que seriam necessárias ações específicas para evitar um colapso precoce, sendo tais ações ligadas diretamente ao elemento político da estrutura formada, a crença da supremacia dos Fujiwara.

Seria simples afirmar que por ter nascido dentro da família Kujō dos Fujiwara, Jien colocaria os interesses de seu clã como prioridade, mas a questão é aprofundada pela relação que ele desenvolve com a tradição da crença na proteção dos *Kami*. Os Fujiwara ganharam fama e poder sobretudo durante o período Heian, sendo que Jien atribui tal prestígio à proteção ancestral do *Kami* guardião do clã, ligando o sucesso dessa ascensão política ao desejo divino. Segundo ele, desde que Fujiwara Kamatari (藤原鎌足; 614-669) fundou o clã, o *Kami* de Kasuga teria entrado em acordo com a *Kami* do sol, definindo que seus descendentes deviam viver no palácio imperial e auxiliar no governo do reino. O costume se mantém e, com o tempo, as linhagens inclusive acabam se confundindo, pois casamentos entre os clãs teriam gerado descendentes comuns dentro das linhagens sanguíneas. Desta forma, o mesmo sangue ancestral que legitimava os soberanos passa também a legitimar os regentes Fujiwara, enquanto que os *Kami* promovem os Princípios necessários à manutenção de ambos.

(...) Lá [no *Gukanshō*] podemos ver claramente que a consciência da supremacia das casas dos Regentes-Chanceler reforça a crença *Shinto* de que o *Kami* ancestral protege seus descendentes, e que esta crença *Shinto* promove as fundações metafísicas para a supremacia das casas dos Regentes-Chanceler.<sup>92</sup>

O cargo de regente não estaria disponível para qualquer Fujiwara, mas sim para membros do clã Kujō, que teriam herdado tal posição desde Fujiwara Morosuke (藤原師輔; 909-960). A partir de então, os descendentes masculinos de Morosuke assumiram a posição de Regente ou Chanceler, enquanto que os filhos das descendentes femininas e consortes imperiais, ascenderam como *Tennō*. O mesmo ocorreria com Kujō Kanazane, irmão de Jien, e seus

---

<sup>92</sup> “(...) There we can see clearly that consciousness of the supremacy of the Regent-Chancellor houses reinforces the Shinto belief that ancestral *Kami* protect their descendants and that this Shinto belief provides metaphysical foundations for the supremacy of the Regent-Chancellor houses.” (Ibidem, pg 435);

herdeiros, que dariam continuidade ao acordo divino que não poderia ser ignorado, mesmo que regentes de outros ramos dentro dos Fujiwara tivessem sido nomeados.<sup>93</sup>

Mas assim como a ligação entre a consciência da era final no Japão e o colapso dos cem reinados não é completamente original do pensamento escatológico budista, a supremacia da casa Fujiwara também não esgota a noção de que os *Kami* protegem seus descendentes. Os Fujiwara não eram os únicos a ter um *Kami* como guardião, além de que outras entidades também aparecem como responsáveis por acordos formadores de Princípios, mas Jien se usa da proteção divina para legitimar a supremacia do próprio clã. Ishida destaca que este elemento terá mais força que os demais, uma vez que o projeto final do monge, ou seja, a união entre Corte e *bakufu* pela pessoa de Yoritsune, só poderia ocorrer pelo fato dele ser um descendente Kujō, pois mesmo que um Minamoto pudesse ser *Shōgun*, apenas um Kujō poderia ser regente.

A manipulação de sentidos que Jien promove entre as quatro vertentes de seu pensamento só é possível pela adição do quinto elemento apontado por Ishida: a necessidade de adaptação a determinado tempo, espaço e habilidade humana. Esta adaptação permite que se pense nas condições temporais existentes devido à era da Lei Final no ciclo dos *kalpa*, colocando-as dentro do espaço específico do Japão e de sua realidade como terra periférica, enquanto leva em consideração as habilidades humanas existentes e as atribuições de cada indivíduo dentro dos grupos hegemônicos do período. Com isso, Jien consegue criar Princípios que explicam eventos que do contrário seriam moralmente reprováveis, como rebeliões, golpes e assassinatos, mas que acabavam sendo justificados tanto pela condição de deterioração impulsionada pelo *mappō*, quanto pela necessidade de adaptação em nome de acontecimentos posteriores.

Ishida também explica que é por meio desta ação de adaptação às condições do presente que Jien consegue trazer as antigas ideias de que a história seria movimentada por forças externas como parte de uma estrutura orgânica de pensamento.<sup>94</sup> A partir disto, é possível entender como os Princípios presentes no *Gukanshō* formam uma estratégia narrativa de convencimento, partindo desde o início do que seria o governo japonês a partir da linhagem imperial, até os eventos de seu presente. Jien poderia analisar, por exemplo, os eventos militares relacionados à Era Final, no intuito de demonstrar como a deterioração avançada criava novas necessidades de acordo com as condições presentes. Mas ao invés disso ele escreveu uma longa crônica que não apenas mostrava mudanças em tempo real, como também provava que tais

---

<sup>93</sup> Ibidem;

<sup>94</sup> Ibidem, pg 439;

mudanças já estariam sendo movimentadas por forças externas por séculos. Além disso, buscou demonstrar que quando a ação humana vai contra os Princípios divinos, novos e piores problemas podem surgir e acelerar a deterioração do mundo.

O esforço de buscar as causas de eventos históricos levou, enfim, à apresentação daquilo que aqui se considera o projeto político do *Gukanshō*, a nomeação de Kujō Yoritsune como *Shōgun*-regente. Dentro da linha interpretativa de Jien, este seria não apenas o resultado desejável, mas também a ação lógica a se tomar, uma vez que aquele período histórico estaria demandando a união entre as forças militares e a figura imperial. Será também neste projeto que a argumentação do *Gukanshō*, segundo Ishida, se torna falha, pois ainda que a narrativa tenha se estruturado na ideia de que cada era necessitava de um governo específico de acordo com as condições do momento, não há a defesa de um governo militar para o exato período onde estes se tornaram dominantes.

Ao mesmo tempo que Jien pensa em diferentes tipos de governo como sendo apropriados para as três Eras, ele não pode ir tão longe e dizer que um governo militar (que depois se tornou realidade) é apropriado para a era da Lei Final. Ao invés disso, ele escreve que a forma de governo adequada para aquela Era é aquela comandada por um homem que é tanto um Regente-Chanceler quanto *Shōgun* (o que não acontece posteriormente). Por sua forte crença no *Kami* ancestral do clã Fujiwara (e da casa KIJŌ) e na relação desta crença com sua consciência na supremacia das casas dos Regente-Chanceler, ele toma uma posição que não é completamente consistente com seu pensamento de que “o presente é a Era Final”.<sup>95</sup>

É por tais razões que neste trabalho o *Gukanshō* é considerado, para além de uma história interpretativa, um tratado político. As crônicas até então visavam principalmente legitimar e exaltar poderes instituídos no passado, enquanto que a obra de Jien busca nestas antigas legitimações a justificativa para um governo que ele entende como necessário. O movimento do tempo e suas mudanças históricas, em grande parte já conhecidas pelos aristocratas contemporâneos ao monge por serem descritas nas crônicas históricas da Corte e em suas obras literárias, são as ferramentas que Jien utiliza para criar sua linha argumentativa, de modo a movimentar noções comuns às demais pessoas.

Os Princípios, um termo comum mas com novo uso, definem e justificam ações humanas que se espelham e são guiadas pelo plano divino da espiritualidade japonesa, do qual nenhum humano poderá se afastar ou ignorar. A frase “nada está além dos limites dos

---

<sup>95</sup> “While Jien thinks of different forms of government as being appropriate to the three Ages, he can not go so far as to say that a military government (which later became a reality) is appropriate for the age of Final Law. Instead, he writes that the form of government suitable for that Age is one which is headed by a man who is both a Regent-Chancellor and a Shogun (not later realized). Because of his strong belief in the ancestral Kami of the Fujiwara clan (and of the KIJŌ house), and the relationship of that belief to his consciousness of the supremacy of the Regent-Chancellor houses, he takes a position that is not wholly consistent with his thought that “the present is the Final Age”.” (Ibidem, pg 438-439);

Princípios”, aparece tanto no *Gukanshō* quanto em obras como o *Heike Monogatari*, demonstrando como a comunidade aristocrática e intelectual de Heian e Kamakura já estava acostumada a este tipo de discurso, permitindo que Jien se utilize dele para dialogar com o leitor que mais desejava alcançar: o soberano Go-Toba-*in*.

Não se deve minimizar o fato de que o *Gukanshō* foi escrito com intenção de ser lido por Go-Toba, uma das figuras de poder naquele ano de 1219. O *in* ocupava uma posição que podia ser ameaçada tanto pelo prestígio de regentes quanto pelo poder militar do *Shōgun*, ainda que ele mesmo fosse um governante legítimo de acordo com os próprios Princípios transcritos por Jien. Ainda assim, o monge precisava frear as intenções de Go-Toba para que Yoritsune conseguisse assumir o *bakufu* no futuro, além de supostamente o posto de regente. Só que para isso seria necessário legitimar duas figuras potencialmente adversárias do próprio *in*, o regente e o *Shōgun*.

Se o *Gukanshō* foi escrito na tentativa de evitar mais um conflito, que no caso se concretizou como a Guerra Jōkyū de 1221, significa que Jien provavelmente acreditava que Go-Toba pudesse sair vitorioso ou, no mínimo, que o *bakufu* fosse desestabilizado ao ponto de Yoritsune não conseguir cumprir seu papel divino. Sua apreensão o levou a se debruçar em um trabalho extenso de narrativa histórica que parece buscar a legitimação de indivíduos pela atuação de entidades divinas e suas formas de guiar o rumo da história e dos governos. Portanto, para fazer com que Go-Toba desistisse da disputa pelo poder, Jien não poderia apostar em argumentos políticos mundanos, mas sim destacar que o processo histórico estava sendo decidido por forças externas à própria vontade dos homens e, conseqüentemente, de Go-Toba.

Nada, nem ninguém, poderia se opor a esta realidade. A deterioração da história, do governo e do Japão como um todo, determinou as condições do presente de Jien, um sábio que acreditava ser capaz de perceber e entender a manifestação dos Princípios criados pelos seres invisíveis. Neste sentido, os dois próximos capítulos deste trabalho irão abordar tais Princípios mais diretamente, na intenção de desvendar os eventos legitimadores de regentes e guerreiros que o monge Jien aponta como definidores do governo das eras em que ascenderam.

### 3. GOVERNOS PROFETIZADOS POR *KAMI*: A REGÊNCIA FUJIWARA NA RETÓRICA DOS PRINCÍPIOS

Este Japão não mais poderá ser mantido apenas pelo prestígio e poder do Imperador. Isto simplesmente somaria desordem à desordem. Chegou o momento para que o poder da Lei Budista seja unido ao poder da Lei Imperial por ministros FUJIWARA.  
Jien, *Gukanshō*<sup>1</sup>

Tal teria sido, segundo o monge Jien, o entendimento da *Kami* do Sol, protetora do clã imperial, sobre os acontecimentos de 645. Segundo o *Nihonshoki*, Soga Iruka (蘇我入鹿; morto em 645), líder do prestigiado clã Soga (蘇我氏), foi decapitado por Fujiwara Kamatari (藤原鎌足; 614-669) durante um banquete nos jardins do palácio imperial em uma conspiração na qual estaria envolvido o futuro Tenchi-*tennō* (天智天皇; 626-672). O evento marcou o fim do protagonismo que o clã Soga teria na Corte Imperial, assim como permitiu o surgimento do clã Fujiwara no cenário político de então.

Ainda que os Fujiwara tenham ficado historicamente conhecidos como regentes imperiais, tal posição não lhes foi imediatamente atribuída. A maior parte dos membros da família acabou por ocupar, e praticamente monopolizar, diversos cargos ministeriais importantes, o que não apenas lhes garantia prestígio na Corte, mas também possibilidade de ação direta sobre assuntos de governo. O próprio Fujiwara Kamatari, fundador do clã, ocupou o cargo de Ministro do Centro (内大臣 - *naidaijin*) durante o reinado de Tenchi.

(...) Quando Tenchi assumiu o trono, Fujiwara Kamatari o auxiliou devotamente na condução dos assuntos de Estado. Kamatari foi o primeiro a receber o nome de clã dos Fujiwara e o primeiro a ocupar o cargo de Ministro do Centro. Tenchi reinou por 10 anos (661-671). Quando Kamatari morreu no 8º ano daquele reinado, Tenchi foi pessoalmente lhe prestar respeito. Sua Majestade prestou, com pesar, uma despedida emocionada a Kamatari, expressando seus sentimentos de maneira graciosa.<sup>2</sup>

Para Jien este fora o momento em que fica clara a necessidade da presença de membros Fujiwara junto ao *Tennō*, exigência imposta pelas condições do tempo em que se vivia. É

<sup>1</sup> “This country of Japan can no longer be maintained by the prestige and power of the Emperor alone. That would simply add disorder to disorder. The time has come for the power of Buddhist Law to be joined with the power of Imperial Law by FUJIWARA ministers.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 30);

<sup>2</sup> “(...) When Tenchi did take the throne, Fujiwara Kamatari devotedly assisted him in the conduct of state affairs. Kamatari was the first to receive the clan name of Fujiwara and the first to hold the office of Minister of the Center. Tenchi reigned 10 years (661-671). When Kamatari died in the 8th year of that reign, Tenchi went personally to pay his respects. His Majesty regretfully bade Kamatari a tearful farewell, expressing his feelings in a gracious manner.” (Ibidem);

possível pensar que, ao destacar o papel deste clã desde seu primeiro membro, Jien não busca apenas ligar a linhagem Fujiwara aos cargos regenciais que lhes seriam atribuídos posteriormente, mas demonstrar como o clã se destaca no processo histórico desde seu próprio início. Nesta ótica, os Fujiwara não teriam ascendido momentaneamente durante um período de apogeu do clã, mas estariam ligados ao governo e à história da Corte Imperial desde o fundador da família.

Outro destaque possível é a forma como Jien descreve a despedida de Tenchi-*tennō* no momento da morte de Kamatari, onde demonstra proximidade e afinidade entre os personagens, indicando que a morte do ministro seria uma perda sentida pelo próprio soberano, talvez para além do que isto representava ao governo do reino em si. Este ponto se torna relevante ao lembrar da necessidade que a narrativa teria de convencer seu leitor presumido, Go-Toba-*in*, de que os Fujiwara não representam ameaça ao governante. As más relações e a rivalidade entre o *in* e os regentes teriam sido, segundo o monge, causadas por ações de terceiros, uma vez que ambas posições estariam naturalmente ligadas ao processo histórico estipulado pelas entidades guardiãs de cada clã.

É neste sentido que o presente capítulo tem por objetivo apontar e analisar de que forma o *Gukanshō* apresenta a regência dentro da narrativa histórica, ligando-a à linhagem dos Fujiwara que necessariamente se manifesta, em seu presente, nos herdeiros Kujō. Para tal é necessário primeiro compreender como o papel do regente Fujiwara se insere dentro do processo histórico e como Jien legitima e protege sua imagem em situações controversas ou reprováveis, para então verificar a argumentação do monge com relação aos eventos de seu presente na tentativa de dialogar diretamente com a consciência do atual soberano. A retórica apresentada se baseia nos Princípios, na deterioração e no desejo de entidades superiores, colocando assim a ascensão do futuro regente, Kujō Yoritsune, como um destino superior à própria vontade dos homens.

## **O *Gukanshō* e a Linhagem Regencial**

No primeiro capítulo deste trabalho foi mencionada a diferença entre aqueles que podem ser traduzidos como títulos regenciais. *Sesshō*, em *kanji* 摂政 (せつしょう), é literalmente traduzido para o inglês como *Regency* ou *Regent*, o que leva ao termo *regente* em português. Porém o título é empregado àquele que servirá um *Tennō* criança, enquanto que na

ocasião de ascensão de um adulto, o título regencial seria o de *Kanpaku*, que mesmo por vezes tendendo à tradução para *regente*, o termo original 関白 (かんぱく) é melhor entendido como *Chief Advisor*, um *Conselheiro Chefe*.<sup>3</sup> Já na tradução de Brown e Ishida (1979), *Kanpaku* aparece como *Chancellor*, em português, Chanceler.

Este tipo de reflexão sobre a tradução dos termos é importante pois pode alterar a maneira como o documento será interpretado, bem como o entendimento de como cada um desses cargos se relaciona à linhagem dos Fujiwara. Se *Kanpaku* é melhor traduzido como *conselheiro* ou *chanceler*, então com que propósito seria considerado como um dos títulos regenciais? A resposta mais provável até então seria de que o título representaria uma posição equivalente ao regente imperial em momentos em que o *Tennō* tivesse, supostamente, maior domínio sobre os assuntos de governo no advento de sua maioridade, permitindo que os líderes Fujiwara mantivessem uma posição de destaque em relação aos demais membros da Corte e demonstrando o prestígio que seus líderes detinham. Da mesma forma, a não nomeação de um *Sesshō* pleno pode demonstrar que a disputa de forças dentro do governo seria mais dinâmica do que a simples noção de que os regentes Fujiwara teriam dominado completamente a Corte durante o período.

No *Gukanshō*, *Sesshō* e *Kanpaku*, aparecem quase como sinônimos, onde a única diferença seria a idade do *Tennō*, fazendo pouca menção às disputas políticas envolvendo a nomeação para um título ao invés do outro. Jien parece ignorar os interesses particulares daqueles que ocupariam tais posições, naturalizando a presença do *Sesshō* na ascensão de um *Tennō* criança, que posteriormente assumiria o título de *Kanpaku* no advento da maioridade deste soberano. As próprias razões para a criação da posição do *Kanpaku*, bem como os impasses iniciais decorrentes são suavizados na narrativa do monge, que apresenta os fatos como resultado de uma suposta vontade do então governante, Uda-*tennō* (宇多天皇; 867-931).

Desde o início de seu reinado, Imperador Uda costumava dizer que desejava deixar o trono assim que possível pois sentia que não teria “absolutamente nenhuma das habilidades de um governante sábio.” Ele sempre consultava Mototsune em tais ocasiões, mas Mototsune apenas diria: “Por que você deveria fazer tal coisa?” Então Uda confiou todos os assuntos administrativos a Mototsune com palavras como: “Neste caso eu gostaria que você cuidasse de todos os assuntos de Estado”.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Os *kanji* em questão são as versões presentes no japonês atual, sendo que no *Gukanshō* os *kanji* para *Sesshō* e *Kanpaku* aparecem escritos respectivamente como 攝政 (せつしょう) e 関白 (かんぱく). É possível notar que em ambas palavras os primeiros ideogramas se diferem da escrita atual, encontrada em dicionários modernos, mas a leitura dos caracteres permanece a mesma;

<sup>4</sup> “From the beginning of his reign, Emperor Uda often said that he wanted to step down from the throne as soon as possible because he felt he had “absolute none of the abilities of a sage ruler.” He always consulted with Mototsune on such occasions, but Mototsune would only say: “Why should you do such a thing?” So Uda entrusted all administrative matters to Mototsune with such words as these: “In that case I would like you to handle all state affairs.” ( *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 41);

É possível dizer que esta suposta decisão de Uda-*tennō* faz referência ao edito imperial que deu a Fujiwara Mototsune (藤原基経; 836-891) o título de *Kanpaku*, mencionado na seção cronológica do *Gukanshō*:

Chanceler e Primeiro Ministro: FUJIWARA Mototsune [836-891].  
(Nomeado por um edito Imperial decretado no 19º dia do 11º mês de 887 declarando: “Todos os assuntos em todos os ministérios e departamentos devem ser submetidos primeiro ao Chanceler e Primeiro Ministro e apenas depois disso serem relatados ao Imperador, conforme foi feito no passado. (...)”<sup>5</sup>)

Com esta ordem, Uda estaria cedendo à Mototsune poderes políticos semelhantes ao do *Sesshō*, fato inédito até então, principalmente durante o governo de um *Tennō* adulto. No entanto, McCullough (1999) aponta que esta nomeação não foi estabelecida sem incidentes, uma vez que Uda, tendo ascendido já na faixa dos vinte anos de idade, foi um dos *Tennō* que viria desafiar o crescente poder da Casa Norte dos Fujiwara (藤原北家), assim como fizeram Murakami-*tennō* (村上天皇; 926-967, r. 946-967) e Sanjō-*tennō* (三条天皇; 976-1017, r. 1011-1016).<sup>6</sup> O próprio Mototsune já havia assumido a posição de *Sesshō* durante o reinado de Yōzei-*tennō* (陽成天皇; 868-949, r. 876-884), governante que ele mesmo iria depor para então elevar ao trono o pai de Uda, Kōkō-*tennō* (光孝天皇; 830-887, r. 884-887). Jien inclusive considera a deposição de Yōzei como uma manifestação divina dos Princípios, elemento que será retomado mais adiante neste capítulo.

A questão principal neste momento é que os títulos regenciais no período de protagonismo Fujiwara eram ao mesmo tempo semelhantes e diferentes, representando o nível de influência que seus líderes teriam sobre a Corte. É dito que em uma versão da ordem imperial onde Uda confere o título de *Kanpaku* à Mototsune, um dos ideogramas chineses utilizados poria em dúvida a própria efetividade do poder que lhe estaria sendo cedido, resultando no que ficou conhecido como a Controvérsia *Akō* (*Akō Controversy*).

(...) Ao oferecer o cargo a Mototsune uma segunda vez após ele ter formalmente recusado o primeiro edito de nomeação conforme é exigido pelo costume, Uda – ou melhor, Tachibana no Hiromi (837 ou 838-90), o erudito das letras chinesas que redigiu o edito de Uda – equiparou *kampaku* com o título chinês *a-heng* (*akō* em japonês), que na China antiga designava o ministro chefe de governo. Embora a mesma palavra ter sido usada para Mototsune sem incidente em um documento imperial três anos antes, desta vez o administrador de Mototsune, um Fujiwara chamado Sukeyo (falecido em 897 ou 898), também estudioso de chinês, persuadiu o líder da Casa Norte de que *akō* na verdade se referia a um posto puramente nominal sem deveres substanciais e que a equiparação dos dois títulos deixava implícita a

<sup>5</sup> “Chancellor and Prime Minister: FUJIWARA Mototsune [836-891]. (Appointed by an Imperial edict handed down on the 19th day of the 11th month of 887 stating: “All affairs in all the ministries and bureaus are to be submitted first to the Chancellor and Prime Minister and only then reported to the Emperor, as has been done in the past.” (...))” (Ibidem, pg 290);

<sup>6</sup> McCULLOUGH, 1999, pg 51;

destituição de Mototsune do governo. Mototsune então se recusou a continuar tomando parte dos assuntos da Corte, interrompendo importantes assuntos governamentais, da mesma forma que havia feito durante o reinado de Yōzei. A controvérsia durou por seis ou sete meses, com um grupo de literatos apoiando Hiromi e outro apoiando Sukeyo, mas finalmente o repreendido Uda foi forçado a se desculpar e excluir a ofensiva palavra de seu edicto.<sup>7</sup>

Apesar desta situação parecer pequena a princípio, McCullough chama atenção para a dinâmica de poder que ela representa. Não só se pode perceber uma provável rivalidade entre grupos literatos relacionados com os altos postos da Corte, como também analisar o nível de influência que os Fujiwara tinham na Corte e no Estado em si. O título de *Kanpaku* não apenas parece ter sido criado para adequar a posição e o prestígio de Mototsune à dinâmica da Corte governada por um *Tennō* adulto, como outros assuntos de governo também acabaram suspensos quando ele se recusou a estar presente na Corte após suposta ofensa. O próprio *Tennō*, a quem Mototsune supostamente deveria servir, se vê na necessidade de se retratar, demonstrando que sem a presença do líder Fujiwara o governo estaria seriamente comprometido. Por fim, McCullough também indica que a Controvérsia *Akō* pode ter criado novos ressentimentos entre o soberano e a casa regencial, fato que não facilitou a posição dos herdeiros de Mototsune após sua morte.<sup>8</sup>

Portanto, a relação entre soberano e regente não teria sido tão tranquila quanto Jien descreve no *Gukanshō*. A narrativa traz a ideia de harmonia e bom governo quando ambos postos são ocupados por homens de habilidade, enquanto que no advento de maus governantes, a própria ação do tempo e da vontade divina acabaria por removê-los do cenário político. Não por coincidência, o aparecimento de maus governantes é mais citado quando estes acendem como *Tennō*, enquanto que os grandes homens de habilidade, sendo praticamente todos da linhagem Fujiwara, acabam sendo aclamados como bons regentes e ministros. Esta também seria, aparentemente, uma das consequências do movimento de deterioração das eras.

Entretanto algumas contradições com relação a suposta harmonia no governo também podem ser mencionadas no decorrer do texto. Jien coloca que a partir da nomeação de Fujiwara

---

<sup>7</sup> “(...) In offering the post to Mototsune a second time after he had formally declined the first edict of appointment as required by custom, Uda – or, rather, Tachibana no Hiromi (837 or 838-90), the erudite of Chinese letters who drafted Uda’s edict – equated *kampaku* with the Chinese title *a-heng* (Japanese *akō*), which in early China had designated the chief governmental minister. Although the same word had been used of Mototsune without incident in an imperial rescript three years earlier, this time Mototsune’s steward, a Fujiwara named Sukeyo (d. 897 or 898), also learned in Chinese, persuaded the Northern-House leader that *akō* actually referred to a purely nominal post without substantive duties and that the equation of the two titles implied the dismissal of Mototsune from government. Mototsune thereupon refused to take further part in court affairs, bringing major governmental business to a halt, just as he had done during Yōzei’s reign. The controversy raged on for six or seven months, with one group of literati supporting Hiromi and another supporting Sukeyo, but finally the chastened Uda was forced to apologize and delete the offending word from his edict.” (Ibidem, pg 54);

<sup>8</sup> Ibidem, pg 54-55;

Yoshifusa (藤原良房; 804-872) como primeiro *Sesshō* durante o reinado de *Seiwa-tennō* (清和天皇; 850-880, r. 858-876), sempre haverá um Regente ou Chanceler Fujiwara ligado ao soberano. Mas após a morte de Mototsune, filho adotivo e sucessor de Yoshifusa, Uda-*tennō* deixa instruções ao seu próprio herdeiro para evitar a nomeação de um novo regente, fato inclusive mencionado pelo próprio Jien.

Mototsune morreu no 6º ano do reinado de dez anos de Uda. Então seu filho mais velho Tokihira (871-909) e SUGAWARA Michizane (845-903) foram nomeados Inspetores Imperiais em 891. Depois de redigir injunções para seu sucessor, Imperador Uda abdicou em 897 aos 31 anos de idade, passando o trono ao Imperador Daigo. Daigo tinha 13 anos de idade no momento de sua ascensão e ainda não havia passado por sua cerimônia de maioridade. Portanto a cerimônia ocorreu no mesmo dia em que ele ascendeu ao trono. O Imperador Daigo consultou FUJIWARA Tokihira e SUGAWARA Michizane a respeito dos assuntos de Estado sem nomear um Regente, assim como fora estipulado pelas injunções de Uda.<sup>9</sup>

Jien não parece preocupado que Daigo tenha governado sem nomear um regente, ainda que tenha ascendido enquanto jovem. Neste trecho é indicado que o *Tennō* passou pela cerimônia de maioridade no mesmo dia de sua ascensão, o que indicaria a possibilidade de nomeação de um *Kanpaku* aos moldes de Mototsune, mas mesmo isto acabou não ocorrendo. Já na seção da cronologia do *Gukanshō*, Jien afirma que Daigo teria, na verdade, passado pela cerimônia anos antes, o que poderia estabelecer uma maturidade anterior aos eventos de sua própria ascensão.

(60) Imperador Daigo [885-930]. Um reinado de 33 anos [897-930]. O nome pessoal de Daigo era Atsuhito, e ele recebeu o trono (aos 13 anos) no 5º dia (*tsuchinoe-tora*) do 7º mês de 897. Ele foi nomeado Príncipe herdeiro (com nove anos de idade) no 2º dia do 4º mês de 893. Daigo era o filho mais velho do Imperador Uda e sua cerimônia de maioridade foi feita (quando ele tinha 11 anos) no 9º dia do 10º mês de 895. Uma fonte afirma que [a cerimônia] foi feita no mesmo dia em que ele recebeu o trono (mas isto está provavelmente errado). (...) <sup>10</sup>

A questão da maioridade de Daigo não passa deste ponto, pois a narrativa segue para os acontecimentos envolvendo os dois inspetores nomeados em seu reinado. Pode-se dizer que a presença destes inspetores já é um dos motivos para a não nomeação de um *Kanpaku*

<sup>9</sup> “Mototsune died in the 6th year of Uda’s ten-year reign. Then his eldest son Tokihira (871-909) and SUGAWARA Michizane (845-903) were appointed Imperial Inspectors in 891. After writing out injunctions for his successor, Emperor Uda abdicated in 897 at the age of 31, passing the throne to Emperor Daigo. Daigo was 13 at the time of his enthronement and had not yet been put through the coming-of-age ceremony. So the ceremony was carried out on the very day he ascended the throne. Emperor Daigo consulted with FUJIWARA Tokihira and SUGAWARA Michizane about state affairs without appointing a Regent, just as had been stipulated in Uda’s injunctions.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 42);

<sup>10</sup> “(60) Emperor Daigo [885-930]. A reign of 33 years [897-930]. Daigo’s personal name was Atsuhito, and he received the throne (at the age of 13) on the 5th day (*tsuchinoe-tora*) of the 7th month of 897. He had been appointed Crown Prince (at the age of nine) on the 2nd day of the 4th month of 893. Daigo was the eldest son of Emperor Uda, and his coming-of-age ceremony had been held (when he was 11) on the 9th day of the 10th month of 895. One source states that it was held on the same day that he received the throne (but that is probably wrong). (...)” (*Ibidem*, pg 291);

imediatamente após a morte de Mototsune, tanto pelas funções do cargo em si, quanto pela provável incapacidade do herdeiro Fujiwara em ocupar tal posição. Conforme mencionado no primeiro capítulo, McCullough coloca o *nairan* (内覽), Inspetor Privado ou Inspetor Imperial como colocado no *Gukanshō*, como um terceiro título regencial, sobretudo por se assemelhar ao *Kanpaku*. Os inspetores estariam, então, auxiliando o governo de forma parecida com a que um regente ou chanceler faria, o que para Jien parece ser suficiente, pois as demandas relacionadas ao momento histórico não determinavam que um título ou outro deveria ser assumido, mas sim que o *Tennō* em si não teria mais a habilidade de governar sozinho.

É neste sentido que se deve delimitar o que está aqui sendo chamado de postos ou títulos regenciais. Na Corte de Heian controlada pelos Fujiwara, títulos não necessariamente significam poder ou autonomia de governo, visto que o próprio *Tennō*, aquele que teoricamente detinha o título de maior prestígio por ser considerado soberano do Japão e descendente dos *Kami*, podia ter dificuldades em governar sem a presença e apoio do líder do clã regencial, visto o exemplo de Uda e sua relação com Mototsune. O que definiu o poder no governo durante o dito período regencial foi a proximidade com linhagem imperial que os líderes da Casa Norte Fujiwara alcançaram por meio do casamento de filhas que, ao gerarem herdeiros homens, garantiam aos seus familiares a possibilidade de serem avôs e tios maternos dos *Tennō*. Além disso, a hegemonia dos Fujiwara nos diversos cargos ministeriais e no Conselho de Estado, mantiveram o prestígio e o poder do clã durante seu auge de forma quase incontestável.

Portanto, os postos regenciais aqui mencionados são os principais cargos e títulos ocupados pelo líder Fujiwara que lhes garantia poder e influência sobre o governo, o conselho e o próprio *Tennō*, garantindo-lhes a possibilidade não apenas de atuar junto aos assuntos Estatais, mas também influência suficiente para controlar a linha sucessória imperial conforme interesse próprio. Fujiwara Yoshifusa (804-872) foi o primeiro a receber o título de *Sesshō* quando seu neto, *Seiwa-tennō* (850-880), ascendeu aos nove anos de idade, enquanto que seu filho adotivo, Fujiwara Mototsune, herdou tanto a liderança da Casa Norte quanto o título regencial. Mototsune foi *Sesshō* durante o reinado de *Yōzei-tennō* (868-949), que ele mesmo depôs, mas foi com *Uda-tennō* que ele se tornou o primeiro *Kanpaku*, mesmo sem possuir laços sanguíneos diretos. Estes dois Fujiwara viveram e protagonizaram, assim, o início deste momento regencial, que seria melhor estabelecido e mantido no decorrer dos anos e dos diversos casamentos imperiais.

A política de casamento das filhas Fujiwara não passou despercebida por Jien, que também abordou o assunto no *Gukanshō* pela ótica de decisões e desejos divinos estabelecidos de acordo com as necessidades do momento que se vivia.

Os descendentes de FUJIWARA Kamatari tem servido em postos ministeriais desde o reinado de Kammu (781-806), e todas as Imperatrizes e mães Imperiais desde então tem sido descendentes de Kamatari. Deve ser claramente entendido que o Estado foi de alguma forma preservado durante estes últimos reinados porque o *Kami* ancestral decidiu que, como não haveriam mais Imperatrizes reinantes durante estes últimos reinados, Imperatrizes e mães Imperiais devem vir da casa ministerial FUJIWARA, e que o pai da atual mãe Imperial deve ser nomeado Inspetor Imperial. (...) <sup>11</sup>

O cargo de inspetor, que não foi criado especificamente para os Fujiwara, é anterior aos outros dois cargos regenciais, mas acaba também sendo relacionado aos descendentes de Kamatari. A passagem citada também permite relacionar a ascensão destes homens, que passariam a se tornar avôs maternos dos soberanos, com o fim da obtenção do título de *Tennō* por mulheres, que anteriormente poderiam ascender tanto por poder e influência próprios, sendo elas filhas e esposas de *Tennō* anteriores, quanto por necessidade em momentos onde o presumido herdeiro homem era ainda menor de idade. Com Seiwa e Yoshifusa estabelecendo a prática de que uma criança poderia assumir enquanto um parente materno de fora do clã imperial atuava como *Sesshō*, se quebrou o costume de que mães e filhas do clã imperial assumissem o governo.

A hegemonia Fujiwara apenas seria efetivamente contestada com a ascensão de Go-Sanjō-*tennō* (後三条天皇; 1034-1073) em 1068 e depois de seu filho Shirakawa-*tennō* (白河天皇; 1053-1129) em 1072, que deram início ao sistema de governo conhecido como *insei*, mais de dois séculos depois do tempo de Yoshifusa e Mototsune e quatro séculos após a participação de Fujiwara Kamatari no governo de Tenchi-*tennō*, quando o clã Fujiwara foi iniciado. Mas neste decorrer houve também momentos onde a autoridade Fujiwara seria questionada, como no mencionado caso de Uda-*tennō* e seu filho, Daigo-*tennō*.

É possível então retornar aos prováveis motivos pelos quais Jien não parece surpreso com a decisão de Uda e Daigo em não nomear um regente após a morte de Mototsune. Como analisado, naquele momento o posto de inspetor era parecido com o recém criado *Kanpaku*, sendo que com o passar do tempo ambos cargos estarão fortemente relacionados com os Fujiwara, noção já estabelecida na Corte Imperial durante a infância de Jien, séculos depois. Portanto, a presença de inspetores imperiais já demonstraria que Daigo-*tennō* não estaria governando o Estado sozinho, algo que não seria possível de acordo com o Princípio

---

<sup>11</sup> “FUJIWARA Kamatari’s descendants have served in ministerial posts since the Kwammu reign (781-806), and all Empresses and Imperial mothers since then have been Kamatari’s descendants. It should be clearly understood that the state has somehow been preserved during these final reigns because the ancestral Kami decided that as there are to be no more reigning Empresses in these final reigns, Empresses and Imperial mothers shall come from the ministerial house of FUJIWARA, and that the father of the current Imperial mother shall be appointed Imperial Inspector. (...)” (Ibidem, pg 37);

mencionado por Jien para um período onde apenas o prestígio e poder do *Tennō* não seriam suficientes. Já um segundo motivo teria tanto relação com a leitura teológica do *Gukanshō*, como com o contexto político da Corte nos séculos IX e X, que teria impossibilitado Fujiwara Tokihira (藤原時平; 871-909) de herdar a posição de *Kanpaku* de seu pai, Mototsune.

Enquanto Yoshifusa se tornou *Sesshō* de seu neto *Seiwa-tennō*, Mototsune herdou a posição sem que um neto próprio ascendesse. Seiwa seria seu sobrinho e por ele foi nomeado *Sesshō* do próximo herdeiro, *Yōzei-tennō*, a quem o próprio Mototsune força a abdicação em nome de *Kōkō-tennō*, pai de *Uda-tennō*. Mas Mototsune não teria laços sanguíneos com nenhum destes governantes, o que já o diferencia de seu pai, mas ainda assim foi capaz de manter não apenas sua posição nos altos cargos, como também influenciar as escolhas da linha sucessória. McCullough entende que o poder que Yoshifusa tinha na Corte se somou ao prestígio que Mototsune construiu para si ainda durante a vida do pai, o que lhe permitiu permanecer como uma figura de influência dentre os nobres e aliados. Entretanto, tal prestígio não teria sido imediatamente herdado por seu filho mais velho, Tokihira, que além de não possuir influência suficiente para se manter sozinho, por ser ainda jovem e ocupar posição mais baixa que seus opositores, não tinha um parente próximo na linha sucessória.

Quando Tokihira finalmente alcança a tradicional posição de Ministro da Esquerda (左大臣 - *sadaijin*) e o cargo de Inspetor Imperial no reinado de Daigo, seu principal opositor seria Sugawara Michizane (菅原道真; 845-913), também inspetor e Ministro da Direita (右大臣 - *udaijin*). Por costume, o ministro da esquerda era considerado superior ao da direita, mas Michizane havia ascendido na Corte também por sua proximidade com *Uda-tennō*, tendo estado, inclusive, a seu favor durante a Controvérsia *Akō*. Uda teria visto após a morte de Mototsune, uma oportunidade de diminuir a influência dos Fujiwara junto ao Conselho de Estado (太政官 - *daijō-kan*), buscando a nomeação de homens de clãs menos influentes para postos de prestígio na Corte, assim moldando o governo de acordo com seus interesses. Então, sob a proteção de Uda, Michizane chegou à posição de ministro e inspetor durante o reinado de Daigo, sendo capaz de, até certo ponto, rivalizar com Tokihira enquanto a presença de Uda era ainda forte no governo.

Apesar da abdicação de Uda, que pode ter sido uma tática política destinada para fortalecer a própria posição e a de seu herdeiro, a direção dos assuntos da Corte, aparentemente, permaneceu amplamente em suas mãos. Mas naquele momento (897) Tokihira se aproximava dos trinta anos de idade e começava a demonstrar o dom de liderança e ação decisiva que havia feito de seu pai e avô figuras tão dominantes. Provavelmente para ele estava claro, por algum tempo, que para o controle Fujiwara sobre a Corte ser restabelecido e mantido, Michizane, como instrumento do poder imperial e possivelmente também candidato a um poder próprio, teria de ser removido de sua influente posição. Mas foi apenas em 901 que Tokihira encontrou, ou talvez

criou, uma oportunidade de agir contra o Ministro da Direita. Suas ações podem ter sido precipitadas por uma proposta que, segundo uma fonte do século XII, Uda e o Imperador Daigo fizeram a Michizane no ano anterior, sugerindo que a dupla liderança compartilhada entre ele e Tokihira fosse encerrada e que a supervisão sobre os assuntos de governo fosse confiada exclusivamente a Michizane. Apesar de Michizane ter, prudentemente, recusado considerar a proposta, Tokihira, se é que ele ouviu sobre isso, pode não ter ficado satisfeito por tão claro sinal de favor imperial. De qualquer forma, no início de 901, ele persuadiu o Imperador, de dezesseis anos de idade, de que Michizane estava conspirando com um iludido Uda para forçar a abdicação de Daigo, presumidamente em favor do filho de Uda, e genro de Michizane, príncipe Tokiyo (886-927), sendo um decreto imperial emitido às pressas rebaixando Michizane e o exilando em Kyushu. Existem algumas evidências de que o arquiteto chefe da conspiração, se considerar que a conspiração de fato existiu, pode ter sido o próprio Uda. Sendo este o caso, a derrota e humilhação do ex-imperador foi completa, pois quando ele correu para o palácio imperial, ao descobrir tarde demais do que havia acontecido com Michizane, lhe foram negados acesso, ou comunicação, com o imperador, apesar da vigília de um dia inteiro que ele montou no pátio do palácio.<sup>12</sup>

Sugawara Michizane morreria em exílio, enquanto que Uda não mais desfrutaria da influência anterior que teve dentro da Corte. McCullough coloca tais acontecimentos como parte dos eventos ocorridos durante a ascensão dos Fujiwara, pois ainda que Tokihira não tenha conseguido assumir o posto de regente oficialmente, ser o único detentor do cargo de inspetor lhe conferiu autoridade frente aos assuntos de governo até sua morte em 909. Ele foi sucedido por seu irmão mais novo, Fujiwara Tadahira (藤原忠平; 880-949), que herdou a liderança do clã e, anos depois, ocupou o mesmo posto de Ministro da Esquerda. Tadahira teria dificuldades iniciais em lidar tanto com Daigo quanto com Uda, mas foi bem sucedido em garantir a nomeação do filho de sua irmã, Fujiwara Onshi (藤原温子; 885-954), como herdeiro imperial, o que lhe garantiu o título de *Sesshō*.

(...) Tadahira conseguiu (...) impor seu sobrinho, filho de Daigo com a filha de Mototsune, Onshi, ao imperador como seu príncipe herdeiro e, quando este príncipe se tornou imperador aos sete anos de idade em 930, Tadahira foi nomeado regente

<sup>12</sup> “Despite Uda’s abdication, which may have been a political tactic designed to strengthen his own position and that of his heir, the direction of court affairs apparently remained largely in his hands. But by that time (897) Tokihira was approaching thirty and beginning to demonstrate the gift for leadership and decisive action that had made his father and grandfather before him such dominant figures. It had probably been clear to him for some time that if Fujiwara control of the court was to be firmly reestablished and maintained, Michizane, as an instrument of imperial power and possibly also as a contender of power in his own right, would have to be removed from his influential position. But it was not until 901 that Tokihira found, or perhaps created, an opportunity to move against the upstart Minister of the Right. His action must have been precipitated by a proposal that, according to a twelfth-century source, Uda and Emperor Daigo had made to Michizane the previous year suggesting that the dual leadership shared by him and Tokihira be ended and that supervision of governmental matters be entrusted exclusively to Michizane. Although Michizane prudently refused to consider the proposal, Tokihira, if he learned of it, could not have been pleased by so marked a sign of imperial favor. At any rate, early in 901 he persuaded the sixteen-year-old emperor that Michizane was conspiring with a deluded Uda to force Daigo to abdicate, presumably in favor of Uda’s son and Michizane’s son-in-law Prince Tokiyo (886-927), and an imperial decree was hastily issued demoting Michizane and exiling him to Kyushu. There is some evidence to suggest that the chief architect of the conspiracy, assuming that a conspiracy did in fact exist, may have been Uda himself. If so, the ex-emperor’s defeat and humiliation were complete, for when he raced to the imperial palace on learning too late what had happened to Michizane, he was refused access to, or communication with, the emperor, despite the all-day vigil he mounted in the palace courtyard.” (McCULLOUGH, 1999, pg 57-58);

(*Sesshō*). Quando o imperador, Suzaku (923-952, r. 930-946), completou dezoito anos em 941, o título regencial de Tadahira foi alterado para *Kanpaku*, iniciando a prática observada a partir de então de se distinguir o regente de um imperador menor de idade (*Sesshō*) daquele de um imperador adulto (*Kanpaku*). De 944 até a morte de Tadahira em 949, os três mais altos cargos no governo (Regente e Chanceler, Ministro da Esquerda e Ministro da Direita), eram ocupados por Tadahira, seu irmão Nakahira (875-945), ou seus filhos Saneyori (900-970) e Morosuke (908-960). A linhagem Fujiwara de Mototsune estava firmemente estabelecida no poder, aparentemente inexpugnável a quase qualquer desafio dentro da Corte.”<sup>13</sup>

É desta maneira que se pode perceber como a disputa política entre os aristocratas da Corte Heian moldaram o processo histórico neste momento. Os Fujiwara, que já vinham ganhando espaço e dominando altos cargos, se estabelecem nos postos regenciais principalmente pela estratégia matrimonial e a imposição de seus netos e sobrinhos como herdeiros do trono. Entretanto, no *Gukanshō* este elemento de disputa de interesses pessoais é minimizado, ou até mesmo ignorado em determinados momentos, sobretudo ao se tratar do clã regencial. Jien critica, principalmente ao falar dos eventos da Era Final, a presença de pessoas que buscavam cargos e favores para si dentro da Corte, mas para os eventos de predomínio dos Fujiwara, o processo é posto como natural e guiado por vontades superiores aos homens.

Torna-se também importante destacar que Jien não coloca qualquer membro Fujiwara como destinado a governar ao lado do *Tennō*, mas sim aqueles homens que fossem tanto providos de habilidades, quanto descendentes da linhagem “correta”. Os membros Fujiwara que viriam a se tornar regentes faziam parte da dita Casa Norte, ou seja, os descendentes da linhagem de Fusasaki (藤原房前; 681-737), que se destacou na Corte e com o tempo acabou superando em fama os demais ramos. Existiriam três outras linhagens que descendiam dos irmãos de Fusasaki, sendo a Casa Sul de Muchimaro (藤原武智麻呂; 680-737), a Casa Cerimonial de Umakai (藤原宇合; 694-737) e a Casa Capital de Maro (藤原麻呂; 695-737), sendo todos eles filhos de Fujiwara Fuhito (藤原不比等; 659-720)<sup>14</sup> que era, por sua vez, filho do já mencionado Fujiwara Kamatari, o fundador do clã.

O próprio uso do termo *clã* pode ser aqui problematizado, uma vez que está sendo usado como tradução para *uji*, que escrito com o ideograma 氏 (うじ), pode significar um nome

<sup>13</sup> “(...) Tadahira did succeed (...) in imposing his nephew, Daigo’s son by Mototsune’s daughter Onshi, on the emperor as his crown prince, and when that prince became emperor at the age of seven in 930, Tadahira was appointed regent (*Sesshō*). When the emperor, Suzaku (923-952, r. 930-946), was eighteen in 941, Tadahira’s regency title was changed to *kampaku*, beginning the practice observed thereafter of distinguishing a regent for a minor emperor (*Sesshō*) from that of an adult emperor (*kampaku*). From 944 until Tadahira’s death in 949, the three highest offices in the government (regent and Chancellor, Minister of the Left and Minister of the Right) were held by Tadahira, his brother Nakahira (875-945), or his sons Saneyori (900-970) and Morosuke (908-960). The Fujiwara in the line of Mototsune were firmly in the saddle of power, seemingly impregnable to almost any challenge from within the court.” (Ibidem, pg 59);

<sup>14</sup> Ibidem, pg 127-128;

de família ou uma linhagem da qual se faz parte. A palavra pode ser entendida como anterior à própria centralização oficial do poder imperial, quando grupos familiares tinham maior autonomia e estavam mais ligados às suas bases de poder locais. Já na era Heian, representaria a própria posição e *status* junto à Corte, assim como definiria os cargos e títulos aos quais os integrantes poderiam almejar.

O “clã” no início do período e durante a regência Fujiwara era um grupo de parentesco patrilinear de nobres, de fraca ligação, cujos membros compartilhavam um ancestral ou entidade guardiã, tinham um mesmo sobrenome paterno (...) e título de *status* hereditário, reconheciam um mesmo líder de clã (*uji no chōja*) e eram usualmente enterrados juntos em um cemitério de clã. (...) <sup>15</sup>

A linhagem é um dos elementos essenciais para se entender a dinâmica destas famílias nobres, sendo que a ligação sanguínea não seria necessariamente direta, com exceção do clã imperial e dos herdeiros que deveriam ser parentes de sangue de algum *Tennō* anterior. As adoções eram comuns na sociedade japonesa, sobretudo nos momentos onde um chefe de clã ou líder político não tivesse herdeiros biológicos, além de que os filhos e filhas adotivos não precisavam ser órfãos e muitas vezes eram adotados na busca de alcançar maiores padrões de *status* social do que aquele no qual nasceram. Yoshifusa, o primeiro *Sesshō* Fujiwara, por exemplo, não teve filhos próprios, o que o levou a adotar Mototsune, que era seu sobrinho. Kujō Yoritsune, a criança que Jien acredita ser destinada ao posto regencial, também foi adotado pelo clã Hōjō para que se tornasse *Shōgun*, uma vez que o último líder Minamoto havia falecido sem deixar herdeiros.

É neste sentido que Jien analisa os acontecimentos históricos e as intrigas da Corte de acordo com laços familiares e a continuidade das linhagens, que necessariamente tem relação com a proteção dos *Kami*. Os Kujō teriam sido, na época de Jien, os destinados detentores do posto de regente por serem descendentes de Kujō Morosuke (908-960; também conhecido por Fujiwara Morosuke - 藤原師輔), filho de Fujiwara Tadahira, a quem o monge coloca como um extraordinário regente e inspetor, responsável pela continuidade da linhagem Fujiwara após os intrigas entre o irmão, Tokihira, e Sugawara Michizane. No *Gukanshō*, o exílio de Michizane por Daigo e a morte de Tokihira anos depois, ignorando o fato de que Tokihira tenha ganho grande prestígio junto à Corte neste meio tempo, não aparecem como fruto de disputa política, mas como uma estratégia divina de perpetuação da linhagem regencial. Para Jien, Michizane

---

<sup>15</sup> “The “clan” in the early part of the period and during the Fujiwara regency was a loosely knit, patrilineal kin group of nobles whose members shared an ancestral or guardian deity, bore a common patronymic (...) and hereditary title of status, acknowledged a common clan chieftain (*uji no chōja*) and were usually buried together in a clan cemetery. (...)” (Ibidem, pg 128);

teria sido uma das reencarnações de Buda, sendo sua queda da Corte e subsequente exílio, propositais.

Não são tais coisas sujeitas a acontecer quando se vive uma encarnação de Buda (*gonjya*)?<sup>16</sup> Nenhuma pessoa comum é uma encarnação de Buda. Podemos claramente entender que essas coisas aconteceram porque SUGAWARA Michizane, sem dúvida uma encarnação de Avalokiteśvara, desejava proteger a Lei Imperial sob as condições dos últimos reinados e com uma posição próxima do Imperador. Certamente Tokihira fez falsas acusações contra Michizane. Isto é observado na biografia do sacerdote Jōzō. Mas aparentemente, a alma vingativa de Michizane não conseguiu obter vingança até oito anos depois. Lemos que ele se fixou à Tokihira, mas que Jōzō fez encantos e severamente torturou a alma vingativa de Michizane, tornando difícil para a alma lidar com o milagroso poder da Lei Budista. Também lemos que o Consultor MIYOSHI Kiyoyuki, pai de Jōzō, ainda estava vivo e que um dia ele recebeu a seguinte mensagem da alma vingativa de Michizane: “Tire aquele seu filho sacerdote do caminho!” Até mesmo Jōzō ficou amedrontado e parou de recitar encantos. Foi só então que Tokihira morreu. Se a alma vingativa tivesse agido livremente, teria destruído por completo a casa dos Inspetores e Regentes/Chanceleres FUJIWARA. Mas o irmão mais novo de Tokihira, Tadahira (880-947), imediatamente se tornou chefe da casa Regente/Chanceler dos FUJIWARA e foi, surpreendentemente, um bem sucedido Inspetor Imperial e Regente. Assim, a linhagem dos descendentes FUJIWARA não foi quebrada, e tem continuado brilhantemente até hoje.<sup>17</sup>

Era comum no Japão a crença de que o espírito vingativo de pessoas injustiçadas, ou inimigos derrotados, permanecesse no mundo para fazer mal aos alvos de seu rancor. Um santuário foi, de fato, erguido em Kyushu para tentar apaziguar a alma de Michizane, o que Jien utiliza como prova de que o homem era um *Kami* que agia de acordo com as necessidades divinas para aquele momento histórico. Seria sua missão morrer de forma injusta para, de certa forma, “desmascarar” o coração maldoso de Tokihira e retirá-lo da liderança dos Fujiwara, permitindo que a linhagem permanecesse intacta.

Ao refletir sobre esses acontecimentos, eu chego a estas duas conclusões: (1) já que o Japão é um país pequeno, é realmente ruim ter dois Inspetores Imperiais ao mesmo

<sup>16</sup> Ao falar sobre as “coisas que estariam sujeitas a acontecer”, Jien se refere ao fato de que as informações sobre o incidente com Michizane em 901, ou seja, seu exílio da Corte, chegaram ao presente principalmente pelo relato oral e por poucas menções e referências. Daigo teria, segundo Jien, ordenado a queima de qualquer documento que mencionasse os acontecimentos por medo de que fosse culpado posteriormente. No entanto, o ocorrido teria sido de tamanha importância que, mesmo com a destruição de provas documentais, as pessoas ficaram sabendo do ocorrido.

<sup>17</sup> “Are not such things likely to occur when an incarnation of Buddha (*gonjya*) is alive? No ordinary person is an incarnation of Buddha. We can clearly understand that these things happened because SUGAWARA Michizane, undoubtedly an incarnation of Avalokiteśvara, wanted to protect Imperial Law under conditions of the final reigns and at a position near the Emperor. Certainly Tokihira made a false accusation against Michizane. This is noted in the biography of the priest Jōzō. But apparently Michizane’s vengeful soul could not obtain its revenge until eight years later. We read that it attached itself to Tokihira, but that Jōzō made incantations and severely tortured Michizane’s vengeful soul, making it difficult for the soul to cope with the miraculous power of Buddhist Law. We also read that Consultant MIYOSHI Kiyoyuki, Jōzō’s father, was still alive then and that one day he received the following message from Michizane’s soul: “Get that priestly son of yours out of the way!” Even Jōzō was frightened and stopped reciting incantations. It was only then that Tokihira died. If the vengeful soul had had its way, it would have destroyed the entire Imperial Inspector and Regent/Chancellor house of FUJIWARA. But Tokihira’s young brother Tadahira (880-947) became head of the Regent/Chancellor house of FUJIWARA immediately afterward and was a surprisingly successful Imperial Inspector and Regent. Thus the line of FUJIWARA descent was not broke, and it has continued brilliantly to the present day.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 42-43);

tempo; e (2) o divino acordo entre a Deusa do Sol e o Grande Iluminado *Kami* cultuado no Santuário Kasuga deveria ser respeitado até o fim dos últimos reinados japoneses. Michizane então deveria perder a vida ao propositalmente permitir que Tokihira fizesse falsas acusações contra ele, criando assim uma situação em que a alma de Michizane se tornaria um *Kami* que iria proteger os descendentes de FUJIWARA Kamatari e preservar a casa Regente/Chanceler dos FUJIWARA. Certamente o coração de Tokihira era bastante maligno. Mas mesmo enquanto Michizane estava em Kyushu, Tadahira (irmão mais novo de Tokihira) e Michizane mantiveram contatos pessoais ao trocarem cartas. Então a alma vingativa de Michizane não teve intenções de buscar total vingança contra a casa Regente/Chanceler dos Fujiwara.<sup>18</sup>

Jien segue então dizendo que seria tolice acreditar que todo o clã Fujiwara seria eliminado pela vingança de Michizane, pois sua alma apenas teria se manifestado para demonstrar a verdade a respeito dos eventos descritos, que devem ser relacionados aos “verdadeiros Princípios”. Ele também atesta que “os filhos de pessoas sábias nem sempre serão sábios”<sup>19</sup>, o que se pode relacionar à sua interpretação de que tais eventos ocorreram para que Tokihira fosse removido da posição de chefe do clã regencial, uma vez que não seria sábio, ou mesmo puro de coração, para assumir as funções que lhe caberiam. Já seu irmão Tadahira não apenas seria poupado da vingança de Michizane, como se tornaria um bom regente, tanto capaz de manter o governo quanto a própria linhagem Fujiwara.

É desta maneira que o *Gukanshō* narra os eventos da época da ascensão da Casa Fujiwara. Há um notável cuidado em colocar os diversos personagens, ministros e regentes, mães imperiais e herdeiros, monges e entidades protetoras, dentro de um contexto de processo, onde novos cargos e necessidades irão determinar quem assumirá quais funções. Vê-se que nas descrições dos primeiros reinados, principalmente no período dos governantes lendários, as informações aparecem focadas nos *Tennō*, o que estaria de acordo com a ideia das três eras onde inicialmente o soberano teria habilidades suficientes para governar sozinho, mas no decorrer do tempo passam a surgir cargos e, sobretudo, títulos que serão ocupados por aristocratas da Corte. Este aumento gradual no número de pessoas ligadas ao governo aparece mais nitidamente na seção cronológica da obra, que se inicia com o reinado de Jinmu e vai até o de Go-Horikawa (後堀河天皇; 1212-1234).

---

<sup>18</sup> “In reflecting about these developments, I draw these two conclusions: (1) since Japan is a small country, it really is bad to have two Imperial Inspectors at one time; and (2) the divine agreement made between the Sun Goddess and the Great Illuminating Kami worshipped at the Kasuga Shrine was to be respected until the end of Japan’s final reigns. Michizane was therefore to lose his life by purposely allowing Tokihira to make a false accusation against him, thereby creating a situation in which Michizane’s soul would become a Kami that would protect FUJIWARA Kamatari’s descendants and preserve the Regent/Chancellor house of FUJIWARA. Certainly Tokihira’s heart was quite evil. But even while Michizane was in Kyushu, Tadahira (Tokihira’s young brother) and Michizane was in personal touch with each other by exchanging letters. So Michizane’s vengeful soul did not intend to seek full revenge against the Regent/Chancellor house of FUJIWARA.” (Ibidem, pg 43);

<sup>19</sup> Ibidem;

(1) Imperador Jimmu. Um reinado de 76 anos.

(O primeiro ano foi *kanoto-tori* [660 A.C.]. Jimmu ascendeu aos 52 anos de idade e viveu até os 127.)

Jimmu foi o quarto filho de U no Ha Fukiawasezu no Mikoto e nasceu no 1º dia (*konoe-tatsu*) do 1º mês. ... Sua mãe foi Tamayori Hime (filha mais velha do *Kami* do Mar). Uma versão diz que ele foi o terceiro filho da sétima geração dos *Kami*. Outra versão diz que sua mãe entrou no mar e que Tamayori Hime foi sua mãe adotiva. ...

Logo após [o início] de seu reinado, um Mestre de Cerimônias foi nomeado e uma miríade de *Kami* foi cultuada. O país era chamado de Ilhas Akizu. O palácio Imperial ficava em Kashiwara na província de Yamato. *Kanoto-tori* foi o primeiro ano deste reinado, o 290º ano após a morte de Shakyamuni. ... Também é dito que este [primeiro ano do reinado de Jimmu] foi o terceiro do reinado de Hsi Wuang, o 16º soberano da Dinastia Chou. ... Outra visão é que aquele *kanoto-tori* foi o 17º ano do reinado Hui Wang de Chou. Não seria porque [o 17º ano do reinado de Hui Wang] era propício que – até os dias de hoje – esta [segunda] visão não tenha sido questionada?<sup>20</sup>

Conhecido como o primeiro *Tennō* a governar as ilhas do Japão, Jimmu é considerado um governante lendário, uma vez que não há resquícios arqueológicos que comprovem sua existência, assim como de, pelo menos, os treze *Tennō* que se seguiram. Seus nomes são contados nas Histórias Nacionais e no *Kojiki*, mas pouco se sabe sobre como teriam sido seus reinados para além das lendas. Na passagem citada, por exemplo, Jien demonstra uma preocupação em marcar a ascendência divina de Jimmu, além de localizá-lo temporalmente. Para tal ele usa tanto a contagem de tempo correspondente à morte de Shakyamuni quanto a cronologia das dinastias chinesas, demonstrando não apenas que a história que se inicia neste primeiro reinado pode ser incluída no pensamento e na temporalidade budista, como também é tão antiga quanto a dinastia chinesa dos *Chou*.

Também não há menção de outros nomes envolvidos no governo, apenas a informação de que um Mestre de Cerimônias fora escolhido, mas tal função parece estar mais voltada às práticas ritualísticas de adoração aos *Kami* do que ao governo ou conquista do território em si. Na verdade, Jien coloca que não há registros de ministros durante os nove primeiros reinados,<sup>21</sup> o que reafirma o protagonismo do *Tennō* durante o período. A partir do décimo *Tennō* da lista, Sujin-*tennō* (崇神天皇; 148-29 AEC), há menções de pessoas sendo enviadas às diversas

<sup>20</sup> “(1) Emperor Jimmu. A reign of 76 years. (The first year was *kanoto-tori* [660 B.C.]. Jimmu was enthroned at the age of 52 and lived to the age of 127.) Jimmu was the fourth son of U no Ha Fukiawasezu no Mikoto and was born on the 1st day (*kanoe-tatsu*) of the 1st month. ... His mother was Tamayori Hime (eldest daughter of the Sea Kami). One version says he was the third son of the seventh-generation Kami. Another version says his mother entered the sea and that Tamayori Hime was his adoptive mother. ... Soon after [the beginning of] this reign, a Master of Ceremonies (*saishu*) was appointed and the myriad Kami worshipped. This country was called the Akizu Islands. The Imperial Palace was at Kashiwara in the province of Yamato. *Kanoto-tori* was the first year of this reign, the 290th year after the death of Shakyamuni. ... It is also said that this [first year of Jimmu’s reign] was the 3rd year in the reign of Hsi Wang, the 16th ruler of the Chou Dynasty. ... Another view is that *kanoto-tori* was the 17th year of the Hui Wang reign of Chou. Isn’t it because [the 17th year of Hui Wang’s reign] was propitious that – until the present day – this [second] view has not been questioned?” (*Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 249);

<sup>21</sup> *Ibidem*, pg 252;

províncias para serem pacificadas e trazidas para a autoridade do *Tennō*, enquanto que no décimo primeiro reinado, o de Suinin-*tennō* (垂仁天皇; 69AEC-70EC), chefes de clãs são mencionados, mas ainda sem uso de título oficial. É no reinado de Keikō-*tennō* (景行天皇; 13AEC-130EC), décimo segundo na lista de governantes, que Jien aponta o surgimento do primeiro ministro nomeado, bem como os primeiros títulos hereditários.

(...)

TAKENOUCI Sukune foi nomeado Grande Chefe Imperial (*Ō-omi*) pela primeira vez neste reinado. Pessoas de várias províncias receberam títulos [hereditários] (*kabane*).

*Ministro Chefe (tōryō no shin)*: TAKENOUCI Sukune.

(Desde momento em diante, um Ministro Chefe foi nomeado)<sup>22</sup>

Brown e Ishida informam, em nota, que as sentenças colocadas entre parênteses nesta parte da fonte, são traduções de caracteres menores que foram escritos nas margens do texto original, que possivelmente foram adicionados posteriormente, fosse por Jien ou por algum editor.<sup>23</sup> A adição deste tipo de observação ao texto pode mostrar a importância, neste caso, de se marcar os títulos que começaram a surgir dentro do processo histórico, mesmo ainda durante o período dos governantes lendários. Conforme a cronologia avança, mais títulos e atribuições vão sendo listados, o que aumenta consideravelmente o número de pessoas diretamente ligadas às funções governamentais. Já a partir do reinado de Kammu (桓武天皇; 737-806), o quinquagésimo *Tennō*, Jien passa também a acrescentar informações sobre os monges responsáveis pela fundação das escolas budistas do período Heian e, com o quinquagésimo segundo *Tennō*, Saga (嵯峨天皇; 786-842), passam a aparecer os nomes dos abades de Tendai que administravam o Monte Hiei.

No entanto, esta prática de menção dos cargos governamentais que vão surgindo, assim como dos títulos ligados a eles, não se expandirá indefinidamente pela seção cronológica da obra, mas se reduzirá apenas aos altos cargos que, não por coincidência, destacam a presença dos Fujiwara em meados de Heian. Esta ação fica clara, sobretudo, na descrição do reinado de Seiwa, quinquagésimo sexto *Tennō*, onde é apresentada a nomeação do primeiro regente, o *Sesshō* Yoshifusa.

(56) Imperador Seiwa [850-880]. Um reinado de 18 anos [858-876].

O nome pessoal de Seiwa era Korehito e ele era chamado de “Imperador de Mizu no O”. Ele ascendeu no 27º dia do 8º mês de 858 (aos nove anos de idade). Ele havia sido nomeado herdeiro em 850 (quando tinha 1 ano de idade). Ele foi o quarto filho do Imperador Montoku. A cerimônia de maioridade de Seiwa foi celebrada no 1º dia do

<sup>22</sup> “TAKENOUCI Sukune was first appointed Great Imperial Chief-tain (*Ō-omi*) in this reign. People of various provinces were given [hereditary] titles (*kabane*). *Chief Minister (tōryō no shin)*: TAKENOUCI Sukune. (From this time on, a Chief Minister was appointed.)” (Ibidem, pg 254);

<sup>23</sup> Ibidem, pg 249, nota 14;

1º mês de 864. Sua mãe era a Imperatriz Viúva FUJIWARA Akirakeiko (uma filha de Yoshifusa, Lorde Chūjin; e ela era chamada de Imperatriz Somedono). Ele teve 13 Imperatrizes e 18 filhos e filhas Imperiais. Quatro receberam nomes e se tornaram comuns.<sup>24</sup>

*Regente e Primeiro Ministro:* FUJIWARA Yoshifusa [804-872].

(Conhecido como Lorde Chūjin e Lorde Shirakawa. Esta foi a primeira vez que um Regente foi nomeado para um Imperador criança. Ele foi nomeado no 7º dia do 11º mês de 858. ... Estas datas devem ser verificadas. Ele morreu no 3º dia do 9º mês de 872 aos 69 anos de idade.)

Para reinados a partir deste será difícil listar ministros. Com exceção do ministro que foi Regente, eles não eram importantes. Mas aqueles que forem de alguma forma importante serão incluídos.

(...)

Regentes foram nomeados deste ponto em diante.

(...)<sup>25</sup>

Ao apontar que outros ministros, além do regente, não seriam importantes o suficiente para serem listados, Jien demonstra a centralidade que este posto ocupa na história e, de certa forma, potencializa sua importância dentro do processo. Os ministros da esquerda e da direita, bem como algumas vezes o do centro e algum inspetor ou capitão da guarda, são ainda citados posteriormente na cronologia dos reinados, mas estes homens pertenciam majoritariamente ao clã Fujiwara e são geralmente pessoas que ocupariam cargos mais altos no futuro, alguns mesmo o de regente. Entretanto, os que não deixam de ser citados são os abades de Tendai, cuja presença marca tanto a ligação dos monges com a Corte, que os nomeava, quanto com a ideia de proteção que eles, por meio da Lei Budista, ofereciam ao Estado e seu soberano.

A presença dos regentes é, a partir de então e até o fim da cronologia oferecida por Jien, constante durante todos os reinados. A maior parte das informações nesta seção se

---

<sup>24</sup> Em inglês, Brown e Ishida usam a palavra “*commoners*” para se referir aos filhos e filhas imperiais que receberam nomes diferentes, prática comum no Japão daquele período onde, para diminuir a quantidade excessiva de membros do Clã Imperial, alguns membros recebiam nomes de clãs que os removiam da família e, consequentemente, da linha sucessória. Entretanto, essa remoção do Clã Imperial não os tornava “plebeus”, no sentido ocidental do termo, como sugere a palavra “*commoners*”. Muitos filhos e filhas imperiais rebaixados da linhagem do trono se tornaram, inclusive, parte dos clãs Taira e Minamoto, que tinham grande presença na Corte de Heian enquanto ocupavam altos cargos ministeriais e que, futuramente, protagonizariam a Guerra Genpei. Portanto, o recebimento de nomes de clãs não significava, necessariamente, uma exclusão da Corte e da aristocracia, mas sim a impossibilidade de reclamar direitos sucessórios imperiais. Desta forma, opta-se aqui pela tradução de “*commoners*” apenas como “comuns”, na intenção de não fomentar o sentido ocidental que a palavra “plebeus” pode gerar;

<sup>25</sup> “(56) Emperor Seiwa [850-880]. A reign of 18 years [858-876]. Seiwa’s personal name was Korehito, and he was called “the Emperor of Mizu no O.” He received the throne on the 27th day of the 8th month of 858 (at the age of nine). He had been appointed Crown Prince in 850 (when he was one year old). He was the fourth son of Emperor Montoku. Seiwa’s coming-of-age ceremony was held on the 1st day of the 1st month of 864. His mother was Empress Dowager FUJIWARA Akirakeiko (a daughter of Yoshifusa, Lord Chūjin; and she was called Empress Somedono). He had 13 Empresses and 18 Imperial sons and daughters. Four received names and became commoners. *Regent and Prime Minister:* FUJIWARA Yoshifusa [804-872]. (Called Lord Chūjin and Lord Shirakawa. This was the first time a Regent was appointed for a child Emperor. He was appointed on the 7th day of the 11th month of 858. ... These dates should be checked. He died on the 3rd day of the 9th month of 872 at the age of 69.) For reigns after this one it will be difficult to list ministers. Apart from a minister who was Regent, they were unimportant. But those that were somewhat important will be included. (...) Regents were appointed from this time on. (...)” (*Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 286 - 288);

relaciona a nomes, datas e, algumas vezes, aos principais eventos e filiações daqueles que ocuparam postos na Corte. As informações fornecidas parecem ter a intenção de contextualizar os leitores sobre dados e fatos relevantes à compreensão da narrativa principal, assim como o próprio Jien menciona: “Já que uma cronologia Imperial foi fornecida, o leitor poderá obter profundo entendimento do que está aqui escrito ao consultá-la durante a leitura.”<sup>26</sup> Além disso, como se pôde ver, a cronologia imperial, apesar de ser assim chamada, é também a cronologia dos grandes nomes aristocratas de cada período até então.

Já nos capítulos de narrativa, o *Gukanshō* apresenta menos dados e mais interpretações do processo. Jien parece selecionar acontecimentos históricos específicos que julga relevantes, os descreve em diferentes graus de profundidade e, geralmente, fornece algum tipo de explicação que remete aos Princípios, à vontade divina, ou mesmo à deterioração das três leis. Em sua visão, a grande maioria dos acontecimentos, se não todos, se explicam pela ação de entidades e contextos que não dependem dos homens, mas onde suas ações podem influenciar, para melhor ou pior, os resultados seguintes. A maneira de buscar melhores condições dentro do contexto de deterioração seria por meio dos ensinamentos e práticas budistas, que não apenas se relacionam com ritos e cerimônias, mas com a própria forma de se compreender o processo histórico.

Quando se tenta entender o curso da história neste país do Japão, devemos adotar o método usado quando se tenta seguir o caminho de Buda: primeiro entender a situação de alguém, passar a compreender a essência dos ensinamentos Budistas fundamentais, desenvolver um coração Bodhisattva, e entrar no caminho de Buda. O curso da história secular deve ser entendido exatamente da mesma forma. Mas ninguém está tentando alcançar tal entendimento aderindo estritamente a este método. Como não há qualquer entendimento, a deterioração continua. Além disso, a deterioração, ocorrendo espontaneamente e naturalmente (*hōni*), não pode ser parada pela força do homem. Mas na Lei Budista há uma forma de parcialmente negá-la (*taiji no hō*).<sup>27</sup>

Não por menos o *Gukanshō* é considerado uma obra de forte teor budista. Na passagem acima é possível notar que a percepção histórica de Jien se forma segundo sua experiência em entender e praticar os ritos e conhecimentos budistas, aplicando o mesmo método em sua leitura da história da Corte japonesa. Ele geralmente inicia as passagens mencionando um fato ou acontecimento específico, por vezes descrevendo detalhes que considera importantes, para

<sup>26</sup> “Since an Imperial chronology has been provided, the reader will obtain a deeper understanding of what is written here by referring to it as he reads.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 20);

<sup>27</sup> “When trying to understand the course of history in this country of Japan, we should adopt the method used when attempting to follow the way of Buddha: first understand one’s situation, move to comprehend the essence of fundamental Buddhist teachings, develop a Bodhisattva heart, end enter upon the way of Buddha. The course of secular history should be understood in exactly the same way. But no one is trying to achieve understanding by adhering strictly to this method. Since there is absolutely no understanding, deterioration continues. Moreover, deterioration, occurring spontaneously and naturally (*hōni*), cannot be checked by the power of man. But in Buddhist Law there is a way to partially negate (*taiji no hō*) it.” (Ibidem, pg 35);

depois apontar o que seria a essência de tal evento e seu significado final. A ação daquilo que é invisível, ou seja, tanto vontades e determinações divinas quanto a manifestação de criaturas malignas e espíritos vingativos, está geralmente no centro dos acontecimentos e é a essência da mudança histórica, justificada por aquilo que ocorre depois do fato em si.

O caso da morte de Sugawara no Michizane em exílio, explorada anteriormente, é um exemplo a ser analisado. Jien considerou que o próprio Michizane era a encarnação de uma divindade com base não em suas ações em vida, mas em acontecimentos posteriores que teriam determinado o rumo do processo histórico. Um templo foi construído em Kyushu para apaziguar a alma vingativa de Michizane depois que mortes trágicas ocorreram na capital, Daigo-*tennō* ordenou a destruição de diários e documentos que trataram do exílio do ministro, Fujiwara Tokihira morre sem que seu filho o sucedesse e seu irmão será o responsável por perpetuar a linhagem da casa regencial. São estes eventos posteriores à morte do personagem que explicariam o sentido do exílio e da morte em si, onde a morte injusta de Michizane não deve ser vista como um evento final, mas como o impulso necessário para mudanças que só foram possíveis a partir de sua ocorrência, cujo resultado essencial fora a manutenção dos Fujiwara depois que Tokihira, com seu coração impuro, morreu.

Certamente não se pode negar que as conclusões de Jien e seu projeto final para o governo do Japão se relacionam a interesses familiares e pessoais do monge, mas sua forma de destacar os elementos mais relevantes para tal projeto estão ligados à leitura que sua visão religiosa faz do mundo e da história. Ele compreende o desenvolvimento da história secular japonesa como guiada por um curso único de eventos que, no centro, estão os regentes Fujiwara, sob a justificativa de que estes foram enviados para proteger o Estado e a linhagem imperial. Sua abordagem sobre o processo é gradual e demonstra uma certa evolução de cargos que os membros do clã vão ocupando, nunca surgindo imediatamente como protagonistas, mas ganhando espaço na perspectiva de que sua linhagem era, cada vez mais, essencial ao governo.

Fosse agindo diretamente como *Sesshō*, fornecendo filhas para serem mães imperiais ou ocupando diversos cargos menores, mas não necessariamente menos importantes, os Fujiwara se aproximaram e se fixaram no governo. Jien se preocupa, inclusive, em sempre lembrar dos laços familiares que ligavam cada Fujiwara dentro da narrativa aos nomes mais importantes de cada período, que em essência remetiam à Fujiwara Kamatari.

Então chegou o momento em que a casa ministerial dos FUJIWARA deveria surgir e administrar os assuntos de Estado. A Deusa do Sol fez um divino acordo com o Grande Iluminado *Kami* do Santuário Kasuga onde estes dois *Kami* ancestrais iriam juntos guardar o palácio Imperial. Por causa deste acordo, veio o tempo para que o Imperador fosse auxiliado pela casa ministerial dos FUJIWARA, e para que

FUJIWARA Kamatari (614-669) nascesse para suceder o Príncipe Shōtoku como administrador dos assuntos de Estado que iria dar suporte à Lei Budista. (...) <sup>28</sup>

Ao comparar Kamatari com Shōtoku, Jien está se utilizando de uma figura conhecida e respeitada pela sociedade, o que lhe permite um destaque dentro do próprio imaginário da época. Brown e Ishida comentam que a relação entre ambos personagens visa colocá-los como encarnações de Avalokitesvara, com a mesma missão, em seus respectivos períodos da história secular, de dar suporte à Lei Imperial por meio da Lei Budista. Os tradutores também lembram que historiadores posteriores passaram a relacionar Kamatari com Soga Umako, enquanto que Tenchi-*tennō* seria um dito “herdeiro” do papel de Shōtoku, mas Jien escolhe comparar Kamatari a um integrante do clã imperial, não ao aristocrata que poderia ser seu equivalente, à época. <sup>29</sup>

O primeiro Fujiwara teve sua importância, então, elevada ao nível de um filho imperial, o que refletiu nos diversos descendentes que tomaram parte no governo durante os séculos seguintes. As ações de Kamatari no assassinato de Soga Iruka em 645 são, inclusive, ressaltadas por Jien como o primeiro dos três louváveis atos do clã Fujiwara, executados em acordo com o Princípio de que esta linhagem deveria viver no palácio imperial para poder protegê-lo.

Uma instrução da Deusa do Sol e do Grande Hachiman Bodhisattva criou um acordo – referido como a “propriedade do peixe e da água” – na qual seria considerado impróprio para um Imperador ser minimamente afastado de seu guardião. Se o império é bem governado ou se tornará caótico depende se esta instrução é respeitada. Há muito tempo, a Deusa do Sol fez um divino acordo (*ichidaku*) com Ama no Koyane no Mikoto [o *Kami* ancestral do clã FUJIWARA] de que este deveria residir, e guardar, o Palácio Imperial. Os descendentes de Ama no Kayane no Mikoto compreenderam as implicações deste Princípio, que não devia ser violado; e conseqüentemente “os três louváveis atos do clã FUJIWARA” foram realizados: (1) a pena de morte foi infligida por FUJIWARA Kamatari em SOGA Iruka [em 645]; (2) Imperador Kōnin ascendeu pelo Ministro FUJIWARA Nagate e o Consultor FUJIWARA Momokawa [em 770]; e (3) o Imperador Kōkō ascendeu por FUJIWARA Mototsune [em 884]. Os dois primeiros ocorreram há muito tempo, mas o de Mototsune foi após o reinado de Seiwa (858-876). <sup>30</sup>

<sup>28</sup> “Then there came a time when the ministerial house of FUJIWARA was to emerge and administer state affairs. The Sun Goddess had made the divine agreement with the Great Illuminating Kami of the Kasuga Shrine that these two ancestral Kami would guard the Imperial palace together. Because of that agreement, a time had come for the Emperor to be assisted by the ministerial house of FUJIWARA, and for FUJIWARA Kamatari (614-669) to be born to succeed Prince Shōtoku as an administrator of state affairs who would support Buddhist Law. (...)” (Ibidem, pg 29);

<sup>29</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 29, nota 16;

<sup>30</sup> “An instruction from the Sun Goddess and the Great Hachiman Bodhisattva created an arrangement – referred to as the “fish-and-water propriety” – by which it would be deemed improper for an Emperor to be the least bit estranged from his guardian. Whether the empire is governed well or becomes chaotic depends on whether that instruction is respected. Long ago, the Sun Goddess made a divine agreement (*ichidaku*) with Ama no Koyane no Mikoto [the ancestral Kami of the FUJIWARA clan] that the latter was to reside in, and guard, the Imperial Palace. The descendants of Ama no Koyane no Mikoto grasped the implications of this Principle, which was not to be violated one iota; and consequently “the three meritorious acts of the FUJIWARA clan” were performed: (1) the death penalty was inflicted by FUJIWARA Kamatari on SOGA Iruka [in 645]; (2) Emperor Kōnin was enthroned by Minister FUJIWARA Nagate and Consultant FUJIWARA Momokawa [in 770]; and (3) Emperor Kōkō was

A execução de Soga Iruka pôs fim às ambições do poderoso líder Soga, sendo seguida por um período que Inoue Mitsusada chama de o “século das reformas”, uma vez que representou um momento onde o poder imperial busca se fortalecer e se consolidar em relação aos *uji*, ou seja, aos diversos clãs cujas bases de poder próprias poderiam ameaçar a hegemonia do clã imperial. Tais reformas teriam sido um conjunto de novas determinações legais que visavam instituir um sistema de governo centrado na Corte e, principalmente, no *Tennō*, sendo uma das primeiras ações, por exemplo, a abolição da posse de terras e pessoas pelos líderes dos clãs. Editos seguintes também estabeleciam diretrizes sobre a administração da capital e de terras próximas, registros e levantamentos de terras e famílias, sistematização do pagamento de taxas e tributos, dentre outros.<sup>31</sup>

No dia seguinte ao assassinato de Iruka, Kamatari recomendou que o Príncipe Karu (irmão mais novo da Imperatriz Kōgyoku e estudioso do Confucionismo) ocupasse o trono como Imperador Kōtoku e que o Príncipe Naka no Ōe cuidasse dos assuntos de Estado, da mesma forma que o Príncipe Shōtoku havia feito durante o reinado de Suiko. Sob Kōtoku e seu príncipe herdeiro, três cargos ministeriais foram criados e preenchidos: (1) ministro da esquerda para Abe no Uchi Maro no Omi, cujo pai também fora um secretário imperial durante o reinado da Imperatriz Suiko; (2) ministro da direita para Soga no Ishikawa Maro, o comandante militar dos rebeldes; e (3) ministro do centro, uma posição ministerial diferente de qualquer que tenha existido na China, para Nakatomi no Kamatari, fazendo dele algo como um conselheiro pessoal do imperador e do príncipe herdeiro.<sup>32</sup>

A nomeação destes homens para os recém criados postos ministeriais demonstraria tanto a necessidade de recompensar os envolvidos na trama contra os Soga, quanto de fortalecer o trono e o clã imperial naquele início de governo. Era importante estabelecer a hegemonia e soberania do trono frente aos demais aristocratas e os poderes locais, definindo parâmetros de governo com reformas administrativas e controle dos clãs, mas também seria essencial centralizar a figura do *Tennō* como um governante sagrado cuja linhagem deveria ser mantida.

Os reformadores primeiro buscaram manter e fortalecer o controle do governo. Um dos primeiros e particularmente significativo passo foi dado quando o Imperador Kōtoku e seu príncipe herdeiro convocaram uma reunião com seus três novos ministros e os fizeram jurar lealdade. Questões foram levantadas sobre a autenticidade deste juramento registrado no *Nihon shoki*, mas a primeira frase expressa o mesmo tema encontrado nas Dezessete Injunções de 604: “Assim como o céu se espalha e a

---

enthroned by FUJIWARA Mototsune [in 884]. The first two occurred long ago, but Mototsune’s came after the Seiwa reign (858-876).” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 210-211);

<sup>31</sup> INOUE, *The Great Reforms*, 1993;

<sup>32</sup> “The day after Iruka was killed, Kamatari recommended that Prince Karu (the younger brother of Empress Kōgyoku and a student of Confucianism) occupy the throne as Emperor Kōtoku and that Prince Naka no Ōe take charge of state affairs, just as Prince Shōtoku had done during Suiko’s reign. Under Kōtoku and his crown prince, three ministerial positions were created and filled: (1) minister of the left for Abe no Uchi Maro no Omi, whose father had also been an imperial secretary during the reign of Empress Suiko; (2) minister of the right for Soga no Ishikawa Maro, the rebels’ military commander; and (3) minister of the center, a ministerial position unlike any that had existed in China, for Nakatomi no Kamatari, making him something like a personal adviser to the emperor and the crown prince.” (INOUE, 1993, pg 193);

terra sustenta, existe apenas um caminho imperial.” Ao pedir aos novos ministros que fizessem esse juramento, o príncipe herdeiro e Kamatari não estavam apenas adotando métodos tradicionais de cimentar lealdade, mas sim, explicitamente reafirmando o princípio de que um imperador (e seus conselheiros) – não um líder de um poderoso clã – deveria governar o Estado diretamente. A mesma nota foi fixada em um edito imperial dirigido, duas semanas depois, aos dois líderes militares que haviam sido nomeados ministros da esquerda e direita: “Vocês irão administrar os assuntos do império obedecendo estritamente os sagrados governantes do Japão e sendo fiéis a eles.”<sup>33</sup>

Entretanto, Jien não menciona essas reformas, nem mesmo analisa as ações políticas de centralização imperial que tomavam forma no momento. Sua narrativa está focada na proximidade entre Tenchi e Kamatari, e de como o ministro Fujiwara teria sido essencial para o *Tennō* durante seu reinado. Kamatari, antes de receber o nome Fujiwara, tinha o sobrenome do clã Nakatomi, enquanto Tenchi-*tennō* era o herdeiro Naka no Ōe, antes de ascender após os reinados de Kōtoku (孝徳天皇 - 596-654) e Saimei (齊明天皇; 594-661). Kamatari acabaria por falecer nos últimos anos do reinado de Tenchi e, ao contrário do que poderia se esperar ao considerar a ideia de que um descendente Fujiwara deve estar sempre ligado ao soberano, nenhum membro da família assumirá tal posição durante o reinado seguinte, que Jien lista como sendo o de Tenmu-*tennō* (天武天皇; 631-686). A justificativa apresentada foi a de que o herdeiro de Kamatari, Fujiwara Fuhito (藤原不比等; 659-720), seria jovem demais para assumir as mesmas funções de seu falecido pai. Fuhito se tornaria Conselheiro Sênior apenas durante o reinado de Monmu-*tennō* (文武天皇; 683-707) e, posteriormente, alcança o posto de Ministro da Direita no reinado de Genmei-*tennō* (元明天皇; 661-721).

Jien também destaca, para este momento, outro elemento que se liga ao rumo tomado pelo processo histórico após o reinado de Tenchi: a excepcionalidade de Tenmu-*tennō*. Para o monge, este governante teria sido um homem de grandes habilidades, sendo comparável a grandes nomes de dinastias chinesas.

Tenchi nomeou Tenmu – seu irmão que era filho da Imperatriz Seimei – Príncipe herdeiro, na intenção de fazer dele seu sucessor. Mas Tenchi também nomeou seu filho, Príncipe Ōtomo, ao posto de Primeiro Ministro. Príncipe herdeiro Tenmu parece ter pensado que Príncipe Ōtomo não tinha um coração justo. Ele então abdicou como Príncipe herdeiro e entrou para o sacerdócio Budista, entrando em reclusão no Monte

---

<sup>33</sup> “The reformers first moved to maintain and strengthen the government’s control. An early and particularly significant step was taken when Emperor Kōtoku and his crown prince called a meeting of their new ministers and had them swear an oath of allegiance. Questions have been raised about the authenticity of this oath recorded in the *Nihon shoki*, but the first sentence expresses the same theme found in the Seventeen Injunctions of 604: “Just as heaven overspreads and earth upholds, there is only one imperial way.” By asking the new ministers to take this oath, the crown prince and Kamatari were not simply adopting a traditional method of cementing loyalty but, rather, were explicitly affirming the principle that an emperor (and his advisers) – not the chieftain of a powerful clan – should rule the state directly. The same note was struck in an imperial edict addressed, about two weeks later, to the two military leaders who had just been appointed ministers of the left and right: “You are to administer the affairs of the empire by strictly obeying Japan’s sacred rulers and being faithful to them.” (Ibidem, pg 194);

Yoshino. Nos é dito que depois do Imperador Tenchi morrer em 671 em um estado de luto pelo modo como as coisas aconteceram, Príncipe Ōtomo tomou armas e estava a ponto de atacar o Monte Yoshino quando sua consorte, que era filha de Tenmu, secretamente informou o Monte Yoshino de que tal ataque estava para ocorrer. Ela provavelmente teve medo de que seu pai seria morto. Quando Tenmu ouviu sobre o iminente ataque, ele pensou: “Por que Ōtomo está fazendo isso? Eu entrei para o sacerdócio e me isolei nestas montanhas pois não pensei ser qualificado para ser Imperador.” Então Tenmu renunciou seu chamado ao sacerdócio, deixou o Monte Yoshino, e foi fazer adorações no grande Santuário de Ise antes de mobilizar tropas nas províncias de Mino e Owari. Depois ele enviou suas forças para um ataque ao Príncipe Ōtomo, que estava se preparando para batalha na província de Ōmi. O exército de Tenmu venceu e Ōtomo foi decapitado. O Ministro da Direita também foi decapitado e o Ministro da Esquerda foi enviado ao exílio, pois eles haviam apoiado Ōtomo. Tenmu então ascendeu ao trono e governou por 15 anos (672-686). Durante esses anos, um descendente de FUJIWARA Kamatari deveria ter servido o Imperador como um devoto assistente, mas provavelmente FUJIWARA Fuhito (659-720) era então muito jovem para assumir tais responsabilidades. Uma pessoa que queira alcançar amplo e profundo entendimento da história deve refletir sobre estes acontecimentos nos termos de minha explicação sobre o verdadeiro curso dos Princípios, um curso que tem impulsionado eventos ao longo de um caminho único desta forma.

O caráter do Imperador Tenmu era aquele de um homem superior. Ao pensar que lhe faltava habilidade para ser Imperador, ele foi como o Príncipe Uji. E quando ele foi lidar com este Príncipe Ōtomo, que não tinha atitudes deste tipo, ele sentiu profundamente que seu país seria arruinado se Ōtomo ocupasse o trono. Ao atacar e derrotar tal homem, Tenmu estava agindo como T'ai Tsung da China T'ang. Talvez fosse por isso que Tenchi tenha planejado passar por cima do filho e fazer de Tenmu seu sucessor.<sup>34</sup>

Esta seria a explicação e significado dos controversos acontecimentos de 672, quando Tenmu eliminou Ōtomo e seus partidários para tomar o poder. Pode-se considerar que, ao chamar atenção para Tenmu como um homem superior, enquanto menciona a pouca idade de Fuhito, Jien estaria justificando tanto a “ausência” Fujiwara quanto uma guerra entre dois

---

<sup>34</sup> “Tenchi had made Temmu – his brother who was a son of Empress Saimei – the Crown Prince, intending to make him his successor. But Tenchi also appointed his son, Prince Ōtomo, to the post of Prime Minister. Crown Prince Temmu seems to have thought that Prince Ōtomo did not have a righteous heart. He therefore resigned as Crown Prince, entered the Buddhist priesthood, and went into seclusion on Mt. Yoshino. We are told that after Emperor Tenchi died in 671 in a state of grief over the way things had turned out, Prince Ōtomo took up arms and was about to attack Mt. Yoshino when his consort, who was Temmu’s daughter, secretly passed word to Mt. Yoshino that such an attack was to be made. She was probably afraid that her father would be killed. When Temmu heard of the impending attack, he thought: “Why is Ōtomo doing this? I entered the priesthood and secluded myself in these mountains because I did not think that I was qualified to be Emperor.” Then Temmu renounced his priestly calling, left Mt. Yoshino, and went to worship at the great Ise Shrine before mobilizing troops in the provinces of Mino and Owari. Then he deployed his forces for an attack on Prince Ōtomo, who was preparing for battle in the province of Ōmi. Temmu’s army won and Ōtomo was beheaded. The Minister of the Right was also beheaded and the Minister of the Left was sent into exile, for they had sided with Ōtomo. Temmu then ascended the throne and ruled 15 years (672-686). During those years, a descendant of FUJIWARA Kamatari should have served the Emperor as a devoted assistant, but probably FUJIWARA Fuhito (659-720) was then too young to assume such responsibilities. A person who wants to achieve a broad and deep understanding of history should reflect on these developments in terms of my explication of the true course of Principles, a course that has propelled events along a single path in this way.

Emperor Temmu’s disposition was that of a superior man. In thinking that he lacked the ability to be Emperor, he was like Prince Uji. And when he came to deal with this Prince Ōtomo, who had no attitude of this sort, he felt deeply that his country would be ruined if Ōtomo were to occupy the throne. In attacking and defeating such a man, Temmu was acting like T'ai Tsung of T'ang China. Perhaps this was why Tenchi had planned to pass over his son and make Temmu his successor.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 30-31);

integrantes do clã imperial. Não por menos, o reinado de Ōtomo não é citado na cronologia do *Gukanshō*, o que deixa entender que a linhagem destinada a seguir no comando seria a de Tenmu, a quem o próprio Tenchi teria, inclusive, nomeado herdeiro ainda em vida. Ōtomo também não aparece como *Tennō* no *Nihonshoki*, o que pode levantar questões a respeito do quão problemática poderia ser uma guerra entre herdeiros para a sociedade japonesa da época, bem como o fato de que Jien parece considerar importante o acréscimo desta sua interpretação dos eventos, ressaltando que fora algo necessário ao próprio curso da história.

Nem o *Gukanshō* ou o *Nihongi* chamam o Príncipe Ōtomo de Imperador, mas cronologias modernas listam ele como Imperador Kōbun (648-672). Ao colocar Tenchi sendo sucedido por Tenmu, sem reinado intermediário, Jien não se depara com a necessidade de explicar uma guerra vitoriosa contra um Imperador reinante.<sup>35</sup>

Esta explicação da Rebelião de 672 mostra com particular clareza como a visão de história de Jien difere da dos historiadores modernos. Enquanto a interpretação teológica dele é baseada em sua concepção do verdadeiro curso dos Princípios divinos e em cima de sua ideia de um “homem superior” que agiu como o grande T’ai Tsung da China T’ang, os historiadores modernos voltam sua atenção às condições mundanas como a rivalidade entre clãs (especialmente a inquietação de pequenos clãs localizados nas regiões periféricas), relações internacionais (particularmente a deterioração da posição do Japão na Península Coreana), e a disputa sucessória (baseada na rivalidade entre aqueles que apoiavam o filho de Tenchi, Ōtomo, e aqueles que apoiavam o irmão de Tenchi, Tenmu).<sup>36</sup>

Com efeito, a participação de Kamatari no assassinato de Soga Iruka em 645 teria sido o primeiro dos três louváveis atos dos Fujiwara. Ao contextualizar os acontecimentos, é possível verificar que estes resultaram em um maior controle do governo pelo *Tennō*, junto aos aristocratas que passam a ocupar novos cargos ministeriais, frente a líderes de clãs que ainda tinham poder e influência para contestar, ou controlar, a centralização imperial em curso. Desta forma, o suposto ato louvável de Jien pode ser interpretado como uma ação cujas consequências permitiram a manutenção e fortalecimento da linhagem imperial. Já nos acontecimentos seguintes, a pouca idade do herdeiro Fujiwara pode ter impedido seu envolvimento na guerra entre herdeiros, o que também evitou que a imagem da família fosse maculada caso Fuhito fosse

---

<sup>35</sup> “Neither the *Gukanshō* nor the *Nihongi* calls Prince Ōtomo an Emperor, although moderns chronologies list him as Emperor Kōbun (648-672). By having Tenchi succeeded by Temmu, with no intervening reign, Jien is not presented with the necessity of explaining a victorious war against a reigning Emperor.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 31, nota 17);

<sup>36</sup> “This explanation of the Rebellion of 672 shows with particular clarity how Jien’s view of history differs from that of modern historians. Whereas his theological interpretation is based on his conception of the true course of divine Principles and upon his idea of a “superior man” who acted like the great T’ai Tsung of T’ang China, modern historians give their attention to such this-worldly conditions as clan rivalry (especially the restiveness of small clans located in outlying regions), international relations (particularly the deterioration of Japan’s position on the Korean peninsula), and a succession dispute (based on rivalry between those supporting Tenchi’s son Ōtomo and those backing Tenchi’s brother Temmu).” (Ibidem, nota 18);

aliado de Ōtomo, apesar de Jien explicitar que ele estaria, certamente, ao lado de Tenmu e de seu governo vitorioso.

O segundo ato Fujiwara viria a ocorrer mais de oitenta anos após a morte de Tenmu-*Tennō*, sendo a ascensão de Kōnin-*tennō* em 770. Kōnin era neto de Tenchi-*tennō* e foi escolhido pelo Conselho de Estado para suceder Shōtoku-*tennō* (称徳天皇; 718-770), a última mulher a governar o Japão com o título de *Tennō*, tendo ascendido duas vezes, primeiro entre 749-758 quando era conhecida por Kōken-*tennō* (孝謙天皇) e, depois, entre 764-770 com seu novo nome. Mas Shōtoku morreria sem ter escolhido alguém para sucedê-la, o que levou ao que Jien considerou como o louvável ato Fujiwara protagonizado por Fujiwara Nagate (藤原永手; 714-771) e Fujiwara Momokawa (藤原百川; 732-779).

Ninguém havia sido selecionado para suceder a Imperatriz Shōtoku, então os ministros consideraram vários candidatos. Dentre aqueles que participaram na conferência de sucessão estavam dois superiores homens nobres: FUJIWARA Nagate (filho de Fusasaki) e FUJIWARA Momokawa (filho de Umakai)<sup>37</sup>. Um neto do Imperador Tenchi e filho do Príncipe Shiki – uma pessoa conhecida como o Conselheiro Sênior Príncipe Shirakabe – foi posto no trono em 770 como Imperador Kōnin. Antes de sua morte, a Imperatriz Shōtoku emitiu um edito Imperial definindo que Príncipe Shirakabe deveria ser o próximo Príncipe herdeiro; e a nomeação foi executada por FUJIWARA Momokawa. Então Shirakabe sucedeu ao trono como Imperador Kōnin e reinou por 12 anos. O filho de Kōnin, o futuro Imperador Kammu, foi nomeado Príncipe herdeiro em 773.<sup>38</sup>

Imediatamente já se pode problematizar as informações apresentadas na passagem quanto ao fato de que, apesar de Shōtoku ter supostamente deixado instruções sobre quem seria seu sucessor, uma conferência de sucessão teria sido convocada onde vários candidatos foram considerados. Na seção cronológica é posto que a governante teria escrito: “(...) Que seja aqui proclamado que o Conselheiro Sênior Príncipe Shirakabe deverá ser Príncipe herdeiro. ... (...)”.<sup>39</sup> Talvez a conferência tivesse sido necessária pois Shirakabe não chegou a ter uma cerimônia de nomeação, servindo então para oficializar uma a ordem deixada pela governante anterior, mas isso não explicaria o motivo de se “considerar vários candidatos”, cujos nomes também não são mencionados.

<sup>37</sup> Tanto Fusasaki quanto Umakai eram filhos de Fujiwara Fuhito, herdeiro de Kamatari. Fusasaki iniciou a linha da Casa Norte, a linhagem regencial, enquanto os descendentes de Umakai formaram a Casa Cerimonial;

<sup>38</sup> “No one had been selected to succeed Empress Shōtoku, and so the ministers considered various candidates. Among those who participated in the succession conference were two superiors noblemen: FUJIWARA Nagate (son of Fusasaki) and FUJIWARA Momokawa (son of Umakai). A grandson of Emperor Tenchi and son of Prince Shiki – a person known as the Senior Counselor Prince Shirakabe – was placed on the throne in 770 as Emperor Kōnin. Before her death, Empress Shōtoku issued an Imperial edict stating that Prince Shirakabe should be the next Crown Prince; and the appointment was arranged by FUJIWARA Momokawa. So Shirakabe succeeded to the throne as Emperor Kōnin and reigned 12 years. Kōnin’s son, the future Emperor Kwammu, was appointed Crown Prince in 773.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 34);

<sup>39</sup> “(...) Be it here proclaimed that the Senior Counsellor Prince Shirakabe is to be Crown Prince. ... (...)”. (*Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 276 - 277);

No entanto, ao contextualizar o momento político da Corte, passa-se a duvidar de que a própria Shōtoku tivesse deixado tal ordem. Naoki Kōjirō<sup>40</sup> destaca que, desde a morte de Tenmu em 686, apenas seus descendentes assumiram como *Tennō*, incluindo Shōtoku, neta de Monmu-*tennō* (文武天皇; 683-707) que fora, por sua vez, neto de Tenmu. Já Kōnin era descendente de Tenchi, irmão de Tenmu, o que alterava a linha sucessória dentro do próprio clã imperial, impactando efetivamente o equilíbrio de poder nos altos cargos de governo.

No oitavo mês de 770, Shōtoku morreu repentinamente aos cinquenta e três anos de idade, sem ter escolhido um sucessor. Uma disputa sucessória se seguiu. Eventualmente, Fujiwara no Momokawa (732-779) foi bem sucedido em arquitetar a seleção do Príncipe Shirakabe (neto de Tenji) como herdeiro do trono. Momokawa e outros líderes Fujiwara haviam organizado a falsificação de um edito de Shōtoku que proclamava que Shōtoku havia desejado que o Príncipe Shirakabe fosse seu sucessor. Mas ela certamente teria se oposto a esta nomeação, pois apenas descendentes de Tenmu ocuparam o trono desde a morte dele em 686. Outros desenvolvimentos apontavam para um novo alinhamento de poder: Dōkyō foi removido de seus altos cargos pouco depois da morte de Shōtoku e foi exilado na província de Shimotsuke; Príncipe Shirakabe ascendeu aos sessenta e dois anos de idade como Imperador Kōnin; Fujiwara no Yoshitsugu (716-777) foi nomeado ministro do centro; e Fujiwara no Momokawa (732-779) foi promovido a consultor.<sup>41</sup>

Dōkyō (道鏡; falecido em 772), citado na passagem, foi um monge budista favorecido por Shōtoku, tendo sido nomeado para altos cargos, inclusive o de Primeiro Ministro, ou Ministro Sênior, durante seu reinado. Há relatos de que Shōtoku teria se apaixonado por Dōkyō, fato também apontado por Jien,<sup>42</sup> o que lhe teria garantido o título de *Hōō* (法王), algo que poderia ser traduzido atualmente como um “sacerdote imperador”.<sup>43</sup> Entretanto, Naoki aponta que a ascensão de Dōkyō na Corte pode ser vista como mais um elemento de uma política de administração pró-budista durante o governo de Shōtoku, que enquanto restringia a quantidade de terras particulares que aristocratas e instituições seculares pudessem possuir, expandia e

<sup>40</sup> NAOKI, 1993;

<sup>41</sup> “In the eight month of 770 Shōtoku suddenly died at the age of fifty-three, without having selected a successor. A succession dispute ensued. Eventually Fujiwara no Momokawa (732-779) succeeded in engineering the selection of Prince Shirakabe (grandson of Tenji) as heir to the throne. Momokawa and other Fujiwara leaders had arranged the forgery of an edict by Shōtoku that proclaimed that Shōtoku had wanted Prince Shirakabe to be her successor. But she certainly would have opposed this nomination, for only Temmu’s descendants had occupied the throne since his death in 686. Other developments point to a new power alignment: Dōkyō was removed from his high offices shortly after Shōtoku’s death and was exiled to the province of Shimotsuke; Prince Shirakabe was enthroned at the age of sixty-two as Emperor Kōnin; Fujiwara no Yoshitsugu (716-777) was named minister of the center; and Fujiwara no Momokawa (732-779) was promoted to consultant.” (Ibidem, pg 265-266);

<sup>42</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 33;

<sup>43</sup> Brown e Ishida traduziram 法王 (*Hōō*) como *Priest Emperor* (Sacerdote ou Padre Imperador), enquanto que Felicia G. Bock, ao traduzir o capítulo de Naoki Kōjirō para o *The Cambridge History of Japan*, usou o termo *Buddhist King* (Rei Budista). Já nos dicionários atuais de língua japonesa, 法王 é também usado para se referir, em alguns casos, ao próprio Buda ou mesmo ao Papa católico. Portanto, pode-se dizer que o título adquirido por Dōkyō, durante o reinado de Shōtoku, o colocaria em uma posição de autoridade religiosa na Corte, mas isso também não significa que ele estivesse necessariamente no topo de uma hierarquia institucional budista, como o Papa, já que tal unidade não existia. Já no Japanese Wiki Corpus, o termo é traduzido como “*Dharma King*”, ou Rei do *Dharma*, se referindo à Lei Budista;

incentivava tais posses de terras cultiváveis por parte dos templos budistas, enquanto nomeava também outros monges para cargos governamentais.<sup>44</sup>

Shōtoku também teria disputado poder com membros do clã Fujiwara. Sua mãe, Kōmyō (光明皇后; 701-760), era filha de Fujiwara Fuhito e consorte de Shōmu-*tennō* (聖武天皇; 701-756), sendo uma influente figura na Corte de Nara que favoreceu a família do pai garantindo-lhes diversos postos no governo. Fujiwara Nakamaro (藤原仲麻呂; 706-764) foi um desses homens que, com o suporte de Kōmyō, alcançou altos postos, como o de Ministro da Direita durante o primeiro reinado de Shōtoku (na época com o nome Kōken), além de acumular outros importantes cargos enquanto recebia novas posses de terra. Mas após a morte de Kōmyō, a relação entre Shōtoku e Nakamaro se deteriorou pois, diferente do que o Fujiwara esperava, a *Tennō* não o favoreceu como sua mãe havia feito, além de passar a centralizar em si mesma importantes atribuições governamentais mesmo durante o período entre seus dois reinados. Shōtoku parecia decidida a manter e expandir seus poderes como soberana, o que não teria sido do agrado de altos aristocratas, como os Fujiwara, que buscavam aumentar e consolidar o próprio prestígio por meio de seus títulos e funções estatais.

Portanto a situação já indicava disputas mesmo antes da morte de Shōtoku, mas quando ela vem a falecer, os altos aristocratas conseguiram impor uma mudança governamental que os favorecesse, neste caso, escolhendo um sucessor não ligado à linhagem de Tenmu.

Os líderes Fujiwara estavam também determinados a perturbar a tradição de que apenas descendentes de Tenmu deveriam assumir o trono, pois estavam convencidos de que qualquer imperador ou imperatriz de Tenmu continuaria a favorecer um domínio imperial direto e se opor ao controle de um clã não-imperial, particularmente o Fujiwara. Pouco depois do início do reinado de Kōnin, a imperatriz (uma filha de Shōmu chamada Princesa Igami) deu à luz ao Príncipe Osabe. O jovem filho foi logo nomeado príncipe herdeiro, e sua mãe nomeada imperatriz consorte. Isso desagradou os Fujiwara. Acusando a imperatriz consorte de ter amaldiçoado o imperador, eles a rebaixaram e exilaram o Príncipe Osabe. Os detalhes sobre o que aconteceu não são claros, mas aparentemente Momokawa estava tendo certeza de que nenhum príncipe da linhagem de Tenmu ocuparia o trono.<sup>45</sup>

Osabe e sua mãe acabariam morrendo em circunstâncias obscuras, o que acabou por eliminar as chances de que um filho de Kōnin, nascido de uma mãe da linhagem de Tenmu, viesse a herdar o governo de seu pai. O herdeiro seguinte viria ser outro filho de Kōnin, sendo

<sup>44</sup> NAOKI, 1993, pg 264;

<sup>45</sup> “The Fujiwara leaders were also determined to upset the tradition that Tenmu’s descendants alone should occupy the throne, for they were convinced that any Tenmu emperor or empress would continue to favor direct imperial rule and oppose control by a nonimperial clan, particularly the Fujiwara. Shortly after the beginning of Kōnin’s reign, the empress (a daughter of Shōmu named Princess Igami) gave birth to Prince Osabe. The young son was soon appointed crown prince, and his mother was named empress consort. This displeased the Fujiwara. Charging the empress consort with having put a curse on the emperor, they had her demoted and Prince Osabe exiled. The details of just what transpired are not clear, but apparently Momokawa was making certain that no prince of the Tenmu line would occupy the throne.” (Ibidem, pg 266);

então o segundo *Tennō* da linhagem de Tenchi e ascendendo já adulto. *Kammu-tennō* (桓武天皇; 737-806) marca, no *Gukanshō*, o início do quinquagésimo reinado japonês, ou seja, metade do número total de reinados que Jien acreditava que viria a existir. Sua mãe não era do clã Fujiwara, mas quatro dos cinco ministros de seu governo, listados na seção cronológica do *Gukanshō*, pertenciam a este clã. *Kammu* foi o *Tennō* que moveu a Corte Imperial de Heijō-kyō (Nara) para Nagaoka em 784 e, depois, para a região onde foi construída a nova Capital Imperial, Heian-kyō (Quioto).

Conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho, *Kammu* moveu a Corte após sobreviver a uma tentativa de golpe, buscando assim se afastar tanto dos influentes templos budistas de Nara, quanto da base de poder que os descendentes de *Tenmu* tinham na antiga capital. *Jien* não menciona nenhuma dessas questões na narrativa, passando do parágrafo sobre a ascensão de *Kōnin* para o fortalecimento do budismo durante o reinado de *Kammu*, uma vez que o *Tennō* teria enviado os preceptores *Dengyō* (ou *Saichō* - 最澄) e *Kōbō* (ou *Kukai* - 空海) para a China que, ao retornarem, iniciaram as escolas budistas de *Tendai* e *Shingon*, assunto também já explorado anteriormente. A narrativa também marca que, com *Kammu*, a sucessão imperial se estabelece entre pais, filhos e irmãos, destacando que as mães passam a ser descendentes de *Fujiwara Kamatari*, ambos fatos que teriam fortalecido o Estado de então.

Imperador *Kammu*, que reinou de 781 a 806, mudou a capital para Heian em 794, onde ainda está. Desde então, o Japão não teve nenhuma outra Imperatriz reinante, nenhum Imperador ascendeu ao trono como um neto Imperial – pois cada um tem sido filho ou irmão mais novo de seu predecessor – e toda mãe Imperial (*kokumo*) tem sido filha de algum ministro descendente de *FUJIWARA Kamatari*. Então o Estado foi governado firmemente e o povo prosperou. Foi a intenção da Deusa do Sol – e tem sido até o presente – que não deve haver desvio deste curso.<sup>46</sup>

Não foi a ascensão de *Kammu*, ou de *Tenmu* décadas antes, que *Jien* considerou como os louváveis atos *Fujiwara*, mas suas histórias são contadas logo na sequência dos respectivos atos. Ambos *Tennō* são tratados como grandes governantes que deixaram legados especialmente importantes para o processo histórico. A ascensão de *Tenmu* teria evitado que um mau herdeiro destruísse o Estado, enquanto que *Kammu* não apenas moveu a capital e iniciou uma linha de sucessão de pai para filho ou de irmão para irmão, com mães descendentes de *Kamatari*, como também teria incentivado e fortalecido a Lei Budista, além do Estado em si.

---

<sup>46</sup> “Emperor Kwammu, who reigned from 781 to 806, moved the capital to Heian in 794, where it still is. Since then, Japan has had no more reigning Empress, no Emperor has ascended the throne as an Imperial grandson – because each one has been the son or young brother of his predecessor – and every Imperial mother (*kokumo*) has been a daughter of some ministerial descendant of *FUJIWARA Kamatari*. So the state was ruled firmly and the people prospered. It was the intention of the Sun Goddess – and has been down to the present – that there be no deviation from that course.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 34);

Então os efeitos gerados pelos atos Fujiwara não são necessariamente imediatos, mas ocorreram em um momento onde a Lei Imperial necessitaria de proteção, resultando em bons governos nos anos seguintes.

Esta seria uma forma de interpretar diversas das passagens e acontecimentos contidos no *Gukanshō*. Jien, ao olhar o passado, parece justificar e explicar eventos de acordo com o rumo do processo que se desenvolve nos anos, ou mesmo décadas seguintes. Pode-se dizer que alguns dos ditos Princípios repercutem durante séculos, como a constante presença de ministros e regentes Fujiwara, mas nem todo acontecimento, por mais louvável ou importante que possa parecer, será eterno dentro da narrativa histórica. Os dois primeiros atos Fujiwara podem ser, inclusive, analisados nesta perspectiva de haver uma “durabilidade” determinada, ou seja, por mais significativos que tenham sido, seus efeitos não duram para sempre.

Se formos relacionar o primeiro ato Fujiwara, o assassinato de Soga Iruka por Kamatari, com a ascensão de Tenmu anos depois, é possível dizer que o ato permitiu o fortalecimento imperial cujo resultado foi a ascensão de um importante *Tennō* quase três décadas depois. Tenchi também teria sido importante neste processo, sobretudo por ter recebido auxílio do próprio Kamatari durante seu governo e por supostamente ter nomeado Tenmu como seu sucessor. Assim, Tenmu teria iniciado, após eliminar seus concorrentes, uma linha sucessória que se manteve, de sua ascensão em 672 até a morte de Shōtoku em 770, por quase um século.

A longevidade da linhagem em si já seria prova de sua legitimidade, mas então ocorre o segundo ato Fujiwara que, com a ascensão de Kōnin, encerra a linha sucessória dos descendentes de Tenmu. Ainda que Jien siga o discurso de que esta teria sido a vontade de Shōtoku, a disputa entre os membros das linhagens concorrentes dentro do clã imperial aponta para uma baixa probabilidade de que a *Tennō* tivesse determinado tal escolha sucessória. É importante ressaltar que não parece haver, com Kōnin, uma quebra na dinastia dos governantes japoneses, já que ele era um descendente sanguíneo de Tenchi, mas sim uma mudança de linhagem interna do próprio clã imperial. De qualquer forma, a linhagem de Tenmu, aquele que Jien diz ter sido um “homem superior”, é substituída, o que leva inclusive à mudança física da capital imperial e a um novo momento político iniciado por Kammu e seus descendentes em Heian.

Desta maneira, pode parecer que o segundo ato Fujiwara estaria encerrando os efeitos do primeiro, o que levantaria dúvidas quanto ao caráter “louvável” que Jien os atribui, por serem, aparentemente, eventos contraditórios dentro da narrativa. Entretanto, se analisar o curso dos acontecimentos de acordo com a noção de deterioração das eras, das habilidades humanas e da

história, como o monge sugere, vê-se que os atos Fujiwara funcionam como núcleos de melhorias temporárias dentro do processo maior de deterioração. Isto está relacionado com o ciclo dos *kalpa* analisado no segundo capítulo deste trabalho, estando o período inserido na metade descendente do *kalpa*, onde a deterioração é iminente, constante, e imparável, mas onde também pode haver momentos temporários de melhoria.

A fim de ajudar o leitor a entender as diferenças da deterioração na história durante os cem reinados atribuídos ao Japão, eu ofereço esta analogia. Um homem possui cem *jō* de papel. Ele gradualmente usa seu papel até restar um ou dois *jō*, e depois reabastece até 90 *jō*. Ele continua a usar o papel, mas a próxima reposição restaura seu suprimento apenas até 80 *jō*. Em outro caso ele pode usar seus cem *jō* até que reste um *jō* – ou mesmo dez folhas de um *jō* – e então reabastecer até 94 ou 95 *jō*. Aqui grande deterioração é seguida de extraordinária melhoria. Em mais outro caso ele pode começar com 70 ou 80 *jō*, e quando tiver usado 60 ou 70 *jō* (deixando-o com apenas 10 ou 20 *jō*), 40 ou 50 *jō* são adicionados ao suprimento. Aqui melhorias apropriadas ocorrem antes que a deterioração tenha sido excessiva e antes que houvesse uma virada brusca para o pior. Em suma, o Princípio da deterioração e melhoria do Continente Sul – e dos costumes nos três países da China, Índia e Japão – significa que deterioração alterna com melhoria desta maneira.<sup>47</sup>

Nesta perspectiva, talvez os atos Fujiwara tenham gerado estes efeitos de melhoria, onde a deterioração foi momentaneamente desacelerada e períodos mais prósperos, para o Estado, se seguiram. Isto também exclui a ideia de que um ato estaria anulando o anterior, pois a melhoria não é definitiva, então quando o movimento natural de deterioração volta a acelerar, novas ações são necessárias, de modo a gerar mudanças antes que “algo pior” pudesse acontecer.

Este Princípio também significa que a expectativa de vida do homem irá declinar até 10 anos ao fim da metade de deterioração deste pequeno *kalpa* e aumentar até 80.000 anos ao fim da metade de melhoramento. Neste intervalo de tempo os Princípios operam desta forma – mesmo com respeito aos cem reinados do Japão. O crescente e minguante da lua, vistos todo mês, também mostram como Princípios funcionam. Ao tentar entender isso, nós descobrimos que todo fenômeno deteriora e se renova alternadamente. Os seguintes Princípios nos dizem a mesma coisa: “O que floresce certamente irá se deteriorar”, e “aqueles que se unem irão certamente se separar.” Ao compreender isto, todos devem conseguir um entendimento que é profundo o suficiente para se colocar no caminho para um estado de Buda. E tendo alcançado tal entendimento, Sua Majestade deve proceder em ler o que aqui está escrito.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> “In order to help the reader understand the unevenness of deterioration in history during Japan’s allotted one hundred reigns, I offer this analogy. A man has one hundred *jō* of paper. He gradually uses his paper until one or two *jō* are left, and then builds up the supply to 90 *jō*. He continues to use the paper, but the next replenishment restores his supply to only 80 *jō*. In another case he might use his one hundred *jō* until one *jō* – or even ten sheets of one *jō* – are left and then build up his supply to 94 or 95 *jō*. Here great deterioration is followed by remarkable improvement. In still another case he might start off with 70 or 80 *jō*, and when he has used 60 or 70 *jō* (leaving him 10 or 20 *jō*), 40 or 50 *jō* are added to the supply. Here appropriate improvement occurs before the deterioration has been excessive and before there is a sharp turn for the worse. In sum, the Principle of deterioration and improvement of the Southern Continent – and of customs in the three countries of China, India and Japan – means that deterioration alternates with improvement in this way.” (Ibidem, pg 36);

<sup>48</sup> “This Principle also means that man’s life expectancy will decline to 10 years by the end of the deteriorating half of this small *kalpa* and then increase to 80.000 years at the end of the improving half. Within that span of time Principles operate in this same way – even with respect of Japan’s one hundred reigns. The waxing and waning of the moon, seen every month, also shows how Principles work. In trying to understand this, we find that all phenomena alternately deteriorate and improve. The following Principles tell us the same thing: “What flourishes will certainly deteriorate”, and “those who are united will certainly become separated.” By comprehending this,

Compreende-se aqui que, ao dizer que todo fenômeno passa por momentos de deterioração e renovação, ou melhorias, como a palavra *improvement* na tradução de Brown e Ishida sugere, Jien não se refere apenas aos fenômenos naturais, como o ciclo lunar, por exemplo, mas também aos acontecimentos da história secular e às ações dos homens. Ao dizer que “tudo o que floresce irá deteriorar”, ele pode estar se referindo aos reinados de bons governantes que iniciaram momentos prósperos e fortaleceram o governo, mas que, mesmo sendo sucedidos pelos próprios descendentes, haverá um eventual fim para aquela prosperidade. Já ao mencionar que “aqueles que se unem irão se separar”, o monge pode estar fazendo menção aos momentos em que pessoas vão de aliados à adversários, fato recorrente na Corte e que será apontado no *Gukanshō* em diversas passagens ao longo da narrativa.

Então os dois primeiros atos Fujiwara poderiam ser considerados louváveis pois precederam importantes momentos, fornecendo melhorias, dentro do processo de deterioração que naturalmente se seguia. Os efeitos positivos aparecem como consequências percebidas no decorrer do tempo e, mais especificamente, nos reinados que se seguiram ao do ato em si. Entretanto haverá aquele cuja mudança seria imediata, assim como seus efeitos, o que pode levantar questões sobre o tipo de poder efetivo que os Fujiwara vinham adquirindo dentro da Corte de Heian: a remoção de *Yōzei-tennō* por Fujiwara Mototsune em 884.

Imperador Seiwa manteve o trono por 18 anos mas abdicou em 876 aos 26 anos de idade, passando-o ao Príncipe herdeiro de nove anos que se tornou Imperador Yōzei. Seiwa entrou para o sacerdócio Budista em 878 aos 29 anos de idade e morreu quando tinha 31. Yōzei ascendeu quando tinha nove anos e reinou durante oito anos, até os 16. Ele fez coisas indescritivelmente ruins, como o Imperador Buretsu no passado antigo. Então FUJIWARA Mototsune (836-891), Regente e irmão da mãe Imperial do Imperador, consultou com vários nobres sobre a situação. Concluindo que o mau comportamento do Imperador era devido a dura ação de um espírito maligno, eles decidiram que Yōzei não deveria continuar a governar o país. Ele foi então forçado a abdicar. Em seguida, eles escolheram Príncipe Tokiyasu, filho do Imperador Nimmyō e Príncipe-Ministro de Cerimônias, e o colocaram no trono. Este foi o Imperador Kōkō, que ascendeu em 884 aos 55 anos de idade. Ele reinou por três anos e morreu aos 58 anos.<sup>49</sup>

---

everyone should achieve an understanding that is deep enough to place him on the path to Buddhahood. And having achieved such understanding, His Majesty should proceed to read what is written here.” (Ibidem);

<sup>49</sup> “Emperor Seiwa held the throne for 18 years but abdicated in 876 at the age of 26, yielding the throne to the nine-year-old Crown Prince who became Emperor Yōzei. Seiwa entered the Buddhist priesthood in 878 at the age of 29 and died when he was 31. Yōzei succeeded to the throne when he was nine and reigned eight years, until he was 16. He did unspeakably bad things, like Emperor Buretsu in ancient past. So FUJIWARA Mototsune (836-891), Regent and brother of the Emperor’s Imperial mother, consulted with various nobles about the situation. Concluding that the Emperor’s bad behavior was due to the rough treatment of an evil spirit, they decided that Yōzei should not continue to govern the country. He was therefore forced to abdicate. Then they picked out Prince Tokiyasu, son of Emperor Nimmyō and Prince-Minister of Ceremonies, and placed him on the throne. This was Emperor Kōkō, who became Emperor in 884 at the age of 55. He reigned for three years and died when he was 58.” (Ibidem, pg 40-41);

O terceiro e último louvável ato dos Fujiwara listado por Jien foi, então, a abdicação forçada de *Yōzei-tennō* por Fujiwara Mototsune, aquele que, no reinado de Uda, foi nomeado o primeiro *Kanpaku* do Japão. Independente da questão de *Yōzei* ter sido uma pessoa violenta de moral questionável, a ação em si se refere à retirada de um soberano por um aristocrata que, teoricamente, estaria abaixo do *Tennō*, então entendido como um ser divino em si. Mototsune, como se refletiu anteriormente, tinha grande influência na Corte e efetivo poder sobre assuntos de Estado, o que lhe permitiu agir drasticamente quando se viu incapaz de controlar o jovem governante.

Apesar de sua juventude, *Yōzei* parece ter sido mais do que Mototsune conseguiria facilmente lidar. Apesar da crônica oficial de seu reinado ser discreta ao ponto de ser obscura, parece que o jovem imperador era selvagem em sua busca de interesses não ortodoxos, (...) *Yōzei* foi muito provavelmente o assassino de um de seus próprios cortesãos. Foi em protesto a tal comportamento que, sem dúvida, Mototsune resignou seus poderes regenciais em várias ocasiões e, em 883, se recusou a aparecer no palácio por vários meses, levando o governo a um impasse. O assassinato parece ter sido a gota d'água, porém, e pouco depois Mototsune expulsou da Corte os companheiros mais extravagantes do imperador, forçou o próprio imperador a abdicar, e colocou em seu lugar no trono um filho de *Nimmyō*, de cinquenta e quatro anos, Imperador *Kōkō*.<sup>50</sup>

McCullough também analisa que Mototsune poderia ter optado por herdeiros imperiais mais novos para acender após *Yōzei*, mas a escolha de *Kōkō* pode ter também servido para apaziguar o clima instável que o reinado anterior criou na Corte<sup>51</sup>. De qualquer forma, o líder Fujiwara parecia bem estabelecido no poder, o suficiente para permitir que alguém com quem compartilhava distante parentesco, ascendesse como *Tennō*. Depois de *Kōkō* veio o reinado de Uda, por quem Mototsune foi nomeado *Kanpaku*, o que indica a influência mantida por ele durante a vida adulta.

Já Jien, ao narrar o episódio entre *Yōzei* e Mototsune, não entra em detalhes sobre o quão ruim teria sido aquele reinado, mas o equivale ao do vigésimo sexto *Tennō*, *Buretsu* (武烈天皇; 489-507), do final do V século.

*Buretsu* era o filho mais velho do Imperador *Ninken* e foi nomeado Príncipe herdeiro no 7º ano do reinado de *Ninken*. Sua mãe foi a Imperatriz *Kasuga* no *Ōiratsume*. Seu palácio era o *Namiki* no *Miya* de *Hasse*. *Buretsu* teve uma Imperatriz e nenhum filho

<sup>50</sup> “Despite his youth, Emperor *Yōzei* seems to have been more than Mototsune could easily handle. Although the official chronicle of his reign is discreet to the point of obscurity, it appears that the young emperor was wild in the pursuit of unorthodox interests, (...) *Yōzei* was very likely the murderer of one of his own courtiers. It was in protest of such behavior, no doubt, that Mototsune sought to resign his regency powers on several occasions and in 883 refused for a number of months to appear at the palace, bringing government to a standstill. The murder appears to have been the final straw, however, and shortly thereafter Mototsune expelled from court the emperor’s mote flamboyant companions, forced the emperor himself to abdicate, and installed in his place on the throne a fifty-four-year-old son of *Nimmyō*, Emperor *Kōkō*.” (McCULLOUGH, 1999, pg 51-53);

<sup>51</sup> *Ibidem*, pg 53;

ou filha Imperial. Ele foi um Imperador incomparavelmente ruim e tinha prazer em matar pessoas. (...)<sup>52</sup>

Na narrativa, Jien também acrescenta que a situação na época de Buretsu era tão ruim que “seus ministros podiam apenas lamentar”<sup>53</sup>. A comparação com Yōzei parece ajudar a justificar as atitudes de Mototsune, assim como a menção às ações de espíritos malignos que estariam influenciando o *Tennō*, acrescentando assim o elemento espiritual à situação. Mas Jien não menciona, nem questiona, se alguma cerimônia ou ritual foi feito para tentar livrar Yōzei das ações dos espíritos, o que talvez poderia ter sido feito se levar em consideração a retórica de que a Lei Budista protege a Lei Imperial, além de que preces e rituais espirituais foram descritos para outros reinados no decorrer do *Gukanshō*.

No entanto, ao invés de refletir sobre outras ações que pudessem ter resolvido o problema de mau comportamento do *Tennō*, Jien usa o acontecimento como exemplo de como os Princípios eram mutáveis no decorrer das eras. Talvez não fizesse sentido, nem seria conveniente, fazer questionamentos sobre ações diferentes que pudessem levar a resultados diversos ao narrar os acontecimentos passados, já que a ideia do processo histórico na crônica é apresentar um curso único de eventos até o presente em que se insere. Portanto, o fato ocorrido seria tanto inevitável quanto preferível, já que a abdicação forçada conta como um ato louvável, sendo assim mais um ponto de melhoria dentro do processo de deterioração e de mutabilidade dos Princípios.

Antes de tudo, as pessoas devem entender, bem e fundamentalmente, a substituição de um Princípio por outro. Primeiro houve um Princípio de que um Imperador nunca deveria ser uma criança abaixo dos dez anos de idade, já que um soberano deve administrar e pacificar o Estado e ter compaixão para com o povo. Então teve de haver outro Princípio de que depois de um Imperador ser posto no trono, ele deve ser deixado lá não importando quão mal ele fosse – desde que Sua Majestade não dissesse voluntariamente que desejava abdicar do trono, ninguém estaria justificado em forçá-lo a abdicar. Fazer isto constituiria “rebelião”. E, no entanto, alguém alguma vez disse que FUJIWARA Mototsune estaria envolvido em uma rebelião injustificável quanto ele forçou Yōzei a abdicar [em 884]? Ninguém disse, nem mesmo pensou, em tal coisa. Até mesmo chegou a nós que Mototsune era extremamente meritório ao servir o Imperador. E tem alguém dito que [agora] é errado colocar uma “criança Imperador” no trono quando ele ainda tem quatro ou cinco anos de idade? Ou que ele deve apenas ser posto no trono quando tiver idade suficiente para lidar com os assuntos de Estado? Já que nunca uma pessoa, em tempos antigos ou modernos, que não devesse ser posta no trono foi feita Imperador, e já que o governo Imperial teria sido destruído se a ascensão ao trono de crianças tivesse sido abominada, é de acordo com este [último]

---

<sup>52</sup> “Buretsu was the eldest son of Emperor Ninken and had been appointed Crown Prince in the 7th year of the Ninken reign. His mother was Empress Kasuga no Ōiratsume. His palace was the Namiki no Miya of Hasse. Buretsu had one Empress and no Imperial sons or daughters. He was an incomparably bad Emperor and took pleasure in killing people. (...)” (*Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 260);

<sup>53</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 24;

Princípio que crianças agora são feitas Imperadores. Ao notar que estes dois Princípios [eram de diferentes períodos], deve-se entender que Princípios mudam.<sup>54</sup>

Sendo assim, *Buretsu-tennō* teria vivido em um momento onde o Princípio atuante era o de que nenhum *Tennō* poderia ser forçado a abdicar, pois mesmo que fosse uma má pessoa, sua ascensão foi legítima. Já na época de *Yōzei* estaria claro que os Princípios mudavam de acordo com as necessidades, mas *Jien* não afirma, na passagem, que a abdicação forçada de um *Tennō* é agora permitida. Ele apenas escreve que os Princípios mudam e que ninguém chegou a criticar *Mototsune* por remover *Yōzei* do governo e que, pelo contrário, seus contemporâneos teriam apenas elogios para com o líder *Fujiwara*. Ao mesmo tempo, seu exemplo mais claro sobre a mutabilidade dos Princípios é exatamente a possibilidade de que, em determinado momento, crianças possam assumir como *Tennō*, algo de relevância, inclusive, para o aumento de influência do pai adotivo de *Mototsune*, *Yoshifusa*.

Então os três louváveis atos *Fujiwara* podem ser entendidos como ações que tiveram efeito sobre a linha sucessória imperial e definiram o grupo que prevaleceu no controle do Estado nos anos seguintes. O primeiro ato, o assassinato de *Soga Iruka* por *Kamatari*, deu oportunidade àqueles que visavam maiores poderes de centralização imperial para iniciar as reformas do período, enquanto que o segundo ato, a ascensão de *Kōnin*, garantiu que os altos cargos Estatais fossem melhor monopolizados por aristocratas que buscavam maiores autonomias dentro do governo. Já o terceiro ato, o de *Mototsune*, ocorre em um momento onde o clã *Fujiwara* já demonstra grande influência sobre a Corte em seus diversos níveis de governança, já tendo criado o precedente de governar com o título de *Sesshō* e que, nas décadas seguintes, se estabeleceram como os efetivos governantes do reino.

No *Gukanshō* os atos aparecem como ações de proteção da Lei Imperial pela casa dos *Fujiwara*, conforme determinado pelo acordo divino entre as entidades protetoras dos clãs. Na

---

<sup>54</sup> “First of all, people should be made to understand, well and fundamentally, the replacement of one Principle by another. First there was a Principle that an Emperor should never be a child under the age of ten, since a country’s ruler should administer and pacify the state and be compassionate to the people. Then there had to be another Principle that after an Emperor had been placed on the throne, he should be left there no matter how bad he was – that so long as His Majesty did not voluntarily say that he wanted to step down from the throne, no one would be justified in forcing him to abdicate. Doing so would constitute “rebellion”. And yet, has anyone ever said that *FUJIWARA Mototsune* was engaged in an unjustifiable rebellion when he forced *Yōzei* to abdicate [in 884]? No one has said, or even thought of, such a thing. Word has even come down to us that *Mototsune* was exceedingly meritorious in serving the Emperor. And has anyone really said that it is [now] wrong to place a “child Emperor” on the throne when he is only four or five years old? Or that he should be placed on the throne only when he is old enough to handle the affairs of state? Since no person has ever, in ancient or modern times, been made Emperor who should not have been placed on the throne, and since Imperial rule would have been destroyed if the enthronement of children had been abhorred, it is in accord with this [later] Principle that children are now made Emperors. By noting that these two Principles [were for different periods], one should understand that Principles change.” (Ibidem, pg 209-210);

sequência da narrativa, cada ato é seguido de informações sobre importantes reinados, como os de Tenmu e Kammu, mas será após o terceiro que Jien passa a dar maior atenção à dinâmica do clã regencial e aos diversos filhos que passam a disputar os altos postos de *Sesshō*, *Kanpaku* e *nairan*. Jien fala pouco do reinado de Uda, filho de Kōkō que ascendeu após a abdicação forçada de Yōzei, passando rapidamente para o de Daigo onde ocorre o incidente do exílio e morte de Sugawara Michizane, aqui já analisado. A ideia parece ser estabelecer como a linhagem Fujiwara não apenas sobrevive à ameaça da alma vingativa de Michizane, mas também colocar importantes nomes que darão continuidade à narrativa, dentre eles o primeiro membro Kujō a ser citado por Jien, Morosuke (藤原師輔; 908-960).

É importante considerar este ponto da narrativa. Até então, Jien vem contando como os Princípios se manifestaram nas mudanças que seguiram as diversas sucessões imperiais, desde Jimmu, o primeiro *Tennō*, até Daigo, o sexagésimo da linhagem. Este é, inclusive, o ponto que divide os dois capítulos da cronologia imperial nesta versão do *Gukanshō*, sendo o segundo iniciado com o sexagésimo primeiro *Tennō*, Suzaku (朱雀天皇; 923-952). Já na narrativa, o reinado de Daigo não marca o fim do primeiro capítulo, que na tradução de Brown e Ishida recebe o título de *Ancient Age: Emperor Jimmu to Fujiwara Michinaga*<sup>55</sup>, o que parece indicar uma mudança de foco, onde se passa a destacar mais a dinâmica regencial do que o próprio soberano imperial.

Ishida Ichirō menciona, no décimo capítulo onde analisa a estrutura de pensamento no *Gukanshō*, que um dos elementos chave da obra é a crença na supremacia da casa Fujiwara, o que ajuda a explicar a mudança de foco, aparentemente sutil, após o reinado de Daigo. Jien passa a contar sobre a liderança do clã Fujiwara, destaca nomes e rivalidades entre irmãos que buscavam herdar os títulos dos pais, descreve o papel das filhas do clã que, ao se tornarem mães imperiais, puderam influenciar nas escolhas de seus parentes para os altos cargos no governo, sendo um destes o do próprio Fujiwara Michinaga (藤原道長; 966-1027). Todos estes elementos parecem indicar uma tentativa de demonstrar como os ministros e regentes Fujiwara passam a ser parte essencial da política da Corte e manutenção da figura imperial, já que muitos continuaram influenciando tanto abdicação quanto nomeação dos *Tennō* e seus herdeiros, apesar de que nenhum novo “louvável ato” é mencionado.

É então possível dizer que os três atos Fujiwara, que ocorrem após o acordo entre a *Kami* do Sol e o *Kami* deste clã, acontecem antes do pleno estabelecimento da regência. De

---

<sup>55</sup> A tradução literal do título do capítulo seria “Era Antiga: Imperador Jimmu até Fujiwara Michinaga”, entretanto isto não representa as divisões temporais tradicionais da historiografia japonesa;

fato, Yoshifusa já havia sido *Sesshō* quando Mototsune forçou a abdicação de Yōzei, mas naquele momento os postos regenciais ainda se confundiam e não necessariamente foram ocupados nos reinados subsequentes. Mas com o tempo e auxílio da política de casamento das filhas Fujiwara com os *Tennō*, junto da crescente influência de seus líderes e sua constante presença nos altos cargos de governo, as posições de *Sesshō* e *Kanpaku* acabam sendo monopolizadas de maneira quase hereditária, com extenso controle sobre o governo como um todo. Jien também não ignora esta situação, inclusive menciona que a prosperidade Fujiwara representou também a pacificação do Estado, se usando de vários líderes deste clã para estruturar a linhagem regencial que se desenvolve junto da linhagem imperial.

McCullough aponta que o ano de 967, com a nomeação de Fujiwara Saneyori (藤原実頼; 900-970), é geralmente o marco que os historiadores colocam para o início do chamado “Período Regencial” dos Fujiwara, já que a partir de então e até a ascensão de Go-Sanjō em 1068, haveria uma continuidade de líderes da Casa Norte Fujiwara ocupando os postos de *Sesshō* e *Kanpaku*, ou exercendo a autoridade de inspeção imperial como *nairan*.<sup>56</sup> Estes postos não desaparecem com o reinado de Go-Sanjō, mas o poder efetivo sobre os assuntos de Estado deixa de ser uma prerrogativa dos Fujiwara, passando à dinâmica de governo do sistema *insei*. A relação entre o líder Fujiwara e os postos regenciais será também destacada por Jien, que não se restringirá ao século entre os governos de Saneyori e Go-Sanjō, marcando o protagonismo de importantes nomes que ocuparam mais de um destes cargos e estabelecendo precedentes que justificariam a continuidade do costume.

Originalmente o Imperador não nomeava os chefes FUJIWARA. A tigela vermelha, a bandeja e o selo – os símbolos da liderança FUJIWARA – eram simplesmente passados de um chefe para o próximo. Então o chefe seria nomeado Inspetor Imperial mas não necessariamente Regente ou Chanceler. Um Regente apenas era nomeado quando o Imperador era menor de idade. Depois que FUJIWARA Yoshifusa (Lorde Chūjin) foi nomeado Inspetor Imperial em 858 ou 866, o termo Homem Número Um (*ichi no hito*) foi aplicado a uma pessoa que era tanto líder do clã FUJIWARA quanto Inspetor Imperial. Um Inspetor Imperial não necessariamente era nomeado. O cargo de Chanceler se originou com um edito Imperial submetido em 880, depois que FUJIWARA Mototsune serviu inicialmente como Regente. Provavelmente foi seguido um precedente chinês, aquele estabelecido durante o reinado do Imperador Tsuan quando, em cerca de 74 A.C., Ho Kuang foi confiado com os assuntos de Estado e permitido a se reportar ao Imperador depois que alguma ação tivesse sido tomada. FUJIWARA Saneyori ficou impressionado por ser o primeiro a receber um edito Imperial em 967 o nomeando Chanceler sem que ele tenha previamente servido como Regente. Durante o reinado de Daigo e depois da morte de Tokihira em 909, assim como durante o reinado de MuraKami, nem ao menos um Inspetor Imperial foi nomeado, muito menos um Regente ou Chanceler. No período pós-Tokihira do reinado de Daigo, Lord Teishin Tadahira foi simplesmente líder do clã FUJIWARA e Primeiro Ministro. No entanto, quando Suzaku ascendeu em 930 aos oito anos de idade, Tadahira foi nomeado Regente. Então lhe foi solicitado, no início do reinado de MuraKami, que ele continuasse como Chanceler. Mas então quando Tadahira

---

<sup>56</sup> MCCULLOUGH, 1999, pg 63;

morreu em 949, FUJIWARA Saneyori (Ministro da Esquerda) assumiu a responsabilidade de conduzir os assuntos de Estado. Então quando Reizei ascendeu em 967, um edito Imperial foi expedido nomeando Saneyori à posição de Chanceler. Ao fazer tais nomeações, as habilidades do então Imperador tinham de ser consideradas. Nenhum soberano nesta Era Final pode ser comparado aos soberanos dos tempos antigos. Já que um verdadeiro sábio governante é difícil de se encontrar, Regentes e Chanceleres são agora nomeados rotineiramente. Ainda assim, FUJIWARA Michinaga primeiro serviu como Inspetor Imperial e não foi nomeado Regente até 1015, já no final do reinado de Sanjō. FUJIWARA Tadazane também foi primeiro Inspetor Imperial e não foi nomeado Chanceler até 1105 no reinado de Horikawa. Esta era a melhor maneira.<sup>57</sup>

A utilização do termo *Homem Número Um* no *Gukanshō* aparece como outra manifestação do destaque que os líderes Fujiwara têm na narrativa, bem como a importância que teria a posição de inspetor imperial, rivalizando com as de regente e chanceler. Como visto na passagem, nem todos ocupariam as três posições, mas Jien deixa entender que a forma ideal seria a transição de uma para outra, onde o chefe da casa Fujiwara seria primeiro nomeado *nairan*, depois passaria a *Sesshō* ou *Kanpaku*, sendo que no caso do herdeiro imperial ser menor de idade no momento da ascensão, o caminho natural seria primeiro haver um *Sesshō* que posteriormente se tornaria *Kanpaku*.

Esta suposta movimentação entre os cargos se tornou possível pelo constante aumento do protagonismo Fujiwara na Corte, proporcionado, em grande medida, pelo grau de parentesco que o clã conseguiu estabelecer com os governantes por meio das mães imperiais, uma estratégia antiga, de fato, mas que proporcionou maior estabilidade nesta dinâmica de poder na Era Heian. Como consequência, o estabelecimento da Regência para um *Tennō* criança

---

<sup>57</sup> “Originally the Emperor did not appoint FUJIWARA heads. The red bowl, tray, and seal – the symbols of FUJIWARA headship – were simply passed from one head to the next. Then the head would be appointed Imperial Inspector but not necessarily Regent or Chancellor. A Regent was appointed only when the Emperor was a minor. After FUJIWARA Yoshifusa (Lord Chūjin) was appointed Imperial Inspector in 858 or 866, the term Number One Man (*ichi no hito*) was applied to a person who was both head of the FUJIWARA clan and Imperial Inspector. An Imperial Inspector was not necessarily appointed. The position of Chancellor originated with an Imperial edict handed down in 880, after Fujiwara Mototsune had first served as Regent. Probably a Chinese precedent was followed, the one established during the reign of Emperor Tsuan when, in about 74 B.C., Ho Kuang was entrusted with the affairs of state and permitted to report to the Emperor after action had been taken. FUJIWARA Saneyori was impressed that he was the first to receive an Imperial edict in 967 appointing him Chancellor without his having previously served as Regent. Later on in the Daigo reign and following the death of Tokihira in 909, as well as during the MuraKami reign, not even an Imperial Inspector was appointed, much less a Regent or Chancellor. In the post-Tokihira period of the Daigo reign, Lord Teishin Tadahira had simply been head of the FUJIWARA clan and First Minister. However, when Suzaku was placed on the throne in 930 at the age of eight, Tadahira was named Regent. Then he was asked at the beginning of the MuraKami reign to continue on as Chancellor. But when Tadahira died in 949, FUJIWARA Saneyori (Minister of the Left) assumed responsibility for the conduct of state affairs. Then when Reizei was enthroned in 967, an Imperial edict was issued appointing Saneyori to the position of Chancellor.

When making such appointments, the ability of the current Emperor had to be considered. No sovereign in this Final Age can be compared to sovereigns of ancient times. Since a true sage ruler is hard to find, Regents and Chancellors are now appointed routinely. Even so, FUJIWARA Michinaga first served as an Imperial Inspector and was not appointed Regent until 1015, toward the end of the Sanjō reign. FUJIWARA Tadazane, too, was first an Imperial Inspector and was not appointed Chancellor until 1105 in the Horikawa reign. That was the best way.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 46-47);

representou um importante marco no processo, que para Jien significou um novo precedente na história japonesa.

Então Seiwa, filho do Imperador Montoku, sucedeu o trono em 858. (...) Já que Seiwa havia sido nomeado Príncipe herdeiro com um ano de idade e ascendeu aos nove, e já que a prática de nomear Regentes para crianças Imperadores ainda não havia sido adotada no Japão, foi seguido um precedente chinês instituído pelo Duque de Chou no reinado do Rei Ch'eng. Assim, FUJIWARA Yoshifusa (Lorde Chūjin), pai da mãe Imperial do Imperador Seiwa, foi nomeado o primeiro Regente. Depois disso, foi costume ter um Regente ou Chanceler servindo o Imperador. Mas um diário nos diz que Yoshifusa primeiro recebeu o título de Inspetor Imperial e que um edito Imperial nomeando-o Imperador apenas foi emitido no 19º dia do 8º mês de 866, sete anos depois.<sup>58</sup>

É a partir deste ponto que a narrativa do primeiro capítulo da tradução inglesa do *Gukanshō*<sup>59</sup> começa a alterar o foco, indo dos Princípios manifestados nos governos dos *Tennō*, para questões envolvendo os cargos regenciais e a dinâmica de transição de regentes Fujiwara. São citados incidentes como o exílio de Sugawara Michizane em 901, a questão regencial de 984 sobre a disputa entre os filhos de Kujō Morosuke, além de uma suposta tentativa de assassinato de um *Tennō* em 996, tendo todos estes episódios envolvido, em diversos níveis, homens ligados ao clã Fujiwara.

A mudança de foco não significa que Jien deixa de mencionar os *Tennō*, mas estes passam a ser parte do contexto de protagonismo Fujiwara. Este é o caso de *Kazan-tennō* (花山天皇; 968-1008), cuja abdicação parece ter sido incitada por Fujiwara Michikane (藤原道兼; 961-995) para que o pai, Fujiwara Kaneie (藤原兼家; 929-990), pudesse se tornar regente. A nomeação de Fujiwara Michinaga como inspetor imperial é outro desses momentos, já que parte do texto é dedicado a descrever como *Ichijō-tennō* (一条天皇; 980-1011) foi levado a emitir tal ordem por pressão de sua mãe, Higashi Sanjō In (藤原詮子 - Fujiwara Senshi; 962-1002), que era irmã de Michinaga. Desta maneira, novos nomes vão surgindo no final do primeiro capítulo, tanto como rápidas menções, quanto acompanhados de algumas análises. A genealogia destes personagens, pertencentes à Casa Norte, pode ser melhor compreendida na Figura 2.

<sup>58</sup> “Then Seiwa, Emperor’s Montoku son, succeeded to the throne in 858. (...) Since Seiwa had been appointed Crown Prince at the age of one and placed on the throne at nine, and since the practice of appointing Regents for child Emperors had not yet been adopted in Japan, a Chinese precedent set by the Duke of Chou in the reign of King Ch’eng was followed. Therefore FUJIWARA Yoshifusa (Lord Chūjin), the father of Emperor Seiwa’s Imperial mother, was appointed Japan’s first Regent. After that it was customary to have a Regent or Chancellor serve the Emperor. But a diary tells us that Yoshifusa was at first given the title of Imperial Inspector and that an Imperial edict appointing him Regent was not issued until the 19th day of the 8th month of 866, seven years later.” (Ibidem, pg 40);

<sup>59</sup> Na versão original do *Gukanshō* os dois capítulos da seção cronológica antecedem o texto narrativo, enquanto que na tradução de Brown e Ishida (1979), a cronologia foi colocada nos capítulos 6 e 7, enquanto que a narrativa se estende do primeiro ao quinto capítulo;

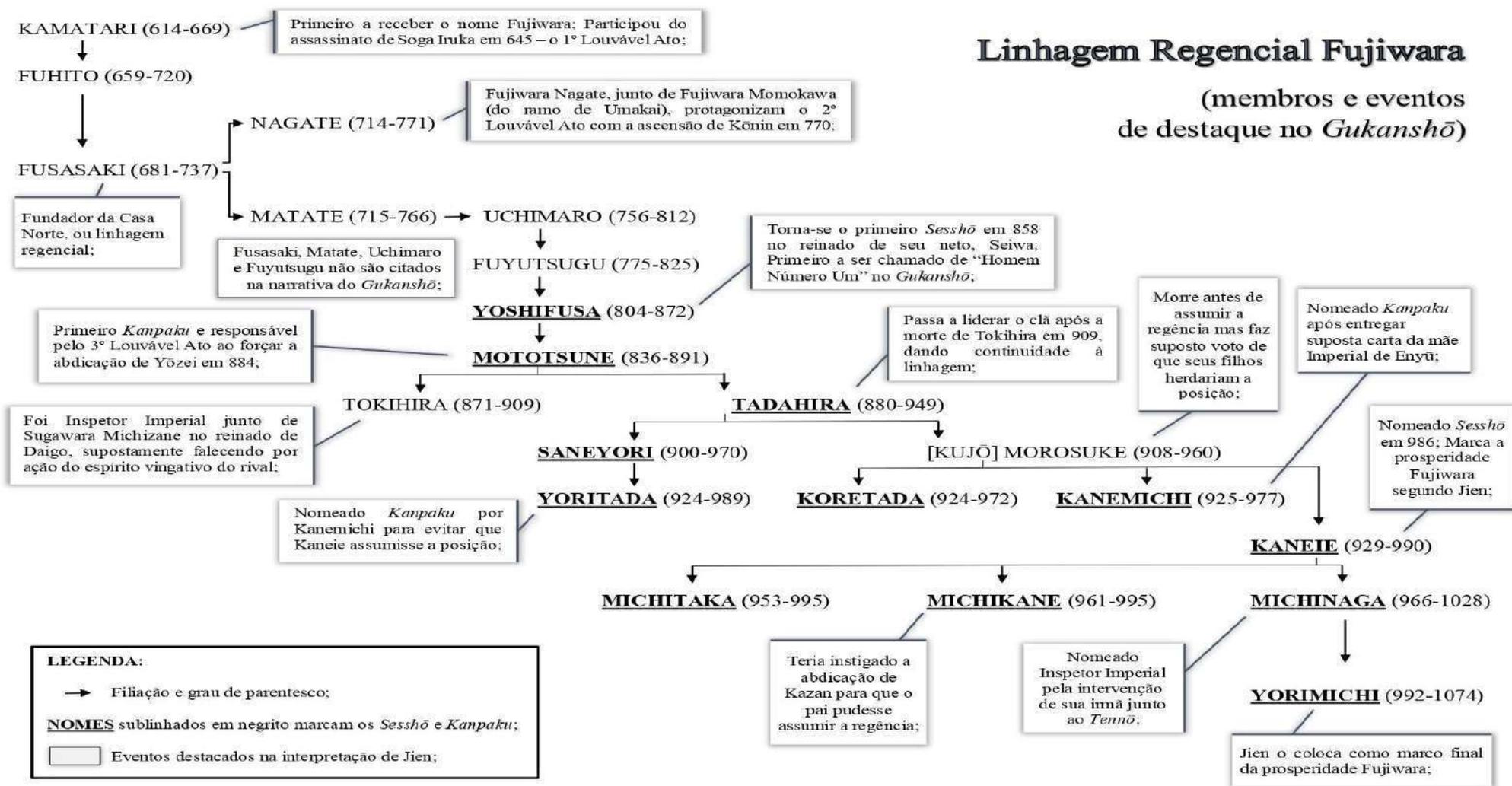


Figura 2 – Linhagem Regencial Fujiwara com comentários de destaque do *Gukanshō*<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Esquema criado a partir das informações da seção cronológica do *Gukanshō* com auxílio da genealogia Fujiwara disponibilizada por McCullough (1999, pg 46-47);

Ainda que os Fujiwara tenham começado a receber os títulos de *Sesshō* com Yoshifusa e de *Kanpaku* com Mototsune, além de que historiadores contemporâneos marcam a nomeação de Saneyori como o início efetivo da Regência Fujiwara, Jien demarca o período entre os governos de Kaneie e Yorimichi como o auge da prosperidade do clã. O marco do fim do governo de Yorimichi é compreensível pois, na sequência, inicia-se o período *insei* em oposição ao poder regencial, mas a escolha por Kaneie pode demandar maiores análises.

Após a ascensão de Ichijō em 986, Kaneie obteve firme controle do Estado. Ao olhar para sua administração e daqueles que o seguiram – até a administração de Lorde Uji Yorimichi que terminou em 1068 – pode-se ver que a situação era indescritivelmente boa. A casa FUJIWARA do Homem Número Um era próspera e o Estado era pacífico. Em uma situação em que até mesmo os corações dos homens eram livres, nada de ruim ocorreu. Pelo verdadeiro curso dos Princípios estar sendo seguido e o Estado estar sendo bem governado, um bom homem FUJIWARA depois de outro apareceu, como se isso estivesse sendo propositalmente arranjado pelo *Kami* ancestral. Três dos famosos “quatro Conselheiros” eram membros do clã FUJIWARA. O Estado foi bem governado por ministros FUJIWARA até 1068.<sup>61</sup>

Mas como teria se manifestado este dito verdadeiro curso dos Princípios que possibilitou o auge do domínio Fujiwara? Sobre Kaneie, Jien afirma que “(...) quando Ichijō ascendeu, Kaneie foi nomeado regente em acordo com um Princípio indiscutível”<sup>62</sup>. Já Brown e Ishida apontam que, tal Princípio indiscutível, seria o de que o pai de uma mãe imperial deve ser nomeado *Sesshō* ou *Kanpaku*, mas que Kaneie teria ficado frustrado por não receber nomeação antes, já que ele também fora tio e tio avô de dois *Tennō* que precederam Ichijō.<sup>63</sup>

A suposta frustração de Kaneie tem relação com disputas e rivalidades dentro da própria família, principalmente em sua complicada relação com o irmão, Kanemichi. Mas antes de explorar este tópico, Jien fez outra menção ao dito verdadeiro curso dos Princípios, não ao citar mais um Princípio em si, mas ao falar das bênçãos recebidas de

---

<sup>61</sup> “After Ichijō’s enthronement in 986, Kaneie controlled the state firmly. In looking back at his administration and those that followed – down through the administration of Lord Uji Yorimichi which ended in 1068 – one sees that the situation was indescribably good. The FUJIWARA house of the Number One Man was prosperous and the state was peaceful. In a situation in which even the hearts of men were free, nothing bad occurred. Because the true course of Principles was being followed and the state was well governed, one good FUJIWARA man after another appeared, just as if that had been purposely arranged by the ancestral Kami. Three of the famous “four Counsellors” were members of the FUJIWARA clan. The state was governed well under FUJIWARA ministers until 1068.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 55);

<sup>62</sup> “(...) when Ichijō was enthroned, Kaneie was appointed Regent in accordance with an indisputable Principle.” (Ibidem, pg 50);

<sup>63</sup> Ibidem, nota 45;

divindades no decorrer do tempo e que, naquele momento, teria se manifestado para Kujō Morosuke, o pai de Kanemichi e Kaneie.

FUJIWARA Tadahira teve dois filhos: Lord Ono no Miya Saneyori (900-970) e Lorde KIJŌ Morosuke (908-960). (...) O Ministro da Direita Morosuke tinha certeza de que iria morrer antes de seu irmão mais velho e, portanto, ele fez este juramento: “Apesar de eu estar destinado a ter uma vida curta, eu terei a Regência passada aos meus descendentes, que irão administrar os assuntos de Estado como tios ou avôs maternos de Imperadores.” Então ele fez uma firme promessa de patrono (*shidan no chigiri*) com o Grande Preceptor Ji’e do Monte Hiei, uma encarnação de Avalokiteśvara, e mandou construir um templo (o Ryōgon Sammai Hall) no topo Yokawa do Monte Hiei. Apenas o Lotus Sutra Hall<sup>64</sup> do novo templo estava terminado antes da morte de Morosuke em 960. Um dia, Morosuke subiu o Monte Hiei e em meio a uma multidão de sacerdotes, bateu em uma pedra enquanto entoava estas palavras: Se for para meu desejo ser realizado, um fogo acenderá dentre três batidas desta pedra.” Um fogo foi iniciado na primeira batida e a luz permanente do Lotus Sutra Hall foi acesa. Nos é dito que aquela luz não foi extinguida até hoje. Então, dos reinados de Reizei e Enyū até e durante o reinado de Gō-Reizei, sábios Imperadores, Inspetores Imperiais e Regentes dos úteros de mulheres descendentes de KIJŌ Morosuke floresceram gloriosamente. (...) <sup>65</sup>

Esta é a primeira menção do sobrenome Kujō na narrativa do *Gukanshō*.<sup>66</sup> O descendentes de Morosuke de fato herdaram as posições regenciais, tendo seus três filhos, Koretada, Kanemichi e Kaneie sido nomeados *Kanpaku* ou *Sesshō*, além de seus netos por Kaneie, incluindo o famoso Fujiwara Michinaga, terem dado continuidade à linhagem regencial. Mas o que chama atenção é o fato de que o desejo de Morosuke teria sido atendido após ele ter patrocinado a construção de um novo templo no Monte Hiei, conforme promessa feita para o monge Ji’e, também conhecido por Ryōgen (良源; 912-985), abade de Tendai e fundador do Tendai Shugendō.<sup>67</sup> Segundo Jien, Ji’e seria outra

<sup>64</sup> A palavra inglesa *Hall* pode ser traduzida para *Salão*, mas como o termo está sendo utilizado para denominar tanto o templo como um todo, quanto uma parte dele, optou-se por manter, em ambos os casos, o nome em inglês conforme tradução de Brown e Ishida;

<sup>65</sup> “FUJIWARA Tadahira had two sons: Lord Ono no Miya Saneyori (900-970) and Lord KIJŌ Morosuke (908-960). (...) Minister of the Right Morosuke was certain that he would die before his elder brother, and he therefore made this vow: “Although I am destined to have a short life, I will have the Regency passed to my descendants, who will administer state affairs as maternal uncles or maternal grandfathers of Emperors.” So he made a firm patron pledge (*shidan no chigiri*) with Grand Preceptor Ji’e of Mt. Hiei, an incarnation of Avalokiteśvara, and had a temple (the Ryōgon Sammai Hall) built on the Yokawa Peak of Mt. Hiei. Only the Lotus Sutra Hall of the new temple was completed before Morosuke’s death in 960. One day Morosuke climbed Mt. Hiei and in the midst of a crowd of priests struck a flint while intoning these words: “If my wish is to be granted, a fire will be started within three strikes of this flint.” A fire was started with the first strike, and the permanent light of the Lotus Sutra Hall was lit. We are told that the light has not been extinguished to this day. Thus from the reigns of Reizei and Enyū down through the reign of Gō-Reizei, learned Emperors, Imperial Inspectors, and Regents from the wombs of women descended from KIJŌ Morosuke have flourished gloriously. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 44-45);

<sup>66</sup> Alguns dos indivíduos que Jien identifica como Kujō, incluindo o próprio Morosuke, podem aparecer com o sobrenome Fujiwara em outras fontes, bibliografia especializada e mesmo mecanismos de pesquisas atuais;

<sup>67</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 45, nota 39;

encarnação de Avalokiteśvara, que novamente surge para garantir que o processo histórico siga o curso determinado.

Ninguém pensa profundamente sobre as convenientes bênçãos (*rishō hōben*) de Avalokiteśvara que foram concedidas a este país do Japão, primeiro pelo Príncipe Shōtoku e depois por FUJIWARA Kamatari, SUGAWARA Michizane, e o Sênior Alto Sacerdote Ji'e. Se todos os Imperadores e ministros tivessem profundamente acreditado em todas essas convenientes bênçãos e dado alguma atenção ao verdadeiro curso dos Princípios, não desviando minimamente dele, eu acredito que o tempo destinado da deterioração do início ao fim da primeira metade do atual pequeno kalpa não poderia ter sido evitado, mas que, por enquanto, não haveriam desafortunados e inesperados desastres. E se Imperadores e ministros tivessem acreditado nestas convenientes bênçãos e dado alguma atenção ao verdadeiro curso, nós teríamos tido apenas um Estado bem governado sobre o qual teria sido dito que “calamidade não prevaleceu sobre virtude.”<sup>68</sup>

Portanto, o governo dos herdeiros de Morosuke seria a manifestação do verdadeiro curso dos Princípios, que é contextualizado pela manifestação da mesma entidade que vinha proporcionando bênçãos no decorrer do processo histórico. Ao interpretar o processo desta maneira, Jien está ligando a linhagem de Morosuke a importantes momentos, além dos nomes, que se destacaram no processo que o monge vem narrando. As menções a Shōtoku, Kamatari e Michizane, três nomes que dentro da retórica do *Gukanshō* foram essenciais para a manutenção do Estado e do poder imperial, pode instigar o leitor a fazer conexões entre diferentes períodos e fornecem a perspectiva de manutenção de um curso histórico.

É também importante perceber que a conexão entre tempos e eventos está sendo feita tanto pela sequência da linhagem, já que Morosuke é membro dos Fujiwara de Kamatari, quanto pela ligação com uma divindade budista. As encarnações de Avalokiteśvara tem se manifestado também como prova de que a Lei Budista permanece protegendo a Lei Imperial, neste momento se ligando à uma bem sucedida linhagem regencial que governará o Estado japonês de acordo com as exigências do período. As ditas convenientes bênçãos não estariam, portanto, sendo concedidas aos Fujiwara em

---

<sup>68</sup> “No one thinks deeply about even the expedient blessings (*rishō hōben*) of Avalokiteśvara that have been bestowed upon this country of Japan, first by Prince Shōtoku and then by FUJIWARA Kamatari, SUGAWARA Michizane, and Senior High Priest Ji'e. Alas, if all Emperors and ministers had believed deeply in these expedient blessings and given some thought to the true course of Principle, not deviating one iota from it, I think that the time fate (*jiun*) of deterioration from the beginning to the end of the first half of the present small kalpa could not have been avoided but that, for the time being, there would have been no unfortunate or unexpected disasters. And if Emperors and ministers had believed in this expedient blessings and given some thought to the true course, we would have had only a well-governed state about which it would have been said that “calamity did not prevail over virtue.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 46);

especial, mas sim ao próprio Japão que se beneficiaria da paz e prosperidade iniciadas, segundo Jien, no governo de Kaneie.

Assim como fez em relação à disputa entre Tenmu e Ōtomo, Jien não esconde as rivalidades que se manifestam entre os herdeiros Fujiwara, mas opta por, em determinados momentos, suavizar ações e atitudes tomadas pelos vencedores, que seriam justificadas pela prosperidade resultante. Esse tipo de ação acaba oferecendo certa proteção à imagem daqueles ditos grandes governantes, cujas atitudes seriam nobres por estarem se manifestando dentro do curso histórico determinado pelos Princípios. Neste sentido, a própria rivalidade e seus efeitos imediatos, podem ser também consideradas obras de Princípios diversos.

O primeiro relato, nesta ideia de rivalidade a partir deste ponto, é a disputa entre os irmãos Kanemichi (藤原兼通; 925-977) e Kaneie (藤原兼家; 929-990). Kujō Morosuke, conforme ele próprio teria dito, morreu antes de assumir um posto regencial, mas foi bem sucedido em passar este papel a seus descendentes.

A nomeação de uma sucessão de Regentes e Chanceleres descendentes de Morosuke começou em 970, quando Lorde Ono no Miya Saneyori morreu e o herdeiro de Lorde Kujō Morosuke, Koretada (924-972), foi nomeado Regente. Como Koretada era irmão da mãe Imperial de Enyū e era Ministro da Direita, e como Morosuke tinha morrido sem ser nomeado Regente ou Chanceler, ninguém tinha forte reivindicação ao posto de Regente como Koretada.<sup>69</sup>

Koretada (藤原伊尹; 924-972) seria regente apenas entre 970 e 972, quando adoeceu e acabou falecendo. Enyū-*tennō* (円融天皇; 959-991) passou pela cerimônia de maioridade naquele mesmo ano e, portanto, não haveria a nomeação de um *Sesshō* para seu governo, mas a morte de Koretada deixou a posição de *Kanpaku* aberta. Kanemichi e Kaneie seriam os próximos a herdar o posto, mas enquanto Kanemichi era o mais velho, Kaneie já tinha maior influência na Corte e detinha títulos e funções mais elevadas. Entretanto, Kanemichi se usaria de uma suposta carta, escrita pela falecida mãe do *Tennō*, que o colocaria à frente do irmão. Estaria ali escrito que os postos regenciais deveriam respeitar uma ordem de primogenitura<sup>70</sup> e, para honrar tais desejos, Kanemichi foi

---

<sup>69</sup> “The appointment of a succession of Regents and Chancellors descended from Morosuke began in 970, when Lord Ono no Miya Saneyori died and Lord Kujō Morosuke’s heir, Koretada (924-972), was appointed Regent. Since Koretada was a brother of Enyū’s Imperial mother and was Minister of the Right, and since Morosuke had died without being appointed Regent or Chancellor, no one had as strong a claim to the post of Regent as Koretada.” (Ibidem);

<sup>70</sup> Na tradução para o inglês, Brown e Ishida usam o termo “*seniority*”, que pode significar tanto a preferência por aquele que tem mais idade, quanto por quem ocupa maiores cargos ou títulos. Entretanto, no momento em questão, Kanemichi ocupava postos inferiores ao seu irmão, Kaneie, portanto pensar na preferência de cargos iria contra a finalidade de ganhar a regência por meio da carta entregue ao *Tennō*.

nomeado inspetor imperial, passando assim a controlar o governo. Jien menciona que as pessoas teriam considerado Kanemichi “muito astuto” por se utilizar de uma carta, aparentemente escrita em *kana* e de próprio punho da mãe de Enyū, bem no momento em que ele ainda estaria de luto pelo falecimento dela.<sup>71</sup> Ele também recebeu promoções aceleradas para o cargo de Ministro do Centro, ultrapassando Kaneie e, eventualmente, foi nomeado *Kanpaku* por edito imperial no ano de 974.

A partir de então, a questão entre os irmãos se desenvolve na narrativa de dois ângulos. Enquanto que de um lado Kanemichi busca diminuir a influência de Kaneie na Corte, tanto na tentativa tanto de mantê-lo afastado dos cargos regenciais quanto de garantir que seus próprios descendentes herdem tais postos, por outro lado, há a aparente espera de Kaneie em ascender à regência, já que ele próprio tinha colocado suas filhas em posições estratégicas para garantir o nascimento de possíveis herdeiros imperiais. O nascimento desses filhos imperiais pelas filhas de Kaneie, assim como a prematura morte de seu irmão em 977, o colocaria mais próximo de seu objetivo final, mas uma última ação de Kanemichi acabou por frustrar os planos e, após a morte do *Kanpaku*, foi Fujiwara Yoritada (藤原頼忠; 924-989) que assumiu o governo como novo *Kanpaku*.

A nomeação de Yoritada, ainda durante o reinado de Enyū-*tennō*, é descrita no *Gukanshō* como um momento confuso e inesperado. Kanemichi, já doente, teria oficializado uma última cerimônia de nomeação na Corte ao saber que Kaneie havia se dirigido ao palácio imperial na esperança de sucedê-lo. Neste momento, o então *Kanpaku* teria deixado seu leito e se apressado até a Corte, onde teria apontado títulos e cargos a quem se voluntariasse e, por fim, teria pessoalmente nomeado Yoritada como seu sucessor. O próprio *Tennō*, segundo Jien, teria ficado surpreso e confuso com a nomeação, o que Brown e Ishida atribuem ao fato de que Yoritada não era seu avô ou mesmo seu tio materno.<sup>72</sup> De qualquer forma, não houve oposição direta e, assim, Kaneie foi novamente posto de lado devido às ações de seu irmão mais velho, Kanemichi.

A rivalidade entre Kanemichi e Kaneie não foi bem vista por Jien, mas a nomeação de Yoritada aparece no *Gukanshō* como algo “destinado a acontecer”. Enquanto a situação entre os irmãos tinha potencialidade para ferir o Estado, a ascensão

---

Desta forma, opta-se aqui pela utilização do termo “*primogenitura*” como tradução, na intenção de marcar a ideia de que a diferença de idade entre os irmãos seria o elemento decisivo naquela situação;

<sup>71</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 48;

<sup>72</sup> *Ibidem*, pg 49, nota 43;

de Yoritada estaria de acordo com a ação de Princípios movidos por causas internas e externas, o que se configura, portanto, como evento legítimo do processo histórico.

É de conhecimento geral que, enquanto o Regente Koretada estava doente, Kanemichi e Kaneie foram até o Imperador e discutiram sobre quem deveria ser o próximo Regente. No diário do Comandante Sênior Naritoki, lemos coisas assim: “Eles chegaram ao ponto de usar linguagem desprotegida.” Apesar de não estarmos certos sobre as circunstâncias da última cerimônia de nomeação de Kanemichi, esta certamente foi celebrada. Tal rancor quanto aquele que Kanemichi e Kaneie tinham entre si não estava de acordo com os Princípios. Não era bom para Estado ou homem e contribuía para a ruína do país. Mas esta passagem da chancelaria para Yoritada de Sanjō, um bom homem que era filho de Lorde Ono no Miya Saneyori, estava destinada a ocorrer. Não fora este curso dos acontecimentos, requerido por uma fusão de causas internas e externas, também uma ação do Princípio? Então Yoritada foi nomeado Chanceler por um edito Imperial expedido no 11º dia do 10º mês de 977. Ele manteve a posição por dez anos, até Ichijō ascender em 986. (...) <sup>73</sup>

Uma das coisas que parece conferir legitimidade ao governo de Yoritada é o tempo que ele durou. Por dez anos ele manteve o título regencial, tendo permanecido no cargo mesmo com a ascensão de Kazan-*tennō* (花山天皇; 968-1008) em 984, apenas o perdendo quando Ichijō-*tennō* ascendeu e Kaneie foi nomeado seu *Sesshō*, o que Jien afirma ter sido uma surpresa para o próprio Yoritada. <sup>74</sup> Mas antes disso, pelo que a narrativa deixa entender, Kaneie teria se conformado com a nomeação de Yoritada, assim como sua permanência durante o reinado de Kazan e o próprio afastamento do almejado cargo regencial. Ele teria visto tais acontecimentos como ação dos Princípios e, assim, compreendeu que Yoritada deveria permanecer como Primeiro Ministro e Chanceler durante aqueles reinados. <sup>75</sup>

Já William McCullough não parece compartilhar a ideia desta suposta aceitação da parte de Kaneie e, pelo contrário, destaca que ele estava ainda mais perto da regência durante o reinado de Kazan. Ichijō, neto de Kaneie, foi nomeado herdeiro em 984, criando a chance de seu avô assumir no advento da abdicação de Kazan, que ocorreu apenas dois anos depois. Segundo McCullough, é possível que Kaneie tenha planejado para que um

---

<sup>73</sup> “It is generally known that while Regent Koretada was ill, Kanemichi and Kaneie went before the Emperor and argued about who should be the next Regent. In the diary of Senior Commander Naritoki, we read such things as this: “They got to the point of using unguarded language.” Although we are not certain about the circumstances of Kanemichi’s last installation ceremony, it was certainly held. Such a grudge as the one Kaneie and Kanemichi held against each other was not in accord with Principle. It was not good for state or man and contributed to the ruination of the country. But this yielding of the chancellorship to Yoritada of Sanjō, a good man who was the son of Lord Ono no Miya Saneyori, was destined to occur. Was not this course of action, required by a fusion of Inner and Outer causes, also a working out of Principle? So Yoritada was appointed Chancellor by an Imperial edict handed down on the 11th day of the 10th month of 977. He continued to hold the position for about ten years, until Ichijō succeeded to the throne in 986. (...)” (Ibidem, pg 50);

<sup>74</sup> Ibidem, pg 54;

<sup>75</sup> Ibidem, pg 51;

de seus filhos instigasse Kazan a abandonar sua posição no momento em que o *Tennō* sofria pela morte de uma consorte, abrindo assim a brecha para mudanças no âmbito do governo.

As circunstâncias envolvendo a abdicação de Kazan não foram registradas em fontes contemporâneas [ao fato], mas um trabalho do século XII a atribuiu às maquinações de Kaneie. É dito que ele colocou seu filho Michikane (961-995) para usar o luto de Kazan após o falecimento de uma amada consorte e persuadi-lo a abdicar do trono pelo sacerdócio Budista. Seja lá qual possa ser a verdade desta famosa história, a identificação de Kaneie como instigador chefe da abdicação parece plausível, dada a sua ambição, sua crueldade e as recompensas que colheu com a troca de imperadores. Com este novo reinado, ele se tornou avô materno do imperador; algumas semanas após a ascensão de Ichijō, outro neto de Kaneie foi nomeado príncipe herdeiro (o futuro Imperador Sanjō, filho de Reizei com a filha de Kaneie, Chōshi); e também outra filha de Kaneie imediatamente se tornou consorte do novo príncipe herdeiro (que também era sobrinho dela). A ascensão de Ichijō claramente marcou o início da maré alta das fortunas Fujiwara.<sup>76</sup>

Apesar de não negar as intenções por trás da abdicação de Kazan, Jien coloca Michikane como responsável por todo o acontecido, desde a ideia de que seu pai deveria tornar-se regente, até a incentivada partida do *Tennō* e a própria passagem dos símbolos imperiais para o herdeiro. É dito que o desejo de praticar a Lei Budista teria vindo de Kazan, mas na narrativa parecem ficar claras as intenções de Michikane ao instigar tal decisão.

Em 986, a amada Imperatriz do Imperador Kazan, filha de Tamemitsu, morreu aos 19 anos de idade e, a partir de então, o Imperador estava interessado apenas em praticar os ensinamentos de Buda. Tendo decidido que não continuaria neste mundo secular, ele mergulhou em reflexão. Enquanto isso, o filho de Kaneie, Michikane, (...) lamentava a lentidão com a qual o destino de seu pai, de se tornar um Regente ou Chanceler, se realizava. E como Michikane era um oficial de Quinto Nível do Secretariado Imperial e um Controlador Menor da Divisão da Esquerda (o Secretário Imperial daquela época), ele servia próximo ao Imperador e continuou ouvindo Sua Majestade dizer que estava entediado com o mundo e que queria seguir o caminho de Buda. Michikane deve então ter sentido que poderia promover a causa de seu pai ao encorajar o Imperador a passar o trono ao seu sucessor. Em tempos antigos, assim como no presente, uma pessoa que conspira faz coisas que até ele considera incompreensível. Já que o Imperador sentia-se decidido sobre entrar para o sacerdócio, era pensado que ele e Michikane, sendo jovens, desenvolveram um imaturo impulso de praticar a Lei Budista. Os sentimentos das pessoas não foram sempre os

---

<sup>76</sup> “The circumstances surrounding Kazan’s abdication are not recorded in contemporary sources, but a twelfth-century work attributed it to the machinations of Kaneie. He is said to have employed his son Michikane (961-995) to play upon Kazan’s grief following the death of a well-loved consort and persuade him to abdicate the throne for Buddhist monkhood. Whatever the truth of that famous story may be, the identification of Kaneie as the chief instigator of the abdication seems plausible, given his ambition, his ruthlessness, and the rewards he reaped from the change of emperors. With the new reign, he became maternal grandfather of the emperor; a few weeks after Ichijō’s accession, another of Kaneie’s grandsons was appointed crown prince (the future Emperor Sanjō, Reizei’s son by Kaneie’s daughter Chōshi); and still another of Kaneie’s daughters immediately became a consort of the new crown prince (who was also her nephew). The accession of Ichijō clearly marked the beginning of the high tide of Fujiwara fortunes.” (MCCULLOUGH, 1999, pg 66-67);

mesmos? E, no entanto, era provavelmente o momento para tais coisas acontecerem. Certamente elas não podem acontecer agora.<sup>77</sup>

A passagem chama atenção por alguns aspectos, como o cargo que Michikane ocupava na época e a oportunidade que tal posição lhe forneceu para acelerar o “destino” do pai. É colocada a noção de acaso, como se Michikane tivesse decidido incentivar Kazan a abdicar, para poder se dedicar ao budismo após ter ouvido o próprio *Tennō* mencionar tal vontade. Dessa maneira, a abdicação prematura não teria sido resultado de um planejamento, mas sim de uma oportunidade que se manifestava. Ainda assim, Jien menciona que pessoas faziam coisas incompreensíveis ao se envolverem em conspirações, o que indica que a atitude de Michikane, sobretudo durante o período de luto no qual Kazan se encontrava, poderia não ser considerada a mais correta.

Fica também marcado que Michikane estaria agindo movido pelo desejo de acelerar a nomeação do pai e, não necessariamente, a própria. De fato, os filhos de Kaneie também poderiam se beneficiar de sua nomeação à regência, mas a forma como a questão é posta sugere que a motivação principal tenha sido a intenção de ajudar o destino do pai, não do filho. Ao se considerar a construção moral e filosófica das sociedades do Leste Asiático de base confuciana, esta situação pode ser vista pela ótica da piedade filial (孝 - *filial piety*), um dos valores morais relacionados à fidelidade dos filhos para com os pais, tanto no sentido de respeito e lealdade, quanto na ideia de proteção, sacrifício e cuidado no avançar da idade. Mas Jien não analisa as questões morais provavelmente envolvidas, também não se demora a julgar as atitudes de Michikane para além do uso do termo *incompreensível*. Na verdade, ainda acrescenta que tanto o Fujiwara, quanto o *Tennō*, poderiam estar sendo levados por ditos “impulsos imaturos”, algo que aconteceria naquele momento, mas não poderia se repetir no presente.

---

<sup>77</sup> “In 986, Emperor Kazan’s beloved Empress, Tamemitsu’s daughter, died at the age of 19, and thereafter the Emperor was interested only in practicing the teachings of Buddha. Having decided that he would not remain in this secular world, he immersed himself in reflection. Meanwhile Kaneie’s son Michikane (...) was lamenting the slowness with which his father’s destiny to become a Regent or Chancellor was being realized. And since Michikane was then a Fifth Rank official of the Imperial Secretariat and a Minor Controller of the Left Division (the Imperial Secretary of that day), he was serving near the Emperor and kept hearing His Majesty say that he was bored with the world and wanted to follow the path of Buddha. Michikane must therefore have felt that he could further his father’s cause by encouraging the Emperor to yield the throne to his successor. In ancient times as well as at present, a person who makes plots does things that even he considers incomprehensible. Since the Emperor felt strongly about entering the priesthood, it was thought that he and Michikane, being young, had developed an immature urge to practice Buddhist Law. Have not the feelings of people always been the same? And yet it was probably the moment for such things to happen. Certainly they can not happen now.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 52);

É possível que o fato de Michikane ter planejado a nomeação do pai, não a própria, tenha amenizado as implicações morais neste caso, mas isso só pareceria plausível se o próprio não tivesse tomado parte na questão. Kaneie não aparece no *Gukanshō* como um conspirador, mas como um dos maiores governantes de seu tempo e um dos líderes Fujiwara que viveu o auge do prestígio da família na Corte Imperial. As implicações da abdicação prematura de Kazan recaem, assim, sobre Michikane, apesar de que Kaneie estaria presente na noite em que o *Tennō* foi levado para o templo onde passaria a viver como monge.

Pelo [reinado de Kazan ter sido muito depois da Era Antiga], podemos claramente entender porque este Imperador deve ter desenvolvido um jovial impulso para seguir o caminho de Buda e porque, enquanto todos tentavam adivinhar os sentimentos de Sua Majestade, Michikane desenvolveu o mesmo impulso e recomendou que o Imperador Kazan abdicasse e entrasse para o sacerdócio Budista. (...)

E Michikane fez esta promessa: “Se Vossa Majestade realmente entrar para o sacerdócio, eu me unirei imediatamente a você na prática da Lei Budista. Como os laços entre nós são realmente fortes, eu ofereço meus serviços a Vossa Majestade hoje como um súdito deve servir seu soberano.” Como resultado de tal estímulo, o Imperador Kazan ficou mais profundamente interessado em entrar no sacerdócio. E no meio da noite do 22º dia do 6º mês de 986, ele deixou o Grande Palácio Imperial com Genkyū e Michikane (Controlador Menor da esquerda e oficial do Secretariado Imperial) cavalcando na retaguarda da Carruagem Imperial. Nos é dito que eles saíram pelo Portão da Guarda do Salão de Costura [Sewing-Hall Guard Gate, no inglês]. Nas Histórias de Sucessão está escrito que, conforme eles se aproximavam de um dos salões, o Imperador disse: “Isto parece apressado! Não deveríamos pensar um pouco sobre isso?” Mas Michikane respondeu: “Já não foram a Jóia e a Espada entregues ao Príncipe Herdeiro? Nós não podemos voltar atrás agora.” Sendo assim o Imperador disse: “Você está certo! Você está certo!” E eles seguiram em frente.

Quando o Imperador tinha decidido sair, Michikane colocou Michikata<sup>78</sup> e Michitsuna em alerta e disse ao Imperador: “Não deveriam a Jóia e a Espada serem entregues ao Príncipe Herdeiro agora?” Então Michikata e Michitsuna levaram os Tesouros Imperiais para o Luxuoso Salão das Flores [Luxuriant Flower Hall, em inglês] onde o Príncipe Herdeiro (o futuro Imperador Ichijō) estava residindo. Então o Ministro da Direita veio e fechou todos os portões, enviando FUJIWARA Michinaga, que era Coronel da Guarda Imperial, para reportar a Yoritada. Michinaga contou a Yoritada que tão importante evento havia ocorrido.<sup>79</sup>

<sup>78</sup> É possível que aqui tenha ocorrido um erro de grafia, já que é provável que Jien esteja se referindo à Michitaka, o filho mais velho de Kaneie e irmão de Michikane, pois os também citados Michitsuna e Michinaga compartilham deste parentesco. Inclusive, tanto na seção cronológica do *Gukanshō*, quanto na genealogia Fujiwara de McCullough (1999, pg 46-47), o nome do primogênito de Kaneie está escrito como Michitaka, não Michikata;

<sup>79</sup> “Because [Kazan’s reign came long after the Ancient Age], we can clearly understand why this Emperor should have developed a youthful urge to follow the path of Buddha and why, when everyone was making guesses about His Majesty’s feelings, Michikane developed the same urge and recommended that Emperor Kazan abdicate and enter the Buddhist priesthood. (...)

And Michikane made this promise: “If your Majesty really enters the priesthood, I will immediately join you in the practice of Buddhist Law. Since the bonds between us are really strong, I offer my service to Your Majesty today in a way that a subject should serve his sovereign.” As a result of such urging, Emperor Kazan became more deeply interested in entering the priesthood. And in the middle of the night of the 22th day of the 6th month of 986 he left the Greater Imperial Palace with Genkyū and Michikane (Minor

Segundo a cronologia feita por Jien, Ichijō ascendeu no dia seguinte, o 23º daquele mês, tendo Kaneie como seu *Sesshō*. Como é possível ver, todo o momento da abdicação e partida de Kazan parece ter sido planejada e guiada por Michikane, mas outros também estavam presentes naquela noite. Michitaka, Michitsuna e Michinaga eram todos filhos de Kaneie, sendo os dois primeiros responsáveis pela passagem dos tesouros imperiais e, o último, por informar Yoritada, o então *Kanpaku*, do ocorrido. O próprio Kaneie teria estado presente já que, na época, ele ocupava o cargo de Ministro da Direta, sendo portanto aquele que fechou todos os portões após a partida do *Tennō*.

Assim, esse momento de abdicação e ascensão de Kazan e Ichijō, respectivamente, parece ter sido previamente planejado e executado por Kaneie e seus filhos. Não é estranho que Yoritada tenha se surpreendido, conforme o próprio Jien afirma, com a perda da posição de *Kanpaku*. Ele foi informado no meio da noite da abdicação e partida de seu *Tennō* e, já no dia seguinte, o herdeiro, que já estaria em posse dos tesouros imperiais, ascendia com apenas sete anos de idade, abrindo caminho para que seu avô fosse o novo *Sesshō*. Jien também coloca que “coisas incompreensíveis” aconteceram na sequência destes eventos, mas que sob o controle de Kaneie, o Estado finalmente se acalmou.<sup>80</sup>

O Estado, ou melhor, as disputas pelo controle do Estado certamente devem ter sido “acalmadas”, já que da noite para o dia o soberano e seu regente foram trocados, assim como outros rivais de Kaneie também deixaram a Corte. McCullough coloca que Yoritada não teria sido um *Kanpaku* muito atuante frente aos assuntos de governo e que, durante seu tempo, era Fujiwara Yoshichika (藤原義懷; 957-1008), filho do antigo Regente Fujiwara Koretada, que controlava o. Ele parece ter sido auxiliado pelo também ambicioso Fujiwara Koreshige (藤原惟成; 953-989), que rapidamente alcançou altos

---

Controller of the left and official of the Imperial Secretariat) riding at the rear of the Imperial Carriage. We are told that they left from the Sewing-Hall Guard Gate. In the Succession Tales it is written that, as they were approaching one of the halls, the Emperor said: “This seems hasty! Shouldn’t we think it over a bit?” But Michikane replied: “Haven’t the Jewel and the Sword already been handed over to the Crown Prince? We can not turn back now.” Whereupon the Emperor said: “You are right! You are right!” And they went on.

When the Emperor had decided to leave, Michikane placed Michikata and Michitsuna on the alert and said to the Emperor: “Shouldn’t the Jewel and the Sword be handed over to the Crown Prince now?” So Michikata and Michitsuna took the Imperial Treasures to the Luxuriant Flower Hall where the Crown Prince (the future Emperor Ichijō) was residing. Then the Minister of the Right came and closed all the gates, sending FUJIWARA Michinaga, who was the Colonel of the Imperial Guards, to report to Yoritada. Michinaga told Yoritada what a momentous event had occurred.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 53-54);

<sup>80</sup> Ibidem, pg 54;

postos durante o reinado de Kazan.<sup>81</sup> Mas apesar da ambição destes dois jovens Fujiwara, seu momento de protagonismo foi curto e, assim como o *Tennō*, seus lugares na Corte de Heian foram também tomados por aqueles que planejaram a ascensão de Ichijō-*tennō*.

No *Gukanshō*, Yoshichika e Koreshige são brevemente mencionados, não como governantes, mas como aqueles que efetivamente teriam seguido o *Tennō* na prática da Lei Budista, algo que o próprio Michikane não fez, ainda que tenha se comprometido a tal.

Agora, quando o Imperador Kazan estava cortando seu cabelo para iniciar seu sacerdócio no Templo Gangyō, ele pensava que Michikane logo faria o mesmo. Mas Michikane disse emocionado:

Eu gostaria de ver meus pais mais uma vez. E eu quero que eles me vejam. Se eu não for vê-los, não estarei sendo filial. E se eu não for filial, até mesmo os Três Tesouros da Lei Budista não iriam concluir que eu agi de forma imperdoável? Quando meus pais ouvirem da entrada de Sua Alteza no sacerdócio, eles provavelmente não irão me impedir de segui-lo. Eu retornarei aqui em breve.

Então, enquanto Michikane se levantava para sair, Kazan disse: “Como você me enganou!” Mas Michikane respondeu: “Por que eu faria tal coisa?” Pegando seu chicote, ele seguiu para o palácio. Retornaria ele ao templo mais uma vez?

Quando Yoshichika (Conselheiro Médio) e Koreshige (Médio Controlador da Esquerda) ouviram sobre a abdicação e entrada de Kazan no sacerdócio, imediatamente se juntaram a ele, seguindo o caminho de Buda sem fazer nada vergonhoso. É dito que Yoshichika se tornou um monge residente do Templo Anraku de Iimuro e que Koreshige se aprofundou tanto no Budismo que acabou se tornando o Homem Sagrado que carregava a varinha sagrada durante o Festival Kamo. Apesar do Sacerdote-Imperador Kazan ter aparentemente voltado atrás a princípio, - e novamente anos depois - ele praticou bem o Budismo. Consequentemente, eu acho que ele certamente ingressou no caminho de Buda.<sup>82</sup>

Portanto, enquanto Jien coloca que o Estado se pacifica quando Kaneie assume graças a um "Princípio indiscutível", por ser avô de um *Tennō*, pode-se perceber que essa suposta paz viria do triunfo destes membros Fujiwara sobre seus rivais. Sem competição,

---

<sup>81</sup> MCCULLOUGH, 1999, pg 66;

<sup>82</sup> “Now when Emperor Kazan was cutting off his hair to enter the priesthood at the Gangyō Temple, he thought that Michikane would soon do likewise. But Michikane tearfully said: I should like to see my parents once more. And I want them to see me. If I do not go to see them, I will be unfilial. And if I am unfilial, will not even the Three Treasures of the Buddhist Law conclude that I have acted in an unpardonable way? When my parents hear of Your Highness’s entrance into the priesthood, they will probably not prevent me from following you. I will return here in a short while. Then, as Michikane stood up to leave, Kazan said, “How you have deceived me!” But Michikane replied: “Why should I do such a thing?” Taking up his whip, he headed for the palace. Would he ever return to the temple again? When Yoshichika (Middle Counselor) and Koreshige (Middle Controller of the Left) heard of Kazan’s abdication and entrance into the priesthood, they immediately joined him, following the path of Buddha without doing anything shameful. It is said that Yoshichika became a priest who resided at the Anraku Temple of Iimuro and that Koreshige got so deeply into Buddhism that he actually became the Holy Man who carried the sacred wand during the Kamo Festival. Although Priest-Emperor Kazan later had an unseemly change of heart, at first - and again in later years - he practiced Buddhism well. Consequently, I think he surely entered upon the path of Buddha.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 54-55);

esses homens puderam melhor se estabelecer no controle do governo, tendo a regência sido passada de um para o outro de acordo com suas próprias rivalidades, culminando no governo de Michinaga, um dos Fujiwara mais famosos.

O que é mais notável na forma como a narrativa histórica do *Gukanshō* apresenta neste momento Fujiwara é a escolha de protagonistas para os eventos. Enquanto Kaneie seria o legítimo *Sesshō* por ser avô de Ichijō, seu filho Michikane seria o arquiteto por trás da prematura abdicação de Kazan, da qual o próprio *Tennō* teria se arrependido. Jien parece ter o costume de condenar as ações de pessoas que planejam e conspiram contra o governo para obtenção de postos e privilégios, mas a ascensão de Kaneie aparece como inerente a um Princípio superior, sendo ele digno de governar, o que ficaria provado pela estabilidade subsequente. Mas se Kaneie era, de certa forma, um regente por excelência, de onde viria a necessidade de marcar Michikane como o responsável por enganar Kazan?

Ao lembrar da forma como foi tratada a questão da abdicação forçada de Yōzei em 884 por Mototsune, percebe-se que o regente é colocado como o responsável pelo ocorrido, não sendo criticado, mas sim, exaltado por suas ações. Jien não teve necessidade de atribuir a questão de Yōzei a qualquer outro personagem, tendo o fato e tornado, inclusive, um dos três louváveis atos Fujiwara listados pelo monge. Mas em 986, o protagonismo recai sobre Michikane, não Kaneie, ainda que este estivesse claramente envolvido nos eventos do dia da abdicação e, muito provavelmente, em seu planejamento. Desta maneira, qualquer crítica sobre o acontecido deve recair sobre o filho, não o pai.

A principal diferença entre os dois casos parece ser exatamente o *Tennō*. Yōzei é lembrado como um mau governante, não por questões administrativas, mas por ter um caráter perverso, sendo comparável a *Buretsu-tennō*, dos ditos tempos antigos. Mas Kazan não seria visto desta forma, o que cria a necessidade de Jien justificar a manipulação e remoção de um bom e legítimo *Tennō*. Portanto, para proteger Kaneie do que seria uma mácula na imagem de um dos grandes nomes Fujiwara, a responsabilidade sobre o ocorrido recai sobre Michikane, o filho que desejava acelerar o destino do pai. É possível dizer que, exatamente por ter agido em favor do pai, Michikane também ganha seu nível de proteção, já que a narrativa parece marcar que suas ações foram movidas tanto pela lealdade filial, quanto pelo desejo de Kazan em seguir o caminho de Buda, o que sugere que a condução do *Tennō* a um templo não tenha sido, inteiramente, contra sua vontade. Michikane teria, posteriormente, sua própria chance de ser regente, mas o curto tempo que permaneceu no posto, apenas sete dias, aparece como possível punição por seus questionáveis atos.

A necessidade de preservar a imagem de Kaneie faz parte do mesmo contexto de exaltação dos Fujiwara e de sua regência dentro do processo histórico. Jien não nega os problemas familiares e as rivalidades por títulos e cargos, mas conduz a narrativa de forma a focar no curso dos Princípios e na prosperidade que o governante por eles determinado poderia trazer ao Estado. O fato de que o auge Fujiwara se iniciaria com Kaneie seria prova de que o verdadeiro curso dos Princípios foi seguido e, portanto, novas melhorias poderiam ser alcançadas no cenário da deterioração se tal curso fosse mantido. Tal linha argumentativa permite manter os Fujiwara com o protagonismo narrativo de um período onde os regentes teriam maiores habilidades de governo do que os *Tennō*, ao mesmo tempo que os mantinha juntos da linhagem imperial, já que o parentesco com o soberano legítimo era o que definiria o regente ideal.

A ligação entre as linhagens imperial e Fujiwara é tão relevante para Jien que ele faz questão de destacar a perícia de Kaneie em transformar filhas em mães imperiais, que consequentemente permitiu que seus filhos mantivessem a regência pelo parentesco com os herdeiros. No *Gukanshō*, uma das consequências da deterioração das eras seria a curta duração dos reinados, principalmente se comparados aos de alguns dos governantes lendários que teriam se prolongado por seis ou sete décadas. Os supostos curtos reinados e, em alguns casos, a morte prematura do *Tennō*, seriam mais proeminentes a partir de Seiwa, tendo Jien listado, como exemplo, até Go-Reizei, contabilizando quinze soberanos nesta situação.<sup>83</sup> Pensando nisso, a prática de nomeação de regentes teria sido o motivo do Estado japonês ter se mantido em tais circunstâncias.

A curta duração dos reinados Imperiais após Seiwa é indescritível. Nenhum Imperador alcançou os 50 anos de idade enquanto ocupava o trono. Mas todos eles parecem ter vivido por muito tempo após se aposentar. Todos sabem destes Imperadores de Seiwa até Go-Reizei (...)

Uma pessoa ganhará um profundo entendimento da situação daquela época ao notar que um Imperador após o outro morreu cedo. Provavelmente nada revela mais claramente como um Princípio foi criado para substituir outro quanto o tempo que alguém (superior ou inferior) vive. Princípios que criaram para o Japão uma forma de administração depois da outra provavelmente não teria feito os assuntos de Estado serem conduzidos por Regentes ou Chanceleres (antes que a deterioração alcançasse o ponto no qual Imperadores Aposentados governam o Estado) se os Imperadores continuassem a viver até os 60 ou 70 anos de idade. Se os Imperadores ainda servissem como verdadeiros soberanos e não abdicassem antes dos 50 ou 60 anos de idade, eles seriam como eram na Antiguidade. Ao invés disso, um Imperador é posto no trono enquanto ainda jovem, e no início de seu reinado como Imperador criança ele teria um Regente administrando os assuntos de estado em seu nome. Apesar de que cresceram

---

<sup>83</sup> Ibidem, pg 211-212;

gradualmente, nunca ganharam conhecimento suficiente para considerar governar o estado diretamente.<sup>84</sup>

Jien parece ignorar que vários destes *Tennō* abdicaram exatamente por pressão dos regentes que controlavam o Estado em seu lugar. Em sua retórica, o momento regencial do Período Heian teria sido necessário pois a vida dos descendentes imperiais estaria ficando mais curta, assim como diminuíram as suas habilidades de lidar com assuntos estatais. É por tal motivo que a capacidade de Kaneie em ligar seus descendentes aos do clã imperial, realizando assim o “destino” de que a linhagem de Morosuke governaria como avôs e tios de *Tennō*, é celebrada na narrativa. Segundo Jien, mesmo enquanto as pessoas tentavam entender situações como a de Sanjō-*tennō* (三条天皇; 976-1017) que, depois de passar duas décadas como herdeiro reinou apenas cinco anos, elas acreditavam que Kaneie teria “planejado coisas de maneira magnífica e sem egoísmos”.<sup>85</sup>

Para Jien, Kaneie teria aparentemente agido de maneira “não egoísta” quando devotou suas energias inteiramente aos interesses da casa regencial FUJIWARA e, lidado com as coisas “de forma magnífica”, ao estabelecer laços matrimoniais com os quais duas de suas filhas se tornaram mães Imperiais dos Imperadores Ichijō e Sanjō. Tal preocupação com a conexão das linhagens Imperial-FUJIWARA é central na interpretação da história japonesa de Jien, assim como foi claramente revelado em Contos Históricos anteriores - em especial no *Eiga Monogatari* e no *Ōkagami* - que são focados nos ministros FUJIWARA cujas filhas foram casadas com, e/ou se tornaram mães imperiais de Imperadores. (...)<sup>86</sup>

Os esforços de Kaneie certamente renderam frutos, já que três de seus filhos ocuparam os postos regenciais, sendo Fujiwara Michinaga talvez mais notório deles. Michinaga é historicamente reconhecido por seu controle sobre a Corte e a sucessão

---

<sup>84</sup> “The shortness of Imperial reigns after Seiwa is indescribable. Not one Emperor reached the age of 50 while occupying the throne. But they all seemed to live long after retirement. Everyone knows about these Emperors from Seiwa to Go-Reizei (...) One will gain a deep understanding of the situation at that time by noting that one Emperor after another died early. Probably nothing reveals how one Principle has been created to replace another more clearly than how long people (high or low) live. Principles that created for Japan one form of administration after another probably would not have called for the conduct of state affairs by Regents and Chancellors (before deterioration had reached the point at which Retired Emperors were to govern the state) if Emperor have continued to live to the age of 60 or 70. If Emperors had still been serving as true sovereigns and had not abdicated until the age of 50 or 60, they would have been just as they did in the Ancient Age. Instead, an Emperor was placed on the throne while young, and at the beginning of his reign as a child Emperor he would have a Regent administer state affairs in his behalf. Although he would gradually grow up, he would never gain enough understanding to consider governing the state directly.” (Ibidem);

<sup>85</sup> Ibidem, pg 62;

<sup>86</sup> “For Jien, Kaneie had apparently acted “unselfishly” when devoting his energies fully to the interests of the FUJIWARA’s regental house and had handled things “magnificently” by arranging marital ties by which two of his daughters became the Imperial mothers of Emperors Ichijō and Sanjō. Such preoccupation with Imperial-FUJIWARA lineage connections is central to Jien’s interpretation of Japanese history, just as it stands clearly revealed in the earlier Historical Tales - especially in the *Eiga Monogatari* and the *Ōkagami* - which are focused on FUJIWARA ministers whose daughters were married to, and/or became mothers of, Emperors.(...)” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 62, nota 2);

imperial, tendo sido também muito representado nas artes e na literatura de Heian. Mas, conforme analisado até então, sua política matrimonial não se diferenciou muito do que já vinha sendo feito, tanto por seu pai Kaneie, quanto por diversos aristocratas que os antecederam. Ao que tudo indica, o poder de governar naquele tempo, talvez mesmo para além deste, seria de quem mantivesse os melhores e mais próximos laços com o *Tennō* e sua linhagem, algo que Michinaga faria com maestria.

As passagens sobre o tempo de Michinaga no *Gukanshō* não se diferenciam muito das de seu pai ou de outros nomes importantes. Jien marca a linhagem familiar e sua participação em eventos que precederam seu governo, como apareceu na questão de Kazan, antes de falar sobre sua trajetória à regência. Assim como com Kaneie, as ações de Michinaga parecem ter sido suavizadas para que não se levantassem suspeitas sobre sua legitimidade como governante ou questionamentos sobre suas atitudes para com os soberanos. Neste sentido, Michinaga não seria apenas o melhor candidato para prosseguir com a linhagem regencial, mas um virtuoso e habilidoso governante por si só.

Em 995, Michikane morre após ocupar o posto de *Kanpaku* por apenas sete dias, deixando a questão de quem o sucederia em aberto. Fujiwara Korechika (藤原伊周; 974-1010), filho de Michitaka e sobrinho de Michikane, era um dos nomes para assumir o posto após a morte do pai, mas da mesma forma que havia perdido tal chance quando Michikane foi nomeado, ele foi novamente passado para trás por seu outro tio, Michinaga, cuja nomeação foi apoiada pela mãe do *Tennō*.

Após a morte de Michikane em 995, Korechika deveria ter sido nomeado Inspetor Imperial. Mas seu tio Michinaga (966-1027), Conselheiro Sênior e irmão mais novo de Michitaka e Michikane, não podia ser ignorado. A habilidade superior de Michinaga era reconhecida pela nobreza e pelo público amplo. Ele disse abertamente e com confiança que: “O estado irá se tornar confuso e arruinado se Korechika conduzir os assuntos de estado, mas se tornará tranquilo se eu receber a tarefa.” Higashi Sanjō In, a mãe Imperial de Ichijō e irmã de Michinaga, também sentia que Michinaga deveria ser posto como responsável pelos assuntos administrativos. Mas o Imperador, tendo sua própria opinião sobre o assunto, não concordava. (...) <sup>87</sup>

A disputa entre Korechika e Michinaga não tardou a ser resolvida, já que Higashi Sanjō In não apenas apoiou a nomeação do irmão, mas pressionou o filho neste caminho.

---

<sup>87</sup> “After the death of Michikane in 995, Korechika should have been named Imperial Inspector. But his uncle Michinaga (966-1027), Senior Counselor and young brother of Michitaka and Michikane, could not be overlooked. Michinaga’s superior ability was recognized by the nobility and the public at large. He confidently and openly stated that “The state will become confused and ruined if Korechika conducts state affairs but will become tranquil if I receive the assignment.” Higashi Sanjō In, Ichijō’s Imperial mother and Michinaga’s sister, also felt that Michinaga should be placed in charge of administrative affairs. But the Emperor, having his own views about the matter, did not agree. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 56);

Jien coloca que ela foi a primeira a receber o título de *nyōin* (女院), atribuído a mulheres próximas aos *Tennō* e de alto padrão aristocrático, demonstrando seu nível de influência na Corte, que era “governada da forma que ela desejava”.<sup>88</sup> Tal pressão é perceptível na continuidade da passagem.

(...) Sua Majestade parece ter se irritado com os apelos de sua mãe em favor de Michinaga. Um dia quando o Imperador estava deixando seu assento real na sala de café da manhã para desempenhar suas obrigações oficiais, ele acenou para MINAMOTO Toshikata, Diretor do Secretariado Imperial. Enquanto os dois estavam conversando, a mãe Imperial abriu a porta do quarto Imperial e, com uma estranha expressão em seus olhos, disse: “Por que você não atende meu pedido? O que eu proponho será bom para o estado e para você. Se você não ouvir, eu nunca falarei de tais coisas novamente. Este é realmente um assunto triste e lamentável.” Quando o Imperador ouviu sua mãe fazer tais comentários, ele se sentou e sobriamente respondeu: “Como posso recusar um pedido feito tão enfaticamente? Vamos submeter a ordem imediatamente!” Toshikata havia saído quando viu a mãe Imperial entrar, mas quando o Imperador consentiu, a mãe Imperial disse: “Toshikata provavelmente está por aqui. Faça que o chamem agora mesmo. Eu direi a ele o que foi decidido.” O Imperador ordenou que Toshikata retornasse e que emitisse uma ordem dizendo que “documentos do Supremo Conselho de Estado devem a partir de agora ser apresentados ao Imperador pelo Conselheiro Sênior Michinaga.” Toshikata disse que entendeu e se retirou. Já que a ordem foi emitida imediatamente, a mãe Imperial retornou à sala de café da manhã onde Michinaga estava esperando para ouvir do acontecido. A mãe Imperial, secando lágrimas com sua manga e sorrindo, disse: “A ordem já foi submetida!” Michinaga se retirou após expressar sua gratidão. Por um tempo ele serviu como Inspetor Imperial enquanto continuava a manter o título de Conselheiro Sênior, mas antes do ano terminar ele foi promovido a Ministro da Direita, ultrapassando Korechika que era Ministro do Centro.<sup>89</sup>

Mas ao mesmo tempo que a vontade de Higashi Sanjō In parece ter prevalecido, Michinaga aparece descrito como uma pessoa de habilidade superior e extremamente confiante na própria capacidade de governar. Já Korechika, que apesar de ser letrado em

---

<sup>88</sup> Ibidem;

<sup>89</sup> “(...) His Majesty seems to have become irritated by his mother’s pleas in Michinaga’s behalf. One day as the Emperor was leaving his royal seat in the breakfast room to perform his official functions, he beckoned to MINAMOTO Toshikata, Director of the Imperial Secretariat. While the two of them were talking together, the Imperial mother opened the door of the Imperial bedroom and, with an odd look in her eyes, said: “Why will you not listen to my request? What I propose will be good for the state and for you. If you don’t listen, I will never speak of such things again. This is really a sad and regrettable matter.” When the Emperor heard his mother make these comments, he sat up and soberly replied: “How can I refuse a request made so emphatically? Let’s hand down the order right away!” Toshikata had left when he saw the Imperial mother enter, but when the Emperor gave his approval, the Imperial mother said: “Toshikata is probably around. Have him called in right away. I will tell him what has been decided.” The Emperor ordered Toshikata to return and to issue an order stating that “documents of the Supreme Council of State are henceforth to be presented to the Emperor by Senior Counselor Michinaga.” Toshikata said that he understood, and withdrew. Since the order was issued immediately, the Imperial mother returned to the breakfast room where Michinaga was waiting to hear what had transpired. The Imperial mother, wiping away tears with her sleeve and smiling, said: “The order has already been issued!” Michinaga took his leave after expressing his gratitude. For a time he served as Imperial Inspector while continuing to hold the title of Senior Counselor, but before a year had elapsed he was promoted to Minister of the Right. Because he was appointed Imperial Inspector and promoted to Minister of the Right, he moved ahead of Korechika who was Minister of the Center.” (Ibidem, pg 56-57);

chinês e capaz de compor poesias nesta língua, segundo Jien, era também “(...) deficiente em personalidade e na habilidade de lidar com assuntos administrativos(...)”.<sup>90</sup> Com tal interpretação, a nomeação de Michinaga não se detém em favoritismos ou em superioridade individual, mas une ambos fatores, justificando-a de maneira quase indiscutível.

Uma vez no controle do governo, não demorou para que Michinaga tivesse a chance de eliminar sua concorrência imediata. Korechika, como filho de Michitaka e pai da consorte de Ichijō, tinha sólida possibilidade de reivindicar a liderança dos Fujiwara e os cargos oficiais ligados ao clã, mas os aliados de Michinaga, principalmente sua irmã, foram capazes de influenciar a balança de poder em seu favor. Mas foi com o incidente de 996 que as chances de Korechika se esgotaram drasticamente. Na ocasião, o antigo *Tennō*, Kazan, sofreu uma aparente tentativa de assassinato por, supostamente, estar cortejando uma dama que Korechika tinha interesse. Uma investigação teria sido iniciada dentro da Corte sob controle de Michinaga, cujo resultado foi o rebaixamento de cargos e expulsão de Korechika.

Na ocasião da investidura de Michinaga com poderes de inspeção privada em 995, a rivalidade entre ele e Korechika sobre cargos e sucessão familiar parece ter levado a tal profunda e aberta hostilidade que ambos não podiam continuar confortavelmente juntos na Corte. Não demorou muito para que Michinaga encontrasse, ou recebesse, meios para que seu sobrinho tivesse o mesmo destino que subjuguou Sugawara no Michizane e Minamoto no Takaakira: rebaixamento e exílio em Kyushu.<sup>91</sup>

Jien vê o exílio de Korechika como consequência óbvia do crime de atacar o antigo *Tennō*, inocentando Michinaga de ter agido por interesse próprio, apesar de não negar que esta poderia ser a opinião de terceiros. Korechika e seu irmão Takaie (藤原隆家; 979-1044), com quem foi exilado, puderam retornar à Corte no ano seguinte, mas os efeitos de sua queda foram tão significativos que ele jamais foi capaz de reaver seu nível de influência anterior.<sup>92</sup> Tal perdão e retorno são mencionados no *Gukanshō*, talvez como argumento de que Michinaga não teria agido com base em interesses próprios, mas também deixa a entender que a relação entre os envolvidos não seria completamente harmônica.

---

<sup>90</sup> Ibidem, pg 56;

<sup>91</sup> “By the time of Michinaga’s investiture with private inspection powers in 995, rivalry between him and Korechika over offices and family succession seems to have led to such deep and open hostility between the two kinsmen that both could not remain comfortably together at court. It was not long before Michinaga found, or was given, a means of consigning his nephew to the same fate that had overtaken Sugawara no Michizane and Minamoto no Takaakira: demotion and exile to Kyushu.” (MCCULLOUGH, 1999, pg 68);

<sup>92</sup> Ibidem;

Tais crimes foram cometidos, mas as pessoas pensavam que Korechika e Takaie tinham sido exilados porque Michinaga era hostil com eles, o que foi um grande constrangimento para Michinaga. Mais tarde, ambos homens foram chamados de volta à capital e Korechika recebeu o título de Ministro Honorário. É dito que depois que Takaie foi nomeado Governador Geral em Exercício e foi para Daizaifu, ele enriqueceu. Ele acumulou uma desconhecida quantidade de riquezas. Quando ele retornou à capital, foi se encontrar com Michinaga. Mas não havia nada sobre o que eles conversarem, e então Takaie tirou de sua manga um cartão no qual havia escrito seu nome. Ele entregou à Michinaga e se retirou. Nós ouvimos que Takaie era muito esperto.<sup>93</sup>

A narrativa segue exaltando Michinaga como um homem justo e virtuoso, comparável a importantes antepassados que, assim como ele, entendiam e seguiam o verdadeiro curso dos Princípios. Sua virtude e sabedoria permitiram que ele mantivesse o Estado e promovesse as tão importantes melhorias, ainda que houvesse pessoas descontentes com o poder que ele exercia, inclusive o próprio *Tennō*. Jien não esconde que Ichijō ficou insatisfeito com a nomeação de Michinaga como Inspetor Imperial, chegando a escrever um documento onde atesta tais sentimentos. Michinaga teria destruído este suposto mandato, mas isto não é explicitamente apontado como uma deliberada ação de apagar discursos contrários a si, já que ele, teoricamente, não agia de maneira egoísta.

No dia seguinte à morte do Imperador Ichijō em 1011 quando Michinaga estava descartando os pertences do falecido Imperador, Michinaga olhou dentro de uma caixa e encontrou algo que parecia um Mandato Imperial escrito pelo punho do falecido Imperador. No início do documento estavam estas palavras: “O sol, a lua e as estrelas desejam iluminar o mundo, mas eles estão escondidos por grandes bancos de nuvens e o céu está escuro.” Sem ler além, Michinaga enrolou o documento e o queimou. Lorde Uji Yorimichi, filho de Michinaga, disse esta história a MINAMOTO Takakuni (Conselheiro Sênior de Uji), e Takakuni a escreveu.

Michinaga era geralmente como T'ai Tsung da China (fundador da dinastia T'ang da China) que dizia: “Eu acho que sou igual a Yao e Shun.” Michinaga realmente era igual a FUJIWARA Kamatari e FUJIWARA Mototsune. Aparentemente ele não tinha sentimentos que não estivessem de acordo com os Princípios do verdadeiro curso da história japonesa. Sem pensar em si mesmo, ele uma vez disse: “O que é dito como meu prestígio e poder é o prestígio e poder do soberano.” (...)<sup>94</sup>

<sup>93</sup> “Such crimes had been committed, but people thought that Korechika and Takaie had been exiled because Michinaga was hostile toward them, which was a great embarrassment to Michinaga. Later on, both men were called back to the capital, and Korechika was granted the title of Honorary Minister. It is said that after Takaie was appointed Acting Governor General and went to Daizaifu, he became wealthy. He did pile up an unknown amount of wealth. When he returned to the capital, he went to call on Michinaga. But there was nothing for them to talk about, and so Takaie took from his sleeve a card on which he had written his name. He handed it to Michinaga and withdrew. We hear that Takaie was very clever.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 58);

<sup>94</sup> “On a day following the death of Emperor Ichijō in 1011 when Michinaga was disposing of the deceased Emperor’s belongings, Michinaga looked into a box and found something that looked like an Imperial Mandate written in the deceased Emperor’s hand. At the beginning of the document were these words: “The sun, moon, and stars wish to lighten the world, but they are hidden by great banks of clouds and the sky is dark.” Without reading further, Michinaga rolled up the document and burned it. Lord Uji Yorimichi,

Brown e Ishida colocam que as palavras atribuídas ao documento de Ichijō apontariam para sua insatisfação em ter sido pressionado a nomear Michinaga como inspetor,<sup>95</sup> sentimento que parece ter sido mantido por todo seu reinado. Jien demonstra que o *Tennō*, em seus últimos anos, estaria ressentido com o rumo que seu reinado tomou, onde por vezes suas decisões e escolhas eram postas em segundo plano. Primeiro, ele não teria sido capaz de nomear Korechika como inspetor e nem evitar seu exílio no ano seguinte, depois, foi incapaz de impor qual de seus filhos seria escolhido para suceder Sanjō, seu herdeiro imediato. Sua preferência seria por Atsuyasu (敦康親王; 999-1019), filho de Sadako (ou Fujiwara Teishi - 藤原定子; 977-1000), sua consorte favorita e irmã de Korechika. Mas ele seria aconselhado a escolher seu outro filho, Gō-Ichijō (後一条天皇; 1008-1036), cuja mãe era Jōtō-mon In (藤原彰子; 988-1074), filha de Michinaga.

O mais frustrante teria sido o fato de que, mesmo tendo aberto mão de suas vontades, tragédias ainda teriam ocorrido, o que aparentemente levantaria dúvidas sobre a legitimidade do governo de Michinaga. Este ressentimento teria levado Ichijō a escrever o mandato encontrado com seus pertences, mas Jien acredita que a situação poderia ser ainda pior se Michinaga não estivesse à frente do Estado.<sup>96</sup> A questão parece girar em torno do que ele entende como sendo um tempo de transição, onde tragédias e desastres, bem como eventos astronômicos, precedem importantes tempos de melhorias.

O reinado de Ichijō (986-1011) foi um tempo de transição (*histosugime*) na história dos assuntos de Estado. Não foi isso realmente devido o passar do ciclo dos 60 anos? Seguida a ascensão de Ichijō em 986 aos sete anos de idade, um cometa cruzou os céus no terço final do 6º mês de 989. O nome da era foi mudado para Eiso no 8º mês daquele ano. Então veio o incomparável desastre conhecido como o tufão Eiso. E no ano seguinte o nome da era foi mudado para Shōryaku. Uma amarga luta se desenvolveu no Monte Hiei em 993 entre os seguidores de Chishō e os de Jikaku, quando o Salão Senkō foi completamente incendiado pelo primeiro. E os anos de 994 e 995 foram marcados por uma terrível epidemia que causou diversas mortes na capital e seu entorno. Como oito alto-nobres morreram em 995 e nunca algo assim ocorreu antes, ou desde então, é apropriado listar aqueles que faleceram na ocasião. (...)

---

Michinaga's son, told MINAMOTO Takakuni (Senior Counselor of Uji) this story, and Takakuni wrote it down.

Michinaga was generally like T'ai Tsung of China (founder of the T'ang Dynasty of China) who said: "I think I am equal of Yao and Shun." Michinaga really was the equal of FUJIWARA Kamatari and FUJIWARA Mototsune. Apparently he had no feelings that were not in accord with Principles for the true course of Japanese history. Not thinking of himself, he once said: "What is called my prestige and power is the sovereign's prestige and power." (...)" (Ibidem, pg 58-59);

<sup>95</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 58, nota 52;

<sup>96</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 67;

Todas essas pessoas proeminentes morreram no decorrer de um único ano. Então o nome da era foi mudado para Chōhō (longa preservação) em 999 e para Kankō (calmo e amplo) em 1004. Depois que a filha de Michinaga, Jōto-mon In, entrou no palácio em 999 como consorte do Imperador Ichijō, e a cerimônia para exposição do Sutra Saishō foi iniciada durante a era Kankō (1104-1112), Michinaga administrou o Estado sem acidentes e o Estado pareceu se acalmar definitivamente.<sup>97</sup>

Dentre os nomes listados como vítimas da epidemia estão os antigos *Kanpaku* Michitaka e Michikane, apesar de que dicionários atuais colocam que Michitaka teria falecido em 999, não na epidemia de 995.<sup>98</sup> Outros três Fujiwara, assim como três Minamoto, completam a lista de fatalidades, tendo todos ocupado altos postos como conselheiros, o que, entretanto, não impediu Jien de relativizar suas mortes. Parece que “nenhuma das citadas oito vítimas da epidemia era um bom homem para aquele período”<sup>99</sup>, independente de dois deles terem estado à frente dos assuntos de Estado até muito recentemente, tendo chegado a tal posição exatamente por serem filhos de Kaneie e tios de Ichijō, o que segue o próprio curso dos Princípios defendido por Jien.

De qualquer forma, os acontecimentos mencionados de fato ocorreram durante o reinado de Ichijō, mas são anteriores à nomeação de Michinaga como inspetor em 995, ano da epidemia. É dito no texto que o Estado se acalmou após sua nomeação e ao posicionamento de sua filha, que geraria dois filhos imperiais, como consorte do *Tennō*. Neste sentido, o ressentimento de Ichijō contra Michinaga não teria base legítima que justificasse a produção de um suposto mandato imperial, já que o Fujiwara não causou os problemas apontados, mas sim gerou as melhorias subsequentes que foram, por sua vez, premeditadas por estas mesmas tragédias.

É do meu entendimento geral que quando está para acontecer melhorias nos assuntos estatais, um cometa (uma mudança celestial) revela que desastres irão ocorrer, significando melhoria futura. Pessoas cujo entendimento sobre as mudanças nos céus – e em todo o resto – é profundo, serão aqueles que pensam

<sup>97</sup> “The Ichijō reign (986-1011) was a transitional time (*histosugime*) in the history of state affairs. Was this not really due to the passing of 60-year cycle? Following Ichijō’s enthronement in 986 at the age of seven, a comet streaked across the sky in the last third of the 6th month of 989. The era name was changed to Eiso in the 8th month of that year. Then came the incomparable disaster known as the Eiso typhoon. And in the following year the era name was changed to Shōryaku. A bitter struggle developed on Mt. Hiei in 993 between the followers of Chishō and those of Jikaku, when the Senkō Hall was completely burned by the former. And the years 994 and 995 were marked by a terrible epidemic that caused many deaths in and around the capital. Because eight high-ranking nobles died in 995, and nothing like that have ever occurred before, or has occurred since, it is appropriate to list the eight who died then. (...)”

All these prominent persons died within a single year. Then the era name was changed to Chōhō (long preservation) in 999 and to Kankō (quiet and broad) in 1004. After Michinaga’s daughter Jōto-mon In entered the palace in 999 as Emperor Ichijō’s consort, and the ceremony for expounding the Saishō Sutra was initiated during the Kankō era (1104-1112), Michinaga administered the state without mishap and the state seemed definitely to settle down.” (Ibidem, pg 67-68);

<sup>98</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 68, nota 11;

<sup>99</sup> “Not one of the above eight victims of the epidemic was a good man for that period. (...)”. (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 67);

e planejam bem [sobre as conexões entre cometas e os subsequentes desastres e melhorias]. (...) <sup>100</sup>

A maior prova da virtude de Fujiwara Michinaga parece ter se manifestado no advento de sua morte e das cerimônias fúnebres em sua honra. Jien conta que ele morreu no décimo segundo mês do ano de 1027, devidamente vestido em seus trajes budistas e sentado em frente às nove estátuas do Buda Amitābha no Templo Hōjō, de maneira tão ilustre que não seria comparável a nenhuma outra pessoa, antes ou depois de sua época. <sup>101</sup> Entretanto, é destacado que o décimo segundo mês do ano é um momento especial para o budismo, sendo a realização de ritos funerários durante este período considerado um tabu. Mas cerimônias em seu nome foram celebradas, aparentemente, com o aval da própria Deusa do Sol.

(...) É entendido que a Deusa do Sol do Templo de Ise permitiu essa violação do tabu de se celebrar ritos funerários durante o 12º mês. Este é um exemplo em questões humanas sobre o que significa a frase “a virtude daquele homem.” Existiria tal virtude em alguém que tivesse sido o mínimo contaminado por egoísmo ou deslealdade para com a Casa Imperial? Sua vida foi verdadeiramente esplêndida! <sup>102</sup>

Michinaga teria sido, então, um homem tão esplêndido que as próprias divindades permitiriam violações de costumes em seu nome. Além disso, no que se refere à sua relação com Ichijō, sua virtude estaria tão acima das demais pessoas que ele nem ao menos teria se ressentido frente aos sentimentos expressos pelo *Tennō*. Jien deixa claro que Ichijō seria aquele a se prender a concepções erradas, sendo incapaz de ver o Fujiwara pelo homem que ele realmente era.

Como o Imperador Ichijō não viu Michinaga pelo que ele realmente era, Sua Majestade escreveu o que parecia ser um Mandato Imperial e morreu imediatamente depois. Mas Michinaga viveu por muito tempo depois disso. Seus descendentes prosperaram e ele morreu de forma incomparável e com uma “mente correta” no momento da morte. Como ele tinha sentido profundamente em seu coração que este era seu destino, ele desejou continuar vivendo – não desenvolvendo maus pensamentos contra o falecido Imperador e não levantando questões sobre por que o Imperador tinha escrito o Mandato – para poder conduzir os ritos funerários para o falecido Imperador Ichijō. Seus sentimentos não eram como os de outras pessoas sob circunstâncias similares, superiores ou inferiores. Ele enrolou o documento que parecia um Mandato Imperial e o queimou, sentindo que não deveria se perguntar o porquê do Imperador tê-lo escrito ou se as coisas escritas eram verdade.

---

<sup>100</sup> “It is my general understanding that when there is to be improvement in state affairs, a comet (a heavenly change) reveals that disasters will occur, signifying future improvement. People whose understanding of changes in the heavens – and everything else – is deep will be those who think and plan well [about connections between comets and subsequent disasters and improvements]. (...)” (Ibidem, pg 68-69);

<sup>101</sup> Ibidem, pg 59;

<sup>102</sup> “(...) It is thought that the Sun Goddess enshrined at Ise had permitted this violation of the taboos against holding memorial services during the 12th month. This is an example in human affairs of what is meant by the phrase “the virtue of that man.” Would such virtue have existed in one who had been the least bit defiled by selfishness or by disloyalty to the Imperial House? His life was truly splendid!” (Ibidem);

É claramente compreendido que a Deusa do Sol e o Grande Hachiman Bodhisattva realmente desejavam proteger Michinaga e, por isso, ele viveu por muito tempo – até 1027 – e veio a ser admirado pela forma esplêndida como viveu e morreu.<sup>103</sup>

A passagem indica que Michinaga teria deixado de lado qualquer ressentimento contra Ichijō, mesmo depois de encontrar o documento, para poder honrar os compromissos funerários para com ele. Esta seria outra prova de sua nobreza e virtude, atributos que lhe garantiram a proteção divina que o permitiu viver uma longa vida em serviço do Estado e, para além disso, prover descendentes aos cargos estratégicos capazes de dar continuidade à sua política e legado. O fato do documento ter sido destruído não é pensado como uma forma de esconder as animosidades entre os dois homens, mas talvez como uma forma de evitar que o destino de Michinaga como governante fosse afetado por maus pensamentos, pois afinal, o *Tennō* já tinha falecido.

Conforme discutido no segundo capítulo, Ishida Ichirō listou o favorecimento da Casa Fujiwara como um dos elementos base na estrutura de pensamento do *Gukanshō*, argumento com o qual aqui se concorda. O discurso vai além da exaltação de grandes nomes ou feitos dos personagens deste clã, demonstrando que seus líderes não só estiveram ligados aos altos cargos governamentais desde Kamatari, o primeiro Fujiwara, como também teriam sido escolhidos diretamente pelas divindades protetoras do reino para assumir o Estado conforme a habilidade e a longevidade dos soberanos imperiais decaíram.

Foi neste sentido que a narrativa criada por Jien inseriu os Fujiwara e, conseqüentemente, os cargos regenciais no processo histórico antes protagonizado pelos integrantes do clã imperial. O início do texto não levanta dúvidas de que o Estado ideal seria aquele onde os *Tennō* governam pessoalmente e por longo tempo, assim como a melhor sucessão seria a de pai para filho, mas conforme a deterioração do ciclo dos *kalpa* avança e as habilidades dos homens diminui, o tipo ideal deixa de ser viável. Assim, o

---

<sup>103</sup> “Since Emperor Ichijō had not seen Michinaga as he really was, His Majesty wrote out what appeared to be an Imperial Mandate and died immediately afterward. But Michinaga lived long after that. His descendants prospered, and he died in an incomparable way with a “correct mind” at the moment of death. Because he had felt deep in his heart that this was his destiny, he wished to live on – not developing ill will toward the deceased Emperor and not raising questions about why the Emperor had written the Mandate – in order to conduct memorial services for the deceased Emperor Ichijō. His feelings were unlike those of other people under similar circumstances, high or low. He had rolled up the document that looked like an Imperial Mandate and burned it, feeling that he should not ask why the Emperor had written it or whether the things written were true.

It is clearly understood that the Sun Goddess and the Great Hachiman Bodhisattva really wished to protect Michinaga and that he therefore lived long – until 1027 – and came to be admired for the splendid way he lived and died.” (Ibidem);

processo histórico sai dos reinados dos grandes *Tennō*, muitos deles míticos, para o governo daqueles que nasceram para suprir necessidades impostas pelas mudanças históricas, os Regentes Fujiwara.

A ascensão Fujiwara seria, portanto, uma ação de Princípios divinos criados para manter o Estado durante determinado momento. Nas passagens do *Gukanshō*, citadas até aqui, é possível ver que cada ação tomada pelos homens ocupando os cargos regenciais teria o propósito de proteger o reino e o soberano, fosse planejando golpes e assassinatos ou forçando abdições e nomeações de membros do clã imperial, algo impensável em eras anteriores. A legitimidade de cada ação, fossem elas moralmente questionáveis ou não, é melhor percebida pelos efeitos posteriores, ou seja, o Estado foi protegido pois continuou a existir depois que algum impasse foi resolvido, assim como as melhorias perceptíveis após uma abdição justificavam a retirada do *Tennō* anterior, por exemplo.

Pensando desta maneira, torna-se mais fácil entender o que efetivamente seriam os Princípios descritos na narrativa ao olhar para o que ocorre depois. Por exemplo, Jien, ao perceber que historicamente os líderes Fujiwara acabavam sendo nomeados aos postos regenciais por seu parentesco com as mães imperiais e, conseqüentemente, com os herdeiros da linhagem imperial, estabelece que em determinado momento foi criado o Princípio de que tios e avôs do *Tennō* seriam nomeados *Sesshō* ou *Kanpaku* para administrar o Estado em nome deste. Por haver registro de gerações de Fujiwara que receberam os cargos em tais condições, bem como percebendo que o Estado e a linha sucessória se mantiveram intactos no decorrer das décadas, torna-se plausível afirmar que um Princípio divino foi o responsável pela perpetuação das estruturas em questão. Caso contrário, tanto a Corte Imperial, como a sociedade em geral, já poderiam ter colapsado e se desintegrado completamente, pois a contínua deterioração do pequeno *kalpa* sempre segue seu curso.

Esta forma de interpretar o processo permitiu não apenas que Jien conectasse o destino da linhagem imperial com a linhagem Fujiwara, mas que também justificasse o ramo familiar destinado a governar. A cada momento há menções específicas de determinados personagens cujos descendentes foram aqueles a dar continuidade ao governo dos pais, repetindo estratégias e agindo de acordo com as circunstâncias impostas em cada momento do processo. A equiparação entre descendentes e antepassados é essencial para comprovar o sucesso do rumo tomado pela sucessão Fujiwara, onde em cada momento de incerteza ou necessidade, de tragédia e desastre, haveria um

descendente de Kamatari, Mototsune, Morusuke, Kaneie ou Michinaga, cheios de virtude e habilidades capazes de iniciar mais um período de importantes melhorias.

E estes homens também não estariam sozinhos. Por diversas vezes eles foram capazes de interagir com reencarnações de Buda, sendo Avalokiteśvara uma das mais citadas, de quem recebiam bênçãos e tinham desejos atendidos. No caso de Kujō Morosuke, por exemplo, a benção desta divindade permitiu que a linhagem regencial fosse continuada por seus filhos e netos, ao invés dos descendentes de seu irmão mais velho, Saneyori. A dimensão do divino, portanto, além de estar sempre presente como uma das origens dos Princípios, age também diretamente sobre o mundo secular na forma de pessoas que nasceram, viveram e morreram, em prol de objetivos estipulados especificamente para a manutenção da sociedade e da Corte japonesa.

O papel histórico do elemento divino em uma narrativa escrita por um monge não é algo surpreendente, mas pode-se também pensar em seu valor estratégico em relação ao objetivo final do texto. Jien busca convencer que uma união entre o governo de Kamakura e o de Heian seria possível em um futuro próximo, supostamente materializado na pessoa de Kujō Yoritsune que poderia vir a se tornar tanto *Shōgun* quanto *Sesshō* ou *Kanpaku*. Para isso ele não apenas traça a linhagem Kujō, com seus grandes feitos e nomes, dentro do processo histórico em paralelo com a linhagem imperial, mas ao relacioná-la às bênçãos e determinações divinas, ele retira da dimensão secular o poder de decisão sobre quem deveria governar em seguida. Seu interlocutor é Go-Toba, o homem cuja posição de *In* poderia determinar o advento de mais um momento de melhorias, ou o prematuro colapso da sociedade japonesa como se conhecia. Mas se a história estaria sendo guiada por determinações de divindades, nem mesmo o *In* poderia se opor a elas, pois os Princípios que previam a ascensão de um *Shōgun*-Regente teriam a mesma natureza dos que antes guiaram os *Tennō*, os Regentes Fujiwara e o próprio sistema *Insei*. Nada, nem ninguém poderia se opor a este destino criado no plano divino, nem mesmo o próprio Go-Toba, cabendo à Jien a tarefa de convencê-lo disso por meio do *Gukanshō*.

### **Partes de uma mesma história: Regência, *Insei* e a proteção de Tendai**

O primeiro capítulo da tradução de Brown e Ishida do *Gukanshō* cobre um longo intervalo de tempo que vai desde os primeiros *Tennō* lendários até o governo daquele que

historicamente seria considerado o regente por excelência, Fujiwara Michinaga. A narrativa que segue mais de mil anos de história apresenta diversos pontos relevantes para a compreensão do projeto que Jien teria pretensão de desenvolver ao fim do texto, como: a noção de processo dinâmico que se altera de acordo com o avançar do tempo e do movimento de deterioração; a mutabilidade de Princípios que surgem para determinar o curso que a história deve seguir de acordo com a necessidade de cada momento; a constante presença de divindades encarnadas e consagradas em templos e santuários cujas ações e decisões visam a manutenção do verdadeiro curso dos Princípios; e o surgimento, bem como a importância, de personagens diversos que ascendem com as habilidades necessárias para os desafios de se manter o Estado, a linhagem imperial e a sociedade como se conhecia. Cada um destes elementos não apenas permitiu que o monge explicasse acontecimentos históricos e mudanças na forma de governar, mas também justificar e legitimar reivindicações de poder de grupos diversos em seu presente.

Na primeira parte deste capítulo buscou-se estabelecer como Jien foi capaz de conectar seus diversos pontos chave em uma retórica fluida e processual, com trechos que indicam a centralidade dos Regentes Fujiwara durante a narrativa. Neste contexto, este clã aparece ligada à linhagem imperial tanto no nível humano, por uma política de casamento que estabeleceu contínuos laços sanguíneos entre as partes, quanto em uma dimensão divina, religiosa e espiritual, pois seus líderes teriam sido escolhidos como governantes pelas divindades que protegem o reino. Foram, portanto, homens necessários ao período em que viveram, cujas decisões refletiam as condições existentes em um cenário em constante deterioração.

Historicamente é possível perceber conflitos e divergências entre os que seriam os soberanos divinos, os *Tennō*, e aqueles que efetivamente governavam o Estado, os Regentes Fujiwara e seus aliados da aristocracia de Heian. Jien não esconde que existiram desavenças entre as partes, mas coloca as ações dos governantes Fujiwara como justificáveis de acordo com as necessidades impostas pelo período, por vezes dizendo que situações piores poderiam ter se desenvolvido se não fosse pela presença destes homens à frente do governo. Pode-se dizer que há, portanto, uma tentativa de proteger a imagem e o papel dos Fujiwara dentro do processo histórico japonês, uma estratégia lógica se considerar sua intenção de que o texto fosse lido por *Go-Toba-in*.

O *In* era o *Tennō* que abdicava e se iniciava no Budismo, sendo que a partir do século XI, especificamente após as abdições de Go-Sanjō em 1072 e de Shirakawa em 1086, estes *Tennō*, ditos aposentados ou abdicados, permanecem como a figura mais

importante à frente do governo. Não há, em essência, muita diferença entre os governos dos *in* e dos Fujiwara em termos de que não eram os *Tennō* reinantes que exerciam de fato o poder político sobre os assuntos de Estado, mas sim indivíduos que detinham maior influência sobre a Corte e seus postos administrativos. O que muda com a ascensão de Go-Sanjō é que este nível de influência por parte dos Fujiwara diminui, já que o então *Kanpaku*, Fujiwara Norimichi (藤原教通; 997-1075), não era seu tio ou avô materno. Por isso, Go-Sanjō e, posteriormente, seu filho Shirakawa, foram capazes de distanciar seus reinados dos interesses da Casa Norte Fujiwara, passando eles mesmos a controlar o Estado e a linha de sucessão imperial com seus próprios filhos e netos.

Quando Jien escreveu o *Gukanshō* em 1219, Go-Toba-*in* (後鳥羽天皇; 1180-1239) é uma das figuras de maior relevância na Corte de Heian. De fato, o contexto político já era bem diferente da época de Go-Sanjō e Shirakawa, já tendo ocorrido a Guerra Genpei e a fundação da capital do *Shōgun* em Kamakura, mas a posição do *in* era ainda parte da dinâmica de poder nos anos que antecederam a Guerra Jōkyū (承久の乱 - *kyōkyū no ran*) de 1221. Não por menos, essa batalha foi o evento que Jien teria tentado evitar com o *Gukanshō*, sendo Go-Toba a pessoa a ser desestimulada a efetuar tal ataque, o que torna a relação entre regência e *insei* um fator essencial dentro da narrativa ao se considerar tal objetivo final.

A questão é que o sistema de governo *Insei* surge como resposta ao excesso de poder que os Fujiwara acabaram acumulando durante seus séculos de protagonismo, marcando uma rivalidade que não passa despercebida dentro no *Gukanshō*. Na retórica dos Princípios criados para cada momento histórico, *Tennō*, Regentes e *In* fazem parte da mesma estrutura, bem como será com os guerreiros nas décadas seguintes, mas para que Jien possa defender a ideia de um Regente-*Shōgun* em um futuro próximo, ou seja, a união de dois postos que são rivais dos *In*, é preciso ir além da simples defesa de que novas necessidades criaram novas formas de governo.

O primeiro passo parece ser estabelecer a ascensão de Go-Sanjō como mais uma etapa do processo histórico. Aparentemente a mudança se inicia quando as consortes Fujiwara de Go-Reizei-*tennō* (後冷泉天皇; 1025-1068) não conseguem dar à luz a filhos imperiais para herdarem a posição do pai. Tanto Fujiwara Yorimichi (藤原頼通; 992-1074) quanto seu irmão Fujiwara Norimichi (藤原教通; 997-1075), ambos filhos e sucessores de Fujiwara Michinaga, colocaram filhas como consortes imperiais mas, talvez pela primeira vez em décadas, a estratégia não rendeu o resultado esperado.

Apesar de Go-Sanjō ser irmão mais velho de Go-Reizei (ambos eram filhos de Go-Suzaku), suas mães Imperiais eram diferentes. A mãe Imperial do Imperador Go-Reizei era filha de Michinaga, mas a mãe Imperial de Go-Sanjō – conhecida como Yōmei-mon In (1013-1094) – era filha do Imperador Sanjō. Certamente, a própria mãe de Yōmei-mon In foi a segunda filha de Michinaga, Yoshiko, mas isto deixou um pouco remota a relação materna do Imperador Go-Sanjō com a casa Regente/Chanceler dos FUJIWARA. Yorimichi casou uma filha com o Imperador Go-Reizei, mas ela não produziu um filho Imperial. E Norimichi fez de uma de suas filhas a Imperatriz de Go-Reizei, mas ela também não teve um filho Imperial. Desta forma, a longa linha de mães Imperiais filhas de ministros FUJIWARA foi quebrada no momento em que Go-Sanjō sucedeu ao trono em 1068.<sup>104</sup>

A ascensão de Go-Sanjō, além de desequilibrar as reivindicações da linhagem regencial vigente, também marca a quebra das mães imperiais descendentes de Kujō Morosuke. Fujiwara Yoshinobu (藤原能信; 995-1065), outro filho de Fujiwara Michinaga, tinha casado sua filha adotiva com Go-Sanjō na época em que este foi nomeado herdeiro de Go-Reizei. Fujiwara Shigeeko, ou Moshi (藤原茂子; falecida em 1062), era filha biológica do conselheiro Kan'in Kinnari (ou Fujiwara Kinnari - 藤原公成; 999-1043) e deu à luz a um filho imperial, o futuro *Tennō*, herdeiro de Go-Sanjō, Shirakawa (白河天皇; 1053-1129). A partir de então, conforme aponta Jien, as mães imperiais passaram a ser da casa Kan'in e não mais dos Kujō de Morosuke.<sup>105</sup> Entretanto, é importante ressaltar que os Kan'in também pertenciam ao clã Fujiwara e, inclusive, descendiam do próprio Morosuke. Kan'in Kinsue (ou Fujiwara Kinsue - 藤原公季; 957-1021), fundador desta casa, era filho de Kujō Morosuke com uma das filhas imperiais de Daigo-*tennō*, com quem ele teria se relacionado em segredo. A dita quebra na linhagem não seria uma quebra de parentesco com o clã Fujiwara, especificamente com Morosuke, mas sim uma mudança para mães imperiais que não mais descendem da linha identificada com o nome Kujō.

Mas para além dos efeitos que o reinado de Go-Sanjō causou na dinâmica política da Corte de Heian, Jien entende tal momento também como resultado direto do advento da Era Final. No contexto da contínua deterioração da história e das habilidades

---

<sup>104</sup> “Although Emperor Go-Sanjō was the elder brother of Emperor Go-Reizei (both were sons of Emperor Go-Suzaku), their Imperial mothers were different. Emperor Go-Reizei’s Imperial mother had been Michinaga’s daughter, but Go-Sanjō’s Imperial mother – known as Yōmei-mon In (1013-1094) – was Emperor Sanjō’s daughter. To be sure, Yōmei-mon In’s own mother was Michinaga’s second daughter Yoshiko, but this made Emperor Go-Sanjō’s maternal relationship to the Regent/Chancellor’s house of FUJIWARA a bit remote. Yorimichi had married a daughter to Emperor Go-Reizei, but she did not produce an Imperial son. And Norimichi had made one of his daughters Go-Reizei’s Empress, but she too had no Imperial son. Therefore the long line of Imperial mothers who were daughters of FUJIWARA ministers was broken at the time of Go-Sanjō’s succession to the throne in 1068.” (Ibidem, pg 71);

<sup>105</sup> Ibidem, pg 77;

dos homens, o período de melhorias decorrente do governo dos Fujiwara, em especial a experiência ainda recente de Michinaga, teriam começado a surgir indícios de que uma nova forma de administração do Estado seria necessária. Go-Sanjō teria percebido alguns desses sinais, que seriam provados posteriormente com a sucessão de governos comandados pelos *in*, o que na interpretação de Jien, indicaria novamente a ação dos Príncipios.

O reinado do Imperador Go-Sanjō veio em uma virada acentuada para a Era Final. Go-Sanjō passou a pensar e sentir que as pessoas não mais teriam paz se ministros continuassem fazendo o que quisessem, se Regentes e Chanceleres continuassem a dominar o Estado, e se Imperadores apenas se preocupassem com aquilo que fosse elegante. Ele portanto concluiu que seria ruim se um Imperador não administrasse, depois de abdicar, os assuntos de Estado como um Imperador Aposentado. Ele provavelmente pensou que assim estaria agindo em acordo com vários Príncipios. Como não sei dos detalhes daquilo que Go-Sanjō pensou, eu concluo, depois de examinar o funcionamento dos Príncipios, que ele pensou sobre tudo de importante. Em tempos antigos os soberanos eram sábios sobre assuntos administrativos, e os homens que conduziam os assuntos de Estado para eles agiram sem qualquer egoísmo. Mas durante a Era Final, Imperadores temsido jovens – tendendo a serem Imperadores crianças – e não ouvimos falar deles reinando até terem passado dos 40 anos de idade. Provavelmente o Imperador Go-Sanjō observou que o Chanceler Yorimichi e outros estavam fazendo coisas egoístas. Desejando governar o Estado como Imperador Aposentado, e percebendo que a partir de então todos os Imperadores seriam seus descendentes, o Imperador Go-Sanjō rapidamente passou o trono – no 8º dia do 12º mês de 1072 – para Shirakawa. (...)<sup>106</sup>

Go-Sanjō teria percebido, então, problemas no governo dos ministros Fujiwara, decidindo então abdicar para tomar para si as atribuições de administrar o Estado. Por esta linha de pensamento se destaca a noção de que o poder político efetivo está relacionado aos postos e títulos diversos à pessoa do *Tennō*, pois Go-Sanjō, mesmo tendo ascendido como soberano da linhagem imperial, precisaria abdicar para governar, ao invés de apenas aproveitar seu distanciamento familiar dos altos ministros Fujiwara e administrar seu próprio reinado ainda como *Tennō*. No *Gukanshō* isto se torna plausível

---

<sup>106</sup> “Emperor Go-Sanjō’s reign came at the time of a sharp turn into the Final Age. Go-Sanjō had come to think and feel that people would no longer be at peace if ministers continued to do just as they pleased, if Regents and Chancellors continued to dominate the state, and if Emperors concerned themselves only with that which was elegant. He therefore concluded that it would be bad if an Emperor did not, after abdicating, administer state affairs as Retired Emperor. He probably thought that this would be acting in accord with various Principles. While I do not know the details of what Go-Sanjō thought, I conclude, after examining the working out of Principles, that he thought about everything of importance. In ancient times sovereigns were wise about administrative matters, and the men who conducted state affairs for them acted without any selfishness whatsoever. But during the Final Age, Emperors have been young – tending to be child Emperors – and we do not hear of them reigning until they have passed the age of 40. Probably Emperor Go-Sanjō had observed that Chancellor Yorimichi and others were doing some selfish things. Desiring to govern the state as a Retired Emperor, and realizing that henceforth all Emperors would be his descendants, Emperor Go-Sanjō soon relinquished the throne – on the 8th day of the 12th month of 1072 – to Shirakawa. (...)” (Ibidem, pg 72);

pela ideia de que a época em que os *Tennō* governavam por si mesmos já havia passado, portanto Go-Sanjō apenas poderia exercer este tipo de poder após abrir mão do título em si, ocupando uma posição muito parecida com a que os Fujiwara mantiveram durante longo tempo. Historicamente, o sistema *insei* reproduz a concepção de que o poder político efetivo era melhor exercido pela aristocracia que tivesse maior influência sobre a linha sucessória do que o *Tennō* em si, exigindo que os próprios soberanos passassem o título adiante para poderem controlar melhor o Estado e influenciar as decisões e o funcionamento da Corte Imperial.

A possibilidade de influenciar a sucessão imperial é o que, novamente, aparece como principal fator político na história da Corte japonesa. Jien pode estar atribuindo a decisão de Go-Sanjō à percepções pessoais de que os ministros estariam atendendo mais aos próprios interesses do que os do Estado, mas Brown e Ishida apontam que a abdicação teria o controle da sucessão imperial como principal motivação, já que ainda que como *Tennō* tivesse sido capaz de implementar políticas de seu interesse, sua condição física não permitiria que continuasse governando por muito tempo, gerando a necessidade de garantir a ascensão dos próprios herdeiros na sequência.

A leitura de Jien sobre as intenções de Go-Sanjō não é aceita por estudiosos modernos. Enquanto Jien está avançando com a tese de que Princípios criados por *Kami* agora buscavam um novo tipo de governo Imperial, historiadores recentes encontraram evidências convincentes de que a principal razão para Go-Sanjō abdicar foi ter certeza de que seria sucedido por seus filhos: Shirakawa e dois filhos por MINAMOTO Mitoko (1049-1134). (...) Apesar do filho de Michinaga, Norimichi, ter sido Chanceler durante os três primeiros anos do reinado Shirakawa e Morozane, filho adotivo de Yorimichi, ter mantido este posto pelo restante deste reinado, o fato de que a mãe Imperial de Shirakawa não era irmã verdadeira de nenhum dos dois Chanceleres, facilitou que Shirakawa controlasse os assuntos de estado (e sucessão) após sua abdicação em 1086.<sup>107</sup>

Tanto Go-Sanjō-*tennō* quanto Shirakawa-*tennō* exploraram políticas com vistas ao fortalecimento do clã imperial em contrapartida aos demais aristocratas de Heian, principalmente em relação aos Fujiwara. Uma das estratégias, conforme discutido anteriormente neste trabalho, foi a restrição de criação de novos *shōen*, ou seja, terras não taxadas como públicas que permitiram tanto o enriquecimento de elites provinciais,

---

<sup>107</sup> “Jien’s reading of Go-Sanjō’s intentions is not accepted by modern scholars. While Jien is advancing the thesis that Kami-created Principles now called for a new form of Imperial rule, recent historians find convincing evidence that Go-Sanjō’s main reason for abdicating was to make certain that he would be succeeded by his sons: Shirakawa and two sons by MINAMOTO Motoko (1049-1134). (...) Although Michinaga’s son Norimichi was Chancellor during the first three years of the Shirakawa reign, and Yorimichi’s adopted son Morozane held this post for the remainder of that reign, the fact that Shirakawa’s Imperial mother was not the real sister of either Chancellor made it easier for Shirakawa to control state affairs (and succession) after his own abdication in 1086.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 73, nota 15);

quanto de membros da Corte que as recebiam como patronos. Jien menciona que Fujiwara Yorimichi teria posse de várias terras fora da capital e também acabou sendo pressionado pela política de Go-Sanjō.

O Escritório de Registros também foi primeiro estabelecido na era Enkyū porque o Imperador sentia fortemente que as propriedades particulares (*shōen*) não sancionadas por decreto Imperial ou ordem oficial estavam invadindo terras públicas em todas as províncias e se tornando um verdadeiro mal. Ele ouviu ser dito que durante o governo de Yorimichi todo o país parecia ser propriedade de Yorimichi, e que várias províncias tinham tantas propriedades que era difícil para os governadores provinciais funcionarem. Então um decreto Imperial foi proferido estabelecendo o Escritório de Registros e requerendo que validações de posse das propriedades fossem enviadas. Yorimichi reagiu conforme segue:

Vossa Majestade acha que todas as minhas propriedades são mantidas indevidamente? Eu tenho servido como guardião Imperial por mais de 50 anos e durante esse tempo as pessoas me ofereceram suas terras, pensando que eu seria um patrono forte. E eu concordei em aceitá-las meramente dizendo: “É isso que você quer?” Que tipo de documento eu teria sob tais circunstâncias? Mas se Sua Majestade ouvir que qualquer propriedade minha estiver sendo mantida de forma indevida ou irregular, você não deve hesitar em confiscar todas, especialmente por eu ser aquele que deveria estar falando com você sobre tais assuntos e lhe entregando-as.

Como Yorimichi falou tão abertamente, os planos do Imperador não deram em nada. Depois de reconsiderar o assunto por um longo tempo, O Imperador emitiu outro decreto Imperial que dizia: “Quando ordenar que os proprietários de terra enviem documentos de validação para o Escritório de Registros, você não mandará tal ordem ao ex-Primeiro Ministro Yorimichi.” Então o decreto não se aplicou às propriedades de Yorimichi. As pessoas disseram: “Não foi este um desenvolvimento incrível?”<sup>108</sup>

Este relato ajuda a perceber o tipo de dinâmica e disputa de forças que se manifestavam na alta aristocracia de Heian. Go-Sanjō buscou implementar medidas que limitassem o enriquecimento particular dos aristocratas enquanto fortalecia o clã imperial, mas a influência de homens como Yorimichi dificultava o processo e oferecia altos riscos de ter políticas revogadas após a morte do *Tennō*. No entanto ao planejar sua própria

---

<sup>108</sup> “The Records Office (*kirokujo*) was also first established in the Enkyū era because the Emperor had come to feel strongly that private states (*shōen*) not sanctioned by either Imperial decree or official order were encroaching upon public lands in all provinces and had become a serious evil. He had heard it said that during Yorimichi Chancellorship the entire country seemed to be Yorimichi’s state and that various provinces had so many states that it was difficult for provincial governors to function. So an Imperial decree was handed down establishing the Records Office and requiring that validations of state ownership be submitted. Yorimichi reacted as follows:

Does Your Majesty think that all my states are improperly held? I have been serving as Imperial guardian for more than 50 years, and during this time people have presented their lands to me, thinking that I would be a strong patron. And I have agreed to accept them, merely saying: “Is that what you want?” What kind of documents would I have under such circumstances? But if Your Majesty hears that any of my estates are held improperly or irregularly, you should not hesitate to confiscate them all, especially since I am the one who should be speaking to you about such matters and handling them for you.

Because Yorimichi spoke out forthrightly, the Emperor’s plans came to naught. After reconsidering the matter for a long time, the Emperor issued another Imperial decree which stated: “When ordering landholders to submit validating documents to the Records Office, you are not to send such an order to former Prime Minister Yorimichi.” So the decree was not applied to Yorimichi’s estates. People said: “Wasn’t that an amazing development?” (*Gukanshō*, In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 78-79);

abdicação, seguida da ascensão de Shirakawa, ele conseguiu eliminar a prerrogativa que os Fujiwara do ramo de Michinaga e Yorimichi tinham mantido sobre a sucessão imperial por décadas, fator que agora seria explorado por Shirakawa e seus herdeiros.

Os governantes do período *insei* (院政) também expandiram sua influência na dimensão religiosa, tanto construindo novos templos como nomeando diferentes abades para templos antes administrados por simpatizantes Fujiwara. Jien menciona que é com Shirakawa que se inicia a construção dos Seis Templos Superiores (六勝寺), também chamados de Templos Imperiais. O primeiro teria sido o Hōshō-ji (法勝寺), erguido por Shirakawa em 1077, sendo depois seguido pelos templos de Horikawa, Toba, Sutoku e Konoe, terminando com o Enshō-ji (圓照寺) em 1128, por Taiken-mon In, a mãe imperial de Sutoku.<sup>109</sup> Ainda que nem todos os patrocinadores destes seis templos tenham assumido os assuntos de Estado como *In*, estas construções demonstram a importância que a religiosidade tinha nos assuntos da Corte e como os membros da linhagem imperial buscaram expandir sua influência durante o período.

É então possível perceber que o foco do poder estava mudando e Jien vê Go-Sanjō como o ponto de manifestação desta mudança. Mais uma transição começa a ocorrer na narrativa, não necessariamente representando uma mudança de eras, mas sim um novo tipo de governo dentro da própria Era Final. A deterioração, entretanto, também parece aumentar o ritmo, já que o protagonismo dos *in* no processo histórico não tardou a dividir espaço com a ascensão dos grupos guerreiros, no que a tradução de Brown e Ishida coloca como sendo a Era Militar. Não por menos, o contexto em que Go-Toba-*in* e Jien estavam vivendo reunia tanto a questão da posição dos regentes quanto dos guerreiros com seu novo *Shōgun*, criando um ambiente de disputas e confrontos entre todas as partes.

O cenário da deterioração é, portanto, o que torna a mudança de governo de Go-Sanjō algo importante, mas não perfeita. Ele mesmo, na perspectiva de Jien, também agiria por interesses próprios, mas a continuidade que o sistema *insei* teve no processo que se seguiu parece bastar para demonstrar que esta forma de governar estava de acordo com as necessidades do período.

Depois do 21º dia do 4º mês de 1073 a doença de Go-Sanjō piorou, e no 7º dia do 5º mês daquele mesmo ano ele faleceu aos 42 anos de idade.

O Imperador Aposentado Go-Sanjō tinha intenções de administrar os assuntos de Estado depois de abdicar, mas ele provavelmente tinha algum egoísmo em si, pois foi incapaz de fazê-lo, mesmo que por pouco tempo. Mas como era

---

<sup>109</sup> Ibidem, pg 89;

apropriado, de acordo com os Princípios das coisas, para que os assuntos fossem tratados desta maneira durante a Era Final, Shirakawa aceitou esse papel e governou o Estado, depois de abdicar, até alcançar os 77 anos de idade.<sup>110</sup>

Um exemplo deste aparente egoísmo de Go-Sanjō é contado na sequência da narrativa como um caso que Jien coloca de promoção acelerada, quando ainda *Tennō* ele promoveu seu antigo tutor à posição de Controlador Médio da Esquerda, passando a vez de Fujiwara Takakata, então Controlador Médio da Direita. Go-Sanjō teria desavenças com Takakata por comentários que este teria feito à seu respeito antes de sua ascensão, mas as ações do *Tennō* teriam tido impactos negativos em meio aos aristocratas que acreditavam que o Fujiwara deveria ter recebido a promoção.<sup>111</sup>

Entretanto, um segundo relato de promoção acelerada coloca Go-Sanjō sob uma ótica mais favorável. Ainda durante seu governo, Fujiwara Yorimichi teria promovido Minamoto Takatsuna (1043-1074) aos postos de Consultor e Comandante Médio, à frente de homens de idade mais avançada do que o jovem rapaz, o que Go-Sanjō teria julgado um erro da parte do antigo *Kanpaku*. Mas Takatsuna teria sido capaz de se provar uma pessoa conhecedora dos clássicos e, portanto, um homem de habilidade apesar de ser mais jovem do que outros membros da Corte, o que surpreendeu Go-Sanjō, que então admitiu seu erro em duvidar da escolha de Yorimichi.<sup>112</sup> Ambas menções, segundo Brown e Ishida demonstram ambivalência no forma como Jien vê a passagem entre o governo Fujiwara e *insei* pela perspectiva da pessoa de Go-Sanjō, que teria qualidades importantes, assim como defeitos decorrentes do período em que vivia.

O relato acima e o seguinte [os mencionados casos de promoção acelerada] revelam certa ambivalência sobre Go-Sanjō. Enquanto Jien lamentava o desaparecimento de Regentes e Chanceleres hábeis, ele argumentava que o processo de deterioração agora requer controle administrativo por Imperadores Aposentados (*insei*). A deterioração da Era Militar seguinte, por outro lado, foi um tempo para o qual o *Kami* ancestral criou ainda outro tipo de domínio Imperial: suporte cooperativo dos clãs FUJIWARA e MINAMOTO. Como o *Gukanshō* foi escrito para que o Imperador Aposentado Go-Toba, que tinha abdicado em 1198, entendesse e aceitasse os planos de *Kami* para o futuro, Jien teve o cuidado de fazer comentários sobre Imperadores Aposentados em particular com Princípios para o período no qual o Imperador Aposentado viveu. Portanto Go-Sanjō, o primeiro Imperador a pensar em administrar os assuntos de Estado como Imperador Aposentado se sai bastante bem, enquanto

---

<sup>110</sup> “After the 21th day of the 4th month of 1073 Go-Sanjō’s illness worsened, and on the 7th day of the 5th month of that same year he passed away at the age of 42. Retired Emperor Go-Sanjō had intended to administer state affairs after abdicating, but he probably had some selfishness in him, for he was unable to do so, even for a short time. But because it was appropriate, according to the Principles of things, for affairs to be handled in this way during the Final Age, Shirakawa accepted this role and governed the state, after abdicating, until he reached the age of 77.” (Ibidem, pg 73)

<sup>111</sup> Ibidem, pg 73-74;

<sup>112</sup> Ibidem, pg 74;

Shirakawa, Toba, Go-Shirakawa e, finalmente, Go-Toba, recebem qualidades apropriadas para estágios posteriores da deterioração.<sup>113</sup>

O essencial neste ponto da narrativa é localizar o governo *insei* dentro da retórica dos Princípios de maneira a demonstrar ao seu principal leitor que ele se insere, assim como as demais figuras de poder de seu tempo, em um processo histórico mais amplo e dinâmico. Desta maneira, Jien retira da esfera secular a escolha do tipo de governo que deveria prevalecer, pois os *in* teriam tipo seu momento, mas a deterioração requer novos mecanismos administrativos que não são decididos pela vontade dos homens, mas sim pelo julgamento dos *Kami*. Nos dois trechos a seguir, extraídos do capítulo de conclusão do *Gukanshō*, é possível perceber como a ascensão de dois poderes deveras opostos, regência e *insei*, se dá de forma semelhante pela perspectiva do plano divino.

Mas nada deu errado nos assuntos governamentais durante esta Era Medieval, porque as habilidades dos Regentes FUJIWARA eram soberbas e porque eles auxiliavam o governo Imperial e governaram bem o Estado. Enquanto isso, todos [*sic*] os Imperadores morreram por volta dos 30 anos de idade. A razão pela qual os assuntos governamentais foram tratados desse jeito foi porque na era dos *Kami* a Deusa do Sol disse ao *Kami* ancestral do clã FUJIWARA: “Você irá guardar bem o Palácio Imperial.” Ela assim o fez pois percebeu que os Imperadores da Era Medieval não seriam como os soberanos da Antiguidade. Portanto, um descendente do *Kami* ancestral do clã FUJIWARA após o outro nasceu com a habilidade apropriada, e os descendentes do Ministro da Direita KIJŌ Morosuke (908-960) emergiram para auxiliar o domínio Imperial. [O Princípio de que Imperadores não seriam capazes de governar sem assistência e o Princípio de que os descendentes do *Kami* ancestral do clã FUJIWARA deveriam auxiliar os Imperadores] foram criados juntos.

Então a Deusa do Sol tomou outra decisão: o Estado a partir de então deve ser administrado por Imperadores Aposentados (*dajō Tennō*). Portanto, três Imperadores Aposentados lidaram com os assuntos de Estado em sequência: Shirakawa (1086-1129), Toba (1129-56) e Go-Shirakawa (1158-79 e 1181-92). Cada um estava destinado a administrar o Estado por um longo tempo – Shirakawa até ter 70 anos de idade, Toba até ter mais de 50 anos de idade, e Go-Shirakawa até que ele tivesse vivido para além dos 60 anos de idade. Disto foi entendido que um Princípio foi criado que requer que um Imperador Aposentado administrasse os assuntos de Estado.

Go-Sanjō (1034-73) deveria ter vivido por muito tempo depois de assumir a responsabilidade de conduzir os assuntos de Estado como um Imperador Aposentado, mas ele morreu aos 40 anos de idade, bem quando estava começando sua administração como Imperador Aposentado. Isso foi estranho, mas parece ter revelado o Princípio de que o Estado iria agora deteriorar

---

<sup>113</sup> “The above story and the following one reveal some ambivalence about Go-Sanjō. While Jien deplored the disappearance of able Regents and Chancellors, he argues that the process of deterioration now required administrative control by Retired Emperors (*insei*). The deterioration of the later Military Age, on the other hand, was a time for which the ancestral *Kami* had created still another type of Imperial rule: co-operative support by the FUJIWARA and MINAMOTO clans. Since the *Gukanshō* was written in order to make Retired Emperor Go-Toba, who had abdicated in 1198, understand and accept the *Kami* plan for the future, Jien is careful to square comments about a particular Retired Emperor with Principles for the period in which that Retired Emperor lived. Thus Go-Sanjō, the first Emperor to think of administering state affairs as a Retired Emperor, comes off rather well, whereas Shirakawa, Toba, Go-Shirakawa, and finally Go-Toba are given qualities appropriate to later stages of deterioration.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 74, nota 17);

rapidamente. O que o Imperador Go-Sanjō tinha intenções de fazer era provavelmente algo muito afortunado [para a história secular japonesa].<sup>114</sup>

Ambas passagens se encontram em sequência, o que aumenta a ideia de similaridade entre dois momentos distintos. A intenção final é a proteção e administração do Estado japonês, onde a prova de que um Príncipe havia sido criado em cada momento seria a longevidade e sucessão de governantes que se seguiram ao fato, sendo que há menos gerações de *In* do que Regentes Fujiwara, fato este atribuído à uma aceleração do processo de deterioração, o que em si justifica a necessidade de um novo tipo de governo já no tempo de vida de Go-Toba.

Um destaque a se fazer é que, ao falar dos descendentes Fujiwara que deveriam proteger o palácio, cita-se a linhagem a partir de Kujō Morosuke, não de Fujiwara Kamatari, o fundador do clã. Kamatari é bastante mencionado durante a narrativa, tendo sido conectado à seu descendente, Morosuke, em diversos momentos, mas no capítulo de conclusão a escolha do nome a ser lembrado é o segundo. É provável que Jien estivesse buscando ressaltar Morosuke para deixar o nome dos Kujō em maior evidência nas reflexões finais do texto, já que Yoritsune, a criança que se tornou *Shōgun*, era um descendente do ramo dos Kujō. Ele está, assim, marcando este ramo como herdeiro da missão delegada por *Kami* ao clã Fujiwara, talvez na tentativa de eliminar argumentos que favorecessem nomes rivais que poderiam ter relevância na Corte de Heian.

Outro aspecto nestas passagens é a menção à Go-Sanjō. Conforme visto, este *Tennō* aparece como um ponto de mudança histórica que trouxe à tona um novo tipo de

---

<sup>114</sup> “But nothing was amiss in governmental affairs during this Medieval Age, because the abilities of FUJIWARA regents were superb and because they assisted Imperial rule and had the state governed well. Meanwhile, all [*sic*] Emperors died around the age of 30. The reason why governmental affairs came to be handled in this way was that in the age of Kami the Sun Goddess had said to the ancestral Kami of the FUJIWARA clan: “You will guard the Imperial Palace well.” She did so because she realized that Emperors in the Medieval Age would not be like sovereigns in the Ancient Age. Therefore one descendent of the ancestral Kami of the FUJIWARA clan after another was born with appropriate ability, and descendants of the Minister of the Right KIJŌ Morosuke (908-960) emerged to assist Imperial rule. [The Principle that Emperors would not be able to rule unassisted and the Principle that the descendants of the ancestral Kami of the FUJIWARA clan were to assist Emperors] were created together.

Then the Sun Goddess made another decision: the state is henceforth to be administered by Retired Emperors (*dajō Tennō*). Therefore three Retired Emperors handled the affairs of state in succession: Shirakawa (1086-1129), Toba (1129-56), and Go-Shirakawa (1158-79 e 1181-92). Each was destined to administer the state for a long time – Shirakawa until he was 70, Toba until he was more than 50, and Go-Shirakawa until he had lived beyond the age of 60. Hence it was understood that a Principle had been created which required a Retired Emperor to administer state affairs.

Go-Sanjō (1034-73) should have lived long after assuming the responsibility for conducting state affairs as a Retired Emperor, but he died at the age of 40, just as he was beginning his administration as a Retired Emperor. This was strange, but it seems to have revealed the Principle that the state would now deteriorate rapidly. What Retired Emperor Go-Sanjō intended to do was probably something very fortunate [for Japanese secular history].” (*Gukanshō*, In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 213);

governo, mas que por ter em si alguns defeitos, acabou falecendo pouco depois de sua abdicação. Já neste trecho do último capítulo, Jien retorna à Go-Sanjō com a ideia de que sua morte prematura estaria relacionada com a aceleração da deterioração, não com seus “egoísmos”, como dito antes. Um elemento não necessariamente exclui o outro, mas é dito que Go-Sajō teria intenções afortunadas para o governo que acabaram se perdendo por decorrência da deterioração. Neste sentido, o advento do governo *insei* está sendo colocado tanto como uma necessidade premeditada no plano divino, quanto algo que teve potencial efetivo de criar melhorias, mas que como todo o resto, esteve também sujeito às perdas causadas pela deterioração natural das eras.

Por fazerem parte do mesmo processo, há também o argumento de que não deveria haver inimizades entre *In* e Regentes, pois apesar de serem diferentes, serviam ao mesmo propósito, sendo ambos necessários ao Estado. A culpa das más relações entre eles, inclusive, é atribuída a terceiros, que em nome de ambições próprias, teriam se colocado entre aqueles que deveriam governar pacificamente.

Em todo caso, não deveria haver qualquer desacordo – apenas unicidade de mentes – entre os soberanos (*kimi*) que estavam administrando os assuntos de Estado como Imperadores Aposentados e o Regente/Chanceler (*setsuroku*). Mas como homens e mulheres que serviram os Imperadores Aposentados como ministros pessoais (*kinshin*) ascenderam a posições de influência, eles ficaram entre o soberano e seu Regente/Chanceler, fazendo muito para piorar a relação entre eles. Ora, mesmo pessoas tão nobres como MINAMOTO Toshiaki (1044-1114) estavam incluídas entre esses ministros pessoais! O [atual] soberano [Imperador Aposentado Go-Toba] deve saber que a presença desses ministros pessoais é uma importante característica da deterioração nestes últimos reinados.<sup>115</sup>

Ainda que terceiros sejam culpados pela deterioração das relações entre Regentes e *In*, é colocado determinado nível de responsabilidade no próprio soberano, principalmente por permitir que tais “ministros pessoais” tivessem espaço no governo. Jien parece falar diretamente com Go-Toba para alertá-lo sobre suas próprias ações e sobre as pessoas com quem ele estaria se relacionando. Inclusive, em outro trecho é possível ver que as acusações de mau governo são diretas e incisivas, conforme segue:

Enquanto estamos sendo submetidos a este processo de deterioração, o Imperador Aposentado e seus ministros pessoais parecem governar contando mentiras (*soragoto*). Não há absolutamente espaço algum para mentiras em

---

<sup>115</sup> “In any case, there should have been absolutely no disagreement – only singleness of mind – between the sovereigns (*kimi*) who were administering state affairs as Retired Emperors and the Regent/Chancellors (*setusroku*). But because men and women who served the Retired Emperors as personal ministers (*kinshin*) rose to positions of influence, they stood between the sovereign and his Regent/Chancellor, doing much to worsen relations between them. Alas, fine people as high as MINAMOTO Toshiaki (1044-1114) were included among these personal ministers! The [present] sovereign [Retired Emperor Go-Toba] should know that the presence of these personal ministers is an important feature of deterioration in these final reigns.” (Ibidem, pg 213-214);

conferências Imperiais! Em uma situação em que se recorre à mentiras, bons homens não serão capazes de manter posições de influência nos assuntos de Estado.<sup>116</sup>

Portanto, se a culpa do afastamento entre Regentes e *In* é dos chamados ministros pessoais, sendo o *In* aquele que permite a permanência deles no âmbito governamental, então as boas relações com a regência dependem da vontade do *In*, não do regente em si. Apesar de ter sido dito que ministros Fujiwara na época de Go-Sanjō estariam agindo com egoísmos e por isso se justificaria a mudança para o governo *Insei*, com Go-Toba os Regentes Fujiwara não mais são criticados, ao menos não com a mesma ênfase que as demais partes, ainda que eles mesmo tenham se envolvido em diversas disputas pessoais no decorrer daqueles anos. Esta parece ser mais uma tentativa de Jien em apresentar uma boa imagem dos Fujiwara e da regência, já que este é o posto visado para ser ocupado por Yoritsune no futuro, enquanto apela para a consciência de Go-Toba-*in*.

Se considerar o início do governo *insei* com a abdicação de Shirakawa em 1086, o sistema terá pouco mais de cem anos quando Go-Toba abdica em 1198, sendo consideravelmente mais curto se comparado ao tempo de domínio dos Fujiwara desde a nomeação de Yoshifusa como *Sesshō* em 858, sem contar os ministros desde Kamatari, até a ascensão de Go-Sanjō-*tennō* em 1068. Além disso, dentro deste que seria um momento da história recente para a geração de Jien e Go-Toba, diversas situações se destacam na disputa política, como a ascensão de líderes guerreiros aos altos cargos na Corte, as rebeliões de Hōgen, Heiji e a Guerra Genpei e, por fim, a própria fundação do *shogunato* Kamakura em 1192. Portanto, o sistema *Insei* não se inseriu apenas como um momento de protagonismo de imperadores aposentados, mas em um contexto onde múltiplas figuras de poder, tradicionais e ascendentes, disputavam espaço na Corte e na sociedade japonesa, expandindo suas redes de influência também para as províncias além das capitais de Heian e Kamakura.

Neste cenário múltiplo, conforme segue a narrativa do *Gukanshō* e, principalmente, em seu capítulo de conclusão, Jien parece tentar conseguir a confiança de Go-Toba para que talvez seu discurso final seja melhor recebido. Ambos parecem ter tido uma relação próxima e amistosa por determinado período de tempo, algo que Jien destaca ao comentar de si mesmo em terceira pessoa.

---

<sup>116</sup> “While we are being subjected to this process of deterioration, the Retired Emperor and his personal ministers seem to govern by telling lies (*soragoto*). There is absolutely no place for lies in Imperial conferences! In a situation in which lies are resorted to, good men will not be able to retain positions of influence in the affairs of state.” (Ibidem, pg 225);

(...) O abade de Tendai, Alto Sacerdote Jien, era irmão de Kanezane [e tio de Yoshitsune]. O leitor não irá acreditar nisso, mas Jien tinha a reputação de ser um bom poeta e, portanto, Go-Toba estava disposto a dizer: “Você deve vir ao palácio; e você deve vir como uma pessoa de posição equivalente ao Regente.” Portanto, Jien estava sempre se encontrando com Go-Toba. Foi reportado que Jien, como sacerdote guardião do Imperador Aposentado, por anos tem sido o homem em quem Go-Toba mais confia. (Go-Toba construiu um belo palácio em Uji onde Sua Majestade residia, mas o palácio foi destruído por um incêndio pouco depois.)<sup>117</sup>

Se Jien foi por anos o homem em que Go-Toba mais confiava, então nada deveria impedir que os argumentos do monge fossem ouvidos e aceitos por ele. Na passagem fica claro o apelo para a relação de proximidade compartilhada entre eles, o que poderia ter peso também pelo fato de Jien ser tanto uma importante figura da seita de Tendai, tendo sido abade por quatro vezes, quanto alguém ligado ao clã Kujō, como foram os regentes Kanezane, Yoshitsune e o jovem *Shōgun* Yoritsune.

Tanto os Kujō quanto Tendai ganham destaque no ponto da narrativa referente ao período *insei*, sendo isto para além de aparentemente reforçar as características pessoais de Jien. Desde o aparecimento de Kujō Morosuke e sua reivindicação junto ao monge Ji'e de que seus descendentes herdariam os postos regenciais, os Kujō aparecem no texto como aqueles com as habilidades necessárias ao governo imperial, algo que em determinado momento supera até mesmo o Princípio antes defendido de que avôs e tios maternos dos *Tennō* seriam aqueles a ocupar os cargos regenciais.

Tal episódio ocorre ainda no governo de Shirakawa-*in*, quando seu neto Toba (鳥羽天皇; 1103-1156) ascende como *Tennō*, em 1107, aos cinco anos de idade após a morte de seu pai e antecessor, Horikawa-*tennō* (堀河天皇; 1079-1107). Durante o reinado de Horikawa, três Fujiwara ocuparam sucessivamente os postos regenciais, sendo: Fujiwara Morozane (藤原師実; 1042-1101), que já havia atuado como *Kanpaku* durante o reinado de Shirakawa, foi nomeado *Sesshō* e primeiro ministro com a ascensão de Horikawa; Fujiwara Moromichi (藤原師通; 1062-1099), filho de Morozane, foi nomeado *Kanpaku* de Horikawa após a abdicação do pai em 1094; e Fujiwara Tadazane (藤原忠実; 1078-1162), por sua vez filho de Moromichi, que foi nomeado *nairan* e

---

<sup>117</sup> “(...) The Tendai Abbot, High Priest Jien, was Kanezane’s brother [and Yoshitsune’s uncle]. The reader will not believe this, but Jien was reputed to be a fine poet, and therefore Go-Toba was disposed to say: “You must come to the palace; and you must come as a person with the same standing as the Regent.” Therefore Jien was always calling on Go-Toba. It was reported that Jien, as the Retired Emperor’s guardian priest, had for years been the man Go-Toba trusted the most. (Go-Toba built a fine palace at Uji where his Majesty resided, but the palace was destroyed by fire soon afterward.)” (Ibidem, pg 165);

herdou a liderança do clã Fujiwara após a morte do pai em 1094, para depois ser nomeado *Kanpaku* de Horikawa já no fim deste reinado, em 1105.<sup>118</sup>

Quando Toba ascende em 1107, Tadazane ainda ocupava o cargo de *Kanpaku*, mas a mãe do novo *Tennō* era Fujiwara Shishi (falecida em 1103), filha de Fujiwara Sanesue (藤原実季; 1035-1092) do ramo Kan'in e irmã de Kan'in Kinzane (藤原公実; 1053-1107). Se considerar o dito curso dos Princípios, tão defendido por Jien, Kinzane tinha direito à posição de *Sesshō* por ser tio materno de Toba-*tennō*, reivindicação esta, feita por ele junto a Shirakawa-*in*. No *Gukanshō* é contado que Shirakawa se tranca em seus aposentos para decidir sobre a questão regencial por um tempo, apenas resolvendo-a depois que o Conselheiro Sênior Minamoto Toshiaki (源俊明; 1044-1114), após obrigar os servos a abrirem as portas, pressionou o *in* por uma decisão. Teria sido dito, então, que a regência deveria permanecer com Kujō Tadazane, recusando-se assim a reivindicação de Kan'in Kinzane.<sup>119</sup>

O Imperador Aposentado Shirakawa deu a entender que as cerimônias de sucessão deveriam ser conduzidas por Kujō Tadazane e que a solicitação de KAN'IN Kinzane não deveria ser atendida. Percebendo que este pedido de Kinzane era contrário ao Princípio, os pensamentos de Toshiaki provavelmente correram desta forma:

Kinzane não deve ser nomeado Regente. Ele é um descendente de Kujō Morosuke, mas mesmo o próprio filho de Morosuke, KAN'IN Kinsue, não foi considerado adequado para a posição de Regente ou Chanceler. Isto também foi verdade com o filho de Kinsue (Sanenari), seu neto (Kinnari), e seu bisneto (Sanesuke), fazendo de Kinzane a quinta pessoa na linhagem KAN'IN não nomeada Regente ou Chanceler e que tem sido tratado como um comum. É Kinzane, portanto, o tipo de pessoa a ser nomeada Regente? O íntimo e o estranho, o próximo e o distante, o velho, de meia idade e o jovem, os nobres e os mesquinhos, assim como os superiores e os inferiores todos sentiram, no passado e no presente, que o posto de Regente ou Chanceler não deve ser assumido por uma pessoa da linhagem KAN'IN e é deplorável para o Imperador Aposentado ser o mínimo perturbado pela solicitação de Kinzane.<sup>120</sup>

<sup>118</sup> As datas e nomeações dos três Fujiwara constam na seção cronológica do *Gukanshō*, página 318 da tradução de Brown e Ishida;

<sup>119</sup> *Gukanshō*, In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 84-85;

<sup>120</sup> "Retired Emperor Shirakawa had implied that the succession ceremonies should be conducted by Kujō Tadazane and that KAN'IN Kinzane's request should not be granted. Perceiving that this request by Kinzane was contrary to Principle, Toshiaki's thoughts probably ran like this: Kinzane should not be appointed Regent. He is a descendant of Kujō Morosuke, but even Morosuke's own son KAN'IN Kinsue was not considered suitable for the position of Regent or Chancellor. This was also true of Kinsue's son (Sanenari), his grandson (Kinnari), and his great-grandson (Sanesuke), making Kinsue the fifth person in the KAN'IN line who has not been appointed Regent or Chancellor and who has been treated simply as a commoner. Is Kinzane therefore the sort of person to be appointed Regent? The intimate and estranged, the close and distant, the old, middle-aged, and young, the noble and mean, as well as the high and low all have felt, in the past and in the present, that the office of Regent or Chancellor should not be held by a person of the KAN'IN line and that it is deplorable for the Retired Emperor to be the least bit troubled by Kinzane's request." (Ibidem, pg 86);

Aparentemente o Princípio ao qual Jien se refere, ao colocar palavras no pensamento de Toshiaki, está relacionado a uma questão de precedentes. Os Kan'in também eram descendentes de Morosuke, mas foi a linha dos Kujō que herdou as posições regenciais, não tendo tal desvio ocorrido para nenhum dos membros da linhagem de Kinsue. O próprio Shirakawa era filho de uma mulher do ramo Kan'in, algo que Jien não ignora, mas sua convicção de que os Kujō tinham as habilidades necessárias ao cargo, permite até mesmo que o Princípio de que um tio materno deveria ser regente fosse ignorado.

Mas se KAN'IN Kinzane tivesse talento com ensinamentos chineses e japoneses como SUGAWARA Michizane, ou se ele tivesse sido superior à KUJŌ Tadazane em caráter e habilidade de administrar assuntos de Estado, ou se ele tivesse sido um homem inteligente como FUJIWARA Sanesuke, ele talvez pudesse ser um homem apropriado para o posto de Regente. Mas já que ele era apenas o tio materno do Imperador reinante, e muitos filhos verdadeiros de antigos Regentes e Chanceleres não adquiriram esta alta posição, por que ele pensou que deveria receber tal nomeação? Como o assunto foi sério o suficiente para incomodar o Imperador Aposentado, foi guardado em segredo e confidencial, e as pessoas em geral não sabiam nem fofocavam sobre isso. Ainda assim, Kinzane recomendou a própria candidatura. Pensando apenas em uma coisa e imaginando como melhorar as sortes de sua casa, seus pensamentos podem ter ocorrido assim: “Eu devo ser nomeado Regente pois nunca houve um simples caso de uma pessoa não ser nomeado Regente ou Chanceler se detém uma posição tão alta como Conselheiro Sênior ou Ministro e, como um descendente de um antigo Regente ou Chanceler, é um irmão da mãe Imperial.” Ele pensava desta forma, apesar de que isso não é de conhecimento geral.<sup>121</sup>

Tadazane, no entanto, tinha um grau de parentesco com o jovem *Tennō* muito mais distante que o geralmente visto até então. Toba era neto de Kenshi, filha adotiva de Morozane, este sendo o avô de Tadazane. Ele portanto não era tão próximo de Toba, mas ainda assim, por decisão de Shirakawa, permaneceu como regente do *Tennō*, ainda que Kinzane, tio do menino, tenha sido o mestre de sua casa (*household*) enquanto Toba era herdeiro de Horikawa-*tennō*.

---

<sup>121</sup> “But if KAN'IN Kinzane had been talented in Chinese and Japanese learning like SUGAWARA Michizane, or if he had been superior to KUJŌ Tadazane in character and in ability to manage state affairs, or if he had been an intelligent man like FUJIWARA Sanesuke, he might have been a suitable man for the post of Regent. But since he was simply a maternal uncle of the reigning Emperor, and many true sons and grandsons of former Regents and Chancellors had not acquired that high position, why did he think he should have such an appointment? Because the matter was serious enough to trouble the Retired Emperor, it was kept secret and confidential, and people did not generally know or gossip about it. Nevertheless, Kinzane did recommend his own candidacy. Thinking only of one thing and wondering how to advance the fortunes of his house, his thoughts may have run like this: “I should be appointed Regent because there has never been a single case of a person not being appointed Regent or Chancellor if he holds a position as high as Senior Counselor or Minister and, as a descendant of a former Regent or Chancellor, is a brother of the Imperial mother.” He did think in this way, although that is not generally known.” (Ibidem);

O que Jien faz, ao reforçar a legitimidade dos Kujō como regentes, é ignorar que os planos de Shirakawa de restringir os poderes regenciais eram melhor servidos se alguém fracamente relacionado com Toba, como Tadazane, permanecesse com tal posição, assim como apontado por Brown e Ishida:

A explicação de Jien sobre a decisão de Shirakawa em deixar que Tadazane permanecesse como Regente de Toba, ainda que Kinzane fosse o irmão da mãe Imperial de Toba, estressa o prestígio da casa KIJŌ e a falta de habilidade de Kinzane. Apesar de Tadazane ser mantido, Shirakawa ainda era a figura política dominante na Corte. Já que a casa da mãe Imperial de Shirakawa (e de Toba) era a KAN'IN, Shirakawa pode muito bem ter mantido Tadazane como Regente para impedir que os KAN'IN acumulassem o tipo de poder que foi desfrutado por Regentes anteriores.<sup>122</sup>

Novamente a ideia da alternância entre Príncipios ajuda na argumentação do projeto de Jien, sendo visível não apenas o favorecimento dos Fujiwara nas questões de disputa de poderes na Corte, mas também dos Kujō dentro da dinâmica de forças do clã. A ênfase nesta família pode também estar relacionada a acontecimentos posteriores, quando três ramos Fujiwara, os Konoe, Matsu e Kujō, assumiram a regência durante momentos que tanto antecedem quanto sucedem a Guerra Genpei. Na ocasião, a narrativa irá exaltar o nome de Kujō Kanezane (九条兼実; 1149-1207) para a regência, enquanto critica e diminui as habilidades dos descendentes de Konoe Motozane (近衛基実; 1143-1166) e de Matsu Motofusa (松殿基房; 1144-1230), colocando-o como um homem nobre e sábio, cujos descendentes trariam as necessárias melhorias, incluindo seu bisneto, Kujō Yoritsune. Este assunto será melhor explorado no capítulo seguinte, mas já é possível apontar que Motozane, Motofusa, Kanezane e o próprio Jien, eram todos filhos de Fujiwara Tadamichi (藤原忠通; 1097-1164), o que demonstra que Jien estava favorecendo não apenas um ramo Fujiwara, mas também um irmão em detrimento dos outros, inclusive colocando-o como uma figura central na nomeação de Go-Toba à posição de *Tennō*.

Outro elemento que aparece nos trechos da narrativa referentes ao período *insei* é um aparente destaque da ordem budista de Tendai. O papel da Lei Budista sempre esteve presente no decorrer do *Gukanshō*, mas é possível perceber Tendai colocada em evidência, enquanto que parece haver a omissão de outras ordens contemporâneas em diversos

---

<sup>122</sup> “Jien’s explanation of Retired Emperor Shirakawa’s decision to let Tadazane stay on as Toba’s Regent, even though Kinzane was the brother of Toba’s Imperial mother, stresses the prestige of the KIJŌ house and Kinzane’s lack of ability. Although Tadazane was retained, Shirakawa was still the dominant political figure at court. Since the house of Shirakawa’s Imperial mother (and of Toba’s) was the KAN’IN, Shirakawa may well have kept Tadazane on as Regent in order to keep the KAN’IN from amassing the kind of power that had been enjoyed by previous Regents.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 86-87, nota 24);

momentos. Na seção cronológica da fonte, o Monte Hiei, sede de Tendai, é mencionado desde a construção de seu Salão Central em 788 pelo fundador da ordem, Preceptor Dengyō, ainda durante o reinado de Kammu entre os séculos VIII-IX. Deste ponto em diante, todo reinado terá listado, após os nomes dos ministros de cada governo, os nomes dos abades que administraram Tendai, sendo o primeiro já no reinado de Saga-*tennō* (嵯峨天皇; 786-842), o sacerdote Gishin (義真; 781-833).<sup>123</sup>

O protagonismo de Tendai na narrativa não se restringe ao período *insei*, mas algumas menções evidenciam uma ideia de proteção e confiança junto ao governo que não parece ser atribuída a outras ordens. Um evento de destaque teria sido o auxílio para que um filho imperial nascesse para suceder Shirakawa-*tennō*, antes mesmo de sua abdicação visando o governo como *in*.

Entre estes estranhos acontecimentos que são difíceis de entender estava o nascimento de um filho Imperial pela filha adotiva de Morozane, Kenshi. Depois de Shirakawa ascender em 1072, Sua Majestade queria muito ter um filho Imperial com Kenshi; e então ele pediu a um famoso sacerdote de Miidera, Mestre Professor Raigō (1002-84), que oferecesse preces para um filho Imperial. O Imperador prometeu a Raigō qualquer coisa que ele desejasse se as preces fossem atendidas. Raigō, portanto, se esforçou em oração e, depois de um tempo, nasceu um filho Imperial de Kenshi, assim como o Imperador desejava. Raigō ficou encantado e anunciou que como recompensa por seus esforços, gostaria de realizar seu antigo desejo de ter um salão de ordenação construído em Miidera. O Imperador ficou perplexo:

Como pode pedir por isto? Este tipo de recompensa não me ocorreu. Eu tinha em mente algo como uma promoção acelerada para o posto de Alto Sacerdote. Se eu atendesse ao seu pedido, o Monte Hiei iria se opor e os membros dos dois mosteiros do Monte Hiei e Miidera iriam começar a lutar uns contra os outros. E isso destruiria a Lei Budista. Então como eu poderia aceitar tal pedido?

À isto, Raigō disse: “Eu ofereci preces com este pedido em mente. Se não for concedido, morrerei em decepção. E quando eu morrer, o filho Imperial que nasceu em resposta às minhas preces também morrerá.” Raigo então retornou para Miidera e se isolou em seu Salão da Estátua de Buda. (...) <sup>124</sup>

<sup>123</sup> *Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 281-282;

<sup>124</sup> “Among these strange developments that are hard to understand was the birth of an Imperial son to Morozane’s adopted daughter Kenshi. After Shirakawa was enthroned in 1072, His Majesty wanted very much to have an Imperial son by Kenshi; and he therefore asked a famous priest of Miidera, Master Teacher Raigō (1002-84), to pray for an Imperial son. The Emperor promised to give Raigō anything he wished if the prayers were answered. Raigō therefore exerted himself in prayer, and after a time an Imperial son was born to Kenshi, just as the Emperor had wanted. Raigō was delighted and announced that as a reward for his efforts he would like to realize his long-standing desire to have an ordination hall built at Miidera. The Emperor was astounded: How can you ask for that? That sort of award did not occur to me. I had in mind something like an accelerated promotion to the rank of High Priest. If I were to grant your request, Mt. Hiei would object and the members of the two monasteries of Mt. Hiei and Miidera would start fighting against each other. And this would destroy Buddhist Law. So how can I grant such request? Whereupon Raigō said: “I was praying with this request in mind. If it is not granted, I will die in disappointment. And when I die, the Imperial son which was born in response to my prayers will also die.” Raigo then returned to Miidera and secluded himself in his Buddha-Statue Hall. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 83);

Shirakawa teria insistido na tentativa de dissuadir Raigō, mandando enviados em seu nome para “consolar” o monge mas, conforme é narrado, este estaria impassível em sua decisão, assim como fisicamente exaurido por tal situação. Aparentemente, nada pôde ser feito e Raigō veio a falecer desgostoso, o que posteriormente o transformaria em um espírito vingativo, mas cuja consequência imediata seria exatamente a morte da criança por quem ele havia oferecido suas preces, o que podia pôr em risco a própria sucessão imperial.

(...) Raigō morreu não muito depois e logo o filho Imperial também morreu, aos três anos de idade. Por causa desses eventos, o Imperador – sentindo que não havia nada mais que pudesse fazer – chamou Ryōshin (1022-96), o abade de Tendai, e falou com ele conforme segue: “Este tipo de coisa aconteceu. O que podemos fazer? Tenha certeza de oferecer preces para outro filho Imperial.” Ryōshin respondeu: “Eu entendo. Eu acho que podemos confiar no poder dos Três Tesouros Budistas do nosso monastério de Tendai no Monte Hiei e nos Reis da Montanha.” O futuro Imperador Horikawa nasceu em 1079 e ascendeu em 1086. E o filho do Imperador Horikawa se tornou o futuro Imperador Toba. Então a linha de descendentes Imperiais não foi quebrada. Por causa destes eventos – não apresentados aqui com embelezamento algum – os pensamentos dos monges de Hiei deviam ser bem profundos.<sup>125</sup>

O templo de Miidera, também conhecido pelo nome de Onjō-ji (園城寺), fica localizado aos pés do Monte Hiei e é considerado um dos templos mais importantes da história japonesa. Assim como o Enryaku-ji (延暦寺), sede de Tendai, o Miidera também era parte desta escola budista durante o período Heian, mas discordâncias e disputas acabaram por separar os templos e seus monges em dois ramos diferentes, cuja rivalidade aumentava e diminuía de acordo com circunstâncias mutáveis. Os templos tanto já se atacaram mutuamente, quanto já se aliaram contra escolas e templos de Nara, por exemplo, o que torna a relação entre seus seguidores mais complexa do que uma simples divisão dogmática, por assim dizer.

Neste sentido, Jien, um monge de Tendai que já administrou o Monte Hiei, parece reproduzir a rivalidade com Miidera durante o período *insei* ao descrever como os monges de Tendai, seu então abade Ryōshin e, principalmente, sua divindade guardiã<sup>126</sup>,

<sup>125</sup> “(...) Not long afterward Raigō died, and soon the Imperial son also died, at the age of three. Because of these events, the Emperor – feeling that there was nothing else he could do – called in Ryōshin (1022-96), the Tendai Abbot, and spoke to him as follows: “This sort of thing has happened. What can we do? Be sure to offer up prayers for another Imperial son.” Ryōshin replied: “I understand. I think we can rely on the power of the Three Buddhist Treasures of our Tendai monastery at Mt. Hiei and on the Kings of the Mountain.” The future Emperor Horikawa was born in 1079 and enthroned in 1086. And Emperor Horikawa’s son became the future Emperor Toba. So the Imperial line of descent was not broken. Because of these events – not presented here with any embellishment – the thoughts of the Hiei Priests must be really deep.” (Ibidem, pg 83-84);

<sup>126</sup> Os “Reis da Montanha” faz referência à *sannō daishi*, os *Kami* cultuados no Santuário Hie do Monte Hiei e que seriam as entidades guardiãs do monte e do Enryaku-ji. (BROWN; ISHIDA, 1979, pg84, nota 21);

auxiliaram na proteção da linhagem imperial em momentos quando o auxílio da Lei Budista foi necessária. Na questão do desejado filho imperial, Raigō de Miidera foi capaz de realizar o desejo de Shirakawa, mas aparentemente apenas em troca de uma recompensa que, ao não ser garantida, encerraria um “contrato” estabelecido entre as partes, ceifando assim a vida da criança ao qual estava relacionado. É notável, inclusive, que nenhuma promessa de recompensa é mencionada para Ryōshin de Tendai, que tanto aceita como realiza o pedido do *Tennō*, sendo que o efeito de suas preces aparece relacionado não apenas à um herdeiro imediato, Horikawa, mas também à geração seguinte com o nascimento de Toba.

Pode-se também destacar o comentário de que, após a morte do filho imperial, Shirakawa teria sentido que “não havia nada mais que pudesse fazer”, entregando a questão ao abade de Tendai. Parece plausível dizer que neste momento o *Tennō* é retratado como alguém que não tem condições de resolver o problema em questão por si mesmo, que não só não tem a habilidade necessária para tal, como também não sabe o que poderia ser feito. Sua preocupação imediata é o nascimento de um herdeiro, sendo essa sua única exigência clara, algo que ele acredita ser possível por meio de preces. É Ryōshin quem diz em quais elementos confiar para direcionar as preces, mostrando que em relação à dimensão não secular, mas que envolve diretamente o futuro do Estado, a solução é dada pelo monge, não pelo *Tennō*.

Com efeito, Jien está reafirmando a essencialidade da proteção da Lei Budista dentro do processo histórico durante o período *insei*, o que também não se restringe ao nascimento de herdeiros imperiais. Outra manifestação desta proteção está na ação contra os espíritos vingativos que surgem em diversas ocasiões, inclusive contra uma filha de Shirakawa envolvendo o mesmo monge Raigō, que morreu em desgosto pela promessa não cumprida.

O Imperador Aposentado Shirakawa gostava muito de sua filha, uma dama Imperial conhecida como Yūhō-mon In, mas a alma vingativa de Raigō se ligou a ela e a amaldiçoou. Apesar de Zōyō e Ryūmei de Miidera terem oferecido preces para que a maldição fosse removida, suas preces não foram atendidas. Então Shirakawa chamou Ryōshin do Monte Hiei, que chegou no palácio com 20 sacerdotes que tinham residido no Salão Central do Monte Hiei por longos períodos de tempo. Eles fervorosamente ofereceram preces para que a maldição fosse removida; e suas preces foram atendidas. O Imperador Aposentado Shirakawa estava muito feliz. Mas então sua filha morreu repentinamente em 1096. Surpreso e triste com sua morte, Shirakawa ingressou no sacerdócio budista naquele mesmo ano.<sup>127</sup>

---

<sup>127</sup> “Retired Emperor Shirakawa had been extremely fond of his daughter, an Imperial Lady known as Yūhō-mon In, but the vengeful soul of Raigō attached itself to her and cursed her. Although Zōyō and Ryūmei of Miidera prayed that the curse be removed, their prayers were not answered. So Shirakawa called

Mais uma vez os monges de Tendai são bem sucedidos em executar algo que os de Miidera foram incapazes de fazer. O episódio da maldição do espírito vingativo de Raigō também é contado no Heike Monogatari, mas a forma como Jien o descreve no *Gukanshō* destaca não a situação em si, mas o prestígio do abade e dos monges de Tendai em sua capacidade de resolver os problemas do clã imperial. Outro elemento que se repete nesta passagem é que, apesar de Ryōshin ser citado como sendo aquele convocado por Shirakawa, ele não executou as preces sozinho, mas com o auxílio de outros 20 monges que viveram no Monte Hiei. Jien também comentou, na passagem sobre o nascimento de Horikawa, que “os pensamentos dos monges de Hiei deviam ser bem profundos”, o que promove uma noção de coletividade durante ritos e preces. Em contrapartida, os monges de Miidera são citados individualmente, tendo apenas Raigō se envolvido na primeira questão, enquanto Zōyō e Ryūmei são os únicos monges deste templo a aparecerem na segunda.

A proteção de Tendai a partir do Monte Hiei é, desta maneira, colocada como superior. Não é dito enfaticamente que outras ordens seriam inferiores ou que não haveriam monges aptos em outros templos, mas as escolhas narrativas feitas no *Gukanshō* sugerem o prestígio, em dimensões diversas, desta escola budista e de seu ramo principal. Para futuros estágios da deterioração, porém, Jien menciona o desaparecimento de bons monges em todos os templos e ordens, com ressalva de apenas alguns nomes, mas no período *insei*, Tendai e suas divindades guardiãs aparecem como elemento essencial para a manutenção e proteção do Estado.

É notável também um poder de influência que ultrapassa a dimensão espiritual, como no citado caso de Raigō, onde Shirakawa se recusa a conceder o pedido do monge para evitar problemas com os membros do Monte Hiei. Já em outro momento, a morte de um regente Fujiwara é relacionada às maldições decorrentes de ações tomadas contra monges de Tendai, quando durante o reinado de Horikawa, Fujiwara Moromichi (藤原師通; 1062-1099) mandou atacar os monges que desceram do Monte Hiei em direção à Corte Imperial carregando um pequeno santuário. A intenção deles seria fazer demandas junto ao governo, mas Moromichi considerou o ato uma afronta e ordenou que

---

in Ryōshin of Mt. Hiei, who arrived at the palace with 20 priests that had resided at the Central Hall of Mt. Hiei for long periods of time. They prayed earnestly that the curse be removed; and their prayers were answered. Retired Emperor Shirakawa was delighted. But then his daughter suddenly died in 1096. Astounded and saddened by her death, Shirakawa entered the Buddhist priesthood that same year.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 87);

flechas fossem lançadas contra os monges, o que deixou feridos e atingiu também o santuário que carregavam. Os *Kami* do Santuário de Hie teriam então lançado uma maldição em Moromichi<sup>128</sup>, o que resultaria em sua morte e provaria, novamente, que o poder das divindades de Tendai ultrapassam os limites entre a dimensão do divino e o mundo secular, que no Japão daquele período, não estariam necessariamente separados.

Jien novamente dará pistas sobre uma superioridade de Tendai em seu capítulo de conclusão, onde também discursa sobre a importância dos governantes confiarem em monges hábeis, algo que ele mesmo parece desejar de seu leitor principal, *Go-Toba-in*.

Desde tempos antigos há o Princípio de que almas vingativas (*onryō*) destroem o Estado e o homem. A primeira coisa a se fazer sobre isso é orar para Budas e *Kami*.

(...)

A alma vingativa do Conselheiro Sênior FUJIWARA Motokata (o avô materno do Príncipe Hirohira que era o filho mais velho do Imperador MuraKami), da mesma forma se apossou e atormentou o Imperador Reizei (959-1011). É dito que FUJIWARA Michinaga (966-1027) foi possuído pela alma vingativa do Ministro FUJIWARA Akimitsu, pois Akimitsu era sogro do Príncipe Atsuaki [que foi nomeado herdeiro mas nunca ascendeu]. Mesmo assim, os Regentes não sofreram de excessiva destruição por tais possessões de almas, já que a Lei de Buda estava prosperando e muitos sacerdotes budistas eram sábios e bem treinados em austeridades. Por sinceramente confiar em sacerdotes honrados, as pessoas receberam as bênçãos dos Três Tesouros Budistas. Nós ouvimos que havia tal confiança de Lorde KIJŌ FUJIWARA Morosuke no Grande Preceptor Ji'e, de FUJIWARA Michinaga em Kyōen (Abade do Salão Sammai) e Kyōmyō (Abade do Templo Mudō), e de FUJIWARA Yorimichi em Myōson (Alto Sacerdote Shiga).<sup>129</sup>

Segundo Brown e Ishida, os quatro sacerdotes mencionados no fim da passagem, Ji'e, Kyōen, Kyōmyō e Myōson, foram todos abades de Tendai entre a segunda metade do século X e meados do XI<sup>130</sup>, que não por acaso, são colocados como sábios e honrados. Os governantes que confiaram nestes homens foram também bem sucedidos em seus governos, como Michinaga e Yorimichi, ou tiveram desejos atendidos, como Morosuke, que pediu a regência para seus descendentes. Todos são nomes citados e analisados

<sup>128</sup> Ibidem, pg 88;

<sup>129</sup> "Since ancient times, there has been the Principle that vengeful souls (*onryō*) ruin the state and destroy man. The first thing to do about this is to pray to Buddhas and Kami. (...)

The vengeful soul of Senior Counselor FUJIWARA Motokata (the maternal grandfather of Prince Hirohira who was Emperor MuraKami's eldest son) likewise took possession of and tormented Emperor Reizei (959-1011). And it is said that FUJIWARA Michinaga (966-1027) was possessed by the vengeful soul of Minister FUJIWARA Akimitsu, because Akimitsu was the father in law of Prince Atsuaki [who was named Crown Prince but not enthroned]. Nevertheless, Regents did not suffer from excessive destruction by such soul possession, since Buddha Law was prospering and many Buddhist priests were wise and well-trained in austerities. By sincerely trusting honored priests, people receives the blessings of the Three Treasures of Buddhism. We hear that there was such trust by Lord KIJŌ FUJIWARA Morosuke in Grand Preceptor Ji'e, by FUJIWARA Michinaga in Kyōen (Abbot of the Sammai Hall) and Kyōmyō (Abbot of Mudō Temple), and by FUJIWARA Yorimichi in Myōson (High Priest Shiga)." (Ibidem, pg 218-220);

<sup>130</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 220, nota 39;

durante a narrativa em cada um de seus respectivos momentos, mas que nas conclusões são retomados para mais uma vez destacar as supostas relações de confiança compartilhadas entre monges e governantes.

Jien parece, durante toda a extensão do *Gukanshō*, trabalhar com a ideia de precedentes. Algo poderia acontecer pois já teria, em algum momento no passado, acontecido. Isto, junto de constantes recorrências em determinado período histórico, pode representar a criação de um novo Princípio, a depender das necessidades impostas pela deterioração dos *kalpa*. Ao falar especificamente sobre aqueles que prosperaram ao confiar honestamente nos abades de Tendai, lembrando que ele mesmo já ocupou tal posição e que teve uma boa relação de confiança com o atual soberano, Jien está pedindo para que Go-Toba novamente confie nele para tomar as decisões certas em um futuro próximo.

Tal pedido não é feito sem os devidos argumentos. Na narrativa do *Gukanshō* o período *insei* representa mais um momento de mudanças no processo histórico, visto como uma drástica virada para aquela que seria a última era da história. Ministros passam a agir por interesses próprios e os regentes Fujiwara não mais conseguem administrar o Estado de maneira satisfatória, o que exige o surgimento de um novo tipo de governo previsto pela Deusa do Sol desde a Era dos *Kami*. Desta maneira, Jien está dando a devida importância ao advento *Insei*, colocando esta forma de governar como mais uma ação visando melhorias provisórias, mas ao mesmo tempo demonstra que isto é parte do mesmo processo histórico que legitimou os Fujiwara como governantes em um período onde os *Tennō* não mais seriam capazes de exercer completo domínio sobre todas as instâncias de governo.

Mas ainda que os *in* passem a governar, a posição regencial não é extinta, já que os Fujiwara ainda tinham importante influência sobre a Corte Imperial e sobre territórios provinciais. A mudança essencial está na troca de linhagem das mães imperiais, o que cria um afastamento entre *Tennō* e o ramo regencial de então, mas os Kujō, segundo Jien, ainda são os únicos hábeis o suficiente para manter tais posições. Este fato é destaque durante o governo de Shirakawa, enquanto que para os *in* posteriores a ele, o texto trará a presença de novos personagens com mais intensidade, dividindo assim a atenção entre o governo *insei* e a ascensão das lideranças guerreiras dos Taira e Minamoto.

O que tudo isto parece demonstrar é a tentativa de convencer Go-Toba de que, apesar dos *in* serem importantes personagens da história, eles não foram únicos ou necessariamente melhores do que outros governantes, mas sim peças necessárias à

manutenção do Estado japonês durante um período específico, assim como foram os regentes Fujiwara. De fato, por fazerem parte do clã imperial, são considerados descendentes da Deusa do Sol e portanto superiores ao ser humano comum, pois afinal foram legítimos *Tennō* antes de decidirem abdicar. Mas a deterioração do tempo, da história e habilidades humanas não pode ser evitada, o que afligirá todas as dimensões da vida na sociedade japonesa, seja pelo desaparecimento de homens de habilidade ou pela ação de espíritos e entidades vingativas com capacidade de acelerar a destruição do Estado.

Neste sentido os *in*, ainda que teoricamente soberanos, precisam confiar nas habilidades de outros indivíduos, como os monges de Tendai que aparecem como importante auxílio à manutenção da linhagem imperial. A Lei Budista é assim novamente mencionada como protetora da Lei Imperial, especificamente em um momento quando o próprio sistema *insei* poderia estar ameaçado. A base do sistema é o controle da sucessão imperial pela passagem do título de *Tennō* de pai para filho a partir de Go-Sanjō, mas Shirakawa apenas conseguiu um herdeiro depois que Ryōshin de Tendai o auxiliou com preces, acrescentando-se que, de seu herdeiro Horikawa nasceria Toba, outro importante *Tennō* que governou como *In* durante um intenso momento de disputas na Corte de Heian.

Foi após a morte de Toba-*in* que estourou a rebelião de Hōgen, o primeiro conflito armado de maior relevância dentro da capital Heian, iniciando um protagonismo das elites guerreiras junto à Corte que, eventualmente, culminaria na rebelião de Heiji e na Guerra Genpei. A forma como Jien trata a chegada destas batalhas será analisada no capítulo seguinte, mas pode-se destacar de antemão que, enquanto os trechos a respeito dos governos de Go-Sanjō e Shirakawa retratam um momento de mudanças onde o desgaste nas relações entre a linhagem regencial e os *in* era visível, a partir da administração de Toba a narrativa demonstra rápida sucessão de eventos que levam à guerra e, portanto, a acontecimentos ainda mais confusos e incompreensíveis.

A interpretação de Jien sobre o governo *insei* segue a retórica da deterioração que acelera conforme se aproxima o fim da última era. Seus esforços parecem estar voltados a demonstrar como esta nova forma de governo se adapta às necessidades do período e, sobretudo, como os soberanos não tinham controle total sobre todas as dimensões da vida naquele tempo. Os postos regenciais não deixam de existir, mas há a defesa de que os Kujō da casa Fujiwara são seus legítimos detentores, pois o Princípio dos pais e irmãos das mães imperiais parece deixar de ser aplicado quando estas mulheres passam a descender da linha Kan'in. Da mesma forma, a Lei Budista é mais necessária

do que nunca na manutenção da linhagem imperial, mas são os monges de Tendai do Monte Hiei que se destacam na resolução dos problemas que afligiam o soberano.

Todos estes elementos parecem indicar a tentativa de se marcar, justificar e defender os nomes, postos e linhagens de maior relevância naquele período, além de estabelecer correlação direta com o tempo presente em que o *Gukanshō* foi escrito. Em 1219, Go-Toba-*in* era o governante da Corte de Heian e, supostamente, a principal ameaça ao projeto de que um *Shōgun* descendente dos Kujō pudesse eventualmente assumir o posto de Regente Imperial. Para evitar tal situação, Jien precisa reafirmar sua própria relação com Go-Toba e sua autoridade como sábio monge de Tendai, buscando sua confiança para convencê-lo de que o futuro que ele prevê para o reino está de acordo com o verdadeiro curso dos Princípios que se manifestam desde os primórdios do Estado japonês. E por ter sido determinado pelos *Kami*, tal futuro não é algo ao qual homem algum poderá se opor.

#### 4. GUERRA, PODER E PROTEÇÃO: A ASCENSÃO GUERREIRA E O FUTURO PROJETADO NO *GUKANSHŌ*

Tendo refletido sobre os Princípios destes acontecimentos e focado no que é importante para eles, eu escrevo o seguinte. Muitas rebeliões e batalhas foram travadas fora da capital antes de 1156. Por exemplo, rebeliões eclodiram nos dias do Imperador Ankō e Príncipe Ōtomo, mas nada aparece em diários a respeito destas revoltas. Rebeliões também ocorreram depois da era Taihō (701-704) e subsequentes à remoção da capital para Heian em 794. Mas a revolta de TAIRA Masakado na era Tenryō (938-947) no reinado de Suzaku, os 12 anos de guerra que eclodiu em 1151 (quando MINAMOTO Yoriyoshi atacou ABE Sadato), assim como a subjugação dos invasores Tōi em 1019 pelo Governador Geral Takaie, foram todos combates ocorridos na região de Kantō ou na ilha de Kyushu. Absolutamente nenhuma luta foi travada dentro da capital, requerendo atenção direta de Imperadores e seus ministros, até que a administração do Imperador Aposentado Toba chegasse ao fim em 1156. Rebeliões desde então foram vergonhosas.<sup>1</sup>

Jien, *Gukanshō* (1219)

Como se pode ver, a guerra já era conhecida da sociedade japonesa muito antes de Jien escrever o *Gukanshō* e, certamente, bem mais antiga do que as rebeliões citadas na passagem. Tanto o *Kojiki* (710 EC) quanto o *Nihonshoki* (712 EC) contam as batalhas dos primeiros *Tennō* que miticamente fundaram o Estado e iniciaram a dinastia japonesa, além de ter havido lutas internas que já teriam alterado a linhagem de governantes dentro do próprio clã imperial. Um exército oficial chegou a existir por determinações dos códigos legais do Estado *ritsuryō* e, sobretudo, o próprio território fora formado sob um governo centralizado após diversas incursões contra comunidades originárias que viviam no arquipélago. Mas apesar de todo o histórico de violência que fez parte do processo até então, Jien marca o ano de 1156 como o momento em que a guerra teria assumido um novo significado na vida social e política no Japão, ou mais especificamente, na vida e no cotidiano da aristocracia japonesa.

---

<sup>1</sup> “Having thought about the Principles of these developments and concentrated on what is important thereto, I write the following. Many rebellions and battles were fought outside the capital before 1156. For example, rebellions had erupted in the days of Emperor Ankō and Prince Ōtomo, but nothing appears in diaries about these upheavals. Rebellions also occurred after the Taihō era (701-704) and subsequent to the removal of the capital to Heian in 794. But the TAIRA Masakado uprising in the Tenryō era (938-947) of the Suzaku reign, the 12-year war which broke out in 1151 (when MINAMOTO Yoriyoshi attacked ABE Sadato), as well as Governor General Takaie’s subjugation of Tōi invaders in 1019 were all fought in the Kantō region or on the island of Kyushu. Absolutely none was fought within the capital, requiring the direct attention of Emperors and their ministers, until after Retired Emperor Toba’s administration came to an end in 1156. Rebellions since then have been disgraceful.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 90);

A questão principal não é o uso da violência na história do arquipélago até então, mas sim o fato de que no século XII ela passa a ser elemento definidor da política e do governo central do reino. O poderio militar, que antes estava à disposição dos *Tennō*, direta ou indiretamente, passou a ditar quais indivíduos deveriam efetivamente governar o reino e diretamente influenciar a sucessão imperial. Esta situação fica especialmente aparente com a ascensão dos Taira após os distúrbios de Heiji em 1159, que culminaria com a nomeação de Antoku (安徳天皇; 1178-1185), neto de Taira Kiyomori ao título de *Tennō*, em um momento onde a autoridade e o poder militar de seu avô foram decisivos dentro da Corte de Heian. No entanto, pouco tempo depois os Taira seriam fortemente desafiados durante a Guerra Genpei que se iniciaria em 1180 e, após cinco anos, seriam derrotados pelos aliados do ascendente Minamoto Yoritomo (源頼朝; 1147-1198) que fundaria o *Bakufu* de Kamakura (鎌倉幕府), estabelecendo assim o primeiro *shogunato* da história japonesa em 1192.

Mas assim como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, os famosos guerreiros Taira e Minamoto, personagens épicos da Guerra Genpei e foco da análise de Jien sobre a ascensão guerreira, são também descendentes da aristocracia japonesa. Em diversos momentos na história, membros de níveis mais baixos do clã imperial, com relações de parentesco mais afastados dos *Tennō*, principalmente após a mudança da Corte de Nara para Heian, foram rebaixados aos níveis de nobres e receberam novos nomes, não tendo mais o direito à sucessão imperial, mas ainda permanecendo na Corte como aristocratas. Os Taira e os Minamoto são dois exemplos deste tipo de ocorrência, que com o passar das gerações, se tornaram importantes clãs militares à serviço do Estado.

Os Distúrbios de Hōgen e Heiji, marcariam a mudança deste aparente *status quo*. Nenhum foi resultado de circunstâncias independentes ou eventos isolados, mas sim de uma dinâmica de disputa que crescia pelas décadas anteriores cuja origem se dá dentro das próprias famílias aristocráticas, algo também comum para a época. Entretanto a disputa toma novos rumos quando, após a morte de Toba-*in* em 1156, seus herdeiros diretos convocam aliados militares e resolvem as desavenças por meio da violência, resultando inclusive na execução daqueles que sobreviveram à batalha, algo que anteriormente poderia ser resolvido com o exílio. Desta maneira, pode-se dizer que a guerra havia chegado à capital do reino e, certamente, ao cotidiano de sua aristocracia, visto que as armas passaram a ser a principal forma de reafirmação política daí por diante.

No *Gukanshō*, Jien coloca a ascensão guerreira como resultado do avanço da deterioração da Era Final, ou seja, algo que não pode ser evitado e que levou ao aumento da violência no centro do poder. A situação seria ainda pior após o assassinato do último *Shōgun* da linhagem dos Minamoto, Minamoto Sanetomo (源実朝; 1192-1219), que não tinha herdeiros. Isto deixava os guerreiros, segundo Jien, sem uma liderança oficial capaz de impedir que “agissem como quisessem”. Tal argumento é reforçado por denúncias de que muitos estariam abusando de suas posições nas províncias, onde tinham prerrogativas, entre outras, de administradores ou coletores de impostos. Além disso, haveria uma certa tensão que poderia indicar o advento de novas rebeliões, já que os clãs guerreiros teriam perdido o seu *Shōgun*.

Mas, mesmo neste período de máxima decadência, a retórica dos Princípios se mantém, pois as divindades protetoras do reino novamente criaram formas de governo específicas para as necessidades de então. Dois parecem se destacar: os Princípios de que o soberano agora seria protegido pelo poder dos guerreiros sob a figura do *Shōgun*; e a união do conhecimento da casa regencial com a força militar do *shogunato* em uma única pessoa que representaria a forma de governo ideal. O primeiro Princípio serve para explicar a supremacia guerreira e seu papel dentro da dinâmica da era, enquanto que o segundo tem relação direta com o projeto político de Jien, que norteou a escrita do *Gukanshō*. Os guerreiros agora possuiriam uma função primordial dentro do governo, mas a manutenção do reino frente essas condições só seria possível com a união Regente-*Shōgun* na figura de Kujō Yoritsune (ou Fujiwara Yoritsune - 藤原頼経; 1218-1256), a criança Kujō que Jien acreditava ter sido escolhida pelos próprios *Kami*.

Portanto é possível dizer que, ao iniciar a análise sobre o momento de ascensão dos guerreiros no Japão, o *Gukanshō* apresenta dois momentos específicos e complementares. Primeiro, Jien narra, assim como fez com os *Tennō* e os Regentes Fujiwara, os acontecimentos de acordo com a retórica dos Princípios, explicando o processo histórico enquanto se utiliza de episódios para exemplificar o curso dos acontecimentos. Feito isso, já entrando no último capítulo onde começa a traçar conclusões mais diretas, o monge passa a apresentar, em peso, seu projeto de futuro centrado em Kujō Yoritsune, enquanto especificamente se dirige ao então governante Go-Toba-in (後鳥羽天皇; 1180-1239). Esta discussão é o que encerra a obra do *Gukanshō*, que ao chegar nos acontecimentos políticos de seu presente, lhe resta apenas reforçar as

convicções de seu autor na tentativa de convencer o soberano sobre o projeto de futuro que se buscou traçar com essa extensa narrativa.

Nesta ótica, este capítulo seguirá estes dois momentos presentes na narrativa: a ascensão guerreira e a tentativa de convencimento a respeito do projeto político de Jien. É importante verificar que a retórica da chegada dos clãs guerreiros aos altos postos da Corte e a subsequente fundação do *Bakufu* de Kamakura seguem o mesmo padrão visto anteriormente, onde a deterioração do mundo, da história e da sociedade avança, enquanto Princípios divinos são criados para buscar melhorias momentâneas. Entretanto, enquanto o período da Regência Fujiwara foi descrito com certo otimismo, o protagonismo dos guerreiros não parece ser visto com bons olhos, tanto pelo aumento da violência na capital quanto pela crítica de Jien a algum destes homens que estariam buscando um poder que não condiz, de certa maneira, com sua posição social. O ponto positivo que aparece neste momento seria a escolha de Kujō Yoritsune como *Shōgun*, sendo este, talvez, o Princípio mais importante que se manifestava neste tempo de incerteza e que levaria à conclusão do futuro predestinado do Japão e de seus governantes. A narrativa sobre a elite guerreira ascendente aparece, em maior parte, nos terceiro e quarto capítulos da tradução de Brown e Ishida,<sup>2</sup> enquanto que as conclusões e as mais incisivas argumentações escritas por Jien a respeito de seu projeto, estão no quinto capítulo.

### **Um novo símbolo de proteção: da ascensão Taira ao *Shōgun* Yoritsune**

Kawai Yasushi e Karl F. Friday<sup>3</sup> apontam que a ascensão da classe guerreira no Japão tem sido um assunto discutido por décadas entre os estudiosos do campo. Historiadores do início do século XX já trabalhavam com a ideia de que os primeiros clãs voltados ao ofício da guerra teriam surgido nas províncias ao leste do arquipélago, uma região onde o poder e controle da Corte Imperial estaria mais comprometido e a segurança local dependia das lideranças locais. Em 1906, Hara Katsurō considerou que, assim como as vilas germânicas estariam nas periferias da civilização romana no processo histórico europeu, esses guerreiros do leste estavam afastados da “civilização” de Heian, o que lhes

---

<sup>2</sup> BROWN; ISHIDA, 1979;

<sup>3</sup> KAWAI; FRIDAY, 2017;

deu liberdade de crescimento e os transformaria em uma força de mudança que eventualmente fundaria o *Bakufu* de Kamakura em oposição à aristocracia da Corte.<sup>4</sup>

Entretanto, assim como a historiografia europeia desenvolveu novas interpretações sobre seu próprio processo, as questões relativas ao surgimento do governo de Kamakura também ganharam explicações alternativas no decorrer dos anos. Atualmente se entende que a elite guerreira teve origem dentro da própria aristocracia, onde famílias passam a se especializar nas práticas militares pelas quais poderiam ser reconhecidas e terem serviços requisitados, criando assim um legado geracional. A rebelião de Taira Masakado (平将門; 903-940) em 939 parece ter sido um ponto marcante para esta emergente elite militar, pois muitos iriam marcar sua ancestralidade ao se colocar como descendentes dos nomes que, à serviço da Corte Imperial, derrotaram a parte rebelde.<sup>5</sup>

(...) Shimomukai e outros [historiadores] argumentam que a ordem dos *bushi* começou entre o século X e o início do XI, quando linhagens proeminentes de Kammu Heishi, Seiwa Genji e Hidesatoryū Fujiwara, emergiram como casas guerreiras hereditárias na capital. Os descendentes dessas casas eram nobres medianos na Corte cuja carreira estava centrada em nomeações aos postos de governo provincial. Muitos desses oficiais com tais carreiras provinciais (*zuryō*) perceberam que podiam usar as bases de poder em suas províncias de nomeação e continuar explorando seus recursos mesmo depois de seu tempo no cargo ter expirado. O resultado foi a difusão de casas guerreiras para o interior.<sup>6</sup>

O que os historiadores têm buscado é o momento ao qual se pode, de fato, atribuir o surgimento de uma dita classe ou ordem guerreira, os *bushi* (武士). É importante diferenciar este grupo guerreiro de seus antecessores pois eles serão peça chave do processo histórico japonês a partir do século XII, protagonizando três regimes de *shogunato* que, somados, irão se estender politicamente até o século XIX, além de passar pelas intensas guerras civis dos séculos XV e XVI. Ao contrário dos antigos soldados integrantes de exércitos imperiais, ou dos aristocratas que assumiam postos de guarda na Corte dos períodos anteriores, os *bushi* podem ser considerados uma nova

<sup>4</sup> KAWAI; FRIDAY, 2017, pg 311;

<sup>5</sup> Ibidem, pg 313;

<sup>6</sup> “(...) Shimomukai and others argue that the *bushi* order began in the tenth and early eleventh centuries, when prominent lineages of the Kammu Heishi, Seiwa Genji, and Hidesatoryū Fujiwara emerged as hereditary warrior houses in the capital. The scions of these houses were middle-ranked court nobles whose careers centered on appointments to provincial government offices. Many such career provincial officials (*zuryō*) found that they could use the power bases in their provinces of appointment and to continue to exploit the resources of these provinces even after their terms of office expires. The result was the diffusion of warrior houses to the countryside.” (Ibidem);

classe social, originada da aristocracia central mas com prerrogativas próprias dentro de um contexto múltiplo de disputas e mudanças políticas.

O termo *bushi*, entretanto, não é novo e já estava em uso desde, pelo menos, o século VIII. É comum encontrar a palavra traduzida como “Homens de Armas”, o que destaca seu caráter militar e pode levar à sua identificação, principalmente no Ocidente, com os guerreiros samurais. No entanto, uma vez que este trabalho está analisando diretamente uma elite guerreira em ascensão que se estabelecerá, dentre outros elementos, por padrões hereditários, opta-se por manter o termo *bushi* na tentativa de diferenciar os homens que, antes dos séculos XI-XII, exerciam funções militares.

Os homens-de-armas que cavalgaram nos campos de batalha do Japão medieval eram conhecidos por seus contemporâneos por uma variedade de nomes, incluindo *bushi*, *tsuwamono*, *mononofu*, *heishi* (ou *hyōji*), e *musha*, mas eles são mais conhecidos por leitores modernos – particularmente pela audiência de fora do Japão – como samurai. De fato, a palavra “samurai” entrou no léxico da língua inglesa e em diversas outras línguas ocidentais como sinônimo de “guerreiro japonês”. Em sua origem e uso pré-moderno, no entanto, o termo tinha significado diferente. Derivado do verbo *saburau* (“servir”), inicialmente designava nobres da Corte, de nível médio, que serviam como retentores pessoais dos aristocratas de alto nível ou de membros da família imperial. Apesar de alguns desses retentores executarem funções militares para seus mestres, a maioria eram serventes civis. E enquanto a maioria dos guerreiros medievais eram também “samurai”, no sentido de que serviam aos senhores de domínios, era a sua profissão de armas, mais do que este serviço por si, que os definia.

Historiadores, portanto, geralmente preferem o termo *bushi* (literalmente, “profissional militar”) como uma denominação genérica para os guerreiros medievais. “*Bushi*” começou a ser utilizado no início do século oitavo, como uma descrição para oficiais militares e funcionários, mas a ordem guerreira à qual os estudiosos hoje se referem por esta palavra começa a aparecer nas províncias e na capital durante o décimo século.<sup>7</sup>

É a este sentido de *bushi* como emergente ordem guerreira que este trabalho faz referência ao falar sobre “guerreiros” ou “clãs guerreiros”. Estes “militares profissionais” surgem no *Gukanshō* de forma gradual e contínua, dentro da retórica de Jien sobre o

---

<sup>7</sup> “The men-at-arms who rode about the battlefields of medieval Japan were known to their contemporaries by a variety of names, including *bushi*, *tsuwamono*, *mononofu*, *heishi* (or *hyōji*), and *musha*, but they are most familiar to modern readers – particularly audiences outside Japan – as samurai. Indeed, the word “samurai” has entered the lexicons of English and numerous other Western languages as a synonym for “Japanese warrior”. In origin and premodern usage, however, the term had a different meaning. Deriving from the verb *saburau* (“to serve”), it initially designed middle-ranked court nobles who served as personal retainers to high-ranking aristocrats or imperial family members. Although some such retainers performed military duties for their masters, most were civil servants. And while most medieval warriors were also “*samurai*,” in the sense that they served overlords, it was their profession of arms, rather than this service per se, that defined them. Historians, therefore, generally prefer the term *bushi* (literally, “military professional”) as a generic appellation for medieval warriors. “*Bushi*” first came into use during the early eighth century, as a description for military officers and officials, but the warrior order to which scholars today refer by this word began to appear in the provinces and the capital during the tenth century.” (Ibidem, pg 310-311);

avanço da deterioração do *mappō* e com raízes dentro da própria aristocracia. Há os relatos sobre guerreiros que chegam de fora da capital, sobretudo durante os conflitos da Guerra Genpei (1180-1185), mas as primeiras menções que o monge faz sobre as raízes de uma dita Era Militar atentam para mudanças internas na Corte, com destaque para a linhagem das mães imperiais e as disputas entre governantes, herdeiros e regentes.

As novas discordâncias parecem nascer no período em que Shirakawa governava como *in*, quando em 1107 ele teria tentado casar Toba-*tennō* com a filha de Fujiwara Tadazane (藤原忠実; 1078-1162), *Sesshō*<sup>8</sup> de Toba. Um segundo casamento, entre a filha adotiva de Shirakawa com um filho de Tadazane também fora proposto pelo governante, porém Tadazane teria recusado casar sua filha com o *Tennō*, o que fez com que Shirakawa desistisse da segunda proposta de matrimônio. Cria-se então graves tensões entre *In* e *Sesshō*, o que Jien parece colocar como sintomática do período, relacionando-a, inclusive, com as tensões entre Gō-Sanjō-*tennō* (1034-1073) e o antigo *Kanpaku*<sup>9</sup> Fujiwara Yorimichi (992-1074) que precederam o governo de Shirakawa. Tendo se irritado com Tadazane, Shirakawa decide casar sua própria filha com Toba, o que levou à mudança de linhagem das mães imperiais para a casa Kan'in.

Os problemas da Era Militar começaram já quando o Imperador Go-Sanjō passou a sentir que não compreendia o Chanceler Yorimichi. Mas não havia, então, base para estranhamento entre Imperador e Ministro – o Imperador acima e o Ministro abaixo ainda se entendiam bem e planejavam de acordo.

(...)

Quando cresceu, Toba surpreendentemente acabou se tornando um soberano gentil e de bom coração. A filha de KAN'IN Kinzane, adotada por Shirakawa, foi feita Imperatriz de Toba, tornando-se Taiken-mon In. Ela deu à luz vários filhos e filhas Imperiais. O filho mais velho foi Sutoku. Os dois filhos seguintes (Naemiya e Memiya) morreram antes de crescer, mas Sutoku ascendeu ao trono em 1123. O quarto filho ascendeu ao trono em 1155 como Go-Shirakawa, enquanto que o quinto filho passou a ser conhecido como Príncipe Sacerdote Kakushō (1129-69). Todos saíram do útero da Imperatriz Taiken-mon In da casa KAN'IN.<sup>10</sup>

Jien coloca as consequências dessa questão matrimonial como o momento em que Shirakawa e Tadazane romperam relações. Na sequência a narrativa aponta que, anos

<sup>8</sup> Regente Imperial de um *Tennō* criança;

<sup>9</sup> Chanceler de um *Tennō* adulto;

<sup>10</sup> “The troubles of the Military Age began back when Emperor Go-Sanjō came to feel that he did not understand Chancellor Yorimichi. But there was then no basis for estrangement between Emperor and Minister – the Emperor above and the Minister below still had a fine understanding and planned accordingly. (...) When Toba grew up, he became a surprisingly gentle and goodhearted sovereign. KAN'IN Kinzane's daughter, adopted by Shirakawa, was made Toba's Empress, becoming Taiken-mon In. She gave birth to several Imperial sons and daughters. The eldest son was Sutoku. The next two sons (Naemiya and Memiya) died before they grew up, but Sutoku was enthroned in 1123. The fourth son was enthroned in 1155 as Go-Shirakawa, and the fifth became known as Princely Priest Kakushō (1129-69). All were from the womb of Empress Taiken-mon In of the KAN'IN house.” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 90-91);

mais tarde, Tadazane teria finalmente aceitado colocar sua filha como consorte de Toba-*tennō*, mas ele teria negociado a questão com Toba, não com Shirakawa-*in*. Shirakawa teria ouvido rumores de que os preparativos para tal união já estariam em curso, o que o irritou profundamente, pois sentia que Tadazane lhe desrespeitou novamente ao agir sem seu conhecimento. Desta forma, após retornar de uma peregrinação ao santuário de Kumano, Shirakawa destituiu Tadazane do posto de *Kanpaku* e de inspetor imperial, além de colocá-lo em prisão domiciliar. Kujō Tadamichi (ou Fujiwara Tadamichi - 藤原忠通; 1097-1164), o primogênito de Tadazane e então Ministro do Centro, é nomeado por Shirakawa como o novo *Kanpaku* e Ministro da Esquerda do reinado de Toba, sendo colocado por Jien como o único homem à altura do cargo naquele momento.<sup>11</sup> Vale lembrar que Tadamichi era, inclusive, pai do próprio Jien.

No entanto, em sua análise sobre o governo de Shirakawa-*in*, Cameron Hurst apresenta a questão Shirakawa-Tadazane de forma um tanto diferente. Enquanto Jien aponta que rumores teriam chegado ao conhecimento de Shirakawa de que Tadazane e Toba estariam executando planos em conjunto, Hurst coloca que Tadazane teria ido ao encontro do próprio Shirakawa, mas o *in*, conhecido por ser irritadiço e por dificilmente perdoar ou esquecer antigos insultos, negou a proposta e destituiu Tadazane de suas posições em 1120.<sup>12</sup> Jien não explica de onde teriam sido originados os rumores de que Toba estaria envolvido na questão, apenas diz que alguém com más intenções teria informado Shirakawa sobre o plano.

Não seria estranho, entretanto, que tais rumores fossem verdade, pelo menos pela perspectiva que Jien apresenta. Segundo ele, Toba de fato teria recebido a filha de Tadazane como consorte após a morte de Shirakawa, inclusive acrescentando que “(...) Tadazane era particularmente bem tratado por Toba. (...)”<sup>13</sup> O Fujiwara também recebeu permissão para sair de sua casa em determinadas ocasiões, como para prestar respeito ao governante durante as celebrações do Ano Novo em 1132, o que serviu para mostrar aos demais nobres presentes que o antigo *Kanpaku* ainda detinha influência na Corte.<sup>14</sup>

Estes tipos de intrigas e favoritismos podem parecer, a princípio, pequenas questões dentro do jogo político da aristocracia, mas a condução da narrativa no *Gukanshō* demonstra como isso repercutiu e cresceu com os anos. Tendo entrado em

---

<sup>11</sup> Ibidem, pg 91-92;

<sup>12</sup> HURST, 1999, pg 603;

<sup>13</sup> “(...) Tadazane was particularly well treated by Toba. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 93);

<sup>14</sup> Ibidem, pg 93-94;

divergência com Tadazane, Shirakawa se aproximou e favoreceu, segundo Jien, a posição de Tadamichi como *Kanpaku* e líder Fujiwara, mas durante o governo de Toba-*in*, Tadazane recupera parte de seu prestígio, passando também a favorecer seu filhos mais novo, Fujiwara Yorinaga (藤原頼長; 1120-1156), o que gerou um aumento de rivalidades dentro do próprio clã regencial. Ao mesmo tempo, Toba-*in* acabou também fomentando rivalidades entre dois de seus filhos, Sutoku (崇徳天皇; 1119-1164) que havia abdicado por ordem do pai em favor de Konoe-*tennō* (近衛天皇; 1139-1155), e Go-Shirakawa (後白河天皇; 1127-1192), a quem Toba-*in* nomeou herdeiro de Konoe, passando a vez do filho mais velho de Sutoku.

(...) Toba (administrador dos assuntos de Estado como Imperador Aposentado) e Tadazane (antigo Chanceler e pai de um Regente) vieram a desfavorecer seus filhos mais velhos (Sutoku e Tadamichi) e a favorecer seus filhos mais novos (Go-Shirakawa e Yorinaga). Entre si, eles cuidaram dos assuntos mais importantes. Como isso estava de acordo com um tempo destinado (*jiun*) que determinava que as coisas seriam desta forma durante a Era Final, os dois homens conduziram os assuntos por um curto período em total acordo. Mas no fim os danos colossais causados por eles fariam o Estado deteriorar. De qualquer maneira, enquanto Toba estava vivo, não eclodiram rebeliões ou guerras.<sup>15</sup>

Contudo, uma rebelião de fato ocorreria pouco tempo após a morte de Toba-*in*, no evento que ficou conhecido como o Distúrbio de Hōgen de 1156 (保元の乱 - *hōgen no ran*), narrado na forma de épico militar no *Hōgen Monogatari*, já mencionado em capítulos anteriores. Diferente da narrativa épica, o *Gukanshō* não demora muito nos eventos de Hōgen, nem foca nas proezas militares de cada lado. Pelo contrário, o que parece ser crucial no relato sobre a batalha é, como visto na passagem anterior, o nível de responsabilidade que Toba e Tadazane tiveram na eclosão do conflito.

Tadazane dificultou a relação entre seus filhos, Tadamichi e Yorinaga, ao passar a liderança dos Fujiwara à Yorinaga enquanto Tadamichi era *Kanpaku*, em uma provável tentativa de forçar a nomeação do próprio Yorinaga ao posto regencial de seu irmão, mas cujo resultado gerou apenas maiores tensões e rivalidades. Nisto, Toba-*in* também teve uma parcela de culpa, pois ele não apenas favoreceu uma aproximação, em certo sentido, de Tadazane com a Corte Imperial após a morte de Shirakawa-*in* que o havia banido,

---

<sup>15</sup> “(...) Toba (administrator of state affairs as a Retired Emperor) and Tadazane (former Chancellor and father of a Regent) had both come to look with disfavor on their eldest sons (Sutoku and Tadamichi) and to favor their younger sons (Go-Shirakawa and Yorinaga). Between them they handled the most important matters. Since this was in accord with a time fate (*jiun*) which required that things should turn out this way during the Final Age, the two men managed affairs for a short while in full agreement with each other. But in the end the colossal harms that were done by them caused the state to deteriorate. Nevertheless, while Toba was alive, no rebellions or wars broke out.” (Ibidem, pg 98-99);

como também nomeou Yorinaga ao posto de inspetor imperial quando este herdou a liderança dos Fujiwara. Um posterior desentendimento e descontentamento entre Toba e Yorinaga seria, inclusive, outro fator que impulsionou o Fujiwara a se aliar com a causa de Sutoku.<sup>16</sup>

A principal “culpa” que acaba recaindo sobre Toba é, entretanto, a rivalidade entre seus próprios filhos. Jien faz parecer que a escolha de Go-Shirakawa como herdeiro após a morte prematura de Konoe-*tennō* foi a melhor decisão a ser tomada no momento, mas existiam outras opções que, talvez, não causassem tanta tensão junto a outros interessados.

Jien enfatiza que o Imperador Aposentado tenta encontrar uma pessoa hábil para o trono em 1155; mas ao selecionar seu filho mais jovem, Go-Shirakawa, Toba deixa seu filho mais velho, Sutoku, ainda mais descontente. O filho de Sutoku (Príncipe Shigehito) era um candidato lógico; e se Shigehito tivesse sido escolhido, Sutoku teria o direito de suceder Toba como o próximo Imperador Aposentado a administrar os assuntos de Estado em nome de seu filho. Mas as esperanças de Sutoku foram novamente frustradas. Ele, portanto, se alia ao desapontado irmão mais novo (Yorinaga) do Chanceler Tadamichi e se rebela contra seu próprio meio-irmão (Imperador Go-Shirakawa).<sup>17</sup>

Em nenhum momento Jien afirma que Toba errou em escolher Go-Shirakawa, mas fica claro na citação apresentada de que “danos colossais” foram causados por decisões tomadas durante seu governo. Jien também aponta que uma sensação de insegurança ou ansiedade podia estar sendo sentida entre as pessoas, pois quando Toba adoece, já perto do fim da vida, muitos se perguntavam o que aconteceria quando ele morresse. O *in* pode ter, inclusive, recebido uma carta de um de seus ministros solicitando que ele deixasse instruções por escrito em antecipação ao advento de sua morte.<sup>18</sup> A solução de Toba-*in*, segundo Jien, foi convocar algumas lideranças guerreiras ao seu palácio para fazer um juramento de proteção, sendo este o momento em que a narrativa insere os personagens de força militar que passarão a protagonizar o cenário político nos trechos seguintes.

Mas antes de seguir com a presença guerreira na narrativa, é importante levantar questões a respeito da forma como Jien tratou a eclosão do conflito de Hōgen como

---

<sup>16</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 97, nota 33;

<sup>17</sup> “Jien emphasizes Retired Emperor Toba’s attempts to find an able person for the throne in 1155; but in selecting his young son Go-Shirakawa, Toba made his elder son Sutoku more discontented than ever. Sutoku’s son (Prince Shigehito) was a logical candidate; and if Shigehito had been selected, Sutoku would have been entitled to succeed Toba as the next Retired Emperor administering state affairs in his son’s behalf. But Sutoku’s hopes were again dashed. He therefore allied himself with the disappointed young brother (Yorinaga) of Chancellor Tadamichi and rebelled against his own young half-brother (Emperor Go-Shirakawa).” (Ibidem, pg 99, nota 34);

<sup>18</sup> *Gukanshō*, In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 99;

resultado das rivalidades do momento. Por que o monge aponta para danos colossais e deterioração do Estado causados pelas decisões de Toba-*in* se, teoricamente, a escolha de Go-Shirakawa, ao invés do filho de Sutoku, teria sido a melhor opção? Se lembrar da retórica da deterioração da Lei Final, o aumento da violência e a ascensão guerreira é um resultado natural do caminhar dos tempos de declínio no ciclo dos *kalpa*, mas as ações do governante podem ter acelerado tal deterioração. De fato, não é apontada uma ou outra ação dita como decisiva na geração de tais efeitos, mas é ainda digno de nota que um prestigiado governante como Toba, seja apontado como perpetuador de danos colossais ao Estado.

É possível que essa escolha narrativa possa ser um lembrete ao leitor de que, mesmo os mais sábios ou bem intencionados, podem agir de maneira que resultará em problemas expressivos no longo prazo. Considerando que o objetivo final do *Gukanshō* seria instruir o então soberano Go-Toba-*in* a tomar boas decisões que possibilitem melhorias em um momento de intensa deterioração do tempo e do Estado, poderia ser interessante destacar na narrativa como decisões, a princípio acertadas, podem ter consequências desastrosas. No caso de Toba-*in* e de Tadazane, suas ações incentivaram a rivalidade entre seus filhos e, como consequência, impulsionaram o início de uma dita Era Militar.

Tal intenção fica ainda mais clara quando os acontecimentos do período são retomados no capítulo de conclusão do texto, só que com as críticas recaindo sobre as ações de Shirakawa, não de Toba, que é acusado de ter fomentado as desavenças entre Tadazane e Tadamichi por não se relacionar bem com o *Kanpaku*, o que eventualmente levaria às rivalidades que precederam o Distúrbio de Hōgen.

O Imperador Aposentado Shirakawa certamente danificou o Estado ao errar em tratar o pai de Tadamichi, Lorde Chisoku-*in* Tadazane, tão mal: colocando-o em prisão domiciliar e se relacionando com seu filho de maneira a afastar o pai do filho. Parece que as diferenças entre invisível (*myō*) e visível (*ken*), e entre bons e maus *Kami*, estavam sendo manifestadas interna e externamente. Mas ao final da administração de Toba, Sua Majestade parece ter refletido sobre o assunto e compreendeu que tinha sido um erro tratar um Regente de tal forma. Então Toba se consultou com Tadamichi, seguiu os conselhos de Tadamichi, e colocou Go-Shirakawa no trono [em 1155]. Isto teria corrigido a situação, mas como a história estava se movendo em direção à deterioração desta maneira, as condições políticas não puderam ser corrigidas. Portanto o destino do Estado japonês continuou a se desenvolver: uma grande rebelião eclodiu [em 1156], e nós entramos definitivamente na Era Militar (*bushi no yo*).<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> “Retired Emperor Shirakawa certainly damaged the state with his mistake of treating Tadamichi’s father, Lord Chisoku-*in* Tadazane, so badly: placing him under house arrest and dealing with his son in ways that would estrange father from son. It seems that differences between the invisible (*myō*) and the visible (*ken*), and between good and bad *Kami*, were really being manifested externally and internally. But toward the

Enquanto Toba pode ter sido criticado por fomentar rivalidades entre filhos e herdeiros, tanto seus quanto da casa Fujiwara, a crítica que Jien faz à Shirakawa neste novo trecho está relacionada ao seu estranhamento com Tadazane, não às disputas que se seguiram. O problema, inclusive, não jaz em uma questão pessoal, mas sim na ideia de que as relações entre soberano e regente estavam se deteriorando, sendo Shirakawa um dos responsáveis pela crescente intriga entre os dois postos. Não por menos, ao dizer que Toba teria tentado “consertar” os danos do pai, Jien mostra que o *in* buscou conselhos com Tadamichi, o então Regente, e não com Tadazane, que teria sido pessoalmente injustiçado.

A passagem do capítulo de conclusão se insere no momento em que Jien argumenta que o aumento da deterioração tem relação direta com o declínio das relações entre regentes e soberanos, o que vai evoluir para os conselhos que ele deixa para Go-Toba-*in* no sentido de que este não deve temer ou nutrir más relações com Kujō Yoritsune, que poderia vir a ser regente quando adulto. Não por menos, é a boa relação entre Toba-*in* e Tadamichi que ganha destaque como ação positiva, enquanto que os efeitos negativos da rivalidade entre Go-Shirakawa e Sutoku, os filhos de Toba, não são sequer mencionados como elemento crucial no distúrbio que se seguiu. Os conselhos mais diretos que o monge oferece, assim como seus argumentos, serão diretamente analisados na segunda parte deste capítulo, mas cabe aqui ressaltar que, seja pela incitação à rivalidade entre diversos herdeiros, ou pelas más relações entre os altos postos de governo, Jien deixa claro que o início da Era Militar está marcado por intrigas que partem de dentro da Corte, em seu mais alto escalão, e não de um desejo ou projeto específico de uma elite militar ascendente.

Os guerreiros terão destaque de fato nos dois capítulos em que o *Gukanshō* trata da Era Militar, mas sempre pensando em sua relação com a política e os aristocratas da Corte. Hōgen representou um momento em que a aristocracia buscou resolver suas desavenças diretamente pelo uso da guerra, onde Jien deixa claro que o papel dos guerreiros foi essencial, pois a eles caberia a efetiva ação militar, tanto em relação às estratégias de combate, quanto à luta de fato.

---

end of Toba’s administration, His Majesty appears to have thought about the matter and understood that it had been a mistake to treat a Regent in such a way. So Toba consulted with Tadamichi, followed Tadamichi’s advice, and had Go-Shirakawa placed on the throne [in 1155]. This should have corrected the situation, but since history was moving along toward deterioration in this way, the political conditions could not be corrected. Therefore the destiny of the Japanese state continued to work itself out: a great rebellion broke out [in 1156], and we came definitely to the Military Age (*bushi no yo*).” (Ibidem, pg 216);

Neste sentido, é interessante destacar que a narrativa apresenta um momento de impasse, onde ambas as partes, após terem convocado seus aliados armados, se demoram em decidir sobre um eventual ataque ao adversário. São os guerreiros de cada lado que apresentam alternativas de batalha, mas a decisão final permanece à cargo dos aristocratas, a dizer, Go-Shirakawa e Sutoku. Entretanto, do lado de Sutoku, assim como contado pelo *Hōgen Monogatari*, Yorinaga questionou a estratégia de ataque apresentada por Minamoto Tameyoshi (源為義; 1096-1156), afirmando que seria mais prudente aguardar por novos reforços. Enquanto isso, no Palácio Imperial, Minamoto Yoshitomo (源義朝; 1123-1160) também apressava Go-Shirakawa-*tennō* a autorizar o ataque às forças rivais.<sup>20</sup> Ambos Tameyoshi e Yoshitomo, pai e filho que estão em lados opostos, argumentaram que o primeiro ataque seria decisivo e desejavam permissão para efetua-lo antes que os adversários o fizessem. Eventualmente, Go-Shirakawa deu a ordem para o ataque e Yoshitomo se moveu conforme desejado, garantindo a vitória para as forças do *Tennō*.

Jien não afirma diretamente que Yorinaga teria causado a derrota de Sutoku ao se opor à estratégia de Tameyoshi, porém o lado vencedor foi aquele que primeiro acatou os conselhos dados por um líder militar. No *Hōgen Monogatari* há a ideia de que o aristocrata deve se abster de discutir estratégias de batalha, pois o exercício da guerra cabe ao guerreiro, sendo este o único capaz de trazer a vitória em uma luta. Neste ponto o *Gukanshō* ainda não enfatiza tais limites entre o que seria da alçada dos aristocratas ou dos guerreiros, mas no decorrer da narrativa, Jien irá criticar líderes militares que estariam buscando agir, ou almejando posições, que não condizem com seu *status* militar.

É deste modo que a narrativa entra na suposta Era Militar. Os derrotados de Hōgen foram mortos ou exilados, enquanto que os vencedores tiveram a possibilidade de melhor se estabelecerem em suas posições de poder. Go-Shirakawa abdicou pouco tempo depois e passou a governar a Corte como *In*, enquanto que Tadamichi, o pai de Jien, foi novamente nomeado líder da casa Fujiwara. No entanto, o fim da questão de Hōgen não significou estabilidade política e, em um período de apenas três anos, um novo conflito se desenvolvia. Este ficou conhecido como o Distúrbio de Heiji (平治の乱 - *heiji no ran*; 1159), quando partes descontentes dentre os vitoriosos de Hōgen se levantaram novamente na busca de eliminar adversários e controlar posições políticas importantes. A principal diferença entre as duas rebeliões está no fato de que, na primeira, as partes

---

<sup>20</sup> Ibidem, pg 101-102;

armadas do conflito foram convocadas pelos aristocratas em disputa, enquanto que na segunda, os próprios líderes guerreiros desencadearam sequestros, ataques e assassinatos.

Jien coloca a inveja como o principal motivador para o conflito de Heiji, onde Minamoto Yoshitomo e Fujiwara Nobuyori (藤原信頼; 1133-1159) teriam tomado o lado de Nijō-*tennō* (二条天皇; 1143-1165) contra Go-Shirakawa-*in* e seus aliados, nominalmente Taira Kiyomori (平清盛; 1118-1181) e o monge Shinzei (ou Fujiwara Michinori - 藤原通憲; 1106-1160). Shinzei ganhou prestígio na Corte sob comando de Go-Shirakawa, enquanto Kiyomori, que também estava envolvido no conflito de Hōgen, crescia em importância como líder militar. Curiosamente, Jien ignora a participação de Taira Kiyomori nos eventos de Hōgen, colocando o protagonismo da batalha apenas em Minamoto Yoshitomo, sem deixar claro o motivo dessa escolha.

Enquanto todos os filhos de Shinzei – incluindo um número desconhecido daqueles que se tornaram sacerdotes budistas – ganhavam proeminência, FUJIWARA Nobuyori desenvolveu sentimentos de inveja para com Shinzei. Tendo notado rivalidade entre MINAMOTO Yoshitomo e TAIRA Kiyomori e tendo entendido que o vencedor de uma guerra entre eles tomaria o controle do Estado, ele se aliou com MINAMOTO Yoshitomo (1123-60) e começou imediatamente a traçar uma rebelião.<sup>21</sup>

A inimizade entre Yoshitomo e Shinzei também teria se aprofundado depois que o monge negou o casamento de um de seus filhos com uma filha do Minamoto, sendo que pouco tempo depois, Shinzei estaria casando outro filho com uma filha de Taira Kiyomori. Isto teria enfurecido Yoshitomo, o que Jien considera um dos principais erros de Shinzei, pois ele acabou incitando raiva e rancor em um poderoso líder militar,<sup>22</sup> o que pode também servir como um lembrete ao leitor sobre as consequências de se criar más relações com fortes guerreiros. O resultado seria a rebelião de 1159, levada à cabo em um momento em que Kiyomori estava em uma peregrinação fora da capital, deixando a Corte e seus aristocratas desprotegidos frente ao poder militar dos Minamoto.

FUJIWARA Nobuyori, que dispersou o Imperador Aposentado Go-Shirakawa e seus aliados, levou o Imperador Nijō para o Palácio Imperial. Dando suporte a Nijō (o então Imperador), Nobuyori passou a comandar os assuntos de Estado, confinando o Imperador Aposentado Go-Shirakawa à Biblioteca Imperial, e imediatamente celebrando uma cerimônia de nomeação na qual MINAMOTO Yoshitomo foi feito Governador de Harima (e elevado ao Quarto Nível) e o

<sup>21</sup> “While all of Shinzei’s sons – including an unknown number of those who had become Buddhist priests – were gaining prominence, FUJIWARA Nobuyori developed feelings of jealousy toward Shinzei. Having noted rivalry between MINAMOTO Yoshitomo and TAIRA Kiyomori and having assumed that the victor in a war between them would seize control of the state, he allied himself with MINAMOTO Yoshitomo (1123-60) and began immediately to plot a rebellion.” (Ibidem, pg 107);

<sup>22</sup> Ibidem, pg 107-108;

filho de treze anos de Yoshitomo, Yoritomo, foi nomeado Coronel da Guarda Imperial da Direita.<sup>23</sup>

O *Gukanshō* não explora problemas que Nijō poderia ter com Go-Shirakawa antes do Distúrbio de Heiji, o que pode reforçar a noção de que Nobuyori e Yoshitomo agiram por vontade e interesses próprios, não por uma convocação oficial, como foi o caso dos eventos de Hōgen. A questão se resolve, inclusive, depois que Nijō e Go-Shirakawa conseguem fugir do Palácio em direção à Rokuhara, residência de Taira Kiyomori que havia retornado à capital após receber notícia do levante de Yoshitomo e Nobuyori. A partir de então as tropas Taira ganharam *status* de exército imperial, o que legitimou sua investida contra os rebeldes e a execução de ambos líderes após estabelecida a superioridade militar dos Taira na capital.

A rivalidade entre Kiyomori e Yoshitomo pode ser, talvez, um indicativo da omissão a respeito do líder Taira durante o conflito de Hōgen em 1156. A narrativa afirma que ele estava presente entre os partidários de Go-Shirakawa, mas teria ficado de fora do ataque à Sutoku e seus aliados. De certa forma, o *Gukanshō* reproduz a rivalidade entre os Taira e os Minamoto, destacando-os como os clãs militares mais poderosos de então, não necessariamente colocando que eram os únicos, mas também não menciona outros nomes, apenas afirma que havia aliados de ambos os lados. Portanto, reservando o protagonismo da batalha de Hōgen à Yoshitomo para depois o colocar como um rebelde durante Heiji, justifica de certa forma o aumento do prestígio e influência que Kiyomori terá na Corte após a derrota do rival, ao mesmo tempo que demonstra como o destino do reino agora estava ligado aos interesses e rivalidades das lideranças guerreiras. Neste mesmo sentido, reafirma-se também a ideia de que passageiros são as coisas neste momento da deterioração, onde uma pessoa que em determinado momento estava agindo de acordo com os princípios estabelecidos, pode depois se rebelar e agir de maneira reprovável.

Deste modo, a narrativa de Jien passa a analisar a ascensão de Taira Kiyomori, enquanto continua a relatar as constantes intrigas entre a aristocracia. Similar a outras figuras de poder que vieram antes, Kiyomori parece ter buscado, pela política de

---

<sup>23</sup> “FUJIWARA Nobuyori, who had caused Retired Emperor Go-Shirakawa and his supporters to disperse, took Emperor Nijō to the Imperial Palace. Giving his support to Nijō (the current Emperor), Nobuyori took over the conduct of state affairs, confined Retired Emperor Go-Shirakawa to the Imperial Library, and immediately carried out an installation ceremony at which MINAMOTO Yoshitomo was made Governor of Harima (and advanced to Fourth Rank) and Yoshitomo’s thirteen-year-old son Yoritomo was appointed Colonel of the Imperial Guards of the Right.” (Ibidem, pg 109);

casamento, aumentar seu prestígio, primeiro se aproximando dos Fujiwara e depois da própria linhagem imperial.

Ao casar sua filha Moriko (de então nove anos de idade) com Motozane, Kiyomori estava tentando obter controle sobre a casa FUJIWARA da mesma forma que os FUJIWARA tinham obtido (ou legitimado) controle sobre a Casa Imperial. Como o *Gukanshō* coloca posteriormente neste capítulo, Kiyomori também tinha ambição de se tornar um ministro que, como avô materno de um Chanceler ou Regente, seria responsável por lidar com os assuntos de Estado. Quando Motozane morreu em 1166, Kiyomori alegou que muitas das terras de Motozane deveriam ser posse de Moriko, a viúva de Motozane e filha de Kiyomori.<sup>24</sup>

O Taira também estaria atento para a dinâmica de equilíbrio de poder entre *Tennō* e *In*, uma vez que Jien passa a entender que divergências entre estas figuras estariam ficando aparentes. O monge explica que Kiyomori estaria incentivando *Nijō-tennō* a ter maior participação junto aos assuntos de governo, inclusive construindo mansões onde poderia residir junto do *Tennō* para servi-lo dia e noite, ao mesmo tempo que despendia as devidas atenções a *Go-Shirakawa-in*, não se distanciando politicamente de nenhum dos governantes.<sup>25</sup> *Nijō* consegue aumentar sua influência na Corte, mas a situação muda quando ele vem a falecer em 1165, após abdicar em nome de seu filho *Rokujō-tennō* (六条天皇; 1164-1176), de pouca idade. *Go-Shirakawa* consegue, então, recuperar parte de suas atribuições e prestígio junto ao governo, mas a posição de Kiyomori na Corte também já estava melhor estabelecida. *Rokujō-tennō* seria removido do posto em 1168, cedendo lugar à *Takakura-tennō* (高倉天皇; 1161-1181) de oito anos de idade, este sendo filho de *Go-Shirakawa* com sua consorte *Kenshun-mon In* (ou *Taira Shigecko* - 平滋子; 1142-1176), também conhecida por *Lady Koben*, que era irmã da esposa de Kiyomori.<sup>26</sup>

Então, no 14º dia do 12º mês de 1171, Sacerdote Primeiro Ministro Kiyomori colocou sua filha, a futura Imperatriz *Kenrei-mon In* (1155-1213), no Palácio Imperial; e ela foi nomeada a Imperatriz secundária do Imperador *Takakura* no 10º dia do 2º mês de 1172. Kiyomori queria que esta filha desse à luz a um filho Imperial que pudesse ser nomeado Príncipe Herdeiro e colocado no trono, permitindo que Kiyomori – como avô materno de um Imperador reinante – controlasse os assuntos de Estados conforme sua vontade. Várias preces foram oferecidas para um neto Imperial. Primeiro, preces de 100 dias foram feitas no Santuário *Hie* pela mãe da Imperatriz. Mas como nem essa e nem outras preces

<sup>24</sup> “By marrying his daughter Moriko (then nine years old) to Motozane, Kiyomori was trying to gain control over the FUJIWARA house in the same way that the FUJIWARA had gained (or legitimized) control over the Imperial House. As the *Gukanshō* states later on this chapter, Kiyomori also came to entertain the ambition of becoming the minister who, as the maternal grandfather of a Chancellor or Regent, would be made responsible for handling state affairs. When Motozane died in 1166, Kiyomori claimed that much of Motozane’s land should be retained by Moriko, Motozane’s widow and Kiyomori’s daughter.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 118, nota 15);

<sup>25</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 118;

<sup>26</sup> *Ibidem*, pg 121;

tiveram o efeito desejado, Kiyomori disse, “Não há sinais de que suas preces serão atendidas. Agora observem! Eu irei rezar e conseguir resultados!” Tendo profunda fé no [*Kami* ancestral do clã TAIRA cultuado no] Santuário de Itsukushima na província de Aki, ele mandou construir um barco e começou uma peregrinação todo início de mês a partir de Fukuhara para poder rezar neste santuário ancestral. Apenas 60 dias depois, Kiyomori ouviu que sua filha estava grávida. E no 11º dia do 11º mês de 1178 um neto Imperial nasceu em Rokuhara, exatamente como Kiyomori desejava. Em 1180 este neto ascendeu como Imperador Antoku, fazendo de Kiyomori o avô materno de um Imperador reinante.<sup>27</sup>

Este teria sido o caminho ascendente de Taira Kiyomori na Corte Imperial de Heian. Depois de estar do lado vitorioso em Hōgen e Heiji, o que virtualmente eliminou seu principal rival militar pelos anos seguintes, o líder Taira ganhou posições e títulos na Corte e, optando pela tradicional política matrimonial, foi capaz de se fazer influente aos moldes dos Regentes Fujiwara e os *In* antes dele. Parece claro, nesta visão, que Kiyomori não estava buscando novas estratégias de controle sobre o Estado, mas sim reproduzindo antigas práticas aristocráticas. O que muda, no entanto, é que seu clã não apenas tinha posses e prestígio, mas também uma força militar própria e aliados guerreiros disponíveis para mobilização em caso de conflito e contestação dos interesses de seu líder.

Dentro desta mesma lógica, a passagem anterior parece oferecer a ideia de que Kiyomori conseguiu convergir para si os diversos papéis e funções sociais reproduzidos até então. Ele era o líder de um clã guerreiro em ascensão, o que lhe conferia *status* militar, tornou-se Conselheiro Sênior em 1165, Ministro do Centro em 1166 e Primeiro Ministro em 1167, todos postos ocupados por aristocratas da Corte e, após ser abalado por uma enfermidade da qual veio a se curar, aderiu ao sacerdócio budista em 1168, trazendo também para si a dimensão da prática religiosa. Não há motivos para pensar que uma pessoa não pudesse acumular postos ou somar estas diversas dimensões sociais, mas no caso de Kiyomori isto não apenas o permitiu crescer em prestígio e influência, mas também realizar a façanha de colocar uma filha como consorte imperial e garantir que ela

---

<sup>27</sup> “Then, on the 14th day of the 12th month of 1171, Lay-Priest Prime Minister Kiyomori placed his own daughter, the future Empress Kenrei-mon In (1155-1213), in the Imperial Palace; and she was appointed Emperor Takakura’s secondary Empress on the 10th day of the 2th month of 1172. Kiyomori wanted this daughter to give birth to an Imperial son who could be named Crown Prince and placed on the throne, enabling Kiyomori – as maternal grandfather of the reigning Emperor – to handle state affairs in his own way. Various prayers were offered up for an Imperial grandson. First, a 100-day prayers was made at the Hie Shrine by the Empress’s mother. But because this and other prayers did not have the desired effect, Kiyomori said, “There are no signs that your prayers will be answered. Now watch! I will pray and get results!” Having deep faith in the [ancestral Kami of the TAIRA clan worshipped at] the Itsukushima Shrine in the province of Aki, he had a boat built and started out on a first-on-the-month pilgrimage from Fukuhara in order to pray at this ancestral shrine. Only 60 days later Kiyomori heard that his daughter was pregnant. And on the 11th day of the 11th month of 1178 an Imperial grandson was born at Rokuhara, just as Kiyomori had wanted. In 1180 this grandson was enthroned as Emperor Antoku, making Kiyomori the maternal grandfather of a reigning Emperor.” (Ibidem, pg 122);

desse à luz a um menino pouco tempo depois. Jien relatou que quando *Tennō* e *in* desejavam um filho, eles conferiam aos monges a tarefa de oferecer preces aos *Kami* para que a desejada criança pudesse nascer, mas Kiyomori assumiu tal tarefa, pessoalmente garantindo que um neto imperial fosse concebido com vistas a ascender como *Tennō*.

Esta rápida sucessão de eventos que Jien descreve como a ascensão de Kiyomori na Corte Imperial traz a noção de que o líder Taira era um homem certamente ambicioso e astuto, já que soube aproveitar todas as oportunidades com as quais se deparou no decorrer dos anos. Mas Jien não tece constantes elogios à Kiyomori, como faz com outros personagens em diversos trechos da narrativa. Pelo contrário, o texto destaca como este momento apresentou episódios de violência desmedida e ações duvidosas. Apesar da escalada Taira parecer ter sido executada de forma pragmática, no *Gukanshō* não é colocado que Kiyomori tinha um plano desde o início, mas sim que ele acabou se corrompendo com o passar do tempo, algo que teria sido percebido até mesmo por seu filho mais velho, Taira Shigemori (平重盛; 1138-1179).

(...) Nós ouvimos que Shigemori, sendo um extraordinário bom homem, disse que desejava morrer cedo, quando percebeu que seu pai tinha desenvolvido um coração rebelde. Por alguma razão ele não agiu de acordo com as instruções de seu pai e fez algo estranho: tornou seu filho, Sukemori, genro do Conselheiro Médio FUJIWARA Motoie. Um dia quando Sukemori (...) era bem jovem, ele saiu de sua mansão ao mesmo tempo em que o Regente Motofusa estava saindo da dele. Infelizmente suas carruagens se encontraram. A carruagem de Sukemori foi atacada [pelos homens do Regente] e sua cortina de bambu foi rasgada. Shigemori se ressentiu profundamente disso. Então ele colocou seus soldados em alerta, e quando o Regente estava à caminho de uma cerimônia de maioridade no 21º dia do 10º mês de 1170, os soldados de Shigemori cortaram os cabelos da guarda avançada do Regente. Por causa deste incidente, a cerimônia de maioridade foi adiada. Houveram outros acontecimentos estranhos, e ainda assim Shigemori não foi criticado pelo que fez. O Regente retornou suas atividades no dia seguinte. Este foi o início de uma sucessão de estranhos eventos [que levaram à queda do clã TAIRA].<sup>28</sup>

Nota-se que, ainda que as ações de Shigemori possam ser consideradas controversas, ele não recebeu críticas pelo incidente contra o regente em 1170, enquanto

---

<sup>28</sup> “(...) We hear that Shigemori, being na extremely fine man, had said that he wanted to die soon, when he realized that his father had developed a rebellious heart. For some reason he had not acted on accord with his father’s instructions and had done one strange thing: made his son Sukemori a son-in-law of Middle Counselor FUJIWARA Motoie. One day when Sukemori (...) was very young, he slipped out of his mansion when Regent Motofusa was leaving his. Unfortunately their carriages met. Sukemori’s carriage was roughed up [by the Regent’s retainers] and its bamboo curtain torn. Shigemori deeply resented this. So he placed his soldiers on the alert, and when the Regent was on his way to a coming-of-age ceremony on the 21st day of the 10th month of 1170, Shigemori’s soldiers cut off the topknots of the Regent’s advance guards. Because of this incident, the coming-of-age ceremony was postponed. There were other strange happenings, and yet there was no criticism of Shigemori for what he did. The Regent resumed his official functions the next day. This was the beginning of a succession os strange events [leading to the downfall of the TAIRA clan].” (Ibidem, pg 125);

que seu pai, Kiyomori, é acusado de ter desenvolvido um coração rebelde. A passagem ressalta que o declínio do clã Taira se dá a partir de acontecimentos estranhos, mas seriam tais acontecimentos ligados ao fato de Shigemori estar agindo em contradição às instruções do pai, conforme o caso do casamento de Sukemori com uma filha de Fujiwara Motoie? Ou será que os eventos estariam acontecendo em decorrência do próprio coração rebelde do líder Taira?

De qualquer maneira, Jien reproduz a ideia de que Kiyomori teria sido corrompido por um desejo de comandar o Estado, o que eventualmente levou à destruição do próprio clã, enquanto que seu filho, Shigemori, era um bom homem. Isso também é destacado em uma passagem sobre uma suposta tentativa de ataque aos Taira, quando em 1177, Go-Shirakawa teria confiado à Tada Yukitsuna (多田行綱), um secretário imperial descendente dos Minamoto, a tarefa de fazer bandeiras dos Minamoto e iniciar preparativos para um levante contra os Taira. Entretanto, Yukitsuna teria denunciado o plano à Kiyomori, que foi até a capital para prender Saikō (西光; falecido em 1177), um sacerdote que estaria à serviço de Go-Shirakawa. Saikō teria sido torturado até que contasse do plano e assinasse a confissão por escrito, sendo decapitado na sequência. A retribuição Taira também atingiria Fujiwara Narichika (藤原成親; 1138-1177), que teria sido alguém muito próximo de Go-Shirakawa nos últimos anos.<sup>29</sup>

O dia anterior ao que Saikō foi decapitado, o Conselheiro Sênior Narichika foi chamado à presença de Kiyomori, onde foi subitamente segurado, derrubado, amarrado e confinado por um forte partidário de Kiyomori, o filho de TAIRA Morikumi, Moritoshi. Narichika tinha ido à sala de espera dos nobres onde ele encontrou com TAIRA Shigemori e TAIRA Yorinori e disse a eles: “Eu fui ordenado a vir aqui para fazer uma coisa ou outra.” (...) Shigemori disse, “Quando você sair, vamos conversar sobre as coisas.” Mas como Narichika foi pego e amarrado, Shigemori foi surpreendido; mas ele foi até o quarto onde Narichika estava confinado e conversou com ele, provavelmente porque eles eram cunhados: “Desta vez eu também irei ao menos salvar a sua vida.” Aparentemente foi por isso que Narichika foi exilado na província de Bizen [e não executado]. Mas depois de ter sido privado de comida por sete dias e depois ter recebido um sake incomparavelmente forte para beber, ele morreu de repente. (...) <sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ibidem, pg 123-124;

<sup>30</sup> “The day before Saikō was beheaded, Senior Counselor Narichika had been called into the presence of Kiyomori, where he was suddenly grabbed, thrown down, tied up, and placed in confinement by a strong Kiyomori retainer, TAIRA Morikumi’s son Moritoshi. Narichika had come to the nobleman’s waiting-room where he met TAIRA Shigemori and TAIRA Yorinori and said to them: “I was ordered to come here and do something or other.” (...) Shigemori said, “When you come out, let us talk things over.” But since Narichika was grabbed and tied up, Shigemori was taken by surprise; but he went to the room where Narichika was confined and spoke to him, probably because they were brothers-in-law: “This time too I will at least save your life.” Apparently that was why Narichika was exiled to the province of Bizen [and not executed]. But after he had been deprived of food for seven days and then given some incomparably strong sake, he suddenly died. (...)” (Ibidem, pg 124);

Aqui Shigemori é novamente retratado como alguém sensato que buscou preservar a vida de outra pessoa, enquanto que a violência e o assassinato parte de homens à serviço de seu pai. Esta é uma tendência provavelmente herdada, ou compartilhada, com o *Heiki Monogatari*, o conto militar que narra a ascensão e queda dos Taira e retrata Kiyomori como alguém que se corrompeu por ambição, enquanto que Shigemori figura como o herói justo e ideal. Parece claro, nesta narrativa, que Kiyomori manteve sua influência na Corte pela violência e intimidação, pois os homens presos e assassinados eram próximos do *In* que, supostamente, estaria armando um levante contra os Taira. O fator intimidação fica claro, inclusive, na continuidade do relato.

Tendo agido conforme contado acima, Kiyomori levou a confissão de Saikō ao Palácio do Imperador Aposentado Go-Shirakawa, onde ele convocou Lorde Mitsuyoshi (Comandante da Guarda Imperial da Direita) e fez tal declaração: “Eu tomei tais medidas por conta da situação. O que eu fiz foi apenas para o bem do Estado e do soberano. Minhas próprias preocupações pessoais foram secundárias.” Então Kiyomori retornou imediatamente para Fukuhara, vestindo as mesmas roupas que ele usava quando se apresentou no palácio do Imperador Aposentado.<sup>31</sup>

Jien menciona que não sabe ao certo sobre o quão preciso é este relato,<sup>32</sup> mas acrescenta que, após a visita de Kiyomori, Go-Shirakawa e Mitsuyori teriam se perguntado sobre como tais eventos afetariam o Estado.<sup>33</sup> Mas o que de fato a narrativa apresenta é, novamente, a tendência da Corte Imperial em tomar lados e buscar meios de manipular a balança de poder de acordo com os interesses de cada parte. Além dos rivais que já possuía, Kiyomori ganhou novos inimigos conforme se elevava nos níveis da aristocracia, o que instigou novas alianças na disputa de poder não apenas contra ele, mas contra o clã Taira em geral. É neste contexto, inclusive, que Jien começa a direcionar a narrativa para a eclosão da Guerra Genpei em 1180, o evento durante o qual seria criado um dos mais importantes Princípios desta Era Militar.

Dois fatores destacam o aumento da tensão entre os Taira e seus opositores na Corte de Heian, sendo primeiro a oposição direta de Go-Shirakawa-*in* e do Regente Motofusa à Kiyomori, seguido do incidente com Mochihito em 1180 (以仁王; 1151-

---

<sup>31</sup> “Having done the things recounted above, Kiyomori took Saikō’s confession and went to the Retired Emperor Go-Shirakawa’s palace, where he summoned Lord Mitsuyoshi (Commander of the Imperial Bodyguards of the Right) and made this statement: “I took such measures because of the situation. What I have done was solely for the good of the state and of the sovereign. My own personal concerns were secondary.” Then Kiyomori returned immediatly to Fukuhara, wearing the same clothes that he had worn when calling at the Retired Emperor’s palace.” (Ibidem, pg 124-125);

<sup>32</sup> Ibidem, pg 123;

<sup>33</sup> Ibidem, pg 125;

1180), este considerado o provável estopim para a mobilização dos Minamoto e seus partidários.

Lady Shirakawa (TAIRA Moriko, a viúva do falecido Regente KONOE Motozane) construiu uma bela casa a oeste do Templo Enshō, mas ela morreu no 17º dia do 6º mês de 1179. E dentro de dois anos do incidente de 1177 – no 1º dia do 8º mês de 1179 – TAIRA Shigemori (Ministro do Centro de Komatsu) também morreu. Então o Imperador Aposentado Go-Shirakawa, sem dizer nada a Kiyomori, confiscou a província de Bizen, da qual o rendimento foi por anos para Shigemori. E depois da morte de Lady Shirakawa, a propriedade e os documentos da Casa dos Regente/Chanceler que estavam retidos com ela foram transferidos para o Regente Motofusa [sem consulta à Kiyomori]. Ao ouvir que o Imperador Aposentado tomou tais passos, e pensando que essas ações estavam de alguma forma conectadas com o que ocorreu dois anos antes, Kiyomori imediatamente mobilizou suas tropas e partiu de Fukuhara para a capital. É dito que ele nunca mais removeu a armadura depois disso.<sup>34</sup>

Go-Shirakawa e Motofusa não teriam perdido tempo em recuperar para suas partes o que Kiyomori tinha conseguido colocar como posse dos filhos, o que aponta para o quanto de suporte o líder Taira já estava perdendo entre a aristocracia. A preocupação em reafirmar que as decisões estariam sendo tomadas repetidamente sem que se consultasse Kiyomori enfatiza o afastamento do líder Taira e a ideia de que, supostamente, seus aliados agora se restringem aos membros da própria família e aos guerreiros que o seguiam. Há também uma sensação de conflito iminente, já que acrescenta-se que Kiyomori não mais teria retirado sua armadura, o que pode sugerir que os sucessivos eventos a partir de então seriam todos relacionados a confrontos na disputa pelo poder.

Isto, inclusive, se comprova na sequência da narrativa quando, um ano após a morte dos filhos de Kiyomori, ocorre o incidente com Mochihito, o filho imperial de Go-Shirakawa com sua consorte Lady Takakura. Segundo Jien, Mochihito teria estudado questões de vários campos do conhecimento e concluído que deveria ascender como *Tennō*, o que levaria à expedição de uma ordem para que fosse exilado da Corte. Com o suporte de Minamoto Yorimasa (源頼政; 1106-1180), no entanto, Mochihito conseguiu

---

<sup>34</sup> “Lady Shirakawa (TAIRA Moriko and the widow of the deceased Regent KONOE Motozane) had built a fine house to the west of the Enshō Temple, but she died on the 17th day of the 6th month of 1179. And within two years of the 1177 incident – on the 1st day of the 8th month of 1179 – TAIRA Shigemori (Minister of the Center of Komatsu) also died. Whereupon Retired Emperor Go-Shirakawa, without saying anything to Kiyomori, seized the province of Bizen, the income from which had for years gone to Shigemori. And after Lady Shirakawa’s death, the property and documents of the Regent/Chancellor house that had been retained by her were transferred to Regent Motofusa [with no consultation with Kiyomori]. Hearing that the Retired Emperor had taken such steps, and thinking that these actions were connected somehow with what have occurred two years before, Kiyomori immediately mobilized his troops and left Fukuhara for the capital. It was said that he never removed his armor again after that.” (Ibidem, pg 126);

fugir para o templo de Miidera, onde foi acolhido pelos monges que bloquearam os caminhos na tentativa de evitar ataques Taira.<sup>35</sup>

Já que o Príncipe Mochihito não poderia permanecer em Miidera, ele partiu para Nara, na intenção de ir ao Monte Yoshino. MINAMOTO Yorimasa chegou em Miidera no 22º dia [do 5º mês de 1180] e depois partiu para um ataque noturno ao quartel general de Kiyomori em Rokuhara. Mas como ele saiu tarde e não conseguiu chegar em Matsuzaka antes do amanhecer, ele foi incapaz de realizar um ataque noturno. No 24º dia ele recuou para Uji onde passou a noite, e no 25º dia os TAIRA avançaram para enfrentá-lo em batalha. A força militar do Príncipe não era grande, consistindo apenas dos soldados de Yorimasa. Então quando os TAIRA cruzaram o Rio Uji – usando seus cavalos como jangadas – o que poderiam fazer os homens do Príncipe? MINAMOTO Nakatsuna correu para um corredor no hall principal do Templo Byōdō e cometeu suicídio. Os TAIRA perseguiram o Príncipe até um local atrás do Lago Nieno onde eles o pegaram e o mataram. E MINAMOTO Yorimasa também foi morto.<sup>36</sup>

As consequências para o incidente com Mochihito e Yorimasa iriam além das execuções ou de ameaças e intimidações. Jien destaca que Kiyomori queria se vingar dos templos de Nara que teriam se preparado para receber Mochihito, o que gerou discussão entre os altos aristocratas da Corte com opiniões divergentes sobre o assunto. Além disso, no mês seguinte ao ocorrido, o líder Taira teria dado ordens para que a Capital e Antoku-*tennō* fossem movidos para Fukuhara, o que gerou considerável confusão em Heian. Fukuhara era uma região que tradicionalmente favorecia os Taira, mas depois de apenas alguns meses e por questões diversas, a Corte seria movida de volta para a capital de Heian-kyō.

Nesta altura do relato o *Gukanshō* parece tentar passar uma sensação de caos e insegurança, pois eventos diversos são colocados em sequência e com poucas explicações ou reflexões, enquanto se reforça a ideia de que os próprios aristocratas estavam confusos com o que acontecia. Ao mesmo tempo, a sensação é que as pessoas não conseguiam sequer se estabilizar após uma ocorrência, antes que algum novo acontecimento as surpreendesse novamente.

A capital foi subitamente movida para Fukuhara no 2º dia do 6º mês de 1180, e o Imperador Antoku passou a residir lá, criando indescritível confusão. Já que as coisas não podiam ser deixadas como estavam, uma conferência de nobres foi feita, e no 23º dia do 11º mês a capital foi movida de volta para

<sup>35</sup> Ibidem, pg 127;

<sup>36</sup> “Since Prince Mochihito could not stay on at Miidera, he departed for Nara, intending to go on to Mt. Yoshino. MINAMOTO Yorimasa arrived at Miidera on the 22th and then left for a night attack on Kiyomori’s headquarters at Rokuhara. But since he started late and did not arrive at Matsuzaka before daybreak, he was unable to make a night attack. On the 24th he retreated to Uji where he spent the night, and on the 25th the TAIRA advanced to engage him in battle. The Prince’s military force was not strong, consisting only on Yorimasa’s soldiers. So when the TAIRA crossed the Uji River – using their horses as rafts – what could the Prince and his men do? MINAMOTO Nakatsuna rushed into a corridor of the main hall of the Byōdō Cloister and committed suicide. The the TAIRA chased the Prince to a place behind the Nieno Lake where they caught and killed him. And MINAMOTO Yorimasa was also killed.” (Ibidem);

Heian. Os sentimentos das pessoas estavam começando a se acalmar um pouco quando, no 28º dia do 12º mês, forças TAIRA invadiram Nara e queimaram [os templos de Kōfuku e Tōdai]. O Comandante Supremo da operação foi TAIRA Shigehira (1157-85), Comandante Médio de Terceiro Grau. “Repugnante” não é uma palavra forte o suficiente para descrever o que aconteceu. (...)”<sup>37</sup>

Percebe-se, então, que Jien traz uma ideia de que a aristocracia acabou ficando refém de uma constante onda de violência perpetrada por Kiyomori e os Taira, que movimentavam tropas e faziam ataques tanto na capital quanto nas demais cidades onde poderes divergentes poderiam se desenvolver. Entretanto, o que a passagem em questão não demonstra, é que as decisões de Kiyomori poderiam estar sendo guiadas pela noção de que o líder Taira não era mais tão invencível quanto parecia. O confisco de propriedades feito por Go-Shirakawa e o levante de Mochihito mostram que os Taira não eram uma força incontestada, portanto as ações de Kiyomori precisam ser vistas mais pelo lado da estratégia do que pelo caos ou revanchismo, não que este último não tenha ocorrido.

Jeffrey Mass<sup>38</sup> lembra que, dentro do contexto de mudança da Corte, Go-Shirakawa teria também procurado novo suporte em meio a grupos sectários das escolas budistas de então, o que levou Kiyomori a confiscar algumas das propriedades em questão.<sup>39</sup> A mudança para Fukuhara teria sido uma tentativa dos Taira de afastar a Corte desse tipo de aliança, pois a base de poder da tradicional aristocracia era maior em Heian, local onde a própria influência de Kiyomori já estaria sendo limitada. Já o retorno para a capital meses depois, que Jien coloca como resultado de uma reunião de nobres, teria tido relação direta com o retorno de Minamoto Yoritomo (源頼朝; 1147-1199), exilado após a derrota do pai no Distúrbio de Heiji, ao cenário político.

Mas as condições, como sabemos, forçaram a inversão da estratégia de Fukuhara. Quando os Minamoto declararam guerra (no 19º dia do 8º mês) e não puderam ser imediatamente derrotados, Kiyomori se sentiu obrigado a retornar à Kyoto (no 11º mês) para poder negá-la ao inimigo. Repressão, não isolamento, se tornou a nova ordem do dia, uma política que se expressou graficamente pelo mais notório ato de vingança de Kiyomori. No 12º mês ele fez com que seu filho, Shigehira, incendiasse dois centros de agitação anti-Taira, o Tōdaiji e o Kōfukuji de Nara. Com este ato de destruição proposital,

---

<sup>37</sup> “The capital was suddenly moved to Fukuhara on the 2nd day of the 6th month of 1180, and Emperor Antoku took up his residence there, creating indescribable confusion. Since matters could not be left as they were, a conference of nobles were held, and on the 23rd day of the 11th month the capital was moved back to Heian. The feelings of the people had settled down a little when, on the 28th day of the 12th month, TAIRA forces invaded Nara and burned down [the temples of Kōfuku and Tōdai]. The Supreme Commander of the operation was TAIRA Shigehira (1157-85), Middle Commander Third Rank. “Disgusting” is not a sufficiently strong word to describe what happened. (...)” (Ibidem, pg 128);

<sup>38</sup> MASS, 1999;

<sup>39</sup> Ibidem, pg 32;

Kiyomori acabou com qualquer possibilidade de um fechamento de fileiras ao redor de si.<sup>40</sup>

Começaria, então, a Guerra Genpei, entendida entre 1180 e 1185. Jien menciona que, enquanto Taira Kiyomori seguia com seus planos e estratégias na capital, Minamoto Yoritomo teria recebido notícias dos eventos em questão, apresentando dois relatos para o momento em que toma conhecimento e passa a buscar aliados para atender o chamado às armas. Primeiro é dito que, no tempo em que Mochihito esteve em Miidera, panfletos teriam sido enviados às diversas províncias na tentativa de reunir partidários para a causa, tendo Yoritomo recebido uma dessas mensagens. Já outra hipótese é que ele tenha sido avisado pelo sacerdote Mongaku (文覚; 1139-1203), pois ambos eram próximos por terem sido exilados na província de Izu. Jien diz que Mongaku recebeu tal incumbência de Fujiwara Mitsuyoshi (藤原光能; 1132-1183), uma vez que Go-Shirakawa desejava que Yoritomo fosse informado, mas ao mesmo tempo afirma que Mongaku apenas o fez pois ele mesmo podia sentir que os corações das pessoas desejavam que Yoritomo se levantasse contra os Taira.<sup>41</sup>

Mas independente de como Yoritomo tenha tomado ciência dos acontecimentos na capital e do motivo para ele ter se movido naquele momento, Jien entende que seu retorno ao cenário político foi um ato do destino. Yoritomo sobreviveu à destruição de sua família após Heiji, foi exilado em Izu aos cuidados do clã Hōjō (北条氏) ao qual se uniu pelo matrimônio, para depois atender a um suposto chamado às armas de Mochihito e Minamoto Yorimasa, mobilizando aliados que se moveram desde as províncias do leste até a capital de Heian para enfrentar as forças Taira. “(...) O curso das coisas é de fato interessante e estranho! O retorno de Yoritomo após 1180 não ocorreu porque ele era um homem destinado a se tornar mestre do Estado? (...)”<sup>42</sup>

De certa maneira, Jien reproduz no *Gukanshō* a lógica da Guerra Genpei como o confronto entre Taira e Minamoto, não se voltando à analisar disputas menores que ocorriam nas províncias e envolvia outros grupos guerreiros. De fato, a preocupação de

---

<sup>40</sup> “But conditions, as we know, forced a reversal of the Fukuhara strategy. When the Minamoto declared war (on 8/19) and then could not immediately be defeated, Kiyomori felt obliged to return to Kyoto (in the eleventh month) in order to deny it to his new enemy. Repression, not isolation, became the new order of the day, a policy that was graphically expressed by Kiyomori’s most notorious act of vengeance. In the twelfth month, he had his son, Shigehira, put the torch to two centers of Anti-Taira agitation, the Tōdaiji and the Kōfukuji of Nara. By this act of wanton destruction, Kiyomori ended all possibility of any closing of ranks around himself.” (Ibidem, pg 32-33);

<sup>41</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 129-130;

<sup>42</sup> “(...) The course of things is indeed interesting and strange! Did not Yoritomo’s reemergence after 1180 occur because he was a man destined to become master of the state? (...)” (Ibidem, pg 129);

Jien por toda a narrativa foi contar os eventos mais relevantes à aristocracia da Corte Imperial e, para esta, estes dois clãs guerreiros parecem ter sido aqueles que causaram maiores impactos no período. Da mesma forma, ainda que se relatem elementos das batalhas e da movimentação de tropas, o monge foca em contar o que acontecia com a aristocracia, como qual Fujiwara estava disputando a regência no momento, a fuga de Go-Shirakawa da capital quando se temeu que lá fosse ocorrer uma grande batalha, ou mesmo o destino dos partidários do *In* no cenário da guerra.

Portanto, ainda que a guerra tenha sua importância no relato, ela permanece como plano de fundo para a dinâmica política da Corte Imperial. Neste sentido, aqui o foco será nos trechos referentes à sucessão imperial, pois se entende que este é um elemento crucial para compreender o papel guerreiro dentro da retórica dos Princípios de Jien, que terá relação direta na forma como ele justifica e legitima a fundação do *Bakufu* de Kamakura. Como visto, quando a Guerra Genpei começa em 1180, Taira Kiyomori teria, na teoria, controle sobre os assuntos de Estado e a Corte por ser o avô materno de Antoku-*tennō*, mas sua posição já estava sendo contestada, tanto militar quanto economicamente. Para dificultar ainda mais a questão, o próprio Kiyomori veio a falecer no início de 1181, deixando a liderança dos Taira e a guerra que se iniciava para Taira Munemori (平宗盛; 1147-1185), então Ministro do Centro, enquanto que Go-Shirakawa volta a ter preeminência sobre o comando do Estado.<sup>43</sup> Os Taira, no entanto, conseguiram se manter na luta pelos anos seguintes, apesar de que Jien fez questão de dizer que a simpatia de todos estava com os Minamoto.

Antes disso, no 14º dia do 1º mês de 1181, o ex-Imperador Takakura também morreu. Conforme passavam os dias, as províncias do leste e a região norte foram ocupadas por forças MINAMOTO. Foi reportado que os TAIRA estavam fazendo preparações para garantir a vitória, mas a simpatia de todos – altos e baixos – estava com os MINAMOTO. Então foi ouvido que os MINAMOTO estavam gradualmente ganhando vantagem. Foi, no entanto, não antes do 7º mês de 1183 – no terceiro ano depois da morte de Kiyomori - que tropas MINAMOTO da região norte avançaram em direção à capital, ocupando a província de Ōmi. Alguns TAIRA foram enviados para Echizen para se opor aos MINAMOTO, mas eles foram repelidos e dispersados, sendo parados na batalha de Tonami. Enquanto isso, o Imperador Antoku foi movido – já que a situação se tornou tão séria – para o quartel general TAIRA em Rokuhara no 24º dia do 7º mês de 1183; e os líderes TAIRA se reuniram lá. (...) <sup>44</sup>

<sup>43</sup> Ibidem, pg 131;

<sup>44</sup> “Before this, on the 14th day of the 1st month of 1181, ex-Emperor Takakura had also died. As days passed, the eastern provinces and the northern region were occupied by MINAMOTO forces. The TAIRA were reportedly making preparations that would ensure victory, but the sympathies of all – high and low – were with the MINAMOTO. Then it was heard that the MINAMOTO were gradually gaining the upper hand. I was, however, not until the 7th month of 1183 – in the third year after Kiyomori’s death – that MINAMOTO troops from the northern region first advanced toward the capital, filling the province of Ōmi. Some TAIRA had been sent to Echizen to oppose the MINAMOTO, but they were repulsed and dispersed,

O medo de que a luta se desenvolvesse dentro da cidade de Kyoto fez com que muitos aristocratas fugissem da capital, incluindo Go-Shirakawa, que foi se abrigar no Monte Hiei. Eventualmente, o próprio Antoku-*tennō* foi removido da cidade, junto das três Relíquias Imperiais (三種の神器 - *sanshu no jingi*), a jóia, o espelho e a espada, símbolos legitimadores do poder imperial no Japão até os dias de hoje. Junto do *Tennō*, as forças Taira se moveram para oeste, o que abriu caminho para que os partidários Minamoto gradativamente avançassem e se estabelecessem na capital.

Antoku era, de certa maneira, a principal fonte de legitimação que os Taira poderiam ter para continuar no poder, portanto quando teria ficado claro que seus inimigos conseguiriam avançar sobre a cidade, eles levaram a criança em retirada na busca de se estabelecer em uma região onde poderiam se estruturar para continuar lutando. No entanto, a saída da capital também trazia oportunidades para seus adversários, pois com Go-Shirakawa-*in* ainda vivo e no comando da Corte que ficou para trás, ele tinha condições de escolher um novo *Tennō* que não estivesse ligado aos Taira, como Antoku estava. É possível dizer que esta questão criou precedentes significativos na história japonesa, pois não só foi escolhido um novo soberano, como este ascendeu sem que as tradicionais relíquias lhe fossem passadas.

Na época desta confusão na capital, o Imperador Antoku – junto da Jóia Imperial, da Espada Imperial e do Espelho Sagrado – estava recuando em direção às províncias do oeste. A pessoas se perguntaram se era certo não ter um imperador na capital, expressando-se de tal maneira: “Já que o Imperador Aposentado – um Pai Imperial – está vivo, não devíamos esperar para falar da questão de sucessão quando soubermos se o Imperador, que foi levado para as províncias do oeste, está a salvo.” Enquanto isso, o Imperador Aposentado consultava oficiais como os Ministros da Esquerda e Direita (Tsunemune e Kanezane), o Lorde Sacerdote Matsu (Motofusa), e outros. Mas Sua Majestade alegou que o que o Ministro da Direita (KUJŌ Kanezane) lhe disse ficou particularmente claro. O Imperador Aposentado estava realmente fazendo uso dele.<sup>45</sup>

---

having been stopped in the battle of Tonami. Meanwhile, Emperor Antoku was moved – since the situation had become so serious – to the TAIRA headquarters in Rokuhara on the 24th day of the 7th month of 1183; and TAIRA leaders assembled there. (...)” (Ibidem);

<sup>45</sup> “At the time of this confusion at the capital, Emperor Antoku – along with the Imperial Jewel, the Imperial Sword, and the Sacred Mirror – was retreating toward the western provinces. People wondered if it was right not to have an emperor in the capital, causing them to express such views as this: “Since the Retired Emperor – an Imperial Father – is alive, shouldn’t we wait and take up the question of succession when it is learned whether the Emperor, who has been taken off to the western province, is safe.” Meanwhile, the Retired Emperor was consulting with such officials as the Ministers of the Left and Right (Tsunemune and Kanezane), the Lord Lay Priest of Matsu (Motofusa), and others. But his Majesty claimed that what the Minister of the Right (KUJŌ Kanezane) told him was particularly clear. The Retired Emperor was really making use of him.” (Ibidem, pg 133);

Jien deixa a ideia de que havia certa relutância se um novo *Tennō* deveria ser nomeado antes que se tivesse certeza se Antoku estava ou não a salvo. Não fica claro que pessoas seriam essas que relutam em apoiar um novo sucessor imediatamente, mas Brown e Ishida mencionam que o próprio Go-Shirakawa-*in* estaria optando pela cautela neste caso, mas ao ser pressionado por altos aristocratas da Corte, acabou tomando uma decisão. O episódio, no entanto, pode ter ocorrido de forma diferente do que Jien relata na passagem subsequente:

Percebendo que um novo imperador tinha que ser escolhido, Go-Shirakawa considerou três filhos do ex-Imperador Takakura. Um deles (Príncipe Morisada) tinha sido levado de barco junto dos TAIRA em retirada, já que ele tinha sido criado pela esposa de Kiyomori, Tokiko (...). Os outros dois (Príncipe Koreakira e Príncipe Takanari) ainda estavam na capital, então o Imperador Aposentado chamou os dois para uma entrevista. Quando o quarto filho do ex-Imperador Takakura, Príncipe Takanari, se apresentou, ele o fez sem nenhuma timidez. Além disso, os videntes disseram que este Príncipe seria uma boa escolha. Portanto, o Príncipe Takanari ascendeu como Imperador Go-Toba no 20º dia do 8º mês de 1183. Muitos novos precedentes foram então estabelecidos, mas o Imperador Aposentado Go-Shirakawa, ao se consultar com vários nobres, deu especial atenção ao que o Ministro da Direita (KUJŌ Kanezane) tinha a dizer. Assim surgiu um novo imperador.<sup>46</sup>

O trecho oferece diversos pontos de análise. Primeiro, o citado Go-Toba-*tennō* que ascende em 1183 é o mesmo que décadas depois, com o título de *In*, se moveria contra Kamakura na Guerra Jōkyū de 1221. Ele é a pessoa que Jien tenta convencer com o *Gukanshō*, portanto a passagem pode estar conversando com este leitor final, lembrando-o do momento de sua própria ascensão. Não por menos, Jien coloca que videntes teriam concordado que sua escolha como sucessor seria a correta, mas Brown e Ishida acrescentam que, enquanto Go-Toba era filho de mãe Fujiwara, Koreakira, a outra opção, tinha mãe Taira, o que iria contra os propósitos de diminuir a influência deste clã caso ele fosse o próximo *Tennō*.<sup>47</sup>

O segundo destaque está na forma como Jien favorece a presença de Kujō Kanezane, seu irmão e então Ministro da Direita. Kanezane aparece como alguém que tinha pleno prestígio em sua relação com Go-Shirakawa-*in* e teria tido grande participação

---

<sup>46</sup> “Realizing that a new emperor had to be selected, Go-Shirakawa considered three sons of ex-Emperor Takakura. One of them (Prince Morisada) had been taken on the boat with the retreating TAIRA, since he had been brought up by Kiyomori’s wife Tokiko (Rokuhara Second Rank). The other two (Prince Koreakira and Prince Takanari) were still in the capital, and so the Retired Emperor called them in for an interview. When ex-Emperor Takakura’s fourth son, Prince Takanari, came forward, he did so without any shyness. Moreover, the diviners said that this Prince would be a good choice. Therefore Prince Takanari was enthroned as Emperor Go-Toba on the 20th day of the 8th month of 1183. Many new precedents were established then, but Retired Emperor Go-Shirakawa, consulting with various nobles, paid special attention to what the Minister of the Right (KUJŌ Kanezane) had to say. Thus did a new emperor appear.” (Ibidem);

<sup>47</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 133, nota 24;

na escolha de Go-Toba como próximo *Tennō*. Talvez Jien estivesse tentando incitar a simpatia de Go-Toba para com Kanezane, cujo descendente na época da escrita da fonte é ninguém menos que Kujō Yoritsune, o menino que Jien acredita estar destinado a acumular os postos de *Shōgun* e Regente Imperial. Kanezane também fica retratado como um homem justo e sensato em outros pontos da narrativa, com destaque para o relato sobre o já mencionado ataque de Kiyomori aos templos de Nara em 1180. Durante uma reunião com demais aristocratas, Kanezane teria defendido que os templos não deveriam ser punidos por terem apoiado o fracassado levante de Mochihito, argumentando sobre a importância dos *Kami* residentes de Nara e da relação entre *ōbō* e *buppō*, as Leis Imperiais e Budista.<sup>48</sup>

O diário de Kanezane (o *Gyokuyō*) sugere que Kanezane não teve muita relação com a seleção de Go-Toba em 1183. Em uma entrada para o 30º dia do 7º mês, Kanezane escreveu que ele tinha pressionado para a ascensão imediata de um novo Imperador. No 6º dia do 8º mês, uma decisão ainda não tinha sido tomada. Go-Shirakawa ainda refletia se não seria melhor esperar pelo retorno de Antoku e das Relíquias Imperiais. No 10º dia daquele mês, Kanezane reportou que aconteceu outra reunião no palácio de Go-Shirakawa. Apenas então ficou decidido que um novo Imperador deveria ser escolhido. Mas Go-Shirakawa e o vitorioso MINAMOTO Yoshinaka propuseram candidatos diferentes. Go-Shirakawa queria um dos dois filhos de Takakura que ainda estavam na capital, mas Yoshinaka pressionou pela candidatura do filho do Príncipe Mochihito, Príncipe Kiso. Em uma entrada para o 14º dia daquele mês, o diário reporta que Go-Shirakawa enviou um mensageiro para pedir pelo conselho de Kanezane e que Kanezane se recusou a expressar sua opinião sobre o assunto, preferindo deixar a decisão para Go-Shirakawa. No 18º dia, Kanezane diz que outra conferência foi feita mas que ele não esteve presente. Outras consultas são mencionadas e há referências ao uso de videntes, mas nada é dito a respeito de Go-Shirakawa ter chamado os dois meninos para uma entrevista – isso é mencionado, entretanto, no *Heike Monogatari*. (...)

Por que Jien não incluiu nenhum dos detalhes encontrados no diário de seu irmão quando ele estava escrevendo sobre a seleção de Go-Toba em 1183? Já que é pensado que Jien está destinando o *Gukanshō*, acima de tudo, à Go-Toba, se deduz que Jien não era avesso à deixar a impressão de que KIJŌ Kanezane foi largamente responsável pela ascensão de Go-Toba. (...)<sup>49</sup>

<sup>48</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg128;

<sup>49</sup> “Kanezane’s diary (the *Gyokuyō*) suggests that Kanezane did not have much to do with the selection of Go-Toba in 1183. In an entry for the 30th day of the 7th month, Kanezane wrote that he had urged the immediate enthronement of a new Emperor. On the 6th day of the 8th month, a decision had not yet been made. Go-Shirakawa was still wondering whether it would not be best to wait for the return of Antoku and the Imperial Regalia. On the 10th of that month, Kanezane reported that there was another meeting at Go-Shirakawa’s palace. Only then was it finally decided that a new Emperor should be placed on the throne. But Go-Shirakawa and the victorious MINAMOTO Yoshinaka proposed different candidates. Go-Shirakawa wanted one of the two Takakura sons still in the capital, but Yoshinaka pressed the candidacy of Prince Mochihito’s son, Prince Kiso. In an entry for the 14th of that month, the diary reports that Go-Shirakawa sent a messenger to ask for Kanezane’s advice and that Kanezane refused to express his views on the matter, preferring to leave the decision to Go-Shirakawa. On the 18th, Kanezane said that another conference had been held but that he did not attend. Other consultations are mentioned and references are made to the use of diviners, but nothing is said about Go-Shirakawa’s calling in the two boys for an interview – this is mentioned, however, in the *Heike monogatari*. (...) Why did Jien not include any of the details found in his brother’s diary when he was writing about the selection of Go-Toba in 1183? Since it is thought that Jien was addressing the *Gukanshō*, first of all, to Go-Toba, it is deduced that Jien was not

É notável que Jien parece não apenas guiar a narrativa de modo a destacar os personagens de acordo com possíveis interesses, como também estaria selecionando informações presentes em materiais diversos. Kanezane ganha destaque no jogo de poder pelo posto de Regente, principalmente nos trechos do relato cronologicamente inseridos durante o governo dos Taira e a Guerra Genpei, bem como pelo fato de que ele mesmo não obteve tal posição durante o conturbado período. Quando Go-Shirakawa-*in* retorna à Kyoto após a fuga dos Taira, por exemplo, Jien afirma que o Estado teria se acalmado caso um homem como Kanezane fosse nomeado Regente, mas na ocasião, foi Konoe Motomichi (近衛基通; 1160-1233) o escolhido para a função.<sup>50</sup> Nomes de outros membros da linha Fujiwara também são mencionados como tendo passado à frente de Kanezane no período, mas Jien eventualmente conclui que, por não ter ocupado a regência nestes anos, Kanezane teria sido poupado de situações vergonhosas.<sup>51</sup>

Vale lembrar que Kanezane não era o único irmão de Jien, mas o monge o favorece frente aos demais. Konoe Motozane (近衛基実; 1143-1166), Matsu Motofusa (松殿基房; 1144-1230), Kujō Kanezane e Jien, eram todos filhos de Fujiwara Tadamichi, sendo que os três irmãos do monge foram chefes das próprias casas dentro do clã regencial. Todos teriam direito à regência segundo a tradição Fujiwara, assim como Konoe Motomichi e Matsu Moroie (松殿師家; 1172-1238), filhos de Motozane e Motofusa, mas Jien se identificou mais com Kanezane, ao ponto de favorecê-lo dentro do *Gukanshō*, muito possivelmente pelo fato de que ele mesmo teria sua influência na Corte impulsionada por este irmão, além do futuro *Shōgun*, Minamoto Yoritomo.

Já que Motozane, Motofusa e Motomichi serviram como Regente ou Chanceler quando os TAIRA estavam no poder entre 1158 e 1183 – e Moroie e Motomichi foram Regentes entre 1183 e 1186 – Kanezane não foi contaminado, como Jien pode ter posto, por associações a líderes militares derrotados. Kanezane, no entanto, foi elevado à mais alta posição ministerial depois de 1186 por MINAMOTO Yoritomo. Como a preeminência de Jien como sacerdote budista, alcançando o auge com a nomeação como Abade de Tendai em 1192, foi graças ao amplo suporte de Kanezane e MINAMOTO Yoritomo, Jien se identifica com a casa KUJŌ e era grande crítico de seus meio irmãos e de seus filhos.<sup>52</sup>

---

averse to leaving the impression that KUJŌ Kanezane had been largely responsible for Go-Toba's enthronement. (...)” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 133, nota 25);

<sup>50</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 134;

<sup>51</sup> *Ibidem*, pg 140;

<sup>52</sup> “(...) Since Motozane, Motofusa, and Motomichi had served as Regent or Chancellor while the TAIRA were in power between 1158 and 1183 – and Moroie and Motomichi were Regents between 1183 and 1186 – Kanezane was left uncontaminated, as Jien might have put it, by associations with defeated military leaders. Kanezane, on the other hand, was elevated to the highest ministerial position after 1186 by MINAMOTO Yoritomo. Because Jien's preeminence as a Buddhist priest, reaching a high point with an

É neste sentido que Jien conduz a narrativa no *Gukanshō* durante os anos da Guerra Genpei. Ele não se preocupa em descrever batalhas ou estratégias, apesar do momento em si ser a dita Era Militar, mas sim em analisar como este conturbado evento impactou a vida da aristocracia da Corte, sobretudo no âmbito dos Fujiwara e a regência. O momento é bem utilizado para promover a imagem do irmão Kujō Kanezane, o que impulsiona também a defesa de sua linhagem e herdeiros como sendo os mais hábeis e aptos a exercer as funções regenciais.

Mas Jien também irá dedicar alguns trechos ao cenário das lutas, principalmente quando chega o momento de falar sobre a derrota dos Taira e a morte de Antoku-*tennō*. Esta é uma parte importante na narrativa, pois representa o momento quando é criado provavelmente o principal Princípio da Era Militar. Em 1185, naquela que ficou conhecida como o último grande confronto da Guerra Genpei, a batalha naval de Dan no Ura (壇ノ浦の戦い) na província de Nagato, o exército Minamoto derrotou os Taira, levando à morte muitos dos integrantes deste clã que estavam em barcos na ocasião, inclusive o jovem *Tennō*. Conta-se que ao se depararem com a derrota iminente, muitos Taira se atiraram no mar para evitar serem capturados pelos Minamoto, inclusive Taira Tokiko (平時子; 1126-1185), viúva de Taira Kiyomori e avó de Antoku, que pegou a criança e pulou na água, matando ambos. Os Taira também tentaram se livrar das Relíquias Imperiais, provavelmente na intenção de privar seus inimigos de obter os itens legitimadores do poder imperial, jogando-os no mar. A joia e o espelho, entretanto, foram recuperados, mas a espada imperial nunca teria sido encontrada.

A mãe Imperial de Antoku, Imperatriz Kenrei-mon In, foi retirada da água e resgatada. A Joia Sagrada e o Espelho Imperial foram devolvidos à capital no 25º dia do 4º mês daquele ano. A Espada Imperial, no entanto, afundou no oceano. A caixa contendo a Joia Sagrada flutuou na água e foi recolhida por um soldado que a entregou à filha de FUJIWARA Koreaki do escritório das aias. O Espelho Imperial foi removido da água por um Conselheiro Sênior chamado TAIRA Tokitada, um irmão mais velho da Avó Imperial. (...) Circularam rumores sobre a Espada Imperial mas ela nunca foi encontrada, mesmo quando mulheres mergulhadoras foram usadas na busca. A situação de então foi algo do qual não se pode escrever exaustivamente, não importando o quanto se tente. É provavelmente apenas algo para o exercício da imaginação de alguém. (...) <sup>53</sup>

---

appointment as Tendai Abbot in 1192, was due largely to the backing of Kanezane and MINAMOTO Yoritomo, Jien identified himself with the KUJŌ house and was very critical of his half-brothers and their sons.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 140, nota 35);

<sup>53</sup> “Antoku’s Imperial mother, Empress Kenrei-mon In, was removed from the sea and saved. The Sacred Jewel and the Imperial Mirror were returned to the capital on the 25th day of the 4th month of that year. The Imperial Sword, on the other hand, sank into the sea. The box containing the Sacred Jewel had floated on the water and was picked up by a soldier who brought it to FUJIWARA Koreaki’s daughter of the Handmaid’s Office. The Imperial Mirror was removed from the water by a Senior Counselor by the name

A perda da Espada Imperial é um acontecimento central na narrativa, estando diretamente relacionada com a presença guerreira junto ao Estado japonês e com o afogamento de Antoku. As explicações de Jien para o ocorrido passam tanto pela dimensão prática de qual grupo ganha controle sobre o governo, quanto pelas dimensões míticas e mitológicas, pois não apenas os *Kami* guardiães estão envolvidos, mas também a mitologia da criação do Japão é recuperada. Neste sentido, Jien fornece um primeiro motivo para a morte de Antoku-*tennō*:

O soberano naquele tempo foi subsequentemente chamado Imperador Antoku. Como explicamos seu afogamento? O nascimento deste soberano foi um ato de graça divina realizado pelo Grande Iluminado *Kami* do Santuário de Itsukushima na província de Aki, um ato provocado pelas preces de TAIRA Kiyomori. Nos foi dito que o *Kami* do Santuário de Itsukushima era uma filha do Rei Dragão. Em respostas à fé de Kiyomori, este *Kami* encarnou como o Imperador Antoku. Pessoas que sabiam da situação disseram: “Finalmente ela retornou para o mar!” Pensava-se que era isso o que tinha acontecido.<sup>54</sup>

Brown e Ishida lembram que, segundo a mitologia japonesa, a Espada Imperial foi retirada da cauda de um dragão marinho por Susano Ō no Mikoto (須佐之男命), uma das principais entidades míticas apresentada no *Kojiki* e *Nihonshoki*. Neste sentido, a perda da espada no mar ao final da batalha de 1185 pode ser vista como o retorno desta relíquia a seu local original, uma vez que sua função entre os homens estaria sendo passada para outros indivíduos. O assunto também surge no *Heike Monogatari*, onde aparece que “já que a Espada Sagrada novamente se tornou parte do tesouro do divino dragão, é entendido que a Espada Sagrada não deverá ser possuída pelo homem uma segunda vez.”<sup>55</sup>

É desta maneira que a morte de Antoku é explicada e, de certa forma, justificada. Vale lembrar que, quando Antoku morre em 1185, Go-Toba já tinha ascendido como *Tennō* na capital, mesmo que as Relíquias Sagradas estivessem ainda sob posse dos Taira, o que cria a questão se haveria dois *Tennō* com reinados simultâneos, já que Antoku não

---

of TAIRA Tokitada, an elder brother of the Imperial Grandmother. (...) Rumors circulated about the Imperial Sword but it was never found, even though female divers were used to look for it. The situation then was something that cannot be written about exhaustedly, no matter how hard one tries. It is probably something only for the exercise of one's imagination. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 142);

<sup>54</sup> “The sovereign at that time was subsequently called Emperor Antoku. How do we explain his drowning? The birth of this sovereign was an act of divine grace performed by the Great Shining Kami of Itsukushima Shrine in the province of Aki, an act brought about by the prayers of TAIRA Kiyomori. Word has come down to us that the Kami of Itsukushima Shrine was a daughter of the Dragon King. In response of Kiyomori's faith, this Kami was incarnated as Emperor Antoku. People acquainted with the situation said: “At last she has returned to the sea!” It is thought that that is what happened.” (Ibidem, pg 143);

<sup>55</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 143, nota 47;

teria abdicado oficialmente em 1183 como tradicionalmente ocorria. Na seção cronológica do *Gukanshō*, no entanto, Jien coloca que Go-Toba ascendeu por meio de mandato imperial emitido por Go-Shirakawa-*in* após a morte de Antoku-*tennō*, o que difere do relato na narrativa de que a ascensão se deu em 1183.<sup>56</sup> Na cronologia oficial disponível no website da Agência da Casa Imperial, por sua vez, as datas dos reinados aparecem, de fato, sobrepostas, com o reinado de Antoku entre 1180 e 1185 e o de Go-Toba entre 1183 e 1198.<sup>57</sup> De qualquer maneira, Jien não se preocupa em explicar o significado de reinados sobrepostos e nem aponta a própria divergência entre as datas do relato da narrativa e da seção cronológica, o que abre espaço para interpretações no sentido de que a Corte Imperial parecia disposta a criar precedentes referentes à sucessão imperial em nome do afastamento e enfraquecimento dos Taira, assim como sua influência direta sobre o *Tennō* reinante.

Mas como o *Tennō* era considerado um ser divino no Japão, a morte da criança não se resume, na narrativa de Jien, às questões mundanas de guerra e soberania política. Pelo contrário, a resposta oferecida está ligada à dimensão espiritual, pois seria aquele o momento em que o *Kami* encarnado retornou ao seu local de origem no mar, levando consigo a relíquia ancestral. Mas esta ocorrência terá efeitos práticos no plano mortal e no Estado japonês, pois a perda da espada seria uma tragédia talvez sem precedentes até então, resultando na criação de mais um dos Princípios apontados pelo monge.

A perda da Espada Imperial foi algo realmente triste para a Lei Imperial. Ao refletir se um Princípio foi provavelmente criado que nos permitiria entender este evento, eu cheguei à conclusão de que, como as condições presentes tomaram tal forma e soldados emergiram com o propósito de proteger o soberano, a Espada Imperial passou sua função protetora para os soldados e desapareceu no mar. Uma razão para chegar a esta conclusão é que uma espada chamada de espada longa (*tachi*) era a arma militar original de um soldado, então a Espada Imperial se tornou o talismã militar protetor do Imperador. O soberano da nação governa o Estado seguindo dois caminhos: o caminho do poder militar (*bu*), e o caminho do conhecimento (*bun*). O caminho do conhecimento é associado ao Imperador na frase: “Ele herda o trono e protege o conhecimento”, então é comum que um estudioso confuciano seja ligado ao Imperador. (...) Com respeito ao caminho militar de governar o Estado, os dois *Kami* ancestrais da Casa Imperial proveram proteção – até estes últimos reinados – pelo talismã imperial. (...)<sup>58</sup>

<sup>56</sup> *Gukanshō – Chronology of Japanese Reigns*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 338;

<sup>57</sup> The Imperial Household Agency – Genealogy of the Emperors of Japan. Disponível em: <https://www.kunaicho.go.jp/e-about/genealogy/koseizu.html>, acesso em 13 de novembro de 2022;

<sup>58</sup> “The loss of the Imperial Sword was a really sad thing for Imperial Law. In turning over the thought that a Principle had probably been created which would enable us to understand this event, I have come to the conclusion that since present conditions have taken such a form, and soldiers have emerged for the purpose of protecting the sovereign, the Imperial Sword turned its protective function over to soldiers and disappeared into the sea. One reason for reaching this conclusion is that a sword called the long sword (*tachi*) was a soldier’s original military weapon, and so the Imperial Sword became the Emperor’s military protective talisman. The nation’s sovereign rules the state by following two ways: the way of military might

Este é um ponto crucial na narrativa. Perder a Espada Imperial significou a perda da proteção divina e do poder militar pela própria Casa Imperial. O protagonismo da guerra e a manutenção de exércitos já não era monopólio da aristocracia japonesa desde o período da Corte de Nara, mas perder a relíquia que simbolizava o caminho militar de reger o Estado, demonstra que o soberano não apenas deixou de ter controle sobre contingentes militares disponíveis, mas ele também não mais terá a possibilidade de definir, ou interferir, nos motivos pelos quais se faz a guerra, já que os guerreiros agora exercem a liberdade de agir em nome de interesses próprios. Da mesma forma, a integridade física e o título do *Tennō* também não se mantêm apenas pelo fato dele ser um descendente dos *Kami*, mas sim por ter a proteção de um líder militar que o apoia frente a adversários diversos.

Isso não significa, porém, que a Corte Imperial se tornou completamente submissa e dependente dos guerreiros e, conseqüentemente, do *Bakufu* de Kamakura. O próprio Minamoto Yoritomo, o líder dos Minamoto e vencedor da Guerra Genpei, apenas recebeu o título de *Shōgun* após a morte de Go-Shirakawa-*in* em 1192, sete anos depois da derrota dos Taira na batalha naval de Dan no Ura. O que ocorre é que, ao estabelecer uma nova capital em Kamakura, os líderes do *bakufu* tomam para si a prerrogativa de lidar com as questões que envolvem a guerra e os guerreiros, sobretudo na resolução de conflitos entre partes, nomeação de títulos e cargos provinciais para aliados, divisão de terras e disputas de herança, entre outros. Com o passar do tempo, Kamakura consegue limitar a autonomia política e econômica da aristocracia na Corte de Heian, se envolvendo também nas decisões sobre a própria sucessão imperial. Mas eventos como a abdicação de Go-Toba em 1198 com intenções de seguir os passos de Go-Shirakawa e governar como *In*, representam momentos onde membros da aristocracia puderam desafiar os interesses do *bakufu*. Go-Toba tiraria proveito da morte de Yoritomo em 1199 e da instabilidade resultante em Kamakura para se fortalecer em sua nova posição, chegando a reunir aliados suficientes para tentar um levante armado contra o *shogunato* em 1221.

Ironicamente, a Guerra Jōkyū de Go-Toba-*in* em 1221 provaria a conclusão de Jien a respeito da ascensão guerreira: a Corte não mais poderia se opor ao poder dos

---

(*bu*), and the way of learning (*bun*). The way of learning is associated with the Emperor in the phrase: “He inherits the throne and protects learning”, and so a Confucian scholar is customarily attached to the Emperor. (...) With respect to the military way of ruling the state, the two ancestral Kami of the Imperial House have provided protection – until these final reigns – with the Imperial talisman. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 144);

líderes militares. Para o monge, a perda da espada demonstra que os próprios *Kami* passam a compreender a impossibilidade de existir um Estado sem a presença guerreira, o que fica claro na sequência da passagem onde se relata a perda do talismã de proteção:

Mas então a Deusa do Sol e o Grande Hachiman Bodhisattva chegaram a este acordo: “Claramente há agora um tempo destinado (*jiun*) no qual se torna impossível, já que grandes *Shōgun* militares definitivamente ganharam controle do Estado, que o governante do país sobreviva se ele se opor abertamente aos desejos do grande *Shōgun* militar.” Consequentemente, a Espada Imperial não mais tem uma função a desempenhar. O Imperador Takakura ascendeu graças ao clã TAIRA em 1168, e o talismã militar Imperial foi finalmente perdido em 1185. Entendendo claramente o porquê do talismã militar ter sido perdido, eu passei a sentir profundamente a respeito das condições da presente era.<sup>59</sup>

Foi por ter perdido sua principal função, a proteção militar, que a espada desapareceu em 1185. Essa proteção não seria apenas em relação à capacidade do governante de exercer o poder militar por si mesmo, mas sobretudo com respeito à guarda da integridade física do *Tennō* no contexto de crescente violência no meio político. Parece clara a noção de que não haveria formas de garantir a sobrevivência do soberano, ou mesmo da Corte e seus aristocratas, caso fosse feita oposição aberta àqueles que então detinham um poderio militar consideravelmente superior.

É também importante lembrar que quando Jien escreve, em 1219, sobre a perda da espada e a passagem de sua função protetora para os líderes guerreiros, ele sabe que a Corte Imperial sobreviveu à fundação do primeiro *shogunato*, tanto cedendo quanto se adaptando à dinâmica de poder compartilhado com Kamakura. Além disso, o fato de que os vencedores Minamoto iniciaram um *bakufu* que permaneceu até os dias da escrita do *Gukanshō*, pode ter indicado a Jien que essa ascensão guerreira não representava algo momentâneo, mas sim a entrada de um novo personagem no cenário político japonês.

Surge, então, um novo Princípio dentro da narrativa do *Gukanshō*: a função de proteger o Estado japonês e a linhagem imperial é agora dos líderes militares. Ao não se opor abertamente aos interesses dos guerreiros, a Corte estaria também a salvo de retaliação por parte de seus novos guardiões. No entanto, há ainda a questão do momento no qual Jien aponta o aparecimento deste novo Princípio. Por que esperar para marcar os eventos de 1185 como definitivos para a criação de um Princípio para a era militar, se a

---

<sup>59</sup> “But then the Sun Goddess and the Great Hachiman Bodhisattva reached this agreement: “Clearly there is now a time fate (*jiun*) which makes it impossible, since great military Shoguns have definitely gained control of the state, for the country’s ruler to survive if he openly opposes the wishes of the great military Shoguns.” Consequently, the Imperial Sword no longer has a function to perform. Emperor Takakura was placed on the throne by the TAIRA clan in 1168, and the Imperial military talisman was finally lost in 1185. Understanding clearly why the Imperial military talisman was lost, I have come to feel deeply about conditions of the present age.” (Ibidem);

presença de líderes guerreiros na Corte e junto aos assuntos de Estado já se prolongava por, pelo menos, duas décadas? Jien deixou claro que no auge dos Taira o Estado e principalmente a sucessão imperial, estavam sob forte influência de Kiyomori que agia em nome de interesses particulares. Não estaria o Estado sendo mantido e protegido por um líder guerreiro desde então, ou mesmo antes quando, nos distúrbios de Hōgen e Heiji, foram os guerreiros que pegaram em armas para definir as disputas políticas entre aristocratas que visavam dominar o governo?

Talvez a simbologia da perda da Espada Imperial tenha tido um peso primordial na escolha do momento de efetivação do Princípio, mas também não se pode deixar de lado o fato de que Jien defendia a ascensão do *Shōgun* Kujō Yoritsune em Kamakura, capital fundada após a derrota dos Taira. Não está sendo aqui desmerecido o grau de importância que a perda da Espada Imperial representou no cotidiano e no imaginário da sociedade japonesa de então, principalmente entre a aristocracia de Heian. Mas é também importante perceber que, se a questão da sobrevivência da Corte dependia da aceitação, ou da incapacidade de oposição, dos interesses de líderes guerreiros por parte do soberano, então a vitória Minamoto não é, necessariamente, um momento único dentro do processo de crescimento da influência dos clãs guerreiros junto à Corte Imperial.

A Figura 3, elaborada na ideia de uma linha do tempo, reúne algumas informações sobre acontecimentos presentes na narrativa do *Gukanshō* no intervalo que supostamente comporta o período delimitado como Era Militar, indo desde o Distúrbio de Hōgen em 1156 até o momento de escrita da fonte em 1219. Esta seleção de datas e eventos não esgota todos os dados presentes na narrativa, mas com ela é possível visualizar melhor como Jien vê a escalada guerreira junto ao governo que passa a compartilhar sua prerrogativa política com uma segunda capital.

O primeiro apontamento possível é que tanto Taira Kiyomori quanto Minamoto Yoritomo recebem postos e honrarias da Corte Imperial, o que para além de recompensas por serviços prestados, neste momento figura também como comprovação da crescente influência de cada um deles. No caso de Kiyomori, por exemplo, sua presença junto ao governo cresceu após Heiji por derrotado o levante de Yoshitomo e Nobuyori com o aval de Go-Shirakawa-*in* e Nijō-*tennō*. A rivalidade entre Kiyomori e Yoshitomo não passou despercebida por Jien, mas foi só depois de *Tennō* e *In* fugirem para Rokuhara, que o líder Taira se moveu contra o adversário. Isso pode demonstrar que, no cenário de disputa entre as duas forças guerreiras, ainda era necessário algum tipo de manifestação ou reconhecimento da alta aristocracia imperial que justificava ações em seu nome.

## ACONTECIMENTOS DE DESTAQUE DA ERA MILITAR SEGUNDO O GUKANSHŌ

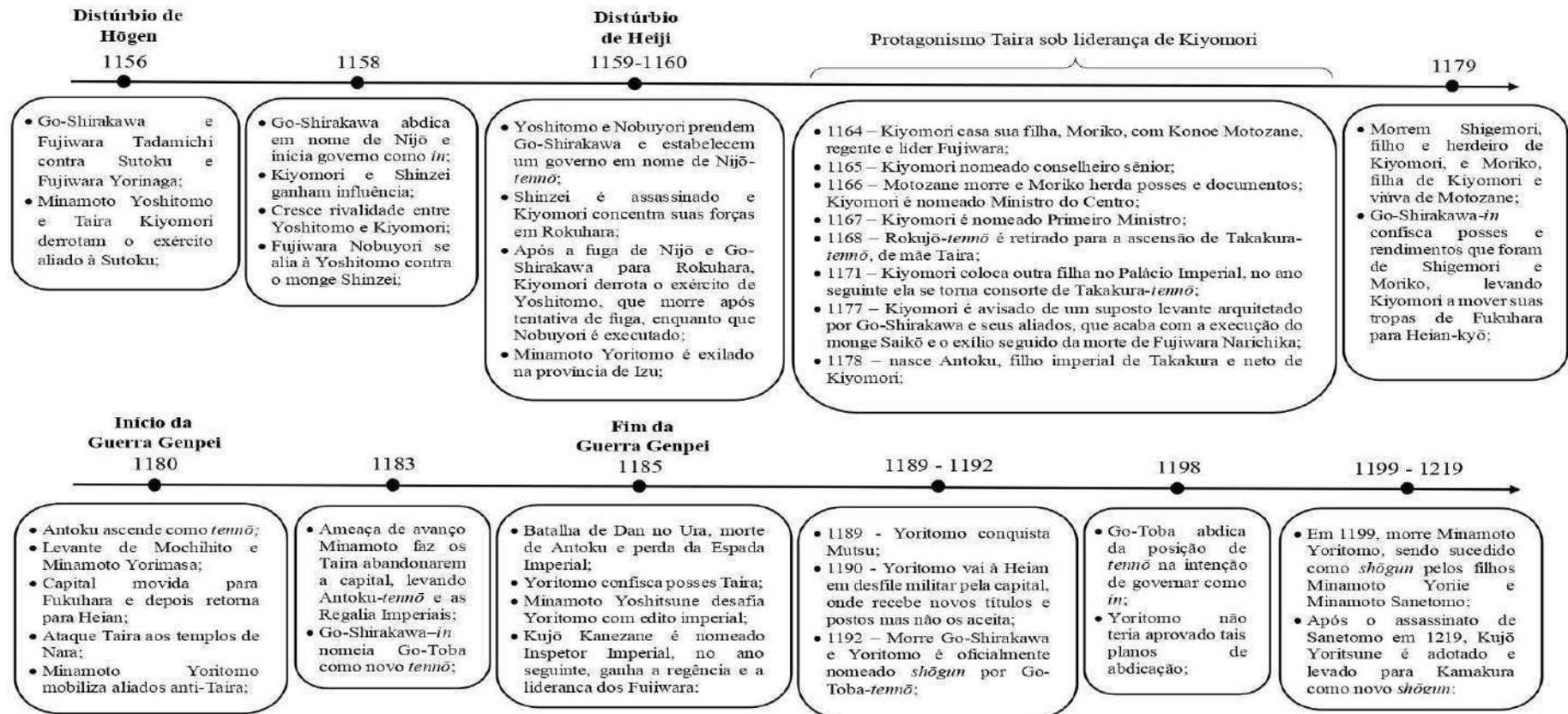


Figura 3 – Linha do Tempo da Era Militar<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Quadro criado a partir de informações selecionadas como destaque da narrativa do *Gukanshō* sobre a Era Militar do Japão;

No entanto isto não tarda a mudar, pois Kiyomori criou diversas oportunidades de forçar suas vontades sobre a Corte, tanto dentro do tradicional jogo político, quanto pela intimidação e poderio militar. Além de conseguir postos de destaque para si e seus filhos, também casou filhas tanto com os altos Fujiwara, quanto com o clã Imperial. Sua determinação em manter o que conquistou por meio dos filhos, como as posses Fujiwara para Moriko e os rendimentos provinciais que iam para Shigemori, além da supressão dos levantes rivais e intimidação do próprio soberano com os assassinatos de seus aliados, demonstra que Kiyomori tinha intenções de se manter dentro do alto escalão que governava o Estado de então.

Talvez a principal diferença entre as experiências de Taira Kiyomori e Minamoto Yoritomo tenha sido, de fato, a criação de Kamakura. Após se fazer vitorioso frente aos rivais, Kiyomori buscou crescer na Corte de Heian aos moldes tradicionais da aristocracia, pela conquista de postos importantes, casamento de filhas em posição estratégica e controle na criação de herdeiros fruto destes matrimônios. Ele, de fato, buscou mover a Capital Imperial para sua própria base de poder nas províncias à oeste de Heian, mas além da mudança ter sido mal sucedida, a questão é que Kiyomori continuava fisicamente junto à Corte e, apesar de ter condições de intimidar descontentes por meio da força, Heian aparece como um local onde a aristocracia já se via bem institucionalizada, o que podia oferecer desafios significativos.

Já ao fazer de Kamakura sua base de poder fixa, Yoritomo é capaz de criar uma capital própria, onde consegue reunir aliados para ampliar sua força militar, além de se tornar um centro político que governará as províncias do leste e servirá de mediador junto às questões de disputa envolvendo a sociedade, principalmente os guerreiros. Mas isso não significa que Kamakura tenha se desligado completamente de Heian e da Corte que lá permaneceu. Pelo contrário, Minamoto Yoritomo detinha postos na Corte, como o comando da guarda, além de lá manter representantes que o informavam sobre assuntos recorrentes e defendiam seus interesses junto ao governo imperial.

O nível de interação e controle de Kamakura sobre a aristocracia de Heian mudou de acordo com cada momento específico, mas pode-se dizer que Yoritomo e seus aliados tiveram vitórias para além da própria Guerra Genpei. Jien menciona que Yoritomo confiscou para si mais de quinhentas peças de propriedade dos Taira após a guerra, isso enquanto os próprios funcionários da Corte Imperial ainda faziam um levantamento sobre

as posses do clã.<sup>61</sup> Além disso, em 1189 ele também conquistaria a província de Mutsu que, até então, tinha tido maiores autonomias frente a outras partes do reino, mas ele apenas reporta suas ações à Corte após o acontecido, sem contato prévio sobre o assunto. Jien coloca que Yoritomo provavelmente desejava Mutsu para si, como parte de suas posses particulares, tendo inclusive se auto nomeado governador da província após dividir o território entre seus partidários.<sup>62</sup>

É então possível retornar à questão da criação do Princípio para a Era Militar em 1185. Ao dizer que foi criado o Princípio de que o soberano a partir de então seria protegido pelos guerreiros, Jien estaria pensando também no momento Taira como um período onde a Corte pouco conseguiu se opor aos interesses destes, ou ele fala especificamente dos Minamoto que, não somente venceram a guerra como também fundaram uma nova capital de onde poderiam influenciar o governo? Se os Taira estão sendo levados em consideração, então a Espada Imperial se perde porque um Princípio já teria sido criado, já que os guerreiros já teriam ganhado controle sobre o Estado e assim permaneceram, pois os Taira estavam sendo substituídos pelos Minamoto, não por qualquer outro grupo aristocrático. Pelo contrário, se os Minamoto são, especificamente, aqueles destinados a governar o Estado e proteger o soberano, então o Princípio da Era Militar foi criado porque a espada, que detinha tal função, foi perdida.

Talvez não precise existir uma resposta final para tal questionamento. O desaparecimento da relíquia pode ter sido o fator principal que levou Jien a relacionar a batalha de Dan no Ura com a criação do novo Princípio, já que este evento foi, de fato, marcante para a sociedade de então. Brown e Ishida lembram que no diário pessoal de Kujō Kanezane consta uma passagem onde se diz que a Corte teria enviado oferendas para vinte e dois dos mais importantes templos e santuários de então, solicitando que fossem feitas preces visando a devolução da Espada Imperial.<sup>63</sup> O *Heike Monogatari*, outra fonte histórica do período, também reconta o evento, o que demonstra o nível do impacto que isto teve na vida e no imaginário daqueles que presenciaram o ocorrido.

De qualquer maneira, tal reflexão é importante no contexto geral da obra, pois Kujō Yoritsune se torna *Shōgun* do *bakufu* iniciado por Minamoto Yoritomo, então esta é a instituição que Jien está buscando proteger. Portanto, ligar a espada perdida e o Princípio da era militar diretamente ao legado de Yoritomo, enquanto aos Taira resta o

---

<sup>61</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 146-147;

<sup>62</sup> *Ibidem*, pg 148-149;

<sup>63</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 143, nota 44;

papel dos derrotados, pode ser mais uma das estratégias de legitimação retórica encontradas dentro do *Gukanshō*. Uma das defesas que Jien faz no capítulo final da fonte é relacionada, inclusive, à necessidade da existência de um *Shōgun*, pois este seria o único capaz de controlar os guerreiros que se espalharam por todas as províncias naquele momento.

Minamoto Yoritomo parece ter sido, não por menos, uma pessoa louvável aos olhos de Jien. Na sequência da batalha de Dan no Ura, a narrativa o destaca como um líder inspirador que não teria problemas em se livrar de opositores, mesmo aqueles mais próximos de si, como seu irmão, Minamoto Yoshitsune (源義経; 1159-1189). Jeffrey Mass analisa que a rivalidade entre Yoritomo e Yoshitsune é anterior ao próprio fim da Guerra Genpei, além de ser uma ocorrência consideravelmente normal naquele tempo, já que irmãos e outros parentes de uma mesma geração tendiam a disputar uns com os outros em defesa das próprias posições e *status* em relação aos demais. No caso dos irmãos Minamoto, o expressivo aumento de fama de ambos durante os anos da guerra, colocava em disputa a liderança do clã em si. O ápice da disputa parece ter sido a nomeação de Yoshitsune, emitida por Go-Shirakawa-*in*, como governador da província de Iyo, à qual Yoritomo responde com a nomeação de aliados seus a postos administrativos locais, o que virtualmente incapacitava o irmão de exercer plenamente sua autoridade.<sup>64</sup>

No *Gunkanshō*, Jien coloca a questão da rivalidade como algo mais súbito e potencialmente originada com Yoshitsune, aparentemente iniciada após uma breve viagem dele à Kamakura depois de ter sido nomeado governador de Iyo.

Então MINAMOTO Yoshitsune, que era o representante de Yoritomo na capital, repentinamente se voltou contra seu irmão Yoritomo e, no 3º dia do 11º mês de 1185, fez emitir um edito imperial [pelo Imperador Aposentado Go-Shirakawa] determinando que Yoritomo fosse punido. Quando o Imperador Aposentado consultou as pessoas sobre a emissão de tal edito, quase todos – por temerem Yoshitsune – disseram: “Esta é a coisa certa a se fazer.” Apenas uma pessoa, o Ministro da Direita KIJŌ Kanezane, se manifestou contra tal proposta. Sua posição era essa: “Um edito de punição deve se basear em um crime cometido. Que crime Yoritomo cometeu? Já que ainda não sabemos se ocorreu um crime, é difícil dizer que tal edito deva ser emitido.” (...)<sup>65</sup>

<sup>64</sup> MASS, 1999, pg 99-100;

<sup>65</sup> “Then MINAMOTO Yoshitsune, who was Yoritomo’s representative at the capital, suddenly turned against his brother Yoritomo and, on the 3rd day of the 11th month of 1185, had an Imperial edict issued [by Retired Emperor Go-Shirakawa] calling for Yoritomo’s chastisement. When the Retired Emperor consulted with people about issuing such an edict, nearly everyone – being afraid of Yoshitsune – had said: “That is a proper thing to do.” Only one person, Minister-of-the-Right KIJŌ Kanezane, spoke out against the proposal. His position was this: “An edict of chastisement should be based upon a crime committed. What crime has Yoritomo committed? Since we do not yet know that there has been a crime, it is difficult to say that such an edict should be issued.” (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 147);

O edito seria de fato emitido, mas Jien conta que Yoshitsune foi atacado por um partidário de Yoritomo e acabou fugindo da capital, enquanto que suas próprias forças aliadas seriam também vencidas na sequência. Depois de um tempo escondido, Yoshitsune chegaria à província de Mutsu onde foi assassinado.<sup>66</sup> A vitória de Yoritomo nesta disputa parece ter fortalecido sua posição, tanto como líder dos Minamoto quanto na Corte Imperial, onde ele se torna capaz de exercer maior influência agora que seu irmão, antes ali favorecido, foi removido. Ele também buscou afastar os aristocratas que teriam apoiado Yoshitsune, restringindo e selecionando quais homens poderiam ter acesso ou serem consultados sobre os assuntos de governo, algo que se consolida, inclusive, com a nomeação de seu aliado, Kujō Kanezane, como Inspetor Imperial em 1185.<sup>67</sup>

Jien também destaca as proezas de Yoritomo como líder militar, tanto em relação a estratégias e ambições, quanto em exaltação da força física como uma preeminência guerreira. O relato que ele faz sobre a campanha de Yoritomo em Mutsu é, talvez, o melhor exemplo deste discurso.

Mais tarde, no 19º dia do 7º mês de 1189, *Shōgun* Yoritomo saiu de Kamakura dizendo que iria entrar na província de Mutsu. Ele queria finalmente destruir FUJIWARA Yasuhira, o homem que tinha sucedido Hidehira de Mutsu. Isso foi dito ser algo sensato de Yoritomo fazer. Já que Yasuhira tomou posse de uma província tão grande como Mutsu, e agiu como se não fosse seguir ninguém, Yoritomo deve ter desejado tornar aquela província sua posse privada. Ele saiu com uma força imponente, rapidamente invadiu a província, e facilmente a subjugou no 3º dia do 9º mês de 1189. Então ele dividiu toda a província entre seus aliados, informou do ocorrido ao Imperador, e formalmente assumiu o posto de governador provincial. Sendo diferente de outros governadores que assumiram o posto nos últimos anos, Yoritomo fez coisas boas mesmo naquele cargo.

(...)

Como Yoritomo não retirou a corda de seu arco – ou permitiu que seu arco lhe fosse tirado – depois de deixar Kamakura para enfrentar o inimigo em batalha, até seus aliados ficaram admirados com ele. Quanto à força física de Yoritomo, ao caçar ele fazia seu cavalo correr ao lado de um grande cervo, e então ele agarraria os chifres do cervo e o derrubaria com as próprias mãos. Todos também ouviram que a força física de seu filho Yoriie era extraordinária, em termos de padrões passados ou presentes.<sup>68</sup>

<sup>66</sup> Ibidem, pg 147-148;

<sup>67</sup> Ibidem, pg 148;

<sup>68</sup> “Later, on the 19th day of the 7th month of 1189, Shogun Yoritomo left Kamakura saying that he was going to enter the province of Mutsu. He wanted finally to destroy FUJIWARA Yasuhira, the man who had succeeded Hidehira of Mutsu. That was said to be a reasonable thing for Yoritomo to do. Since Yasuhira had taken possession of a province as large as Mutsu, and acted as if he would not follow anyone, Yoritomo must have thought he would like to make that province his private possession. He left with an imposing force, quickly invaded the province, and easily subjugated it on the 3rd day of the 9th month of 1189. Then he divided the entire province among his retainers, reported what he had done to the Emperor, and formally took the position of provincial governor. Being unlike other governors who had held the post in the past years, Yoritomo did good things even in that office. (...) Because Yoritomo did not once removed the bowstring from his bow – or permit his bow to be taken from him – after he left Kamakura to engage the

Jien não parece incomodado com o fato de Yoritomo ter desejado Mutsu para si, sendo que a forma como ele sinaliza que o ataque à província foi justificável pois Fujiwara Yasuhira não desejava “seguir ninguém”, traz a ideia de que Yoritomo estaria retornando aquele território, do qual se torna governador, para a órbita do governo central. Também não se questiona o fato de que ele primeiro executa o ataque e reparte a província para apenas depois informar do ocorrido, ou seja, não existe qualquer necessidade de avisos prévios à Corte ou ao *Tennō*, bem como qualquer permissão, antes do envio de grandes tropas e da conquista de expressivos territórios.

O cenário da conquista de Mutsu por Yoritomo ajuda a reafirmar a noção de como a prerrogativa da guerra não partia da Corte Imperial, mas sim dos líderes militares que se destacaram no período. Também demonstra como o poderio militar era utilizado na obtenção de posses e cargos em favor de interesses próprios, pois apesar de Yoritomo ter informado suas ações ao *Tennō*, ele não entregou Mutsu para a Corte, mas dividiu a província entre seus aliados como recompensa pelo apoio prestado, garantindo assim lealdades que poderiam lhe ser úteis novamente no futuro. Esta capacidade de manter partidários era também importante como ferramenta de pressão e intimidação, não apenas frente à aristocracia de Corte, mas contra qualquer adversário que pudesse ter pretensões de desafiar o *bakufu* dos Minamoto.

Não muito tempo depois, no 11º dia do 4º mês de 1190, o nome da era mudou para Kenkyū (Construindo Permanentemente), e no 7º dia do 11º mês daquele ano MINAMOTO Yoritomo veio à capital. Todos esperavam ansiosamente pela sua chegada. Ele mandou construir uma mansão – em por volta de cinco acres de terra – no local onde era a Mansão Rokuhara de TAIRA Kiyomori. Como estava chovendo no dia em que Yoritomo planejava entrar na capital, ele parou em um local próximo de Seta. Então quando ele entrou na capital no 7º dia – a chuva tendo parado assim como ele queria – seus soldados cavalgaram para dentro da cidade em três, lado a lado. Mais de 700 homens montados o precederam e mais de 300 foram agrupados atrás dele. Cavalgando um cavalo negro e vestindo um avental de verão de pele de cervo sobre um brilhante manto tricolor (azul escuro, azul e vermelho), ele era uma figura impressionante. Depois de entrar na capital, ele prestou respeito ao Imperador Aposentado Go-Shirakawa e compareceu ao Palácio Imperial. Aos olhos de Go-Shirakawa, ninguém se igualava a Yoritomo. Portanto, Yoritomo foi logo nomeado Comandante Sênior da Guarda Imperial da Direita. No 9º dia do 11º mês de 1190, ele recebeu uma promoção acelerada para Conselheiro Sênior em Exercício sem nunca ter sido um Consultor ou Conselheiro Médio. Ele foi nomeado Comandante Sênior da Guarda Imperial da Direita no 24º dia daquele mês e, no mesmo dia, foi ao palácio expressar sua gratidão pela nomeação. Então ele renunciou aos dois postos no 3º dia do 12º mês de 1190, tendo subido degrau por degrau até o Segundo Nível Sênior. Ele podia ter tido qualquer

---

enemy in battle, even his retainers stood in great awe of him. As for Yoritomo’s physical strength, when hunting he would have his horse run alongside a big deer, and then he would grab the deer’s horns and bring it down with his bare hands. Everyone had also heard that the physical strength of his son Yorie was extraordinary, in terms of either past or present standards.” (Ibidem, pg 148-149);

posto, até um de ministro, mas ele refletiu sobre o significado de tais nomeações e se comportou de maneira louvável [ao não aceitá-los]. Ele era realmente um homem raro para ser *Shōgun* nos reinados finais e um homem de habilidade superior! (...) <sup>69</sup>

Fica claro que a imponência de Yoritomo, que Jien tanto elogia, é uma estratégia de demonstração de poder e intimidação. Ele não vai à capital apenas para receber ou recusar títulos e postos na Corte, mas também para mostrar aos adversários sua capacidade militar. Entrar em Heian acompanhado de algo em torno de 1000 homens montados à cavalo, conforme descrito, mandaria a mensagem de que uma oposição direta à presença guerreira dentro do governo é tanto impossível quanto desaconselhável, além de demonstrar a possíveis clãs e guerreiros rivais o nível do exército à disposição de Yoritomo para a defesa de seus interesses. Dentro disso há também o simbolismo de se construir uma nova mansão no exato local onde antes existiu a residência de Taira Kiyomori, o que pode dar a ideia de substituição de um poder guerreiro antigo e derrotado por outro mais novo e poderoso.

Um outro ponto a se destacar na passagem é a ideia de Jien marcar a recusa de cargos por parte de Yoritomo, o que lhe rendeu o elogio de ter se portado de forma louvável. Esta pode ser outra comparação com Taira Kiyomori, que teria desejado ocupar os mais altos cargos aristocráticos dentro do governo. Mas o monge diz que Yoritomo teria refletido sobre o significado das nomeações que tinha recebido, decidindo por recusá-las em seguida, ainda que pudesse alcançar qualquer posto que quisesse, inclusive o de ministro.

---

<sup>69</sup> “Not long afterward, on the 11th day of the 4th month of 1190, the era name was changed to Kenkyū (Building Permanently), and on the 7th day of the 11th month of that year MINAMOTO Yoritomo came up to the capital. Everyone had waited expectantly for his arrival. He had a mansion built – on about five acres of land – at the site of TAIRA Kiyomori’s Rokuara Mansion. Because it was raining on the day Yoritomo planned to enter the capital, he stopped over at a place near Seta. Then when he entered the capital on the 7th – the rain having stopped just as he had wanted – his soldiers came riding into the city three abreast. Over 700 horsemen preceded him and more than 300 were grouped behind him. Riding a black horse and wearing an apron of deer’s summer fur over a glossy tri-colored robe (dark blue, blue and red), he was an impressive figure. After entering the capital, he paid his respects to Retired Emperor Go-Shirakawa and called at the Imperial Palace. In the eyes of Go-Shirakawa no one was the equal of Yoritomo. Therefore Yoritomo was soon appointed Senior Commander of the Imperial Bodyguards of the Right. On the 9th day of the 11th month of 1190, he was given an accelerated promotion to Acting Senior Counselor without ever having been a Consultant or Middle Counselor. He was appointed Senior Commander of the Imperial Bodyguards of the Right on the 24th day of that month and, on the same day, went to the palace to express his gratitude for the appointment. Then he resigned from both positions on the 3rd day of the 12th month of 1190, having risen step by step to Senior Second Rank. He might have had any position, even that of a minister, but he reflected on the meaning of such appointments and conducted himself in a praiseworthy manner [by not accepting them]. He was really a rare man to be Shogun in the final reigns and a man of superior ability! (...)” (Ibidem, pg 153-154);

Talvez seja possível pensar que Jien estivesse deixando implícito que Yoritomo reconhecia que seu papel como líder guerreiro não comportava a busca por cargos aristocráticos, motivo pelo qual teria recusado as nomeações. De fato, isto não é dito abertamente, o que causaria algumas contradições. A recusa de certas nomeações por Yoritomo não o afastou do núcleo do governo, em parte por ele ter mantido aliados que defendem seus interesses na Corte e que o informam sobre acontecimentos e movimentações políticas na capital. Também não significou o estabelecimento de uma regra que impedia que membros de clãs guerreiros ocupassem tais cargos, tendo os filhos de Yoritomo, inclusive, aceitado e até reivindicado nomeações. O próprio Yoritomo, mais tarde, teria buscado colocar uma filha como consorte imperial, o que pode indicar que as fronteiras entre o que um influente líder guerreiro poderia ou não fazer, ou almejar, não estavam tão severamente delimitadas.

O que trará maiores destaques a essa questão são as críticas que Jien faz ao segundo filho de Yoritomo, o terceiro *Shōgun* de Kamakura, Minamoto Sanetomo (源実朝; 1192-1219). Em 1199, Yoritomo morre e é sucedido pelo filho mais velho, Minamoto Yoriie (源頼家; 1182-1204), que por sua vez foi vítima de um golpe que também tirou a vida de seu próprio filho e herdeiro. O próximo a herdar o título de *Shōgun* foi Sanetomo, que Jien considera como tendo sido uma pessoa tola e descuidada, que tinha interesses não condizentes com sua posição de guerreiro.

Conforme dias e noites passavam desta forma, e as pessoas se perguntavam qual seria o desfecho dos assuntos nas províncias do leste, Sanetomo gradualmente crescia e dizia que queria assumir pessoalmente o comando dos assuntos militares. Um homem de nome MINAMOTO Nakaaki (filho de Mitsutō) melhorou a posição de sua casa, entrou na casa confuciana dos SUGAWARA, se tornou discípulo de SUGAWARA Nagamori, se dedicou ao estudo do confucionismo, e serviu como tutor do *Shōgun* Sanetomo (...). Nakaaki ia frequentemente a Kamakura, e Sanetomo passou a dedicar mais tempo e energia ao conhecimento do que aos assuntos militares. Quando Nakaaki estava na capital, ele fez tais coisas como mandar mensageiros à Kamakura. Enquanto as pessoas falavam sobre a forma como Nakaaki estava ensinando o *Shōgun* a cerca de precedentes chineses, elas se perguntavam se não seria errado [que Sanetomo tivesse tais interesses].<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> “As days and nights passed in this way, and as people were wondering how affairs in the eastern provinces would turn out, Sanetomo was gradually growing up and saying that he wanted to take personal charge of military affairs. A man by the name MINAMOTO Nakaaki (son of Mitsutō) improved the position of his house, entered the Confucian house of SUGAWARA, became a disciple of SUGAWARA Nagamori, devoted himself to the study of Confucianism, and served as Shogun Sanetomo’s tutor (...). Nakaaki went frequently to Kamakura, and Sanetomo came to devote more time and energy to learning than to military affairs. When Nakaaki was at the capital, he did such things as to dispatch messengers to Kamakura. While people were gossiping about the way Nakaaki was teaching the Shogun through various Chinese precedents, they wondered if it was not quite wrong [for Sanetomo to have such interests].” (Ibidem, pg 182-183);

O que se pode entender por “conhecimento” dentro do discurso de Jien se relaciona, sobretudo, com o estudo dos textos clássicos chineses, aprendidos, debatidos e ensinados no Japão por séculos desde a introdução da escrita chinesa no arquipélago. O exercício intelectual ficou muito ligado à alta aristocracia, a partir do qual se moldaram as práticas cerimoniais e a política japonesa baseada nos clássicos introduzidos da China. Mesmo em 1219, como se pode notar pelas palavras de Jien, haveria questionamentos sobre a validade de uma pessoa como Sanetomo, que como *Shōgun* era um guerreiro e não um intelectual da Corte, buscar investir no estudo dos clássicos ao invés de se dedicar apenas às questões e práticas militares.

No entanto, uma nova contradição pode surgir com este posicionamento, pois segundo Jien argumenta nas partes finais do *Gukanshō*, a escolha de Kujō Yoritsune como *Shōgun* significava a decisão divina de que era necessário unir o conhecimento ao poder militar para que o Estado pudesse persistir durante os últimos estágios da deterioração. Mas diferente de Sanetomo, Yoritsune nasceu dentro do clã Fujiwara, sendo tradicionalmente ligado às práticas cerimoniais e intelectuais da aristocracia. Portanto, por ser um Fujiwara e ter sido nomeado *Shōgun*, além de que os Kujō também teriam ligações de parentesco anteriores com os Minamoto, Yoritsune poderia fazer o que Sanetomo estava sendo criticado a respeito, se dedicar tanto ao conhecimento quanto à prática militar.

Jien também dá destaque à ambição de Sanetomo em sua relação com a Corte de Heian. Segundo ele, Nakaaki constantemente se locomovia entre Heian e Kamakura, agindo como um dos principais mensageiros de Sanetomo e, nesta época, o *Shōgun* teria solicitado e recebido nomeações para cargos na Corte, estivessem estes previamente ocupados ou não. Diferente do pai que declinou nomeações, Sanetomo teria pedido os postos de Conselheiro e Comandante Médios e, depois disso, o de Comandante Sênior. Na época, Kujō Michiie (九条道家; 1193-1252) ocupava o posto de Comandante Sênior, mas ele aceitou uma troca e passou o cargo para Sanetomo em 1218. O Minamoto ainda reivindicaria um posto de Ministro, sendo que Jien acrescenta que ele provavelmente não ficaria satisfeito com apenas uma nomeação para Ministro do Centro.<sup>71</sup>

Independente dos direitos que Sanetomo poderia, ou não, ter sobre os postos que reivindicou, dois pontos ficam claros: a diferença entre Sanetomo e o pai; e as relações políticas entre o *bakufu* e a Corte de Heian. Entende-se que o primeiro ponto se deve

---

<sup>71</sup> Ibidem, pg 188-189;

muito à retórica de Jien, que busca exaltar a pessoa de Yoritomo, fundador do *bakufu* e pacificador do reino, enquanto critica Sanetomo, um jovem tolo que parecia desejar mais do que deveria. Mas o fato dele ter tido algumas de suas vontades atendidas leva exatamente à noção de que Kamakura tinha força para reivindicar posição, *status* e poder de decisão dentro do Estado japonês, do qual ela mesma fazia parte. Ao mesmo tempo, ainda que sendo superior em questão da força militar, o *Shōgun* não buscou derrubar o governo, mas sim garantir postos dentro da tradicional dinâmica política da Corte Imperial.

Mas ainda que as relações entre Corte e *bakufu* fossem mais interconectadas do que a ideia de existirem dois governos distintos, Jien parece entender que Sanetomo não teria habilidade suficiente para exercer seu papel satisfatoriamente.

MINAMOTO Yoritomo foi realmente um *Shōgun* incomum! Ele teve um neto tal como Kugyō, um homem de espírito guerreiro (*bushi no kokorogiwa*). Mas Yoritomo também teve um filho (Sanetomo) que era totalmente descuidado, se envolvendo com conhecimento e desgraçando os cargos de Ministro e Conselheiro Sênior. E ele morreu sem deixar um herdeiro.<sup>72</sup>

Kugyō (公暁; 1192-1219), o homem que Jien diz ter um espírito guerreiro, foi o monge que assassinou Sanetomo durante uma procissão em 1219. Era filho de Minamoto Yoriie, portanto sobrinho de Sanetomo, tendo assassinado o *Shōgun* sob o pretexto de vingança em nome do pai que fora vítima de um golpe lançado pelos Hojō para que Sanetomo herdasse Kamakura. A vingança como retribuição por ofensas passadas, principalmente por questões de assassinato, parece ser, aos olhos de Jien, algo como um caminho esperado na vida dos descendentes dos algozes e dos injustiçados. Kugyō morreu após assassinar Sanetomo em retribuição pelo assassinato do pai em 1204, que em contrapartida tinha sido assassinado por ter, supostamente, causado a morte e destruição da família de seu guardião em 1199.<sup>73</sup>

É desta forma que Jien organiza seu relato a respeito dos três primeiros *Shōgun* de Kamakura. Yoritomo teria sido um homem incrível cujas ações pacificaram o reino enquanto mantinha relações com Heian, sendo admirado pelas pessoas da capital, além de não exitar em demonstrar seu poder militar para intimidar potenciais adversários. Infelizmente, seus filhos foram incapazes de estabelecer uma descendência capaz de

<sup>72</sup> “MINAMOTO Yoritomo was a trully unusual Shogun! He had such a grandson as Kugyō, a man with warrior spirit (*bushi no kokorogiwa*). But Yoritomo also had a son (Sanetomo) who was foolishly careless, indulging himself in learning and disgracing the offices of Minister and Senior Counselor. And he died without leaving an heir.” (Ibidem, pg 191);

<sup>73</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg 180, nota 50;

herdar o *shogunato* para além de sua geração, isso em parte por culpa da própria disputa de poder dentro de Kamakura, com os Hōjō figurando entre um dos principais interessados na sucessão do poder.

Como o assassinato de Sanetomo ocorreu em 1219, mesmo ano da elaboração do *Gukanshō*, Jien está escrevendo sobre acontecimentos recentes para ele mesmo, não restando, inclusive, muito o que se acrescentar em termos de narrativa histórica a partir deste ponto. O último grande evento destacado antes do monge começar a tecer suas conclusões mais enfaticamente, é a escolha de Kujō Yoritsune como sucessor de Minamoto Sanetomo. Na tradução de Brown e Ishida esta parte ocupa as últimas páginas do quarto capítulo, enquanto que as conclusões ficam para o quinto e último capítulo referente a narrativa.

A notícia da morte de Sanetomo rapidamente se espalhou, sobretudo depois que nobres que estiveram presentes na cerimônia em Kamakura retornaram à Heian. Neste momento, Jien dá destaque a Hōjō Masako (北条政子; 1156-1225), viúva de Minamoto Yoritomo e mãe dos falecidos Yoriie e Sanetomo. Ela foi uma importante personagem do período, tendo alcançado alto grau de hierarquia e detendo grande influência na sociedade de então. Após a morte de Sanetomo, Masako teria ganho controle sobre as propriedades do *Shōgun*, enquanto que seu irmão, Hōjō Yoshitoki (北条義時; 1163-1224), administraria os assuntos militares de Kamakura.<sup>74</sup> Segundo consta no *Gukanshō*, Masako teria tido papel essencial na escolha de Yoritsune próximo *Shōgun*.

No entanto, a escolha de uma criança Kujō não foi imediata, pois a ideia inicial apresentada por Masako, em carta enviada a Go-Toba-*in* por meio de Fujiwara Yukimitsu, agindo como seu mensageiro, era que um filho imperial fosse enviado para Kamakura.

Por favor envie um adequado filho de Vossa Majestade para Kamakura. Ele será feito *Shōgun*. Os soldados que seguem o *Shōgun* contabilizam várias dezenas de milhares, mas como eles perderam seu líder, sentimentos diversos certamente surgirão. [Ter um de seus filhos nomeado *Shōgun*] certamente irá acalma-los.<sup>75</sup>

Jien diz que essa é a mensagem que Masako provavelmente enviou à Go-Toba-*in* a respeito de seu desejo de ter um filho imperial enviado para ser *Shōgun*. Se considerar que os Hōjō não eram os únicos interessados no comando de Kamakura, a adoção de um

<sup>74</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 192;

<sup>75</sup> “Please send a suitable son of Your Majesty to Kamakura. He will be made Shogun. The soldiers who follow the Shogun number several tens of thousands, but since they have lost their leader, diverse feelings will certainly arise. [Having one of your sons appointed Shogun] will surely quiet them down.” (Ibidem, pg 193);

filho imperial poderia legitimar e fortalecer sua posição frente os rivais, já que a intenção era que Masako e o irmão governassem em nome do jovem *Shōgun* aos moldes da antiga regência Fujiwara. Na mensagem se destaca o grande número de soldados que o *Shōgun* teria a seu dispor, mas também diz que, sem um líder para comandá-los, problemas poderiam surgir e desavenças aflorar no decorrer do tempo. Em suas conclusões, Jien chama atenção para este mesmo fato, entendendo o *Shōgun* não apenas como um poder paralelo à Corte, mas também uma ferramenta capaz de conter os ânimos dos guerreiros e evitar novas escaladas de violência.

Entretanto, Go-Toba-*in* não teria aceitado o pedido, afirmando que o envio de um filho imperial à Kamakura teria o potencial de dividir o país, sendo tal proposta absurda. Ele teria acrescentado, no entanto, que não iria se opor ao envio do filho de um Regente ou Chanceler, o que leva Masako a propor que fosse um filho do Ministro da Esquerda, Kujō Michiie, pois havia parentesco entre os Kujō e os Minamoto pela linhagem de uma irmã de Yoritomo. Depois de maiores negociações e envio de mensageiros entre as cidades, foi decidido que Kujō Yoritsune seria o novo líder do *shogunato*.<sup>76</sup>

(...)

Para o qual o Imperador Aposentado respondeu: “Neste caso, sua proposta é bastante aceitável.” Então o filho de dois anos de idade de Michiie, Yoritsune – aquele que estava sendo criado pelo pai de sua mãe (Conselheiro Sênior SAIONJI Kintsune) – foi selecionado. Este filho nasceu na hora do tigre do mês do tigre do ano do tigre. Já que ele também era uma criança incomum e incomparável, e tanto adivinhos quanto astrólogos o declararam como uma escolha fortuita, soldados foram enviados para recebê-lo em Kamakura. O jovem filho de Michiie e seu séquito finalmente deixaram a capital para Kamakura no 25º dia do 6º mês [de 1219]. As pessoas disseram que este foi um evento realmente maravilhoso, como foi demonstrado pelo menino não ter chorado nem um pouco durante a viagem da capital para Kamakura.<sup>77</sup>

Foi assim que Yoritsune, uma criança Fujiwara do ramo dos Kujō da linhagem de Kanazane, se tornou o novo *Shōgun* de Kamakura. Da forma que Jien o descreve, não restariam dúvidas de que este menino foi a escolha mais correta, selecionado tanto por homens quanto por entidades místicas, superando qualquer outro possível candidato. Com

---

<sup>76</sup> Ibidem, pg 193-194;

<sup>77</sup> “(...) Whereupon the Retired Emperor replied: “In that case, your proposal is quite acceptable.” So Michiie’s two-year-old son Yoritsune – the one being brought up by his mother’s father (Senior Counselor SAIONJI Kintsune) – was selected. This son had been born at the tiger hour of the tiger month of the tiger year. Since he was also a really unusual and incomparable child, and both diviners and astrologers had declared him to be a fortunate choice, soldiers were sent to welcome him to Kamakura. Michiie’s young son and his escort finally left the capital for Kamakura on the 25th day of the 6th month [of 1219]. People said this was a really wondrous event, as was shown by the boy’s not crying one bit during the trip from the capital to Kamakura.” (Ibidem, pg 194);

Yoritsune, Jien parece ter esperança de que melhorias consideráveis ocorrerão no futuro, mas não antes de haver retribuições pela má administração do Estado que ele enxerga nas últimas décadas,<sup>78</sup> portanto apesar de existir a expectativa de um futuro promissor, não se deve esperar que tudo se resolva imediatamente.

O processo de mudanças nas vidas de governantes, ministros e soldados neste país do Japão, tem gradualmente se tornado claro para mim conforme eu escrevo sobre condições passadas. Ao pensar sobre este processo e estas condições, relacionando-as aos Princípios para particulares períodos de tempo, eu também consegui entender, e dar atenção para, erros que estão confundindo o Estado. Pessoas das gerações seguintes devem tomar cuidado para administrar bem o Estado, distinguir entre Princípios errados e certos (e bons e maus), agir de acordo com os Princípios para estes últimos reinados, se tornarem receptáculos para as bênçãos de Budas e *Kami*, e continuar a proteger a Lei Budista e a Lei Imperial durante os 16 reinados atribuídos restantes. Como esta é a intenção básica (*hon-i*) das ilimitadas bênçãos de Buda e *Kami* produzidas no reino do invisível, eu fiz disso o ponto principal do que está escrito aqui.<sup>79</sup>

É então possível entender os Princípios de Jien como sua chave interpretativa sobre a mudança histórica. Ao olhar para o processo histórico japonês como um todo, ele identificou mudanças significativas na forma como o território era governado, sempre centrado na figura do *Tennō* e em suas relações com a alta aristocracia da Corte, os templos, santuários e, por fim, os guerreiros que ascenderam pelo uso da guerra e da intimidação em seu próprio tempo de vida. Os dois capítulos sobre a dita Era Militar se preocupam em demonstrar como se deu a ascensão guerreira e o *shogunato* dos Minamoto, culminando com a adoção de Kujō Yoritsune como *Shōgun*, mas acima de tudo, como este novo núcleo político se relaciona com a tradicional Corte Imperial de Heian.

Longe de criar uma narrativa que divide os diversos fatores e agentes históricos japoneses em grupos ou eventos específicos, a história escrita por Jien retrata a interação entre diversas partes, tendo em seu centro um governante divino e a inescapável proteção das Leis Imperial e Budista, junto a um cenário de constante deterioração que representa um fim iminente para o mundo e a sociedade de então. Foi neste sentido que o primeiro tópico do presente capítulo buscou analisar a maneira como Jien apresentou a ascensão

---

<sup>78</sup> Ibidem, pg 198;

<sup>79</sup> “The process of change in the lives of the rulers, ministers, and soldiers of this country of Japan has gradually become clear to me as I write about past conditions. Thinking about this process and these conditions, and relating them to the Principles for particular periods of time, I have also come to understand, and give attention to, mistakes that are confusing the state. People of later generations should be careful to administer the state well, make distinction between wrong and right (and good and evil) Principles, act in accord with Principles for these final reigns, become receptacles for the blessings of Buddhas and Kami, and continue to protect Buddhist Law and Imperial Law during the remaining 16 of the allotted one hundred reigns. Because such is the basic intent (*hon-i*) of the limitless Buddha and Kami blessings produced in the realm of the invisible, I have made that the main point of what is written here.” (Ibidem, pg 197-198);

dos clãs guerreiros no Japão, considerando que as conexões feitas entre Heian e Kamakura, bem como algumas ênfases na relação pessoal entre personagens importantes, aparecem também como um recurso estratégico para aproximar seu leitor presumido e legitimar um discurso proposto. Com isto em mente, é então possível aprofundar a reflexão sobre o próprio projeto político de Jien, assim como sua retórica de convencimento mais direta.

### **Por um projeto de futuro: os conselhos de Jien à Go-Toba**

Depois de elaborar uma extensa história da Corte Imperial e do Estado japonês, Jien parece ter um último desafio: convencer Go-Toba-*in* a desistir das inimizades contra o *bakufu* e seu jovem *Shōgun*, Kujō Yoritsune. Em 1219 a situação era novamente preocupante no Japão e uma nova guerra figurava no horizonte, pois valendo-se da instabilidade em Kamakura, Go-Toba-*in* foi capaz de reunir partidários na intenção de confrontá-la, podendo a adoção de Yoritsune ter sido, inclusive, uma estratégia para conseguir mais tempo. Isto poderia ser trágico para o futuro que Jien vislumbrava, pois se Kamakura caísse, sua ideia de que Yoritsune governasse como *Shōgun*-Regente seria inviabilizada.

Cria-se assim a necessidade de convencer o *in* de que um ataque à Kamakura poderia não apenas ser trágico para o *bakufu*, ou para o próprio Go-Toba, mas sim para o Estado japonês como um todo. A questão é que o Estado, assim como a história e as habilidades humanas, já se encontravam em um estágio de deterioração acelerada, sendo a explosão de violência do último século um dos maiores indícios dessa situação. Jien então percebe que a adoção de Yoritsune por Kamakura representa um dos movimentos de melhoria planejados pelas entidades protetoras para este momento da deterioração, portanto ir contra isso, podia significar o risco de destruir completamente o Estado antes que se finalizasse os cem reinados atribuídos ao Japão.

Foi na intenção de proteger os dezesseis reinados restantes que Jien teria escrito o *Gukanshō*, mas não se deve negar que a preferência que ele dá aos próprios familiares também demonstra um projeto político voltado à exaltação e às ambições da casa Kujō. Talvez seja por esse motivo que o monge dá tanta ênfase, sobretudo no último capítulo da tradução de Brown e Ishida, aos efeitos da deterioração, à criação dos Princípios e aos avisos especificamente dirigidos à Go-Toba a respeito das consequências de se mover

contra esses imperativos. Acredita-se aqui que a narrativa como um todo já é uma estratégia retórica, mas a mensagem direta ao soberano que aparece na última parte do texto, merece ser entendida como um discurso de convencimento por si só.

Já que é difícil para as pessoas verem como os períodos e os Princípios das coisas mudam, eu escrevi este livro. Mas mesmo aqueles que lerem o que eu escrevi não irão entender o que eu estou dizendo se eles não se imergir em pensamento. O que eu posso fazer sobre isso?

Parece, a esse respeito, que chegamos em um tempo onde o Estado deve ser protegido, e o soberano guardado, pela união da casa Regente/Chanceler dos FUJIWARA com a casa militar dos MINAMOTO, combinando assim o conhecimento com o poder militar. Certamente chegou o tempo de realmente entender o caminho para se retornar ao que é correto pensando sobre o passado antigo, refletindo sobre o presente, se submetendo à correta vontade [dos *Kami*], e rejeitando o mal. Ao entender este caminho, a primeira coisa a se fazer é aprofundar a questão de se esta nomeação do próximo *Shōgun* vindo da casa Regente/Chanceler estava de acordo com o plano do Grande Hachiman Bodhisattva, ou era ação de demônios celestiais e mundanos (*tengu* ou *chigu*).<sup>80</sup>

É notável o peso que Jien coloca no processo histórico e nas mudanças de seu decorrer, colocando que somente ao compreendê-las é que se pode interpretar o que ocorre em seu próprio tempo. Esta parece ser sua justificativa para escrever uma narrativa que começa tão antes dos acontecimentos de seu presente, pois assim ele consegue destacar como períodos diferentes tiveram formas de governo diferentes, tornando a ascensão de um *Shōgun*-Regente mais um elemento do processo. Entender o passado também parece permitir que se diferencie o que é parte de ações divinas, de *Kami* e Buda, daquilo que é causado por demônios de diversos tipos, cujo potencial de destruição é uma ameaça ao próprio cotidiano.

Mas essa análise do presente a partir da compreensão do passado não é imparcial. A exaltação dos Fujiwara e dos postos regenciais, assim como apontado por Ishida Ichirō, é uma das bases do pensamento de Jien,<sup>81</sup> que faz com que o monge coloque o momento quando o Estado era governado pelos regentes como o melhor período que a Corte Imperial teve em sua história. Segundo ele, existia uma harmonia entre Regentes e *Tennō*

---

<sup>80</sup> “Since it is difficult for persons to see how periods and Principles of things change, I have written this book. But even those who read what I have written will still not get what I am driving at if they do not immerse themselves in thought. What can I do about that? It seems, in this connection, that we have come to a time when the state should be protected, and the sovereign guarded, by uniting the Regent/Chancellor house of FUJIWARA with the military house of MINAMOTO, thereby combining learning with military might. Certainly the time has come to really understand the way to return to what is correct by thinking about the ancient past, reflecting on the present, subjecting oneself to the correct will [of the *Kami*], and rejecting evil. In understanding this way, the first thing to do is to probe deeply into the question of whether this appointment of the next Shogun from the Regent/Chancellor house was in accord with the plan of the Great Hachiman Bodhisattva or was the doing of heavenly or earthly demons (*tengu* or *chigu*).” (Ibidem, pg 218);

<sup>81</sup> ISHIDA, 1979. In: BROWN; ISHIDA, 1979;

que permitia que o governo do território fosse exercido plenamente, mas desavenças e mentiras espalhadas por terceiros, degradam a relação entre os cargos, afastando o soberano de seu guardião.

Agora soldados também emergiram e, como *Shōgun*, isolaram [ainda mais] os soberanos e seus Regentes/Chanceleres. Depois de um período durante o qual soldados controlavam o Estado, todos os líderes militares foram destruídos; e os soldados simplesmente eram partidários de qualquer um que aparecesse. A nomeação do jovem Lorde Yoritsune da casa regencial como próximo *Shōgun* ocorreu porque a Deusa do Sol e Hachiman (*sōbyō*) sentiram que o Estado agora deveria ser governado, por um tempo, retornando ao antigo modelo de unidade entre o soberano e seu Regente ou Chanceler. Eu tenho a intenção de escrever amplamente sobre esse processo no qual o desejo do *Kami* ancestral é, e será, cumprido. (...) <sup>82</sup>

Percebe-se que o foco da passagem não está, necessariamente, em retornar a um tipo de governo melhor, mas a um governo segundo os moldes da regência Fujiwara. Talvez, se fosse possível buscar um retorno a tempos melhores, deveria-se olhar para o início da história japonesa, época em que a deterioração não seria tão significativa e os *Tennō* tinham melhores condições de governar. Mas Jien não vai tão longe quando diz que há possibilidade de retornar a um “antigo modelo” de governo, apenas a um modelo anterior ao governo dos *In*, quando os regentes imperiais eram mais fortes. Em parte é possível argumentar que os guerreiros, agora uma realidade dentro do próprio Estado, não poderiam ser simplesmente ignorados para se pensar em um governo direto do *Tennō*, mas também é notável a preferência pela volta de um regime que tinha como centro o domínio dos Fujiwara.

Mas ainda que a presença guerreira não possa ser suplantada no âmbito do governo, não significa que o *Shōgun* deva ser mais um empecilho entre o soberano e o regente. Mesmo tendo os Taira e os Minamoto vivido momentos de auge, ambos teriam sido destruídos pela guerra e por assassinatos, mas Kujō Yoritsune surge como uma oportunidade de que a Lei Imperial seja protegida por alguém que tradicionalmente já teve este papel, um Fujiwara. Ao acumular os cargos de Regente e *Shōgun*, Yoritsune estaria unificando os dois principais elementos necessários à manutenção do Estado, ou

---

<sup>82</sup> “Now soldiers have also emerged and, as Shoguns, have [further] isolated sovereigns and their Regent/Chancellors. After the passing of a period during which soldiers controlled the state, all military leaders were destroyed; and soldiers were simply retainers of anyone who came along. The appointment of the young Lord Yoritsune of the regental house as the next Shogun has occurred because the Sun Goddess and Hachiman (*sōbyō*) felt that the state should now be governed for a while by returning to the ancient model of unit between the sovereign and his Regent or Chancellor. I intend to write fully about this process by which the will of those ancestral Kami is, and will be, carried out. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 214);

seja, o conhecimento da tradicional aristocracia e o poder militar que ascendeu após as guerras do século XII.

Jien está assim reconhecendo que este novo poder militar é parte essencial do governo neste período da deterioração, mas a existência de numerosos guerreiros espalhados pelo território é algo, de fato, preocupante. É por esse motivo, inclusive, que a existência de um *Shōgun* é necessária, pois ele seria o único capaz de impor ordem a estes indivíduos.

Já que nós realmente entramos na era da Lei Final (*mappō*) – uma era ruim nos últimos reinados quando soldados ascenderam a posições de poder no Estado – meus únicos desejos são: (1) que o Imperador Aposentado [Go-Toba], se lembrando um pouco dos Princípios, irá despertar e se perguntar o por que dessas coisas terem acontecido e então considerar esta questão: “Por que devemos cair nas mãos desses maus espíritos e almas vingativas tão facilmente?”; (2) que os homens e mulheres servindo o Imperador Aposentado como “ministros pessoais” despertem um pouco para si. Outro problema é que os soldados, que perderam seu *Shōgun* e não tem nada a temer, estão coletando – como administradores de terras (*jitō*) – todos os impostos do Japão. Todo “ministro pessoal” servindo próximo do Imperador Aposentado fica satisfeito quando ele ou ela ficam excitados com o presente de uma porção da coleta do administrador de terras. Como soldados têm poder militar e encaram qualquer um que os desagrade – dizendo: “Ei, você!” – ninguém levanta uma mão contra eles. Nestes dias parece que os soldados realmente pensam que podem fazer exatamente o que quiserem.<sup>83</sup>

Aqui se percebe que a falta de um *Shōgun*, aos olhos de Jien, estaria permitindo que guerreiros espalhados pelas províncias agissem por interesses próprios, sem a existência de um poder que os controle. Para piorar, ele também denuncia que pessoas ligadas ao *In* estariam se beneficiando de tais atos, podendo isto ser parte do motivo pelo qual o monge é crítico à manutenção de ministros pessoais por parte de Go-Toba.

A passagem citada é um dos vários momentos onde Jien parece buscar se comunicar diretamente com Go-Toba-*in* durante o capítulo de conclusão do *Gukanshō*. Ele pede que o *In* reflita sobre questões de seu tempo a partir dos Princípios que foram sendo destacados na narrativa, ou até mesmo outros que podem não ter sido tão mencionados. O importante parece ser que Jien vê Go-Toba como uma pessoa capaz de

---

<sup>83</sup> “Since we have really entered the age of Final Law (*mappō*) – a bad age in the final reigns when soldiers have risen to positions of power in the state – my only wishes are: (1) that Retired Emperor [Go-Toba], remembering a little of Principles, will rouse himself and ask why these things have happened and then consider this question: “Why should we fall into the hands of these evil spirits and vengeful souls so easily?”; (2) that the men and women serving the Retired Emperor as “personal ministers” will rouse themselves a little.

Another problem is that soldiers, who have lost their Shogun and have nothing to fear, are collecting – as land stewards (*jitō*) – all the taxes of Japan. Every “personal minister” serving near the Retired Emperor is pleased when he or she is titillated by the gift of a portion of the land steward’s take. Because soldiers have military power and glare at anyone who displeases them – saying: “Hey, you!” – no one raises a hand against them. Nowadays it seems that soldiers really think they can do just as they please.” (Ibidem, pg 222);

compreender o significado dos Princípios e da mudança histórica, entendendo que se ele refletir de maneira apropriada, poderá evitar agir de acordo com a expectativa de espíritos malignos e almas vingativas, o que pode se referir à inimizade que o *In* nutre por Kamakura e seu *Shōgun*. Somado a isso, o destaque que se dá ao comportamento dos ministros pessoais também incita que, tanto essas pessoas quanto o próprio Go-Toba, percebam o quanto suas ações individuais estão indo contra os Princípios divinos ao passo que potencialmente aceleram a deterioração.

O controle dos guerreiros que se valem do direito de cobrar impostos parece figurar como um importante argumento que defende a existência do *shogunato* de então. Jien não considera que, se Go-Toba atacasse e vencesse o *Bakufu* de Kamakura, ele mesmo pudesse controlar os guerreiros que, sem um *Shōgun*, apenas se ligariam a qualquer outro líder. Na retórica do *Gukanshō*, Go-Toba não possui mais o poder militar que um dia foi centrado na Corte Imperial, pois os guerreiros ascenderam como uma força alternativa e própria. O *Shōgun* seria o único capaz de pacificar o reino, controlando e limitando os interesses e as possibilidades de ação guerreira, pois teria centrada em si a prerrogativa de ser o líder militar do Japão. Portanto, sua existência naqueles últimos dezesseis reinados é essencial para que o Estado e a Lei Imperial possam se manter frente ao potencial caos que poderia se manifestar caso novas rebeliões venham eclodir pelo território.

No entanto, como se refletiu, não seria suficiente apenas existir um *Shōgun*, mas sim que este homem fosse Kujō Yoritsune, na ideia de que isso aproximaria Heian e Kamakura na forma de um novo tipo de governo regencial. Mas o desafio desta proposta estava em convencer Go-Toba a abrir mão de seu poder como governante aposentado, já que o governo regencial que Jien desejava seguia os moldes dos tempos auge da Regência Fujiwara, ou seja, anterior à ascensão de Go-Sanjō e Shirakawa, que passaram a abdicar prematuramente para que tivessem condições de influenciar a sucessão imperial enquanto governavam em nome de seus descendentes. Jien estaria, portanto, arriscando reacender antigas intrigas e disputas políticas entre o próprio clã Imperial e a casa dos Fujiwara, algo que ele precisa evitar de forma a garantir que Go-Toba concordasse com o futuro que estava sendo proposto.

Primeiro seria necessário marcar quais Fujiwara Jien considerava aptos a assumir a Regência naquela época, sendo nominalmente, os Kujō. Ele marca que, ainda que os Fujiwara não estivessem isentos, como ninguém estava, dos efeitos da deterioração do tempo e das habilidades humanas, Kujō Kanezane e seus descendentes foram homens

de valor e habilidade mesmo naquele cenário caótico. Ao exaltar essa linhagem, ele também coloca que os demais Fujiwara que ocuparam os postos regenciais durante as guerras do século XII e naquele início do século XIII, eram todos homens de pouca habilidade e incapazes de executar plenamente as funções do cargo que ocuparam.

Nós também chegamos a um estágio da deterioração quando quatro ou cinco antigos regentes estão vivos ao mesmo tempo. Esses regentes eram todos filhos e netos de [meu pai] Lorde Hōsho-ji Tadamichi: Lorde Médio [Motozane] e seu filho Lorde KONOUE Motomichi; Lorde MATSU Motofusa e seu filho Moroie; e Lorde KUJŌ Kanezane e seu filho Yoshitsune. Nenhum dos dois filhos mais velhos de Tadamichi (Motozane e Motofusa) tinham habilidade suficiente para que alguém pensasse neles como homens. Nós ouvimos que o filho de Motofusa, Iefusa (Conselheiro Médio), pode ter sido um bom homem, mas ele morreu antes de alcançar os 30 anos de idade.

Em contrapartida, Lorde KUJŌ Kanezane, o mais novo dos três filhos de Tadamichi, parece ter sido tocado pelo espírito de seu *Kami* ancestral (*shashoku*). Seus filhos parecem ter herdado o estilo antigo, e três foram elogiados por pessoas da era atual como sendo extraordinários: (1) Ministro do Centro Yoshimichi (1167-88), que morreu aos 22 anos de idade mas cujo nome estava na boca das pessoas; (2) Yoshitsune (1169-1206) que conduziu os assuntos de Estado como Regente [entre 1202 e 1206] e era proeminente entre os aptos e cultos; ele não era inferior a ninguém, mesmo os antigos, como poeta ou calígrafo, e herdou as habilidades de seu pai e avô no manejo de assuntos administrativos e cerimoniais; e (3) Ministro da Esquerda Yoshitsuke (1185-1218), que era considerado como não tendo equivalente, no passado ou presente, no conhecimento chinês e que morreu aos 35 anos de idade. Pelas mortes prematuras destes três hábeis filhos do lorde KUJŌ Kanezane nós sabemos que os assuntos de Estado iriam deteriorar dessa maneira. Que triste! Que triste! Agora, o único filho de Yoshitsune ainda vivo é o Ministro da Esquerda Michiie (1193-1252).<sup>84</sup>

Michiie era o pai de Kujō Yoritsune, portanto ao marcar essa linhagem como a única a conter homens de habilidade, Jien também está desqualificando qualquer descendente de seus outros irmãos que poderiam vir a disputar a regência com Yoritsune no futuro. Kanezane e seus descendentes não apenas estão sendo exaltados como os

---

<sup>84</sup> “We have also come to a stage of deterioration when four or five former Regents are alive at the same time. These Regents were all sons and grandsons of [my father] Lord Hōsho-ji Tadamichi: Lord Middle [Motozane] and his son Lord KONOUE Motomichi; Lord MATSU Motofusa and his son Moroie; and Lord KUJŌ Kanezane and his son Yoshitsune. Not one son of Tadamichi’s two eldest sons (Motozane and Motofusa) had enough ability for one to think of him as a man. We hear that Motofusa’s son Iefusa (Middle Councilor) may have been a good man, but he died before reaching the age of 30.

On the other hand, Lord KUJŌ Kanezane, the youngest of Tadamichi’s three sons, seems to have been touched with the spirit of his ancestral Kami (*shashoku*). His sons appears to have inherited the ancient style, and three have been praised by people of the present age as extraordinary: (1) Minister of the Center Yoshimichi (1167-88), who died at the age of 22 but whose good name was on people’s lips; (2) Yoshitsune (1169-1206), who came to conduct the affairs of state as Regent [between 1202 and 1206] and who was prominent among the able and cultured; he was not inferior to anyone, even the ancients, as a poet or calligrapher, and inherited the abilities of his father and grandfather in the handling of administrative and ceremonial affairs; and (3) Minister of the Left Yoshitsuke (1185-1218), who was thought to have had no equal, past or present, in Chinese learning and who died at the age of 35. By the early deaths of these three able sons of Lord KUJŌ Kanezane we know that the affairs of the state were to deteriorate in this way. How sad! How sad! Now the only son of Yoshitsune still alive is the Minister of the Left Michiie (1193-1252).” (Ibidem, pg 234-235);

melhores homens de seu tempo, mas também são tidos como inigualáveis mesmo entre os aristocratas dos tempos antigos. Ao ligar suas mortes ainda jovens à ideia da deterioração, Jien também demonstra como o movimento acelerado deste fenômeno estaria privando o Estado de pessoas que efetivamente poderiam governá-lo bem, talvez na ideia de que os sobreviventes desta linhagem excepcional não devem ser ignorados.

Jien tem, de fato, a necessidade de exaltar os homens da linhagem de Kujō Kanezane como excepcionais para que seu discurso sobre a predestinação de Yoritsune seja plausível aos olhos de Go-Toba. Como visto anteriormente, Kanezane foi finalmente nomeado aos postos regenciais depois da Guerra Genpei e com a ajuda de Minamoto Yoritomo, o primeiro *Shōgun*. Entretanto, apesar de que Jien insista que seu irmão era um homem justo e correto, que teria boas relações tanto com Go-Toba quanto com Yoritomo, Kanezane sofreu declínio de influência na Corte Imperial. A falta de um neto capaz de se tornar herdeiro imperial acabou criando oportunidades para os rivais de Kanezane, o que culminaria na perda de seu posto no ano seguinte, o que Jien atribui às manipulações e mentiras espalhadas pelos inimigos do irmão, conforme conta no relato que se segue:

Os eventos seguintes ocorreram no inverno de 1196: Chanceler KUIJŌ Kanezane foi posto em prisão domiciliar; Lorde KONOE Motomichi (1160-1233) foi nomeado Chanceler no lugar de Kanezane; e a filha de Kanezane, Imperatriz Secundária Ninshi, foi forçada a deixar o palácio. Por que essas coisas aconteceram? MINAMOTO Yoritomo queria muito colocar uma filha no palácio como consorte de Go-Toba, mas o Conselheiro Sênior MINAMOTO Michichika (1145-1202) escreveu que ele tinha escondido uma filha e que também desejava colocá-la no palácio. A filha [adotiva] de Michichika era a verdadeira filha de sua esposa Noriko (Lady Gyōbu Terceiro Nível), que serviu como ama de Go-Toba.

Príncipe Sacerdote Shōnin (1169-97), um discípulo de Myōun capturado na época do ataque de Yoshinaka ao palácio do Imperador Aposentado Go-Shirakawa em 1183, cresceu e estava indo ao palácio diariamente. Havia rumores de que Shōnin estava secretamente em contato com a consorte favorita de Go-Shirakawa, Lady Jōdo-ji Segundo Nível. Enquanto essas pessoas se reuniam após a morte do Imperador Aposentado Go-Shirakawa em 1192, grandes propriedades que tinham sido de Go-Shirakawa nas províncias de Harima e Bizen foram subitamente confiscadas por Kanezane; e FUJIWARA Naritsune e FUJIWARA Sanenori, membros de casas tradicionalmente detentoras de nomeações de níveis altos, foram destituídos de suas posições de Consultor e Comandante Médio. Kanezane sentiu que esses eram bons atos administrativos que foram tacitamente aprovados por Yoritomo. Mas Lady Jōdo-ji foi crítica. Conspirando com o Príncipe Sacerdote Shōnin, ela incitou Michichika [a se mover contra Kanezane]. Sempre que eles perguntavam sobre os sentimentos do Imperador Aposentado, eles faziam de seus prazeres pessoais um embaraço para ele, especialmente por [Kanezane] estar apenas tomando as ações administrativas corretas. Dessa forma, eles diziam à Sua Majestade, aqui em Kyoto, que os sentimentos de Yoritomo eram esses e aqueles, mas diriam à Yoritomo, em Kamakura, que o Imperador Aposentado tinha sentimentos ruins [sobre Kanezane], agindo como se não estivessem fazendo nada de errado. E se eles fossem questionados sobre algo definitivo, eles planejaram dar explicações plausíveis [mas diferentes] para Yoritomo e Go-Toba. Como este era um tempo onde tramas engenhosas eram comuns e

mesmo a proteção de *Kami* e Budas eram inúteis, Imperatriz Secundária Ninshi foi movida do Palácio Imperial para a residência de Hachijō-In no 23º dia do 11º mês de 1196.

Foi submetido um edito imperial no 25º dia daquele mês nomeando o antigo Regente KONOUE Motomichi ao posto de Chanceler e fazendo dele o chefe do clã FUJIWARA. Nós ouvimos que MINAMOTO Michichika estava então encarregado do cerimonial da Corte, TAIRA Chikakuni era Controlador, e FUJIWARA Tomotsune era Secretário Imperial. Estes homens logo insistiram que Kanezane deveria ser enviado ao exílio. Apesar de terem sido feitas acusações contra o Chanceler, o Imperador não tinha qualquer desejo de exilá-lo. Os inimigos de Kanezane diziam que ele tinha cometido crimes, mas já que não havia provas, as acusações foram retiradas.<sup>85</sup>

Pelo relato é possível notar que Kanezane também estava tomando ações que o beneficiava pessoalmente durante seu tempo como Chanceler, mas Jien coloca que o confisco de propriedades do falecido Go-Shirakawa-in e a deposição de outros aristocratas de postos que lhe seriam de direito, por exemplo, eram ações administrativas necessárias. No entanto, parece ser mais plausível entender que Kanezane, assim como qualquer político de seu tempo, estaria agindo de maneira a garantir seu espaço de influência dentro da dinâmica política da Corte Imperial, adotando estratégias tanto para com seus aliados quanto adversários. Mas foram seus opositores que melhor se saíram

---

<sup>85</sup> “The following events occurred in the winter of 1196: Chancellor KIJŌ Kanezane was placed under house arrest; Lord KONOUE Motomichi (1160-1233) was appointed Chancellor in Kanezane’s place; and Kanezane’s daughter, Secondary Empress Ninshi, was forced to leave the palace. Why did these things occur? MINAMOTO Yoritomo wanted very much to have his daughter placed in the palace as Go-Toba’s consort, but Senior Counselor MINAMOTO Michichika (1145-1202) wrote that he had hidden away a daughter whom he also wanted to place in the palace. Michichika’s [adopted] daughter was the real daughter of his wife Noriko (Lady Gyōbu Third Rank), who had served as Go-Toba’s nurse.

Princely Priest Shōnin (1169-97), a Myōun disciple captured at the time of Yoshinaka’s attack on Retired Emperor’s Go-Shirakawa’s palace in 1183, had grown up and was going to the palace daily. It was rumored that Shōnin was in secret contact with Go-Shirakawa’s favorite consort, Lady Jōdo-ji Second Rank. While these people were consulting together after Retired Emperor Go-Shirakawa’s death in 1192, large estates that had been held by Go-Shirakawa in the provinces of Harima and Bizen were suddenly confiscated by Kanezane; and FUJIWARA Naritsune and FUJIWARA Sanenori, members of houses traditionally entitled to appointments at the Master level, were dismissed from their positions as Consultant and Middle Commander. Kanezane felt that these were good administrative acts that had been tacitly approved by Yoritomo. But Lady Jōdo-ji was critical. Conspiring with Princely Priest Shōnin, she urged Michichika [to move against Kanezane]. Whenever they would inquire about the Retired Emperor’s feelings, they would find his personal pleasures a source of embarrassment to him, especially since [Kanezane] was talking only of correct administrative action. Therefore, they would tell His Majesty, here in Kyoto, that Yoritomo’s feelings were so and so but tell Yoritomo, in Kamakura, that the Retired Emperor had bad feelings [toward Kanezane], acting as if they were doing nothing wrong. And if they were asked something definite, they planned to give plausible [but different] explanations to Yoritomo and Go-Toba. Because this was a time when ingenious plots were common and even the protection of Kami and Buddhas was to no avail, Secondary Empress Ninshi was moved from the Imperial Palace to the residence of Hachijō In on the 23rd day of the 11th month of 1196.

An Imperial edict was handed down on the 25th day of that month appointing former Regent KONOUE Motomichi to the office of Chancellor and making him head of the FUJIWARA clan. We hear that MINAMOTO Michichika was then in charge of court ceremonies, TAIRA Chikakuni was Controller, and FUJIWARA Tomotsune was Imperial Secretary. These men soon urged that Kanezane be sent into exile. Although charges were made against the Chancellor, the Emperor had absolutely no desire to exile him. Kanezane’s enemies claimed that he had committed a crime, but since there was no proof, the charges were dropped.” (Ibidem, pg 158-159);

nessa disputa, conseguindo que ele fosse destituído de seu posto com o risco de ser exilado de Heian.

É também necessário refletir sobre o quão supostamente manipulados, contra Kanezane, teriam sido Go-Toba e Yoritomo. Go-Toba não parecia ter motivos para favorecer Kanezane que tinha sido aliado de Kamakura, enquanto que Yoritomo, ao buscar colocar uma filha própria como consorte imperial, estaria buscando ter maior influência em Heian sem a intermediação de Kanezane. Mas Jien escolhe colocar que qualquer inimizade que possa ter crescido entre Kanezane, Go-Toba e Yoritomo não foi autêntica, mas sim influenciada e instigada pelos inimigos de seu irmão. Desta maneira, o monge inocenta tanto Go-Toba quanto Yoritomo por qualquer mal que possa ter sido feito contra Kanezane, além de possibilitar uma reconciliação do *In* com os descendentes Kujō.

A queda de Kanezane significou, por consequência, um declínio no prestígio dos Kujō, já que eles também perderam a chefia do clã Fujiwara para o ramo dos Konoe. Para Jien, isso também representou a perda de sua posição como abade de Tendai, o que explicaria sua insatisfação pessoal com o destino de Kanezane. Ele foi substituído por Shōnin, que viria a falecer pouco tempo depois, mas afirma que as pessoas se perguntavam o porquê de tais acontecimentos, se mesmo Minamoto Yoritomo estava insatisfeito com a renúncia forçada sobre Jien.<sup>86</sup>

Mas assim como Jien teria outras oportunidades de assumir Tendai, os Kujō também conseguiriam retornar à Regência. O problema, no entanto, foi que os descendentes de Kanezane acabaram morrendo cedo, pouco tempo após assumirem os cargos. Como visto, Jien atribui isso aos efeitos da deterioração que estaria privando o Estado de seus melhores homens, diferente do que relatou sobre outros personagens que teriam morrido prematuramente por questões de má sorte pessoal ou pela ação do destino que naturalmente retira do poder aqueles incapazes de governar. Afinal, os herdeiros da linhagem de Kanezane foram os únicos a herdar o espírito, habilidades e estilo dos antigos governantes japoneses, sendo excepcionais em seu ofício e, agora na pessoa de dois meninos pequenos, a única esperança de melhoria durante os últimos reinados do futuro próximo.

Entretanto, o momento parece exigir que seja feito mais do que esperar que as crianças Kujō cresçam e assumam suas funções predestinadas. O problema primordial

---

<sup>86</sup> Ibidem, pg 159;

parece ser a ameaça de um ataque de Go-Toba ao *bakufu*, motivo pelo qual acredita-se que Jien tenha escrito o *Gukanshō*, mas o aumento de pessoas com premissas militares pelo reino é também preocupante, podendo gerar graves problemas nos próximos anos. Sobre isso, o monge aposta em uma retórica mais direta, aconselhando a respeito enquanto escreve explicitamente o que Go-Toba deverá fazer para garantir a manutenção do Estado frente a um potencial caos gerado pelos guerreiros.

Princípios são simples [para um homem conhecedor ver e seguir]. Eu gostaria que Sua Majestade ordene ministros que entendam tais Princípios a reunir pessoas com poder militar e que falem com eles conforme segue:

Parece claro, para começar, que nós chegamos na Era Final quando soldados (*bushi*) devem ser usados como no momento. Portanto a presente posição dos soldados não é para ser questionada. Mesmo se Sua Majestade pensar que os soldados são ruins, ele entende que pessoas superiores a eles não irão emergir. Sob as condições desta Era Final, nós chegamos gradualmente a um tempo onde apenas pessoas más emergem. Contra-rebeliões organizadas para destruir tais maus indivíduos irão falhar. Fora o que será feito pelo Caminho Celestial (*tendo*) no reino do invisível, o Imperador Aposentado não irá duvidar, ou odiar, vocês soldados neste mundo visível.

O problema com os administradores de terras é muito sério! Ao lidar com isto, O Imperador Aposentado irá, calmamente e cuidadosamente, consultar os soldados e então fazer seus planos. A Casa Imperial não será ameaçada por aqueles que acendem fogos para forçar a Corte a derrubar demandas de que administradores de terras sejam destituídos. A Casa Imperial não temerá tais ameaças. Certamente nós chegamos agora em uma Era quando todos os soldados devem simplesmente conhecer o caminho correto (*shōdō*).

O atual herdeiro Chūkyō e o *Shōgun* Yoritsune ainda são dois meninos de dois anos de idade. Claramente eles foram criados pelos *Kami* ancestrais da Casa Imperial e do clã MINAMOTO (*sōbyō no Kami*). A mãe do herdeiro, KUJŌ Risshi, era uma órfã e não tinha ninguém para orar [pela nomeação de seu filho como herdeiro]. Nós não sabemos se [a nomeação do herdeiro] foi uma resposta aos pedidos de poder (*ganriki*) do avô materno do herdeiro, KUJŌ Yoshitsune, mas certamente não teria ocorrido [sem a intercessão do *Kami* ancestral]. O assassinato dos *Shōgun*, a completa destruição dos clãs TAIRA e MINAMOTO, e a seleção desta criança para ser o próximo *Shōgun* não foram eventos comuns.

Se nós olharmos para as eras que vieram e se foram desde os tempos antigos, veremos que agora – depois de um longo período de precipitada deterioração – nós chegamos em outro momento de melhorias. Se a deterioração fosse piorar, que deterioração seria! Restam alguns que estudam trabalhos históricos e literários chineses e os clássicos confucianos. E parece que alguns poucos estão estudando as leis. Nós ouvimos que também existem alguns sacerdotes budistas, de persuasões tanto exotéricas quanto esotéricas, que não possuem falhas. Ao calcular sobre onde estamos a respeito dos cem reinados atribuídos, vemos que dezesseis agora restam. Quando esses dois meninos de dois anos de idade crescerem, eles poderão tanto destruir o Estado completamente, quanto fornecer melhorias substanciais. Então vocês soldados não deverão cometer qualquer erro durante os próximos 20 anos. Se vocês não cometerem, será fácil evitar que outros cometam.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> “Principles are easy [for an understanding man to see and follow]. I wish His Majesty would order ministers who understand such Principles to assemble persons with military power and speak to them as follows: It seems clear, to begin with, that we have come to the Final Age when soldiers (*bushi*) should be

Alguns pontos de análise podem ser aqui levantados sobre a passagem. Primeiro, Jien parece estar confiante no potencial de sua interpretação do processo histórico, pois não está apenas buscando instruir Go-Toba-*in*, mas também alcançar e convencer outras pessoas cujas ações podem impactar a manutenção do Estado. Além disso, ele não apenas sugere que o *In* mande ministros se comunicarem com os guerreiros do reino, mas os instrui a seguir um discurso escrito por ele mesmo. Talvez ele assim o faça por confiar, e esperar, que Go-Toba irá considerar a boa relação que ambos tiveram no passado, como é citado em trechos do *Gukanshō*, para eventualmente aceitar e seguir suas sugestões sobre como se deve conversar com os militares sem que se arrisquem novas desavenças.

Seu discurso novamente traz a noção de que os guerreiros, ou soldados, não mais poderão ser ignorados ou derrotados pelo governo de Heian. No entanto, permanece a ideia de que mesmo que esse novo poder político seja um efeito negativo da deterioração, não deverá ser perseguido pelo *In*, mas sim ouvido e considerado durante a tomada de importantes decisões. Ao mesmo tempo, ele mantém uma prerrogativa de poder centrado na Corte e na Casa Imperial, afirmando que ameaças não serão toleradas e que os excessos e as denúncias contra administradores de terra serão levadas seriamente em consideração. Essa defesa da Casa Imperial pode servir para amenizar a situação para Go-Toba-*in*, que precisa aceitar a presença do poder militar, mas também demonstra uma noção de que o

---

used just as at present. Therefore the present position of soldiers is not to be questioned. Even if His Majesty thinks soldiers are bad, he realizes that persons superior to them will not emerge. Under conditions of this Final Age, we have come gradually to a time where only bad persons emerge. Counter-rebellions organized to destroy such bad fellows will fail. Aside from what will be done by Heaven Way (*tendō*) in the invisible realm, the Retired Emperor will have no doubts about, or hate, you soldiers in this visible world. The problem of land stewards is very serious! In dealing with it, the Retired Emperor will consult calmly and carefully with soldiers and then make his plans. The Imperial House will not be threatened by those who set fires in order to force the court to drop demands that land stewards be dismissed. The Imperial House will not be frightened by such threats. Certainly we have now arrived at an age when all soldiers should simply now the correct way (*shōdō*). The present Crown Prince Chūkyō and Shogun Yoritsune are only two-year-old boys. Clearly they were created by the ancestral Kami of the Imperial House and the MINAMOTO clan (*sōbyō no Kami*). The Crown Prince's mother KIJŌ Risshi was an orphan and had no one to pray [for her son's appointment as Crown Prince]. We do not know whether [the Crown Prince's appointment] was a response to the request power (*ganriki*) of the Crown Prince's maternal grandfather, KIJŌ Yoshitsune, but it certainly would not have occurred [without the intercession of ancestral Kami]. The assassination of Shoguns, the complete destruction of the TAIRA and MINAMOTO clans, and the selection of this child to be the next Shogun have not been ordinary events. If we look back over the ages that have come and gone since ancient times, we will see that now – after a long period of precipitous deterioration – we have come to another time of improvement. If deterioration were to become worse, what deterioration it would be! There remain a few who study Chinese historical and literary works and the Confucian classics. And it seems that a few are studying law. We hear that there are also some Buddhist priests of both the esoteric and exoteric persuasions who have no faults. In calculating where we stand with respect to the allotted one hundred reigns, we see that sixteen are now left. When these two-year-old boys grow up, they will either destroy the state completely or bring about substantial improvement. So you soldiers should not make mistakes during the next 20 years. If you do not, it will be easy to keep others from doing so." (Ibidem, pg 223-224);

*shogunato*, ou os guerreiros em si, não deveriam ser superiores ao poder imperial ou governar apenas segundo vontade própria, mas sim existir em concordância com seu soberano.

Finalmente, Jien também usa da predestinação divina para explicar o governo que seria compartilhado entre *Chūkyō-tennō* e o *Shōgun* Kujō Yoritsune. Aqui ele acrescenta explicações sobre como a ascensão dos meninos só poderiam ser justificadas pela vontade divina, uma vez que eles teriam pouco apoio vindo de homens do período. Em outros momentos da narrativa, Jien relatou episódios onde regentes, ministros, monges e soberanos enviaram, ou encomendaram, preces para o nascimento de filhos imperiais, podendo ser igualmente atendidos ou decepcionados. Mas *Chūkyō* não teria tido esse auxílio pois seu avô materno, aquele que deveria ocupar tal função, faleceu prematuramente. Ainda assim ele foi nomeado herdeiro imperial, o que indicaria para Jien a existência de uma vontade superior aos próprios desejos de simples homens, pois preces sequer teriam sido necessárias.

Já Yoritsune, filho da aristocracia de Heian, é escolhido como novo *Shōgun* e enviado para outra cidade onde será criado para governar e controlar os guerreiros ligados à Kamakura. A criança nasceu no clã Fujiwara, o que por si só já abre um precedente frente aos três *Shōgun* Minamoto anteriores, mas foi escolhida para herdar um posto que, teoricamente, seria ocupado por algum guerreiro de Kamakura. Portanto, tanto Yoritsune quanto *Chūkyō* teriam sido escolhidos por forças que ultrapassam a vontade dos homens e contra qual ninguém poderá se opor. Um último aviso, inclusive, coloca nos homens do período a responsabilidade de manutenção do Estado pelas próximas décadas, até que essas crianças cresçam e possam cumprir seus destinos predestinados, cujo resultado positivo ou negativo será um reflexo de erros e acertos cometidos até lá.

Jien está, desta maneira, alertando sobre e impondo responsabilidades para as diversas figuras sociais daquele período, cujas ações e ambições poderiam impactar diretamente nos eventos de um futuro próximo. Go-Toba é a figura central nas preocupações do monge sobre tais questões, assim como a subsequente Guerra Jōkyū de 1221 é um exemplo do que estaria em risco naquele momento de disputa política. Certamente, tendo escrito o *Gukanshō* em 1219, Jien não poderia se remeter diretamente a este avanço de Go-Toba, mas pelo que seu discurso indica, haveria uma tensão crescente entre *In* e Kamakura, o que ele justifica como uma falta de entendimento dos Princípios por este soberano.

Chegou ao meu conhecimento que o soberano está fazendo imprudentes planos [de oposição ao *bakufu*] pois ele não compreende o Princípio de que a deterioração e as melhorias se alternam do início ao fim do presente pequeno *kalpa*, nem o Princípio – concedido pelos *Kami* ancestrais da Casa Imperial e dos clãs FUJIWARA e MINAMOTO – para esta Era Final, um Princípio que chegou até nós desde o passado antigo. Os Princípios das coisas e a história do nosso país, certamente irão se estabilizar se o soberano agir de acordo com estes Princípios.<sup>88</sup>

Go-Toba estaria, então, fazendo planos imprudentes por não compreender o próprio rumo do processo histórico movido pelos Princípios, o que pode dificultar a estabilidade do território. O Princípio de que um filho Fujiwara deve assumir como *Shōgun*-Regente precisa ser respeitado, inclusive, não apenas em nome da pacificação do Estado, mas também para a retificação dos erros das pessoas, o que parece incluir o próprio Go-Toba.

Sob as condições desta Era, os [erros] das pessoas (*tami*) não serão retificados ao menos que surja um *Shōgun* honesto. Mas tal *Shōgun* já surgiu, porque o Grande Hachiman Bodhisattva planejou produzir uma pessoa da casa regencial que iria proteger o Estado e guardar o soberano (*kimi*) com o prestígio e poder de ambos conhecimento e poder militar. E ainda assim o soberano não entende que Yoritsune nasceu para o benefício do Estado, do homem, e do soberano. Isso é realmente um assunto muito sério! Definitivamente foi uma decisão divina de que seria bom para o soberano ter uma mesma pessoa como *Shōgun* e Regente. O motivo para esta decisão foi deixado claro. O *Kami* ancestral decidiu prover o soberano com um guardião que não teria qualquer desejo de seguir o rumo da rebelião e que também seria poderoso e prestigiado. Seria melhor se Sua Majestade, por tal entendimento, evitasse o tipo de coisa que aconteceu com o Imperador Yōzei [em 884]. Ao rejeitar o plano de Yoritsune de ser *Shōgun* e Regente, o soberano estará agindo em contradição ao desejo da Deusa do Sol e Hachiman. Ao aceitá-lo, ele se tornará iluminado.<sup>89</sup>

Neste trecho percebe-se a repetitiva insistência de que a ascensão de Yoritsune é uma determinação divina que será boa para todos os envolvidos. Inclusive, é notável a ênfase nos benefícios diretos que a aceitação deste plano poderá render à Go-Toba, visto

---

<sup>88</sup> “It has come to my attention that the sovereign is making short-sighted plans [to oppose the *bakufu*] because he does not understand either the Principle of deterioration alternating with improvement from the beginning to the end of the present small kalpa, nor the Principle – granted by the ancestral Kami of the Imperial House and of the FUJIWARA and MINAMOTO clans – for this Final Age, a Principle that has come down to us from the ancient past. The Principles of things, and the history of our country, will surely be stabilized if the sovereign acts according to these Principles.” (Ibidem, pg 226);

<sup>89</sup> “Under the conditions of this Age, the [mistakes] of people (*tami*) will not be rectified unless an honest Shogun emerges. But such a Shogun *has* emerged, because the Great Hachiman Bodhisattva planned to produce a person from the regental house who would protect the state and guard the sovereign (*kimi*) with the prestige and power of both learning and military might. And yet the sovereign does not understand that Yoritsune was born for the benefit of the state, man, and the sovereign. A very serious matter indeed! It was definitely a divine decision that it would be good for the sovereign to have the same person serve as Shogun and Regent. The reason for this decision has been made clear. The ancestral Kami decided to provide the sovereign with a guardian who would have no desire to follow a course of rebellion and who would also be powerful and prestigious. It would be best if His Majesty, through such understanding, were to avoid the sort of thing that happened to Emperor Yōzei [in 884]. By rejecting the plan for Yoritsune to be both Shogun and Regent, the sovereign will be acting contrary to the will of the Sun Goddess and Hachiman. But by accepting it, he will become enlightened.” (Ibidem, pg 225);

que o futuro regente foi alguém criado e pensado pelos *Kami* desde o início dos tempos para ser o guardião do soberano. Pelo contrário, se o *In* for contra o Princípio determinado pelas entidades, as consequências podem ser equivalentes às que assolaram *Yōzei-tennō* no século IX. Este aviso pode ser visto, inclusive, com certo tom de ameaça, pois Jien está lembrando Go-Toba de que outros soberanos já foram retirados do cenário político anteriormente, bem como apontam Brown e Ishida:

Yōzei, que fez “indescritíveis coisas ruins”, foi deposto por FUJIWARA Mototsune (...). Portanto, Jien está advertindo Go-Toba de que ele também pode ser removido de sua posição de controle sobre os assuntos de Estado se ele não aceitar a vontade da Deusa do Sol e de Hachiman. Não muito tempo depois, seguida a derrota das forças Imperiais durante a Guerra *Shōkyū* de 1221, Go-Toba foi mandado ao exílio.<sup>90</sup>

Então os riscos, assim como os benefícios de se seguir, ou não, a vontade dos *Kami*, são consideravelmente altos. Se tudo ocorrer segundo os planos estipulados pelas entidades, grandes melhorias serão possíveis para os últimos reinados, ao passo que ir contra essa vontade pode gerar caos e potencialmente destruir o Estado antes mesmo do centésimo reinado. O apontamento dos riscos pessoais que Go-Toba assumiria se fosse contra os Princípios parece ser uma tentativa de fazer o *In* ponderar sobre sua própria posição, para além do Estado e do governo. Outros governantes já foram derrubados antes e, se considerar que toda a narrativa do *Gukanshō* é pautada pelos Princípios divinos, Go-Toba poderia ser deposto não por ser um mal soberano, como *Yōzei*, mas sim por ir contra desígnios de seres superiores aos homens. Portanto, mesmo sendo um bom homem, Go-Toba compartilharia do mesmo fim que os maus e inaptos governantes do passado, pois nada nem ninguém poderia se opor, ou ultrapassar, os limites dos Princípios.

Em uma das últimas tentativas de Jien em convencer Go-Toba sobre toda essa linha argumentativa, ele afirma que o *In* precisa entregar o governo nas mãos do regente e aceitar viver de forma mais moderada e cuidadosa em relação às ordens que costuma emitir. Repete que não há motivos para que Go-Toba-*in* tenha inveja do destino criado para Kujō Yoritsune, pois o futuro regente não terá inclinações rebeldes ou egoístas, uma vez que um bom futuro governo é também parte do plano que os *Kami* elaboraram com o Princípio que prevê a ascensão do *Shōgun*-Regente.<sup>91</sup> Também diz, por fim, que apesar

---

<sup>90</sup> “Yōzei, who did “unspeakable bad things,” was removed from the throne by FUJIWARA Mototsune (...). Thus Jien is warning Go-Toba that he might also be removed from his position of control over state affairs if he does not accept the will of the Sun Goddess and Hachiman. Not long afterwards, following the defeat of Imperial forces during the *Shōkyū* War of 1221, Go-Toba was sent into exile.” (BROWN; ISHIDA, 1979, pg 225, nota 51);

<sup>91</sup> *Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 230;

do destaque direto que dá à Yoritsune, por ser a situação do presente, não se deve temer que maus *Shōgun* ascendam nos anos seguintes, pois o próprio destino cuidará de remover tais pessoas desta posição de poder.

Em respeito a estes miraculosos eventos, eu escrevi estritamente a respeito da aparição deste novo *Shōgun*, mas minha única razão para isto é porque este evento ocorreu recentemente. Eu enfatizaria o ponto de que em qualquer momento – mesmo quando houver um outro *Shōgun* – o soberano deverá ter o Estado governado ao entender o significado [dos Princípios criados por *Kami*]. Sempre que um *Shōgun* desenvolver um coração rebelde e chegar ao fim de seu destino, ele será facilmente destruído. A verdade disto foi demonstrada pelas circunstâncias do assassinato do *Shōgun* MINAMOTO Sanetomo [em 1219] e pela destruição da Casa TAIRA [em 1185]. É por isso que eu escrevi em detalhes sobre odiar teimosamente, sem razão, este novo *Shōgun*, mesmo que o *Shōgun* não vá cometer qualquer erro nos assuntos internos ou externos do Estado. Este curso de oposição ao novo *Shōgun* foi tomado por causa da influência exercida por maus homens e mulheres que servem o Imperador Aposentado como seus ministros pessoais. É importante que isto seja entendido.<sup>92</sup>

Novamente o passado é usado para basear as escolhas e ações do futuro. Go-Toba não deve temer os *Shōgun*-Regente pois se algum deles se mostrar rebelde, o destino o destruirá naturalmente. A experiência Taira e a linhagem Minamoto são citadas como exemplo definitivo, pois os problemas começaram quando Taira Kiyomori desenvolveu um coração rebelde e buscou governar o Estado aos moldes da regência Fujiwara, enquanto que Minamoto Sanetomo foi assassinado antes de conseguir gerar um herdeiro porque era descuidado, inapto e gastava tempo com atividades para além daquelas condizentes com suas atribuições militares. Portanto, se duas poderosas linhagens guerreiras já caíram em um passado recente, por almejar algo para além dos limites de suas atribuições, não há porque pensar que tal fato não se repetiria, pois nem mesmo os guerreiros desta última era poderiam se opor aos Princípios do período.

Também é retomada a crítica aos ministros pessoais de Go-Toba, acusados de incentivar a inimizade contra Kamakura e Yoritsune. Talvez Jien esteja aqui buscando suavizar suas críticas à Go-Toba culpando outras pessoas, denunciando que ele estaria sendo mal aconselhado e que isto poderia levar a decisões problemáticas e prejudiciais a

---

<sup>92</sup> “With respect to these miraculous events, I have written narrowly about the appearance of this new Shogun, but my only reason for doing so was that this event has occurred recently. I would emphasize the point that at any time – even when there is a different Shogun – the sovereign should have the state governed by understanding the purport [of Kami-created Principles]. Whenever a Shogun develops a rebellious heart and comes to the end of his destiny, he will be easily destroyed. The truth of this has been demonstrated by the circumstances of Shogun MINAMOTO Sanetomo’s assassination [in 1219] and by the destruction of the TAIRA house [in 1185]. This is why I have written in detail about this wrongheadedness of hating, without reason, this new Shogun even though the Shogun will make no mistakes in either the internal or external affairs of the state. This course of opposition to the new Shogun has been taken because of influence exerted by bad man and women who are serving the Retired Emperor as his personal ministers. It is important that this be understood.” (Ibidem, pg 230-231);

si mesmo. Talvez alguns desses ministros pessoais pudessem ser adversários dos Kujō, podendo a família ser beneficiada caso Jien convencesse Go-Toba a romper relações com eles, mas como o monge não cita seus nomes diretamente, nem indica quantos ou de onde são, é apenas possível especular sobre tais questões. Mas de qualquer maneira, esse tipo de acusação ajudaria a manter um diálogo mais cordial com o *In*, já que Jien não o retrata como um soberano tolo ou mal, mas sim como alguém que está tomando decisões precipitadas por culpa de terceiros.

Foi neste sentido que aqui se buscou evidenciar os argumentos contidos no *Gukanshō*, sobretudo em seu capítulo de conclusão, que buscavam convencer Go-Toba-*in* de que não deveria ocorrer uma guerra entre as forças imperiais e os guerreiros de Kamakura. Indo desde ênfases na existência de vontades superiores até acusações diretas a terceiros, Jien parece ter feito uso de diversos argumentos que poderiam dissuadir seu interlocutor de prosseguir com as inimizades contra o *Shōgun* Kujō Yoritsune, a quem ele cita nominalmente, não apenas dizendo que o alvo do ataque seria os guerreiros por trás do governo de Kamakura. Ele leva, assim, a narrativa para a dimensão pessoal, colocando Go-Toba e Yoritsune frente a frente como representantes do Estado japonês em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, sem deixar de afirmar que uma guerra entre estes homens seria desastroso para o reino em si, o monge enfatiza as perdas pessoais que Go-Toba terá se resolver prosseguir com as inimizades e agir contra os Princípios criados para o período.

Nada existe fora dos limites dos Princípios. É com isso em mente que Jien parece ter escrito sobre os acontecimentos históricos até seu presente, dando voz e forma aos planos de um futuro próximo. Go-Toba aparece como seu principal interlocutor ao final da narrativa, pois existe a necessidade de convencê-lo de que os Princípios divinos são aquilo que auxiliam na sobrevivência do Estado e da Lei Imperial frente ao constante movimento de deterioração, sobretudo nesta dita Era Final onde os guerreiros ascenderam à posição de destaque e as guerras tornaram-se constantes no cotidiano da aristocracia. Se os Princípios são o caminho correto, ou o único caminho possível, então a transformação da situação de Yoritsune em um Princípio é por si só uma estratégia de fazer valer o projeto político que Jien vislumbrou com a escolha do menino como próximo *Shōgun*. Go-Toba não poderia aceitar um Princípio e negar outros, então a narrativa em geral, traçada na constante criação e superação de Princípios adaptados a cada período histórico, é o argumento máximo do qual o monge poderia dispor para convencer, aconselhar e incentivar as decisões que ele mesmo considerava serem corretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer essa tentativa de explicar que Princípios tem mudado, eu concluo que todos os fenômenos (*hō*) são definitivamente afetados pelo “Princípio”, uma palavra escrita com dois caracteres chineses. Nada está além dos limites do Princípio. (...) <sup>1</sup>

Jien. *Gukanshō* (1219)

Nada está além dos limites do Princípio. Essa convicção parece ser o que guia a narrativa de Jien por todo o texto. Ao atribuir uma explicação comum aos principais eventos do processo histórico, o monge cria a possibilidade de fazer suposições e até previsões sobre o que ainda estaria por vir. Isso permitiu que ele apresentasse, com base em argumentos e na lógica de precedentes, um projeto de futuro a ser, efetivamente, posto em prática. Este fato já permite demonstrar que o *Gukanshō* não foi uma crônica escrita apenas para a criação de memória histórica, mas sim um tratado político que se usa da narrativa e interpretação do passado para influenciar politicamente o presente.

Mas o que, efetivamente, seriam os Princípios de Jien? O termo *dōri* (道理) é traduzido em língua moderna para “lógica”, “razão”, “sentido” ou até “verdade”, sendo que foi historicamente utilizado em diversos ambientes e para múltiplas finalidades. Estudiosos do *Gukanshō* apontaram para o caráter normativo que a palavra parece carregar no texto, mas foi Tsunetsugu Muraoka que percebeu que, para além de uma norma, os Princípios atuam como imperativos históricos <sup>2</sup>, ou seja, elementos que definiram um único caminho possível para o processo histórico.

Já no decorrer deste trabalho, optou-se por analisar os Princípios em sua dimensão histórica. Assim como discutido no segundo capítulo, compreender a narrativa de Jien exige o mínimo de entendimento sobre contextos da história japonesa, conceitos específicos da doutrina budista e suas manifestações próprias nas escolas budistas japonesas, além da interpretação que monges e aristocratas tinham sobre esses elementos no entre os séculos XII-XIII. Mas existe também uma perspectiva histórica a ser acrescentada, sendo esta a noção de Princípio na qual este trabalho mais se baseou.

---

<sup>1</sup> “In making this attempt to explain that Principles have been changing, I conclude that all phenomena (*hō*) are definitely affected by “Principle”, a word written with two Chinese characters. Nothing lies outside the bounds of Principle. (...)” (*Gukanshō*. In: BROWN; ISHIDA, 1979, pg 206);

<sup>2</sup> BROWN; ISHIDA, 1979, pg xiii;

Concorda-se aqui com a perspectiva apresentada por Charles Hambrick de que os Princípios na dimensão histórica representam, de certa forma, a essência da mudança histórica.<sup>3</sup> Jien, de sua privilegiada posição como intelectual do início do século XIII, conseguia olhar para o passado e perceber os momentos de ruptura e continuidade que permeiam o processo histórico. A partir de registros escritos, ele vê que diversos *Tennō* governaram desde o que se imaginava ser o início da própria história japonesa, mas que em determinado momento ministros aristocratas, com destaque aos Fujiwara, passam a ter maior relevância no governo. Também identifica o surgimento do Budismo e sua eventual institucionalização na Corte Imperial, assim como a união de suas doutrinas com a imagem do governante e a sacralidade de sua figura e linhagem.

Então de apenas ministros os Fujiwara se tornam regentes, governam em nome dos *Tennō* e continuam a crescer em poder e influência, o que leva a novos escritos que os exaltam para a posteridade. Chega então o momento de declínio da figura regencial e uma retomada da hegemonia do soberano imperial, dessa vez na pessoa do *In* que, após abdicar, influencia o Estado e controla a linha sucessória mais diretamente. Em paralelo a esses desenvolvimentos cresce a influência de líderes guerreiros na Corte, o que leva a repetidas guerras e à eventual fundação do *Bakufu* de Kamakura com sua nova figura de poder, capaz de rivalizar com os altos aristocratas de Heian, o *Shōgun*.

Os Princípios, então, surgem para explicar o movimento de ruptura e continuidade que se explicam mutuamente dentro do processo histórico. O que indica o surgimento de um Princípio é o tempo de permanência de seus efeitos após uma ocorrência, ou seja, se há uma mudança que se mantém no decorrer dos anos ou séculos seguintes, então o que mudou de um período para o outro foi legitimado por sua própria continuidade. Tomando-se como exemplo a Regência Fujiwara, é possível verificar que a mudança histórica ocorre quando *Seiwa-tennō* ascende como soberano e seu avô, Fujiwara Yoshifusa, assume o governo com o posto de *Sesshō*, o regente de um *Tennō* criança. Ele foi o primeiro indivíduo de fora do clã imperial a receber tal título, mas como no decorrer dos anos os herdeiros de sua linhagem continuaram com a prática, Jien identificou que foi inaugurado o Princípio de que um avô ou tio da mãe imperial se tornaria regente do *Tennō*, tanto para auxiliar o soberano quanto para governar em seu nome. A dimensão religiosa também é inserida nessa ideia, pois as divindades protetoras

---

<sup>3</sup> HAMBRICK; 1978, pg 44;

são as principais criadoras dos Princípios, uma vez que a durabilidade desses eventos só se explica pela concordância dessas entidades.

O tempo em si aparece como um elemento legitimador dos poderes divergentes e mutáveis que permeiam a história japonesa nesta crônica, mas certamente, não o único. Foi com essa reflexão sobre a dimensão histórica dos Princípios no *Gukanshō* que se chegou à questão norteadora apresentada no início desta dissertação: como Jien se usa da narrativa histórica para propor um projeto político efetivo para um futuro próximo? A ideia foi buscar compreender como ele conseguiu unir política, crença e história em um único discurso, criando não apenas uma narrativa de memória, mas uma linha argumentativa capaz de instruir seus principais leitores. O objetivo final de impedir a guerra entre Go-Toba-in e o *bakufu* já havia sido apontado por historiadores, como os próprios tradutores Delmer Brown e Ishida Ichirō, mas a forma como esse objetivo se manifestou em uma escrita estratégica não fica necessariamente aparente a partir de uma leitura simples do documento.

Então, já que os motivos e objetivos de Jien em escrever o *Gukanshō* já parecem estar entendidos, este trabalho se guiou por uma hipótese que visava apontar de que maneira o monge montou sua argumentação: Jien buscou justificar seu projeto político e legitimar a posição de Kujō Yoritsune como Regente-*Shōgun* ao colocá-los dentro do mesmo discurso ancestral que legitimava a própria linhagem imperial. Go-Toba ascendeu como *Tennō* por fazer parte de uma linhagem sanguínea divina, que legitimava ele, seus predecessores e seus herdeiros como soberanos do Japão, sendo esse discurso muito anterior a ele mesmo. Mas ao colocar que as mudanças políticas que geraram os governos regenciais, o sistema *Insei* e a fundação de Kamakura como parte de Princípios divinos, criados pelas mesmas entidades que protegem o clã imperial e o Estado japonês, Jien está equiparando a legitimidade de todas essas figuras em um plano que transcende a vontade e o domínio dos homens, removendo assim qualquer possibilidade de contestação.

A intenção foi demonstrar que, dentro desta narrativa, os poderes estariam legitimando uns aos outros por estarem ligados à dimensão do sobrenatural. Não só os diversos Princípios que mudam de acordo com a troca de hegemonia dentro do Estado estão ligados à vontade das mesmas divindades, como há recorrência da presença, ou encarnação, de importantes entidades. Avalokiteśvara, por exemplo, é uma divindade do budismo que, segundo Jien, esteve presente no processo histórico ao encarnar como Shōtoku Taishi para impulsionar a Lei Budista como protetora da Lei Imperial, para depois retornar como o Grande Preceptor Ji'e para garantir que os postos regenciais

seriam passados para os descendentes de Kujō Morosuke. Esta divindade surge em outros momentos dentro da narrativa, mas o que permanece é sua ligação às figuras que fazem parte da linha única que Jien propõe como processo histórico no *Gukanshō*.

Jien então inclui em uma única narrativa as diversas figuras políticas que fizeram parte da história japonesa até então, explicando como suas vidas estavam ligadas a um destino predestinado que visava a proteção do Estado durante o período de deterioração da Lei Budista, do tempo e das habilidades humanas. Há nessa união de figuras um destaque para a casa regencial dos Fujiwara, assim como apontado por Ishida Ichirō e analisado em capítulos anteriores deste trabalho, que se comprova principalmente pelo fato de que o governo da Era Final, proposto por Jien, não era um governo efetivamente guerreiro, mas sim o de uma aliança de poderes aristocráticos e militares na figura de um descendente Fujiwara. A linha histórica única não é, portanto, tão lógica quanto aparenta, pois a proposta final de governo demonstra apego pela instituição regencial que já estaria teoricamente ultrapassada.

Por fim, é importante destacar que esta dissertação não teve qualquer intenção de esgotar as possibilidades de análise sobre a narrativa do *Gukanshō*, seja em seu contexto geral ou em aspectos específicos do texto. Jien escreveu uma das mais importantes crônicas históricas do século XIII, representativa de um momento de transição onde poderes tradicionais estavam disputando hegemonia com figuras ascendentes que visavam obter maiores autonomias e influências dentro do Estado de então. Por esse motivo, as possibilidades de análise desta fonte histórica são diversas, o que torna impossível estudar todos seus elementos e perspectivas em um único trabalho.

Pensando nisso, há que se destacar possibilidades de análise que aqui ficaram em segundo plano. O *Gukanshō* é uma fonte histórica de perfil teológico, ou seja, amplamente pautada nas crenças e na religiosidade de seu autor, característica que se destaca na própria linha argumentativa. No entanto, apesar deste trabalho ter dado atenção à dimensão religiosa do texto, sobretudo no uso das divindades como fontes legitimadoras e da forma de interpretação do mundo de acordo com a doutrina escatológica budista, a análise aqui feita se focou no contexto e repercussão política do discurso de Jien. Um estudo mais aprofundado sobre o caráter religioso do *Gukanshō* pode ampliar o debate sobre a religiosidade no Japão na passagem entre os séculos XII-XIII, explorando na própria formação do pensamento do monge os limites entre a doutrina budista tradicional e o efeito de suas adaptações às crenças e manifestações originárias do arquipélago.

O *Gukanshō* é, de fato, um marco importante na história política e intelectual japonesa, além de um documento essencial para se compreender o conturbado período de transição entre a Corte de Heian e o *Bakufu* de Kamakura. Como fonte primária, não pode ser ignorado pelos estudiosos deste período, razão que reforça a importância do trabalho de estudo e tradução feito por Delmer Brown e Ishida Ichirō, pois este amplia o acesso de pesquisadores ocidentais que buscam compreender melhor a história japonesa, sobretudo daqueles em início de carreira acadêmica. Muitas são as possibilidades de análises do documento elaborado por Jien em 1219, que na forma de uma crônica narrativa, convida o leitor a se inserir em dinâmicas de intrigas pessoais, disputas pela hegemonia política, eventos sobrenaturais e discursos de legitimação além de, no fim, demonstrar como a história poderia ser usada como estratégia em um momento onde a guerra direta se estabelecia como a principal forma de superação de adversários em um cenário político de constantes mudanças.

## REFERÊNCIAS

- FONTE PRIMÁRIA

BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichirō. **The Future and the Past**: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219. Berkeley: University Of California Press, 1979;

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLPHSON, Mikael S.. From classical to medieval? Ōchō kokka, kenmon taisei, and the Heian court. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Routledge Handbook of Premodern Japanese History**. Londres/Nova York: Routledge Handbooks, 2017. p. 99-114;

AGENCY, The Imperial Household. **Genealogy of the Emperors of Japan**. Disponível em: <https://www.kunaicho.go.jp/e-about/genealogy/koseizu.html>. Acesso em: 13 nov. 2022;

BAUER, Mikaël. Religion in Nara and Heian Japan. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Routledge Handbook of Premodern Japanese History**. Londres/Nova York: Routledge Handbooks, 2017. p. 233-247;

BEASLEY, W. G.; PULLEYBLANK, E. G. Introduction. In: BEASLEY, W. G.; PULLEYBLANK, E. G. (ed.). **Historians of China and Japan**. Londres: Oxford University Press, 1961. p. 1-23. (Historical Writing on the Peoples of Asia);

BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichirō. Introduction. In: BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichiro. **The Future and the Past**: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219. Berkeley: University Of California Press, 1979. p. 1-14;

BROWN, Delmer M.. Pre-Gukanshō Historical Writing. In: BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichiro. **The Future and the Past**: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219. Berkeley: University Of California Press, 1979. p. 353-401;

\_\_\_\_\_. Jien and His Troubled Times. In: BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichiro. **The Future and the Past**: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219. Berkeley: University Of California Press, 1979. p. 402-419;

BROWNLEE, John S.. **Political Thought in Japanese Historical Writing**: from *Kojiki* (712) to *Tokushi Yoron* (1712). Canadá: Wilfrid Laurier University Press, 1991.

BUENO, André. Inventar a História: ideias da historiografia tradicional chinesa para ler e ensinar o passado. **SinoTextos**: Projeto Orientalismo, p. 5-15, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/48847724/Inventar\\_a\\_Hist%C3%B3ria](https://www.academia.edu/48847724/Inventar_a_Hist%C3%B3ria). Acesso em: 14 mar. 2022;

EHALT, Rômulo da Silva. Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão da Era Meiji. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, [S.L.], v. 6, n. 12, p. 119-136, 3 set. 2013. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia. <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i12.601>;

FRIDAY, Karl. They Were Soldiers Once: the early samurai and the imperial court. In: FERREJOHN, John A.; ROSENBLUTH, Frances McCall (ed.). **War and State Building in Medieval Japan**. Stanford, California: Stanford University Press, 2010. p. 21-52;

FONTOURA, Odir. Sobre o 'historiar' medieval: o lugar das crônicas e dos cronistas na escrita da história. **Labirinto**, Porto Velho-Ro, v. 20, p. 119-137, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/36494333/FONTOURA\\_Odir\\_Sobre\\_o\\_historiar\\_medieval\\_o\\_lugar\\_das\\_cr%C3%B4nicas\\_e\\_dos\\_cronistas\\_na\\_escrita\\_da\\_Hist%C3%B3ria\\_2014\\_](https://www.academia.edu/36494333/FONTOURA_Odir_Sobre_o_historiar_medieval_o_lugar_das_cr%C3%B4nicas_e_dos_cronistas_na_escrita_da_Hist%C3%B3ria_2014_). Acesso em: 18 fev. 2022;

GUENÉE, Bernard. História. In: GOFF, Jacques Le; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru - Sp: Edusc, 2006. p. 523-536. Tradução de Lênia Márcia Mongelli;

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 2, p. 67-78, maio 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/2053917/Cr%C3%B4nica\\_de\\_um\\_g%C3%AAnero\\_hist%C3%B3rico](https://www.academia.edu/2053917/Cr%C3%B4nica_de_um_g%C3%AAnero_hist%C3%B3rico). Acesso em: 15 fev. 2022;

HALL, John W.. Introduction. In: HALL, John W.; MASS, Jeffrey P. (ed.). **Medieval Japan: essays in institutional history**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988. p. xiii-xv;

HAMBRICK, Charles H.. The "Gukanshō": a religious view of Japanese history. **Japanese Journal of Religious Studies**, Nanzan University, v. 5, n. 1, p. 37-58, mar. 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30233156>. Acesso em: 13 dez. 2021.

HASHIMOTO, Lica. **Crônicas do Japão: Príncipe Toneri e Ō-no-Yasumaro**. São Paulo: Sesc; Instituto Mojo, 2019. (Coleção Literatura Livre). Disponível em: <https://literaturalivre.sescsp.org.br/ebook/cronicas-do-japao/>; <https://mojo.org.br/ebook/cronicas-do-japao/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

HURST, G. Cameron. Insei. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 576-643. (The Cambridge History of Japan), Volume 2;

INOUE, Mitsusada. The century of reform. In: BROWN, Delmer M. (org.). **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 163-220. (The Cambridge History of Japan), Volume 1. Parceria com Delmer M. Brown;

ISHIDA, Ichirō. Structure and Formation of Gukanshō Thought. In: BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichirō. **The Future and the Past: a translation and study of the Gukanshō, an interpretative history of Japan written in 1219**. Berkeley: University Of California Press, 1979. p. 420-450;

KAWAI, Yasushi; FRIDAY, Karl F. Medieval Warriors and Warfare. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Routledge Handbook of Premodern Japanese History**. Londres/Nova York: Routledge, 2017. p. 310-329;

KURODA, Toshio. Shinto in the History of Japanese Religion. **The Journal Of Japanese Studies**, The Society For Japanese Studies, v. 7, n. 1, p. 1-21, jun. 1981. Tradução por James C. Dobbins e Suzanne Gay. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/132163>. Acesso em: 11 nov. 2021;

\_\_\_\_\_. The Imperial Law and the Buddhist Law. **Japanese Journal Of Religious Studies**, v. 3-4, n. 23, p. 271-285, 1996. Tradução por Jacqueline I. Stone. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30233575>. Acesso em: 09 nov. 2021;

MASS, Jeffrey P.. What Can We Not Know about the Kamakura Bakufu? In: MASS, Jeffrey P.; HAUSER, William B. (ed.). **The Bakufu in Japanese History**. Stanford, California: Stanford University Press, 1985. p. 13-30;

\_\_\_\_\_. **Yoritomo and the Founding of the First Bakufu**: the origins of the dual government in Japan. Stanford, California: University Of California Press, 1999;

MATSUMAE, Takeshi. Early Kami Worship. In: BROWN, Delmer M. (org.). **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 317-358. (The Cambridge History of Japan), Volume 1. Tradução de Janet Goodwin;

MCCULLOUGH, William H.. The Heian Court, 794-1070. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 20-96. (The Cambridge History of Japan). Volume 2;

\_\_\_\_\_. The capital and its society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 97-182. (The Cambridge History of Japan). Volume 2;

\_\_\_\_\_. The Azuma Kagami Account of the Shōkyū War. **Monumenta Nipponica**, Sophia University, v. 23, n. 1/2, p. 102-155, 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2383110>. Acesso em: 22 jul. 2021;

MIETTO, Luís Fábio Marchesoni Rogado. **Kojiki ou "Relatos de Fatos do Passado"**: apresentação com notas analíticas da mais antiga crônica histórica japonesa do século VIII. 1996. 335 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996;

NAOKI, Kōjirō. The Nara state. In: BROWN, Delmer M. (org.). **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 221-267. (The Cambridge History of Japan), Volume 1. Tradução de Felicia G. Bock;

PIGGOTT, Joan R. Estates: their history and historiography. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred**: the estate system in medieval japan. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018. p. 3-36;

RIZO, Takeuchi. The rise of the warriors. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 644-710. (The Cambridge History of Japan). Volume 2;

ROBINSON, G. W.; BEASLEY, W. G.. Japanese Historical Writing in the Eleventh to Fourteenth Centuries. In: BEASLEY, W. G.; PULLEYBLANK, E. G. (ed.). **Historians of China and Japan**. Londres: Oxford University Press, 1961. p. 229-244. (Historical Writing on the Peoples of Asia);

SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H.. Introduction. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 1-19. (The Cambridge History of Japan). Volume 2;

SONODA, Kōyū. Early Buddha Worship. In: BROWN, Delmer M. (org.). **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 359-414. (The Cambridge History of Japan), Volume 1;

TARANCZEWSKI, Detlev. The court and its provinces: producing and distributing wealth in classical society, 700-1200. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Routledge Handbook of Premodern Japanese History**. Londres/Nova York: Routledge Handbooks, 2017. p. 116-137;

WEINSTEIN, Stanley. Aristocratic Buddhism. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 449-516. (The Cambridge History of Japan). Volume 2;

YOSHIDA, Luiza Nana. A época clássica japonesa e suas manifestações literárias. **Estudos Japoneses**, [S.L.], n. 19, p. 59-75, 31 dez. 1999. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i19p59-75>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/143130>. Acesso em: 22 out. 2021;

## GLOSSÁRIO DE TERMOS JAPONESES

Bakufu 幕府	Palavra usada para denominar um quartel general de tropas em campanha, mas que posteriormente passou a ser usada para identificar a sede do governo militar na época dos <i>Shōgun</i> .
Budismo	Religião originada na Índia por volta do século VI AEC, contando com diferentes doutrinas e escolas que lhe dão caráter particular em cada região onde se estabeleceu. O Budismo japonês é conhecido pela doutrina <i>Mahayana</i> , ou o “grande veículo”, tendo sido introduzido no arquipélago a partir da Península Coreana e desde o norte da China. Apesar do Ocidente se utilizar o termo “Budismo” de maneira uniforme, as manifestações religiosas destas crenças apresentam diferenças significativas de um local para outro, com múltiplas evoluções históricas e adaptações às tradições e contextos de cada região. A Lei Budista, ou <i>Dharma</i> , se refere aos dogmas estabelecidos pela prática religiosa.
Bushi 武士	Pode ser entendido como “homem de armas”, ou seja, aquele que tem a prática militar como ofício. Pode-se identificar presença de guerreiros por diversos períodos históricos, mas enquanto os primeiros <i>bushi</i> foram soldados a serviço da Corte, a partir das guerras do século XII e principalmente com a fundação do <i>Bakufu</i> de Kamakura, esses homens passam a melhor se distinguir como grupo social. Eventualmente os <i>bushi</i> serão reconhecidos como uma classe social distinta, em oposição à aristocracia da Corte e aos camponeses em geral, que resultará em uma estratificação social rígida sobretudo após o período das guerras civis do século XVI e o estabelecimento do <i>Bakufu</i> dos Tokugawa em Edo (1603-1868).
Dōri 道理	O termo <i>dōri</i> pode ser traduzido em língua moderna para “razão”, “lógica”, “sentido” ou “verdade”. No <i>Gukanshō</i> a tradução é feita para “Princípio”, no sentido de uma determinação, norma, ou mesmo um imperativo criado por seres invisíveis, que não oferece chance de oposição ou recusa. Para Jien, os

Princípios eram também a manifestação de desejos divinos que criavam formas de governo específicas para cada período histórico do Estado japonês.

<p>Heian ou Heian-kyō 平安京</p>	<p>Cidade construída como segunda sede permanente da Corte Imperial japonesa a partir de 794EC, sendo reconhecida como a Capital Imperial no período dos <i>shogunatos</i> Kamakura e Tokugawa, quando a hegemonia política era dividida com as cidades de Kamakura e Edo, respectivamente. Foi também sede do <i>shogunato</i> Ashikaga, apenas perdendo <i>status</i> de capital na Era Meiji (a partir de 1868) quando Edo (atual Tóquio) se torna a única capital do Japão. O Período Heian (794-1185) é o termo histórico para o momento de soberania política da Corte residente nesta cidade. Atualmente Heian-kyō é a cidade de ou Quioto.</p>
<p>Insei 院政</p>	<p>Modalidade de governo iniciado na segunda metade do século XI em oposição à hegemonia dos Regentes Fujiwara. O governante do <i>Insei</i> era o <i>In</i>, ou o <i>Tennō</i> que passa a comandar o Estado e a Corte após abdicar em nome de um herdeiro próprio para assim controlar a linha de sucessão.</p>
<p>Kamakura 鎌倉</p>	<p>Cidade onde Minamoto Yoritomo funda o primeiro <i>shogunato</i> japonês em 1192, permanecendo como sede do governo militar até 1333.</p>
<p>Kami 神</p>	<p>Comumente traduzido para “Deus” ou “divindade”, mas pode representar tanto entidades sobrenaturais quanto eventos e ocorrências naturais, como tempestades e terremotos. Também é usado em referência à espiritualidade de formações naturais, como espíritos de rios e montanhas.</p> <p>Há explicações que ligam <i>Kami</i> ao <i>Shinto</i>, no discurso de que esta seria a religião tradicional do Japão, em oposição ao Budismo. No entanto, o <i>Shinto</i> entendido como religião é uma criação moderna e não existia da mesma forma em períodos anteriores, enquanto que a crença nos <i>Kami</i>, como espíritos invisíveis e seres superiores, esteve presente na religiosidade do arquipélago por grande parte do período pré-moderno.</p>
<p>Kanpaku</p>	<p>Posto regencial. Similar ao <i>Sesshō</i> no sentido de que um aristocrata estaria ligado ao <i>Tennō</i> e poderia influenciar o âmbito do governo. No entanto, por</p>

関白	ser considerado o Regente de um <i>Tennō</i> adulto, o <i>Kanpaku</i> teria menos autoridade sobre os assuntos de Estado já que o soberano poderia também agir e decidir por si mesmo. Traduções mais antigas usam “Regente” para se referir ao <i>Kanpaku</i> , mas o termo também pode ser entendido como “Chanceler” ou mesmo um “Conselheiro” de maior hierarquia.
Kojiki 古事記	O <i>Kojiki</i> é a crônica japonesa mais antiga a sobreviver até a atualidade, podendo ser traduzida como “Registro dos Tempos Antigos”. Datada do século VIII, foi produzida por ordem imperial e apresentada entre 710-712, contando o mito de criação do Japão e seus primeiros <i>Tennō</i> que descendiam diretamente dos <i>Kami</i> que teriam criado o arquipélago. O registro é considerado de cunho mitológico, pois não há evidência arqueológica de, pelo menos, 14 governantes iniciais.
Mappō 末法	O <i>mappō</i> faz parte da filosofia e pensamento budista que entende a existência de três períodos de transição da Lei Budista. Ele seria o terceiro estágio de um ciclo de ascensão e decadência, representando um momento de degradação mais instensa da Lei, o que no <i>Gukanshō</i> foi representado como o advento do fim dos reinados dos <i>Tennō</i> e do Estado japonês. Jien também relaciona o <i>mappō</i> ao ciclo dos <i>kalpa</i> , que seriam dimensões de existência onde se desenvolve a história e vida humana.
Nairan 内覧	Comumente traduzido para “Inspetor Imperial”, o <i>nairan</i> servia, dentre outras atribuições, como um intermediário para os documentos que seriam entregues ao <i>Tennō</i> . Ele também teria envolvimento com o Conselho de Estado, o que não necessariamente ocorria para o <i>Sesshō</i> ou <i>Kanpaku</i> .
Nara (奈良) ou Heijō-kyō (平城京)	A atual cidade de Nara foi a primeira capital permanente da Corte Imperial no século VIII, inspirada na capital chinesa da dinastia T’ang, sendo anteriormente conhecida Heijō-kyō. O Período Nara (710-794) é historicamente conhecido como o momento em que a Corte residia na cidade.
Nihonshoki 日本書紀	Pode também aparecer como <i>Nihongi</i> . É a primeira das Seis Histórias Nacionais, uma coleção de registro histórico narrando a genealogia dos governantes japoneses desde sua lendária criação.

Seu conteúdo é similar ao *Kojiki*, mas esta crônica foi escrita em chinês clássico seguindo o próprio modelo de compilação histórica da China. O *Nihonshoki* foi compilado a partir de ordem imperial e acredita-se datar de 712, sendo considerado a segunda crônica japonesa mais antiga a chegar aos dias atuais.

Ōbō / Buppō

王法 / 仏法

No *Gukanshō*, *ōbō* e *buppō* aparecem, respectivamente, como as leis imperiais e budista. A “Lei Imperial” faz referência à própria sucessão imperial, considerando-se a linhagem supostamente imquebrável dos *Tennō* desde o primeiro soberano. Neste contexto a “Lei Budista” tem relação com a prática dos ritos e dogmas budistas, que Jien entende como a força que mantém a Lei Imperial. *Ōbō* e *Buppō* estão, dessa maneira, interligadas dentro do discurso do *Gukanshō*, inclusive se definindo e conceituando mutuamente.

Regalias Imperiais

Também conhecidas como as Três Relíquias Sagradas da Família Imperial japonesa (三種の神器 – *sanshu no jingi*). É narrado no *Kojiki* que as três *regalias* foram presenteadas à linhagem imperial pelos *Kami*, sendo representativas do poder imperial e legitimidade do *Tennō*. As três *regalias* sagradas são uma espada, um espelho e uma joia, símbolos que até hoje estão presentes nas cerimônias de sucessão da Casa Imperial.

Ritsuryō

律令制

Conjunto de códigos penais e civis que organizavam a administração do Estado centralizado.

Sesshō

摂政

Posto regencial. Geralmente traduzido para “Regente”, o *Sesshō* era o aristocrata nomeado para governar em nome de um *Tennō* criança, até que este alcançasse a maioridade e ganhasse mais autonomia. O cargo ficou em evidência especialmente durante a Regência Fujiwara no Período da Corte de Heian.

Shōen

莊園

Entre os possíveis significados para *shōen* está a noção de que seriam propriedades de terras cultiváveis não integradas às terras do Estado, sendo inclusive taxadas de maneira diferente. Muitos proprietários eram aristocratas da própria Corte Imperial, que recebiam os rendimentos de

administradores locais que controlavam a produção em seu nome.

Shōgun 将軍	Título concedido pelo <i>Tennō</i> a um comandante militar, sendo também abreviação de <i>sei tai Shōgun</i> (grande general que subjuga os bárbaros). Inicialmente o título era temporariamente dado ao comandante das tropas em batalha, mas passou a ser conferido aos líderes militares e herdeiros dos <i>shogunatos</i> de Kamakura, Ashikaga e Tokugawa. Em português a grafia também pode aparecer como “xogun”.
Shōgunato	É o governo exercido pelos <i>Shōgun</i> , podendo aparecer como sinônimo de <i>bakufu</i> . Existiram três <i>Shōgunatos</i> na história japonesa, sendo o <i>Shōgunato</i> Kamakura (1192-1333) fundado por Minamoto Yoritomo, <i>Shōgunato</i> Ashikaga ou Muromachi (1336-1573) fundado por Ashikaga Takauji, e o <i>Shōgunato</i> Tokugawa ou Edo (1603-1868) fundado por Tokugawa Ieyasu. Em português a grafia pode aparecer como “xogunato”
Tennō 天皇	Título dado ao soberano imperial do Japão desde o século VIII até a atualidade. Frequentemente traduzido para “Imperador”, sendo que atualmente já se usa a tradução de “Soberano Divino” ( <i>heavenly sovereign</i> em inglês).
Uji 氏	Os <i>uji</i> são os clãs japoneses, podendo ser formados por diversos ramos familiares de caráter hereditário, mas que geralmente são comandados por um chefe de clã comum. Os membros dos <i>uji</i> também costumam cultuar uma mesma entidade protetora (氏神 - <i>ujigami</i> ), não se restringindo, necessariamente, a uma única divindade. Os <i>uji</i> podem ser anteriores à centralização do Estado no século VIII, sendo suas noções e definições específicas precisam ser entendidas dentro do contexto histórico, político e social de cada período em questão.